

REGINA ANGELA LANDIM BRUNO

O OVO DA SERPENTE.

MONOPÓLIO DA TERRA E VIOLÊNCIA NA NOVA REPÚBLICA

Tese de Doutorado em Ciências Sociais
apresentada ao Departamento de Sociologia do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob
orientação da Profa. Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 27/03/02.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley (orientadora)

Prof. Dr. Francisco de Oliveira

Prof. Dr. Guilherme Raul Rubem

Prof. Dr. Octavio Ianni

Profa. Dra. Regina Célia Reyes Novaes

**Março/2002
Campinas, SP**

NIDADE 00
CHAMADA T/UNICAMP
B8360
EX
OMBO BCI 49262
ROC 16.837102
D X
REÇO R\$11,00
ATA
CPD

2

CM00167779-7

B ID 242108

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

Bruno, Regina Angela Landim.

~~N/A~~ O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência na Nova
República / Regina Angela Landim Bruno. - - Campinas, SP: s. n. ,
B8360 2002.

Orientadora: Maria de Nazareth Baudel Wanderley
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Agricultura e Estado – Brasil. 2. Proprietários de terras – Brasil 3. Empresas
rurais 4. Brasil – Política e Governo.

I. Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

III. Título.

Resumo

O período da Nova República, em especial o ano de 1985, parecia reunir elementos que poderiam, senão romper, pelo menos dar início a um processo capaz de estabelecer novos limites ao monopólio fundiário. É nos anos 80, no contexto da democratização e do agravamento dos conflitos de terra, que a bandeira da reforma agrária ganha maior visibilidade. É, também, quando irrompe um novo movimento de ocupações de terra que, apesar de todas as dificuldades e impasses, gradativamente vai se afirmando como instrumento de pressão em favor da democratização da propriedade e da luta por direitos. No entanto, os acontecimentos que se produziram no ano de 1985 apontam o contrário: o que se assistiu foi uma mobilização patronal rural, sem precedentes na história, contra as demandas de democratização da propriedade e integração dos trabalhadores rurais ao novo processo produtivo e ao exercício da cidadania.

O objetivo do nosso trabalho é apresentar, tendo como referência o debate na grande imprensa, uma reflexão sobre a nova identidade e a nova retórica patronal, que se constituíram no bojo da reação dos grandes proprietários e empresários rurais em torno do debate sobre a reforma agrária da Nova República e as lutas por terra. Há um *habitus* social dos proprietários e empresários rurais intimamente ligados a nossa formação histórica e que amiúde se produzem e se reproduzem juntamente com as transformações da sociedade brasileira. É a junção de novas e velhas formas de agir e pensar, de permanências e novidades, que irá compor a nova identidade patronal, contida na designação, “nós, os produtores e empresários rurais”.

00-224216

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Abstract

The Nova República (*New Republic*) period, especially the year 1985, seemed to have elements that could, if not break, at least start a process of establishing new limits to the monopoly of land. It's in the 80's, in the context of democratization and of worsening of land conflicts that the claim on land reform became more visible. It's also when arose a new movement of land occupations that, despite all difficulties and deadlock, gradually became an instrument of pressure in behalf of the property democratization and of the struggle for rights. Nevertheless, the events of 1985 showed the opposite: there was a landowner mobilization, with no precedents in history, against the demands for land democratization and rural workers integration to the productive process and to the citizenship exercises.

The purpose of this work is to present - having the debate in media as a reference - a reflection on this new identity and the new landowners rhetoric, that came out in the context of the great landowners and rural employers reaction to the debate on Nova República land reform and to the struggle for land. There is a social *habitus* of landowners and rural employers intimately linked to our historical background and that often produces and reproduces itself with the changes of the Brazilian society at the same time. It is the link of new and old forms of acting and thinking, of continuities and novelties, that will constitute the landowner new identity, defined by the statement, "We, the producers and rural employers".

“Se quisermos compreender a linguagem, teremos de fingir nunca ter falado, submetê-la a uma redução sem a qual ela nos escaparia mais uma vez, reconduzindo-a àquilo que ela nos significa, *olhá-la* como os surdos olham aqueles que estão falando, comparar a arte da linguagem com as outras artes de expressão, tentar vê-la como uma dessas artes mudas. É possível que o sentido da linguagem tenha um privilégio decisivo, mas é tentando o paralelo que perceberemos aquilo que talvez o torne impossível ao final. Começemos por compreender que há uma linguagem tácita e que a pintura fala a seu modo”.

Merleau-Ponty
Signos

“A importância de Nhonhô Gaita cresceu sobre o corpo da mulher que ele assassinou a facadas por adultério. Uma auréola o acompanha, a auréola da terra, do chão da província. Suas fazendas esticavam-se tamanhas e tão distantes, que só o avião satisfaz a sua vigilância de dono. Possui *packing-houses*, fazendas de caçar, fazendas de pescar, fazendas de criar, fazendas de cana, engenhos e moinhos, laranjas, laranjas, laranjas, jaboticabas, jaboticabas, jaboticabas, terras, terras, terras, dinheiro, dinheiro, dinheiro. Para ele foram feitas todas as estradas, todos os clubes, todas as Iracemas, todos os médicos, (...) os capangas, os delegados de polícia, os jornais, os governos.(...) Passa escrituras, escrituras, escrituras, assina cheques, cheques, cheques...”

Oswald de Andrade
Marco Zero II- Chão

“Haver injustiça é como haver morte”
Fernando Pessoa
Obras completas

Agradecimentos

Este trabalho é o produto, parcial, de uma longa trajetória acadêmica permeada por inúmeras redefinições do objeto de estudo, interrupções e retomadas em torno de uma mesma problemática: a questão agrária no Brasil. Ao longo desses anos, diversas pessoas e instituições contribuíram para a minha formação acadêmica ou colaboraram decisivamente na elaboração desta tese.

Eduardo Diatay Bezerra de Menezes (Universidade Federal do Ceará) ensinou-me, talvez sem o saber, a buscar sempre ampliar o campo de leitura, mesmo quando discordamos dos pressupostos do autor.

Maurício Vinhas de Queiroz e Bárbara Freitag (Universidade de Brasília) foram decisivos na minha formação sociológica. Maurício incentivou-me a compreender a importância dos conflitos agrários que despontavam na mídia, apesar da censura política e Bárbara iniciou-me nas obras de Marx.

Posteriormente, a interlocução acadêmica com os professores e alunos *do Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine - Paris III*, em especial Jacques Chonchol e Michel Gutelman, acerca das experiências de reforma agrária na América Latina ampliou o meu conhecimento sobre os impasses e as controvérsias da política de reforma agrária.

Manuel da Conceição, líder camponês no Maranhão exilado na Suíça, foi seguramente uma figura marcante em minha trajetória ao relatar a sua experiência de vida e das lutas por terra no Brasil.

Desse período restou-me a certeza de que a questão agrária é uma questão essencialmente política e de que o conhecimento é um processo coletivo, social e histórico, mesmo quando situado no quadro particular de uma sociedade e de uma época.

Na Unicamp, os seminários do doutorado com professores Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Roberto Cardoso de Oliveira, Vilmar Faria, Maria da Conceição D'Incao, Carlos Brandrão e Marilena Chauí, assim como a discussão com os colegas de

curso, Leonilde, Maria Antonieta, Aloísio, Carlos, Cremilda e Dalcy, abriram-me novas perspectivas metodológicas e teóricas importantes.

Maria de Nazareth Baudel Wanderley, minha orientadora e amiga, além do respaldo institucional, incentivou-me e problematizou inúmeras das questões aqui enunciadas, em especial a precedência da propriedade fundiária no Brasil e a vitalidade das classes patronais no campo, chamando a atenção para determinados recortes sociais e ideológicos “dessa classe acuada, mas ainda socialmente muito forte e capaz de falar”.

Com Vladimir Palmeira e Leonilde Medeiros (CPDA) mantive um diálogo rico e instigante que deixou fortes marcas na construção desta tese.

Vladimir convenceu-me da importância de “saber ouvir” as classes e grupos dominantes como uma das dimensões constitutivas do pensamento crítico e da compreensão da sociedade, e mostrou-me a necessidade de formular com mais cuidado a questão do atraso, sobretudo a idéia de que o atraso não necessariamente se constitui em um anacronismo, ao contrário, existem situações em que “o moderno perpetua formas de atraso”. Por exemplo, diz ele, Pedro, o Grande, foi o principal incentivador do desenvolvimento da manufatura na Rússia, mas, para isso, não só “estendeu a servidão ao progresso industrial, como a fortaleceu” e recorreu a expressões e símbolos identificados com o atraso, mesmo quando queria expressar novas concepções e novas idéias. A grande diferença é que Pedro o Grande, apostava na mudança, “queria a reforma” e, nesse sentido, travou uma luta cultural contra o atraso.

Com Leonilde, amiga de todas as horas e minha principal interlocutora na reflexão sociológica, mantive (e mantenho) um diálogo constante, cotidiano, sobre as minhas (e nossas) descobertas e impasses, sem falar na sua rica e acurada análise a respeito da questão agrária, do sindicalismo rural e dos movimentos sociais no campo. A sua contribuição encontra-se registrada na elaboração deste trabalho, em especial a idéia de que os processos sociais são relacionais.

Com Regina Novaes Reyes (ICFS/UFRJ) e Nelson Giordano Delgado (CPDA) tive discussões substanciais que me levaram a rever meus temas e recortes. Regina discutiu comigo o projeto inicial e fez-me ver a importância da noção de *habitus* como explicativa dos processos sociais em questão, auxiliou-me na definição do objeto e mostrou-me o quanto era importante a minha tentativa de “criação” de uma nova fonte: a grande

imprensa. Tanto Vladimir como Leonilde e Regina me ajudaram a sistematizar a idéia de uma imprensa como campo de disputa, política e de mercado.

Nelson, sempre marcando tempos e fronteiras quando eu os ultrapassava, também auxiliou-me na discussão sobre o atraso e o moderno, além de ajudar-me na sistematização inicial dos capítulos e convencer-me de que eu deveria abandonar a espera de um momento ideal e incorporar a tese ao meu cotidiano.

Inês Cabanilha de Souza, doutoranda do CPDA e co-responsável pela pesquisa sobre Sistemas de Gerenciamento da Reforma Agrária - Siger (MDA-FAO/Incra) estimulou-me e acompanhou de perto a elaboração desta tese, seja discutindo algumas questões como, por exemplo, o clientelismo no Brasil, seja assumindo, nesta fase final (juntamente com Marcelo Miná Dias, doutorando do CPDA), a coordenação da pesquisa.

Luciano Padrão, Marcelo Miná e Inês Cabanilha, doutorandos do CPDA, além de apoio e da amizade, colaboraram no trabalho final de sistematização, revisão e impressão desta versão.

Sônia Cruz, com a sua reconhecida eficiência e o seu carinho, garantiu-me o apoio logístico na versão final da tese.

O CPDA (professores e alunos), apesar de todas as dificuldades advindas da imensa precariedade do ensino universitário no Brasil, é seguramente um espaço por excelência de interlocução acadêmica. Roberto Moreira ajudou-me a compreender o Norbert Elias e o debate teórico a renda da terra. Ana Célia Castro, sempre generosa, possibilitou-me o acesso aos presidentes das associações patronais e por ser uma economista interdisciplinar, forneceu-me alguns escritos sobre *habitus*. John Wilkinson, em um determinado momento, fez-me ver que aos olhos dos proprietários de terra a reforma agrária da Nova República significava a reedição do debate e do movimento pelas reformas de base do fim dos anos 50 e 60. Renato Maluf esteve presente em vários momentos da elaboração deste trabalho, seja disponibilizando material sobre o Oeste Catarinense, seja comentando sobre o empresariado brasileiro e partilhou da minha eterna indagação acerca da natureza do atraso e do moderno.

No decorrer da década de 80, várias pessoas contribuíram para a minha reflexão sobre a União Democrática Ruralista (UDR) quando ainda não tínhamos clareza de seus contornos e desdobramentos, e o fizeram, seja disponibilizando material, seja apoiando-me

ou apontando-me alguns aspectos importantes que não os havia percebido. Nesse sentido, quero agradecer ao prof. José de Souza Martins (USP) seguramente o meu principal interlocutor na reflexão sobre a questão patronal no Brasil, Moacir Palmeira (Museu Nacional), Zander Navarro (UFRGS), Ivan Ribeiro (*in memoriam*), Maria Emília Pacheco (FASE), Neide Esterci (IFCS/UFRJ), Lígia Sigaud (Museu Nacional), Vilma Figueiredo (UnB), o “Jornal dos Sem Terra”, o Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará (NAEA), Célia Tolentino (Unesp), Leda Benévolo de Castro (UFMG) e Nair Costa Nuls (UFMG).

Beneficiei-me ainda, nos anos 80, das discussões coletivas do Programa Movimento Camponês e Igrejas do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), do qual faziam parte Aurélio Vianna Júnior, Clara de Assis Evangelista, Leonilde Sérvolo de Medeiros, Luciano Nunes Padrão, Maria Cecília Iório, Mariana Pantoja Franco, Neide Esterci, Regina Novaes e Roberto José Novaes, dos debates do Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais no Campo, do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social e Agricultura (PIPSA) e do Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais no Campo (Fundação Ford/CPDA).

Na atividade de pesquisa contei com o apoio institucional da Anpocs - Dotação Anpocs/CNPq . Posteriormente, fui beneficiada com os recursos do Programa Ensino e Pesquisa sobre a Reforma do Estado (Capes) e com os recursos do Programa Nacional de Núcleos de Excelência - Pronex (CNPq/MCT). Para o levantamento e sistematização dos dados colhidos, contei, em momentos diferenciados, com a colaboração de Suzana Pessoa Soares, Clara de Assis Evangelista, Valéria Rodrigues, Ana Milhomem (PIBIC), Inês Cabanilha e Roseli Bueno de Andrade.

O afeto, a solidariedade e o incentivo de inúmeros amigos e amigas - tão importante quanto as contribuições teóricas - foram, para mim, fundamentais.

Gostaria de agradecer “de coração” à minha filha Isabel (Bel) Bruno Palmeira, a meus pais Roberto Bruno (*in memoriam*) e Maria Lígia Landim Bruno e à minha família.

Agradeço também a Marcelo Werneck, Pedro “cinema” Duarte, Glória Maria Moraes da Costa, Alcibele (Dédé) Maria Moraes da Costa, Isabel Moraes da Costa, Maria Helena Cerqueira, Ivone Costa de Souza, Isabel Newlands, Maria Clara Abalo Ferraz, Sonia Cruz, Reginaldo Leite Carvalho, Raimundo Santos, Silvana de Paula, Doraci

Cabanilha, Roseli Bueno de Andrade, Maria Betânia Ávila, Elisabeth Ferreira, Élia Menezes Rola, Fernando Ribas Prado, Joaquim Soriano, Ana Maria Motta Ribeiro, Carlos Bernardo Vainer, Sonia Giacomini, Vera Botta Ferrante, José Luiz da Costa Lira, José Prado (*in memoriam*) e Tereza Sobral Rollemberg

Minha dívida pessoal para com as amigas de sempre e professoras Ana Maria Fernandes e Fernanda da Fonseca Sobral, ambas da UnB, que se empenharam na obtenção da minha documentação de mestrado, necessária à minha reintegração à Unicamp.

Foi no convívio privilegiado com estas pessoas que consegui elaborar este trabalho.

Sumário

Introdução 15

Capítulo 1- “Abrindo velhas feridas” 49

- 1.1 Rumo à democracia 50
- 1.2 O discurso oficial 68
- 1.3 “Uma guilhotina armada sobre os produtores rurais” 77
- 1.4 “Um terreno minado” 87

Capítulo 2- “Começou a grita” 97

- 2.1 “Em busca de uma solução sem traumas” 100
- 2.2 A grita 104
 - 2.2.1 “Pela preservação da atividade produtiva” 115
 - 2.2.2 A disputa pela representação patronal 120
- 2.3 A retaguarda da grande propriedade: políticos e assessores presidenciais 125
- 2.4 “Volta à Idade Média” 134
 - 2.4.1 Os modernos fazendeiros desbravadores ou Miguel Arcamundo, o ignorado? 145

Capítulo 3- Propriedade e violência 161

- 3.1 Uma barraca de lona preta 163
- 3.2 “Se o problema é imolar vidas, que comecemos logo” 173
 - 3.2.1 “A desapropriação induz à invasão!” 182
 - 3.2.2 “Essa coisa de reforma agrária é comunismo” 185
 - 3.2.3 “Quem são os agitadores do campo?” 187
 - 3.2.4 A violência no campo 189
- 3.3 “Nenhuma violação será tolerada” 199
 - 3.3.1 “Não há pontos intocáveis no PNRA” 202
 - 3.3.2 “Paz no campo” 208
 - 3.3.3 “O medo das consequências trágicas” 210
- 3.4 O poder da imprensa 214
 - 3.4.1 A vez dos leitores 216
 - 3.4.1.1 “Outrora ...e sempre” 224
 - 3.4.1.2 “Acrescentar!, nunca substituir” 236
 - 3.4.1.3 “Reforma agrária, uma questão política” 253
 - 3.4.2 O campo jornalístico: diversidade e disputas 267

Considerações finais 289

Bibliografia 301

INTRODUÇÃO

“A grande expansão capitalista no campo nos últimos vinte anos foi, também, a expansão de contradições, semeou a empresa, a fazenda, a grilagem, a injustiça, a brutalidade. E semeou, também, a resistência, semeou novas significações para velhos atos, novos atos para velhas significações, novos atos e novas significações. Encheu a terra de mistério, de enigmas e, também, de desvendamentos, de descobertas”.

José de Souza Martins

Existem determinados momentos na história que parecem expressar por si um conjunto de acontecimentos redefinidores de processos sociais mais abrangentes. Assemelham-se a situações em que vários fatos se entrelaçam enunciando o prolongamento de processos sociais seculares ou indicando novos impasses e exigindo novas direções (Sahlins, 1990). O período da Nova República, em especial o ano de 1985, poderia ser considerado como um exemplo desses momentos emblemáticos que expressam questões históricas maiores.

É nos anos 80 que a bandeira da reforma agrária volta à ordem do dia, ganha maior visibilidade e se mantém na cena política até hoje (Palmeira, 1994). É, também, quando irrompe um novo movimento de ocupação de terras que, apesar de todas as dificuldades e impasses, gradativamente vai se afirmando como instrumento de pressão em favor da democratização da propriedade da terra e da luta por direitos. É ainda nesse período que tem início a constituição de novos pressupostos sobre a questão agrária, marcando, assim, o fim de uma visão de reforma agrária que inspirou, por 20 anos, os movimentos sociais no campo e as várias versões do pensamento reformista no Brasil (D’Incao, 1990). Os anos 80 também prenunciam o esgotamento da política de

crédito e de incentivos fiscais implementada durante os governos militares – um dos pilares do modelo de modernização da agricultura.

Todos esses fatos e a própria conjuntura de transição política pareciam reunir elementos que poderiam, senão romper, pelo menos dar início a um processo capaz de estabelecer novos limites ao monopólio fundiário e à força política da grande propriedade no Brasil. No entanto, os acontecimentos que se produziram no ano de 1985, sob o governo da Nova República, apontam o contrário: o que se assistiu foi uma mobilização patronal rural contra as demandas de democratização da propriedade da terra e as novas formas de integração dos trabalhadores rurais ao processo produtivo e ao exercício da cidadania. Organizados como classe, grandes proprietários de terra e empresários rurais, em especial das regiões modernizadas do Sul e do Sudeste, reagiram contra qualquer tentativa de democratização da propriedade da terra, fazendo ruir as possíveis alternativas abertas com a transição e a mobilização dos trabalhadores rurais por uma reforma agrária.

A conjuntura de democratização e de transição política jogou um papel fundamental na reação patronal e na constituição de um campo de conflito agrário. O processo de transição se, de um lado, fez aflorar a bandeira da reforma agrária e imprimiu uma nova feição às lutas por terra, de outro, contribuiu para a radicalidade da reação patronal rural e potencializou o medo dos grandes proprietários quanto à possível efetividade de uma reforma agrária no Brasil. Os grandes proprietários de terra esperavam que a defesa da reforma agrária por parte da Aliança Democrática e da Nova República “permanecesse só retórica”, como declarou Flávio Brito da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) na imprensa, mas se surpreenderam com a criação do Ministério Especial da Reforma Agrária (Mirad), a elaboração de uma proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), da qual participaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag) e setores da Igreja Progressista, e as ações de ocupação dos trabalhadores rurais sem terra. Rapidamente, disseminou-se nas associações e nos sindicatos patronais a idéia de que, no contexto da democratização, seria possível uma “profunda e radical” transformação da estrutura fundiária. Ao mesmo tempo, difundia-se a certeza da “inevitabilidade” de uma “verdadeira guerra no campo” devido, sobretudo, à revitalização do movimento de ocupações, à crescente importância das oposições sindicais que começaram a se articular através

da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à possível radicalização do movimento sindical dos trabalhadores rurais – reconhecido, na época, como a principal força social organizada no campo.

Aos olhos dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, todo esse processo instaurado com a Nova República significava a reedição do debate e do movimento pelas reformas de base do fim dos anos 50 e início dos 60. Após 21 anos de “relativa tranquilidade”, o “fantasma” da reforma agrária, mais uma vez, retomava a cena política. Era imperativo, pois, vir a público para fazer prevalecer seus interesses e organizar-se para enfrentar a nova conjuntura que se anunciava. E, em meio à reação patronal, progressivamente vai se conformando e ganhando maior visibilidade, no cenário político nacional e na grande imprensa, uma nova identidade patronal rural, uma nova retórica de legitimação e de dominação assentada na complementaridade de práticas políticas e de símbolos antigos e novos, atrasados e modernos.

O objetivo do nosso trabalho é apresentar, tendo como referência o ano de 1985, uma reflexão sobre a nova identidade patronal que se constituiu a partir da mobilização dos grandes proprietários de terras e empresários rurais em torno do debate sobre a reforma agrária da Nova República e a luta pela terra. É a junção de novas e velhas formas de agir e pensar, de permanências e novidades, que irá compor a nova identidade dos grandes proprietários de terras e empresários rurais, contida na designação “nós, os produtores e empresários rurais modernos e racionais”.

Expressando o atraso temos, sobretudo, a concepção de propriedade como direito natural e ilimitado e a violência como prática de classe. Simbolizando os novos argumentos e práticas, destacam-se a defesa dos modernos padrões de rentabilidade e competitividade, a necessidade de uma visão sistêmica do desenvolvimento, o uso do *lobby* e o imperativo da gestão e da qualificação empresarial como condição de reprodução social e como prática política.

“O peculiar da sociedade brasileira, como de outras sociedades, está em sua própria história”, diz-nos José de Souza Martins, para quem a nossa sociedade “é marcada pela persistência do passado que se esconde, e às vezes se esconde mal, por trás das aparências do moderno” (Martins, 1994:11). Segundo o autor:

“Há, no contemporâneo, a presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado. De modo que os fatos de hoje acabam se mostrando como fatos densamente constituídos pela persistência de limitações e constrangimentos históricos que definem o alcance restrito das condutas transformadoras(...). São

estruturas, instituições, concepções e valores enraizados em relações sociais que tinham pleno sentido no passado, e que, de certo modo, e só de certo modo, ganham vida própria. (...) É sua mediação que freia o processo histórico e o torna lento”(idem:14).

Entretanto, avalia Martins, o atraso não é um mero resquício que o desenvolvimento supera mas um processo social que amiúde se renova a partir de relações sociais modernas (Martins,1986^a). Ou seja, ele é produzido e reproduzido pelas próprias condições do desenvolvimento. Nesse sentido, ele é estruturante, isto é, possui um certo significado e tem uma sustentação social e econômica (Fernandes,1981:17). Inúmeros foram os processos sociais que, ao longo do tempo, realimentaram ou foram realimentados pela contemporaneidade do atraso e do moderno. São desafios históricos que encadeiam o presente e o passado numa mesma realidade. São processos que também conformam e refletem um *habitus* e a instituição de determinados perfis humanos próprios. E, ao mesmo tempo, transformam a reflexão sobre a formação e desenvolvimento da sociedade brasileira num tema crucial e polêmico. Diz Florestan Fernandes,

“O que é ou não é histórico “determina-se ao nível do significado ou da importância que certa ocorrência (ação, processo, acontecimento, etc.) possua para dada coletividade. O histórico tanto se confunde com o que varia, quanto com o que se repete, impondo-se que se estabeleçam como essenciais as polarizações dinâmicas e que orientem o comportamento individual ou coletivo dos atores. (...) Sob este aspecto, o elemento crucial vem a ser o padrão de civilização que se pretendeu absorver e expandir no Brasil” (Fernandes, 2000:1509-1510).

Juntamente com a expansão do grande capital no campo e as transformações da sociedade brasileira, os grandes proprietários de terra e empresários rurais recorreram e atualizaram continuamente o atraso como elemento conformador de sua linguagem e de sua prática política. As modificações impressas na sociedade propiciaram a emergência de novos atores econômicos e sociais que, longe de eliminar de vez ou de tornar anacrônicas velhas estruturas e processos, a eles se imbricam. Novos sujeitos políticos e novos sistemas de dominação e de legitimidade vão sendo construídos concomitantemente com a produção e reprodução de velhos sistemas, atores e estruturas.

Ainda preexiste, como um dos fundamentos da defesa do monopólio fundiário, uma determinada concepção de propriedade que permeia, de forma marcante, as argumentações e

ações dos grandes proprietários de terras e empresários rurais – a noção de propriedade como direito natural, absoluto –, considerada pelas elites agrárias como sendo a forma antiga e segura de se criar riqueza e se obter reconhecimento político, *status* e prestígio estável. Direito incontestável, algo naturalmente herdado e adquirido pelo trabalho, da grande propriedade fundiária teria partido a determinação dos valores sociais da sociedade brasileira, em especial a respeitabilidade, a audácia, a honradez, a bravura, a moral e o destemor para enfrentar a adversidade. São atributos que, em certo sentido, carregam consigo e atualizam aquilo que Oliveira Viana denomina “os elementos ideológicos do domínio” (Oliveira Viana, 2000).

A defesa e o exercício do direito de propriedade com se não houvesse limites instituem uma determinada leitura sobre a função social da terra, fundam uma visão elitista e excludente dos trabalhadores rurais e priorizam o papel do Estado como o guardião dos interesses patronais rurais. A terra não é concebida pelos grandes proprietários como um bem limitado e não reprodutível. Há uma imensa dificuldade em se reconhecer a dimensão social da propriedade. Aos seus olhos, as medidas de democratização da propriedade assentadas no interesse social perdem seu fundamento societal e passam a ser vistas como uma injustiça. Nesse sentido, há uma transfiguração da noção de uso social da terra, em que o conceito de produtivo assume novas e inusitadas características. Despido de sua dimensão social, o direito à propriedade da terra associa-se à violência e os trabalhadores rurais sem terra são vistos como “meros” assaltantes de banco¹.

Essa concepção “latifundista” da propriedade (Martins:2000), que desponta como um dos princípios orientadores da nova identidade patronal rural e se apresenta como o elo de solidariedade dos grandes proprietários de terra, congrega, política, social e simbolicamente, o conjunto das classes e grupos dominantes no campo. Ser grande proprietário de terras reúne uma multiplicidade de significados que unifica todos, apresenta-se como um dos elementos estruturantes dos costumes e contribui para o resgate do passado ou o refazer a memória como restauração das tradições, continuamente renovadas. “Tradições inventadas”, como diria Hobsbawn e Ranger, e surpreendentemente atualizadas (Hobsbawn e Ranger, 1984).

¹ Na realidade são considerados piores do que assaltantes de banco. Estes, pelo menos, levam o dinheiro mas não levam o banco. Assemelhar-se-iam mais a ladrões de cavalo.

Associada à noção de propriedade como direito absoluto, vimos a defesa da violência explícita como prática de classe. Pegar em armas para defender o monopólio fundiário não é uma novidade e sempre fez parte da prática da grande propriedade fundiária no Brasil. No imaginário social, o grande proprietário de terras é historicamente representado com uma arma na cintura, milícias e capangas, e as mortes e os assassinatos no campo amiúde funcionaram como uma das marcas da luta pela terra. O recurso à violência se baseia, sobretudo, em uma determinada concepção de mundo, que pouco se diferencia daquilo que Faoro denominou como sendo o rústico militarismo e a caudilhagem da conquista de seus ancestrais, os senhores territoriais (Faoro, 1981:17) e Fernandes caracterizou como “a violência como técnica de controle do escravo (Fernandes, 1981:19). De uma classe social onde a honra e a violência dos saques se confundem (Mercadante, 1973:24).

Mas, ao longo dos embates em torno da reforma agrária e intimamente associados às velhas palavras e antigas práticas coletivas, vão se conformando, nos anos 80, novos argumentos e novas práticas, assentados na necessidade de preservação e aperfeiçoamento do patamar produtivo então alcançado e no imperativo de uma maior rentabilidade.

Contudo, o que imprime um novo significado à linguagem e à prática patronal é o fato de que, diferentemente de momentos anteriores, se está argumentando a partir de uma agricultura modernizada e integrada, que instituiu a grande empresa capitalista rural e agroindustrial e estabeleceu um novo patamar produtivo e tecnológico no campo. Apesar de um processo incompleto, é com base nas transformações da agricultura e da sociedade que se vai configurando uma nova maneira de pensar um conjunto de questões relativas à problemática fundiária e à auto-identificação dos grandes proprietários de terra e empresários rurais no Brasil. Uma nova matriz discursiva, capaz de reordenar as argumentações ou articulá-las de um outro modo, logrando que os indivíduos e as categorias sociais dominantes no campo se conheçam e se reconheçam na nova linguagem e participem da construção de uma nova identidade de classe (Sader, 1988).

A realidade de uma agricultura “enfim modernizada”, como diria um de seus principais porta-vozes, contribuiu para conferir uma nova significação e legitimidade ao discurso patronal sobre a questão agrária, sobretudo porque já não mais se podia responsabilizar o grande proprietário de terras pelo “atraso” da sociedade brasileira – um dos principais supostos dos anos 60. Para as

elites agrárias, o latifúndio finalmente desvencilhava-se da camisa-de-força, que, durante décadas, o considerara obstáculo estrutural à modernização e à industrialização no Brasil.

Em nome de uma agricultura modernizada, a reforma agrária é considerada um “velho assunto ideológico”, sem nenhuma fundamentação econômica e teórica condizente com a realidade. A reforma agrária é encarada como radical porque, no contexto da modernização e do desenvolvimento, representa uma ameaça à atividade produtiva e ao imenso esforço dos empresários e produtores rurais em montar uma estrutura de abastecimento, gerar divisas para o país e criar milhões de empregos. A denúncia da penalização da agricultura desponta, porém, modificada em seus argumentos e se orientando, acima de tudo, para as exigências da internacionalização do capital e a urgência de uma maior competitividade para fazer face à globalização. A reiteration da vocação agrícola do Brasil, antes defendida como o destino natural do país, passa a ter como base o primado da disponibilidade de recursos naturais no novo reordenamento entre as nações.

Já a identidade “nós, os produtores e empresários rurais” nos remete a algumas referências básicas. Em primeiro lugar, expressa, de fato, novas necessidades advindas da modernização da agricultura. Sob essa perspectiva, podemos afirmar que o comportamento público e o coletivo dos grandes proprietários de terra e de seus porta-vozes são reveladores das mudanças que afetaram o meio rural e a sociedade, assim como do modo como essas mudanças foram tratadas. Em segundo, apesar de fortalecidas pela modernização da agricultura, as elites agrárias estão rebatendo a idéia do improdutivo e negando a imagem da improdutividade e da especulação que o movimento social procura lhes atribuir. O discurso do produtor e empresário rural é, também, para se legitimar como empresário e capitalista, no sentido mais completo do termo, porque se trata, no terreno político, de eliminar a imagem negativa da ineficiência que é a marca dos grandes proprietários de terras no Brasil. Há uma terceira referência muito importante, pois é por meio dela que os grandes proprietários fundiários se contrapõem aos que estão demandando terra e desqualificam os trabalhadores rurais: a de que eles, como produtores e empresários, são dotados do saber e do capital.

Os anos 80 despontam como um outro momento da desqualificação dos trabalhadores rurais. Não é mais a imagem do preguiçoso ou do “jeca-tatu” (Martins, 1981; Trindade, 1999)² que está em

² Representação caricatural do trabalhador da área rural brasileira, o jeca-tatu se inscreve entre os mais expressivos tipos criados em nossa literatura, sobretudo nos anos 50 e foi objeto de intenso debate na imprensa. Questionava-se a

questão, e, sim, a do incapaz de apreender e usar os novos recursos tecnológicos, produto da modernização da agricultura, que o momento da acumulação exige de todos (Medeiros,1999). A imagem é a do trabalhador que não tem a qualificação necessária. Sem saber e sem capital lhe restaria a alternativa de trabalhar para os outros. A desqualificação vem compensada com o velho e conhecido discurso dos benefícios sociais, direitos e formas de integração, associado ao novo propósito de transformá-los em “gestores” de seus próprios negócios. Além do mais, a presença de um amplo movimento de ocupações de terras sinalizando, politicamente, para a emergência de novas formas de organização no campo, fez com que outras designações fossem incorporadas à imagem do trabalhadores rurais. Além de preguiçosos e incapazes, eles também são considerados gananciosos e especuladores, interessados tão-somente no lucro fácil.

Ao lado da construção de uma nova linguagem de classe, novos expedientes de ação política são criados, por exemplo, o uso do *lobby* e do *marketing*, a formação de uma assessoria de *experts* em comunicação e propaganda e a utilização da imprensa como palco constante e privilegiado de produção de símbolos de classes.

Permanece, contudo, a defesa da violência explícita como direito histórico da classe, ao mesmo tempo em que se argumenta ser ela um problema inerente ao mundo moderno. A defesa da violência - num contexto histórico em que ela é condenada socialmente - teve como recurso para justificá-la o direito de propriedade existente no Código Civil.

A nova retórica patronal dos anos 80 significou, também, uma tentativa de redefinição das relações das classes e grupos dominantes no campo entre si, com o Estado e a busca de novos espaços na sociedade, num momento em que a transição e suas possíveis alternativas se lhes afiguravam como uma das principais questões. Há, ainda, uma luta por uma representação pública e legítima desses setores sociais. Por sua vez, não é mais o discurso puro e simples da defesa da propriedade latifundista da terra em si, e, sim, da grande propriedade parte constitutiva dos complexos agroindustriais, situando-se, portanto, em um contexto mais amplo que a justificaria.

importância, conveniência e abrangência do “caboclo acocorado e indolente retratado inicialmente por Monteiro Lobato. Posteriormente, do contato de Monteiro Lobato com as teses do movimento de saneamento rural, “cristalizou-se a idéia de um jeca anemido, doente, mas capaz de se regenerar com o auxílio da ciência” (Trindade,1999:134). Euclides da Cunha oscila em apresentá-lo Quasímodo e Hércules, entre a altivez do sertanejo e a permanência da imagem da preguiça “a raiz dos vícios da terra, fruto da bebedice”, parasita, “piolho da terra” (Trindade,1999: 137).

Existem, igualmente, maior complexidade no tecido social e uma nova configuração das estruturas de classe no campo, expressas não só pela emergência de novas elites agrárias (convivendo com as velhas elites) e ampliação e diversificação dos espaços de interlocução e de representação patronal, mas também pela existência, no Brasil, de uma burguesia agrária moderna, consolidada e estabelecida – base e símbolo de um modelo de modernização concentrador e excludente. Uma burguesia agrária, “renovada e ampliada pelas políticas de incentivos fiscais do governo militar”(Martins,1997:viii).

Nesse sentido, é possível falarmos de uma nova geração política no campo, gestada, ao longo do processo de modernização da agricultura, em especial no interior das associações por produto e multiproduto, dos sindicatos patronais e no cooperativismo empresarial. São lideranças que obviamente não tiveram expressão política nos anos 60 e que na conjuntura dos anos 80 têm o poder de aglutinar, em defesa do monopólio da terra, tanto os setores mais tradicionais que não organizam a sua atividade econômica com base em uma pauta “racional, moderna, de valores e de condutas” (Martins,1986^a:123), como as categorias sociais ligadas à agroindústria e às grandes cooperativas empresariais. Abrigam-se nessa nova identidade patronal os grandes proprietários de terras e empresários rurais; as grandes cooperativas empresariais; inúmeros setores a jusante e a montante das cadeias agroindustriais, em especial os fornecedores de insumos e implementos agrícolas; cafeicultores e usineiros; empresas de reflorestamento, produtores de cacau e sojeiros. Figuras como os Lunardelli, os Bueno Vidigal, identificados pela imprensa como “empresários investidores com interesses agrários no sul do Pará”, os Almeida Prado, os Cerqueira César, os Toledo Pizza e os grandes pecuaristas. Estes últimos, historicamente considerados a expressão do atraso e da improdutividade, mas que nos 80 atualizaram o seu discurso e despontaram como promotores do desenvolvimento ecologicamente equilibrado e da competitividade ecológica empresarial.

Uma nova geração política no campo, muitas vezes moderna pela tecnologia, porém ainda atrasada na concepção de propriedade, que reorganiza novos símbolos e práticas, ao mesmo tempo em que atualiza velhos argumentos e antigas formas de agir. Uma geração, como diria Florestan Fernandes, “portadora de processos sociais que o passado implica e particularmente empenhada em manter e em renovar ou modificar para melhor manter” (Fernandes,1981:17).

É, especialmente, com base nessa nova retórica de legitimidade que as elites agrárias, em 1985 e nos anos subseqüentes, detiveram a iniciativa política e a ofensiva, estabelecendo, assim, os parâmetros do debate sobre a reforma agrária ao exigirem a “intocabilidade da propriedade produtiva” e o respeito “a quem está produzindo”.

Em meu trabalho, pretendo analisar como determinadas idéias, linguagens e práticas dos grandes proprietários de terra e de seus porta-vozes tornam-se argumentos e transformam-se em álibis de classe e qual o papel da imprensa nesse processo. Nesse sentido, gostaria de apreender como os grandes proprietários de terra e seus porta-vozes interpretam, interpelam e influem nos acontecimentos do período; entender a forma pela qual os argumentos são construídos e utilizados; e ver como se dá a relação entre elites agrárias e os demais grupos sociais e o Estado.

A ótica mais geral sob a qual desenvolvo o trabalho é a de que a reação patronal dos anos 80 contribuiu para a constituição de nova identidade patronal, que pode ser lida como um momento do processo de formação de classes. Ou seja, envolve mediações, contradições, conflitos e transformações. A minha hipótese central é a idéia de que, nos anos 80, a reação dos grandes proprietários de terra e empresários rurais ao PNRA e às lutas por terra foi um momento por excelência do processo de reprodução das classes e grupos dominantes no campo e de renovação de suas condições de exploração e dominação.

Poderíamos nos perguntar até que ponto é possível pensarmos em classes sociais. Certamente, nem todas as ações coletivas dos grandes proprietários expressam momentos de “construção da classe”, mas é difícil entendermos os acontecimentos de meados dos anos 80 sem o recurso à reflexão sobre a categoria classe social. Em Marx, sobretudo em seus escritos históricos, podem ser encontrados os suportes básicos da noção de classe como processo histórico, produto de experiências partilhadas, das relações antagônicas e de seus movimentos de produção e de reprodução. Marx, ao se debruçar sobre as experiências revolucionárias de 1848, devido, talvez, à sua grande sensibilidade e preocupação em entender a “essência para além das aparências”, consegue exceder-se e romper seus próprios pressupostos, relativizando, assim, a centralidade da luta de classes como explicativa e definidora do conjunto dos processos sociais, e não reduzindo os acontecimentos às determinações econômicas fundadas nas relações de produção.

Há, também, um outro momento, igualmente importante, de sua reflexão sobre a divisão da sociedade e sua estruturação em classes. Na *Ideologia Alemã*, Marx não só opera com a noção de classe como processo histórico e relacional (logo dessubstancializada e contextualizada) como também desenvolve as idéias de necessidade, determinação e liberdade como fundamentos da concepção de uma história aberta que se auto-estrutura. A estrutura estabelece a necessidade da determinação e, ao se reproduzir, a de libertação. Ou seja, as estruturas são dinâmicas, “e o caráter antagônico dos interesses é a base da possibilidade de transformação e produção das classes” (Oliveira, 1987).

Posteriormente, Thompson e outros autores (Thompson, 1987; Hobsbawn, 1987; Bourdieu, 1983), dialogando com o pensamento de Marx e com a teorização de Gramsci sobre a política como uma dimensão essencial do movimento histórico, recuperaram a noção de classes sociais como processo histórico. De um modo geral, eles defendem que as dimensões simbólicas e políticas também podem ser entendidas à luz da análise sobre as classes sociais. Enquanto Bourdieu procura “pôr em relação” a objetividade da infra-estrutura e a subjetividade de suas representações, Thompson evidencia o peso da livre disposição dos homens para agir numa dada situação histórica³:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos dispares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre afetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (...) A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição (Thompson, 1987:9).

Thompson, ao criticar a noção de classe como uma categoria estática (um dos traços, segundo ele, da tradição sociológica), também resgata a noção de relação e a dimensão relacional dos processos históricos. Segundo ele, a classe é uma relação histórica, que “acontece” quando alguns homens “como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e

³ Uma das críticas mais instigantes e ricas ao pensamento de Thompson é a de Perry Anderson em seus artigos para a *New Left Review*. Segundo o autor, a dificuldade fundamental da análise de Thompson sobre as classes sociais é a ênfase na auto-construção das classes pelos indivíduos, em detrimento das condições que lhes são objetivamente dadas. Em última análise, é o lugar da “vontade” na explicação dos processos históricos.

articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (Thompson, 1987:10).

A relevância da visão de Thompson sobre o tema das classes sociais está precisamente em não tomá-las como “coisa”, nem estabelecer como devem ser as classes, mostrando, ao contrário, que elas se constituem historicamente de formas diferentes. Diz o autor:

Existe atualmente uma tentação generalizada de supor que a classe é uma coisa. Não era esse o significado em Marx, em seus escritos históricos (...). ‘Ela’, a classe operária, é tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente – uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção (relação) com os meios de produção. Uma vez isso assumido, torna-se possível deduzir a consciência de classe que ‘ela’ deveria ter (mas raramente tem), se estivesse adequadamente consciente de sua própria posição e interesses reais. Há uma superestrutura cultural, por onde esse reconhecimento desponta sob formas ineficazes. Essas ‘defasagens’ e distorções culturais constituem um incômodo, de modo que é mais fácil passar para uma teoria substantiva: o partido, a seita ou algum teórico que desvende a consciência de classe, não como ela é, mas como deveria ser. (Thompson, 1987:10)

Em Thompson também a noção de classe como categoria histórica comporta duas dimensões: a classe pensada com referência a um conteúdo histórico real, empiricamente observável – “nessa acepção, o termo classe nasce com a sociedade industrial do século XIX, pois só nela podem ser observadas instituições, partidos e culturas de classe” (Ridenti, 1994:44) – e a classe como categoria heurística ou analítica, “para organizar a evidência histórica que tem uma correspondência direta muito menor”(idem). Sob essa perspectiva, haveria uma ênfase, de Thompson, à noção de luta de classe. Ou seja, o conceito de classe é inseparável daquele de luta de classe:

As classes não existem como entidades separadas que procuram e encontram um inimigo de classe, para então começar a lutar. Ao contrário, as pessoas encontram-se em uma sociedade estruturada de determinadas maneiras (crucial, mas não exclusivamente, em relações de produção), elas passam pela exploração (ou pela necessidade de manter poder sobre aqueles que elas exploram), elas identificam pontos de interesse antagônicos, começam a lutar em torno dessas questões e no processo de luta elas se descobrem como classes, elas vêm a conhecer essa descoberta como consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre

o último, não o primeiro, estágio no processo histórico real (Thompson,1987:149 apud Ridente,1994:44).

Ao me remeter à teoria das classes sociais estou ciente dos inúmeros “riscos” e implicações existentes, em especial o risco de uma aplicação mecanicista ou de “não saber apanhar a multiplicidade de determinações que fazem o concreto” (Oliveira,1987:9), além, é claro, dos limites e das imprecisões existentes no interior da própria teoria e de sua transformação em doutrina. Há, também, como já assinalou Novaes, o risco da utilização de teorias macro e do uso de conceitos que pressupõem um determinado grau de abstração, no estudo de grupos sociais restritos e localizados no tempo e no espaço (Novaes,1997). Por esse prisma, haverá sempre o perigo de os conceitos tornarem-se meramente alusivos e se substituírem àquilo que têm por função explicar. Entretanto, concordo com Regina Novaes quando afirma que “simplesmente evitá-los não parece ser também a solução (...) o importante é procurar dialogar com esses e outros conceitos, fazendo-os referências analíticas, explicitando o seu conteúdo e a sua relevância para compreensão dos dados que serão apresentados” (Novaes,1997:6).

De uma outra perspectiva, o processo de construção de uma nova identidade patronal me remete, ainda, à noção de *habitus*, aqui entendido como sistema de predisposições socialmente constituídas que orienta o pensar e o agir. Segundo Bourdieu, o *habitus* funciona como saber social incorporado. São “estruturas estruturadas e estruturantes.(...) E constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (Bourdieu,1987:191).

Para o autor, o *habitus* é sempre produto de uma aquisição pretérita, que pode ser feita, seja através da família, seja através do convívio em determinados grupos sociais, mas sobretudo no sistema de ensino. O *habitus* é historicamente pensado e transmitido pelo sistema de ensino, diz Bourdieu.

O *habitus* é também concebido, por Bourdieu, como “objetividade interiorizada”, ou seja, algo adquirido de fora para dentro e, ao mesmo tempo, “interioridade exteriorizada”, como predisposição para agir em função daquele *habitus*. São basicamente as situações em que o sujeito ou os grupos sociais trazem o subjetivo para fora. Já que o *habitus* possui essa dupla dimensão e como todo agente social é portador de um *habitus*, então, o consenso, para Bourdieu, seria a confluência, não necessariamente de *habitus*, mas desse duplo movimento. Nesse sentido, o

consenso em Bourdieu difere do conceito de hegemonia em Gramsci para quem o consenso passaria por uma questão modal: a produção da hegemonia. No entanto, os dois têm em comum a idéia de que o consenso é sempre construído⁴. Bourdieu, ao operar a noção de *habitus*, também diferencia a história incorporada da história reificada. Esta última significaria, como o próprio nome aponta, a história materializada em emblemas e signos. Já a história incorporada seria a que todo sujeito social traz dentro de si, adquirida por vivências e representações pretéritas⁵ (Mendonça, 1993).

Muito antes de Bourdieu, Norbert Elias já havia recorrido à noção de *habitus*, entendido como saber social incorporado ou estrutura da personalidade social dos indivíduos. O conceito de *habitus* em Elias foi pensado sobretudo com o objetivo de contornar a habitual dicotomização entre indivíduo e sociedade. Ele considerava “enganador” o velho hábito de usar os termos indivíduo e sociedade como se representassem objetos distintos. O seu princípio orientador é a idéia de interdependência entre essas duas dimensões da realidade. E o *habitus* permitia fazer a ligação entre as duas dimensões, descrevendo a maneira como são individualmente incorporadas as modalidades de percepção e de ação coletivamente desenvolvidas no sistema de interações. Elias vê na individualidade “a expressão da maneira particular, bem como o grau, em que a forma de comando psíquico de um indivíduo se distingue dos outros (...) De sorte que a sociedade não é somente o fator de caracterização e de uniformização, é também o fator de individualização” (Elias, 1994:51). Portanto, para Elias, o *habitus* compreende tanto os comportamentos individualizados como os partilhados pelos outros membros de um mesmo grupo, depositários e atores de uma identidade coletiva. É também a concretização das relações efetivamente praticadas entre níveis muito heterogêneos da experiência (Heinich, 2001:131-132).

Segundo o autor, não há uma “identidade-eu” sem a “identidade-nós”, o que varia é o padrão da relação eu-nós, que se apresenta como “parte integrante do *habitus* social de uma pessoa e, como tal, está aberta à individualização”(Elias, 1994:152). Entretanto, a identidade-nós

⁴ Para Bourdieu o consenso é sempre construído a partir das relações entre os agentes de um mesmo campo em função do poder simbólico, do poder de conhecer e de construir o mundo. E a condição de existência do poder simbólico está exatamente no fato de ser ignorado, o que significa ser reconhecido: o efeito de des-conhecimento do poder simbólico é, ao mesmo tempo, a condição de seu reconhecimento, diz Bourdieu (Bourdieu, 1998).

⁵ Comentando sobre o assunto, Sonia Mendonça afirma que em certo sentido Bourdieu opera com os mesmos pressupostos de Marx do 18 Brumário quando afirma que ‘os mortos comandam os vivos’. Entretanto, no caso de Bourdieu, os que comandam os vivos no sentido da história incorporada são, simultaneamente, agentes de fantasmas e ao mesmo tempo atores presentes. Ou seja, os indivíduos e grupos sociais atuam esses fantasmas pelo *habitus* e, nesse processo, os transformariam no seu próprio devir.

e a identidade-eu dos indivíduos não são nem evidentes nem tão imutáveis quanto pode parecer à primeira vista. São processos dinâmicos mas não ocorrem da noite para o dia. Implicam processos que, com frequência, atravessam muitas gerações (idem, 1997:177 e 186) Diz Elias:

Cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com outros membros da sociedade. Possuem um *habitus*. Esse *habitus*, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade (...).Alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é, certamente, um componente do *habitus* social – um estilo mais ou menos individual inconfundível que brota da escrita social. (...)A identidade eu-nós representa a resposta à pergunta quem sou eu como ser social e individual? (...) O nome e o sobrenome indica a pessoa tanto como indivíduo singular como membro de um determinado grupo, sua família. (...) Dá a cada pessoa um símbolo de sua singularidade e uma resposta à pergunta sobre quem ela é a seus próprios olhos, ele também serve de cartão de visita. Indica quem se é aos olhos dos outros. Por este prisma, a existência da pessoa como ser individual é indissociável de sua existência como ser social (Elias,1994:151e 171).

Elias enfatiza ainda que o *habitus*, apesar de se remeter ao passado, não se apresenta como algo fixo ou estático, implica continuidades e rupturas: “O *habitus* muda com o tempo, precisamente porque as fortunas e experiências de uma nação (ou de seus agrupamentos constituintes) continuam mudando e acumulando-se”(Elias,1997:9).

Norbert Elias é essencialmente o pensador da interdependência dinâmica entre os processos sociais – o fio condutor do conceito de “configuração social”⁶. Um dos momentos mais ricos de seu trabalho é a preocupação em estabelecer as conexões existentes entre o desenvolvimento de um determinado *habitus* e o processo histórico de formação de uma sociedade. Tal postura lhe possibilita incorporar à reflexão uma conjunção de fatores sobretudo sociais e políticos, conjunturais e estruturais como, por exemplo, o peso da dinâmica de constituição das classes sociais e dos Estados nacionais no processo de formação do *habitus*. Ao mesmo tempo, lhe permite operar com várias dimensões e manifestações advindas do *habitus*, tais como as noções de “*habitus* partilhado”, “*habitus* nacional” e “*habitus* tradicional”; o arraigamento (“efeito trava”) de determinados *habitus* em momentos de mudanças sociais não

⁶ Elias não está preocupado em definir qual instância é dominante, mas como as relações sociais se cruzam e se combinam. O centro de seu raciocínio baseia-se na relação entre os diferentes processos sociais, na configuração

programadas e a imensa dificuldade em se erradicar ou denunciar a desigualdade social, quando naturalizada pelo *habitus*.

Para Elias, quanto mais a desigualdade se torna natural pelo *habitus*, mas ela parece “normal”, e logo difícil de erradicar e até de denunciar (cf. Heinech:50). E as manifestações de desigualdade variam de acordo com o desenvolvimento histórico de uma nação, de um povo. Por exemplo, na Holanda, “dado o caráter eminentemente burguês do desenvolvimento”, a igualdade passou a ser lema dos holandeses, apesar de manter a desigualdade entre si e com as camadas inferiores. Ou seja, o povo holandês cultiva a desigualdade e ao mesmo tempo tem aversão a determinados símbolos que expressam a desigualdade humana (Elias,1997 : 24-25).

Elias também procura entender como as relações de poder influenciam na formação dos sentimentos e considera que “a manipulação dos sentimentos em relação ao Estado e à nação, ao governo e ao sistema político, é uma técnica muito difundida na *praxis* social (...) Em todos os Estados nacionais, as instituições de educação pública são extremamente dedicadas ao aprofundamento e à consolidação de um sentimento baseado na tradição nacional” (Elias,1994:171).

O *habitus* social de uma pessoa encontra-se diretamente ligado ao perfil da sociedade na qual ela está inserida e faz parte, diz Elias. Nesse sentido, aquilo que parece ser uma característica de um determinado grupo social, envolve, na realidade, características mais abrangentes. Por sua vez, a família, os grupos sociais, os Estados nacionais “expressam-se em peculiaridades do *habitus* social dos indivíduos que os compõem” (Elias,1994:171). Ele “faz parte da estrutura de personalidade originária de todo indivíduo humano” (Elias, 1998:114)

Como expressão de processos sociais, o *habitus* encontra-se intimamente ligado à natureza das configurações sociais. “Em sociedades pouco diferenciadas talvez o *habitus* social tivesse uma camada única. Enquanto que nas sociedades complexas, ele tem muitas camadas. É do número de planos interligados de uma sociedade que depende o número de camadas entrelaçadas no *habitus* social de uma pessoa”, diz Elias (Elias,1994:151). Haveria também uma certa camada do *habitus* social que costuma ter especial proeminência. Trata-se da camada característica da filiação a um determinado grupo social de sobrevivência, como por exemplo uma tribo ou nação – o caráter nacional. E a sua preocupação em entender como o

desenvolvimento do *habitus* nacional alemão possibilitou o violento surto “descivilizador” da época de Hitler levou-o a apurar as possíveis conexões entre o *habitus* e o processo de formação do Estado na Alemanha (Elias, 1997).

Ainda em *Os Alemães*, Elias nos mostra como certas peculiaridades do processo de formação do Estado alemão tiveram particular significação na compreensão do *habitus* alemão – na constituição de “nós”⁷ de processos parciais entrelaçados. Ele também procura mais uma vez mostrar que as emoções e as “disposições vividas” no plano individual se devem a processos coletivos de “incorporação”, amplamente inconscientes. Nesse sentido, o *habitus* poderia expressar desde comportamentos mais aparentemente individualizados, aos mais partilhados pelos outros membros de um mesmo grupo, depositários de uma identidade coletiva – como a identidade nacional (Heinich, 2001:132).

Em seu livro *A sociedade dos indivíduos*, ele também observa que, diante de situações de mudança social “não-planejadas de um estágio em direção a outro, que pode ser inferior ou superior, as pessoas afetadas por essa mudança se agarram ao estágio anterior em sua estrutura de personalidade, em seu *habitus* social” (Elias, 1994:172). Segundo Elias, isso “depende inteiramente da força relativa da mudança social e do arraigamento – e portanto da resistência – do *habitus* social saber se e com que rapidez a dinâmica do processo social não planejado acarretará uma reestruturação mais ou menos radical desse *habitus*, ou se a feição social dos indivíduos logrará êxito em se opor à dinâmica social, quer tornando-a mais lenta, quer bloqueando-a por completo (idem, 1994:172). Trata-se do “efeito trava”. Existiriam basicamente dois principais elementos responsáveis pela persistência de um determinado *habitus* social. Em primeiro lugar, a força da transmissão familiar e geracional, da socialização de normas e valores transmitidos de pai para filho e de geração para geração. Em segundo, a idéia de que aquela “constelação” de *habitus* é constitutiva da sobrevivência do grupo social: “Tem-se a impressão de que a solidez, a resistência e o arraigamento do *habitus* social dos indivíduos numa unidade de sobrevivência aumenta à medida

⁷ Dentre os “nós” ele identifica, em primeiro lugar, a localização e as mudanças estruturais (lingüísticas) no povo alemão (por exemplo, em comparação com os países vizinhos, o povo alemão só posteriormente falou alemão). Em segundo lugar, temos as lutas de eliminação entre grupos: “certas unidades estatais ou tribais foram derrotadas em confrontos violentos, vivem à sombra de seu grandioso passado e têm dificuldade de negar o seu próprio declínio”. Em terceiro, o maior número de rupturas e descontinuidades no processo de formação do Estado alemão, quando comparado com outros países; e, finalmente, em quarto lugar, a história da expansão de modelos militares em setores da classe média alemã (Elias, 1997:17-21-25).

que se alonga e encomprida a cadeia de gerações em que certo *habitus* social se transmite de pai para filho”, afirma o autor⁸.

E mesmo que “a forma social que dá função social ao *habitus* e aos costumes tenha desaparecido, há uma preservação da identidade-nós tradicional”. Existem várias modalidades de preservação do *habitus* que por sua vez dependem de inúmeros fatores sociais e políticos: integrarem-se⁹ aos novos processos sociais; renunciarem a uma parcela de sua identidade e, portanto, do *habitus* tradicional de seus membros; ou preservarem a identidade, por meio de um processo de “encapsulação social”, mantendo de uma forma “cristalizada” os seus modos de vida, religião, tradição, estrutura de poder etc., mas, ao mesmo tempo, estabelecendo alguma relação com a sociedade (Elias 1997:177). Ele considera como traços “figurativos” estruturais responsáveis pela persistência de um *habitus* social “a permanência maior e comumente vitalícia de muitas relações humanas” e a existência “de uma balança nós-eu em que o nós tem clara preponderância sobre o eu, e que freqüentemente exige a subordinação incondicional de eu ao nós, do indivíduo ao grupo-nós”(idem,1977:177).

Quanto ao segundo aspecto, a idéia do *habitus* concebido como constitutivo da sobrevivência de um grupo social e, portanto, arraigado e persistente, Elias ressalta que as funções de sobrevivência, seja de um grupo social, seja da sociedade, são históricas. Se antes a unidade primordial de sobrevivência era a tribo, “hoje, é a humanidade inteira que agora constitui a última unidade eficaz de sobrevivência¹⁰” (Elias,1977:184). Por sua vez, as imposições do *habitus* social

⁸ Diz Elias: “Antes de chegarem os europeus, na maior parte das tribos indígenas os homens em posição de domínio eram os que traziam (...) a marca social de guerreiros e caçadores. As mulheres eram coletoras e ajudavam de muitas maneiras na ocupação central dos guerreiros e caçadores. A unidade primordial de sobrevivência, o nível mais elevado de identidade-nós, era a tribo. (...) Assim, a identificação pessoal do indivíduo com a tribo era tão natural quanto necessária. A ela, como mais elevada unidade e fonte de sentido coletiva, ajustava-se o *habitus* social, o caráter social ou a estrutura social de personalidade do indivíduo. Mas eis que a realidade se modificou. Numa longa sucessão de guerras e outras formas de luta pelo poder, os descendentes dos imigrantes europeus transformaram-se nos senhores da terra. Constituíram uma organização social num plano mais complexo de integração – o Estado. Os índios (...) continuaram a existir como formação semicristalizada.(...) Fazia muito tempo que quase todas as condições naturais e sociais que haviam moldado sua estrutura social tinham desaparecido, mas, no *habitus* social dos indivíduos, em sua estrutura de personalidade, a estrutura social extinta sobrevivia e, ajudada pela pressão da opinião pública dentro das tribos e pela educação, era transmitida de geração a geração” (Elias,1997:173).

⁹ Para Elias, mesmo quando um grupo social é assimilado no processo de desenvolvimento ainda permanecem fragmentos do *habitus* tradicional.

¹⁰ O autor nos fala que por mais forte que tenha sido a tendência, no curso do desenvolvimento histórico recente, à individualização (identidade-eu) , “os traços da identidade grupal nacional – aquilo que nós chamamos caráter nacional – constituem uma camada do *habitus* social engastada muito profunda e firmemente na estrutura de personalidade do indivíduo. (...) Ela é, à semelhança da língua, sólida e firme, mas também é flexível e está longe de

são criadas pelos seres humanos e não se resumem a uma questão de valores, antes, concernem à “fixação dos sentimentos e comportamentos individuais numa associação humana com importantes funções de sobrevivência mesmo depois de essa associação haver cedido boa parte de suas funções a um nível mais elevado de integração” (idem:184).

É no contexto da reflexão sobre o “efeito trava” que Elias discorre mais detalhadamente acerca da tradição. Segundo ele, a força da tradição não decorre tão-somente da “inércia das tradições que deslizam cegamente de era em era, mas, também, porque a imagem de fases pretéritas da nossa sociedade, por mais distorcida ou deformada que possa ser, continua vivendo na consciência de gerações subsequentes servindo involuntariamente como um espelho onde cada um pode ver-se a si mesmo” (Elias,1997:59)

Posteriormente, ao refletir *Sobre o tempo*, Elias nos aponta novos elementos para a compreensão do *habitus* social, em particular o modo como as pessoas concebem os seus *habitus*. Segundo ele, os grupos sociais “chegam a acreditar que as representações que forjam para si, a partir de sua perspectiva, são compartilhadas pela totalidade dos homens”. Por outro lado, “determinadas percepções são tão profundamente arraigadas, constituem a tal ponto um atributo de sua personalidade, que lhes é extremamente difícil ver nela o resultado de experiências de caráter social. (...) Eles tendem a considerar aquilo como sua realidade própria” (Elias,1998:108).

Existem vários pontos em comum na reflexão de Bourdieu e de Elias. Os dois consideram que todo agente social é portador de um *habitus* e concebem o *habitus* como produto de uma aquisição pretérita e como um saber social incorporado. Tanto Elias como Bourdieu estão preocupados com a questão da cultura e mostram que as “predisposições naturais”, os “comportamentos” e a “consciência moral” são socialmente construídos, portanto específicos aos grupos sociais. Elias e Bourdieu trabalham o *habitus* como uma noção operatória e estão igualmente empenhados com a reflexão no campo da sociologia do conhecimento. Enquanto Elias, como vimos anteriormente, pensa a noção de *habitus* no contexto da relação entre indivíduo e sociedade, Bourdieu recorre ao *habitus* com o intuito de superar o antagonismo entre objetividade e subjetividade. Diz Bourdieu:

“A noção de *habitus* exprime sobretudo a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo, etc. (...) Sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções de objeto”, diz o autor (Bourdieu:1998:60)¹¹. Segundo ele, trata-se de retomar o “lado ativo” do conhecimento prático como Marx sugerira nas *Teses sobre Feuerbach* e que a tradição materialista, sobretudo a teoria do ‘reflexo’, tinha abandonado” (idem:61).

Como veremos no trabalho, há um *habitus* social dos grandes proprietários de terras e dos empresários rurais intimamente ligado ao processo de formação da sociedade brasileira, à constituição da propriedade da terra e ao lugar social e político ocupado pelos grandes proprietários de terra no Brasil. São *habitus* que amiúde se produzem e se reproduzem juntamente com as transformações da sociedade. Contudo, permanece em aberto uma indagação que sempre acompanhou a minha reflexão sobre as classes e grupos dominantes no Brasil, qual seja: Em que medida o atraso, elemento constitutivo da nova retórica e da prática patronal, traduz ou não uma realidade imediata? Existiriam raízes no presente que justificam e viabilizam a atualização de práticas, de experiências, de valores e de crenças do passado? O atraso se constitui em uma necessidade do processo político, econômico e social? Como discernir as manifestações anacrônicas daquelas que se produzem e se reproduzem no moderno devido à própria dinâmica e necessidade de expansão do capitalismo no Brasil?

Por sua vez, esse momento de “construção da classe” e de instituição de uma nova retórica de legitimidade patronal também impôs, a médio prazo, a redefinição das possibilidades e dos limites do projeto reformista. De certo modo, as medidas aprovadas sobre o direito de propriedade da terra durante a Constituição de 88 apenas referendam o processo aberto com a reação patronal no primeiro ano do governo da Nova República.

A reação patronal rural de meados dos anos 80 é reveladora de processos sociais que ultrapassam o quadro de sua origem e os limites da questão fundiária propriamente dita e desvenda inúmeras questões. Permite-me, por exemplo, apreender o comportamento das elites políticas brasileiras, amiúde assinalando seus compromissos (voluntários ou involuntários) com

¹¹ E acrescenta, “tal noção permitia-me romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência, a da economia clássica e do seu *homo economicus* que regressa hoje com o nome de individualismo metodológico” (Bourdieu,1998:61).

os interesses dos grandes proprietários de terra, e perceber o jogo político se reorganizando e se reestruturando em torno dos rumos da transição democrática; contribui para desvendar o perfil da Nova República e o pacto político, sob o qual se assentava a transição; e faz ver que, por trás do consenso democratizante, existiam profundas divergências que dividiam as forças políticas coligadas em torno da defesa da reforma agrária e da participação dos trabalhadores rurais no processo democrático. Possibilita-me, também, conhecer as armadilhas da própria máquina do governo, perceber a ausência de respaldo político ao projeto reformista da Nova República e a fragilidade do apoio e da mobilização popular a favor da reforma agrária.

Os impasses do projeto reformista do governo da Nova República, o recuo na legislação fundiária, as dificuldades das lutas por terra, em que pese a força política da grande propriedade fundiária, não se explicam tão-somente pela mobilização dos proprietários e empresários rurais. Ao contrário, dentro de certos limites, foi fruto de uma escolha feita por aqueles que, naquele momento, estavam no comando do país. Foi produto de uma transição política, como diria Florestan Fernandes na FSP, “negociada e elitista” e da própria configuração da sociedade civil.

Meu estudo é o desdobramento de um trabalho anterior sobre a União Democrática Ruralista (UDR)¹² – movimento patronal que despontou em meados dos anos 80 como reação ao Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Sarney e às ocupações de terra e que, apesar de se ter autodissolvido oficialmente no início dos anos 90, freqüentemente reaparece no cenário político nacional como prática caracterizada pela intolerância e pela defesa explícita da violência, como referência e sinônimo da mobilização e do corporativismo, e como símbolo da defesa absoluta do monopólio fundiário.

No decorrer da atividade de pesquisa sobre a UDR, várias situações me fizeram refletir sobre a importância da imprensa como fonte. Naquele momento, percebi que, se olhasse sistematicamente para ela, poderia apreender novos dados, até então não visíveis, que ajudassem a pensar a questão agrária e patronal.

Foi possível perceber, por exemplo, a importância da imprensa como palco privilegiado dos grandes proprietários de terra e de seus porta-vozes, para tornar públicas as suas posições. As lideranças da UDR recorreram, sistematicamente, à mídia para a produção de símbolos de classe

¹² A pesquisa sobre a UDR foi financiada pela Anpocs/Fundação Ford.

e socialização de informações, decisões e orientação de como agir em determinadas circunstâncias.

A própria conjuntura de transição política abriu espaço para a reapropriação da imprensa pela sociedade civil. É uma reapropriação desigual, mas introduz uma dinâmica nova. Esse processo contribuiu para potencializar o uso da imprensa, por parte das elites rurais e agroindustriais, como espaço privilegiado na construção de uma identidade social e política. Grandes proprietários de terra e empresários rurais recorreram à mídia para atualizar antigos argumentos e enunciar novos temas. É o caso do discurso anticomunista e da proposta “Brasil, celeiro do mundo”. Vale salientar que os enunciadores do anticomunismo não necessariamente estão pensando no anticomunismo em si. Eles podem até nem ter vivido a experiência da guerra fria; é no presente que esse tema se torna importante. Os grandes proprietários de terra trazem esse argumento para a fala atual, como meio de desqualificação da Igreja “progressista” e da esquerda.

É, também, o caso da revalorização e atualização da noção de rural, concebida como depositária das tradições mais representativas de nossa sociedade e como portadora dos valores sociais de harmonia, ordem, coesão e solidariedade entre os trabalhadores e patrões. Ainda está por ser feita uma reflexão mais cuidadosa sobre o porquê da adesão, ao projeto UDR, de agricultores familiares, assentada nessa idéia de mundo rural como expressão da tradição e solidariedade entre as classes, em contraposição ao urbano.

Percebi, ainda, que a grande imprensa foi a principal aliada dos grandes proprietários de terra e empresários rurais na reação ao Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República. Ela se empenhou na função de formadora de opinião, consciente de sua capacidade de influir sobre os valores e comportamentos da sociedade. Ora ressaltou ou omitiu uma determinada informação, ora buscou direcionar a atenção dos leitores para fatos aparentemente sem maior visibilidade. E, muitas vezes, chegou mesmo a fornecer, através de editoriais, os fundamentos analíticos e históricos da retórica anti-reformista, orientando a grande propriedade sobre qual a argumentação mais eficaz, naquele momento. Por exemplo: foi o jornal O Estado de São Paulo que primeiro estabeleceu, publicamente, o argumento da reforma agrária como uma política “anacrônica” – uma idéia fora do lugar, atrasada e, portanto, mera expressão de uma ideologia. Foi o jornal OESP que deu substância à fala da grande propriedade sobre o tema do atraso. A

partir de então, o suposto do retardamento da reforma agrária transformou-se em idéia-força do discurso patronal, veiculado pela imprensa. Foi também o OESP que trouxe para os editoriais a discussão sobre a reforma agrária como expressão do comunismo e da estatização do campo.

Quase sempre a imprensa posicionou-se, explicitamente, a favor da grande propriedade fundiária como modelo de eficácia econômica e produtiva e mostrou-se hostil aos argumentos e princípios que fundamentavam as várias vertentes do discurso reformista presentes no embate sobre a reforma agrária. O olhar da imprensa sobre as demandas de reforma agrária repetidas vezes usurpou, escondeu e se apropriou dos fatos. Ela foi particularmente unilateral na abordagem dos eventos e lançou mão de seu poder para manipular notícias que considerava favoráveis aos grandes proprietários. A maioria dos editoriais dos grandes veículos ressaltou os mesmos argumentos dos grandes proprietários de terra e classificou a posição do governo em favor da reforma agrária como ingênua, simplista e não científica, procurando, assim, desqualificar aquelas pessoas diretamente responsáveis pela implementação da reforma agrária. Como diria Bourdieu, uma das formas de se livrar de verdades perturbadoras é dizer que elas não são científicas, o que equivale a dizer que elas são políticas, isto é, suscitadas pelo interesse, pela paixão, e, portanto, relativas e relativizáveis (Bourdieu, 1983).

Na polêmica sobre a definição do conceito de produtivo, enquanto o governo recorria à imprensa para amenizar a situação, afirmando que as terras produtivas não seriam objeto de desapropriação, os jornais respaldaram os contra-argumentos dos grandes proprietários de terra, apontando que o Estatuto da Terra, sim, permitiria a desapropriação de terras produtivas, sendo, portanto, inadmissível que a Nova República se baseasse nesse instrumento como passo inicial da reforma agrária.

A imprensa também exacerbou a força da mobilização patronal rural, ainda quando não se tinham claros seus contornos, chamando a atenção para “o grito de reação que começa a correr de forma articulada e sai das gargantas dos proprietários de 409,5 milhões de hectares de terras estocadas que serão totalmente atingidos, ao cabo de quinze anos, caso a proposta venha a ser executada”¹³. Em 1985, quando a reação dos grandes proprietários aglutinados na UDR era ainda nascente, a imprensa fez a apologia da entidade e muito contribuiu para a construção da imagem de seu presidente, Ronaldo Caiado.

Mas um dos principais traços da imprensa no trato da questão agrária foi estabelecer uma determinada configuração das matérias, que mais confundiam do que esclareciam o leitor. Por exemplo: numa mesma página de jornal, a denúncia sobre a violência e a compra de armas, pelos grandes proprietários de terras, convive com declarações de deputados, senadores e representantes patronais rurais, negando o fato e afirmando que “a situação está sob controle”. Os dados sobre a improdutividade da terra e a concentração fundiária dividem o mesmo espaço com matérias que ressaltam o retrato dos grandes proprietários como os “novos pioneiros do agro”. Aliás, quase todos os grandes jornais reverenciaram os “desbravadores” e empresários bem-sucedidos e aplaudiram os “investidores” paulistas com interesse fundiário nas regiões de fronteira agrícola.

O reconhecimento da necessidade de uma reforma agrária no Brasil disputa o mesmo espaço com reportagens sobre o “fracasso” das reformas agrárias latino-americanas e as experiências frustrantes no Brasil. E a Folha de São Paulo, numa matéria claramente truncada e ambígua, ressaltou do depoimento de Francisco Julião – uma das principais lideranças do movimento das Ligas Camponesas – tão-somente o seu desalento e suas críticas à proposta de PNRA da Nova República. Em outros momentos, há uma clara dissociação entre o título da matéria e o seu conteúdo: são inúmeros os artigos informando a posição da Igreja e da Contag sobre a reforma agrária, cujo conteúdo na verdade explicita apenas a posição das elites patronais.

Além disso, a imprensa procurou imprimir uma determinada leitura do campo de conflito agrário, pautada quase que exclusivamente na polarização entre as partes envolvidas. Essa tendência em retratar os principais opositores, segundo a lógica das acusações e ataque e defesa, expressa, segundo Bourdieu, uma das propriedades típicas do campo jornalístico, qual seja “a propensão a privilegiar o aspecto mais diretamente visível do mundo social; isto é, os indivíduos, seus feitos e sobretudo seus malfeitos, em uma perspectiva que é com frequência a da denúncia e da acusação, em detrimento das estruturas e dos mecanismos invisíveis (...) que orientam as ações e os pensamentos”. Segundo o autor, a lógica da condenação indignada, além de simplificar os processos sociais, “pode levar a uma forma de censura quando só aborda um assunto em função de imagens, e de preferência imagens espetaculares” (Bourdieu, 1998:94)

¹³ FSP, 29.05.85 Começou a grita (Otaviano Lage).

Não é de hoje o poder dos meios de comunicação em moldar os fatos. Darnton nos mostra como a imprensa foi um fator crucial na Revolução Francesa. Diz ele que quando o jornalismo despontou como uma força nos negócios do Estado, “os revolucionários sabiam o que estavam fazendo quando carregavam prelos em seus desfiles cívicos e quando reservavam um dia do calendário revolucionário para comemorar a opinião pública” (Darnton:1990:92).

É correto afirmar que há manipulação consciente dos fatos, e a unilateralidade tem sido a marca registrada do jornalismo no Brasil. Mas isso não diz tudo; não basta condenar o mau uso da imprensa. É igualmente importante ressaltar que nem toda a imprensa e nem toda a avaliação significam um embuste. Ela não existe sem dados e informações e, para se legitimar, não pode se distanciar da trama dos fatos e dos acontecimentos.

Por sua vez, esse poder da imprensa não pode ser interpretado como um processo isolado. O retrato e o recorte que ela faz da realidade não são de todo estranho às expectativas e aos valores existentes na sociedade. A imprensa é fruto de uma realidade social discriminadora e excludente. Jurandir Costa Freire, em artigo intitulado *A inocente face do terror*, em que discorre sobre o caso do índio Galdino (que em 1997 foi queimado, em Brasília, por jovens da classe média local, enquanto dormia em um ponto de ônibus), afirma: “A mídia forma hábitos, é claro. Mas nem toda a mídia é inescrupulosa, e mesmo aquela mais sórdida, no mais das vezes, vende o que estamos dispostos a aceitar.” Com relação ao tema da reforma agrária nos anos 80, a meu ver, vários setores da sociedade - e não apenas suas elites - estavam dispostos a aceitar a retórica sobre a incompetência dos trabalhadores rurais sem terra ou sua incapacidade de se tornarem proprietários de terras. Esse é um raciocínio que faz sentido numa cultura política que traz a marca da exclusão e do elitismo. Também estávamos dispostos a concordar com a idéia de uma reforma agrária como anacrônica – uma reivindicação fora do lugar – porque o peso da ideologia produtivista disseminada na academia dificultou a percepção de que a atualidade da reforma agrária é dada pela luta por terras e não se restringe à fundamentação economicista.

Acredito que, ao contrário, se procurarmos olhar as páginas dos jornais de uma forma mais sistemática e mais isenta de pressupostos construídos *a priori*, é possível perceber que a imprensa, mesmo seletiva e parcial, evidenciou outras faces da realidade. Talvez por força da pressão dos setores reformistas, ou até mesmo pela necessidade de informar corretamente, em virtude, por exemplo, da concorrência e da necessidade de se legitimar, foram inúmeros os

artigos que ressaltaram a imensa concentração da propriedade fundiária no Brasil e sinalizaram a necessidade de superar esse impasse. Muito mais perspicaz que os estudiosos da questão agrária, a imprensa antecipou a “grita” dos grandes proprietários de terra e, praticamente, todos os jornais chamaram a atenção da opinião pública para o fato de que a reação ao PNRA viria prioritariamente das regiões modernizadas do Sul e do Sudeste, e não dos grotões do Nordeste como avaliaram o Mirad, o Incra e a maioria dos pesquisadores da questão agrária. Ela também percebeu e anunciou, antes dos analistas, a crise de representação patronal e seus possíveis desdobramentos. Com relação à política partidária, a grande imprensa evidenciou as ambigüidades dos pronunciamentos de deputados, senadores e representantes do Executivo sobre a reforma agrária; retratou o corporativismo e o jogo de interesses pessoais, como elementos constantes da prática política no Brasil, e registrou as inúmeras mudanças de opinião e o duplo jogo da classe política, aprovando bem alto o que criticavam baixinho. E, sempre que possível, expôs as armadilhas da própria máquina do governo, as vaidades pessoais se sobrepondo ao interesse público, a ausência de respaldo político ao projeto reformista da Nova República e a fragilidade da mobilização popular pela reforma agrária.

A grande imprensa, também, foi cética com relação às declarações de representantes do Executivo: esse raciocínio de que tudo se restringia a uma questão de habilidade, convencimentos e de malabarismos políticos. E mostrou que o melhor caminho tampouco é aquele que finge que a pressão dos grandes proprietários de terras não existe, ou é algo natural, pois só contribui para confundir a sociedade. Em inúmeras ocasiões criticou os defensores da reforma agrária pela subestimação da força da grande propriedade fundiária, ao mesmo tempo em que superestimavam o poder e a representatividade dos trabalhadores rurais, da Contag e da Igreja progressista.

Aparentemente não foi apenas por força da denúncia dos partidários da reforma agrária que a imprensa expôs o retrato da realidade agrária do país. Vários jornalistas empenharam-se em mostrar a concentração fundiária e a improdutividade, revelando que mais de um quinto do território nacional, ou seja perto de 70 milhões de hectares, é constituído por terras ociosas.

E, apesar de transformarem a violência em um grande espetáculo, descaracterizando, assim, o seu conteúdo político, no momento em que ela explode com mais vigor e crueldade, os correspondentes regionais vão buscar outras versões dos fatos e outros argumentos nas regiões onde os conflitos de terra são mais intensos, deixando, dessa forma, vir à tona o testemunho dos

grandes proprietários de terra a favor da violência, ao passo que, em Brasília, seus porta-vozes negam.

Existem outros recortes de análise igualmente importantes, mas acredito que seja possível apreender novas informações e novos dados até então não visíveis e que ainda não foram tratados com a devida atenção. Por exemplo: mostrar personagens, conhecidos ou anônimos, que foram muito importantes no confronto sobre a reforma agrária e tentar apreender como se constitui, no espaço público da grande imprensa, uma nova linguagem de classe e uma nova identidade patronal.

Embora vários estudiosos tenham feito uso da imprensa como auxiliar – eu mesma recorri a ela em outros momentos, com esse objetivo –, o que me parece ser novo, neste trabalho, é o fato de que a trato não apenas como veículo de informação, mas, sobretudo, como um dos principais *locus* de expressão e de construção da nova retórica e de uma nova identidade patronal e também como ator, isto é, a imprensa como voz ativa de determinados interesses. Nesse sentido, não é um trabalho sobre a imprensa *stricto sensu*.

Não creio que tudo o que a imprensa veicula sobre a história seja de fato a história. Como também nem tudo o que explicita acerca da questão agrária expresse a questão agrária. Mas a imprensa pode ser o meio que evidencia, por exemplo, a existência de um *habitus* dos grandes proprietários de terra. Um *habitus* estruturante (Bourdieu:1989), que tem passado e presente, em que existem permanências e rupturas e novidades, conformadores dessa nova identidade do patronato rural.

Foram selecionados os seguintes periódicos: Jornal do Brasil, O Globo, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo¹⁴. Os demais jornais e revistas, assim como as entrevistas que realizei, só serão considerados em momentos pontuais e significativos.

Apesar da tendência geral de legitimar o discurso dominante, a fala da imprensa é diversificada. Jornalistas e repórteres são pessoas diferenciadas e as suas posições não necessariamente se “casam” com a linha editorial dos jornais. Além disso, não posso analisar com os mesmos critérios os editoriais que explicitam a linha política do jornal e os demais artigos e reportagens. Como também não posso olhar da mesma forma os artigos dos “analistas” e a

¹⁴ A escolha dos jornais deveu-se, basicamente, a dois fatores: são periódicos de expressão e de circulação nacional e expressam posições diferenciadas.

seção destinada aos leitores. Há, ainda, uma diferença entre as matérias dos correspondentes regionais e as análises dos jornalistas sediados em Brasília – *experts* dos meandros do poder. Enquanto os primeiros, talvez pelo fato de se encontrarem mais próximos da diversidade de personagens e da complexidade de práticas e relações existentes no campo, se empenhavam em observar e retratar o ‘instante’, identificar o que estava em jogo ou quais as consequências possíveis, a postura dos jornalistas de Brasília, ao contrário, assemelhava-se ao que Bourdieu define como o “conhecimento do mundo político baseado na intimidade dos contatos e confidências (ou mesmo dos rumores e mexericos) mais que na objetividade de uma observação ou de uma investigação” (Bourdieu, 1998:97-8)¹⁵.

É vigorosa a idéia de que a democracia tem como fundamento uma imprensa livre sem limites de qualquer natureza, exceto aqueles impostos pela ética e pelo bem comum. Uma imprensa desvinculada dos interesses que não estejam justapostos ao bem coletivo, como “os olhos e a consciência de um povo”, dizia Marx como editorialista da Gazeta Renana¹⁶. Porém a imprensa dos tempos de Marx era uma imprensa rudimentar que imprimia panfletos de uma folha em tiragens quase simbólicas. Hoje, a imprensa - o jornal, rádio e televisão - cada vez mais se distancia dos padrões clássicos que a geraram e se vê compelida a migrar para o grande mundo dos negócios, alimentada pelo interesse de seu público consumidor e do mercado. Nesse sistema, a mídia é um importante instrumento de circulação da informação e se estrutura como um campo de disputa, política e de mercado. Por conta da acirrada concorrência pelo mercado, e também por força da própria disputa política, freqüentemente a grande imprensa, nos anos 80, “deixou aflorar” as tensões existentes e deu voz aos trabalhadores sem terra e seus mediadores.

Procurei sistematizar os momentos e as matérias mais significativas¹⁷. Os editoriais despontam com maior força a partir da apresentação, pelo presidente Sarney, da Proposta de

¹⁵ Bourdieu define dois principais grupos no interior do campo jornalístico: os profissionais dominantes, “a *Nomenklatura* dos jornalistas poderosos ligados por interesses comuns e por cumplicidades de toda a ordem”. E, “os jornalistas de base, os tarefeiros da reportagem, os menos sacadores, todos os obscuros condenados à precariedade”. Segundo o autor, são estes últimos “que fazem o que há de mais autenticamente jornalístico no jornalismo, a lucidez é evidentemente maior e se exprime freqüentemente de forma muito direta, e entre outras coisas, graças a seus depoimentos que podemos ter acesso a um certo conhecimento” (Bourdieu, 1998:108).

¹⁶ Periódico fundado pela vanguarda da burguesia liberal renana. Era considerado como a mais importante tribuna de difusão das idéias progressistas da época. O jornal foi fechado em 1843.

¹⁷ Foram selecionadas, para análise, aproximadamente 500 matérias, entre editoriais, cartas, artigos e notícias. Além disso, visando evitar um superdimensionamento do meu objeto de estudo, procurei sistematizar e identificar, em paralelo, as principais questões noticiadas pelos jornais.

PNRA na plenária do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, no final de junho. Portanto, foram resgatados e tiveram seu significado analisado no segundo capítulo quando trato do assunto. De um modo geral, há um maniqueísmo dos editoriais na interpretação dos acontecimentos: a lógica editorialista quase sempre trabalha com as “verdades” e as “mentiras” do debate sobre a reforma agrária. E, nesse processo, costuma ressaltar a coerência e justeza das exigências dos proprietários, contrapondo-as à incoerência e ilusão das reivindicações e demandas dos trabalhadores rurais.

Os correspondentes regionais tiveram um papel importante na legitimação das ações de ocupação de terras pelos trabalhadores rurais. A sua presença e seus testemunhos foram fundamentais nas negociações entre os acampados e o governo, e muito contribuíram para dar maior visibilidade aos sem-terra.

A grande imprensa também me oferece o retrato de alguns tipos sociais dominantes no campo. É uma outra forma de fazer passar sua mensagem e reafirmar os valores desta categoria social tão em evidência nos conflitos agrários dos anos 80. Ao mesmo tempo, existe uma preocupação em procurar mapear e conhecer “a nova realidade do campo” que adquiria uma maior visibilidade nos anos 80. As inúmeras figuras sociais que a imprensa procura construir, apesar de muitas vezes estereotipadas, são paradigmáticas e encerram um conjunto de valores e modos de agir próprios. São retratos amiúde fragmentados e folclóricos. Em alguns momentos, despontam simbolizando os novos desbravadores; em outros, aparecem com toda a carga de violência ou então são dotados de uma racionalidade única, movendo-se tão-somente segundo a lógica empresarial e capitalista.

Como se verá no decorrer do trabalho, as matérias dos jornais OESP e da FSP são marcadas pelo crivo das avaliações que se confundem – e muitas vezes submergem – com o relato dos acontecimentos, ao passo que o JB e O Globo, apesar de mais pobres em interpretação, apresentam-se muito mais ricos em informação.

O trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Abrindo velhas feridas”, procuro abordar os primeiros meses do governo Sarney, tendo como referência o campo de embate em torno da problemática fundiária. Após caracterizar rapidamente a conjuntura de transição, inicio o capítulo apresentando os principais traços da retórica oficial do governo da Nova República sobre a reforma agrária. A seguir, discorro como foi se configurando,

na imprensa, a reação dos principais porta-vozes do patronato rural diante das primeiras medidas institucionais e da defesa de uma reforma agrária entendida como compromisso social da nação para com os excluídos do campo. E, finalmente, analiso o papel da grande imprensa nesse processo.

O segundo capítulo, “Começou a grita”, trata o momento da apresentação, pelo governo Sarney, do Plano Nacional de Reforma Agrária no IV Congresso da Contag, realizado no fim de maio de 1985. O meu objetivo é mostrar como foi se conformando, na imprensa, uma nova configuração do campo de conflito em torno da política de reforma agrária, devido à apresentação, pelo governo, da Proposta¹⁸ de PNRA no IV Contag. Aqui destaco a mudança de natureza nas argumentações e na mobilização das elites agrárias; a nova ofensiva patronal que se expressa na ampliação das bases sociais de apoio das elites agrárias e a constituição de uma nova retórica patronal rural.

Neste capítulo defendo a idéia de que o Congresso da Contag e a concomitante entrada em cena dos trabalhadores rurais sem terra foram, seguramente, os principais divisores de águas na mobilização patronal e na redefinição do campo de conflito em torno da reforma agrária e das lutas por terra. Se, até então, a ação das elites agrárias na imprensa limitara-se à argumentação sobre as declarações oficiais e, salvo algumas exceções, restringira-se à atuação dos porta-vozes da SRB, CNA e federações patronais, a partir do Congresso da Contag, e sobretudo após as primeiras ocupações de terra, inaugura-se uma nova ofensiva patronal muito mais contundente e abrangente que no momento anterior. É quando cada um dos atores envolvidos nesse processo procura demarcar seus espaços e demonstrar sua força.

Procuró também mostrar que havia no interior das elites agrárias um grupo, supostamente menos intransigente e radical no plano político, que apostava na eficácia de outra postura para enfrentar a reforma agrária. Um grupo formado por representantes patronais que concebiam a propriedade como direito absoluto e, ao mesmo tempo, acreditavam na eficácia da pressão no campo institucional e no uso das “brechas da lei” para fazer prevalecer os interesses dos proprietários e garantir o monopólio fundiário. Eles preferiam esperar a convocação da Constituinte, porque sabiam que o Congresso Nacional era reconhecidamente favorável à grande

¹⁸ Segundo Gomes da Silva, a introdução do termo “proposta” foi um artifício utilizado pelo governo para amenizar a pressão dos grandes proprietários de terras (Gomes, 1987).

propriedade. No entanto, ao sentirem-se ameaçados pelas ações de ocupações de terra, terminaram por aliar-se aos demais, reconhecidamente mais radicais e com outra avaliação sobre a conjuntura de transição e seus desdobramentos possíveis.

Ressalto, ainda, neste capítulo, as disputas políticas internas pelo controle da representação patronal e procuro mostrar que o uso da imprensa como palco privilegiado de embate expôs não apenas a coesão e a força política dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, mas também a heterogeneidade e as fissuras existentes no interior das classes e grupos dominantes no campo. E, ao final, destaco a atuação da imprensa como orientadora e balizadora das argumentações dos grandes proprietários de terra e empresários rurais.

No terceiro e último capítulo, “Terra e violência”, o meu intuito é analisar como se expressou, na imprensa, a ação dos grandes proprietários fundiários com relação ao movimento de ocupação de terras e a entrada em cena dos sem-terra. Procuro refletir sobre as principais mudanças ocorridas e mostro que, a partir de então, há, por parte das classes e grupos dominantes no campo, tanto uma redefinição dos argumentos, até então evocados, como uma reorientação de suas práticas, expressas no surgimento de novas formas de organização e de novos porta-vozes, autorizados “a falar em nome da classe”.

São lideranças das associações de defesa da propriedade e não mais os representantes das tradicionais entidades patronais – até então os principais interlocutores e mediadores junto ao governo – que assumem a ofensiva, estabelecendo os termos do debate, impondo um outro perfil de ação e se transformando em porta-vozes da “classe proprietária”. O que mais as ameaçava era a possibilidade de as ocupações de terra desembocarem no “*caminho natural*” para o apoio e a mobilização da sociedade em favor da reforma. Em face de uma conjuntura considerada “adversa”, o discurso da competitividade e da “racionalidade produtivista” perde espaço para a defesa do uso da violência e a necessidade de organização como as únicas medidas eficazes na “proteção” da propriedade da terra.

Mostro ainda que, nesse momento, a construção da identidade patronal, assim como a garantia da dominação, ocorre, sobretudo, através da opção pela violência e da defesa da centralidade da propriedade como condições da reprodução de classe dos grandes proprietários de terras e dos empresários rurais no Brasil.

Por fim, indico que as classes e grupos dominantes no campo não teriam se fortalecido sem o apoio da classe política e sem a fragilidade e os inúmeros “recuos táticos” do governo Sarney. Da mesma forma, os latifundiários não teriam alcançado tal expressão sem o respaldo da grande imprensa e a ausência de maior mobilização da sociedade em favor da reforma agrária e das lutas por terra. A força dos proprietários não se reduz tão-somente “a sua história”, nem a seus inúmeros mecanismos de poder e de dominação. Consciente ou inconscientemente, a sociedade brasileira os respalda, os protege e os legitima.

Tais processos foram responsáveis pelo fortalecimento dos setores politicamente mais radicais e pela emergência da UDR. O ano de 1985 não termina com a aprovação do PNRA em setembro, mas prolonga-se até a Constituinte de 88 com a vitória política dos grandes proprietários de terras e empresários rurais.

Na conclusão, procuro retomar as principais questões enunciadas ao longo do trabalho e ressaltar alguns aspectos que considero igualmente importantes para uma maior compreensão do perfil e natureza das classes e grupos dominantes no campo e sua relação com o processo histórico brasileiro. Por exemplo, indico que a problemática fundiária na Nova República coloca-nos novamente diante de um processo ao mesmo tempo revelador e complexo: os dilemas e impasses sociais, que em outros momentos históricos criaram a inquietação social, são tão arraigados que mais uma vez despontam – apesar de modificados em suas significações – e põem a nu a dificuldade da sociedade brasileira de se evadir do peso de sua herança histórica.

Mostro também que três principais elementos fundam a defesa do monopólio fundiário e perpassam todas as categorias sociais dominantes no campo: a noção de propriedade como direito absoluto; a aceitação da inevitabilidade da violência como prática de classe e a visão sobre os trabalhadores rurais como incompetentes e incapazes de se tornarem proprietários e produtores competitivos.

Por fim sustento a idéia de que, nos anos 80, a defesa do monopólio fundiário e dos privilégios daí advindos expressa, igualmente, uma “questão de classe” e uma “questão histórica” no sentido amplo. Como questão de classe, remete à especificidade do modo como “historicamente” foram se conformando as classes e categorias sociais dominantes e como foi se instituindo a relação com os grupos sociais e as classes subalternas. Por este aspecto, o monopólio da propriedade da terra é um elemento constitutivo do processo de formação de classe

em seu sentido mais amplo e, direta ou indiretamente, está presente no processo de reprodução econômica, política, simbólica, social e cultural da burguesia no Brasil. Como questão histórica, a defesa do monopólio fundiário é parte do processo de constituição da identidade-nação, expressa, por exemplo, na visão ufanista de um Brasil “com terras a perder de vista”, apesar de mal utilizadas, ou na vergonha e vaidade de “possuir” propriedades tão grandes que “abarcariam Portugal e a Bélgica juntos”. “*Great is beautiful*”, afirma um dos leitores da seção de cartas da FSP. São elementos constitutivos da sociedade brasileira. A defesa do monopólio fundiário, a violência e a desqualificação dos trabalhadores rurais encontram-se inscritas tanto no *habitus* dos grandes proprietários de terras e empresários rurais, como no *habitus* “histórico” da sociedade brasileira

É nessa perspectiva que analiso, na grande imprensa, a nova retórica de legitimidade e de poder dos grandes proprietários de terras, no primeiro ano da Nova República. Gostaria de ressaltar que, mesmo correndo o risco de ser cansativa, optei por enfatizar a recorrência das mesmas idéias-força e dos mesmos argumentos continuamente evocados pelos grandes proprietários de terras, empresários rurais e seus aliados. Argumentos que, obstinadamente, se projetam no confronto sobre a reforma agrária e na construção de uma nova identidade de classe. O recurso à repetição como ideologia (Laurent Assoun, 1979) é, seguramente, um dos traços do patronato rural no Brasil – o ganhar pelo cansaço. Uma repetição que amiúde dá lugar a uma linguagem de jargão aparentemente sem maiores significados, mas que apresenta imensa eficácia tanto política como simbólica.

Além disso, seu modo de pensar e sua ação são legitimados socialmente. Nesse sentido, não se trata simplesmente da defesa dos privilégios de uma determinada classe social, mas da forma estrutural por meio da qual se constituíram e se reproduziram como classe; do modo que se desenvolve, historicamente, a sociedade brasileira.

Espero que o meu trabalho contribua para o conhecimento da questão fundiária no Brasil e, sobretudo, para a reflexão sobre as estratégias de reprodução social das classes e grupos dominantes do campo.

CAPÍTULO 1 - “ABRINDO VELHAS FERIDAS”¹

O agravamento dos conflitos de terra e o processo de abertura política do fim dos anos 70 e início dos 80 impuseram, mais uma vez, a discussão sobre a necessidade de uma reforma agrária para o país. Como avalia Palmeira: “a extrema gravidade da situação social no campo e a crescente mobilização dos trabalhadores rurais terão certamente pesado na decisão da coligação que se formou para a inclusão da reforma agrária na plataforma da Aliança Democrática (...). Um programa que não contemplasse a reforma agrária não conseguiria a simpatia do movimento sindical dos trabalhadores rurais ou da Igreja Católica que, desde meados dos anos 70, voltara a estimular a organização dos camponeses” (Palmeira, 1987:70).

O que pretendo, neste capítulo, é abordar os primeiros meses do governo da Nova República, tendo como referência a constituição de um campo de confronto em torno da problemática fundiária. Nesse sentido, procuro apresentar os principais traços do discurso oficial do governo Sarney, na imprensa, e suas implicações e mostrar como foi se configurando a reação das elites patronais rurais em face das primeiras medidas institucionais do governo e da defesa de uma reforma agrária entendida como compromisso social da nação para com os excluídos do campo – uma política que, dentre outros aspectos, priorizava explicitamente a participação das entidades de representação dos trabalhadores rurais e de setores da Igreja no encaminhamento das medidas a serem implementadas, procurava desvencilhar-se das estratégias mais gerais de política fundiária dos governos militares, resgatava do Estatuto da Terra a desapropriação como instrumento prioritário da reforma agrária e criticava duramente a especulação com as terras, ao mesmo tempo em que tranquilizava os grandes proprietários, garantindo-lhes o direito à propriedade privada “para quem está produzindo” e os conclamava ao diálogo. E, por fim,

¹ JB, 19.05.85 Reforma agrária feita no passado só deixou decepção.

resgato o papel da grande imprensa nesse processo, potencializando o medo do retrocesso político, enunciando os fracassos das experiências reformistas e, em inúmeros momentos, se adiantando às críticas dos proprietários de terra e empresários rurais.

1.1 Rumo à democracia

A partir de meados dos anos 70, vários fatos potencializaram e evidenciaram a crise do regime militar. Dentre os mais significativos, temos a luta pela anistia, a criação de novos espaços sociais e de representação política, a mobilização por eleições diretas, o aparecimento de um novo sindicalismo que despontava com as greves dos metalúrgicos do ACB, em São Paulo, e a emergência de novos movimentos sociais e novas formas de resistência, tanto no campo como na cidade (Sader, 1988, Medeiros, 1988, 1993; Martins, 1980, 1981⁴; Grzybowski, 1986, Scherer-Warren, 1989).

Tais processos contribuíram para aglutinar um amplo leque de oposição ao regime militar, engendrando, assim, as condições políticas de uma transição “gradual” e “controlada” (Fernandes, 1986; Sader, 1988; Tavares de Almeida, 1983). Após anos de autoritarismo, havia a percepção de que o país “não era mais o mesmo” e se buscava, então, compreender os diferentes aspectos dessa nova realidade, seus impasses e as possibilidades de mudanças.

A conjuntura econômica e política constituía o principal tema dos debates então existentes. No plano econômico, o avanço contínuo da taxa de inflação era motivo de grande preocupação, sendo intensa a discussão sobre as estratégias gerais da política econômica e as possíveis alternativas para o fim da inflação (Velasco Cruz, 1994). No plano político, era ampla a discussão sobre os possíveis rumos da transição e as perspectivas da Nova República.

A transição despontava na imprensa como o momento de regulamentação de um novo pacto social com base no programa comum da Aliança Democrática. Um pacto que, segundo as elites políticas e econômicas, teria como objetivos a incorporação dos excluídos da modernidade e a criação de condições que permitissem a elevação do nível de vida da maioria da população brasileira. Uma das principais preocupações da época era a exacerbação das desigualdades sociais que resultara em um profundo abismo entre “elites e massas”, estas vivendo padrões asiáticos ao passo que a burguesia e a classe média viviam padrões ocidentais. Aplaudia-se a prioridade

absoluta do governo em favor do desenvolvimento social como medida estratégica na solução dos “graves” problemas da sociedade brasileira.

“Tudo pelo social!” enunciavam os políticos e representantes do governo, empunhando a bandeira do IV PND² como a garantia do compromisso da Nova República na efetivação de uma ação “sistemática” contra a má distribuição de renda, o desemprego e a fome, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. “Por um capitalismo mais humano”, reiteravam os empresários.

Poucas eram as vozes que, na imprensa, criticavam abertamente a transição. Como diria posteriormente José Murilo de Carvalho, “havia ingenuidade no entusiasmo. Havia a crença de que a democratização das instituições traria rapidamente a felicidade. Pensava-se que o fato de termos reconquistado o direito de eleger nossos prefeitos, governadores e presidente da República seria a garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social” (Carvalho, 2001:7)³.

Florestan Fernandes⁴ era um dos que iam contra a corrente do otimismo geral, para quem a sociedade brasileira vivia “um momento de ilusão coletiva”⁵, no entanto, compreensível porque o movimento das diretas havia desdobrado “o leque de esperanças nas complexas relações do presente com o futuro”⁶. Apesar de considerar o momento rico e desafiador – “uma conjuntura que torna mais difícil regredir ao arbítrio e à opressão como técnica de conformismo dirigido” – ele denunciou reiteradamente a natureza das alianças políticas então constituídas e mostrou-se cético quanto à possibilidade de a Nova República “minorar” as desigualdades sociais e econômicas: “Nenhuma República foi gestada tão perversamente na ordem existente – inclusive pela ditadura que entrega os pontos – como essa que agora emerge. Nenhuma República foi tão negociada e tão cupulista, no fino prato da politiquice e do politicismo, que amalgama e revitaliza hábitos políticos que marcaram a República Velha, a malícia Varguista do Estado Novo e a atuação

² O IV PND ressaltava a prioridade “absoluta à saúde, habitação, segurança pública e alimentação e reafirmava o compromisso com o bem-estar e a certeza de uma ação sistemática em favor do desenvolvimento social.

³ Ainda segundo o autor “Já 15 anos passados desde o fim da ditadura, problemas centrais de nossa sociedade, continuam sem solução”. A experiência brasileira mostrou que “o exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Dito de outra maneira: a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais” (Carvalho, 2001:8-9)

⁴ A partir de 1983, Florestan Fernandes manteve uma coluna regular na Folha de S. Paulo. Os seus artigos quase sempre tiveram uma grande repercussão nos debates travados, no jornal, sobre a transição e a Nova República.

⁵ FSP, 04.02.85. Novos rumos (Florestan Fernandes).

do PSD, da UDN, do PTB e de outros partidos de menor expressão que vieram a seguir, e cozido em águas frias graças às artimanhas dos políticos profissionais⁷.”

Entretanto, o seu principal interesse consistia em identificar quais oportunidades poderiam se abrir para a luta política dos grupos sociais “alijados da cena histórica – as classes trabalhadoras do campo e da cidade”⁸. É a partir desta perspectiva que a burguesia aparece no horizonte da reflexão de Florestan. Ele identificava dois principais problemas inibidores do poder burguês na Nova República: o fortalecimento político das “classes exploradas e subalternas”⁹ e a ausência de uma sólida base partidária burguesa. Segundo Florestan, o grau de desenvolvimento do capitalismo e a diferenciação de classes “conferiram peso e voz a estratos sociais que antes eram ignorados ou excluídos (...) que nos últimos vinte anos cresceram em surdina e agora lutam por adquirir expressão forte, pela via de institucionalização de seus meios de ação (sindicatos, partidos, organizações de vários tipos), e a burguesia precisa enfrentá-los em vários terrenos”¹⁰.

Ao mesmo tempo, considerava que a burguesia, apesar do apoio dos militares, se via privada de meios institucionais devido à ausência de uma sólida base partidária¹¹. Com base nestes dois pressupostos, ele avaliava que o espaço de manobra da burguesia seria “acanhado” e a retaguarda militar pouco poderia fazer para “aliviar as classes burguesas de seus sobressaltos”.

Além disso, havia uma dificuldade adicional que dizia respeito às relações entre o capital nacional e estrangeiro. “Com o fim do regime militar”, declara Florestan, a burguesia “nacional” perdeu a sua fonte de segurança política diante da “comunidade internacional de negócios”. E como o “estado parlamentar” não garante e não dispõe de mecanismos institucionais para protegê-la com eficácia, temos então uma burguesia “exposta” a um dilema: “ou sai de sua concha estatal autoprotetiva e se torna politicamente ofensiva diante do capital estrangeiro ou se fortalece por vias econômica, transferindo para si as grandes empresas estatais”¹².

⁶ FSP, 16.10.84. Ainda as Diretas (Florestan Fernandes).

⁷ FSP, 21.03.85. O Brasil na encruzilhada (Florestan Fernandes).

⁸ FSP, 24.06.85. Inquietações burguesas (Florestan Fernandes).

⁹ FSP, 24.06.85. Inquietações burguesas (Florestan Fernandes).

¹⁰ FSP, 24.06.85. Inquietações burguesas (Florestan Fernandes).

¹¹ Segundo ele, a composição partidária garantiria uma retaguarda militar “discreta, mas persistente” à atuação do governo, mas nada tinha a oferecer aos estratos dominantes da burguesia: a ditadura havia cortado a evolução natural dos partidos engendrando um quadro institucional por ele considerado fictício, que contaminara os partidos da ordem (tanto o oficial como o de oposição). FSP, 24.06.85. Inquietações burguesas (Florestan Fernandes).

¹² FSP, 24.06.85. Inquietações burguesas (Florestan Fernandes).

Por último, avalia Florestan, como a ditadura interrompeu o fluxo de renovação institucional do poder burguês, as elites e estratos dominantes estariam perplexos, pois o Estado “herdado da república institucional é deficiente e fragmentado em varias direções políticas” e não mais dispõe da violência repressiva que lhe dava unidade. Dessa forma, só resta aos estratos burgueses “ganhar tempo para costurar os diversos apetites que assaltam o Estado e restabelecer depressa a normalidade do Estado, o que os torna amantes ardorosos da democracia, da legalidade, da Constituição, etc.”¹³

Portanto, na atual conjuntura de transição, “os donos do poder depararam-se com a dura exigência de se reciclarem para novos tempos, nos quais terão de disputar passo a passo a hegemonia de que gozam: chegou a hora e a vez da burguesia aprender a dormir e a acordar com as suas inquietações”, arremata Florestan, para quem a técnica de luta da burguesia deverá apresentar duas frentes: a do poder e a do patronato. Na primeira, ela buscará “ganhar tempo e simpatia, absorvendo os golpes para devolvê-los mais tarde, (...) enquanto o Estado se equipa para conviver com as turbulências e se apresta para se impor como agente da preservação da ordem acima das classes”. Na frente patronal, ela deverá ceder onde for possível mas “arreganha os dentes e maneja impiedosamente o cacete onde entende que isso se torna estrategicamente necessário ou compensador”¹⁴.

No plano das lutas sociais, o movimento sindical do ABC ecoava com grande força política e como a principal referência de mobilização popular. Luiz Inácio da Silva, Lula, despontava como o representante de uma nova concepção sindical e política que tomava corpo com as lutas do ABC paulista, as oposições sindicais e a criação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Dentre as suas principais frente de luta, Lula se recusava a aceitar a idéia de que o movimento grevista do ABC representava uma ameaça à Nova República – um dos pontos centrais do debate na imprensa e na sociedade sobre a significação política das greves no ABC – argumentando que um governo só corre riscos quando é incapaz, e não porque há greves. “Na Europa”, exemplifica, “os trabalhadores fazem greves e nem por isso as democracias estão ameaçadas”. Portanto, as greves existentes “são movimentos potencializadores da transição e da

¹³ FSP, 24.06.85. Inquietações burguesas (Florestan Fernandes).

¹⁴ FSP, 24.06.85. Inquietações burguesas (Florestan Fernandes).

democracia”¹⁵, são “manifestações políticas” que “fortalecem o crescimento da consciência democrática de toda a sociedade”. “Toda greve é política!”, defende reiteradamente Lula na imprensa, “e se vitoriosa, despertará outros trabalhadores: é a nova corrente pra frente”. Segundo ele, as greves existem em decorrência do baixo poder aquisitivo da classe trabalhadora¹⁶, mas avalia que, na Nova República, “fazer greve será mais difícil do que no tempo do regime militar, pois, (...) a greve está sendo tratada, pelos empresários, de uma forma muito mais política do que bruta”. Como alternativa, reivindicava a necessidade de uma lei de greve moderna, “como são modernos os meios de exploração da classe trabalhadora”¹⁷.

Enquanto as elites empresariais recorrem à mídia para apregoar (e orgulhar-se) de sua renovada capacidade de negociação, Lula, ao contrário, sempre que possível declara o quanto a negociação “por etapas” então imposta pelo empresariado é desgastante, pois teria como objetivos esgotar a resistência dos trabalhadores e, ao apresentá-los como “intransigentes e sempre querendo mais”¹⁸, dificultar o apoio da sociedade ao movimento grevista.

Ele não visualizava qualquer possibilidade de perda de poder das classes empresariais, na Nova República: “Um regime aberto, mesmo sem intervenção no sindicato, não diminui o poder de força dos empresários”¹⁹, diz Lula, para quem a única condição de limitação do poder empresarial é a participação e apoio da sociedade. E exemplifica: “nas greves de 1980 – onde não houve repressão mas brutalidade – o movimento só ganhou mais força devido à reação e a solidariedade da sociedade contra a violência, a lista dos demitidos, o fechamento dos restaurantes, o corte de água, etc.”²⁰.

Segundo Lula, com a Nova República, a classe empresarial estaria “muito mais dura” e particularmente empenhada em “comprar briga” com os trabalhadores, seja porque pretendia “tirar proveito de uma briga política” que mantinha com o governo sobre as diretrizes da política econômica mais geral, seja “pela tentativa de arrebentar a espinha dorsal do que existe de mais

¹⁵ JB,26.05.85. Greves, eleições e regime aberto (Luiz Inácio da Silva - entrevista).

¹⁶ JB,26.05.85. Greves, eleições e regime aberto (Luiz Inácio da Silva - entrevista).

¹⁷ JB,26.05.85. Greves, eleições e regime aberto (Luiz Inácio da Silva - entrevista).

¹⁸ JB,26.05.85. Greves, eleições e regime aberto (Luiz Inácio da Silva - entrevista).

¹⁹ JB,26.05.85. Greves, eleições e regime aberto (Luiz Inácio da Silva - entrevista).

²⁰ JB,26.05.85. Greves, eleições e regime aberto (Luiz Inácio da Silva - entrevista).

organizado no movimento sindical brasileiro”. Em vista disso, Lula argumentava que, “para ganhar”, seria “necessário modernizar a luta contra os empresários”²¹.

Com base em sua experiência como liderança sindical, ele se posiciona sobre as questões gerais da sociedade, da conjuntura de transição e da Nova República. Anuncia que, com a morte de Tancredo Neves, haverá, inevitavelmente, um fortalecimento da “direita, representada pelos setores conservadores”, pois Tancredo, “do ponto de vista da sabedoria política”, estaria acima das pessoas que o cercavam”²². Afirma que o pacto econômico “furou” a partir do momento que o governo “decretou um salário mínimo de Cr\$ 333.000,00” e considerava que a maioria da população tinha uma grande perspectiva de mudança e confia na Nova República”. Contudo, declara-se cético quanto à possibilidade de construção de um pacto político e avalia que “não haverá mudanças substanciais no tratamento da questão social, porque quem continua governando este país é o poder econômico”²³.

A crise do regime militar também fez florescer, nos meios empresariais, o debate sobre o papel do empresariado brasileiro na transição dos anos 80. Dentre as principais questões, discutia-se, na grande imprensa, a necessidade de mudanças radicais na base política e filosófica do capitalismo nacional, a construção de uma nova hegemonia burguesa e a redefinição do papel do Estado.

Há, por parte do empresariado, uma revitalização política e um interesse renovado de participação. A crise do regime militar e a conjuntura de transição fizeram aflorar mais uma vez junto à classe empresarial a necessidade de uma atuação política mais ativa, em particular a participação nas decisões econômicas e a intervenção partidária. “Política e negócios sempre andaram juntos (...) e os empresários não querem estar apenas representados no poder – querem assumir o poder em nome, evidentemente, do sacrifício pelo bem público e pela felicidade geral da nação”, afirma Maria Vitória Benevides²⁴, para quem os empresários no Brasil sempre participaram da grande política, como agentes, sócios ou dependentes do Estado e muitas vezes as três coisas ao mesmo tempo.

Entretanto, continua Benevides, algo de novo estava emergindo no contexto da Nova República e da transição: “a agressividade da classe pela disputa eleitoral é, hoje, motivo de

²¹ JB, 26.05.85. Greves, eleições e regime aberto (Luiz Inácio da Silva - entrevista).

²² JB, 26.05.85. Greves, eleições e regime aberto (Luiz Inácio da Silva - entrevista).

²³ JB, 26.05.85. Greves, eleições e regime aberto (Luiz Inácio da Silva - entrevista).

²⁴ Senhor, 10.86. Peleguismo dourado (Maria Vitória Benevides).

orgulho baseado no mito da eficiência”²⁵. Antigamente, os políticos-empresários quase escondiam a sua condição. Na década de 50, eles participaram da política através de representantes nos ministérios, órgãos de planejamento e nos governos estaduais. Era, contudo uma participação discreta. Em 1964, eles se deram conta de que não tinham mais interesse em fortalecer os órgãos paralelos, mas em fortalecer o “capitalismo multinacional associado à racionalidade empresarial”, no interior do Estado. Durante os governos militares, os empresários perceberam que aquela orgulhosa racionalidade acabava favorecendo a nova classe da tecnoburocracia, dos superempresários do próprio Estado e, é claro, não gostaram. Renegaram o populismo pré-64, mas também não queriam a estatização sob as bênçãos castrenses²⁶.

Segundo a revista *Senhor*²⁷, existiriam três principais correntes disputando a hegemonia política: os primeiro-mundistas, os terceiro-mundistas e os defensores do desenvolvimento com justiça social. Ainda de acordo a *Senhor*, para essa geração de empresários que está pensando o Brasil dos anos 80, “o liberalismo clássico, o taylorismo e a substituição de importações são ferramentas quase tão enferrujadas quanto os surrados argumentos agraristas da incompatibilidade entre a indústria e a agricultura”.

O principal foco de discussão da corrente primeiro-mundista, representada por Olavo Setúbal (grupo Itaú), Paulo Villares (grupo Villares) e Laerte Setúbal Filho (grupo Duratex), voltava-se para a necessidade do país alcançar uma maior competição externa e eficiência do processo produtivo. Olavo Setúbal, seu principal porta-voz, defendia a tese de que o Brasil “pertence e deve pertencer ao mundo industrializado” e que “a internacionalização da economia não é sinônimo de perda de soberania”. Portanto, era fundamental a existência de empresas fortes, cuja consolidação dependeria do apoio governamental para definição de reserva de mercado. Segundo Paulo Villares, o país ainda não conseguira “tal proeza porque se debate, de um lado, com terríveis problemas sociais e, de outro, com dúvidas filosóficas e complexos de inferioridade internacional que levam ao provincialismo da política tecnológica”²⁸.

Já os terceiro-mundistas, cujo principal expoente era Severo Gomes, argumentam que o processo de industrialização brasileiro não havia sido feito “à imagem e semelhança do mundo

²⁵ *Senhor*, 10.86. Peleguismo dourado (Maria Vitória Benevides).

²⁶ *Senhor*, 10.86. Peleguismo dourado (Maria Vitória Benevides).

²⁷ *Senhor*, 10.86. Os herdeiros de Roberto Simonsen (Francisco Viana).

²⁸ *Senhor*, 10.86. Os herdeiros de Roberto Simonsen (Francisco Viana).

desenvolvido, o que faz do Brasil um país do terceiro mundo que como seus vizinhos, vive sitiado por bolsões de pobreza, penando agruras como a dívida externa insuportável”. Nesse sentido, o país deveria traçar uma política de solidariedade com o terceiro mundo e ficar atento às diferenças que o afastam do primeiro mundo. Eles também criticavam o corporativismo do Estado – “um fenômeno produzido pela frequência com que o Estado foi chamado para estancar os movimentos sociais”²⁹ – e argumentavam que o corporativismo havia inibido a capacidade do empresariado brasileiro de formular um projeto de “revolução liberal burguesa”. Por sua vez, não teria havido, por parte do empresariado brasileiro, nenhuma sensibilidade para a construção de um “pacto capitalista”³⁰.

A terceira corrente empresarial, que segundo a revista *Senhor* despontara como produto da recessão, da reativação do movimento sindical e da mobilização da sociedade por reformas e pela reforma agrária, buscava unir as teses dos primeiro e terceiro-mundistas e tentava conciliar desenvolvimento com justiça social. Entretanto, os seus defensores tinham dúvidas sobre a maneira de lidar com os setores mais progressistas da Igreja Católica, o novo sindicalismo do ABC e “os sem-terra que invadem fazendas e exigem reforma agrária”³¹. Os principais expoentes dessa corrente eram Paulo Francini, Dilson Funaro e Claudio Bardella, representando o pensamento mais à esquerda, Ermírio de Moraes, pelo centro, e Luiz Eulálio Bueno Vidigal e Mário Amato, à direita. Segundo a *Senhor*, apesar da “prática nuançada” ou de uma ou outra intransigência que lembram o “tempo em que a questão social era, em parte, caso de polícia”, os empresários “se insurgiram contra o autoritarismo” e no Brasil da transição defendem um melhor relacionamento entre o capital e o trabalho. “O coro anticomunista não é mais quase ouvido”, diz a *Senhor*, e todos se esforçam por assimilar alguns temas e práticas antes considerados malditos, como por exemplo o direito de greve, as negociações com os operários e as comissões de fábrica, além de defenderem um “progressivo” distanciamento do Estado, ou seja, “um capitalismo menos atrelado ao Estado e mais inclinado a assumir riscos”.

Em meio a esse processo de renovação e de discussão sobre os rumos da transição, Mathias Machline, do grupo Sharp – “o homem de um bilhão de dólares, representante da área nobre do capitalismo, ligada à área da produção de computadores e das instituições financeiras, para não falar

²⁹ *Senhor*, 10.86. Os herdeiros de Roberto Simonsen (Francisco Viana).

³⁰ *Senhor*, 10.86. Os herdeiros de Roberto Simonsen (Francisco Viana).

³¹ *Senhor*, 10.86. Os herdeiros de Roberto Simonsen (Francisco Viana).

de sua fantástica criação de cavalos”³² – , desponta como um dos principais porta-vozes do novo pensamento empresarial. Ele se identifica politicamente com os “ideais” da Nova República e diz-se próximo a Sarney. E considera que “o capitalismo que serve apenas para a empresa explorar o trabalhador é um regime injusto”. E declara que só haverá desenvolvimento no Brasil com justiça social³³. É a favor de uma Fiesp e de sindicatos fortes, diz reconhecer a CUT como uma entidade eficaz no encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores e defende um Executivo e uma imprensa “fortes e robustos – avalistas da democracia”³⁴. Machline diz que não tenta eliminar a luta de classes mas construir uma postura ética, mais decente, na atmosfera do trabalho. O empresário brasileiro deve ser compreensivo e aprender a discutir com os seus operários sem paternalismo. Da mesma forma, deve aprender a conviver com a esquerda, os sindicatos, as comissões de fábrica e ver com normalidade os conflitos. “Que o empresário usufrua do lucro quando houver sucesso”, diz Machline, “mas que vá a falência quando fracassar, sem assistência do governo, a título de uma pseudoproblemática social que a bancarrota provocaria sem subsídios nem compulsórios. Capitalismo enfim!”³⁵.

De um modo geral, a preocupação dos empresários significa, sobretudo a necessidade de novos espaços para negociar, barganhar e enfrentar as pressões e as inquietações dos trabalhadores com eles próprios, sem a mediação “dissuasiva” dos governos militares.

No campo, a situação também mudara. Durante os governos militares a agricultura havia passado por um amplo e incompleto processo de modernização econômica e tecnológica que, de certa forma, afetara o modo de os homens produzirem e se relacionarem (Delgado,1985; Graziano da Silva,1982; Martine,1989). A formação dos “complexos agro-industriais” (Delgado,1985; Sorj,1980) ou a “industrialização” da agricultura (Graziano da Silva,1987) caminharam *pari passu* com a permanência do mesmo padrão de propriedade, concentrador e excludente. Ampliam-se os “negócios com a terra” (Palmeira,1994) e a territorialização do capital (Delgado,1985; Graziano da Silva,1987) devido, sobretudo, ao crédito farto e barato e à política de incentivos fiscais implementadas pelos militares (Delgado,1985; Graziano da Silva,1982; Martins,1984,1986^a,1986^b,1994).

³² Senhor,10.86. Os herdeiros de Roberto Simonsen (Francisco Viana).

³³ Senhor,10.86. Os herdeiros de Roberto Simonsen (Francisco Viana).

³⁴ Senhor,10.86. Os herdeiros de Roberto Simonsen (Francisco Viana).

³⁵ Senhor,10.86. Os herdeiros de Roberto Simonsen (Francisco Viana).

Mas, a modernização da agricultura e a crescente circulação de capitais, “não eliminara todas as especificidades das relações sociais no campo, inclusive em sua dimensão cultural e política” (Novaes, 1991:12). Como parte de um processo mais abrangente assistimos à crescente exclusão política, ideológica e cultural dos trabalhadores do campo e a multiplicação dos conflitos de terra. Presenciamos ainda o difícil e rica trajetória de constituição dos trabalhadores do campo em sujeitos da luta política. Novos atores (dominantes, subalternos, mediadores, etc.) entram em cena como resultado de processos econômicos e de lutas concretas, produzindo, assim, “complexos retratos do campo brasileiro”. E cada vez mais os seus contornos “já não permitem as simplificações de outros tempos” (Novaes, 1991:12).

Em meio à abertura política e à transição a bandeira da reforma agrária mais uma vez desponta como uma resposta para a questão agrária brasileira. Foram inúmeros os pronunciamentos oficiais da Aliança Democrática na imprensa em favor de uma reforma agrária como compromisso social da Nação e como expressão da “solidariedade humana” para com os trabalhadores rurais (Carvalho, 1989; Dreyfuss, 1989).

E, apesar de somente a greve dos cortadores de cana de Guariba (1984) aparecer, na grande imprensa, como a referência de mobilização no campo³⁶, os conflitos sociais e a revitalização das lutas no campo passaram novamente a ganhar mais visibilidade, assegurada, sobretudo, pelo cenário de abertura política, pela ação de setores da Igreja no campo (Novaes, 1997; Martins, 1985, 1986; Paiva, 1985; Medeiros, 1989) e por um efervescer de demandas e questionamentos que foram cruciais para a progressiva perda de legitimidade dos governos militares e a abertura política.

Também são raros os artigos e depoimentos que, na imprensa, se aventuram a atentar sobre as dificuldades de realização da reforma agrária no Brasil ou de refletir sobre a perspectiva de uma reação patronal. A tendência geral era de se apostar na nova conjuntura de transição, na força do sindicalismo rural e da Contag e na “boa vontade” de Tancredo Neves para a efetivação de uma reforma agrária no Brasil.

Barbosa Lima Sobrinho³⁷ foi uma das poucas figuras de grande expressão política que advertia sobre as reais dificuldades de uma reforma agrária. Em seus artigos para o Jornal do

³⁶ A maior preocupação dos empresários e do editoriais era a de como evitar novas Guaribas.

³⁷ JB, 03.03.85. Assuntos Fundiários (Barbosa Lima Sobrinho).

Brasil ele enfatizava o peso da “conciliação dos interesses em jogo” entre o Estado e os proprietários, bem como as “intransigências” existentes e as “paixões desatinadas”, num país que “não custaria muito a merecer o título de paraíso dos grileiros”. Um país, “onde a esperteza da grilagem se tornou rotina e tem a cooperação dos cartórios e a cumplicidade de juizes desatentos”³⁸. E, insistentemente, convoca a sociedade “a mudar a flecha do itinerário para que o Brasil deixe de ser o país dos latifundiários e se transforme realmente num celeiro, não apenas para o mundo, como também para seu povo”.

A conjuntura dos anos 80 é herdeira e tributária de todo um processo histórico de debate, de luta e de conflitos - em suas múltiplas manifestações - sobre a pertinência de uma reforma agrária no Brasil e democratização da propriedade fundiária. Diz Palmeira:

Em que pese as manifestações anteriores, “foi a partir de meados dos anos 50, com a vigorosa mobilização dos trabalhadores do campo, agrupados nas ligas camponesas³⁹ e nos sindicatos rurais, que a reforma agrária assumiu o caráter de uma questão pública, de uma questão política. Com tal, deixou de ser mero tema de controvérsias, passando a expressar, mais do que qualquer outra questão, a oposição entre camponeses e donos de terras e tornando-se o grande divisor de águas da sociedade brasileira no período que se encerrou com o golpe de 1964” (Palmeira, 1987:68).

No período imediatamente anterior ao golpe de março de 1964, a superação da crise econômica em que o país mergulhara passava por três questões mais gerais: o combate à inflação, a mudança na política externa e a modernização da agricultura. E uma das primeiras medidas do governo Castelo Branco foi a implementação de uma política de reforma agrária consubstanciada na Emenda Constitucional que assegurava a desapropriação das terras mediante pagamento em títulos da dívida pública, na criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra)⁴⁰, órgão

³⁸ JB, 03.03.85. Assuntos Fundiários (Barbosa Lima Sobrinho).

³⁹ Sobre as Ligas Camponesas ver:: Camargo (1973); Martins (1981); Azevedo (1982); Bastos (1984); Medeiros (1989) e Novaes (1997).

⁴⁰ Órgão diretamente responsável pela implementação da reforma agrária. “O Ibra foi criado para ser um órgão puro, impermeável às pressões dos latifundiários (...) Daí a sua vinculação à presidência da República”, diz José Gomes da Silva, um dos participante do projeto reformista do governo Castelo Branco. O Dr. José Gomes de Silva, foi um profundo conhecedor da questão agrária e um dos mais expressivos defensores de uma reforma agrária no Brasil. Nos anos 50 participou na Revisão Agrária do governo Carvalho Pinto (SP), posteriormente, destacou-se como aluno do Curso Internacional sobre Reforma Agrária (IICA). Durante o governo Castelo Branco fez parte do grupo especial de acompanhamento da reforma agrária (Gret), afastando-se posteriormente quando percebeu a impossibilidade de levar adiante o projeto reformista. Fundou a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) e durante a Nova

diretamente responsável pela condução e execução do projeto reformista e na elaboração e aprovação de uma lei de reforma agrária, o Estatuto da Terra (Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964). A defesa de uma reforma agrária no Brasil deveu-se sobretudo. A defesa de uma reforma agrária pelo primeiro governo militar deveu-se sobretudo à visão do latifúndio como obstáculo estrutural à modernização e à industrialização. Ao mesmo tempo o governo se apropriava da reivindicação que havia unificado o conjunto da luta e do movimento pelas reformas de base. Sob o governo Castelo Branco as reforma , em especial a reforma agrária, adquiriram uma nova feição. Elas foram tratadas a partir de um compromisso social diferente. Não mais através de uma frente com os setores populares e sim por meio da repressão aberta ao conjunto do movimento social e da gradativa destruição dos mecanismos institucionais de mediação entre o Estado e a sociedade. “Com o golpe de 64 foram derrotadas as forças políticas e sociais que se expressavam pelas reformas de base. As reformas desvincularam-se de suas origens sociais e passaram a ser uma ‘concessão da revolução, pondo fim às possíveis alternativas contidas no movimento social, em particular a possibilidade de uma reforma agrária que pudesse significar uma transformação mais radical do padrão de propriedade”(Bruno,1997:102)⁴¹

Com a repressão que atingiu fortemente o meio rural (Gomes da Silva, 1969; Medeiros,1989; Martins,1981^a 1986^b; Palmeira & Leite,1986), os trabalhadores perderam a iniciativa política. O governo Castelo Branco, ao mesmo tempo em que intervinha sindicatos, passou a controlar o que os trabalhadores deveriam discutir e reivindicar. Discutia-se a reforma agrária proposta no Estatuto de Terra, debatia-se a reconstrução do sindicalismo como a única forma de organização definitiva dos trabalhadores rurais e determinava-se sobre a importância da extensão rural como instrumento ideal para a formação e a mudança de “mentalidade” do homem do campo. Naquela conjuntura, extremamente desfavorável ao movimento camponês, houve não apenas um recuo ou uma mudança de tom na luta pela reforma agrária, mas uma mudança de conteúdo: passou-se do ataque frontal ao latifúndio a defesa do Estatuto da Terra (Bruno,1997:122). Entretanto, “isso não significou que o sindicato, enquanto instituição, tenha desaparecido (...) para o regime que se

República foi presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

⁴¹ Sob o lema “segurança, desenvolvimento e reformas”, o governo buscava a sua própria legitimidade e o seu caminho para as questões mais gerais da sociedade, mas buscava também a legitimidade da repressão que se destinava a neutralizar tudo o que fosse representativo do movimento popular anterior a março de 1964. Ver também (Martins,1980, 1981^a,1984)

constituía (...) não se tratava de eliminar o sindicalismo rural, mas sim de lhe dar uma nova direção, mais condizente com os novos tempos” (Medeiros, 1989:88).

Grandes proprietários de terra e suas entidades de classe, que haviam participado ativamente do golpe de Estado, sentiram-se traídos e ameaçaram, inclusive, pegar em armas. Só não reagiram mais violentamente por terem intuído que a reforma agrária não seria realizada. Afinal, a proposta era uma iniciativa de um regime que eles respaldaram⁴² e de certa forma criaram, e o Estatuto da Terra, apesar de contemporizar com os grandes proprietários de terra, não deixou de representar uma ‘penalização’ ao latifúndio, pois impôs limites ao monopólio da propriedade. Contudo, eles não tinham, naquela conjuntura, forças para lançar mão do argumento do anticomunismo, seu potencial de luta encontrava-se desgastado: haviam acabado de “ganhar a batalha” contra as forças populares. Mas, conseguiram imprimir a sua marca no Estatuto da Terra e nas regiões de maior mobilização camponesa, aproveitaram-se da repressão para ameaçar, perseguir, expulsar e matar, com suas milícias e seus capangas, os trabalhadores rurais (Bruno, 1997:124-5). “Muitos proprietários aproveitaram-se da conjuntura de desmobilização para ‘limpar’ suas terras, e fazer valer o seu poder”, diz Medeiros (Medeiros, 1989:107).

Na segunda metade dos anos 60, juntamente com a recuperação da economia (Giordano Delgado, 1985) e a vitória política da “linha dura” militar (Dreyfuss, 1981), o discurso e as medidas reformistas que marcaram o governo Castelo Branco foi substituído (e não por acaso) pelo da colonização, da ocupação dos espaços vazios e da transformação tecnológica da agricultura tradicional (Medeiros, 1989:85). As declarações oficiais já não mais indicavam a redistribuição de terras como medida prioritária para a solução dos problemas da agricultura. Juntamente com a implementação dessas medidas, era grande propaganda em torno de projetos especiais tais como o Programa de Integração nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra)⁴³, o Programa de

⁴² Um dos exemplos mais expressivos da mobilização patronal foram as Marchas da família com Deus e pela liberdade “que ficaram conhecidas também como ‘Marchas das lavadeiras’ porque só tinham tanque e trouxa. A marcha de São Paulo, foi organizada pela SRB, “foram os fazendeiros do café que deram o apoio básico para que a mobilização de massa pudesse fortalecer o encaminhamento do golpe” (Martins, 1986^a:60).

⁴³ O Proterra, Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, foi criado através do decreto-lei 1.179 de 06/07/1971, “com a finalidade de corrigir distorções de determinadas áreas consideradas prioritárias e criar condições para a fixação no campo dos trabalhadores rurais. Propunha-se a fazer compra e/ou desapropriações de terras e sua distribuição a pequenos produtores e expandir o crédito rural” (Medeiros, 1989:100).

Assistência ao Trabalhador Rural, mais conhecido como Funrural⁴⁴ e grandes empreendimentos” (Medeiros, 1989:85). É também quando se “desencadeia ciclo da colonização contra a reforma agrária” que viria a marcar todo o restante do período dos governos militares (Tavares dos Santos, 1988:5).

Com a progressiva modernização da agricultura uma intensificação das lutas por terra. “No rastro da modernização”, aumentaram os conflitos em torno da posse da terra e entre grandes proprietários e trabalhadores rurais, “envolvendo, quase sempre, a violência física” (Palmeira, 1987:70). E, já no final dos anos 60 a reforma agrária ‘reaparecia’ como uma das principais reivindicações do sindicalismo rural. Uma reforma agrária entendida como princípio geral de justiça social, promoção de emprego e ampliação do mercado interno (Medeiros, 1989). Por sua vez, nas regiões de conflito fundiário o sindicatos rurais demandavam a desapropriação, com base no Estatuto da Terra. Pela aplicação da lei, esse era o lema dos sindicatos, federações e da Contag, no período.

O Estatuto da Terra, gradativamente vai se transformando em um dos principais campos de conflito, de negociação e de disputa política entre os trabalhadores rurais e o Estado. Se de um lado, “em sua prática cotidiana e sempre invocando a lei” os militares, “foram enterrando as idéias de uma reforma agrária, fazendo prevalecer a tese da modernização do latifúndio, que também encontrava guarita naquela lei” (Palmeira, 1987:69). De outro, o Estatuto, além de tornar-se uma “referência capaz de permitir a reordenação das relações entre grupos e propiciar a formação de novas identidades” (Palmeira e Leite, 1998), contribuiu para viabilizar o “diálogo” entre o Estado e os trabalhadores, na luta pela terra: “É o Estatuto que abre o diálogo - tenso, difícil e com lutas - entre os trabalhadores rurais e o Estado”, diz Regina Novaes. Mas, ao mesmo tempo, o Estatuto “acabou por impor aos trabalhadores rurais um determinado campo de luta pela reforma agrária”, avalia Medeiros (Medeiros, 1989:87). Amarrou-os na institucionalidade da lei e nos marcos do regime político

⁴⁴ O Funrural, instaurado em 1971, abrangia aposentadoria, pensão, auxílio funeral, serviço de saúde, serviço social. Vários estudiosos avaliam que a forma como foi instituída a previdência no campo “tornou-se ‘serio obstáculo à constituição do sindicato como mecanismo no encaminhamento das lutas’ (Medeiros, 1989:96) apesar de, em algumas situações, o momento do atendimento se constituía numa oportunidade de discussão sobre os direitos. (idem, 97).

No início dos anos 70, há uma reorientação da política em favor da expropriação⁴⁵ das populações rurais e a implantação da grande empresa capitalista no campo. É quando a política agrária passa a representar “a consagração da renda fundiária como um dos fundamentos do processo de acumulação, coisas que não estava clara até aquele momento. (...) E o governo embarca numa política de empresarialização da agricultura, de incentivos, de proliferação de empresas rurais, sobretudo de grandes empresas” (Martins, 1986b:65). É também a partir desse momento “que começam a surgir, com mais frequência informações sobre os conflitos. São conflitos que não ocorrem somente em áreas de fronteira, mas em regiões de ocupação antiga”(Martins, 1986b:66).

A política de incentivos fiscais, juntamente com as chamadas licitações de terras públicas, constituíam-se em uma frente de privilegiamento da atividade especulativa (Palmeira, 1994)⁴⁶ e em uma das “mais importantes fontes de lucro no meio rural” (Martins, 1986^a:50). As vantagens oferecidas “beneficiaram os latifundiários tradicionais, mas também atraíram capitais de outros setores da economia para quem o campo passou a ser colocado como uma alternativa interessante de investimento. Grandes grupos econômicos entraram na produção agrícola ou agroindustrial e passaram a imobilizar capitais em terras, contando não apenas com a sua valorização, mas também com a perspectiva de captação de recursos públicos para a realização de aplicações financeiras mais vantajosas no momento”(Palmeira & Leite, 1998:123).

Como bem o afirma Guilherme Delgado⁴⁷, “o capital em geral penetrou a fundo no negócio de terras, detendo, sob a forma de títulos patrimoniais, os direitos legais sobre vastas extensões de terras ociosas. O mesmo capital que produz empresarialmente na agricultura do

⁴⁵ Os autores ressaltam que o processo de expropriação, ou seja, a ameaça da própria reprodução do campesinato devido a falta de alternativas, “é um movimento independente e, via de regra, anterior à própria modernização” (Palmeira & Leite, 1998:111). Por sua vez, “a expropriação, assim concebida, não implica necessariamente, proletarianização” (Palmeira & Leite, 1998:112).

⁴⁶ Diz Palmeira: “Um proprietário ou um grupo qualquer, que quisesse se beneficiar de recursos do Finor ou do Finam para um projeto em sua propriedade, teria que correr algum risco, apresentando uma contrapartida aos recursos solicitados. Geralmente, a contrapartida oferecida era a sua própria terra, ou melhor, o valor cadastral de sua propriedade, de forma que o proprietário não precisava arriscar um tostão. Mas como a terra comumente estava subdeclarada, para pagar menos imposto territorial, ao chegar a época de dar entrada no pedido da Sudene ou da Sudam, havia uma corrida ao Incra para elevar o valor declarado, gerando uma verdadeira indústria da alteração cadastral desse órgão público. (Palmeira, 1988:53).

⁴⁷ Ainda segundo o autor, é importante atentarmos para o fato de que houve uma ampliação da capacidade de acumulação do setor, erroneamente trabalhada como um movimento puramente especulativo. Ele também defende que a reforma agrária, para ser efetivada, necessita de um pacto social mais geral que submeta a liberdade do movimento do capital a uma regulação social (Delgado, 1985:204 e 222).

centro-sul, controla especulativamente⁴⁸ o patrimônio territorial das novas zonas”(Delgado,1985:222)⁴⁹. A territorialização do capital também contribuiu para uma maior integração de interesses urbanos e agrários nos novos completos agroindustriais e a para a ruptura da velha dicotomia mercado externo/mercado interno que unificava a dinâmica da agricultura brasileira da época do complexo rural e dos complexos cafeeiros (Graziano,1987).

De um modo geral, as medidas de política dos governos militares, apresentaram-se essencialmente geradoras de tensões sociais. Foram inúmeros os conflitos que então eclodiram no enfrentamento entre os jagunços das grandes empresas e os posseiros nas regiões dos grandes projetos agropecuários, incentivados para promover a ocupação da Amazônia pelo grande capital (Medeiros, 1989:108)⁵⁰. A “condição precária” dos projetos de colonização por empresas particulares e pelo Estado, e a “perda das ilusões” das populações expulsas de outras regiões que viam na colonização uma alternativa, “foram um outro pólo gerador de tensões”(Medeiros, 1989:108). Em áreas de ocupação antiga, projetos de reflorescimento, de construção de estradas, provocaram a expulsão, “a valorização das terras e, com ela, a presença da grilagem”, também trouxeram a violência contra os trabalhadores (Medeiros,1989:109).

Na segunda metade dos anos 70, caracterizada por Martins (Martins,1984) como o período da militarização da questão agrária, há uma intensificação dos conflitos por terra, tendo como marca a resistência a diferentes formas de expropriação dos trabalhadores (Medeiros,1989). “Não houve, na década de 70, um único estado da federação onde a luta pela terra não estivesse presente, de forma mais ou menos aguda”, diz Medeiros (Medeiros,1989:110).

⁴⁸ “Não foi por acaso que as primeiras reações contra a Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, partiram de São Paulo e não dos ‘latifundiários tradicionais do Nordeste e do Norte do país. Elas Traduziam o mal-estar causado pela perspectiva de perda e de bloqueio de novas aquisições de terras por proprietários paulistas (entre os quais incluímos grandes grupos empresariais) no Norte e no Centro-Oeste por uma proposta que colocava no centro de sua estratégia ‘medidas de combate à apropriação de terras com fins especulativos” (Palmeira & Leite,1998,124).

⁴⁹ Na segunda metade dos anos 90 tive oportunidade de entrevistar vários empresários rurais e agroindustriais e um fato chamou-me particularmente a atenção: o mesmo entrevistado que, momentos antes, discorrera sobre a sua atividade produtiva, recorrendo a preceitos tipicamente empresariais, ao falar sobre sua a reforma agrária, imediatamente muda de tom e declara “quanto a este aspecto, eu faço e sigo a boa tradição de meus pais e meus antepassados”.

⁵⁰ “Alguns poucos conflitos foram divulgados pela imprensa da época, rigidamente censurada. A grande maioria se desenvolveu surdamente, marcados pela violência do gado na roça, queima de casas e assassinatos” (Medeiros,1989:108).

Com a regularização fundiária, houve uma “progressiva ampliação das atribuições do Conselho de Segurança Nacional em matéria fundiária”(Palmeira,1987:70) Isso contribuiu para “criar uma espécie de círculo vicioso: os militares intervinham a pretexto de suprir as deficiências do Incra nas áreas mais conflituosas; sua presença acirrava as tensões, levando-os a se imiscuírem mais ainda nas questões de terra”(Palmeira,1987:70). Em janeiro de 1980, já no governo de Figueiredo, foi institucionalizada a interferência dos militares, com a criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantis (Getat), órgão ligado à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional.

Mas a “militarização da questão agrária” também promoveu, em inúmeras regiões, um “enfraquecimento” das formas tradicionais de dominação e um “esvaziamento político no campo”, o que deu “um espaço especial às lutas dos trabalhadores rurais” (Martins,1986^a:73)⁵¹.

O final dos anos 70 e o início dos 80 foram marcados pela multiplicação de lutas sociais em várias regiões do país. Apesar da abrangência e da diversidade de suas formas de expressão e das categorias sociais que as engendram, elas podem ser reagrupadas em três principais vertentes: as lutas dos trabalhadores assalariados, permanentes e temporários, pelos direitos do trabalho; as lutas dos pequenos produtores pela valor do produto e as lutas pela terra, as quais reúnem várias categorias sociais (Grzybowski,1986; Medeiros,1989; Santos,1988).

Há uma intensificação das lutas pela terra envolvendo posseiros e grileiros, rendeiros, parceiros e proprietários de terra ou posseiros e beneficiários de grandes licitações. Os anos 80 são também marcados pela emergência de novos personagens e novas frentes de luta que se desdobrarão no Movimento dos Atingidos por Barragens, na criação do Conselho Nacional dos Seringueiros e na aparecer político do Movimento dos Sem Terra. “Seringueiros”, “Assentados”, “povos da floresta”, “ribeirinhos” são designações que traduzem transformações políticas mais profundas na capacidade de mobilização desses grupos sociais (Berno de Almeida,1991:106-106).

É também o momento em que ganha densidade a crítica à estrutura sindical então vigente e o reconhecimento da pouca eficácia das formas de luta até então dominantes no encaminhamento dos conflitos, que se expressavam nas ações de caráter administrativo,

⁵¹ Segundo Martins "o pacto político de 1984 foi a resposta das classes dominantes ao esvaziamento do poder, à perda de legitimidade do governo"(Martins,1986^a:72).

predominantes no sindicalismo” (Medeiros, 1989:123). Já apontando para os limites do Estatuto da Terra, no III Contag, realizado em maior de 1979 propunha “a elaboração de uma lei criando o instituto da perda sumária da propriedade acima de um módulo rural pela não utilização de pelo menos 70% de sua área agricultável e a criação do instituto da área máxima, com limites entre 250 e 700 hectares, de forma a impedir o crescimento de latifúndios e a aquisição de terras com fins especulativos” (Medeiros, 1989:117). A ênfase passou a ser a necessidade de pressão coletiva, ações de resistência e valorização das iniciativas dos trabalhadores (Medeiros, 1989).

Por sua vez, a política dos governos militares para o campo, o agravamento das condições de vida dos trabalhadores rurais também reativou a presença de diversas forças que buscavam representá-los e articulá-los. Destacam-se alguns setores da Igreja católica “portadores de uma concepção sobre a relação entre fé e política” como por exemplo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), “organismo vinculado à CNBB e contando com alguns bispos entre seus membros, criada em 1975, ganharam grande influência no cotidiano dos conflitos e também assumiram o papel de canal de denúncia da violência e as comunidades eclesiais de base CEB’s, ligada ao trabalho da CPT de apoio às resistências .

Numa conjuntura em que mobilização da sociedade e no momento em que as lutas sociais se constituem numa dimensão essencial do processo de abertura política e da transição (Sader, 1988). E Nesse momento, a reforma agrária ganha outros significados⁵² (Medeiros, 1989, 1994). Já por ocasião do primeiro congresso do Movimento dos Sem Terra, no início de 1985, defendia-se as ocupações de terra como o caminho para a reforma agrária . “Terra não se ganha se conquista”⁵³, era o lema do Congresso.

Quanto às classes patronais rurais, os anos de autoritarismo não eliminaram obviamente o jogo de interesses e a ação política dos proprietários de terra e empresários rurais, mas condicionou a forma de expressão dessa ação e, em certa medida, delimitou o seu alcance

⁵² Os seringueiros a demanda por “reservas extrativistas; falta

⁵³ O MST reivindicava uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, a desapropriação de todas as propriedades com mais de 500 hectares, a expropriação das terras das multinacionais, a extinção do Estatuto da Terra e criação de novas leis ‘com a participação dos trabalhadores e a partir da prática de luta dos mesmos’ (Medeiros, 1989:13).

1.2. O discurso oficial

Após a morte de Tancredo Neves, José Sarney assume a presidência da República, anunciando, na imprensa, que saldará as promessas feitas ao país pela Aliança Democrática durante a campanha presidencial. Ele defende a continuidade do processo democrático, reafirma sua lealdade ao projeto de Tancredo Neves e se posiciona a favor da reforma agrária.

Juntamente com as declarações oficiais favoráveis à reforma agrária, são estabelecidas as primeiras medidas institucionais, consideradas, pelo governo Sarney, o ponto de partida para sua implementação. No fim de abril de 1985, é criado, por decreto institucional, o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad)⁵⁴, que deixa de ser uma pasta extraordinária para se transformar em ministério autônomo. No ato da assinatura, Sarney defende o caráter irrevogável de sua decisão e afirma que a criação do órgão representa um marco na história da reforma agrária. Posteriormente, empossa José Gomes da Silva para a presidência do Incra, e como ministro, Nelson Ribeiro, ligado à setores da Igreja do Pará, área de conflitos intensos⁵⁵.

Além da criação do Mirad e da implementação das primeiras medidas institucionais, conformou-se, na imprensa, um campo discursivo comum, uma retórica oficial sobre a política de reforma agrária. Seus principais porta-vozes são: o presidente José Sarney, em nome do governo da Nova República; Nelson Ribeiro, pelo Mirad; José Gomes da Silva, presidente do Incra; Pedro Simon, ministro da Agricultura; e Fernando Lira, ministro da Justiça. De um modo geral, todos ressaltavam que a opção pela reforma agrária significava a continuidade do sonho de Tancredo Neves. Defendiam que a sociedade brasileira, finalmente, havia amadurecido para assumi-la; procuravam distanciar-se das estratégias de política fundiária dos governos militares e nomeavam como principais interlocutores do governo a Igreja progressista e o movimento sindical dos trabalhadores rurais. Além disso, asseguravam que a reforma agrária se pautaria nos marcos legais do Estatuto da Terra, elegiam a desapropriação como instrumento prioritário da reforma e, por fim, conclamavam todos à participação, ao debate e à conciliação nacional.

⁵⁴ No ato de criação do Mirad, estiveram presentes, a CPT, a Contag, os presidentes da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e do Senado, além dos ministros da Fazenda e da Agricultura, entre outros.

⁵⁵ Além disso, as principais diretorias foram ocupadas por pessoas da Contag ou da sua inteira confiança e com uma trajetória de participação na luta por uma reforma agrária, como exemplo, Carlos Lorena, Moacir Palmeira e Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Um dos temas mais importantes dos pronunciamentos oficiais na imprensa foi a defesa de uma reforma agrária como símbolo da continuidade do projeto político de Tancredo Neves. “A campanha que elegeu Tancredo tinha um projeto político que está sendo exercido por Sarney, e nesse projeto se inclui a reforma agrária.(...) “Esse ideário é matéria pacífica como instrumento de mudança de governo, e vai contribuir decisivamente para que o sonho de Tancredo Neves se torne realidade”⁵⁶, anuncia Nelson Ribeiro, no momento de sua indicação para a pasta do Mirad. Pedro Simon, por sua vez, argumenta que “a produção de alimentos para o mercado interno era uma meta de Tancredo”⁵⁷.

Todavia, e não sem razão, a principal associação entre o projeto de reforma agrária da Nova República e o “sonho de Tancredo Neves” referia-se à própria natureza das medidas propostas para a realização da reforma agrária: ela se daria nos marcos do Estatuto da Terra; priorizaria o instrumento da desapropriação; seria implementada, preferencialmente, nas regiões de tensão e de conflito por terras; e o governo se concentraria na crítica à especulação fundiária. Enfim, Tancredo Neves transforma-se na moeda corrente e referência obrigatória para referendar as medidas de reforma agrária e legitimar o governo Sarney perante a sociedade. Em fins de maio, após o IV Congresso da Contag e quando intensifica-se o movimento de ocupação de terras e se acirra a violência no campo, Sarney e seus colaboradores mais próximos novamente apelam para o compromisso assumido por Tancredo Neves de “procurar sempre conciliar e não preconizar o confronto”⁵⁸.

A proposta de reforma agrária da Nova República se pautava nos marcos legais do Estatuto da Terra. Havia, contudo, no seu interior, algumas vozes dissonantes. Enquanto Nelson Ribeiro e Gomes da Silva defendiam calorosamente o Estatuto na imprensa, Pedro Simon, sempre que possível, ressaltava que ele precisava ser aperfeiçoado, sobretudo com relação aos Títulos da Dívida Agrária (TDA), arrematando que a reforma não pode se resumir à distribuição de terras, “pois seria um passo para o fracasso”⁵⁹.

Sobre a desapropriação, todos argumentavam que ela serviria para desestimular o uso improdutivo da terra e sustentavam que, após as primeiras desapropriações, deveria ocorrer um

⁵⁶ JB,08.04.85. Nelson Ribeiro aguarda decreto de Sarney para existir como ministro.

⁵⁷ FSP,09.04.85. Produção agrícola depende da reforma agrária.

⁵⁸ JB,03.06.85. Mais críticas e o governo se defende.

⁵⁹ JB,14.04.85. Ministro quer reforma e novas prioridades agrárias.

imediatamente desencorajamento ao uso das terras para a especulação fundiária ou preservação de capitais. Eles defendiam que, com isso, haveria uma queda considerável do preço das terras⁶⁰. Com relação às áreas prioritárias, foi estabelecido que a Amazônia, “por ser a região mais crítica”, seria a primeira a implementar a reforma, já que no Sul do país predominavam os assalariados; e no Nordeste, o problema, apesar de considerado igualmente grave, era diferente⁶¹.

Em segundo lugar, a reforma agrária despontava como compromisso social da nação brasileira para com aqueles excluídos do processo de modernização, em especial os trabalhadores rurais, considerados “os grandes desamparados desta Nação”. Reforma agrária, afirma Nelson Ribeiro, “não é um projeto econômico no sentido tecnocrata, nem preconiza qualquer ação violenta por parte do poder político. É um projeto de justiça social que visa à evolução da pessoa e ao modelo a ser adotado e, também, ao aperfeiçoamento da democracia. Levar a democracia até o homem do campo e trazer milhões de brasileiros marginalizados para participarem e se beneficiarem da sociedade produtiva”⁶².

Para Gomes da Silva, a reforma agrária aparecia como sinônimo de modernidade e se remetia a um processo social mais amplo, envolvendo toda a sociedade. “A nação moderna que o Brasil pretende ser não pode construir uma indústria de ponta em cima de uma multidão de bóia-frias”, diz Gomes. “A reforma agrária não será um processo que interesse apenas ao homem sem terra ou ao minifundiário, que não consegue sobreviver na sua parcela econômica. A mudança de nossa estrutura fundiária é um reclamo de toda a sociedade, e o seu resultado vai influir na qualidade de vida das grandes cidades, hoje congestionadas por migrantes da roça, que pressionam os seus serviços e disputam os empregos escassos. A renitente classe média, que às vezes não a compreende, será também alargada e fortalecida pela incorporação de novos patricios, agora alijados do convívio do desenvolvimento e da cidadania”⁶³.

Um terceiro argumento expressivo do discurso oficial na grande imprensa é a avaliação de que a sociedade brasileira, agora, havia amadurecido e estava consciente para encarar de frente a questão fundiária e, finalmente, levar adiante a reforma tão esperada e nunca realizada. Gomes da

⁶⁰ FSP, 18.05.85. Ministro quer reforma agrária com ampla participação.

⁶¹ JB, 14.04.85. Ministro quer reforma e novas prioridades agrárias.

⁶² JB, 08.04.85. Nelson Ribeiro aguarda decreto de Sarney para existir como ministro.

⁶³ FSP, 12.04.85. Reforma Agrária será prioridade do INCRA.

Silva anunciava que, “desta feita, existem luzes animadoras fluindo do túnel”⁶⁴. Pedro Simon, além de fazer uma retrospectiva sobre os anos 60 para marcar as diferenças entre aquela conjuntura e a atual, caracteriza a primeira metade dos anos 80 como o momento da conscientização geral. Diz ele: “Quando houve o movimento de 64, a tese mais subversiva da época era a reforma agrária, considerada a maior loucura, o maior absurdo. No entanto, hoje, surpreendentemente com 21 anos de repressão, até o Banco Mundial fala em dar dinheiro para a reforma agrária”. E conclui: “Há uma conscientização geral, a sociedade está madura, e isso é o resultado do trabalho dos sindicatos rurais e da Igreja”⁶⁵.

Em quarto lugar, enfatizava-se a participação direta dos trabalhadores rurais - “os beneficiários diretos da reforma agrária” -, de suas instâncias de representação e dos setores “progressistas” da Igreja Católica na condução da reforma agrária. Nelson Ribeiro informava, na imprensa, que os representantes dos trabalhadores rurais haviam sido “convocados” para discutir a proposta do governo, que seria levada em consideração a “postura dos bispos” e que o Mirad pretendia atuar em harmonia com a Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁶⁶. Gomes da Silva é outro que aposta na força do movimento sindical dos trabalhadores rurais e na efetividade do trabalho da Igreja Católica como fatores do amadurecimento da sociedade na aceitação da reforma agrária. Recorrendo também aos anos 60, Gomes avalia que, na época da Superintendência da Reforma Agrária (Supra), “adotou-se como estratégia mobilizar o movimento sindical e, através dele, pressionar pela reforma agrária”. Tal estratégia “não deu certo e o Estatuto da Terra nunca foi aplicado. Mas agora a situação é mais autêntica, porque o maior interessado, o trabalhador rural, mesmo desestimulado pelo regime militar a formar sindicatos, conseguiu sobreviver. A Contag é a maior federação de trabalhadores agrícolas do País. Existem mais de dois mil sindicatos e duas dezenas de federações clamando por reforma agrária”⁶⁷.

Finalmente, como último aspecto do discurso oficial, vemos a preocupação de, se não romper, pelo menos distanciar-se das estratégias políticas mais gerais de política fundiária dos governos militares. Defendia-se que a reforma agrária não seria identificada com a ideologia da

⁶⁴ FSP, 12.04.85. Reforma Agrária será a prioridade do INCRA.

⁶⁵ JB, 14.05.85. Pedro Simon quer reforma agrária e novas prioridades.

⁶⁶ JB, 13.03.85. Pará ganha o ministério de Assuntos Fundiários. JB, 01.05.85. Decreto de Sarney cria o Ministério da Reforma Agrária. JB, 02.04.85. Ministro para Assuntos Fundiários conversa com representantes da CNBB.

⁶⁷ JB, 05.05.85 p.40.

segurança nacional, nem confundida com medidas paliativas, como, por exemplo, a titulação de terras e a colonização⁶⁸.

Pela primeira vez, rompia-se, em público, com a lógica das argumentações vigentes no período dos governos militares. “Reforma agrária não é questão de segurança nacional, mas de política social. Não se identificará com a colonização e nem é uma questão técnica”⁶⁹, afirma Nelson Ribeiro na imprensa. “O processo de reforma agrária foi entorpecido nesses últimos 21 anos pelo paliativo da tributação e a colonização de áreas virgens”, anuncia Gomes da Silva. A reforma agrária da Nova Republica, ao contrário, se propõe a redistribuir terras onde existirem excedentes populacionais e privilegiar o instituto da desapropriação. Nosso objetivo é transformar “enxadeiros em proprietários”, declara Gomes da Silva, causando indignação nos dos grandes proprietários de terra⁷⁰.

Havia inclusive a proposta de acabar com o Getat e o Gebam, mas, logo após a posse do ministro do Mirad, o governo da Nova República recuou na decisão de extinguir os dois órgãos e anunciou que iria absorvê-los, pois suas estruturas e dotações orçamentárias poderiam fortalecer o Incra⁷¹.

Afirmava-se, também, que tudo o que havia sido feito até o momento em matéria de política fundiária fora uma administração por pressão e, nesse sentido, “aquele que tem mais força, maior poder de barganha pressiona e, evidentemente, sua primeira reivindicação é a intromissão da polícia para resguardar direitos e pretensos direitos”⁷². Nelson Ribeiro sugeria, então, que a polícia fosse convocada não pelo poder civil, mas, sim, pelo Poder Judiciário.

Reforçando a posição de distanciamento do governo Sarney, em face da política dos militares para o setor agrícola, Pedro Simon se propunha “a alterar um hábito consolidado nos últimos 20 anos e trazer para o Ministério da Agricultura a função de formular a política agrícola no Brasil que, durante os governos militares, foi uma tarefa definida pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e submetida à aprovação pelo Conselho Monetário Nacional”.

⁶⁸ JB,02.04.85. Ministro para Assuntos Fundiários conversa com representantes da CNBB.

⁶⁹ JB,28.04.85. Ministério da Reforma Agrária sairá na terça-feira.

⁷⁰ JB,05.05.85 p.40.

⁷¹ FSP,30.04.85. Sarney cria hoje por decreto o ministério da Reforma Agrária.

⁷² FSP,18.05.85. Ministro quer reforma agrária com amplo debate. (Luiz Salgado Neto).

Criticava-se, ainda, a forma como havia sido realizada a modernização do campo nos últimos 15 anos e considerava-se que o agravamento dos conflitos de terra era decorrência de uma política concentradora de terra e capital que expulsara milhares de trabalhadores do campo e os jogara nas periferias das cidades, em condições precárias de vida. E a reforma agrária seria o instrumento, por excelência, de neutralização dos conflitos de terra.

Nelson Ribeiro, apesar de repetir que “a reforma agrária é maior que a solução dos conflitos” e que “os conflitos não são a motivação fundamental para a reforma”, sempre que possível, afirmava fazer parte da estratégia da reforma agrária a solução dos conflitos fundiários. Essa deveria ser ampla, com prioridade para as situações onde eles ocorriam em maior número e eram mais graves, como as do Nordeste, Sul do Pará e Centro-Oeste.⁷³ O reconhecimento da recrudescência dos conflitos fundiários e do agravamento das tensões entre trabalhadores rurais e grandes proprietários de terra convivia, sem maiores problemas, com a certeza da maturidade da sociedade para realizar a reforma agrária e com a confiança de que a construção do consenso social teria como base e fundamento a força do movimento sindical dos trabalhadores rurais e a legitimidade do apoio da Igreja Católica.

Enfim, em meio às tensões e expectativas estão, assim, constituídas as primeiras medidas institucionais e a matriz discursiva reformista, definidoras do projeto de reforma agrária do governo da Nova República. Apesar das diferenças de ênfase, basicamente são esses os principais argumentos do discurso oficial, na imprensa, sobre a política de reforma agrária.

Uma matriz discursiva reformista muito próxima aos enunciados do documento oficial do governo da Nova República, a proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O documento inicia com um diagnóstico das condições vigentes no campo brasileiro em que eram ressaltados a grande concentração fundiária e seus e seus efeitos, em particular a improdutividade, a especulação e o aumento dos conflitos agrários e da violência no campo. A proposta de PNRA buscava os fundamentos de sua legitimidade jurídica no Estatuto da Terra, ou seja, “a promoção da justa distribuição da propriedade condicionando seu exercício ao cumprimento de sua função social”.

⁷³ JB, 12.03.85. Pará ganha Ministério dos Assuntos Fundiários.

Além disso, a Proposta⁷⁴ enfatizava a separação da reforma agrária das políticas agrícola e de colonização; explicitava uma crítica frontal às estratégias mais gerais de política agrícola e agrária dos governos militares, em especial a tributação das terras; elegia a desapropriação por interesse social como instrumento prioritário da reforma e nelas assentar o mais rápido possível as populações rurais potencialmente beneficiárias⁷⁵; reconhecia o movimento sindical dos trabalhadores rurais (Contag, federações e sindicatos rurais) como uma força social legítima e capaz de desencadear um grande debate na sociedade e, identificava como principal adversário o “latifúndio improdutivo”

Cabem aqui algumas considerações mais gerais. Com relação à defesa de uma reforma agrária como compromisso social da nação, Sarney e seus principais colaboradores, se, de um lado, deixavam explícito que uma das metas da Nova República seria “trazer para a modernidade o lado social do processo brasileiro, acabar com a dicotomia entre o econômico e o social e viabilizar uma repartição mais equitativa dos benefícios do crescimento econômico”⁷⁶. De outro, procuravam demarcar, na imprensa, que o que se pretendia era uma política social “bem-comportada”: pela eliminação da miséria, sim, mas “sem que nenhuma medida radical seja necessária”. A favor de uma reforma agrária, contudo “sem que o sacrifício às camadas ricas e à população da classe média vá além daquele tolerado em um regime democrático”⁷⁷.

E, apesar da prioridade de desapropriação das áreas de tensão social, é curioso como a retórica reformista do governo Federal pouca menção faz à questão da violência no campo, quando sabemos que durante o regime militar sua prática tornou-se um aspecto institucional de Estado (D’Alencastro, 2000) e a violência física foi incorporada como prática rotineira dos grandes proprietários de terras.

⁷⁴ Existem vários estudos sobre a proposta de PNRA, seus impasses e potencialidades. Ver, Tavares dos Santos (1988); D’Incao (1990); Silva (1989, 1987); Graziano da Silva (1985) Martins (1986b, 1986c) Medeiros (1988, 2001).

⁷⁵ “Tais populações foram definidas como trabalhadores sem terra, posseiros, arrendatários, parceiros, minifundistas e assalariados agrícolas perfazendo um total de 7,1 milhões de pessoas das quais 850.000 deveriam ser assentadas até 1988. As metas globais do I PNRA seria de 1 milhão e 400 mil famílias a serem instaladas entre 1985 e 1989, em todas as regiões do país. A estratégia escolhida para obter as terras necessárias era a da desapropriação por interesse social das propriedades improdutivas, cujo pagamento seria feito por títulos da dívida agrária (T.D.A), e cujos preços seriam calculados segundo o valor declarado pelo próprio proprietário em sua declaração do Imposto Territorial Rural. (...) Em suma, a Proposta para o I Plano Nacional de Reforma Agrária pretendia instaurar um processo de estabilização do campesinato no Brasil, mediante a instalação de estabelecimentos familiares, associativos e comunitários” (Tavares dos Santos, 1988:8).

⁷⁶ JB, 15.03.85. O rumo da economia na Nova República.

⁷⁷ JB, 15.03.85. O rumo da economia na Nova República.

Mas tudo leva a crer que havia um setor no interior do governo Sarney, representado pelas principais lideranças políticas do Mirad e do Incra, que avalizava a efetividade de uma reforma agrária com base no respaldo e na força do movimento sindical dos trabalhadores rurais e na legitimidade social dos setores progressistas da Igreja Católica. A eleição da Igreja e da Contag – os dois principais adversários dos grandes proprietários de terra nos últimos 10 anos – como sujeitos da reforma agrária e principais interlocutores do governo assinalava que o discurso oficial em favor da participação dos trabalhadores não significava, apenas, um mero artifício no jogo político. Apostava-se, realmente, no potencial da pressão social dos trabalhadores rurais e de seus mediadores para implementar o PNRA.

Contudo, ao mesmo tempo em que se elegiam a Igreja e a Contag parceiros, quase não se comentava, na imprensa, sobre a necessidade de uma base política de sustentação como um dos fundamentos para a viabilização da reforma agrária, quando era notória, desde o início, a ausência de apoio político institucional e partidário mais expressivo. Poucos eram os deputados, senadores, demais ministros ou governadores que, na grande imprensa, se pronunciavam favoravelmente ao governo Federal na empreitada reformista. Ao contrário, como veremos no segundo capítulo, quando a classe política despontou nas páginas dos jornais, sua posição foi quase sempre reticente e crítica, tanto em relação ao governo como sobre a proposta de PNRA. Se havia mais alguém a favor, por alguma razão, não fez uso da imprensa para tornar pública a sua posição.

Evocada por todos, a demanda por participação é uma das principais idéias-força da transição democrática e, rapidamente, transforma-se num dos campos de disputa entre grandes proprietários de terra e o governo. Quando da apresentação da proposta de PNRA no IV Congresso da Contag, no fim de maio de 1985, as elites agrárias, mais uma vez, invocam o direito à participação na elaboração do PNRA e nos rumos da reforma agrária. E, após as primeiras ocupações de terra, o governo Federal imediatamente muda o discurso sobre a natureza da participação dos trabalhadores rurais sem terra, defendendo a “não-intervenção dos movimentos populares, para não tumultuar a reforma agrária”⁷⁸.

Quanto à “possível” reação dos grandes proprietários de terras, os representantes oficiais do governo, quando inquiridos pela imprensa, evitavam, a todo o custo, qualquer comentário a

respeito. Sarney reconhecia que a reforma agrária “é uma questão espinhosa” e dizia temer, sobretudo, a “volta dos fantasmas” e a “abertura de antigas feridas”. Mas avaliava que “somente os setores mais retrógrados e atrasados do Nordeste e as regiões de intenso conflito de terra poderiam reagir ao Plano Estrutural de Reforma Agrária”⁷⁹. Em suas declarações, sempre que possível, criticava a especulação e o monopólio fundiários, porém furtava-se a identificar os especuladores e os latifundiários. Como resposta às demandas da imprensa, preferia apelar para “a paz, o diálogo e a conciliação de interesses” e reafirmar que a reforma agrária “será realizada por caminhos legais, pacíficos, e com muita cautela”⁸⁰.

Nelson Ribeiro e Gomes da Silva também declaravam que a reação partiria, sobretudo, das regiões de conflito de terras do Norte e Nordeste e avaliavam que os grandes proprietários de terra tirariam do baú os velhos argumentos contra a reforma, como, por exemplo, a denúncia sobre a desestruturação do sistema produtivo, o questionamento do custo da reforma agrária e a ameaça que ela representava ao direito sagrado à propriedade.

Antecipando-se à reação, a posição oficial do governo na imprensa foi o convite ao diálogo e a garantia de que a reforma agrária não constituiria uma ameaça à propriedade, nem visava modificar o sistema fundiário até então vigente. Gomes da Silva buscava tranquilizar “aqueles que estão cultivando a terra nos termos da lei”, afirmando que “a discussão sobre a reforma só concerne e diz respeito aos que contrariam a lei vigente (o Estatuto da Terra) e a Constituição, que estabelece que a posse e o uso da terra estão condicionados ao bem-estar social”⁸¹. Nelson Ribeiro, quando pressionado a se posicionar sobre o assunto, admite que “terá problemas com os proprietários que já estão engajados em situações conflitivas” e arremata: “Teremos de lutar num novo estilo contra os políticos conservadores que se oporão à reforma. Vamos mexer numa ‘velha ferida’, sim, mas estamos prontos para dialogar e debater com toda a classe política em torno da estratégia de nossos projetos, mostrando que a reforma agrária é um processo natural”⁸².

⁷⁸ OESP, 16.07.85 INCRA diz que não tolerará tumulto.

⁷⁹ JB, 01.05.85. Decreto de Sarney cria o Ministério da Reforma Agrária.

⁸⁰ JB, 01.05.85. Decreto de Sarney cria o Ministério da Reforma Agrária.

⁸¹ JB, 05.05.85 p.40

⁸² JB, 01.05.85. Decreto de Sarney cria o Ministério da Reforma Agrária.

O governo procurava também garantir que já existiam fontes de recursos para a realização da reforma agrária, como, por exemplo, o Fundo Nacional de Reforma Agrária, parte do orçamento do Incra, os recursos dos institutos estaduais de terras e do Banco Mundial. E afirma que, posteriormente, a reforma agrária será auto-sustentada pelo próprios rendimentos e impostos que os colonos vão gerar e que, a curto prazo, o custo médio será de 3,5 mil dólares para cada colono, o que representa “menos de $\frac{1}{4}$ do custo da criação de um emprego na indústria”⁸³.

Às demandas da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de instauração de processos judiciais para punir os responsáveis pela morte dos trabalhadores, Nelson Ribeiro, pede calma e declara, na imprensa, que o procedimento do governo tem que ser gradual, pois acabara de receber uma máquina para ser repensada e reestruturada⁸⁴. Ao mesmo tempo, acenava que todos estariam a favor da reforma agrária e todas as instituições comprometidas seriam ouvidas - a Frente Liberal, que havia colocado o tema no seu programa, os governos estaduais, as prefeituras municipais, os ministérios e os políticos⁸⁵.

Como veremos a seguir, à medida que a reação patronal se amplia e se radicaliza, há uma mudança no discurso governamental, que passa a ser cada vez mais defensivo, abrindo mão, inclusive, da defesa da participação dos trabalhadores. Entretanto, três argumentos mantiveram-se durante todo o confronto sobre a proposta de PNRA: o convite ao diálogo e à conciliação, a defesa de uma reforma agrária nos marcos do Estatuto e a crítica à especulação fundiária.

1.3. “Uma guilhotina armada sobre os produtores rurais”

Se grande foi o desagrado com a abertura política, maior ainda foi a insatisfação dos grandes proprietários de terra e empresários rurais com a defesa da reforma agrária pela Aliança Democrática e pela Nova República. Seus porta-vozes se pronunciavam, na imprensa, argumentando que o governo Sarney estaria, sim, “abrindo velhas feridas” e a proposta de reforma agrária foi considerada uma “guilhotina armada sobre os produtores rurais brasileiros”⁸⁶. E Otávio Melo Alvarenga, da Sociedade nacional de Agricultura (SNA) adverte: “desde o

⁸³ FSP, 18.05.85. Ministro quer reforma agrária com amplo debate.

⁸⁴ JB, 02.04.85. Ministro para Assuntos Fundiários conversa com representantes da CNBB.

⁸⁵ JB, 08.04.85. Nelson Ribeiro aguarda decreto de Sarney para existir como ministro.

⁸⁶ JB, 19.05.85. Reforma Agrária feita no passado só deixou decepção.

memorável grito do campo”, realizado em setembro de 1984 em Porto Alegre, que o presidente Tancredo Neves vem insistindo na realização de uma reforma agrária e na aplicação do Estatuto da Terra como passo essencial para a melhoria do setor agrário. Mas Tancredo terá que começar uma didática intensiva, pois estão de tocaia os mesmos personagens e interesses que lançaram Castelo Branco. Só que, dessa vez, serão mais sutis, embora qualquer laço sugira a imagem da força”⁸⁷

A reação patronal rural partiu, fundamentalmente, das regiões Sul e Sudeste, em especial dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, fazendo cair por terra a suposição de que viriam dos latifundiários “atrasados” do Norte e do Nordeste as principais forças anti-reformistas. Da parte do Incra e do Mirad, havia a expectativa de que os latifundiários não contariam com o apoio do moderno empresariado agroindustrial, preocupado com a produtividade e menos afeito à especulação fundiária.

Nesse momento, são os porta-vozes da Sociedade Rural Brasileira (SRB⁸⁸) e os representantes da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) que mais aparecem na imprensa, comandando a reação dos grandes proprietários de terras e empresários rurais, estabelecendo os parâmetros das argumentações e os orientando como agir. Pela SRB, temos Flávio Teles de Menezes, sem dúvida, a figura mais importante de todo esse processo e o mentor ideológico da nova retórica patronal⁸⁹. Além dele, vemos, também, Renato Ticoulart e Ney Bittencourt de Araújo; esse último aparece na imprensa ora como diretor de grão da SRB, ora como presidente da Agrocere⁹⁰.

Em nome da representação sindical patronal, têm grande destaque na imprensa Flávio Brito, presidente da CNA; Ernesto de Salvo, da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Faemg); Fábio Meireles, da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp) e Ari Marimon, da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) que, nos anos 70, havia passado por um intenso processo de renovação de seus quadros.

⁸⁷ JB, 06.03.85. Os laços nem sempre sutis da reforma agrária.

⁸⁸ Diz Martins: “Embora esteja hoje um pouco modernizada em termos ideológicos, a SRB reúne velhos fazendeiros de café sempre muito conservadores e intransigentes na defesa do direito de propriedade” (Martins, 1986^a:60).

⁸⁹ Flávio Menezes foi uma das figuras mais atuantes na Comissão de Sistematização da Reforma e do Desenvolvimento Agrário durante o período da Constituinte de 1988.

⁹⁰ Empresa criada em 1945 para geração de semente de milho híbrido. Posteriormente, nos anos 60 e 70 diversificou suas atividades para geração de outras sementes híbridas, hortaliça e biotecnologia vegetal. Ver (Castro, 1988).

Representando os usineiros do Nordeste, temos Gilson Machado, “empresário rural e presidente de sindicato patronal”, que se apresenta na imprensa como o “avalista da experiência do Proterra”, portanto, segundo ele, “da ineficiência do governo no tratamento da questão fundiária no Brasil”.

As modernas associações por produto e multiproduto e o cooperativismo empresarial se fazem representar pela Associação Brasileira de Óleos Vegetais (Abiove), por Roberto Rodrigues, então presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Cotriexport.

Finalmente, os tradicionais porta-vozes da pecuária brasileira, como por exemplo, a Associação Brasileira de Gado Zebu (ABGZ) e José Resende Peres vêm a público marcar posição sobre a proposta de PNRA da Nova República.

Além do uso da imprensa, como espaço para a construção de símbolos de classe e para “tornar pública as suas posições e fazer política”, como diria Flávio Menezes, as elites agrárias também recorrem às páginas dos jornais para mobilizar os grandes proprietários de terra e empresários rurais. Em meio às declarações e entrevistas, há um constante chamamento à luta e à mobilização de “toda a classe rural” para responder às argumentações do governo. Reuniões nas sedes das federações, nos sindicatos e nas associações de classe são marcadas e remarcadas publicamente, dependendo do desenrolar das negociações ou das declarações do governo Sarney. Flávio Brito (CNA), por exemplo, chama à reunião os representantes das 10 federações patronais e entidades da sociedade civil, ligadas à produção agropecuária, para discutir a proposta de reforma agrária; e Flávio Menezes (SRB) comunica que o “seu grupo”, fazendo par com a Agroceres, já se encontra constituído, com o objetivo de elaborar seu próprio plano de reforma agrária⁹¹.

⁹¹ JB, 21.05.85. Mineiros denunciam terrorismo agrário.

Box 1 – Representantes de entidades patronais*

REPRESENTANTES	ENTIDADES
Flávio Teles de Menezes	Sociedade Rural Brasileira - SRB
Renato Ticoulart	Sociedade Rural Brasileira - SRB
Ney Bittencourt de Araújo	Sociedade Rural Brasileira - SRB e Agrocere
Flávio Brito	Confederação Nacional da Agricultura – CNA
Ernesto de Salvo	Fed. da Agricultura do E. de MG - Faemg
Ari Marimon	Fed. da Agricultura do E. do RS - Farsul
Fábio Meireles	Fed. da Agricultura do E. de SP - Faesp
Gilson Machado	Pres. Sindicato Patronal dos Usineiros (NE)
Otávio Melo Alvarenga	Sociedade Nacional de Agricultura
Roberto Rodrigues	Organização das Cooperativas do Brasil - OCB
Sérgio Cardoso de Almeida	Empresário Rural
Newton Camargo	Associação Brasileira de Gado Zebu - ABGZ
Raul Costa	Associação Brasileira de Óleos Vegetais - Abiove
Valter Duarte	Cotriexport
João Marques de Almeida	Mecanização e Assistência Agropecuária Ltda.
presidente	Assoc. Revend Veículos Automotores - Abave
José Resende Peres	Pecuarista

*ordenados segundo a frequência com que aparecem nos jornais.

Em princípio, todos se declaram a favor da reforma agrária. Não há uma única voz dissonante. Pronunciam-se favoráveis ao projeto reformista da Nova República Renato Ticoulart (SRB) e Ernesto de Salvo (Faemg), apesar desse último afirmar que a proposta “é terrorista porque ameaça com fiscalização as empresas agrárias”⁹². São igualmente a favor Flávio Teles de Menezes (SRB), Ney Bittencourt de Araújo (Agrocere) e Flávio Brito (CNA), “mas antes da reforma agrária o governo deveria oferecer melhores condições de vida ao agricultor que já possui um pedaço de terra”, declaram. Também Fábio Meireles (Faesp) se pronuncia pela reforma agrária, “mas só se for realmente constatado o interesse especulativo”⁹³, ressalta ao JB.

⁹² JB, 21.05.85. Mineiros denunciam terrorismo agrário.

⁹³ JB, 21.05.85. Mineiros denunciam terrorismo agrário.

Pelo Nordeste, Gilson Machado também concorda com a reforma agrária, “contanto que não prejudique a produção açucareira”⁹⁴.

Na história da reforma agrária brasileira, dificilmente encontraremos o patronato rural posicionando-se contra as propostas reformistas. Faz parte do jogo político declarar-se a favor e, ao mesmo tempo, concentrar as argumentações nas pré-condições. Foi o que ocorreu no fim dos anos 50 e início dos 60, quando as associações de classe dos proprietários de terra e empresários se posicionaram a favor de uma reforma agrária como condição da modernização da agricultura (Medeiros, 1983). E, no primeiro governo militar, mesmo sentindo-se traídos por Castelo Branco, grandes proprietários de terra e empresários rurais enfatizaram a defesa de uma reforma agrária “democrática e cristã” contra o que consideravam a opção “socialista”.

Nesses primeiros meses, a reação dos grandes proprietários de terra e empresários rurais na imprensa esteve voltada quase que exclusivamente para o conteúdo das argumentações do governo Sarney – em especial, a defesa de uma reforma agrária como política social e a eleição da Contag e da Igreja como principais interlocutoras do governo na implementação da proposta de PNRA.

O discurso de Sarney foi considerado ambíguo e contraditório, por conter dois pesos e duas medidas: se, de um lado, acenava com o diálogo, de outro, dirigia-se aos “excluídos do campo”, escolhia como interlocutores privilegiados a Contag e a Igreja progressista e estabelecia medidas concretas de participação dos trabalhadores rurais nos encaminhamentos da reforma; afirmava que não atacaria a propriedade privada, porém se pronunciava pela desapropriação das terras ociosas; garantia a intocabilidade da propriedade, contudo ressaltava que a reforma agrária seria realizada a qualquer preço, além de expor, equivocadamente, o retrato de uma concentração fundiária que não mais existe.

Associada à argumentação sobre a ambigüidade do discurso oficial, vemos também a crítica à ineficiência histórica do Estado na promoção de uma política fundiária. Um dos exemplos explorados por seus porta-vozes é a experiência do Proterra na Zona da Mata pernambucana – região com uma história de luta pela terra e referência de uma das mais importantes mobilizações camponesas: o movimento das Ligas Camponesas. Gilson Machado aponta a incapacidade do Incra de acompanhar e avaliar tecnicamente o trabalho implantado, o

⁹⁴ JB, 24.05.85. Contag aplaude texto antes da solenidade.

despreparo dos beneficiários e o valor irrisório das desapropriações. Tudo isso teria acarretado uma diminuição na potencialidade produtiva da cana, o que os obrigou a alocar recursos próprios e designar uma equipe de técnicos para realizar uma avaliação sobre o Proterra na região e identificar, para o Incra, a sociedade e os beneficiários, quais os principais impasses e potencialidades⁹⁵.

Grandes proprietários de terra e empresários rurais também estavam temerosos quanto às possíveis alternativas que poderiam ser abertas com a “exacerbada” preocupação do Mirad e do Incra em se diferenciarem dos governos anteriores. Era imenso o desagrado com as declarações oficiais de que a reforma agrária não se identificaria com as políticas de colonização, e nem seria uma questão técnica, mas, sim, de política social. E ninguém acreditava na “maturidade” da sociedade brasileira para implementar, com “tranquilidade”, qualquer modificação na estrutura fundiária. Quanto a esse último aspecto, Otávio Melo Alvarenga (SNA) observa: “Nos pronunciamentos do governo Federal sobre a questão agrária, a razão fica de um lado e a coragem de outro (...). A defesa da reforma agrária, pelo governo, tangencia o heroísmo quixotesco, e a coragem decorre de julgar o Brasil suficientemente maduro para absorver não somente o espírito da lei, mas também (e sobretudo) as decorrências de sua aplicação”⁹⁶.

Entretanto, o tema que mais polariza é a defesa, pelo governo, da reforma agrária como política social. Em resposta, eles retomam a velha idéia de uma reforma agrária como expressão da implantação do comunismo e da socialização da propriedade da terra. Todos começam argumentando que a responsabilidade pelo agravamento da questão social é do Estado, e o único caminho “correto e possível” resume-se a um maior investimento para a agricultura, o que possibilitaria “melhores condições de reprodução dos proprietários e empresários rurais (...) e se eles estiverem bem, os trabalhadores também estarão”⁹⁷. Em seguida, afirmam que a defesa do social expressa a “completa simbiose entre as estratégias do governo e a doutrina social da Igreja, pois reflete a opção preferencial pelos pobres”⁹⁸. Ou seja, o compromisso social “acobertaria uma ideologia de cunho socializante da Igreja progressista, envolvida na idéia de justiça social”⁹⁹. E

⁹⁵ JB, 19.05.85. Reforma Agrária no passado só causou decepção.

⁹⁶ JB, 06.03.85. Os laços nem sempre sutis da reforma agrária.

⁹⁷ JB, 21.05.85. Mineiros denunciam terrorismo agrário.

⁹⁸ JB, 21.05.85. Mineiros denunciam terrorismo agrário.

⁹⁹ JB, 21.05.85. Mineiros denunciam terrorismo agrário.

os mais radicais, como Flávio Brito, vinculam abertamente a noção de compromisso social com a volta do comunismo.

Há ainda aqueles, como Ney Bittencourt, que criticam a ênfase do governo no social sem a contrapartida de uma melhor fundamentação econômica da reforma agrária. Com base nisso, ressaltam, na grande imprensa, a fragilidade da proposta do governo ao não conseguir estabelecer um parâmetro de racionalidade econômica, limitando-se, portanto, ao social, e declaram que a questão social será aceita pela “classe produtora” apenas quando expressar melhores condições de trabalho, saúde e educação, contanto que esteja “dissociada do fundiário”¹⁰⁰.

Flávio Menezes, mais incisivo e mais político, não questiona o social, mas afirma, na imprensa, que a reforma agrária da Nova República é essencialmente uma questão política, expressa, por exemplo, na indicação de um ministro “afinado com os setores progressistas da Igreja”; na exclusão da classe proprietária e dos empresários rurais e na opção por apresentar o plano da reforma agrária em um congresso dos trabalhadores rurais. E conclama a todos “a elaborar a proposta da classe”, já que o governo estaria afinado com outra proposta¹⁰¹. Como veremos mais adiante, a justificativa de que não foram consultados para a elaboração da proposta do PNRA estará presente em todo o confronto sobre a questão da reforma agrária e, numa conjuntura de luta pelas liberdades democráticas, terá uma força maior do que em momentos anteriores.

Praticamente todas as lideranças patronais rurais sustentam que a defesa de uma reforma agrária como política social poderia levar à discussão sobre o uso social da terra e, com isso, legitimar a desapropriação como instrumento prioritário da reforma. Grandes proprietários de terra e empresários rurais também reagem à associação entre a questão social e a necessidade de integração dos excluídos do campo. Ao mesmo tempo, apelam à solidariedade entre proprietários e trabalhadores rurais, sob a alegação de que todos são do campo, portanto vivenciam os mesmos problemas e estão sujeitos à mesma discriminação por parte da cidade e do governo. Nesse caso, o discurso sobre a penalização da agricultura reaparece e se atualiza como uma tentativa de colocar o governo Sarney como adversário comum às duas classes sociais: trabalhadores e proprietários. Um Estado, segundo eles, responsável pela precariedade das condições de trabalho

¹⁰⁰ JB, 21.05.85. Mineiros denunciam terrorismo agrário.

¹⁰¹ JB, 19.05.85. Reforma Agrária no passado só deixou decepção.

no campo e incapaz de assistir, devidamente, os trabalhadores rurais em suas necessidades elementares.

Além disso, foram inúmeras as críticas dirigidas diretamente a José Gomes da Silva, presidente do Incra, e ao ministro Nelson Ribeiro, do Mirad. De modo geral, os dois foram responsabilizados pela idéia de apresentação do PNRA ao IV Congresso da Contag e pela eleição da Igreja progressista e da Contag como interlocutores privilegiados do governo. Dentre as críticas, destaca-se a de Sérgio Cardoso de Almeida, identificado pela imprensa como empresário rural e ex-deputado federal, para quem Gomes da Silva seria “um inimigo declarado das usinas de açúcar e das empresas agrícolas”¹⁰². Cardoso de Almeida até ameaçou mobilizar a SRB para destituir o presidente do Incra.

Por fim, a legitimidade da participação da Igreja será continuamente questionada, sob o argumento de que os padres e os bispos não são produtores nem trabalhadores rurais, portanto, desconhecem o campo. Os atritos entre as elites rurais e setores da Igreja Católica - em especial a CNBB e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) - vinham de longa data e haviam se aprofundado no fim dos anos 70 com a progressiva presença e atuação da Igreja no campo, junto dos trabalhadores rurais sem terra e nas regiões de conflitos de terra. Já em meados dos anos 70 os grandes proprietários de terra e empresários rurais das regiões Sudeste e Sul estavam “visivelmente preocupados com a presença de setores da Igreja católica no campo”. É quando tem início uma série de reuniões nas sedes dos sindicatos e federações patronais para decidir como agir diante “dessa nova situação”. As federações de Minas Gerais, São Paulo e Goiás chegaram a cogitar a criação de um partido político, de base essencialmente rural, visando fazer frente ao trabalho político da Igreja junto aos trabalhadores rurais¹⁰³.

Não por acaso os grandes proprietários de terra e empresários rurais concentraram os seus ataques à Igreja procurando desqualificá-la. Durante todo o ano de 1985, a CNBB e a CPT (juntamente com a Contag), foram as principais vozes na denúncia sobre os conflitos de terra e na crítica ao monopólio fundiário. Disputando palmo a palmo o espaço na imprensa, com as lideranças patronais, a CNBB reivindicava, entre outros aspectos, a “restauração do direito à terra de posseiros, prejudicados pela atuação do Getat e do Incra, transferidos ou desalojados de suas terras em

¹⁰² FSP, 12.04.85. Cardoso de Almeida critica Gomes da Silva

¹⁰³ Entrevista realizada Udelson Nunes Franco em 1986.

benefício de grileiros, empresas rurais e latifundiários” e a “instauração de processos judiciais para punir os responsáveis pelos assassinatos dos trabalhadores rurais¹⁰⁴”.

Box 2- Argumentos e sugestões das elites agrárias

POLÍTICOS	Ideologia socializante Ineficácia histórica do Estado Idealismo do governo Sarney Ambigüidade do discurso oficial
CORPORATIVOS	Pela participação da ‘classe rural’ na reforma agrária Patrões e trabalhadores são igualmente discriminados
ECONÔMICOS	Por um maior investimento na agricultura Ausência de fundamentação econômica no PNRA
SUGESTÕES	Educação, saúde e melhores condições de trabalho para os trabalhadores

As críticas dos representantes patronais são diferenciadas, não têm o mesmo peso nem a mesma significação. No entanto, despontam em bloco na grande imprensa e dificultam o diálogo e questionamento. É um discurso comum a todos os porta-vozes do patronato rural, independente de suas diferenças econômicas ou do peso da representação de classe. Agrega antigas e novas entidades de representação, e aproxima a OCB dos grandes pecuaristas, a Abiove da CNA e a Cotriexport dos usineiros do Nordeste. É a linguagem de classe se constituindo em nome de interesses comuns. Daí, talvez, a sua força discursiva: não se atém a um só aspecto, ao mesmo tempo em que sinaliza para uma unidade entre os diferentes setores.

É basicamente essa a matriz discursiva das elites rurais, na grande imprensa, nos primeiros meses do governo Sarney e em muito se assemelha a momentos anteriores de mobilização. Mudou a realidade, novos porta-vozes vieram se somar às antigas lideranças, mudou a dinâmica dos conflitos (Martins, 1994) mas permanecem a defesa do monopólio fundiário e da manutenção dos privilégios daí advindos.

A recorrência aos mesmo temas e argumentos vai acompanhar todo o debate (e confronto) sobre a proposta de PNRA e a demanda por uma reforma agrária nos meses subseqüentes. Gilson

¹⁰⁴ JB, 02.04.85. Ministro para assuntos fundiários conversa com representantes da CNBB.

Machado praticamente reproduz os mesmos argumentos dos usineiros nordestinos no momento da elaboração do ET, quando anunciavam que a reforma agrária preconizada por Castelo Branco, conduziria à “desestruturação da produção açucareira” (Bruno, 1997:130). E as declarações de Flávio Brito na imprensa sobre a “ideologia socializante” do PNRA em nada se diferenciam dos argumentos proferidos no início dos anos 60 sobre os perigos da experiência cubana e o suposto de que a reforma agrária conduziria o Brasil ao comunismo. São os grandes pecuaristas e as velhas lideranças patronais, desta feita contando com o apoio de novos personagens e de novos aliados constituídos ao longo dos anos 70, os arautos da necessidade de uma maior “coerção” da classe e da defesa da violência física como recurso de poder. São eles que mais uma vez ameaçam pegar em armas para defender suas propriedades. Com uma diferença, em 1964 eles contaram com o apoio da “linha dura” militar, insatisfeita com o legalismo de Castelo Branco, para “acabar com o vírus reformista que atacara o Alvorada” (Bruno, 1997:130) e só não reagiram com mais violência porque haviam apoiado o golpe. Em 1985 eles realmente pegaram em armas, se organizaram em grupos de defesa da propriedade e posteriormente se constituíram na principal base de sustentação da UDR.

Também o argumento da solidariedade entre as classes – uma das dimensões fundantes das relações de dominação – não é novo. Já no fim dos anos 50 e início dos 60, os porta-vozes dos grandes proprietários e do empresariado rural, mobilizados contra as demandas pela reforma agrária, também recorreram à solidariedade entre proprietários e trabalhadores (Medeiros, 1983; Bruno, 1997). Entretanto, nos anos 80, a força do argumento da solidariedade não se fundou nas relações tradicionais de compadrio, foi construída com base na idéia de que existe um imenso preconceito da sociedade urbana com relação às pessoas que vivem no campo. Ronaldo Caiado, em seu discurso para os trabalhadores do campo e pequenos produtores familiares, freqüentemente ressaltava esse aspecto¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Ao entrevistar os trabalhadores rurais presentes nas marchas da UDR em Brasília no momento da Constituinte, pude perceber a força do apelo à solidariedade entre as classes. Inclusive vários trabalhadores e pequenos produtores tinham imensa dificuldade de reconhecer a face violenta da UDR e muitos argumentavam ser mentira da imprensa. As diferenças sociais, reconhecidas por eles, eram “neutralizadas” pelo apelo a solidariedade. Um dos entrevistados argumentou o seguinte: “os grandes dão uma boiada à luta da UDR, nós, os pequenos, damos porcos, galinhas e ovos”. Recentemente tive oportunidade de participar de uma pesquisa sobre o Programa Cédula da Terra (PCT) e, mais uma vez, percebi o peso da dominação de classe. A grande maioria dos presidentes das associações comunitárias beneficiárias do PCT justificou a adesão ao programa, por apresentar-se como uma reforma agrária “negociada com os proprietários, sem conflitos e sem luta de classes”.

Mas, apesar da rapidez com que se organizaram e da constituição de uma linguagem comum contra o PNRA, já nesse momento, suas lideranças reclamavam na imprensa contra a desunião e a falta de solidariedade da “classe rural”. Desunião esta, diga-se de passagem, que em nenhum momento sequer ameaçou a ação política dos grandes proprietários de terra e empresários rurais em defesa do monopólio e do direito absoluto à propriedade da terra. Como veremos no próximo capítulo, a conjuntura de transição, a certeza do esgotamento da política de crédito – um dos principais pilares da modernização da agricultura –, o prenúncio de uma disputa pela representação corporativa devido à diversificação da agricultura e à constituição de novos setores econômicos e novas categorias sociais dominantes no campo, a presença de novas forças políticas no campo, como por exemplo a Igreja progressista, e a ampliação dos conflitos sociais no campo, todos esses fatores estão na base do discurso sobre a falta de união da classe.

1.4. “Um terreno minado”

A grande imprensa foi, sem dúvida um espaço importante para o debate e a mobilização dos anos 80 sobre a reforma agrária. Nos primeiros meses do governo Sarney, a sua matriz discursiva se confunde com os argumentos dos grandes proprietários de terra e empresários rurais. De um modo geral, a postura dos jornais foi a de registrar o “fracasso” histórico das experiências de reforma agrária no Brasil e na América Latina; ressaltar a ineficácia do Estado brasileiro em face das políticas públicas voltadas para a problemática agrária; desqualificar, permanentemente, os responsáveis pela implementação da proposta de PNRA; alertar, nos editoriais, sobre o perigo e as incoerências da reforma agrária e antecipar-se na condenação sobre a eleição das áreas de conflitos de terra como prioritárias à implementação da reforma. Ao mesmo tempo, enfatizavam as “benesses” da modernização da agricultura e a capacidade produtiva da grande propriedade no Brasil.

No ato da assinatura do decreto de criação do Mirad, quando Sarney defende o caráter irrevogável de sua decisão e afirma que a criação do órgão representa um marco na história da reforma agrária, imediatamente, a grande imprensa, sempre atenta a todos os pronunciamentos e às decisões do “presidente substituto” e na expectativa do desenrolar da reforma agrária, chama a atenção para o fato de que, com a criação do Mirad, ampliavam-se a dotação orçamentaria e o poder

político do Executivo - portanto, a sociedade já podia considerar a reforma agrária como uma realidade. Em face disso, Sarney recua e declara à imprensa que o novo Ministério seria de transição e de mudança e teria “caráter temporário e mais ou menos modificável”¹⁰⁶. Eram os primeiros indícios de uma tensa e ambígua relação entre o Executivo e a grande imprensa, nos assuntos sobre a reforma agrária.

A postura da imprensa, sempre foi de desconfiança e ceticismo com relação a Nelson Ribeiro. Mal se conseguia encobrir a animosidade para com o ministro do Mirad e, sempre que possível, procurava-se desacreditá-lo perante a opinião pública. Nelson Ribeiro foi considerado pelo JB como a “grande assombração” do governo da Nova República. Logo após sua indicação para o Mirad, o JB o retrata como o ministro “menos conhecido pela população brasileira” e ressalta a sua “inexperiência política”. O futuro ministro da Reforma Agrária “parece ter habilidade e jogo de cintura, mas nunca exercitou a política partidária”, avalia o jornal, num sugestivo título *Nelson Ribeiro aguarda decreto para existir como ministro*. Nelson Ribeiro responde, afirmando que sempre exerceu funções com alto conteúdo político e sempre se saiu muito bem. A política, diz ele, “é a rainha das ciências e a matriz do processo decisório”¹⁰⁷. E, no momento de sua posse para o Mirad, as páginas de todos os jornais se abrem para as análises sobre a falta de credibilidade política do ministro, afora a visível diferença entre suas declarações oficiais e a leitura da grande imprensa.

Enquanto o JB e O Globo se atêm à desqualificação aberta de Nelson Ribeiro, a FSP, mais analítica e sofisticada, joga com a duplicidade dos argumentos. Ora ressalta o radicalismo, ora a incapacidade do futuro ministro. Ao mesmo tempo, procura descosturar internamente seus argumentos e apontar o que seriam as suas principais fragilidades. Nelson Ribeiro é caracterizado pela FSP como uma pessoa que quer ser cautelosa, mas não consegue. O seu comportamento, diz o jornal, “é ir pisando de mansinho, pois está ciente de que a reforma agrária é um terreno minado”. Nas entrevistas coletivas, avaliza, Nelson Ribeiro “não anuncia nenhuma desapropriação, não diz quais serão as áreas prioritárias, nem se deu por atingido pelas pressões que vem recebendo para não dividir os latifúndios em lotes para colonos”¹⁰⁸. E no dia da posse do ministro, a FSP rebate seu apelo ao debate e à participação de toda a sociedade em favor da reforma agrária, afirmando que, na

¹⁰⁶ JB, 05.05.85 p.40.

¹⁰⁷ JB, 08.04.85. Nelson Ribeiro aguarda decreto para existir como Ministro.

¹⁰⁸ FSP, 18.05.85. Ministro quer reforma agrária com amplo debate.

realidade, a intenção do ministro de “caminhar por esse Brasil afora” resume-se à apresentação, no dia 20 de maio, do PNRA, no IV Congresso Nacional da Contag¹⁰⁹.

Sobre José Gomes da Silva, a grande imprensa, dependendo das circunstâncias, ora o apresenta como “um próspero fazendeiro”, quando o objetivo é desqualificá-lo como defensor de uma reforma agrária, ora como um dos participantes da redação do Estatuto da Terra e a maior autoridade em legislação e política agrária do país, que, após 21 anos, “retorna ao Incra para implementar a reforma agrária”¹¹⁰.

É também a FSP que mais o pressiona a falar sobre temas considerados espinhosos como, por exemplo, a possibilidade de uma reação da grande propriedade fundiária e o levantamento das áreas passíveis de desapropriação para a reforma agrária. Em meados de maio de 1985, a FSP informa que Nelson Ribeiro, “antes mesmo de começar o seu trabalho no novo ministério, vem recebendo críticas e manifestações contrárias de entidades que congregam fazendeiros”. Mas o ministro, ressalta a matéria, “insiste em dizer que não as entende como pressão contra a reforma agrária, considerando-as apenas reações normais de pessoas que estão desinformadas dos nossos objetivos e temem conotações marxistas que o problema envolve”¹¹¹.

A imprensa sempre foi cética quanto à eficácia do convite do governo Sarney ao diálogo, por entender que não há negociação possível, por parte das elites agrárias, quase sempre afeitas, segundo a FSP, em não respeitar “as regras de uma sociedade livre e aberta”¹¹². Esse é, talvez, o único momento em que a grande imprensa se posiciona criticamente frente ao autoritarismo dos grandes proprietários de terra: quando avalia que estão em jogo a democracia e a transição. A imprensa, também, foi crítica às declarações do governo, que subestimavam o peso da reação e da mobilização patronal rural contra a reforma agrária.

É também o JB que mais chama a atenção para a proximidade entre a Igreja progressista e o Mirad. De acordo com o jornal, Nelson Ribeiro, numa “atitude inédita”, ao se reunir com os representantes da CNBB, havia quebrado “um antigo preceito ministerial”, pois a CNBB, desde sua fundação, em 1973, “jamais foi vista com bons olhos pelos governos anteriores”¹¹³.

¹⁰⁹ FSP, 18.05.85. Ministro quer reforma agrária com amplo debate.

¹¹⁰ FSP, 18.05.85. Ministro quer reforma agrária com amplo debate. JB, 31.04.85. José Gomes assumirá o INCRA.

¹¹¹ FSP, 18.05.85. Ministro quer reforma agrária com amplo debate.

¹¹² FSP, 18.05.85. Ministro quer reforma agrária com amplo debate.

¹¹³ JB, 02.04.85. Ministro para Assuntos Fundiários conversa com representantes da CNBB.

Esse momento também coincide com o registro sobre os fracassos históricos das reformas agrárias - numa clara alusão ao desdobramento da situação brasileira. Os artigos que, supostamente, serviriam como subsídios para enriquecer o debate sobre a reforma agrária, na verdade cumprem outras funções: desqualificar as experiências de democratização da propriedade da terra e ressaltar a viabilidade do modelo de modernização da agricultura, até então implementado. Enquanto o JB expõe o mau êxito das experiências de reforma agrária no Brasil e no mundo, a FSP especializa-se no sucesso da modernização da agricultura. São exemplos mais expressivos dos fracassos as matérias sobre a reforma agrária peruana e a experiência de Pernambuco. Duas reportagens intituladas *Reforma Agrária feita no passado só causou decepção em Pernambuco*¹¹⁴ e *Reforma Agrária dos militares peruanos arrasou agricultura*¹¹⁵, resgatam, dos depoimentos dos empresários peruanos e brasileiros, a questão do latifúndio produtivo e a incapacidade dos trabalhadores rurais no trato com a terra" - dois argumentos caros aos grandes proprietários de terra e anti-reformistas, na mobilização contra o PNRA e as lutas por terra.

Os empresários peruanos afirmam que a reforma agrária não conseguiu aumentar a produtividade porque não tinham crédito, tecnologia, nem *know-how* para fazer com que as terras produzissem, como na época dos antigos donos. E esse teria sido o maior erro dos militares. Nos dois artigos, a reforma agrária, se bem-sucedida, confunde-se com a colonização. No início de maio de 1985, há um artigo, também no JB¹¹⁶, sobre a experiência dos cinturões verdes do Distrito Federal, que expressa na realidade um atestado de pobreza e de fracasso sobre a experiência, tais as dificuldades existentes.

Ao mesmo tempo, a imprensa retrata uma situação de pleno desenvolvimento da agricultura. Praticamente todos os grandes jornais pesquisados afirmam em uníssono que, apesar da crise, a agricultura vai muito bem, obrigado. A produtividade agrícola é única na história, sendo visível o crescimento do parque industrial de máquinas e implementos agrícolas. A ótima performance da agricultura brasileira é cuidadosamente registrada nas páginas dos jornais e os eventuais problemas podem ser resolvidos: dependem da implementação, pelo governo, de uma política de crédito, preços justos, infra-estrutura e comercialização.

¹¹⁴ JB, 19.04.85. Reforma Agrária feita no passado só deixou decepção.

¹¹⁵ JB, 24.04.85. Reforma Agrária dos militares peruanos arrasou a agricultura.

¹¹⁶ JB, 04.04.85. Brasil colhe frutos da pequena reforma agrária.

O JB anuncia que as safras agrícolas terão 1,5 trilhão em junho e que a baixa do preço da soja não impede que a safra supere a de 1984¹¹⁷. O Globo¹¹⁸, por sua vez, afirma que, apesar da crise, avicultura dá lucro. Mas é a FSP que mais investe nesse argumento. Ela noticia, com alarde, os “novos rumos” para a eletricidade das propriedades rurais brasileiras¹¹⁹; a instalação de um novo sistema terminal de exportação de sucos¹²⁰; o aumento da produção no campo devido ao Projeto Pró-fazenda, da Embrapa¹²¹; e a dotação de 29,5 bilhões para o Provárzeas¹²².

Para melhor legitimar suas análises, a FSP traz o aval dos empresários rurais e grandes proprietários de terra; também interessados em mostrar o desenvolvimento e a modernização agrícola. No Vale do Paraíba (SP), diz a FSP, os rizicultores “estão rindo sozinhos” devido à boa safra e à duplicação da produtividade. Contudo, revela: “Difícilmente os produtores vão admitir isso, com medo do fisco”¹²³. “Também está rindo à toa com os números das colheidas vendidas”¹²⁴ João Carlos Marques de Almeida, diretor comercial da Mecanização e Assistência Agropecuária Ltda. de Taubaté (SP).

Para confirmar a boa performance da rizicultura, Antônio Taino, produtor de arroz também de Taubaté, reconhece que “este foi um ano maravilhoso para a colheita do arroz”. A sua safra estaria “repondo com juros” o que foi perdido nos anos anteriores. Ele mesmo afirma que “não pode se queixar da terra (...). Se temos alguma coisa, devemos agradecer a ela”. Também admite que, “como todo produtor, é obrigado a sonegar para sobreviver na atividade” e, assim, “poder continuar a dar trabalho e sustento para as famílias de seus empregados, contratados com registro de carteira e boa gratificação quando a colheita é assim satisfatória”¹²⁵.

Newton Camargo Araújo, presidente da Associação Brasileira de Gado Zebú (ABGZ), estima um leilão no montante recorde de 15 bilhões e diz ser esse um ótimo resultado, pois representa um avanço de 275% acima da inflação do período, que é de 240%¹²⁶. A FSP também noticia, com o respaldo da Associação dos Revendedores de Veículos Automotores (Abave), que o

¹¹⁷ JB, 17.05.85. Safras agrícolas terão 1,5 trilhão em junho.

¹¹⁸ O Globo, 17.05.85. Apesar da crise, avicultura dá lucro.

¹¹⁹ FSP, 11.05.85. Programa orienta consumo de eletricidade.

¹²⁰ FSP, 11.05.85. Terminal de exportação de sucos tem novo sistema.

¹²¹ FSP, 11.05.85. Computador ajuda a aumentar produção no campo.

¹²² FSP, 11.05.85. Provárzeas tem 29,5 bi para ampliar área de cultivo.

¹²³ FSP, 12.05.85. Safra de arroz provoca euforia no campo.

¹²⁴ FSP, 11.05.85. Safra de arroz provoca euforia no Vale.

¹²⁵ FSP, 11.05.85. Safra de arroz provoca euforia no Vale.

mercado de tratores encontra-se em fase de plena recuperação¹²⁷ e que todos estão confiantes no apoio do governo para o setor e na certeza de mais crédito e preços mínimos adequados. E Raul Costa, da Associação Brasileira de Óleos Vegetais (Abiove), afirma que não existe motivo para preocupação, pois a exportação dos grãos de soja vai bem, e a produtividade de Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Goiás vem melhorando¹²⁸.

Mesmo quando os jornais registram a insatisfação de alguns setores, como os sojicultores, com a política de crédito do governo; ou mesmo quando anunciam suas demandas por mais recursos e pela prorrogação do prazo de pagamento dos empréstimos de custeio, a força dessas reivindicações é logo neutralizada porque a elas se somam os depoimentos de outros representantes do setor, satisfeitos com a política agrícola. A FSP traz os depoimentos de Nelson Dall Gallo, “dono de 8 alqueires em Cascavel (PR)”, e de Valter Duarte, diretor da Cotriexport ambos se dizendo satisfeitos com o desempenho da soja¹²⁹.

Com isso, fica explícito o intuito da imprensa de neutralizar a demanda pela reforma agrária e minimizar as críticas sobre a especulação e a improdutividade das terras. Essa postura significa, também, um meio de respaldar, mesmo que indiretamente, uma das mais caras argumentações dos grandes proprietários de terra: a de que não basta a terra, é necessário um conjunto de medidas de política agrícola. Entretanto, ao mesmo tempo, são expostos, publicamente, a prática da sonegação e o medo do fisco.

Em meio aos artigos sobre o bom desempenho da agricultura, há uma pequena matéria sobre o debate na SBPC¹³⁰, comentando que a aplicação maciça de capital e a produção voltada exclusivamente para a exportação conduzem a uma excessiva concentração de terras nas mãos de grandes proprietários e à expulsão de pequenos produtores. De fato, salvo os pronunciamentos, na imprensa, de setores da Igreja Católica e da Contag, são raros os artigos que discorrem sobre a realidade da estrutura fundiária do país ou a violência.

Em apoio aos grandes proprietários de terra, praticamente todos os editoriais denunciam o caráter ideológico e emocional da reforma agrária como principal fator que impede o “estudo

¹²⁶ FSP, 11.05.85. Negócios somam 15 bi em Uberaba.

¹²⁷ FSP, 01.05.85. Mercado de tratores entra em fase de recuperação.

¹²⁸ FSP, 11.05.85. Avançam vendas de soja para o exterior.

¹²⁹ FSP, 11.05.85. Avançam vendas de soja para o exterior.

¹³⁰ JB, 04.04.85. SBPC aponta aumento da concentração fundiária no sul do país.

sério” sobre a questão fundiária no Brasil. E, durante todo o desenrolar do confronto sobre a proposta de PNRA, o principal ataque da grande imprensa foi a eleição da desapropriação como instrumento prioritário da reforma agrária. Esse tema ganha os editoriais dos principais jornais e se desdobra em artigos e análises. Curiosamente, são os editoriais da FSP, jornal considerado, na época, como o mais progressista e aberto, os marcos definidores da postura da imprensa sobre a desapropriação das terras. Reavivando um velho debate, a FSP afirma que, diferentemente das interpretações correntes, as principais atribuições do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (Inda) foram o cadastramento e a tributação, e não a desapropriação das terras. Ela também critica a própria concepção de tributação contida no Estatuto da Terra, por considerá-la falha, pois teria como objetivo “apenas evitar que a terra fosse utilizada como mero instrumento de especulação”¹³¹. Além de defender que “a especulação em si” não é necessariamente indesejável do “ponto de vista econômico”.

Se, por um lado, a grande imprensa, alimentada pelos correspondentes regionais, foi, talvez, a única voz a anunciar que a reação dos grandes proprietários de terras e empresários rurais partiria do Sul e do Sudeste, e não do Nordeste, por outro, não conseguiu perceber, ou minimizou justamente para não “criar o fato”, os possíveis desdobramentos dos movimentos sociais do campo, em especial o dos trabalhadores rurais sem terra. Vários acontecimentos de peso, e que posteriormente vão influenciar de forma mais direta no embate sobre a reforma agrária, não tiveram espaço na imprensa ou, se tiveram, foram insignificantes. Dentre eles, destaco o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Sem Terra, realizado no fim de janeiro de 1985, em Curitiba, que reuniu 1.500 delegados, representando 20 estados da Federação, em especial os do Sul. Esse congresso foi importante no sentido de sinalizar uma oposição às concepções da Contag e de legitimar a nova identidade “sem terra” que estava se constituindo, bem como as ocupações de terra. (Medeiros:1989).

Porém, no artigo sobre a ineficácia do Proterra, o correspondente regional do JB¹³² procura refazer a história das Ligas Camponesas em Pernambuco, mostrando o peso da mobilização pela reforma agrária e resgatando a importância do movimento camponês e das Ligas, como um dos momentos de constituição dos trabalhadores rurais como atores políticos e

¹³¹ FSP, 13.05.85. Um terreno minado (editorial)

¹³² JB, 19.05.85. Reforma Agrária feita no passado só deixou decepção.

de luta contra o poder privado (Martins, 1981^a, 1994; Medeiros, 1983, 1989; Novaes, 1997; Palmeira, 1985). Caracteriza a região como “inteiramente ocupada pelo movimento sindical mais organizado e exigente do Estado”, onde também se concentra a agroindústria canavieira “com um milhão de hectares cultivados, 400 mil dos quais unicamente com cana-de-açúcar”¹³³.

Também não tiveram espaço na grande imprensa os trabalhadores rurais – a voz ausente. Exceto a mediação da Contag e dos dirigentes sindicais, quando têm acesso às páginas dos jornais, quem desponta é Seu Amaro, “amigo dos patrões” e um dos beneficiários do Proterra, para confirmar os argumentos de Gilson Machado de que, realmente, os trabalhadores rurais não têm condições de tocar os lotes. Mas a culpa, conclui ele, “é do governo e dos usineiros”¹³⁴.

Cabem, aqui, algumas considerações mais gerais. Com relação à suposição de que a reação dos grandes proprietários de terras, partiria sobretudo dos segmentos tradicionais do Nordeste ou dos fazendeiros do Norte, duas principais razões, a meu ver, contribuíram para a avaliação equivocada. Uma primeira decorre do nosso grande desconhecimento acerca das classes e grupos dominantes no campo, em particular nas três últimas décadas. Apesar da riqueza e da diversidade dos estudos existentes sobre a agricultura, a questão agrária e os movimentos sociais no campo, quase não há referência sobre sujeitos sociais dominantes, seus interesses, suas propostas e práticas que estavam se constituindo juntamente com a modernização da agricultura e as transformações do Estado e da sociedade.

Salvo alguma exceção, olhávamos para a reconcentração das terras e a manutenção do latifúndio, garantidas prioritariamente pelo Estado, mas omitíamos o latifundiário como classe e ator político. Analisávamos a consolidação da grande empresa agrícola, o mercado, a produção, o crédito, a constituição dos complexos agroindustriais e refletíamos sobre a especificidade histórica das relações entre o capital e a propriedade da terra no Brasil. No entanto, esquecíamos dos empresários agroindustriais e de suas elites. Não conseguíamos perceber uma realidade que a mobilização dos anos 80 tornou explícita: os interesses “ruralistas” não são os mesmos de fazendeiros no sentido tradicional do termo, mas de grandes conglomerados econômicos.

É significativa a argumentação de Palmeira, ao afirmar que a proposta de reforma agrária do governo Sarney pegou fundo nos interesses patronais, pois, ao dirigir o fogo para a especulação,

¹³³ JB. 19.05.85. Reforma agrária feita no passado só deixou decepção.

¹³⁴ JB. 19.05.85. Reforma agrária feita no passado só deixou decepção.

atirou no que viu e matou o que não viu. “Acertamos o coração do sistema sem nos darmos conta disso, atingindo a coalizão de interesses (ou coalizões de interesses) individualizados em torno dos negócios ligados à terra”, diz o autor (Palmeira, 1994:).

Um segunda suposição diz respeito à matriz teórica de reflexão sobre as classes e os grupos dominantes na sociedade. Se, de um lado, é ressaltada uma determinada noção sobre a classe empresarial como portadora de um espírito progressista na história, por outro, a burguesia agrária e também o campesinato amiúde são tratados, conforme bem o afirma Martins, “como categorias em extinção, como resquícios do passado, sem presença, nem vontade histórica, como categorias residuais” (Martins, 1997:p.vii).

Como já foi apontado por vários autores (Mendonça, 1993; Tavares dos Santos, 1995; Ramos, 1995; Freitas, 1992), nós nos ressentimos de reflexão mais atualizada sobre as classes e os grupos dominantes. “A sociologia não tem realizado a tarefa de buscar uma compreensão das estratégias de reprodução social das classes e grupos sociais dominantes na sociedade brasileira, e a lacuna é ainda maior no caso das camadas dominantes do espaço agrário”, avalia José Vicente Tavares dos Santos (Tavares dos Santos, apud Ramos, 1995:9).

Sobre a defesa, pelo governo Sarney, de uma reforma agrária como compromisso social vimos que, enquanto alguns estudos avaliavam que a noção de compromisso social sinalizava as limitações do projeto reformista da Nova República – porque não ia à raiz dos problemas que a questão agrária exigia –, para os grandes proprietários de terras, ao contrário, a ênfase do governo no social significava antes uma imensa ameaça ao direito de propriedade.

A meu ver, naquela conjuntura de transição e de expectativas, a linguagem do compromisso social subvertia porque, juntamente com a crítica à especulação, tornava pública uma outra face da modernização da agricultura que os grandes proprietários e empresários rurais procuravam a todo custo esconder: a seletividade desse processo e a exclusão dos trabalhadores rurais. Enquanto a defesa de uma reforma agrária esteve associada às necessidades sociais, o argumento das elites patronais de que o Brasil prescindia de uma reforma agrária, pois a agricultura encontrava-se enfim modernizada, perdia o seu vigor político e ideológico, pois, apesar da diversidade de avaliações existentes sobre a questão fundiária, prevalecia, na grande imprensa, a idéia de que a situação de miséria e a exclusão social constituíam-se em desdobramentos do modo como havia se dado a modernização.

Nesses momentos a contrapartida da fala patronal sempre foi defensiva e marcada de juízos de valor: é a doutrina social da Igreja, é o projeto do outro, é a socialização do campo. A situação só ira se reverter na ocasião do IV Contag, quando, proprietários e empresários resolvem “centrar fogo” no discurso da competitividade e da rentabilidade e na crítica à ausência de uma melhor fundamentação econômica da proposta de PNRA. De fato, faltava ao PNRA uma melhor fundamentação econômica. Faltava-lhe, sobretudo, uma proposta alternativa que expressasse a nova realidade da agricultura e as novas necessidades no campo.

Enfim, a reação das elites agrárias, apenas esboçada nos primeiros meses do governo Sarney, além de aglutinar grandes proprietários de terras e empresários rurais, mostra que não será fácil qualquer tentativa de debater a proposta do governo e de implementar uma reforma agrária.

CAPÍTULO 2 - “COMEÇOU A GRITA”¹

Se a defesa de uma reforma agrária, pelo governo da Nova República, e as medidas institucionais implementadas geraram insatisfações aos grandes proprietários de terra, maior ainda foi o temor com a apresentação da Proposta de PNRA ao IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela Contag e realizado em Brasília, no fim de maio de 1985. Aos olhos das elites rurais, a presença do presidente da República num congresso de trabalhadores rurais afigurava-se não apenas como uma atitude simbólica, como argumentara Nelson Ribeiro na imprensa, mas também como uma inequívoca tomada de posição política do governo “contra a classe produtora e o empresariado rural”. Era a evidência que faltava para se ter certeza de que a Nova República havia optado pela reforma agrária “dos trabalhadores rurais”, declara a CNA à imprensa.

Como se já não bastasse a presença da Igreja progressista e da Contag nas comissões de estudo sobre a reforma agrária e, ainda, como se não fosse suficiente a indicação de Gomes da Silva e Nelson Ribeiro para ocuparem as pastas do Incra e do Mirad respectivamente, o presidente Sarney, além de apresentar o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) frente a uma plenária de trabalhadores, posicionara-se “injustamente contra a classe rural” ao criticar a especulação e a improdutividade, demonstrando, segundo os grandes proprietários de terras, que o que está em jogo “é o desmantelamento do parque produtivo, instaurado a duras penas pelos produtores e empresários rurais”. A indignação é geral: “Pela salvaguarda da produção e da propriedade!”, exigem na grande imprensa.

O objetivo deste capítulo é mostrar como foi se conformando, na imprensa, uma nova configuração do campo de conflito agrário após a apresentação, pelo governo, da Proposta de

¹ FSP, 29.05.85. Começou a grita (Otaviano Lage).

PNRA no IV Congresso da Contag, e quais suas implicações na conformação da nova identidade patronal.

Aqui, destaco a nova ofensiva das elites rurais, expressa sobretudo na ampliação das bases sociais de apoio aos grandes proprietários de terras e empresários rurais e na constituição de uma nova linguagem de classe assentada no discurso produtivista. Defendo, ainda, a idéia de que o congresso da Contag, concomitante à entrada em cena dos sem-terra, foi, seguramente, o principal divisor de águas na redefinição do campo de embate e conflito agrário. Se até então a ação das elites rurais, na imprensa, concentrara-se na argumentação sobre as declarações oficiais e, salvo algumas exceções, restringira-se à atuação dos porta-vozes da SRB, da CNA e das federações do Sul e Sudeste, a partir do IV Contag inaugura-se uma nova ofensiva patronal muito mais agressiva e abrangente. O campo de conflito agrário então redefinido assemelha-se a uma guerra de posição, tal como caracterizada por Gramsci (1984). É quando cada um dos atores envolvidos nesse processo procura ganhar a opinião pública, ampliar as alianças e demarcar os seus espaços políticos, numa clara demonstração de força e poder.

Em meio às críticas sobre o PNRA, vai se conformando, na imprensa, um discurso sobre a reforma agrária concebida como um recuo, um retorno a um passado caracterizado pela limitação tecnológica, pela baixa produtividade e pela miséria – a reforma agrária como uma idéia fora do lugar, portanto, inaceitável. A política de reforma agrária assim construída e concebida teve grande eficácia simbólica e política, contribuindo para reforçar a coesão dos grandes proprietários de terra e empresários rurais em torno da luta contra sua implementação. E, quando associada à denúncia sobre a incapacidade dos trabalhadores rurais e à imaturidade política do governo Sarney, transformou-se, então, em linguagem de classe.

Da denúncia da reforma agrária como expressão do atraso passou-se à proposição: “qual agricultura nós queremos?” O que significou um salto político, porque deslocou a discussão, na imprensa, sobre a questão fundiária para um campo de debate mais abrangente acerca do modelo de agricultura a ser implementado e da defesa da grande empresa agroindustrial como a única alternativa possível e viável para a realidade brasileira, porque, além de já constituída “em quase todo o território nacional”, simbolizava a integração entre as políticas agrícola e agrária.

Novos aliados, não necessariamente ligados à atividade agrícola, vêm se incorporar aos demais. Na retaguarda da mobilização patronal rural, despontam, na grande imprensa, os

assessores presidenciais temerosos e insatisfeitos com as medidas do presidente Sarney, os professores “especialistas em questão agrária” da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e as vozes inflamadas dos políticos, todos contra o PNRA.

Por sua vez, os trabalhadores rurais representados na Contag ganham maior visibilidade e, momentaneamente, têm lugar de destaque na imprensa. Suas lideranças reivindicam a imediata aplicação do PNRA, denunciam a especulação e o monopólio fundiários e condenam a impunidade da violência no campo. E os setores da Igreja “progressista”, antes reticentes e críticos com a reforma agrária da Nova República, temendo o recuo do governo em face da reação dos grandes proprietários de terras e empresários rurais, prontamente anunciam seu apoio ao PNRA.

A grande imprensa também toma partido e muda sua postura: os editoriais dos grandes jornais explicitam abertamente seu apoio aos grandes proprietários de terras e declaram na primeira página que a “grita” começara, sinalizando, assim, a nova realidade dos embates entre os diferentes atores envolvidos nesse processo.

O governo Sarney, falando para os grandes proprietários de terras, da plenária do Congresso da Contag, pela primeira vez, mostra-se mais radical no ataque à especulação fundiária e ao aumento da violência no campo, ao mesmo tempo em que os convida ao diálogo e garante a “intocabilidade” da propriedade da terra para aqueles que estão efetivamente produzindo. Como diria Florestan Fernandes à FSP, um governo que “buscava o apoio popular sem arriscar os interesses fundamentais dos proprietários de terra” (Fernandes, 1985:25).

Destaco, ainda, neste capítulo, a emergência de novos processos sociais até então latentes e procuro mostrar que esse momento de redefinição do campo de conflito agrário também expôs, nas páginas dos jornais, as divergências existentes e as disputas internas dos diferentes atores sociais envolvidos nesse embate.

A nova ofensiva patronal rural explicitou não apenas a coesão, a identidade de interesses e a força econômica e política da grande propriedade fundiária no Brasil, mas também fez surgir uma intensa e desagregadora disputa pela representação patronal e revelou as profundas divergências sobre a melhor condução da luta política. Se a defesa da propriedade latifundista da terra os aproximou, a luta pelo controle da representação, ao contrário, os separou, interferindo, principalmente, nas redes de sociabilidade existentes e nos canais internos de representação em

que proprietários e empresários rurais fazem circular seu discurso, suas demandas e suas propostas.

Da parte do governo, as declarações desencontradas deram o tom do discurso oficial na grande imprensa, agravado pela entrada em cena dos assessores presidenciais e dos políticos questionando a condução da Proposta, desqualificando publicamente os representantes do Mirad e ameaçando com o retrocesso político.

Por sua vez, a Igreja progressista, apesar da opção de apoiar oficialmente o PNRA, encontra dificuldade em construir, na grande imprensa, um discurso adequado à nova decisão política. Seus porta-vozes, ora contemporizam com o governo, ora radicalizam a crítica ao PNRA, retomando os antigos argumentos sobre os limites e a “timidez” da Proposta de PNRA.

Com relação aos trabalhadores rurais, as divergências políticas quanto à eleição do Estatuto da Terra como marco legal da reforma agrária vêm a público e a intensificação do movimento de ocupações de terras sinaliza para outras alternativas de ação coletiva e outra concepção de luta pela reforma agrária.

Finalmente, no âmbito da grande imprensa, apesar do peso dos editoriais e da tomada de posição explícita contra a reforma agrária e a favor da grande propriedade fundiária, alguns jornalistas se posicionam criticamente acerca da reação patronal e da estrutura fundiária brasileira.

2.1 – “Em busca de uma solução sem traumas”

Em 26 de maio de 1985, Sarney e seus colaboradores mais próximos marcam presença no IV Congresso Nacional da Contag, realizado em Brasília, apresentando, simbolicamente, a Proposta de PNRA aos trabalhadores rurais ali reunidos. O governo Sarney retoma publicamente a idéia de compromisso social da nação para com os trabalhadores rurais sem terra; reafirma o vínculo existente entre o PNRA e o Estatuto da Terra; e sustenta que a desapropriação será instrumento prioritário da reforma agrária.

Os pronunciamentos dos representantes do governo no Congresso da Contag também condenam duramente a especulação fundiária e identificam sobre quem recai a responsabilidade da violência no campo: “O governo vai aplicar medidas duras para evitar a violência dos conflitos, cujo

ônus recai sobre os desprotegidos posseiros”², diz Sarney. Ele garante ainda que, em seu governo, a reforma agrária será realizada “de qualquer maneira” e declara que acompanhará a colonização privada e pública “para que não se tenha, de forma alguma, a legalização da grilagem”³.

Não faltou a Sarney a fala populista sobre a fome e a injustiça social: “Aos homens adormecidos na terra e endormidos no sofrimento, não estou aqui para cultivar ilusões. A semente da Nova República é a verdade e o entendimento. Minha consciência e meu Deus fizeram-me assumir o compromisso de governar tendo como prioridade os pobres (...) O governo vai aplicar o Estatuto da Terra para assegurar a milhões de brasileiros o direito de não sofrer a mais degradante das privações humanas, que é a fome”, anuncia⁴.

Mas, ao mesmo tempo, assegurava aos grandes proprietários de terra todas as franquias de classe e tentava apaziguá-los afirmando que “a propriedade produtiva estará protegida”. Em nenhum momento o governo Sarney foi tão enfático ao se declarar aberto ao diálogo, nem se assinalou com tanta veemência um conjunto de garantias e de privilégios para a classe proprietária: “Estou saindo ao encontro da sociedade política e econômica, em busca de uma solução sem traumas”⁵, afirma Sarney no IV Contag. Ao encontro dos trabalhadores e dos proprietários rurais, para estimular o debate sobre a definição da estratégia de intervenção no meio rural, pronuncia-se José Gomes da Silva. A CNA, a SRB e a OCB serão as principais interlocutoras do governo, comunica Nelson Ribeiro⁶. Além do incentivo ao debate, todos sinalizam, mais uma vez, que o governo não é contra a propriedade e que a reforma agrária “não atingirá as terras produtivas”, nem visa modificar o modelo de propriedade adotado no país. A reforma, apesar de urgente e inadiável, não significaria perigo para quem quer que seja, diz Nelson Ribeiro⁷ na imprensa.

Coube a Nelson Ribeiro explicitar a filosofia e as prioridades do PNRA. Sua fala é mais incisiva e se remete às questões polêmicas do debate sobre a reforma agrária. Nelson Ribeiro reafirma a opção do governo pela desapropriação, critica a especulação com as terras e garante que o PNRA conta com o apoio dos políticos. Em primeiro lugar, ele declara que serão desapropriadas as terras particulares que contrariem a função social e, em caráter prioritário, as terras particulares

² FSP, 27.05.85. Reforma Agrária não é contra a propriedade.

³ FSP, 27.05.85 Reforma Agrária não é contra a propriedade.

⁴ FSP, 27.05.85 Reforma Agrária não é contra a propriedade.

⁵ FSP, 27.05.85. Começa o debate em torno do projeto.

⁶ FSP, 27.05.85. Começa o debate em torno do projeto.

⁷ FSP, 27.05.85. Começa o debate em torno do projeto.

situadas nas zonas críticas e de tensão social⁸. O ministro é particularmente áspero com os especuladores e latifundiários. Além de responsabilizá-los pela exclusão dos trabalhadores do campo e por “deixar milhões de brasileiros andando por aí como se fossem errantes”⁹, anuncia que “o grileiro vai ter de contar até mil antes de fazer a grilagem e os coronéis serão enfrentados com dignidade e firmeza”¹⁰. Nelson Ribeiro também garante que o PNRA não encontrará resistência no Legislativo, pois os deputados e senadores estão “cientes de que nenhum país pode implementar um capitalismo moderno, sem uma reforma agrária”¹¹.

O discurso do governo Sarney no congresso da Contag passa a imagem de um governo confiante na possibilidade de uma reforma agrária e, sobretudo, seguro da legitimidade política e do reconhecimento pela sociedade do movimento sindical dos trabalhadores rurais como a principal base de sustentação do PNRA.

A confiança de Sarney e de seus colaboradores mais próximos não é de todo desprovida de sentido. O momento do IV Contag foi seguramente o período de maior otimismo quanto à possibilidade de uma reforma agrária no Brasil. Como diria posteriormente Gomes da Silva “de novo, tudo parecia claro e simples: o partido do governo comprometido até o pescoço com a reforma agrária; a Igreja, OAB, ABI e outras importantes sociedades civis francamente favoráveis à medida; organizações de trabalhadores rurais e urbanos - Contag, CUT, Sem Terra - mais fortes e aguerridas do que em 1964 e prontas para mobilizar as massas populares em apoio ao projeto” (Gomes, 1987:12-25). Além disso, no plano institucional, avaliava-se que o governo Sarney “estava equipado de um ministério próprio – o Mirad –, um órgão executor, recém-adaptado, com flexibilidade administrativa de uma autarquia especial, contando, ainda, com um instituto de terras em quase todas as unidades da Federação” (idem:25).

Essa avaliação sobre as possibilidades abertas pela conjuntura e, especialmente, sobre a força dos movimentos sociais no campo permeia a literatura a respeito dos acontecimentos dos anos 80. Segundo os estudos existentes, os impasses cada vez maiores decorrentes da exclusão social, o agravamento dos conflitos sociais, o aparecimento de novos atores e a diversidade das lutas no campo (Grzybowski, 1987; Medeiros, 1989; Martins, 1981; Palmeira, 1985) deram um

⁸ JB, 28.05.85. Ribeiro dará tudo por RA.

⁹ JB, 28.05.85. Ribeiro dará tudo por RA.

¹⁰ JB, 29.05.85 Ribeiro promete não hesitar na desapropriação.

¹¹ FSP, 28.05.85. Ribeiro leva texto da Reforma Agrária ao Congresso.

novo alento tanto aos trabalhadores rurais quanto aos defensores da reforma agrária. Como diria Medeiros, a conjuntura de transição abriu um novo espaço de expressão do movimento sindical e de outros movimentos sociais no campo e “reacendia-se entre os trabalhadores rurais a esperança de concretização de uma reforma agrária” (Medeiros, 1989:167).

O IV Congresso da Contag teve uma grande significação política no debate sobre a reforma agrária. Suas deliberações definiram a linha de atuação dos trabalhadores rurais sindicalizados, durante a Nova República. Contudo, havia no interior do Congresso vários delegados ligados às oposições sindicais críticos da proposta de reforma agrária do governo da Nova República por considerá-la limitada em especial a idéia de uma reforma agrária restrita aos marcos do Estatuto da Terra¹². O debate na comissão agrária do Congresso foi um dos mais difíceis e tensos, e a presença de delegados identificados com a posição da Central Única dos Trabalhadores (CUT), contra o Estatuto da Terra, tornou explícito o sentimento geral de que o Estatuto representava uma lei limitada que necessitava ser aperfeiçoada e atualizada. Se, de um lado, vários delegados que compunham a comissão de discussão sobre a questão agrária tinham claro que o Estatuto da Terra transformara-se, ao longo dos anos, em instrumento de luta pela reforma agrária e servira de mediador nas relações entre o trabalhadores rurais e o Estado, de outro, os anos de luta pela reforma agrária os fizeram perceber, na prática, as próprias limitações da lei como instrumento condutor da reforma. De um modo geral, para os trabalhadores rurais identificados com a CUT, aceitar o Estatuto da Terra significaria “dar continuidade à situação existente”. Contudo, a posição majoritária foi aproveitar “os aspectos positivos da lei e excluir os artigos prejudiciais aos trabalhadores”. No decorrer do debate, a advertência de uma das lideranças da Contag presentes de que não se poderia exigir uma “reforma agrária, já” se não dispúnhamos de um instrumento legal para defendê-la, pôs fim às divergências¹³.

¹² As observações que se seguem foram retiradas de minhas anotações sobre o IV Congresso da Contag, onde estive presente como observadora. Para uma análise sobre o IV Contag e o sindicalismo no campo ver Medeiros (1989 e 2001).

¹³ Não havia discordâncias quanto à necessidade de mudanças na estrutura agrária, os representantes dos trabalhadores rurais divergiam sobre o caminho para chegar a elas, avalia Leonilde Medeiros. Segundo a autora, “para as correntes articuladas em torno do Movimento dos Sem Terra e da CUT, o Estatuto da Terra deveria ser recusado, visto que seu objetivo maior era combater a reforma agrária que vinha surgindo da própria ação dos trabalhadores, ‘que brota de suas lutas de ocupação coletiva das terras, de resistência contra a expulsão pelo latifúndio, empresas e órgãos do governo, contra a expulsão pelas barragens, contra a tomada de terra pela cana, pelo gado, pela soja’. Os sindicatos ligados à orientação da Contag, por outro lado, defendiam o Estatuto da Terra como instrumento inicial de reforma agrária, visto que, através dele era possível realizar desapropriações. Seu principal

Além disso, o governo Sarney não desfrutava da simpatia dos delegados de base do Congresso. Era grande a desconfiança dos trabalhadores rurais com relação ao presidente – identificado com os “interesses dos latifundiários” em seu estado, o Maranhão.

2.2 A grita

A presença do presidente da República no congresso da Contag foi o “estopim” que faltava para a uma maior reação da classe rural. A partir de então, tem início a primeira mobilização de peso dos grandes proprietários de terras e empresários rurais, nos últimos 20 anos. Em vários estados da região Sul e Sudeste, são promovidas, nas sedes dos sindicatos e associações patronais, debates, reuniões, manifestações e atos públicos de repúdio à Proposta de PNRA. A imprensa destaca o encontro dos representantes de sindicatos patronais na sede da SRB, que reuniu mais de 100 representantes de sindicatos e associações patronais rurais de São Paulo; e a FSP noticia que, em Andradina (SP), mais de três mil produtores programam uma ida a Brasília, para falarem com Pedro Simon e se manifestarem contra a reforma agrária da Nova República.¹⁴

Box 1 - Representantes e Instituições Patronais Rurais*

REPRESENTANTES	ENTIDADES
Flavio Teles de Menezes	SRB
Luiz Eduardo Andrade Vieira	Conglomerado Bamerindus e CNC
Flávio Brito	CNA
Olacyr de Moraes	Grupo Itamaraty
Fábio Meireles	Faesp
Ney Bittencourt	SRB e Agrocereis
Ernesto de Salvo	Faemg
Alysson Paulinelli	CNA
Roger Ian Whright	Adubos Trevo
Ary Marimon	Farsul
Camilo Cottens	Farsul
Aldo Rosa	Presidente do Sindicato Rural de Marília - SP
Carlos Jordão	Conselho Nacional do Café -CNC
José de Souza Meireles	Conselho Nacional Pecuária. de Corte
Mário Junqueira	Associação dos Criadores de Nelore do Brasil

argumento era que, naquele momento, abrir mão do Estatuto implicava deixar espaço para um vazio legal que poderia levar a uma perda política para os trabalhadores” (Medeiros, 1989:169-170). Duas publicações do CEDI intituladas *Sindicalismo no campo- Entrevistas- avaliação, perspectivas e desafios*. Cadernos do CEDI 20 Rio de Janeiro, 1990 e *Sindicalismo no campo- reflexões - balanços e controvérsias* Cadernos do CEDI 21, Rio de Janeiro, 1991 expressam e refletem as principais questões sobre o sindicalismo nos anos 80.

¹⁴ OESP, 09.06.85. Agricultores vão a Brasília.

Antonio Oliveira Pereira	Sindicato Nacional dos Pecuáristas
Amaro Gomes da Silva	CNA e Fed. Plantadores de Cana do BR
Aníbal Bianchini	Cia. Melhoramentos do Norte Paraná
Flávio Derzi	Associação dos Criadores Mato Grosso
presidente	Cooperativa Agrícola do Brasil
Mário Kruel Guimaraes	Fecotrigo
Jandir Schaw de Araújo	Cooperativa Triticola Sto. Angelo. Cotrisa

*por ordem de freqüência na imprensa

Inúmeras entidades de classe e associações patronais – em especial os grandes pecuaristas – solicitam audiência com o presidente Sarney e procuram as sedes regionais do Incra para declarar o desagrado com o PNRA. Mário Junqueira, da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, e Antônio Oliveira Pereira, presidente do Sindicato Nacional de Pecuáristas¹⁵, juntamente com mais 80 pecuaristas, realizam um tenso debate com os representantes do Incra de SP, exigindo a prorrogação do prazo para a votação do PNRA no Congresso Nacional.

Os representantes das federações e associações patronais também se fazem presentes nas reuniões das bancadas partidárias no Congresso Nacional e são maioria nas sessões da Comissão de Reforma Agrária da Câmara dos Deputados. Tomam a palavra dos políticos, isso quando não se confundem com eles, e são reconhecidas pela grande imprensa como interlocutoras legítimas para falar à sociedade.

Ao mesmo tempo, há uma ampliação das bases sociais de sustentação dos grandes proprietários de terra contra a Proposta de PNRA. Além da SRB, da CNA e das federações do Sul e Sudeste, chama-nos atenção a presença, na imprensa, dos representantes dos setores tradicionalmente ligados à grande propriedade, em especial os pecuaristas, cafeicultores e empresários da cana, que despontam com representação própria, e não mais sob a cobertura da CNA ou da SRB. Respondendo pelos pecuaristas, encontramos os já citados Mário Junqueira e Antonio Oliveira Pereira, além de Flávio Derzi. Em nome dos cafeicultores, encontramos Carlos Jordão, do Conselho Nacional do Café. É significativa a participação de Amaro Gomes da Silva, membro da CNA e presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, e de Aníbal Bianchini, presidente da Cia. de Melhoramentos do Norte do Paraná¹⁶, assim como de representantes das grandes cooperativas por produto e multiproduto, em particular o setor ligado à triticultura. Em nome da Fecotrigo, vemos Mário Kruel Guimarães e, respondendo pela Cooperativa Triticola de

¹⁵ FSP, 13.06.85. Pecuáristas debatem com Incra a questão das desapropriações.

Santo Ângelo (RS), a Cotrisa, temos Jandir Schaw de Araújo. Vale destacar, ainda, as presenças de Alysson Paulinelli; Olacyr de Moraes, do grupo Itamaraty; Luiz Eduardo Andrade Vieira, do conglomerado Bamerindus; e Roger Ian Whright da Adubos Trevo.

Box 2 - Principais argumentos

POLÍTICOS	Perigo de conturbação e caos Reivindicação emergencial Retrocesso político Incapacidade dos beneficiários
CORPORATIVOS	Exigência de participação Crítica forma de encaminhamento PNRA Discriminação da agricultura Pela prorrogação do prazo
ECONÔMICOS	Pela preservação da atividade produtiva Não basta a distribuição de terras Desapropriação simplista Custo irreal Socialização da miséria

Box 3 - Precondições e sugestões

PRECONDIÇÕES	Necessidade de planejamento prévio Investimento educação e saúde
SUGESTÕES	Pelo livre funcionamento mercado Recurso à Constituição Tributação Colonização Reforma nas terras do governo

Acostumados a se sentarem à mesa com o governo Federal, para juntos estabelecerem as estratégias oficiais de política fundiária, os representantes dos grandes proprietários de terra criticam, de início, o modo como o PNRA foi encaminhado, reiterando, na imprensa, que se sentiram preteridos e excluídos do debate, e exigem “participação da classe” na elaboração do Plano. A “classe produtora” deve participar da discussão e do encaminhamento do PNRA, diz Paulinelli. E raciocina: “Num quadro complexo como o presente e especificamente na discussão de um assunto tão atual, em que as conseqüências se refletirão sobre toda a sociedade, é absolutamente essencial que a voz dos agricultores se faça ouvir em escalões do governo, responsáveis pela política de

¹⁶ FSP, 15.06.85. p.7

reforma agrária”¹⁷. No discurso dos representantes patronais, há uma clara associação entre a credibilidade do “novo governo” e a sua participação na elaboração das medidas de política fundiária. “De saída, o PNRA e o governo não podem contar com a nossa confiança porque foi feito sem a participação do setor”¹⁸, afirma Ernesto de Salvo.

A exigência de participação é, sem dúvida, a primeira demanda mais ofensiva dos proprietários e empresários rurais e, também, a primeira conquista política. Veremos mais adiante que a conjuntura de transição, de certa forma, legitimou a exigência de participação dos representantes patronais na elaboração do PNRA e nas discussões sobre a reforma agrária

Argumentando que todos têm o direito à participação, Flávio Menezes e Olacyr de Moraes interpelam a sociedade e procuram sensibilizar a opinião pública para se posicionar em favor “da classe rural injustamente excluída do debate”. A sociedade brasileira tem que discutir exaustivamente o assunto, pois o Plano não tem o apoio da sociedade e do empresariado rural, afirmam¹⁹. Fábio Meireles e Mário Junqueira fazem questão de denunciar, na imprensa, que o Plano não tem nenhuma legitimidade, porque “não foram ouvidas nem a sociedade nem as entidades representativas dos produtores rurais”²⁰. Ernesto de Salvo, por sua vez, recorda que até mesmo em 1964, no momento da elaboração do Estatuto da Terra, todos foram chamados por Castelo Branco a participar das discussões e encaminhamentos do projeto de lei.

De fato, em 1964, os grandes proprietários de terra tiveram presença ativa na elaboração do Estatuto da Terra. Seus representantes fizeram parte da comissão responsável pela preparação do anteprojeto, o Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra (Gret), assim como impuseram o nome de Eudes Souza Leão Pinto²¹, porta-voz dos usineiros do Nordeste, para a presidência do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (Inda)²², órgão que, juntamente com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), deveria atuar na implementação da reforma agrária.

¹⁷ O Globo, 17.06.85. O simplismo da Questão Agrária.

¹⁸ OESP, 06.06.85. O exemplo católico de reforma agrária.

¹⁹ OESP, 06.06.85. O exemplo católico de reforma agrária.

²⁰ FSP, 13.06.85. Pecuaristas debatem com Incra a questão das desapropriações.

²¹ Segundo entrevista realizada com José Gomes da Silva, membro do Gret. Participou da entrevista Abdias Vilar de Carvalho.

²² Sobre o assunto, diz-nos Carlos Lorena: “Há um contraste entre a posição de Castelo Branco lutando pelo ET e logo em seguida nomeando diretores ou presidentes do Ibra e do Inda absolutamente incompatíveis entre si. Estava na cara, todo mundo vendo que não iria realizar uma reforma agrária. Nomeou para presidente do Ibra o Paulo de Assis Ribeiro, sincero, lutador, um sujeito inteligentíssimo, mas um homem estratosférico, não era um executor. E no mesmo dia, para presidente do Inda, o Eudes Souza Leão, que além de ser usineiro era um elemento visceralmente

Os representantes patronais também exigem a prorrogação do prazo para discussão da Proposta, por considerar 30 dias insuficientes para o governo receber as sugestões, antes de enviá-las ao Congresso Nacional; e as demais entidades patronais fazem uso da grande imprensa para pressionar o governo Federal e ganhar a opinião pública.

Em segundo lugar, os porta-vozes dos grandes proprietários de terras e empresários rurais questionam a real capacidade dos trabalhadores rurais na condução política da reforma agrária. Segundo Ary Marimon, é insustentável “colocar nas mãos de agricultores a escolha da terra, distribuição e assentamento das famílias”²³. Fábio Meireles, por sua vez, declara-se preocupado com o fato de a Contag ser “investida de poder” na execução da reforma²⁴. E Olacyr de Moraes expressa bem o preconceito das elites rurais no Brasil, com relação aos trabalhadores rurais. Diz ele:

“Uma agricultura altamente tecnificada como a brasileira exige, além da tradição, pessoas habilitadas para o novo padrão tecnológico. Não acredito que a distribuição de terras solucionará o problema dos trabalhadores sem terra devido, sobretudo, à incapacidade dos trabalhadores rurais no Brasil (...) Imagino o que uma pessoa sem tradição possa fazer numa fazenda. Plantar alguma coisa para o seu sustento, criar algumas galinhas e daí para baixo. Evidenciando aquela velha característica do caboclo: mulher maltrapilha, desdentada, rodeada de filhos e aquele desânimo todo”²⁵.

É a antiga imagem do “jeca-tatu” se entremeando à lógica dos argumentos produtivistas²⁶. Contudo, são os representantes dos setores industriais e parte integrante dos complexos agroindustriais que mais procuram desqualificar os trabalhadores rurais. Ian Whrigh, da Adubos

oposto ao Assis Ribeiro. Pegar os dois institutos que tinham de trabalhar juntos se quisessem fazer alguma coisa de reforma agrária, nomear dois elementos para presidente foi um desastre. O Paulo já não era o mais indicado para o Ibra e, o que é pior, o Eudes para o Inda ao lado dele!...”. Entrevista realizada, em 1984, com Dr. Carlos Lorena, profissional competente e profundo conhecedor da problemática fundiária brasileira. Carlos Lorena participou da Revisão Agrária do governo Carvalho Pinto; foi aluno brilhante do curso de reforma agrária ministrado pelo IICA; juntamente com Gomes de Silva e Fernando Sodero foi membro do “Grupo de Campinas”; foi do do Gret (Grupo Especial de trabalho sobre o ET, criado por Castelo Branco); participou da criação da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) e, em 1985, foi convidado por Gomes da Silva para assumir a diretoria de Cadastro do Incra.

²³ FSP, 06.06.85. Entidade teme invasão de terras no RS.

²⁴ OESP, 06.06.85. O exemplo católico de reforma agrária.

²⁵ O Globo, 02.06.85. Produtor critica invasão de terras e diz que não é hora para mudanças.

²⁶ Segundo José de Souza Martins, as designações *caipira*, *caicara*, *tabaréu* e *cabloco* “são palavras que desde tempos remotos têm duplo sentido. Referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis. Têm também o sentido de tolo, de tonto. As vezes querem dizer também preguiçoso, que não gosta do trabalho”. (Martins, 1981^a:21-22).

Trevo afirma, na imprensa, ser impensável a decisão do governo de dar terras a pessoas “não habilitadas tecnicamente para tocar o empreendimento”, pois a atividade agrícola, “cada vez mais, exige um padrão de competitividade acima de suas capacidades”²⁷. E quanto mais próximo às cadeias agroindustriais, mais intensa a desqualificação dos trabalhadores rurais. Estes são vistos como “bons de enxada”, mas incapazes de se transformar em “proprietários e produtores autênticos”. Tais considerações não são meros artifícios ideológicos de reforço à retórica anti-reformista; ao contrário, são *habitus* que expressam uma determinada concepção das classes e grupos dominantes no campo sobre os trabalhadores rurais. Como diria Chauí, a pecha de incompetente na verdade deriva de outro lugar, “da forma sutil que a sociedade contemporânea inventou para legitimar a discriminação social e a dominação política e de classe”, isto é, a ideologia da competência”²⁸ – um dos traços da tradição oligárquica. Uma ideologia que separa, na sociedade, aqueles que teriam naturalmente o direito à decisão e ao poder, porque os privilégios de classe lhes garantem a posse de conhecimentos técnico-científicos, e aqueles que, por sua condição de classe, despojados do direito, teriam naturalmente o dever de serem meros executantes de tarefas e ordens emanadas dos que sabem.

Uma terceira crítica de peso dos grandes proprietários de terras e empresários rurais na imprensa é de natureza política mais geral. Aproveitando-se da conjuntura de transição, eles ameaçam com o fantasma do retrocesso político. Segundo eles, a Proposta do governo, além de não solucionar o problema de quem não tem acesso à terra, ainda pode ter consequências politicamente trágicas para a democracia. É o que afirma, por exemplo, Fábio Meireles, na imprensa²⁹.

Com relação à questão agrária propriamente dita, assistimos mais uma vez à repetição das mesmas idéias evocadas em outros momentos históricos. Eles recorrem a argumentos os mais variados, que vão desde a herança da mentalidade lusitana do povo brasileiro até os erros das estratégias de política agrícola e agrária dos governos anteriores, para justificar ou negar a existência do latifúndio e a concentração fundiária. Para o presidente da Cooperativa Agrícola do Brasil, a concentração de terra deveu-se à “seletividade da política agrícola” implementada nos últimos 20 anos pelos governos militares, tornando, assim, difícil a reprodução dos pequenos proprietários e

²⁷ JB, 28.05.85. Câmara marca primeira reunião.

²⁸ JB, 03.12.89. Atraso de quem cara-pálida? Idéias/ensaios (Marilena Chauí).

²⁹ JB, 29.05.85. Lavradores sofridos ficam desconfiados.

obrigando-os a “venderem sua terra”. Essa é a leitura dominante: responsabilizar o Estado pela concentração fundiária e pelos “males sociais” da agricultura. A lógica da culpabilização do outro.

Curiosamente, são os empresários ligados à agroindústria os principais defensores do monopólio fundiário. Segundo Ian Wright, o latifúndio é uma constante na realidade brasileira, “mercê da mentalidade possessiva típica dos nossos colonizadores lusitanos”. Portanto, a sua existência é constitutiva de nossa formação histórica, e “não há como superá-la através de uma simples reforma agrária”³⁰. Já o grupo ligado aos sojicultores, representado por Olacyr de Moraes, procura minimizar a existência da propriedade latifundiária e, por conseguinte, a dimensão estrutural da luta pela terra no Brasil. Para Olacyr, não existem tantas terras improdutivas como o governo e a Igreja anunciam, e as “demandas por terra expressam apenas impulsos ocasionais e atropelos de reivindicações emergenciais”³¹.

Lado a lado nas justificativas sobre a concentração da estrutura fundiária, seus representantes negam, na imprensa, a especulação fundiária. “Não existe, no Brasil, nenhum proprietário que faça uso das terras como objeto de especulação”, diz o presidente da Cooperativa Agrícola do Brasil. “Não conheço, em Araçatuba, casos de fazendeiros que sobrevivam da compra e venda de propriedades. Nós somos conhecidos como grandes proprietários, mas sempre tiramos lucro da produção pecuária”³², acrescenta.

E, praticamente, todos se empenham em uma guerra sem fim, sobre os números, buscando minimizar o retrato da concentração fundiária brasileira exposta nas páginas dos grandes jornais, em parte por força das denúncias no Congresso da Contag e de setores da Igreja e por necessidade de legitimidade da própria imprensa.

Há, também, todo um campo de enfrentamento mais diretamente relacionado aos parâmetros legais da reforma explicitada no PNRA. Na história da luta pela reforma agrária brasileira, faz parte da ação patronal rural o embate em torno de seus parâmetros legais, e mais uma vez o conteúdo do Estatuto da Terra transforma-se em um dos principais campos de conflito grandes proprietários de terra e o governo da Nova República. Na crítica a esse documento legal, entrecruzam-se vários argumentos e justificativas. Uma primeira vertente, representada pela SRB e pelos defensores da maior competitividade e racionalidade da agricultura, não reconhece o Estatuto

³⁰ FSP, 02.03.85. Reforma Agrária, uma questão apaixonante.

³¹ JB, 29.05.85. Lavradores sofridos ficam desconfiados.

da Terra como instrumento legal para a reforma agrária, por considerá-lo uma “lei caduca e inadequada à nova realidade do campo”. Além de destacar, na imprensa, as suas “ambigüidades e limites” com relação à noção de função social e aos critérios de desapropriação, esse primeiro grupo centra o debate no significado da noção de propriedade produtiva, exigindo, entre outros aspectos, que o Incra estabeleça, imediatamente, uma gradação do que seja propriedade produtiva - o que, segundo eles, “pelo critério da exploração poderá envolver propriedades de até cinco hectares, pois só assim acabaria a inquietação dos produtores rurais”³³. Será esse mesmo grupo que, posteriormente, na Constituinte de 88, junto com a UDR, mais se empenhará na defesa da noção de latifúndio produtivo como legítimo e lutará por sua inclusão na Constituição.

Uma segunda vertente, ao contrário, composta por antigas lideranças, a maioria pertencente aos sindicatos e federações patronais rurais – lideranças que participaram ativamente da mobilização dos anos 50/60 e foram as principais interlocutoras do governo durante o regime militar –, assume a defesa do Estatuto da Terra, ressaltando, no entanto, a não-correspondência entre ele e a Proposta do Plano de Reforma Agrária da Nova República. Para esse grupo, o PNRA foge dos preceitos estabelecidos pelo Estatuto, sobretudo porque só incorpora alguns aspectos da lei, deixando de fora exatamente os elementos definidores do perfil da reforma agrária. É o que argumenta Ernesto de Salvo, ao afirmar que a Proposta do governo não é a simples aplicação do Estatuto da Terra como querem fazer crer Nelson Ribeiro e Gomes da Silva, pois o PNRA, apesar de não “estar fora dos ditames do ET”(…), não reflete o espírito da lei: não basta pegar dois ou três itens do Estatuto para fazer a reforma agrária, tem que ser aplicado integralmente”³⁴. Ainda segundo Salvo, “o governo deturpa o ET ao considerar prioritárias as regiões de conflito de terra e ao atribuir aos trabalhadores 90% das decisões”³⁵.

Associadas à discussão sobre o conteúdo do PNRA, velhas controvérsias sobre os mecanismos de implementação da reforma agrária vêm realimentar o confronto entre grandes proprietários de terra e o governo. Em especial, questões relativas ao custo da reforma, ao pagamento das desapropriações através de Títulos da Dívida Agrária (TDA), ao critério para definição das áreas prioritárias sujeitas à desapropriação e, ainda, a defesa da tributação como

³² Jornal da Tarde, 05.06.85. No campo já não se fala em plantações, fala-se em armas.

³³ JB, 18.06.85. Oposição à reforma agrária se reduz.

³⁴ FSP, 11.06.85. Faemg quer reduzir tensão no campo.

³⁵ JB, 06.06.85. Fazendeiros levam a Sarney crítica à reforma agrária.

instrumento prioritário da reforma. E, apesar das diferenças de ênfase, nesse momento, mal se consegue perceber no interior dos porta-vozes patronais quem apóia ou quem critica a reforma agrária nos marcos legais do Estatuto da Terra.

As críticas sobre o custo da reforma agrária reúnem, indistintamente, todos os representantes patronais. Alguns recorrem à crise econômica para denunciar a má-fé do governo; outros ressaltam a irrealidade da projeção elaborada pelo governo; e ninguém acredita no custo médio da desapropriação de US\$ 3,5 por colono, muito menos na possibilidade de auto-sustentabilidade da reforma, como afirmara Nelson Ribeiro à imprensa³⁶. Fábio Meireles e a CNA tomam para si a tarefa de denunciar as regras sobre o financiamento da reforma. O governo está às voltas com outros problemas sérios, como o alto déficit público, e não deveria propor um projeto como esse, que é caro e traz conturbação, alegam³⁷. E Ernesto de Salvo resalta ser “incrível que homens tidos como honestos enganem o governo e a sociedade”³⁸. No mínimo, há má-fé do governo, diz ele, porque os recursos necessários serão maiores que os estabelecidos. Ney Bittencourt, falando pela Agrocere, também condena a posição do governo, justificando que o Plano é pobre quanto à infra-estrutura a ser proporcionada aos assentados, assim como os custos são utópicos. “Fala-se em Cr\$ 16,5 milhões como investimento por família assentada numa área de 35 hectares. Esse dinheiro mal daria para comprar a terra”, enfatiza³⁹.

Numa conjuntura de crise econômica e de inflação, as justificativas sobre o custo da reforma agrária rapidamente espalham-se por todo o movimento anti-reformista e contam com o apoio imediato da grande imprensa, que já havia sinalizado, em seus editoriais, para o equívoco do governo e sua incapacidade de estabelecer adequadamente as condições de viabilização para a execução da reforma agrária.

A eleição da desapropriação como instrumento prioritário da reforma agrária foi considerada um meio simplista de resolver o problema fundiário brasileiro, pois, além de não aumentar a produtividade, significaria, antes, a “socialização da miséria” no campo. A partir de então, foi se afirmando, na grande imprensa, a idéia de que, com a reforma agrária, o campo se transformaria num lugar de miséria e pobreza.

³⁶ FSP, 18.05.85. Ministro quer reforma agrária com amplo debate.

³⁷ JB, 28.05.85. Câmara marca primeira reunião.

³⁸ Jornal da Tarde, 03.06.85. Mais críticas e o ministro se defende.

³⁹ FSP, 21.05.85. Mineiros denunciam terrorismo agrário.

Quanto ao pagamento das desapropriações em TDA vencíveis em 20 anos, com juros de 6% mais correção monetária, a maior reação veio, e não por acaso, das associações ligadas aos grandes pecuaristas. Além de considerar prejudicial aos interesses dos “grandes produtores” e proprietários de terras e uma “penalização injusta aos que estão produzindo para a nação”, Mário Junqueira, afirma tratar-se “do mesmo erro e argumento brandido por ocasião da aprovação do Estatuto da Terra durante o governo do Mal. Castelo Branco: os desapropriados não terão como sobreviver, caso sejam indenizados com tais papéis, pois levarão muito tempo para serem resgatados”⁴⁰. Ele condena o sistema de indenizações de terra em TDAs, visto que os preços são inferiores aos do mercado, e denuncia que a reforma agrária preconizada pelo governo Sarney é “inexequível e demagógica”⁴¹. Flávio Brito, por sua vez, compara o pagamento em TDA às regras da cautela de penhor da Caixa Econômica Federal (CEF). Diz ele: “A jóia vale Cr\$ 100 mil, é avaliada por Cr\$ 70 mil e você não consegue mais de Cr\$ 50 mil, se quiser vender no mercado”⁴². Ou seja, tenta-se, a todo custo, neutralizar a idéia de penalização pelo não-cumprimento da função social e transformar a desapropriação num simples ato de compra e venda, segundo as regras do mercado de terras.

Após desfiarem o elenco de “defeitos e imprecisões” do PNRA, é chegado, então, o momento das sugestões de medidas alternativas. E, mais uma vez, a tributação e a colonização são consideradas políticas “mais importantes” do que a reforma agrária. A CNA, juntamente com as federações e sindicatos patronais rurais, com o apoio das Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul, ocupam as páginas dos jornais em defesa da tributação como instrumento prioritário da reforma agrária⁴³. “Antes de desapropriar”, diz o presidente da CNA, o “governo deveria tributar progressivamente, na forma da lei, as propriedades identificadas como latifúndio, de modo a ‘compelir’ o proprietário a uma utilização mais eficiente”. Esse argumento, apesar de antigo, não é irrelevante. Diferente dos anos 60, a defesa da tributação como medida alternativa à reforma agrária não representou o divisor de águas⁴⁴, no entanto, esteve presente nas sugestões dos técnicos

⁴⁰ FSP, 29.05.85. Começou a grita (Otaviano Lage).

⁴¹ FSP, 13.06.85. Pecuaristas debatem com Incra a questão das desapropriações

⁴² JB, 29.05.85. Lavradores sofridos ficam desconfiados.

⁴³ JB, 20.06.85. INCRA recebe e analisa opiniões.

⁴⁴ Segundo Gomes da Silva, em 1964 permanece a divergência, agora no interior do Gret sobre qual o instrumento prioritário da reforma agrária: se a desapropriação ou a tributação das terras. A equipe do Rio de Janeiro, representada por Paulo de Assis Ribeiro e Roberto Campos, defendia a tributação, enquanto a de Campinas, composta por Carlos Lorena, Sodero e o próprio Gomes da Silva, defendia a desapropriação. Diz Gomes: “O grupo

agrícolas, empresários e proprietários de terra, na seção de cartas dos leitores dos jornais e nas cartas enviadas ao Incra e ao Mirad, no decorrer dos debates sobre a Proposta de PNRA.

Quando não estão às voltas com a defesa da tributação, argumenta-se que a colonização⁴⁵ é a melhor saída para a reforma agrária, pois, assim, as “terras que se encontram no vasto domínio da União” teriam, finalmente, um uso produtivo. Já prevendo uma possível reação dos “reformistas”, as lideranças patronais sustentam que a colonização não significaria o deslocamento compulsório de agricultores de uma para outra unidade da federação, pois cada estado teria seu plano de colonização com preferência para reassentamentos em terras públicas⁴⁶.

Sugeriu-se, também, que a reforma agrária deveria começar pelas terras da Igreja – considerada uma das maiores latifundiárias do país. A CNA propôs que o governo deveria assentar os colonos em terras devolutas, porque, dessa forma, “sairia mais barato e não precisava indenizar mais ninguém”⁴⁷. Andrade Vieira, por sua vez, afirma que o importante é investir na educação do homem do campo, pois só assim seria possível “triplicar a atual produção sem mudar a estrutura fundiária”⁴⁸. Olacyr de Moraes argumenta que o correto seria um plano de reforma agrária para resolver apenas o caos das regiões de conflito de terras, jamais um plano nacional. E, segundo Flávio Brito, o governo deveria, antes de fazer reforma agrária, oferecer melhores condições de vida aos agricultores que “já possuem um pedaço de terra”. Fazer reforma sem resolver a situação dos atuais proprietários significaria, segundo ele, “abrir outra frente de luta sem solucionar o problema inicial”⁴⁹.

Os representantes patronais também exploram, politicamente, os desencontros das falas oficiais. Confrontam, por exemplo, a declaração de Nelson Ribeiro, garantindo que, “mesmo aqueles que possuem terras de grandes proporções, mas produtivas, não deveriam temer a reforma agrária, pois o Estatuto da Terra as considera empresas rurais imunes de desapropriação. E o governo não vai

de São Paulo era contra a tributação porque sabemos que não existe nenhum exemplo em nenhum país que tivesse conseguido realizar a reforma agrária via tributação. Não tivemos cacife para ganhar, nem encontramos apoio junto a Castelo Branco. E os proprietários da terra sentiram-se aliviados pois há a tradição do empresário de lesar o fisco”- Entrevista com José Gomes da Silva, 1984).

⁴⁵ Sobre a proposta de colonização como instrumento de política fundiária formulada pela classe patronal durante os anos de 1985 a 1988, ver Tavares (1991:67-82). José Vicente Tavares do Santos defende que a política de colonização significa a reatualização do processo de colonização como uma forma de dominação do espaço agrário, a ocupação programada de novas terras para o controle do espaço e controle dos homens.

⁴⁶ JB,20.06.85. Incra recebe e analisa opiniões.

⁴⁷ JB,20.06.85. Incra recebe e analisa opiniões.

⁴⁸ FSP,28.05.85. Banqueiro fala em ‘caos’ rural.

fazer nada fora da lei”⁵⁰, com o pronunciamento de José Gomes da Silva, no qual afirma que, de fato, o Estatuto da Terra permite a desapropriação para fins de reforma agrária de qualquer latifúndio, seja ele por extensão, seja por produção⁵¹. E Ary Marimon exige a demissão do ministro do Mirad, por não ser “merecedor de confiança dos proprietários de terras e produtores gaúchos” e não conseguir sequer definir qual o tipo de imóvel a ser desapropriado, além de recorrer a dados, para efeito de desapropriação, “de origem incerta: muitos deles oriundos da Contag”.⁵²

Sob o comando da SRB e da CNA, grandes proprietários de terras e empresários rurais encaminham ao governo Sarney sua proposta alternativa de reforma agrária, argumentando, na imprensa, que a “classe produtora” visa, principalmente, a garantia de três questões estratégicas que foram prejudicadas pelo PNRA. No campo econômico, a expansão da empresa rural; no político, a eliminação do caráter coletivizante da Proposta e a não-concentração das decisões no seio do governo⁵³.

A reação culmina com o Congresso patronal, realizado em Brasília, nos dias 27 e 28 de junho de 1985, que reitera as posições dos grandes proprietários de terra e empresários rurais.

2.2.1. “Pela preservação da atividade produtiva”

Se, no final dos anos 50 e início dos 60, os grandes proprietários de terra montaram a sua resistência à reforma agrária (Stein, 1991; Medeiros, 1983; Hidalgo, 1991; Gomes da Silva, 1969) com base em argumentações marcadamente defensivas, procurando mostrar que, no final das contas, o atraso da agricultura era responsabilidade do Estado e devia-se à ausência de políticas para o setor ou à discriminação existente, nos anos 80, há uma mudança significativa nos pressupostos, apesar de manterem-se os mesmos temas. Era chegado finalmente o momento de “responder à altura” àqueles que sempre os criticaram como a expressão do atraso.

Em meio à disputa em torno da reforma agrária, vai se consolidando e ganhando mais visibilidade, na grande imprensa, uma nova lógica de argumentação em defesa da propriedade latifundiária, diretamente associada ao processo de modernização da agricultura implementado nos

⁴⁹ JB, 28.05.85. Contag aplaude o texto antes da solenidade

⁵⁰ FSP, 02.06.85. ET sai da gaveta e começa a provocar tempestades (Luiz Salgado Ribeiro).

⁵¹ FSP, 16.06.85. Temores infundados, insiste Gomes.

⁵² JB, 28.05.85. Câmara marca primeira reunião.

últimos dez anos, pelos governos militares. A nova linguagem de legitimação das elites rurais procura reunir o conjunto das classes e grupos dominantes no campo numa mesma identidade – “nós os produtores e empresários”. E o princípio da modernização – excludente e concentradora – passa a ser a principal definidora da defesa do monopólio fundiário e da nova retórica produtivista, que procura projetar a imagem de um patronato rural orientando-se segundo modernos padrões de rentabilidade e competitividade. É com base nesses supostos que os grandes proprietários de terras e empresários rurais respondem às demandas de reforma agrária clamando “pela preservação da atividade produtiva!”

Flávio Teles de Menezes, Alysson Paulinelli, Olacyr de Moraes, Andrade Vieira e os porta-vozes das grandes cooperativas empresariais aparecem assumindo em público a nova linguagem de classe, rapidamente apropriada pelos demais porta-vozes dos proprietários de terras e seus aliados, transformando-se, assim, em um dos principais instrumentos de identidade e de luta política.

As críticas ao PNRA nos permitem perceber alguns artifícios utilizados pelos proprietários para negar a existência do latifúndio no Brasil. Se em situações anteriores o embate em torno da noção de latifúndio concentrava-se em responsabilizar o governo pelo monopólio e pela ociosidade das terras, nos anos 80, eles tentam dissociar a grande extensão de terras e a improdutividade da noção de latifúndio. “Se a agricultura encontra-se modernizada”; “se a produtividade e a rentabilidade agrícolas são uma realidade e se constituem na principal característica do setor”, argumentam, então, nós, os grandes proprietários de terra e produtores, “não podemos ser chamados de latifundiários e não há como falar em terras improdutivas!”, concluem. Para eles o que existe são “algumas manchas” de improdutividade. O que ainda persiste é o “latifúndio produtivo”: uma ou outra grande propriedade “momentaneamente” não utilizada, mas potencialmente habilitada a “tornar-se cada vez mais produtiva”⁵⁴.

A integração entre os capitais e a diversificação cada vez mais crescente da atividade produtiva também contribuíram para legitimar o novo discurso patronal e encobrir a improdutividade e a especulação com as terras. Além disso, é importante salientar que o novo discurso produtivista não se destina tão-somente a produzir dividendos políticos e simbólicos no confronto em torno da reforma agrária. Há uma preocupação efetiva com o uso de novas tecnologias

⁵³ JB, 18.06.85. Oposição à reforma agrária se reduz.

⁵⁴ JB, 29.05.85. Lavradores sofridos ficam desconfiados.

e a implementação de novas formas de gestão, consideradas necessárias a uma maior eficácia da atividade agrícola. Para as elites rurais, a presença de empresas multinacionais no campo contribuiu significativamente para a mudança de mentalidade da classe ⁵⁵. Segundo os principais porta-vozes da SRB, nenhum setor ficou imune a esse processo de internacionalização da agricultura e todos passaram “não mais a atuar como um sacerdócio, mas como um negócio”. Na verdade, o artifício político foi o de apresentar como realidade já consolidada um processo ainda em construção e marcadamente heterogêneo, bem como omitir o fato de que a modernização da agricultura, além de seletiva, não questionou, antes aprofundou, o monopólio fundiário.

Em nome da defesa da atividade produtiva, sugere-se que, em vez de perder tempo com a discussão sobre a reforma agrária, o governo deveria preocupar-se com o estabelecimento de políticas voltadas para a manutenção ou elevação do patamar de produtividade e rentabilidade agrícolas já alcançado, sob o argumento de que o “Brasil não pode se dar ao luxo de concorrer com outros países altamente credenciados, se não priorizar o fortalecimento daquilo que já é forte - a sua agricultura, utilizando-se de suas vantagens comparativas e do *handicap* de recursos existentes”. Diferentemente de momentos anteriores, não mais se lamentava acerca da ineficácia econômica da agricultura, ao contrário, a ‘empresarialização’ da atividade agrícola despontava como motivo de orgulho e vaidade e todos exaltam os altos índices de crescimento do setor, apesar de a responsabilidade sobre os possíveis ‘gargalos’ existentes ainda recair nos desacertos da política governamental.

Também em nome do padrão produtivo já existente e da necessidade de potencializá-lo, argumenta-se que o governo deveria, antes, concentrar-se na obtenção de recursos para a recuperação dos solos e a ampliação da “logística”⁵⁶ – consideradas condições essenciais da expansão do setor. Segundo eles, haveria uma fronteira agrícola a ser expandida, que depende da ampliação de uma rede estratégica de estradas e obras de infra-estrutura, mas que permanece a mesma devido à incapacidade do governo de alocar os recursos necessários.

⁵⁵ Segundo entrevistas com os presidentes das associações patronais ligadas à agroindústria, no fim dos anos 90 há uma grande investida de empresas multinacionais oferecendo gratuitamente novos produtos, cultivares, sementes, maquinaria e disponibilizando serviços e cursos de gestão

⁵⁶ Na segunda metade dos anos 90, a necessidade de ampliação da logística (infra-estrutura) transforma-se em uma das principais demandas dos setores ligados às cadeias agroindustriais e dos grandes proprietários de terras situados nas regiões de fronteira agrícola e no Centro-Oeste.

A nova linguagem de classe – nova porque recoloca o tema da produtividade e da rentabilidade sob outros termos e significados – centra todo o seu poder de fogo na denúncia de que a reforma agrária, preconizada pelo governo, coloca em risco o patamar produtivo então alcançado pela “classe empresarial”, sendo, portanto, irrealizável. Segundo Flávio Menezes, a Proposta de PNRA “ameaça o imenso esforço dos empresários rurais que, com grandes dificuldades, conseguiram montar uma estrutura de abastecimento, gerar divisas para o país e criar milhões de empregos”. Desse modo, além de trazer em seu bojo um diagnóstico e uma ideologia, impõe objetivos incapazes de serem aceitos pelo empresariado rural. Diz ele: “No diagnóstico, afirma-se que a estrutura agrária brasileira está falida. Na ideologia, defende a coletivização do campo e, quanto ao objetivo, pretende-se desestruturar o que existe hoje”⁵⁷. Enfim, a Proposta de PNRA, segundo Menezes, não confere mérito nenhum à atual estrutura fundiária e procura desestabilizar a propriedade privada e quem está trabalhando⁵⁸.

Alysson Paulinelli reproduz o mesmo raciocínio: “A defesa da preservação da atividade produtiva tudo justifica!”, declara à imprensa, desaconselhando a publicidade em torno da reforma agrária, por considerá-la um fator de “inquietação” para os produtores rurais, podendo gerar “impactos devastadores” sobre a produção dos próximos anos, colocando em perigo o abastecimento das cidades e a capacidade de exportação da agricultura (...) numa hora em que o país depende da produção agrícola”⁵⁹. E Olacyr de Moraes⁶⁰ – considerado, pela imprensa, como o mais fiel representante do “novo” e “moderno” complexo agrícola e agroindustrial – afirma, com a autoridade que lhe é conferida como o maior produtor individual de soja do mundo, que não é hora para mudanças e que a bandeira da reforma agrária fora levantada num momento infeliz: exatamente quando a agropecuária passa por um período difícil devido, principalmente, aos preços baixos pagos pela produção do setor. “Só o anúncio dessa decisão”, diz Olacyr, “já provocou uma queda sensível no valor das fazendas produtivas e praticamente a paralisação dos investimentos na agricultura”. E arremata: “A construção de uma casa não se começa pelo telhado (...) o governo deveria se

⁵⁷ FSP, 02.06.85. ET sai da gaveta e começa a provocar tempestades (Luiz Salgado Ribeiro).

⁵⁸ FSP, 02.06.85. ET sai da gaveta e começa a provocar tempestades (Luiz Salgado Ribeiro).

⁵⁹ O Globo, 17.06.85. O simplismo da Questão Agrária

⁶⁰ O Globo, 02.06.85. Produtor critica invasão de terras e diz que não é hora para mudanças

concentrar na obtenção de recursos para a exploração da terra, a recuperação dos solos, irrigação, infra-estrutura, necessárias ao maior desenvolvimento nacional”⁶¹.

Entretanto, à semelhança de momentos anteriores, todos consideram uma atitude simplista do PNRA atribuir apenas à estrutura fundiária a responsabilidade pelos problemas do campo; defendem o livre funcionamento das forças do mercado como condição para o desenvolvimento e denunciam a discriminação e a penalização “históricas” da agricultura.

Persiste, contudo, entre os novos empresários rurais, o discurso da penalização da agricultura “sustentáculo da industrialização brasileira”, mas sem a força e o significado dos períodos anteriores. Nos anos 80, discriminação e penalização quase sempre vêm associadas à ótima performance da agricultura. São dois lados de uma mesma moeda que se complementam e realimentam a nova identidade patronal rural. Contudo, a nova retórica produtivista, tanto pressupõe a continuidade do passado e a atualização da tradição latifundiária, como incorpora as mudanças do presente.

Segundo Paulinelli⁶², a partir da década de 50, em virtude das políticas de industrialização, houve uma discriminação pesada sobre a agricultura, cujas consequências perduram até hoje. Dentre os principais fatores, ele aponta a política de exportação, em que taxas supervalorizadas reduziram drasticamente a remuneração da agricultura; o confisco cambial e os pesados impostos que incidem sobre o valor bruto da produção, tais como o ICM, o imposto sindical e outras medidas criadas pelo Estado para beneficiar exclusivamente os setores urbanos. Ele defende, na imprensa, que essa estratégia do Estado resultou numa remuneração, direta e indireta, muito inferior àquela que teria sido obtida pelo livre funcionamento do mercado. No entanto, considera que, apesar da discriminação, a agricultura cresceu a taxas superiores em relação ao aumento populacional e que, à exceção do arroz, do feijão e da mandioca, que sofreram maior discriminação da política econômica, “somos os maiores produtores de cacau, café, açúcar, laranja”. E conclui: “nossa produção no campo da soja é invejável, como também na área dos produtos florestais”⁶³.

Nesse contexto, a identidade de classe “nós os produtores e empresários rurais”, considerada por eles a “linguagem adequada e mobilizadora”, reúne várias significações: em primeiro lugar, refere-se, à possibilidade de “proteger-se” da reforma agrária na medida em que a

⁶¹ O Globo, 02.06.85. Produtor critica invasão de terras e diz que não é hora para mudanças

⁶² O Globo, 17.06.85. O simplismo da Questão Agrária.

condição de produtor e de empresário explicitaria, segundo eles, a negação da improdutividade e/ou a possibilidade de torná-la produtiva. Significa, também, ajustar-se à nova situação resultante das experiências advindas das transformações da agricultura. E, finalmente, contribui para uma maior aproximação com os demais setores e classe dominantes no Brasil.

2.2.2. A disputa pela representação patronal

A transição política e a mobilização em torno da reforma agrária fez aflorar, no interior das classes e grupos dominantes no campo, outros processos sociais até então latentes, em particular, a questão da representação de classe. Nesse momento, proprietários e empresários rurais percebem com mais clareza a rigidez de suas estruturas de representação. Ao mesmo tempo, há um acirramento das divergências internas, e as alianças e confrontos se fazem e se refazem continuamente no interior das federações, sindicatos e associações de classe, abrindo espaço para uma disputa generalizada pelo controle da estrutura sindical patronal. Há, também, a percepção da necessidade de renovação da representação político-partidária como condição para um maior fortalecimento da grande propriedade fundiária, na conjuntura de transição.

Em certa medida, as transformações que se seguiram ao processo de modernização da agricultura e a política centralizadora dos governos militares solaparam as estruturas legais sindicais de representação patronal rural e esvaziaram os tradicionais espaços institucionais de pressão dos grandes proprietários de terra. No plano corporativista, juntamente com a formação e consolidação dos complexos agroindustriais novas lideranças emergiram e novos espaços de representação e pressão foram criados; com ênfase para as associações por produto e multiproduto que gradativamente se transformaram, ao longo dos anos, em canais de pressão junto ao Estado na defesa de seus interesses setoriais mais imediatos (Gomes, 1986)

Já em meados dos anos 70, começa a tomar corpo, no interior de algumas federações e sindicatos patronais, em especial nos estados de Goiás, Minas Gerais São Paulo e Rio Grande do Sul⁶⁴, um descontentamento progressivo com relação à ineficácia da representação sindical e política. Há uma insatisfação crescente com os “dirigentes sindicais” que, em troca de privilégios

⁶³ O Globo, 17.06.85. O simplismo da Questão Agrária.

⁶⁴ Entrevistas com Udelson Nunes Franco e Ronaldo Caiado (1987).

peçoais, haviam se transformado em “meros executores” das políticas para a agricultura, “amarrando mais ainda a estrutura sindical à burocracia estatal”, distanciando-se, assim, “dos reais interesses da classe”. Da mesma forma, há um sentimento de insatisfação com relação à efetiva capacidade dos partidos políticos em representá-los devidamente. Cogitou-se, até, a criação de um partido político rural, que teria como objetivos “conter” a presença da Igreja progressista no campo e “recompor” a representatividade da classe. Segundo os entrevistados, esse descontentamento contribuiu para aproximá-los e “reforçar as lealdades internas”, levando-os a reconhecer a necessidade de revitalizar os espaços de organização e de representação da classe.

Com a Nova República, a preocupação sobre os limites da representação patronal é reavivada juntamente com uma intensa disputa pelo controle da CNA. Apesar da identidade de interesses baseada na defesa do monopólio fundiário e contra a reforma agrária, torna-se cada vez mais difícil aglutinar, politicamente, os grandes proprietários de terras e empresários rurais em torno de uma única estratégia de enfrentamento. Até mesmo as reuniões de discussão sobre a reforma agrária da Nova República começam a passar pelo crivo das diferenças corporativas, sendo várias federações e associações, em determinados momentos, excluídas do debate, criando em seus representantes um sentimento de alijamento. As divergências internas se aprofundam e são expressas nas páginas dos jornais. É o caso, por exemplo, de Amaro Gomes da Silva, presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, que declarou à imprensa sentir-se “excluído da discussão da CNA” e que a presença do secretário geral de sua entidade no Conselho da entidade “é puro acaso”⁶⁵.

É possível apreender, na grande imprensa, apesar da imensa aliança entre todos contra a reforma agrária, que havia duas grandes divergências no interior das elites patronais rurais: uma, relacionada à questão da representação de classe; outra, sobre qual a melhor estratégia de “enfrentamento” em face da política de reforma agrária da Nova República e das ocupações de terra.

Quanto à representação de classe temos, de um lado, os que defendem a necessidade de uma renovação da representação patronal e, de outro, os que não viam maiores problemas ou entraves com relação à estrutura então existente. O primeiro grupo, composto, em sua maioria, por lideranças que, durante os últimos 20 anos, não haviam participado das direções dos órgãos de

⁶⁵ JB, 10.06.85. Mais participação!.

representação de classe, em especial as federações e a CNA, representa a nova geração política gestada nas associações e nos sindicatos patronais.

A figura mais expressiva desse primeiro segmento é Alysson Paulinelli, ex-ministro da Agricultura do governo Geisel, que, como candidato à presidência da CNA, encabeça a chapa *Movimento de Renovação*. Paulinelli conta com o apoio de Flávio Menezes e dos representantes das cooperativas empresariais. Segundo ele, não há como fugir a um papel decisivo da CNA, no encaminhamento do pensamento e na defesa dos interesses dos patronais. No entanto, considera que “não será fácil ganhar uma eleição de quem tem a máquina na mão” e avisa: “Eu tenho muito chumbo e ainda não comecei a atirar. E, mesmo que não ganhe, depois desta eleição, a CNA não será mais a mesma”⁶⁶.

São inúmeras as críticas, veladas e explícitas, sobre a acomodação dos representantes que se mantiveram à frente do sindicato patronal nas últimas décadas. Estes são vistos como politicamente tradicionais e retrógrados, pois se “afeiçoaram” aos privilégios advindos do cargo e se “acomodaram” em seus gabinetes. Lideranças que “deixaram de lutar” e terminaram por conciliar com o governo, aprovando medidas prejudiciais à classe. São considerados *pelegos* porque não defenderam com pulso os interesses do setor rural e só se preocuparam com seus projetos individuais e com as regalias do poder pessoal. O fato é que a polêmica em torno da reforma agrária e a conjuntura de transição deflagraram a campanha sucessória na CNA e, pela primeira vez em 18 anos, uma chapa de oposição concorre à eleição.

O segundo grupo é composto, na maior parte, por pessoas que, nos últimos 20 anos, se mantiveram à frente da CNA e das federações patronais. Dentre as figuras mais expressivas, temos o então presidente da CNA e o presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo. Eles consideram que não é o momento para brigas e divisões políticas e acreditam na eficácia da ação política até então implementada. É a geração política dos governos militares. Apoiaram o golpe, participaram ativamente do autoritarismo que se instalou no país e, de fato, ajudaram a definir o conjunto das estratégias mais gerais de políticas agrícola e agrária. Como diria Bourdieu, dispõem de um imenso “capital político” acumulado durante anos, conhecem a fundo os corredores do poder e ainda detêm um expressivo poder de representação. Eles se julgam consideram os últimos representantes da “boa estirpe rural” e se sabem eficazes na luta

⁶⁶ FSP, 03.06.85. *Inércia das lideranças rurais contribui para as falhas do Programa* (Elmar Bones).

pela defesa do monopólio da propriedade. Consideram sua responsabilidade cuidar do “substantivo terra”: *fundus, humus, agrário, miserário*. Dos adjetivos (crédito, financiamento e comercialização), cuidam os outros, argumentam⁶⁷.

Contudo, os dois grupos, apesar das diferenças, têm em comum a opção pelo embate institucional para fazer face à reforma agrária do governo da Nova República. Todos priorizam a institucionalização da política e do poder de pressão junto ao Estado para mudar as regras do PNRA e fazer prevalecer seus interesses. Tendem a se apegar à segurança da lei que lhes garante o direito à propriedade. São ciosos da proteção da lei e da capitulação dos tribunais, sabem que direito proclamado, reconhecido e praticado no Brasil nada mais é que o reconhecimento legal do padrão de propriedade dominante. Um de seus objetivos é assegurar sua permanência nas estruturas de poder, por terem claro que a garantia da condição de proprietários ou a sua reprodução como empresários passam por dentro da máquina estatal.

Quanto à segunda frente de atritos que diz respeito à divergência sobre qual a postura mais adequada e eficaz contra a política de reforma agrária, temos, de um lado, um primeiro grupo autodenominado moderado, e de outro lado, aqueles considerados radicais. Os moderados priorizam a pressão institucional junto ao Estado e se concentram no debate sobre o PNRA, ao passo que os radicais secundarizam a pressão institucional e se preocupam, sobretudo, com as possibilidades políticas abertas a partir da mobilização dos trabalhadores pela reforma agrária, a luta pela terra e com a ação da Igreja no campo.

Paullineli⁶⁸ se assume como moderado, prega um acordo com o governo e diz concordar com inúmeras críticas feitas pelos proprietários rurais, mas avalia que as falhas existentes no plano também “resultam da inércia das lideranças das classes produtoras que não souberam fazer-se ouvir a tempo”. Por isso, segundo ele, não se pode responsabilizar apenas o governo pelas tensões criadas em torno do PNRA. A tensão decorre de erros dos dois lados: “do governo, que se empolgou com a festa da Contag e agitou, sem necessidade, a questão, e dos produtores, que estão se esquecendo de que o governo não tem nenhum interesse em tumultuar a situação”⁶⁹. Por

⁶⁷ Entrevista com Flávio Brito, presidente da CNA (1987).

⁶⁸ FSP, 03.06.85. Inércia das lideranças rurais contribui para as falhas do Programa (Elmar Bones).

⁶⁹ FSP, 03.06.85. Inércia das lideranças rurais contribui para as falhas do Programa (Elmar Bones).

consequente, avalia, tanto o governo como os proprietários estão em dificuldades e não podem ignorar que, “se não houver entendimento entre eles, ocorrerá um desastre”⁷⁰.

Há, também, por parte dos “moderados”, a preocupação com a radicalização de alguns setores patronais em função das lutas por terra e reforma agrária. Para Gilson Machado, “a radicalização, surgida no Sul do país, não é defendida nem aceita por parte dos produtores de cana, (...) conscientes de seus compromissos e de suas responsabilidades com a paz social”⁷¹. No entanto, é grande sua dificuldade em se assumir como moderado, pois, ao mesmo tempo em que prega a paz, declara que “não compactua com passionalismos demagógicos, nem aceita que prosperem dúvidas ou ameaças ao direito de propriedade consagrado nos postulados constitucionais”⁷².

As dissensões existentes não são processos isolados, há uma inter-relação entre os diferentes grupos e suas posições. Se radicais e moderados divergem quanto à negociação com o governo, a postura sobre as ocupações de terra é a mesma para todos. Por sua vez, há radicais e moderados unidos e divididos na necessidade de renovação dos órgãos de representação de classe.

Não por acaso, ganha força, na imprensa, o discurso sobre a necessidade de um “comando único politicamente homogêneo” e de uma liderança “competente, destemida, em condições de enfrentar os embates que a nova situação requer”⁷³. Mas há divergências até mesmo com relação aos atributos e funções a serem desempenhados pelo “líder da classe”. Os radicais, ao estabelecer o perfil do líder, se preocupam fundamentalmente com as possíveis alternativas decorrentes da mobilização dos trabalhadores rurais. Para os radicais, um líder confiável e verdadeiro é aquele capaz de tomar decisões rápidas e de reagir “adequadamente” nas conjunturas adversas. Um árbitro, ao mesmo tempo, representante dos interesses de todos. Alguém capaz de conscientizar os produtores rurais sobre as necessidades políticas do momento e não se subordinar a “interesses subalternos, mesquinhos”. Alguém cujo objetivo primeiro deveria ser “vencer completamente” e cuja principal propaganda “seria o exemplo pessoal de sua prática”. Os moderados, ao contrário, priorizam a representação da classe e defendem que a liderança deve conscientizar os demais sobre a necessidade de renovação das estruturas de representação já existentes, cuja eficácia seja capaz de dotar a agricultura de mecanismos políticos e econômicos mais eficientes, que possam

⁷⁰ FSP, 03.06.85. Inércia das lideranças rurais contribui para as falhas do Programa (Elmar Bones).

⁷¹ JB, 16.06.85. Usineiros de Pernambuco aceitam a reforma agrária.

⁷² JB, 16.06.85. Usineiros de Pernambuco aceitam a reforma agrária.

⁷³ O Globo, 17.06.85. O simplismo da Questão Agrária.

permitir ao produtor rural “navegar nos mercados” e pressionar politicamente o governo. São divisões políticas que adquirem existência objetiva e também marcam a identidade dos grandes proprietários de terras e empresários rurais.

2.3. A retaguarda da grande propriedade: políticos e assessores presidenciais

A apresentação da Proposta de PNRA no IV Contag também trouxe às páginas dos jornais os partidos políticos e seus representantes, tornando visível a relação existente entre propriedade da terra e política (Martins, 1994 Medeiros, 1989; Camargo, 1981), expressa no perfil de um parlamento e de uma classe política marcado pelos interesses da grande propriedade fundiária.

Nada mais esclarecedor dessa realidade do que a declaração de Edme Tavares⁷⁴ (PFL/PB) à imprensa: “É muito difícil a qualquer político nordestino a conquista de um mandato sem o auxílio dos poderosos latifundiários que atuam na região”⁷⁵. Segundo Pratini de Moraes (PDS/RS), o anúncio do PNRA no Congresso de trabalhadores “produziu efeitos desastrosos para o presidente Sarney junto aos seus aliados nordestinos”⁷⁶; e o senador Altevir Leal (PFL/AC) declara, na imprensa, que os governadores nordestinos estão assustados com a reforma agrária porque o Nordeste é a “área mais exposta a riscos para os políticos. Ali, toda a economia gira em torno da propriedade da terra. Até os parques industriais – caso de Pernambuco e Alagoas, que têm a atividade vinculada à indústria extrativa, cana e algodão”⁷⁷.

O debate sobre a reforma agrária e a expectativa da Constituinte mobilizaram, em especial, os políticos fortemente identificados com os interesses agrários e mais reticentes, na imprensa, com a transição.

⁷⁴ Advogado, deputado pelo PFL, secretário do Trabalho do governo Tarcísio Burity (79-80). Foi da Arena e do PDS. Segundo o Diap: “Parlamentar correto, foi absolutamente isento na presidência da comissão de que fez parte. Em sua atuação em plenário, votou a favor da participação popular. Disse sim à reforma agrária. Votou pelos cinco anos para Sarney” (Diap, 1988:348)

⁷⁵ JB, 31.05.85. Reforma agrária ameaça cindir Aliança.

⁷⁶ JB, 31.05.85. Reforma Agrária ameaça cindir Aliança.

⁷⁷ JB, 31.05.85. Reforma Agrária ameaça cindir Aliança.

Box 4 - Partidos e políticos

PDS	Roberto Magalhães - PE Pratini de Moraes - RS Prisco Viana - BA Roberto Campos - MT Nelson Marquezelli - SP Geraldo Renault - MG Murilo Badaró - PDS
PMDB	Roberto Cardoso Alves- SP Saldanha Derzi - MS Carlos Alberto di Carli -AM Wilson Matins - MS José Fragelli - MS
PFL	Altevir Leal - AC Agripino Maia - RN Divaldo Suruagy - AL João Alves - BA
PTB	Gasthone Righi - SP
PDC	Mauro Borges - GO
PDT	Nadir Rosseti - RS Aldo Pinot - RS

Box 5 - Políticos com destaque na imprensa/regiões

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
Altevir Leal-AC Carlos A di Carli-AM Murilo Badaró	Roberto Magalhães-PE Divaldo Suruagy-AL Prisco Viana-BA João Alves-BA Agripino Maia-RN	Mauro Borges-GO Saldanha Derzi-MS Wilson Martins-MS José Frageli-MS Roberto Campos-MT	Nelson Marquezelli-SP Roberto C. Alves-SP Gasthone Righi-SP Geraldo Renault-MG	Pratini Moraes-RS Nadir Rosseti-RS Aldo Pinot-RS

Enquanto, no plano corporativo, quem reage são basicamente os representantes patronais das regiões Sul e Sudeste, no campo político, ao contrário, são basicamente os deputados e senadores do Norte e Nordeste que vem a público posicionar-se contra o PNRA. Dentre os políticos mais assíduos na imprensa destacam-se, pelo PMDB, Saldanha Derzi (MS), líder do governo Sarney no Senado, senador biônico em 1978, prefeito de Ponta Porã e vice-presidente da

subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária na Constituinte e Roberto Cardoso Alves (SP), membro da SRB e, posteriormente, uma das figuras mais atuantes na Constituinte de 88. Saldanha Derzi é considerado pelo Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (Diap), como “um político sem sensibilidade para os pleitos dos movimentos sindicais e populares, que preferiu apoiar a tese da UDR” (Diap,1988:275). Temos também Carlos Alberto di Carli (AM), industrial e grande proprietário de terras, “simpatizante da UDR” e signatário do Centrão (idem,83), e Wilson Martins (MS), o único a votar a favor da reforma agrária na Constituinte de 88⁷⁸.

O PDS se fez representar através de Roberto Magalhães⁷⁹, vice-governador pela Arena até 1982 e governador de Pernambuco; Pratini de Moraes (RS); Prisco Viana (BA)⁸⁰, líder do partido na Câmara, suplente da Comissão de Agricultura e Política Rural, mais tarde ministro da Habitação e do Desenvolvimento Urbano no governo Sarney; e Roberto Campos (MT)⁸¹, ministro do Planejamento no primeiro governo militar, e um dos principais críticos da reforma agrária na Constituinte de 88. Segundo o Diap, “em sua atuação na Constituinte não consta um único voto a favor dos trabalhadores e dos movimentos populares(...). Votou contra a reforma agrária. Outros representantes do PDS são Nelson Marquezelli (SP), “empresário, presidente do Sindicato Rural de Pirassununga (SP), diretor vocal da Fiesp”⁸² e atualmente uma das principais lideranças da Bancada Ruralista no Congresso Nacional⁸³; Geraldo Renault (MG) e Murilo Badaró.

⁷⁸ Advogado, PMDB, prefeito de Campo Grande (59-62); deputado federal (63-71); governador (82-86). Foi da UDN e MDB. “Nacionalista, votou a favor da proteção da empresa nacional e da nacionalização do subsolo. Disse sim a reforma agrária” (Diap,1988:260).

⁷⁹ Filiações partidárias: Arena, PDS, PFL, PTB, PSDB, PFL. Vice-governador pela Arena em 79-82; governador pelo PDS em 83-86; deputado federal pelo PFL em 91-99. Atividades sindicais, representativas de classe e associativas: Frente Parlamentar Ulysses Guimarães e vice-presidente do PFL (1992) (Deputados Brasileiros:1995:786).

⁸⁰ Foi da Arena, PDS, Constituinte pelo PMDB, um dos coordenadores da campanha de Maluf para a presidência da República (Diap,1988:129).

⁸¹ Economista, diplomata e professor; senador PDS; presidente do BNDE (59); ministro do Planejamento no governo Castelo Branco (64-67); embaixador na Inglaterra (74-82) (Diap, 1988:245).

⁸² Nelson Marquezelli foi também conselheiro da Associação Paulista de Citricultores (85-88); presidente da Associtrus (82-85); presidente da Cooperativa Mista Agropecuária de Pirassununga (SP); diretor-presidente da Piratex e da Brapira Comércio e Bebidas. Foi da ARENA, PTB e PDS (Câmara dos Deputados - Deputados Brasileiros: repertório biográfico,1995:660).

⁸³ Sobre a Bancada Ruralista ver, Vigna de Oliveira,1995.

Pelo PFL, temos Altevir Leal (AC) e Agripino Maia (RN)⁸⁴, além de Divaldo Suruagy⁸⁵, governador do Estado de Alagoas, signatário do Centrão, “ausente na votação da reforma agrária (...) contrário ao direito de greve e disse não à iniciativa popular”(Diap,1988:62).

Finalmente, destacam-se, pelo PTB, Gasthone Righi (SP), advogado, um dos fundadores do Centrão, e que na Constituinte de 88 “apoiou a UDR votando contra a reforma agrária” (Diap,1988:605), pelo PDT, Nadir Rosseti e Aldo Pinot; pelo PDC, o senador Mauro Borges (GO), “militar e agropecuarista e membro da subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Segundo o Diap, “sua atuação na Constituinte ficou dividida entre o Centrão que ajudou a fundar e suas posições nacionalistas. Votou contra a reforma agrária (...) e absteve-se nas votações sobre a participação popular” (idem:203).

Box 6 – Principais argumentos da classe política sobre o PNRA

	ARGUMENTOS
POLÍTICOS	Acirramento da luta de classes Estímulo às invasões Incentivo aos conflitos de terras Desestabilização política Comunismo Equívoco e precipitação Imaturidade, irresponsabilidade
CORPORATIVOS	Exigência de participação Direito à informação prévia Efeitos desastrosos entre proprietários e políticos Interrupção da Aliança Democrática Desgaste político
ECONÔMICOS	Desconhecimento realidade fundiária Não basta distribuir terras Pela preservação da atividade produtiva Afugenta os investimentos Ameaça à organização da produção Insuficiência de verbas

⁸⁴“Liberal, defensor da economia de mercado, é um dos líderes do grupo independente do PFL. Em sua atuação na Constituinte (...) disse sim à participação popular no processo legislativo e apoiou o direito de voto aos 16 anos. Votou a favor da proteção da empresa nacional e contra a nacionalização do subsolo. Votou contra a reforma agrária”. José Agripino Maia, foi prefeito indireto de Natal (79-82) e governador do RN (83-86). Pertenceu à Arena e ao PDS. (Diap,1988:447)

⁸⁵Economista e professor, prefeito de Maceió (63-67); deputado Federal (79-83); governador indireto (75-79), eleito (82-85). Pertenceu ao PSD, Arena, PDS. “Signatário do Centrão, priorizou as questões regionais em sua atuação na Constituinte” (Diap,1988:62).

Independente da afiliação partidária, a grande maioria dos políticos com espaço na imprensa assume claramente o papel de retaguarda dos porta-vozes patronais no debate sobre o PNRA e nas lutas por terra, reproduzindo os mesmos argumentos dos grandes proprietários de terra e empresários rurais. Ambos se assemelham tanto pelo que enunciam quanto pelo que omitem em suas argumentações.

Nesse momento, vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, governadores e até mesmo ministros de Estado declaram-se surpresos e apreensivos com as medidas do governo Sarney em uma clara atitude de “desconforto” com o desenrolar dos acontecimentos; criticam a forma como fora encaminhado o PNRA, todos sentindo-se desprestigiados por não terem sido consultados pelo governo sobre os rumos da reforma agrária; e ameaçam com o comunismo, a desestabilização política e a interrupção da Aliança Democrática.

Os governadores do Nordeste foram os primeiros a se pronunciar, na imprensa, contra a Proposta de PNRA. João Alves (SE), Divaldo Suruagy (AL), Roberto Magalhães (PE) e Luiz Rocha (MA) e Agripino Maia (RN), ao saberem da notícia, “voaram para Brasília”, com o intuito de pressionar o governo e exigir uma explicação, diz o JB⁸⁶. Fazendo coro aos representantes patronais, eles afirmam que não foram consultados “numa matéria tão importante para o desenvolvimento da nação”; reivindicam sua participação na elaboração do PNRA e na condução da reforma agrária e ameaçam cindir a Aliança Democrática. Agripino Maia declara, na imprensa, que os governadores merecem ser ouvidos pelo governo Federal e deveriam ter acesso prévio às medidas oficiais de grande impacto político e social, em especial sobre a política fundiária, pois são eles “os primeiros a intervir nos conflitos de posse da terra em seus respectivos estados”⁸⁷. Ele classifica a “sonegação” de informações como uma postura perigosa e equivocada⁸⁸ e considera essa atitude uma imaturidade do governo. Agripino Maia afirma que a reforma agrária poderia significar a desestabilização política e Roberto Magalhães comunica sua intenção de deixar o PFL e ingressar num novo partido político, porque “não são mais tratados como príncipes e passaram a conhecer as decisões do governo como todos os brasileiros: pelos jornais”⁸⁹.

⁸⁶ JB, 31.05.85. Reforma agrária ameaça cindir Aliança.

⁸⁷ JB, 31.05.85. Reforma agrária ameaça cindir Aliança.

⁸⁸ JB, 31.05.85. Reforma agrária ameaça cindir Aliança.

⁸⁹ JB, 31.05.85. Reforma agrária ameaça cindir Aliança.

São ainda os governadores nordestinos que mais recorrem ao argumento do anticomunismo para desqualificar a reforma agrária da Nova República. Por exemplo, Agripino Maia ressalta que “no sertão do Nordeste, a reforma agrária ainda é associada ao comunismo, e só falar no assunto já cria um clima de conflito, principalmente entre os minifundiários”⁹⁰. Vários políticos também endossam a tese do anticomunismo. Para Wilson Martins, governador do MS, existem áreas no seu estado “que precisam ser convencidas de que a reforma agrária não é uma revolução socialista”⁹¹. E Cardoso de Almeida ameaça: “Essa coisa de reforma agrária é comunismo, vai desembocar com as greves, em outro 1964”⁹².

Coube ao PDS ressaltar, na imprensa, os riscos políticos da reforma agrária no acirramento da luta de classes. Segundo Murilo Badaró, o governo faz uso da reforma agrária como bandeira ideológica, “disseminando pelo Brasil afora a luta de classes, que já começa a surgir em muitas áreas rurais do país”⁹³ e para Roberto Magalhães, em seu estado é possível “fazer uma reforma agrária, sem retaliações e dentro de uma linha de entendimento, devido à grande politização das lideranças camponesas, ao contrário dos nossos privilegiados metalúrgicos de São Paulo”⁹⁴. Em sua opinião, a autêntica reforma agrária se identificaria com o projeto Nordeste que “pouco se assemelha aos preceitos do PNRA”⁹⁵.

Segundo Prisco Viana, o governo, ao optar pela desapropriação dos latifúndios, repete a mesma lógica reformista de períodos anteriores. Ele anuncia que a sua bancada apoia as reformas econômicas e sociais propostas pelo governo, “mas não colaborará com idéias precipitadas, emocionais, de caráter político e inspiração ideológica”⁹⁶. Suas declarações à imprensa dão o tom dos pronunciamentos dos demais políticos do PDS. Pratini de Moraes, por sua vez, considera que o anúncio do PNRA produziu efeitos políticos desastrosos e perigosos para o presidente Sarney junto dos seus aliados nordestinos⁹⁷. E Nelson Marquezelli declara que a maneira como o Plano foi

⁹⁰ JB, 31.05.85. General prevê turbulências.

⁹¹ JB, 31.05.85. General prevê turbulências.

⁹² JB, 02.06.85. Que reforma agrária será essa ?

⁹³ JB, 31.05.85. PFL descontente traz novo estímulo ao PDS.

⁹⁴ JB, 04.06.85. Fazendeiros do Sul querem demissão de Nelson Ribeiro.

⁹⁵ JB, 31.05.85. Reforma agrária ameaça cindir Aliança.

⁹⁶ Jornal da Tarde, 03.06.85. Mais críticas e o ministro se defende

⁹⁷ JB, 30.05.85. Partidos discutem as sugestões.

lançado “serviu mais para conturbar” do que para resolver o problema fundiário. Em vez de modernizar a estrutura fundiária, só contribui para “acirrar as partes” em disputa⁹⁸.

No entanto, é de São Paulo que partem a defesa do “latifúndio produtivo” e a preocupação com a desapropriação das áreas de conflito de terra. Roberto Cardoso Alves e Gasthone Righi advertem Sarney ao declararem na imprensa que “o projeto do governo será pacífico, desde que não questione o direito de propriedade sobre a terra produtiva”⁹⁹. Em apoio aos políticos paulistas, Prisco Viana denuncia, na grande imprensa, que o apelo emocional do governo, bem como a própria natureza demagógica da bandeira de reforma agrária “seguramente afugentará os novos investimentos no campo”¹⁰⁰. E Murilo Badaró (PDS) argumenta que a desapropriação de áreas, além de aumentar o conflito de terra, representa uma ameaça à real produção.

Deputados e senadores, tendo à frente Roberto Campos, também lançam mão do velho argumento de que não basta distribuir terras. Segundo ele, uma reforma agrária para “dar certo” necessita de uma ação mais efetiva do Estado e da implementação de outras medidas, argumentam. “Apontem-me uma reforma agrária que deu certo, diz Roberto Campos, para quem o problema não é só distribuir terras e sim “atacar, ao mesmo tempo, por suas várias faces desafiantes, a gleba, a educação, a saúde, a assistência agrícola”¹⁰¹. No que é apoiado Mauro Borges que argumenta: “O governo Figueiredo deu 1 milhão de títulos e qual foi a repercussão social e econômica? Nenhuma!”¹⁰².

Não faltaram nem mesmo a alegação da falta de verbas e a denúncia sobre a “imaturidade” do novo governo na condução do processo reformista. Para Aldo Pinot, a reforma agrária, além de tímida e panfletária, não dispõe de verbas ser realizada¹⁰³. E, segundo Gasthone Righi, a Proposta de PNRA, é mal definida e economicamente irrealizável, e encontra-se superada em relação às atuais necessidades dos trabalhadores rurais brasileiros¹⁰⁴.

Contudo, a maior preocupação dos políticos refere-se à possibilidade de ampliação dos conflitos de terra em seus estados e ao modo de evitá-los ou enfrentá-los. Muitos consideram que

⁹⁸ *Jornal da Tarde*, 03.06.85. Mais críticas e o ministro se defende.

⁹⁹ *JB*, 30.05.85. Partidos discutem as sugestões.

¹⁰⁰ *JB*, 30.05.85. Partidos discutem as sugestões.

¹⁰¹ *JB*, 07.06.85. Reforma agrária no horizonte.

¹⁰² *JB*, 11.06.85. Posseiros apreendem espingardas.

¹⁰³ O que mais nos surpreende não são as declarações dos deputados e senadores dos partidos políticos do perfil do PFL e do PDS, nem mesmo o PMDB imerso em uma imensa heterogeneidade, mas o PDT.

¹⁰⁴ *JB*, 04.06.85. Fazendeiros do Sul querem demissão de Nelson Ribeiro.

a desapropriação só contribuirá para agravar a situação em todo o país; e o grande temor dos governadores e deputados é que esse “impasse” os desgaste politicamente. Altervir Leal comunica que “os governadores estão assustados com os rumos do novo governo e precisam dar logo um basta nesta reforma agrária senão os conflitos serão maiores”. E Roberto Cardoso Alves propõe que se levante imediatamente essa zona conflituosa para que o projeto não sirva de estímulo à invasão de terra”¹⁰⁵. Murilo Badaró, adverte que a desapropriação de áreas de tensão, inevitavelmente, aumentará os conflitos de terra e constitui uma ameaça à organização da produção. E Prisco Viana, sugere que o governo reveja suas posições antes de começar a reforma agrária, para evitar que a “influência de componentes ideológicos acabe por agravar ainda mais os conflitos fundiários”¹⁰⁶. Armando Falcão, ex ministro da Justiça, declara-se furioso com o governo “por querer transformar o problema da propriedade da terra em questão política e ideológica”¹⁰⁷. E Geraldo Renault, ex-secretário da Agricultura no governo Francelino Pereira, responsabiliza o governo pela reação dos proprietários – “um governo incompetente e irresponsável, porque começou ameaçando com a desapropriação, demonstrando, assim, um total desconhecimento da realidade fundiária do país”¹⁰⁸ – e defende que a reforma agrária deve começar pelas terras improdutivas do governo. Renault aproveita a ocasião para denunciar a Igreja como a maior proprietária de terras do país, apesar do compromisso da CNBB a favor de uma “autêntica” reforma agrária¹⁰⁹.

Tais argumentos, sobretudo a crítica aos erros de encaminhamento do governo e a ameaça do retrocesso político, tiveram grande repercussão na imprensa e na sociedade, sendo decisivos para a prorrogação do prazo de discussão do PNRA e o pedido de desculpas do governo Sarney por tê-lo apresentado ao IV Contag.

Além do apoio explícito da classe política, opera-se, nesse momento, a primeira grande divergência pública no escalão mais próximo ao presidente da República: os assessores presidenciais transformam-se em fonte preciosa, para a grande imprensa, na crítica ao PNRA. São atores coadjuvantes nesse processo, mas nem por isso irrelevantes. A condição de assessores e o acesso a determinadas informações lhes confere legitimidade para referendar ou desqualificar o governo da Nova República. Suas críticas, veiculadas pela imprensa e não contestadas publicamente,

¹⁰⁵ JB, 28.05.85. Câmara marca primeira reunião.

¹⁰⁶ JB, 11.06.85. Deputado denuncia latifundiários.

¹⁰⁷ JB, 03.06.85. Fazendeiro.

¹⁰⁸ JB, 07.06.85. Fazendeiro se organiza no Paraná para defender terra.

dizem respeito, sobretudo, às consequências da apresentação, pelo presidente da República, do PNRA no IV Contag. Segundo Ermano Alves, da FSP, “vários assessores presidenciais” chegaram à conclusão que o governo apresentou de uma maneira errada a Proposta de reforma agrária, o que teria permitido uma rápida mobilização de elementos contrários a qualquer modificação da estrutura fundiária¹¹⁰.

Dos assessores presidenciais também parte a desqualificação de Nelson Ribeiro e José Gomes da Silva, para os quais seus pronunciamentos são considerados “desastrados e desajeitados”, pois “perderam tempo e latim explicando posições teóricas e engajando-se num debate com os pontas-de-lança das associações rurais, cujo único interesse era o de exercerem pressão preventiva sobre o governo a fim de evitar maior aprofundamento da reforma agrária”¹¹¹. Segundo esses assessores – sem nome e sem face –, nem Nelson Ribeiro, nem Gomes da Silva teriam capacidade para projetar a “necessária imagem de confiança e competência para persuadir a opinião pública e evitar a polarização de forças de direita em torno da inevitável aglutinação de interesses que se julgam ameaçados”. E um dos assessores “especialista em economia” comenta na FSP que, “para reparar os danos causados, o governo teria que gastar uns dois bilhões de cruzeiros de publicidade favorável ao plano de reforma agrária, o que não é possível numa hora de contenção de despesas”¹¹².

Além dos assessores presidenciais, alguns secretários de Agricultura – categoria política, nos anos 60, responsável pela redução da alíquota do ITR¹¹³ – tomam partido no debate sobre o Plano. Segundo Fernando Cincurá, da Bahia, “faltou ao governo maior clareza: o PNRA é cheio de obscuridades, criou dúvidas generalizadas e não dá conta das diferenças regionais”¹¹⁴.

Além dos políticos, nesse momento, outros aliados de peso dos proprietários, despontam na grande imprensa participando ativamente do embate sobre a reforma agrária e fornecendo os suportes analíticos do debate. É o caso, por exemplo, de Roberto Mário Perosa Júnior, professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas e “especialista em questão agrária”. Ele não descarta a

¹⁰⁹ JB, 07.06.85. Fazendeiro se organiza no Paraná para defender terra.

¹¹⁰ FSP, 19.06.85. Governo tenta neutralizar resistência a reforma agrária (Hermano Alves).

¹¹¹ FSP, 19.06.85. Governo tenta neutralizar resistência à reforma agrária (Hermano Alves).

¹¹² FSP, 19.06.85. Governo tenta neutralizar resistência à reforma agrária (Hermano Alves).

¹¹³ O encontro dos secretários de Agricultura realizado em 1964, mais conhecido como o Encontro de Viçosa, ficou marcado pela redução do valor da alíquota da tributação das terras de 0,5% para 0,3%. Os grandes proprietários de terra presentes ao encontro defenderam que os secretários de Agricultura, e não os reformistas do Gret, “é que são os verdadeiros representantes do povo. Só eles conhecem os problemas de cada região porque estão em contato com a terra e com o povo” (Bruno, 1997:148).

¹¹⁴ FSP, 06.06.85. Proposta do governo é criticada por secretário da Agricultura da BA.

desapropriação para a solução dos conflitos agrários, mas considera que o país teria um processo mais eficiente de divisão de terras se, em vez de promover uma reforma agrária, passasse a ser mais rigoroso na tributação de áreas ociosas. Na opinião de Perosa Júnior, não seria o caso de se fazer uma reforma agrária que “sempre provoca uma grito muito grande dos fazendeiros e ameaça desarticular o sistema de produção”¹¹⁵, mas. Mas simplesmente deixar que, com uma “tributação mais pesada – contra a qual ninguém teria coragem de gritar –, as terras improdutivas entrassem em um processo natural de vendas que mudaria rapidamente o perfil fundiário”¹¹⁶

2.4. “Volta à Idade Média”

Em meio ao embate em torno do PNRA, descortina-se com mais clareza a semelhança existente entre a leitura da imprensa e os argumentos dos grandes proprietários de terras sobre a problemática fundiária no Brasil. Fazendo coro à classe patronal rural, os editoriais exigem a participação dos grandes proprietários de terras e de suas entidades de representação na condução política da reforma agrária; ressaltam o clima de intranquilidade da sociedade, a fragilidade de Sarney e a falta de credibilidade de seus colaboradores mais próximos; condenam a apresentação do PNRA no Congresso da Contag; censuram o governo pela superficialidade no tratamento da questão agrária e procuram desqualificar os trabalhadores rurais sem terra e seus mediadores.

Os editoriais dos grandes jornais funcionaram como catalisadores das críticas à reforma agrária da Nova República, complementando e até mesmo se antecipando às argumentações dos grandes proprietários de terra e empresários rurais. São eles que abrem o debate sobre a inviabilidade da pequena produção familiar e postulam a idéia de uma reforma agrária como expressão do atraso. São ainda os editoriais que caracterizam a Igreja progressista como símbolo de um “arcaísmo socializante”; denunciam a estatização do campo e também sinalizam para a possibilidade de um retrocesso político.

Além disso, a grande imprensa procura construir uma certa leitura do campo de conflito agrário com base em determinadas polarizações, cujos pressupostos deslegitimam a reforma agrária e a pequena produção familiar - base de sustentação do modelo reformista. Denuncia, por

¹¹⁵ FSP, 15.06.85. Professor defende tributação para dividir terras ociosas.

¹¹⁶ FSP, 15.06.85. Professor defende tributação para dividir terras ociosas.

exemplo, a força histórica das revoluções agrícolas contra a fragilidade e a estreiteza das revoluções agrárias; ressalta a eficácia da produção de escala ante a ineficácia da pequena produção de “fundo de quintal” e defende a justeza da tributação como instrumento de distribuição fundiária contra a irrealidade da desapropriação dos latifúndios.

A não-participação de representantes patronais rurais é vista, pelos jornais, como uma contradição do governo da Nova República: num momento de incentivo à presença da sociedade civil, não há razão para excluí-los da discussão sobre a reforma agrária – um dos principais problemas de interesse nacional. Há uma dissociação entre a defesa da participação dos grandes proprietários de terra na condução da reforma agrária e as declarações anteriores das elites rurais na imprensa, afirmando reiteradamente que não lhes concerne a crise econômica nem a inflação.

A grande imprensa também discorre sobre os perigos que poderão advir da iniciativa governamental de apresentar o PNRA a um congresso de trabalhadores rurais; afirma que a reforma agrária desorganizará o abastecimento das cidades e declara que o PNRA não veio para resolver os problemas sociais no campo e, sim, disseminar a intranquilidade e o caos.

A partir do IV Contag, o tema da intranquilidade política assume um peso inusitado na imprensa, em especial nos editoriais do JB e da FSP que se declaram céticos quanto à possibilidade de uma “solução sem traumas”. Para o JB, no contexto atual, qualquer proposta de reforma agrária é fonte de inquietação, tanto para os grandes proprietários de terra,¹¹⁷ como para os políticos e o conjunto da sociedade. A FSP, por sua vez, critica o clima de emotividade com que fora anunciado o PNRA e responsabiliza o governo por “exacerbar a polarização que geralmente caracteriza as discussões sobre o assunto”¹¹⁸. Todavia, é o jornal OESP que mais insiste na situação de tensão e de intranquilidade no campo. Desde meados de 1984, diz o jornal, já se anunciava que a reforma agrária seria uma das primeiras providências do novo governo. Contudo, dado o “descrédito” que o ET acumulara ao longo dos anos, esperava-se que a reforma agrária “viesse como uma onda fria”, mas foi uma “tempestade e está sendo esperado um verão de disputas acirradas e mortes”¹¹⁹, avalia.

Coube, ao JB¹²⁰ chamar a atenção dos leitores para a fragilidade política do governo Sarney. Um governo, segundo os editoriais, que “insiste em proteger-se” com um pacto, mas não tem

¹¹⁷ JB, 31.05.85. Reforma agrária ameaça cindir Aliança.

¹¹⁸ FSP, 27.05.85. Plano de Reforma Agrária (editorial).

¹¹⁹ ESP, 03.06.85. Com o governo mais tensão no campo

¹²⁰ JB, 09.06.85. Avesso do pacto (editorial).

legitimidade, nem consegue encontrar os termos exatos de um compromisso nacional que o situe acima dos partidos e das correntes políticas – um dos principais motes políticos da conjuntura. Ao mesmo tempo, questiona-se a retórica de Sarney por considerar-se que não há como falar a linguagem da conciliação de interesses no plano social, quando o “impulso reivindicatório se empenha em derrotar as normas restritivas entrelaçadas ao longo do período autoritário”¹²¹.

O IV Congresso da Contag teve grande destaque na imprensa. Praticamente todos os jornais procuram acompanhar o desenrolar dos debates. De um modo geral, os jornais entremeiam o relato dos acontecimentos com clichês, imagens e estereótipos sobre os trabalhadores rurais, minimizando, assim, a grande significação política do congresso. Ao retratar as forças em confronto e as divergências existentes entre os delegados divididos com a posição da CUT e da Contag, a grande imprensa desqualifica a luta política, seja apresentando-a como mera divergência sem maiores conseqüências, seja discorrendo sobre a intransigência e o radicalismo dos trabalhadores rurais identificados com a CUT.

A FSP procura neutralizar o significado político da presença de Sarney no Congresso da Contag, retratando um presidente da República constrangido, ao ouvir as palavras de ordem em favor de uma “reforma agrária já”, em todos os cantos do Brasil¹²², e temeroso ante uma plenária “desconfiada” com a presença “dos altos escalões do governo”. E vários os jornais contabilizam os números de aplausos e vaias no momento do discurso de Sarney na plenária.

O desencontro entre os diagnósticos dá a tônica das matérias jornalísticas sobre o discurso presidencial e o desenrolar dos debates no congresso. Enquanto o JB afirma que o discurso de Sarney “finalmente” situou a política fundiária como capítulo da política agrícola, a FSP o critica exatamente por desvincular a política fundiária da agrícola. Quando o JB registra a palavra de “louvor” do presidente, com relação à postura da Igreja Católica como mediadora dos conflitos de terra, “assistindo os desamparados e revigorando a fé na promessa divina da redenção dos injustiçados”, os jornais OESP e a FSP não só se omitem, mas também procuram desacreditar a CNBB, argumentando que a Igreja não está habilitada a falar sobre a questão agrária porque, afora seus latifúndios, desconhece a realidade do campo. Na mesma página do jornal em que aparece Nelson Ribeiro empunhando a panela furada de balas que lhe fora presenteada por um trabalhador

¹²¹ JB, 09.06.85. Avesso do pacto (editorial).

¹²² FSP, 27.05.85. Reforma agrária não é contra a propriedade.

expulso de suas terras na Bahia, há uma reportagem com Rubem Figueiró advertindo sobre “os perigos que poderão advir da iniciativa governamental”¹²³. No mesmo artigo no qual Flávio Brito afirma ser o PNRA ilegal porque foge ao estabelecido pelo Estatuto da Terra, José Francisco da Silva, então presidente da Contag, declara que, “mesmo sem conhecer o documento do governo, considera que o PNRA atendeu às exigências e expectativas dos trabalhadores, ao estabelecer como ponto de partida da reforma agrária o estrito cumprimento do Estatuto da Terra”¹²⁴.

Nelson Ribeiro é representado, pela imprensa, como a voz mais inflamada e mais radical do governo no IV Contag. Praticamente todos os jornais expõem sua foto na primeira página empunhando a panela furada de balas e anunciando que, quando lhe faltar a coragem, terá, nessa panela, o grande estímulo para levar adiante a reforma agrária. Nelson Ribeiro, ora é considerado como a “grande assombração da Nova Republica”, ora é retratado como um ingênuo que prevê o assentamento em 15 anos de 7,1 milhões de pessoas, ou que “gasta o seu tempo” em corrigir o que considera interpretações distorcidas do PNRA¹²⁵.

Além disso, em meio a pressões, controvérsias e desmentidos, assistimos a uma intensa disputa dos jornais pela “divulgação das informações com exclusividade”, na comprovação da ambigüidade do discurso oficial. A FSP refuta Nelson Ribeiro, ao declarar que as áreas de reforma agrária só serão definidas nos planos regionais, e anuncia a existência de um mapeamento das áreas de conflito, elaborado pelo Mirad ainda em abril¹²⁶. Diante das tentativas do governo de dissociar o conflito de terras dos critérios de eleição das áreas prioritárias, o JB imediatamente relembra que, antes, os pronunciamentos oficiais haviam se posicionado a favor da desapropriação de terras nas áreas de maior incidência de conflitos¹²⁷; e a FSP¹²⁸ “vai buscar nas gavetas” do Incra e na pasta de “um determinado assessor, que participara da elaboração do

¹²³ JB,29.05.85. Ribeiro promete não hesitar na desapropriação.

¹²⁴ JB,28.05.85. CONTAG aplaude o texto antes da solenidade.

¹²⁵ JB,09.06.85. Entrevista com Nelson Ribeiro (caderno especial).

¹²⁶ A FSP informa que o governo já levantou 385 propriedades que serão “atingidas”, numa primeira etapa, pela reforma agrária por apresentarem uma maior intensidade de conflito social gerado pela posse da terra. Os estados são Santa Catarina, Paraná, Paraíba, Mato Grosso e Maranhão. Mapeia as divisas dos estados de Goiás Pará e Maranhão; divisas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; a divisa de Mato Grosso do Sul com o Paraguai; o Oeste baiano, à esquerda do São Francisco; divisas da Santa Catarina e Rio Grande do Sul com a Argentina; sul paranaense, Pontal de Paranapanema, na divisa de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul; região de Andradina em São Paulo; região de Magé no Rio de Janeiro; as áreas próximas às novas rodovias e outros ponto de conflito no país. (FSP,29.05.85. Catarinenses fogem de famílias sem terra).

¹²⁷ JB,02.06.85. CONTAG soma 474 mil envolvidos em 923 lutas por terra.

¹²⁸ FSP,27.05.85. Reforma agrária não é contra a propriedade.

PNRA”, a comprovação de que as desapropriações também “atingirão” as áreas de tensão e as terras ociosas próximas aos grandes centros urbanos¹²⁹.

E, na construção dos principais personagens desse confronto em torno da reforma agrária, a imprensa, ao mesmo tempo que constrói a figura do empresário desbravador – símbolo do novo complexo agrícola – como expressão da “grande e moderna” propriedade fundiária, destaca a incapacidade social e política dos trabalhadores rurais. Os dois personagens só teriam em comum o amor pela terra e o trabalho na agricultura.

Ao término do IV Contag, os jornalistas vão entrevistar os trabalhadores rurais nas rodoviárias. O JB¹³⁰ traz para suas páginas o depoimento de Noé de Paula Viana, de Januária (MG), confessando que está se sentindo enganado com o PNRA e, por isso “anda meio desconfiado” com o governo. O jornal O Globo entrevista Gilson Moraes, trabalhador da área mineira da Sudene, que se declara confiante com o governo, “por isso pretende voltar o mais rápido possível para a casa e ficar logo no sindicato, senão fica para trás na divisão de terras”¹³¹. Um outro trabalhador rural entrevistado complementa anunciando: “Se eles não fizerem, nós vamos acabar fazendo”¹³². São ainda assinaladas, pela imprensa, o peso das relações de dominação tradicionais e a patronagem. Um terceiro trabalhador rural eleitor do PFL, ao ser entrevistado, confessa que “não deseja que o seu patrão perca suas terras por temer perder, junto com ele, o seu único meio de vida”¹³³. Também os pequenos e médios proprietários de Andradina não querem reforma agrária, e, sim, ajuda do governo. A FSP prefere comentar a “incapacidade” dos cortadores de cana de elaborar “uma análise da realidade econômica agroindustrial, que seria orientadora de sua ação política”.¹³⁴ Mas, igual aos grandes proprietários de terras, já se anuncia o medo da grande imprensa com a possibilidade de maior mobilização dos trabalhadores rurais sem terra em defesa da reforma agrária.

¹²⁹ FSP, 30.05.85. Ministro tenta negar dados sobre reforma.

¹³⁰ JB, 29.05.85. Lavradores sofridos ficam desconfiados.

¹³¹ O Globo, 02.06.85. Lavrador hoje não é radical e crê na reforma agrária (Márcia Brandão)

¹³² O Globo, 02.06.85. Lavrador hoje não é radical e crê na reforma agrária (Márcia Brandão)

¹³³ JB, 29.05.85. Lavradores sofridos ficam desconfiados.

¹³⁴ Maria da Conceição D’Incao critica o editorial da FSP pela visão equivocada sobre os bóia-frias. Diz a autora: “A Folha se esquece que os trabalhadores lutam por seus direitos mínimos de cidadão e por isso não podem, como quer a Folha, orientar sua ação política pela análise da realidade econômica da agroindústria canavieira. Não por serem incapazes de fazê-lo, mas por estarem questionando, inclusive, a política agrária que a legitima, privando-os do direito a própria sobrevivência” FSP, 26.05.85. Sobre as reivindicações dos cortadores de cana (Conceição D’Incao).

Box 7 - Principais argumentos da grande imprensa

ARGUMENTOS
• Retrocesso político • Falta de credibilidade do presidente Sarney • Há um incentivo à luta de classes • Há um incentivo às invasões de terra • Pela participação dos grandes proprietários • Reforma agrária, expressão do atraso • Arcaísmo socializante • Inviabilidade da agricultura familiar • Estatização do campo • Desorganização da produção e do abastecimento

Com relação ao PNRA, os argumentos da grande imprensa concentram-se nos temas considerados, pelos representantes patronais, os “mais equivocados e controversos”, em particular a questão da identificação das áreas prioritárias e a desapropriação das áreas produtivas. Sobre a desapropriação, mal se escutava, na imprensa, a fala insistente de Sarney reafirmando que o Plano só desapropriaria as “áreas aproveitáveis não utilizadas”. E mal se ouviam os apelos de Nelson Ribeiro garantindo segurança para aqueles que estão produzindo. Foram ressaltadas, tão-somente, as declarações oficiais reconhecendo que, legalmente, o ET também permite desapropriações em terras inteiramente cultivadas que excedam a extensão de 600 módulos rurais¹³⁵. A FSP anuncia que nem mesmo as “grande fazendas bem organizadas e produtivas” escaparão das “garras distributivas do governo”. Aldemir Malavazi, diretor da sucursal da FSP de Brasília, afirma categoricamente que, a médio e longo prazos, a reforma agrária atingirá indiretamente os latifúndios produtivos, seja através do desestímulo econômico e da implementação de uma tributação mais pesada, seja pelo impedimento de acesso aos créditos subsidiados e aos incentivos fiscais¹³⁶. O JB, por sua vez, declara que o governo Sarney é incapaz de levar adiante a reforma agrária porque não dispõe nem mesmo de um critério claro para definir

¹³⁵ OESP, 06.06.85. O exemplo católico de reforma agrária.

¹³⁶ FSP, 14.06.85. Latifúndios produtivos serão atingidos indiretamente (Aldemir Malavazi).

o que seja latifúndio produtivo, nem tem a mínima idéia sobre quais propriedades serão alvo da Proposta¹³⁷.

Os editorialistas tomam para si a tarefa de exigir do governo maiores esclarecimentos sobre a Proposta: exige-se uma definição mais clara sobre a “atividade predatória” e o uso da terra como “reserva de valor” enunciados no PNRA. Indaga-se como medir a “elevada incidência de parceiros, arrendatários e posseiros” – condição para a desapropriação das terras¹³⁸. Os editoriais também recorrem aos verbetes dos dicionários, apostando em modificações semânticas, e desconfiam dos números sobre a estrutura fundiária apresentados pela Igreja e pela Contag – tudo para mostrar que a propriedade fundiária atual, apesar de sua extensão, encontra-se modernizada e pouco se assemelha ao velho latifúndio, não tendo sentido, portanto, falar em reforma agrária.

Em resposta à declaração de D. Ivo Lorscheiter à imprensa, durante audiência com Sarney, em que afirma que os latifúndios produtivos também deveriam ser objeto de desapropriação, o editorial do JB, intitulado *De volta à Idade Média*¹³⁹, contra-argumenta que o presidente da CNBB não leva em conta a evolução do conceito econômico de latifúndio, nem a mudança por que passou a grande propriedade fundiária nos últimos anos, no Brasil. E o convida a “examinar o verbete tal como aparece nos dicionários mais antigos e confrontá-los com os de elaboração mais recente”. Os primeiros, diz o jornal, atêm-se à antiga realidade socioeconômica que define latifúndio como “propriedade rural de grande extensão”; no entanto, o novo conceito, da Enciclopédia Mirador Internacional, “um dicionário atualizado”, registra uma “sensível” alteração em seu conteúdo, na medida em que o define como “propriedade rural de grande extensão, cuja maior parte aproveitável não é aplicada à cultura ou utilizada em exploração econômica”. Segundo o JB, D. Ivo parece desatento aos conceitos e à precisão de linguagem, porque estaria preocupado “unicamente” em condenar a “posse da terra como instrumento de riqueza”. E mais: “em suas próprias palavras, o simples fato de um trato de terra ser grande, gera problemas sociais”¹⁴⁰. Esse editorial do JB é emblemático, porque nele estão contidas, e articuladas entre si, as principais idéias veiculadas pela grande imprensa sobre a agricultura

¹³⁷ JB, 09.06.85. Avesso do pacto (editorial)

¹³⁸ JB, 09.06.85. Avesso do pacto (editorial)

¹³⁹ JB, 31.05.85. De volta à Idade Média (editorial).

¹⁴⁰ JB, 31.05.85. De volta à Idade Média (editorial).

familiar, a ação da Igreja, a defesa da grande propriedade fundiária e o modo como a imprensa opera a identidade entre agroindústria e latifúndio.

A FSP e o OESP concentram-se no debate sobre qual seria o instrumento prioritário da redistribuição fundiária e defendem a tributação das terras em detrimento da desapropriação. Segundo a FSP, há uma interpretação equivocada da lei, pois o Estatuto da Terra na verdade tem como diretriz básica “a aplicação de mecanismos de indução fiscal na obtenção do aprimoramento da função social da propriedade”, ao passo que a Proposta de PNRA propõe uma substancial alteração no Estatuto, ao “propugnar o assentamento de milhões de famílias nos locais em que se encontram, pela via da desapropriação por interesse social”¹⁴¹.

Transpondo as barreiras de classe e se identificando com os valores dos grandes proprietários de terras, os editorialistas e a maioria dos analistas também se sentem injustiçados com as sanções impostas pelo PNRA aos grandes proprietários de terra e não conseguem perceber a dimensão social da propriedade fundiária. Aldemir Malavazi, da FSP, indaga-se por que a reforma agrária é conceituada na parte final do PNRA como uma “sanção do Estado à infringência de dispositivo constitucional que condiciona a propriedade privada ao exercício da uma função social”. E se pergunta em que se baseia o argumento de que a “justa indenização deve ser apurada em face da natureza da desapropriação por interesse social e não através de perícia conforme entendimento do Poder Judiciário”¹⁴².

Quanto ao prazo estabelecido para discussão da Proposta, a FSP, além de criticar “a política do fato consumado”, considera uma irresponsabilidade do governo da Nova República estabelecer apenas 60 dias para discussão de medidas “que poderão acarretar profundas alterações nas relações de trabalho de mais de 35 milhões de famílias”¹⁴³. O editorial da Folha vê inúmeras discrepâncias entre os dados do Incra e os fornecidos pelo IBGE quanto às terras devolutas existentes e pertencentes a latifundiários¹⁴⁴; considera insuficiente os recursos destinados ao financiamento da reforma agrária¹⁴⁵ e, para finalizar, declara que, em decorrência de tantas limitações e impasses, e a

¹⁴¹ FSP, 27.05.85. Plano de Reforma Agrária (editorial).

¹⁴² FSP, 14.06.85. Latifúndios produtivos serão atingidos indiretamente (Aldemir Malavazi).

¹⁴³ FSP, 27.05.85. Plano de Reforma Agrária (editorial).

¹⁴⁴ Segundo a FIBGE, seriam 370 milhões de hectares, enquanto que para o Incra, em torno de 480 milhões de hectares FSP, 27.05.85. Plano de Reforma Agrária (editorial).

¹⁴⁵ Para a FSP “o custo estimado por assentamento/família (Cr\$ 16.000,00) é insuficiente e os recursos arrecadados para atender às metas do programa no primeiro ano – FINSOCIAL E PIN-PROTERRA já teriam sido designados para atender o Programa de Prioridades Sociais do governo”. FSP, 27.05.85. Plano de Reforma Agrária (editorial).

julgar pela forma como foi apresentado à sociedade, “o PNRA foi elaborado para não ser cumprido”¹⁴⁶.

A crítica ao PNRA desdobra-se em inúmeros debates sobre algumas questões diretamente relacionadas à problemática fundiária e ao papel da agricultura familiar nesse processo. É a FSP que introduz o debate sobre a inviabilidade da pequena produção como modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira. Segundo Joemir Beting, a pequena produção é inviável porque restringe-se à “mera subsistência familiar e ao meio salário mínimo por hectare”¹⁴⁷.

Mas o principal adversário da imprensa é a Igreja progressista. Segundo o JB¹⁴⁸, os representantes do clero não estão qualificados para falar sobre a reforma agrária, pois desconhecem a realidade do campo. “É o caso de se perguntar, com todo o respeito, o que o presidente da CNBB entende por problemas sociais, fixação do homem à terra, criação de empregos, habitação decente, assistência médica, educação de base, alimentação garantida o ano inteiro – tudo isso que uma agroindústria moderna proporciona aos trabalhadores rurais?”¹⁴⁹, diz o editorial do JB, para o qual a concepção de reforma agrária de D. Ivo carregaria consigo “o secular preconceito contra toda a atividade capaz de multiplicar a riqueza e, portanto, o bem-estar das nações”.

O debate sobre a viabilidade da “produção em pequena escala” reaparece nos editoriais, e toma corpo a idéia de que a pequena produção expressaria uma “economia de escassez permanente”, uma produção de “fundo de quintal” impossível de acumular e, portanto, restrita “à condenação da mera sobrevivência”. A Igreja – e sua ideologia da Teologia da Libertação¹⁵⁰ – é considerada a principal responsável pela defesa da pequena produção considerada uma atitude “típica de um drama do mundo rural ao longo de toda a Idade Média”; um retorno ao nivelamento por baixo; enfim, uma “vícere e anacrônica desconfiança da riqueza”¹⁵¹. O que aconteceria,

¹⁴⁶ FSP, 27.05.85. Plano de Reforma Agrária (editorial).

¹⁴⁷ FSP, 07.06.85. Terra sem força (Joemir Beting)

¹⁴⁸ JB, 31.05.85. De volta à Idade Média (editorial)

¹⁴⁹ JB, 31.05.85. De volta à Idade Média (editorial).

¹⁵⁰ Sobre o assunto ver José de Souza Martins, para quem a Teologia da Libertação “não é um grupo religioso, e, sim, um ponto de vista teológico sobre Deus e o homem (...) Uma concepção básica de diferentes interpretações da fé e de seu lugar na libertação do homem”. A Doutrina Social da Igreja é anterior à Teologia da Libertação e o que define a pastoral social da Igreja é essa doutrina e não necessariamente a Teologia da Libertação. A Teologia seria “um desdobramento extremo, e belo, da doutrina social e do envolvimento dos religiosos e religiosas nas pastorais sociais”. In (Sherer-Warren, I. e Rossiaud, J, 2000:263)

¹⁵¹ JB, 31.05.85. De volta à Idade Média (editorial).

pergunta-se o jornal, se as terras ocupadas pela agroindústria fossem divididas pelo critério da extensão? Resultaria dessa fragmentação uma volta à agricultura empírica com a queda da produtividade, impossível de ser mantida pela exploração em pequena escala, conclui. É esse o projeto da Igreja progressista, afirma o editorial do JB: “trocar uma situação em que há pobres sem terras por outra em que predominem pobres com terras mal cultivadas e incentivar a emigração do capital que hoje eleva a produtividade agrícola para outros setores da economia”¹⁵². Nesse sentido, a posição da igreja é considerada anticapitalista, arcaica, atrasada – uma expressão da *Volta à Idade Média*¹⁵³.

Enfim, para o JB, realizar uma reforma agrária nos parâmetros estabelecidos pela Proposta de PNRA e defendidos pelo clero progressista significaria o “desmantelamento de um sistema produtivo, em plena modernização”, e traria como resultado “um retrocesso àquela época já quase esquecida, em que o homem do campo vivia vegetativamente e alimentava com a sua pobreza a escassez e a miséria das cidades”¹⁵⁴.

Em sua crítica à Igreja progressista, o editorial do JB defende a grande empresa rural e agroindustrial. Para o jornal, “é um perturbador desconforto com a realidade” não reconhecer que, na maioria dos casos, a atividade rural só atinge os índices de produtividade “exigidos pela mesa do povo”¹⁵⁵, quando praticada em grande escala. E continua: A experiência brasileira, apesar de todas as lacunas e distorções, não deixa dúvida quanto ao melhor caminho a tomar: a agroindústria. Vive-se uma verdadeira revolução agrícola que apenas começou mas já produziu resultados extraordinários, diz o jornal. Sem o surgimento e a consolidação da agroindústria, o rápido crescimento das cidades teria resultado em “milhões de mortos pela fome”¹⁵⁶, como ocorreu em certo países da África e Ásia, e não se teriam gerado divisas, conclui. Portanto, não há por que implementar uma reforma agrária se existe um setor agroindustrial estruturado produzindo para o mercado interno e se orientando segundo os preceitos da função social estabelecidos pelo ET: a produção em larga escala, a redução do êxodo rural e a diminuição dos custos de produção.

“Pela revolução agrícola em contraposição à revolução agrária!” é o lema do JB, traduzindo, em outras palavras, um dos argumentos mais caros aos grandes proprietários de terra. De

¹⁵² JB, 31.05.85. De volta à Idade Média (editorial).

¹⁵³ JB, 31.05.85. De volta à Idade Média (editorial).

¹⁵⁴ JB, 31.05.85. De volta à Idade Média (editorial).

¹⁵⁵ JB, 31.05.85. De volta à Idade Média (editorial).

acordo com o jornal,¹⁵⁷ todos os livros de História mostram a força das revoluções agrícolas em face da estreiteza das revoluções agrárias. A partir do século XVIII, e através de sucessivas revoluções agrícolas, foi quebrado “o ciclo milenar do empirismo e da pequena safra anual”. As descobertas tecnológicas aumentaram a produtividade, “acabando para sempre com a fome e com a má alimentação dos milhões das cidades”. Em contrapartida, nos países onde foram implementadas revoluções agrárias – sempre impostas de cima para baixo, ressalta o editorial –, essas reformas, na “ilusão” de resolver o problema mediante a “brusca” modificação da estrutura fundiária, resultaram na limitação dos impulsos modernizadores e na diminuição da produtividade.

“Por uma política agrícola potencializadora de produção e de melhorias da produtividade”, defende, por sua vez, a FSP. Se é para falar de eficiência, argumenta o editorial, muito mais eficiente seria a implementação de uma política agrícola “indutora de maior produção e de melhorias da produtividade”, associada a uma política tributária que “efetivamente induzisse os proprietários de terra a criar condições para o aproveitamento socialmente desejável de suas propriedades”¹⁵⁸. Se a política fundiária, como afirmou o presidente Sarney, é apenas parte da política agrícola, então é o caso de se perguntar “por que dar prioridade a um ambicioso programa de reforma agrária e não a um plano de apoio à modernização da agricultura brasileira”, arremata o JB¹⁵⁹.

O modelo da Revolução Verde, baseado nos pacotes tecnológicos, é considerado pelo JB como o mais eficaz para a economia e para “os conflitos rurais que tanto preocupam o presidente e o ministro da reforma agrária”¹⁶⁰. Na Revolução Verde, transformada pela imprensa em “lei natural da economia” e não como uma opção política das elites empresariais e dos governos militares, estaria a “chave para a acomodação dos conflitos de terra”, pois, ao elevar a produtividade, “naturalmente regularizaria a posse da terra e asseguraria ao trabalhador rural um nível de vida que ele dificilmente alcançaria cultivando uma pequena propriedade com métodos anacrônicos”. E, como exemplo, aponta o oeste do Paraná que “há trinta anos era um *far west* e hoje é uma região pacificada pelo enriquecimento”¹⁶¹.

¹⁵⁶ JB,29.05.85. Lições Históricas (editorial).

¹⁵⁷ JB,31.05.85. De volta à Idade Média (editorial).

¹⁵⁸ FSP,27.05.85. Plano de Reforma Agrária (editorial).

¹⁵⁹ JB,29.05.85. Lições Históricas (editorial).

¹⁶⁰ JB,29.05.85. Lições Históricas (editorial).

¹⁶¹ JB,29.05.85. Lições Históricas (editorial).

Interessa-nos, sobretudo mostrar, quais valores a imprensa defende e transmite aos leitores e à sociedade. Nesse sentido, nos chama a atenção, por exemplo, a idéia de que o enriquecimento e o aumento da produtividade seriam pacificadores dos conflitos sociais. Essa é uma das faces ideológicas da Revolução Verde implementada pelos governos militares ao longo dos últimos 20 anos. A sua lógica rege-se por um determinado padrão de acumulação do capitalismo pautado na produção de grande escala e na grande propriedade fundiária. Tal padrão, é considerado o único “viável e possível” nos dias atuais. Portanto, não chega a nos surpreender a postura da imprensa em defesa da grande propriedade fundiária e a sua omissão sobre o uso das terras como reserva de valor. A concentração fundiária é considerada o signo de sucesso, e também de poder. Para o Jornal da Tarde, quase 80% dos proprietários de terra “bem-sucedidos” do oeste Paulista já possuem alguns milhares de hectares em Rondônia, Pará, Mato Grosso, Goiás, Acre”. Alguns deles até “possuem terras em todos os estados!”, regozija-se o Jornal da Tarde¹⁶². Nesse contexto, não haveria nenhuma possibilidade de redemocratização da propriedade da terra, nem do fim do monopólio fundiário. Mas, o que a grande imprensa não enuncia é o fato de que a improdutividade de um meio de produção, em certa medida constitui uma “irracionalidade” do capitalismo.

2.4.1. Os modernos fazendeiros desbravadores ou Miguel Arcamundo, o ignorado?

Para reforçar a defesa da agricultura de escala, os jornais se empenham na elaboração de alguns perfis sociais dominantes no campo. São novos fazendeiros desbravadores. Figuras paradigmáticas do “novo complexo agrícola e agroindustrial” como, por exemplo, Olacyr de Moraes, “o rei da soja”, e Joaquim Pedro Ribeiro, o “novo barão do café”. Eles simbolizariam a modernidade, no entanto, mantêm a referência nobiliarca. Suas vidas expressariam o “êxito da grande propriedade fundiária” em sua capacidade de gerar riqueza e de enfrentar a “questão social no campo”: ambos são “grandes proprietários que deram certo como produtores rurais”. Apesar das diferenças, os dois teriam em comum a opção pela “racionalidade da administração empresarial” e, obviamente, a “tradição no trato com a terra e com o homem do campo”.

¹⁶² Jornal da Tarde, 05.06.85. No campo já não se fala mais em plantação, fala-se em armas.

Olacyr de Moraes é dono de 50 mil hectares de terras, no Mato Grosso do Sul, “40 mil dos quais cultivados”, faz questão de ressaltar o jornal O Globo. Em suas terras, “a denominação fazenda perde-se entre os vários departamentos”. A cidade Itamaraty agrega uma população de 50 mil pessoas, tem água potável, rede de esgotos, sanitários, energia elétrica, telefone, hotel, restaurantes, escola até a 8 série para 780 alunos, centro recreativo, corpo de segurança, farmácia e hospital “onde nascem diariamente 100 itamaratianos”¹⁶³. Sua vida como grande produtor e empresário começou em Ponta Porã (MS), na fazenda Itamaraty do Sul. Foi lá que se deu o aprendizado deste “novo colonizador moderno”¹⁶⁴. Ele chegou ao Mato Grosso do Sul no fim da década de 60, “junto com milhares de gaúchos que começaram a subir o estado em busca de novas áreas de lavoura”, e soube aproveitar-se da oportunidade, “utilizando-se da experiência que acumulou na abertura de frentes pioneiras com a sua construtora, a Constran, e o seu pequeno banco, o Itamaraty, como músculo”¹⁶⁵.

Sua figura e o seu exemplo, argumenta, não por acaso, o JB, “desatualizam o latifúndio por dimensão”. Maior produtor e dono da maior fazenda de soja do mundo, Olacyr “teceu um império agroindustrial”, hoje espalhado por quase 160 mil hectares – “terras que caberia, com sobra, toda a cidade de São Paulo” –, e mostrou a todos que “ainda se fazem impérios rurais como antigamente”¹⁶⁶. O resultado dessa façanha foi o de levar para o campo o que a “civilização industrial criou de mais moderno e sofisticado”: ele dispõe de 264 tratores, 18 máquinas de terraplanagem pesada, 117 veículos de médio porte, três ônibus coletivos. Enfim, “é o novo complexo agrícola”, diz o jornal¹⁶⁷.

Olacyr é um homem que gosta de definir, pessoalmente, todos os detalhes de suas atividades e não hesita na hora de tomar uma decisão. E sua história é “uma proeza” comparável a Garcia D'Avila, fidalgo português que, no século XVI, acumulou propriedades que se estendiam do Recôncavo Baiano até as margens do rio São Francisco. Tanto Garcia D'Avila quanto Olacyr iniciaram suas experiências de fazendeiros com a criação de gado e ambos “plantaram vastas extensões de terra”¹⁶⁸. Garcia D'Ávila disputou com os índios a posse de cada pedaço de seus domínios – o que lhe valeu a antipatia dos padres católicos da colônia. Olacyr, “a sua tradução

¹⁶³ O Globo, 02.06.85. Produtor critica invasão de terras e diz que não é hora para mudanças.

¹⁶⁴ JB, 04.05.86. Olacyr, o colonizador moderno

¹⁶⁵ JB, 04.05.86. Olacyr, o colonizador moderno

¹⁶⁶ JB, 04.05.86. Olacyr, o colonizador moderno

¹⁶⁷ O Globo, 02.06.85. Produtor critica invasão de terras e diz que não é hora para mudanças.

¹⁶⁸ JB, 04.05.86. Olacyr, o colonizador moderno.

moderna”¹⁶⁹, foi obrigado a disputar as terras do Itamaraty Norte com grileiros e também tem problemas com a Igreja, não por causa dos índios, mas pelas pressões em favor da reforma agrária no Brasil. Haveriam somente dois senões nesse maravilhoso empreendimento, segundo o jornal: “é o aspecto desértico que a soja seca, de cor amarelada, pronta para a colheita, imprime à paisagem” e o seu mau humor “quando alguém não cumpre o determinado”¹⁷⁰.

Por tudo o que Olacyr de Moraes representa, suas opiniões sobre a reforma agrária deveriam ser ouvidas pelo governo da Nova República, reitera a grande imprensa. Olacyr acredita que a reforma não acontecerá nas áreas produtivas, porém está apreensivo, diz o JB, pois recentemente investiu US\$ 100 milhões no projeto agrícola – o Itamaraty Norte situado na Chapada dos Parecis – e não pode parar. E, se for prejudicado com a reforma agrária, “a agricultura vai acabar no país”¹⁷¹.

Joaquim Pedro Ribeiro¹⁷² é a segunda grande referência da imprensa. Homem de 68 anos com sete filhos, “dois dos quais já produzindo, independentes, um total de 10 mil sacas”, ele é dono de 1 milhão e 400 mil covas de café distribuídas em dez fazendas com mil alqueires, ou seja, “72 milhões de metros quadrados espalhados por cinco municípios”¹⁷³, no sul de MG. Joaquim Pedro é um dos principais produtores da Cooperativa de Cafeicultores de Guaxupé e, só no ano passado, produziu “nada menos que 33 mil sacas de café”. Igual a Olacyr, administra diretamente as fazendas, juntamente com o filho mais velho, enquanto o outro filho gerencia as terras do Acre, onde está preparando mil alqueires, inicialmente para a criação de gado de corte. Juntando as propriedades dos sobrinhos, a família já possui naquele estado 3 mil e 600 alqueires.

Como vemos, a referência familiar constitui-se no suporte para a acumulação da riqueza e a honradez. Ambos são figuras patriarcais que alternam o trato pessoal com a racionalidade empresarial. Patrão de 500 colonos nas dez fazendas e “outro tanto” de bóias-frias permanentes (em época de colheita são mil bóias-frias), Joaquim Pedro “administra as lavouras pelo sistema empresarial, com pessoal de escritório”, mas faz questão de estar sempre à frente dos negócios,

¹⁶⁹ JB, 04.05.86. Olacyr, o colonizador moderno.

¹⁷⁰ JB, 04.05.86. Olacyr, o colonizador moderno.

¹⁷¹ JB, 04.05.85. Riqueza que sai do solo muda a paisagem de Mato Grosso (Manoel Francisco Brito).

¹⁷² JB, 20.01.86. Cafeicultor mineiro afirma que lucro veio com atraso.

¹⁷³ JB, 20.01.86. Cafeicultor mineiro afirma que lucro veio com atraso.

principalmente no pagamento do pessoal, “que dá uma despesa média de 500 milhões de cruzeiros mensais”¹⁷⁴.

Pessoalmente, ele não se considera um barão do café: “Os barões do café acabaram na crise de 1929”, garante. Diz que seu bisavô, esse, sim, foi um grande produtor, e seu pai sofreu com a crise de 29. Mas, segundo Rona Resende, presidente da Cooperativa de Varginha, Joaquim Pedro e Homero Mendes Frota (cooperado com mais de um milhão de covas na fazenda Mascotinho) são os novos barões do café. Curiosamente, mesmo não gostando de ser chamado “barão do café”, Joaquim Pedro “não esconde que poderá em breve resgatar o título perdido pelo país”¹⁷⁵. Ao falar sobre sua atividade, ele garante que o seu sucesso não foi tanto pelo café, mas por acreditar que a terra nessa região era muito boa e por ter iniciado uma fase de compra de propriedade: “Não fujo ao negócio que me garante essa produção, que é a pecuária. É com uma produção média de 4 mil litros/dia de leite, durante o ano inteiro, que busco capital de giro para o café. Agora vou introduzir a cana-de-açúcar, para ter mais folga”, declara¹⁷⁶.

O cenário dos novos barões do café, Varginha, é visto pela imprensa como “a prova de riqueza que o café está gerando nesta região de Minas”. O município possui faculdades e indústrias pesadas, como a Companhia Brasileira de Caldeiraria. E no último ano atingiu uma média de crescimento de 693%: o seu orçamento saltou de 14 bilhões e 500 milhões para 115 bilhões. Em Varginha, o café “é sempre o melhor papel e sempre cobre acima da inflação”. Sua população “troca sacas de café por moto, cavalo, fazenda e casas”. Varginha “desfruta de equilíbrio econômico”¹⁷⁷, conclui o JB.

A contraface da nova geração de produtores agroindustriais denomina-se Miguel Arcamundo, o ignorado. Uma figura social retratada pela imprensa de um forma rica e ambígua, porque intercala determinados atributos que misturam a comiseração – na medida em que simboliza a inviabilidade de um modo de produzir e de “pensar pequeno” – com o respeito, devido à sua imensa coragem e à incansável persistência diante das dificuldades. Arcamundo simboliza a exclusão, uma exclusão desprovida de indignação ou direitos. Ele não tem voz própria, nem existe efetivamente como Olacyr de Moraes ou Joaquim Pedro Ribeiro: “É uma

¹⁷⁴ JB,20.01.86. Cafeicultor mineiro afirma que lucro veio com atraso.

¹⁷⁵ JB,20.01.86. Cafeicultor mineiro afirma que lucro veio com atraso.

¹⁷⁶ JB,20.01.86. Cafeicultor mineiro afirma que lucro veio com atraso.

¹⁷⁷ JB,20.01.86. Cafeicultor mineiro afirma que lucro veio com atraso.

ficção e, por isso, não pode sequer ser ouvido”. Não será o seu grito de indignação que o fará ser ouvido e sim o trabalho duro e a espera de que, um dia, “uma providência do governo o tire do anonimato”¹⁷⁸. Arcamundo é retratado ainda como um ingênuo, por acreditar que teria os mesmos direitos ao crédito e aos juros subsidiados. Em comum com os grandes proprietários, apenas a “paixão pela terra” e a “labuta”¹⁷⁹.

Ele “suporta nos ombros o peso do mundo”¹⁸⁰ e não tem dúvidas de que o pequeno produtor rural é mesmo um ignorado. Percebe que não há nenhuma situação pior que essa: “ser ignorado é reduzir-se à condição de inexistente”. Também sabe que “ninguém lhe ouvirá o grito, pois o campo absorverá, no seu silêncio, todo e qualquer ruído (...). No máximo, se aguçarmos bem o ouvido há de se ouvir apenas, à tardinha, o canto do juriti no mato (...). Mas o grito de revolta pelo seu anonimato, este se diluirá no silêncio estonteante das longas noites do campo”¹⁸¹. Certo dia Arcamundo decidiu comprar uma “centena de hectares de terra quase bruta”, mas seus “companheiros de labuta” argumentaram: Amigo, “deixa prá lá, você não tem plano nenhum pra ela”. Ele respondeu: “Você já viu algum mortal perder dinheiro com terra que comprou; ainda que mal comprada?!” Além disso, pensava Arcamundo, “aí está o crédito rural a juros subsidiados. Bem administrada a terra, até dá para aplicar uma beiradinha no *open*”¹⁸².

Mas os dias se passaram e só veio a estiada: “O meloso e o provisório, de tão pisoteados, foram substituídos pela terra dura e seca, como uma ferida à mostra. Nela nada crescia com tanta pressa quanto o mato e a erva daninha”¹⁸³. Arcamundo se decidiu a “enfrentar a onça”, seus ideais não se esborracharam no chão. Quer ir até o fim para ver o que vai acontecer. Ele sabe que a terra, toda ela, de cultura ou de campo, é mesmo braba, dizia-lhe um amigo de mãos rudes e calejadas. Que fazer, então? “O jeito é pegar no batente e esperar que os calos viessem, doloridos e visíveis. Pois o significado real de uma fazenda. Ela é o mais perfeito gerúndio da Língua Portuguesa. Pois uma fazenda só se faz fazendo sempre, noite e dia”¹⁸⁴.

“Hoje, se de um lado, ele ostenta, com orgulho, o título de produtor rural, com prejuízo contabilizado, inscrição, imposto e tudo (...). De bota de cano alto, chapéu de palha e cigarrinho de

¹⁷⁸ JB,03.04.86. Miguel Arcamundo, esse ignorado (Acílio Lara Resende).

¹⁷⁹ JB,03.04.86. Miguel Arcamundo, esse ignorado (Acílio Lara Resende).

¹⁸⁰ JB,03.04.86. Miguel Arcamundo, esse ignorado (Acílio Lara Resende).

¹⁸¹ JB,03.04.86. Miguel Arcamundo, esse ignorado (Acílio Lara Resende).

¹⁸² JB,03.04.86. Miguel Arcamundo, esse ignorado (Acílio Lara Resende).

¹⁸³ JB,03.04.86. Miguel Arcamundo, esse ignorado (Acílio Lara Resende).

fumo barato no canto da boca, sentado em sua varanda, se orgulha do que fez. Tudo, claro, à sua custa. E o leite que produz não paga, nem nunca pagou, a operação da fazenda”¹⁸⁵, de outro, têm consciência de que o pequeno “é mesmo um pária que não tem força sequer para reivindicar”. “Suas mãos grossas e *cansadas estão à espera de uma providência que o tire de vez do anonimato*” (grifo nosso). Por isso, pergunta ao ministro Funaro: “Que se vai fazer em favor do produtor rural, o pequenininho, que é o sustento dos grandes centros?”. “Que se vai fazer em favor do produtor rural, que troca seu leite na cooperativa (sempre mal administrada) ou na multinacional (sempre insensíveis), por alguma coisa de comer e por uma roupinha ruim e feia? O pequenininho, ministro, não conhece o dentista, mas o boticão e, quando necessita de médico, vai ao farmacêutico do povoado mais próximo”¹⁸⁶. Chama a atenção o modo como Acílio Lara Resende, diretor regional do JB em Brasília, constrói uma determinada imagem de Miguel Arcamundo, como alguém isolado e sem possibilidade de se constituir como ator político, restando-lhe apenas esperar pela providência.

Além disso, a grande imprensa, ao participar do debate, expõe (não sem uma certa vaidade e orgulho) a imensa concentração fundiária brasileira e a estreita relação entre propriedade e política. Os jornais, em especial o JB, evidenciam, por exemplo, que no PFL encontram-se abrigados grandes proprietários de terra, como Lourival Batista, de Sergipe, e Altevir Leal, do Acre, este último proprietário de 800 mil hectares de terra e já foi o “maior latifundiário do país”, chegando a possuir 4.5 milhões de hectares de terra¹⁸⁷. No PMDB também não faltam “ricos” proprietários de terra, e na “linha de frente” estão fazendeiros como Saldanha Derzi (MS), Roberto Cardoso Alves (SP), “dono de seis fazendas”, Mauro Borges (GO) e Alberto de Carli (AM)¹⁸⁸. Já no PDS “brilham proprietários de terra do maior quilate”, como por exemplo Osvaldo Coelho (PE)¹⁸⁹, Cesar Cals (CE) e Augusto Franco, de Segipe¹⁹⁰. Além desses, haveria ainda Armando Falcão, ex-ministro da Justiça durante os governos militares, “dono de 1.349 hectares de terra no Ceará”¹⁹¹.

¹⁸⁴ JB, 03.04.86. Miguel Arcamundo, esse ignorado (Acílio Lara Resende).

¹⁸⁵ JB, 03.04.86. Miguel Arcamundo, esse ignorado (Acílio Lara Resende).

¹⁸⁶ JB, 03.04.86. Miguel Arcamundo, esse ignorado (Acílio Lara Resende).

¹⁸⁷ JB, 31.05.85. Reforma agrária ameaça cindir Aliança

¹⁸⁸ JB, 30.05.85. Partidos discutem as sugestões.

¹⁸⁹ Deputado pelo PFL na Constituinte, “industrial e agropecuarista. Secretário da Fazenda o Governo Nilo Coelho. Pertenceu a Arena e ao PDS(...). Signatário do Centrão, disse não à reforma agrária e teve alto índice de ausência. Em seu mandato anterior votou contra as Diretas-Já” (Diap, 1988:416).

¹⁹⁰ JB, 30.05.85. Partidos discutem as sugestões.

¹⁹¹ JB, 03.06.85. Fazendeiros do Sul querem demissão de Nelson Ribeiro

Ao mesmo tempo em que celebra as virtudes da grande propriedade fundiária, a imprensa não pode furtar-se de expor a radiografia da estrutura fundiária brasileira, denunciada Contag e a Igreja progressista. Redescobre-se, então, que mais de um quinto do território nacional, ou seja, perto de 70 milhões de hectares são terras ociosas, que funcionam como reserva de valor ou simples ativo imobiliário.

São poucas as vozes discordantes entre os jornalistas, como Joemir Beting e Otaviano Lage, por exemplo, que vão de encontro à tendência geral dos argumentos e questionam o perfil da estrutura fundiária brasileira e o poder dos grandes proprietários de terra. Para Joemir Beting, “a distribuição da propriedade é injusta e a utilização do patrimônio, vesga, (...) pois, os milhões de hectares supostamente incorporados à agricultura de mercado ganham todos os campeonatos de produtividade negativa, com uma ridícula relação capital/produto”. E as lavouras irrigadas cobrem menos de 8,5 milhões de hectares e “quem faz a safra é São Pedro, segundo o contrato de risco do chover ou não chover, e as práticas de conservação são consideradas coisas de agrônomos desocupados”¹⁹². Na sua opinião, o modelo agrícola não passaria pelo teste do mercado mais “atravessado” da economia brasileira. Otaviano Lage, da FSP, apesar de criticar a falta de didática do Executivo ao anunciar o PNRA, o que permitira, “a abertura de um flanco contra a reforma agrária”, mais adiante nega a sua própria premissa, ao afirmar que a mobilização patronal contra a reforma agrária prescinde de qualquer argumentação e explicação, pois “é preventiva e absoluta”. Para Otaviano, os argumentos dos grandes proprietários de terra na imprensa teriam como fim específico inviabilizar qualquer esclarecimento sobre o tema da reforma agrária. Em síntese, diz ele, continua a existir “clima propício para induzir a opinião pública ao erro”, e a vontade demonstrada pelo governo Federal até agora, de colocar em prática o Estatuto, estaria “servindo de elemento catalisador na extrema direita”. “A agitação está montada”, diz, e tem como “fulcro o levantamento de maior volume possível de suspeitas sobre o PNRA”¹⁹³.

Ainda segundo Otaviano, o nó da questão reside no fato de os grandes proprietários saberem que entre os objetivos da reforma estão aqueles diretamente ligados à contenção do processo de expansão do latifúndio e à garantia da destinação social das obras públicas no campo. “Ninguém quer ficar sem as suas terras em torno dos açudes construídos com o dinheiro do povo, ainda que

¹⁹² FSP, 07.06.85. Terra sem força (Joemir Beting)

¹⁹³ FSP, 29.05.85. Começou a grita (Otaviano Lage).

essas terras estejam ociosas, e muito menos parar de estocar áreas cada vez maiores”, denuncia. E conclui: “Eis o que vem sendo intencionalmente confundido com a quebra do princípio da propriedade privada”¹⁹⁴.

Contudo, nos recorda Thompson, os processos sociais são relacionais e as relações precisam estar sempre encarnadas em pessoas e contextos reais. Além disso, “não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses”(Thompson:1987:10). Nesse sentido, o agir e a retórica das elites rurais nesse período da Nova República expressam, em seus argumentos, o embate com determinados grupos sociais favoráveis à realização de uma reforma agrária como condição da democratização da propriedade. Mesmo quando excluídos das páginas dos jornais ou com pouco espaço na imprensa, essas pessoas e instituições se fazem presentes, seja através dos argumentos dos grandes proprietários de terra e seus aliados, seja quando conseguem “furar o cerco”, seja ainda pela necessidade de legitimidade da mídia perante os seus leitores e a sociedade. A imprensa, seja devido à acirrada concorrência pelo mercado, seja porque também se constitui em campo de disputa política, não pode se furtar de registrar as reivindicações dos trabalhadores rurais no IV Congresso da Contag, nem os pronunciamentos da Igreja progressista ou a posição de alguns políticos em favor de uma melhor redistribuição das terras e nem mesmo avaliação e as informações de repórteres e analistas favoráveis à democratização da propriedade da terra no Brasil.

A Contag, que durante os governos militares manteve viva a crítica ao latifúndio e a bandeira da reforma agrária, intensifica os atos públicos, as manifestações e às declarações em favor da Proposta de PNRA. E a Igreja progressista, antes reticentes com a “timidez” da Proposta de PNRA, ao perceber a força da reação dos grandes proprietários de terras e por temer um recuo do governo, se entrincheira, não sem problemas, na defesa da reforma agrária da Nova República, exigindo do governo uma postura mais firme diante das pressões dos grandes proprietários de terra.

A CNBB, além de se posicionar a favor da Proposta, procura participar mais ativamente do embate na imprensa denunciando a violência no campo e reivindicando o direito à propriedade da terra pelos trabalhadores rurais. D. Avelar Brandão convoca a sociedade a apoiar a reforma agrária da Nova República e afirma que o PNRA expressa o projeto e a metodologia que faltavam para

¹⁹⁴ FSP, 19.06.85. A reação contra o Estatuto (Otaviano Lage).

neutralizar as paixões que o tema suscita no Brasil. Durante décadas, diz ele, falou-se em reforma agrária, mas a sua execução sempre levantou “imensas paixões por falta de um projeto claro que possa cumprir com justeza a metodologia adequada”. Mas hoje, conclui D. Avelar, “a justeza de uma metodologia adequada que incorpora a orientação técnica, os empréstimos a juros subsidiados e a criação de cooperativas para que o beneficiado possa produzir são a expressão de um projeto claro e o único caminho capaz de se contrapor às imensas paixões que a reforma agrária sempre levanta”¹⁹⁵. E D. Moacir Grechi, bispo da prelazia do Acre e Purus acusa os governos anteriores de terem tentado transformar o Acre numa “imensa pastagem”¹⁹⁶.

A CNBB e a CPT são as que mais se contrapõem à idéia da intocabilidade da propriedade “produtiva”, defendida pelas elites patronais. Porém, as suas críticas e falas se perdem em meio a inúmeros artigos, editoriais e matérias marcadamente favoráveis aos grandes proprietários de terras e empresários rurais. Uma das declarações de maior impacto na imprensa foi a de D. Ivo Lorscheiter, afirmando que “todo latifúndio, por mais produtivo que seja, é concentrador e por isso gera problemas sociais”¹⁹⁷. D. Ivo transforma-se no principal porta-voz da Igreja progressista na imprensa. Ele procura deslocar o debate em torno da natureza da reforma agrária, se capitalista ou comunista, afirmando que a reforma agrária é por essência democrática, pois implica a redistribuição da propriedade da terra¹⁹⁸; se posiciona contra a coletivização e o desastre ocorrido nos países comunistas; prega a necessidade de se fixar não só o módulo mínimo, mas também de se estabelecer o máximo, e resgata do ET a desapropriação do latifúndio por dimensão.

A reação dos grandes proprietários de terra é imediata e o governo, através de Fernando César Mesquita, assessor do presidente da República, vem a público comunicar “não ser esta a posição do governo Sarney”. Ele reafirma que a reforma agrária não tem nenhuma intenção de tomar terras de quem esteja produzindo. “São interpretações maldosas com o objetivo de confundir”, declara¹⁹⁹.

Quanto aos políticos somente um pequeno grupo se pronuncia publicamente a favor da Proposta de PNRA. Dentre os que ocupam lugar na imprensa destacam-se: Ulisses Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados; Fernando Lira, ministro da Justiça; e Fernando Santana

¹⁹⁵ JB,06.06.85. D. Ivo prega criação de módulo mínimo.

¹⁹⁶ FSP,16.06.85. Acre aos 23 anos tem que importar até galinha.

¹⁹⁷ JB,30.05.85. CNBB quer reforma agrária nos latifúndios produtivos.

¹⁹⁸ JB,06.06.85. D. Ivo prega criação de módulo mínimo.

(PMDB/BA), presidente da Comissão de Reforma Agrária na Câmara dos Deputados. Este último reforça a idéia de que o ET nada mais é do que uma lei do Gal. Castelo Branco e ainda acrescenta que as Forças Armadas, certamente, apoiarão a reforma, pois “não vão querer ser guardiãs das terras ociosas”²⁰⁰. Para Fernando Lira, a reforma agrária “será um esforço para acabar com essa carnificina no campo”²⁰¹. Ulisses Guimarães no ato de encerramento do IV Contag, denuncia que não é a reforma agrária do governo, e sim a violência no campo, a principal responsável pela anarquia, pela luta de classes e pela desestabilização social. Por isso a “reforma agrária, mais do que uma questão econômica, é uma questão política: é a modificação pacífica de estruturas e meios, para assegurar aos trabalhadores o direito de acesso à propriedade”²⁰².

Permanece, contudo, a subestimação da força política dos grandes proprietários de terra no embate sobre a reforma agrária. Apesar de toda a reação e mobilização, Fernando Santana continua argumentando que a “grita generalizada é uma coisa de grupo pequeno que tem muito poder de influência, inclusive junto à imprensa. Os grandes proprietários inteligentes e que não são burros estarão a favor da reformulação fundiária”²⁰³. Ele sugere que o governo ocupe a cadeia de rádio e televisão para expor os objetivos do PNRA.

Caberia aqui ressaltar algumas observações mais gerais. É importante notar que a demanda por participação teve ampla repercussão junto à sociedade civil e, de certa forma, colocou o governo Sarney na defensiva. Grandes proprietários de terra e seus aliados denunciaram que o governo, ao não consultar os “setores diretamente interessados” no assunto, assemelhava-se às práticas autoritárias dos governos militares que tanto criticara. A própria conjuntura de transição contribuiu para neutralizar a força das argumentações contra a participação das classes e grupos dominantes no campo nos destinos da reforma agrária. Pouco significava a idéia de que, historicamente, nenhum país consegue realizar uma reforma agrária com a presença dos grandes proprietários de terra nos aparelhos institucionais e no centro político das decisões, porque, naquela conjuntura de transição, o tema da participação, quando evocado pelos porta-vozes patronais, falava mais alto. Na verdade, um direito à participação limitado, porque secundarizava a voz dos trabalhadores rurais sem terra.

¹⁹⁹ JB, 30.05.85. CNBB quer reforma agrária nos latifúndios produtivos.

²⁰⁰ JB, 02.06.85. CONTAG soma 474 mil envolvidos em 923 lutas por terra.

²⁰¹ JB, 02.06.85. CONTAG soma 474 mil envolvidos em 923 lutas por terra.

²⁰² JB, 31.05.85. CONTAG cita nome dos mortos.

²⁰³ FSP, 11.06.85. Governo deve explicitar sua proposta pelo rádio e TV, sugere deputado.

A exigência de participação vai acompanhar todo o desenrolar do processo de discussão sobre a reforma agrária nos anos 80. Em meados de junho, quando o governo Sarney recua, prorrogando o prazo e reconhecendo, publicamente, o “desastre” que representou o lançamento do PNRA no IV Contag, proprietários e empresários rurais, politicamente fortalecidos, aproveitam-se da situação para exigir que sejam nomeados representantes dos produtores rurais para as quatro diretorias ainda vagas no Incra. O mesmo se dá no momento da formação das Comissões Regionais para implementação da reforma agrária nos estados e nos trabalhos da Constituinte de 88. As classes e grupos dominantes no campo sabem o quanto é importante a sua presença nos aparelhos do Estado, para fazer prevalecer seus interesses e privilégios. Estão cientes de que, historicamente, nenhuma reforma agrária teve êxito com a sua interferência nos espaços de decisão das estratégias de política fundiária. Como diria Maria da Conceição Tavares, para os latifundiários não se trata simplesmente da defesa dos privilégios, mas da forma estrutural que se constituíram e se reproduziram enquanto classe no Brasil (Tavares, 2000).

Em segundo lugar, vemos que a insistência do governo da Nova República em acreditar que a defesa do Estatuto da Terra legitimaria, por si só, o PNRA, representando assim o espaço de negociação entre o governo e os grandes proprietários de terras, teve efeito contrário ao esperado: a defesa do Estatuto, em vez de neutralizar a reação, acirrou ainda mais os ânimos de seus representantes. Isso porque o Estatuto nunca foi aceito nem reconhecido pelas classes e grupos dominantes no campo. Em 64 e nos anos subseqüentes, os grandes proprietários de terra tudo fizeram para transformá-lo em letra morta. O Estatuto da Terra, mesmo contemporizando com latifúndio, não deixou de representar um limite à propriedade latifundista da terra.

Contra o Estatuto reagiram, nos anos 60, os grandes proprietários de terras e suas principais entidades de representação, há muito mobilizadas contra as Ligas Camponesas e a proposta de reforma agrária do governo Goulart. Eles se sentiram traídos pelo governo Castelo Branco; afinal, a reforma agrária era iniciativa de um regime que eles respaldaram e, de certa forma, criaram. A reação só não foi maior e mais violenta porque, naquela conjuntura pós-golpe, eles haviam acabado de ganhar a “batalha contra as forças populares”, e seu potencial de luta encontrava-se desgastado. Os grandes proprietários de terra já não podiam mais afirmar que a reforma agrária de Castelo Branco significava a instauração do comunismo no Brasil, nem mesmo reivindicar uma política agrícola: desde o início, o Anteprojeto do Estatuto da Terra se

antecipara, incluindo tal proposta no texto – bastante minuciosa e coerente com as demandas dos representantes patronais. Claro que, se o golpe fosse originário do projeto populista, eles certamente teriam reagido de forma incomparavelmente mais violenta (Bruno, 1997:129-131).

Além disso, o governo da Nova República resgatara do Estatuto principalmente dois aspectos considerados inaceitáveis pelos grandes proprietários de terra e empresários rurais: a desapropriação como instrumento prioritário da reestruturação fundiária e a participação dos trabalhadores rurais no processo da reforma agrária. Com um agravante: não passavam despercebidos às elites rurais o fortalecimento do movimento sindical dos trabalhadores rurais e o uso, ao longo dos últimos 20 anos, do Estatuto como instrumento de luta política. Portanto, se o recurso à lei teve como objetivo angariar adesões dos grandes proprietários de terras e empresários rurais, tal não ocorreu. Exceto os setores favoráveis à reforma agrária, o governo Sarney não conseguiu a adesão para sua proposta de reforma agrária assentada no Estatuto da Terra, nem de outros setores da sociedade civil – indiferentes ou temerosos da possibilidade de um retrocesso político –, muito menos dos grandes proprietários de terra e empresários rurais.

Em terceiro lugar, vimos que, a construção de uma nova identidade de classe dos grandes proprietários de terras e empresários rurais é inseparável da ação da imprensa. Sua atuação foi determinante na disseminação da idéia de uma reforma agrária como expressão do atraso; da inviabilidade da pequena propriedade de base familiar e da defesa da agroindústria como a solução dos problemas do campo. A grande imprensa teve também um importante papel na desqualificação da Igreja progressista e na construção da imagem dos grandes proprietários de terra como os novos desbravadores.

Em quarto lugar, vimos que o embate em torno da concepção e dos mecanismos legais da reforma agrária expressos na Proposta de PNRA, sem dúvida alguma, foi essencial e teve a curto prazo um efeito imediato e eficaz para os representantes do patronato rural: não somente pôs o governo Sarney na defensiva, como também contribuiu para a construção e o reconhecimento de um conjunto de argumentações consideradas essenciais, pelos porta-vozes da grande propriedade fundiária. Ao mesmo tempo, contribuiu para a constituição de um “público” específico – base social e política da polarização –, identificado com as propostas das elites rurais e composto majoritariamente pelas classes e grupos dominantes no campo, por políticos – seus aliados mais

diretos – e pelos mais diferentes representantes do escalão do governo (ministros de Estado, políticos, juizes, delegados de polícia, assessores e técnicos, etc.).

O debate sobre os preceitos da reforma agrária expresso na grande imprensa revelou-nos como foi se conformando, junto às elites rurais, a idéia de uma reforma agrária concebida como um retorno ao passado – uma idéia retrógrada e fora do lugar. Vimos, ao longo do capítulo, como o instrumento da desapropriação enquanto sinônimo da miséria foi ganhando cada vez mais força, juntamente com o discurso sobre a incapacidade dos trabalhadores rurais e a imaturidade do governo.

Finalmente, quanto à disputa pelo controle da representação sindical patronal, é importante salientar aqui algumas questões. No decorrer dos anos subsequentes, há, paralelo a essa disputa, um processo de renovação da representação política e de classe e, ainda, um movimento de ampliação das bases sociais e políticas de sustentação do patronato rural que se expressa tanto no terreno institucional quanto no não-institucional. Cada vez mais, novos canais de representação são criados e novas alianças são construídas. Embora não apresentem a mesma eficácia política e econômica dos anos 80, garantem, sucessivamente, o perdão para as dívidas contraídas, a manutenção do perfil da estrutura fundiária e, sobretudo, a impunidade da violência.

Assistimos também a uma renovação no espaço da grande política partidária – e a bancada ruralista é o exemplo mais expressivo. Por sua vez, é importante lembrar que, diferentemente dos trabalhadores rurais sem terra, em que as lideranças mais expressivas encontram-se nos movimentos sociais e amiúde não têm acesso à grande política, os grandes proprietários de terras e empresários rurais encontram-se diretamente representados, no Congresso Nacional, através de seus melhores quadros políticos.

No entanto, a renovação da representação de classe não excluiu as antigas lideranças patronais consideradas pelos demais como “politicamente acomodadas”. Essas lideranças saíram das cúpulas e das presidências dos sindicatos patronais e foram realocadas em instâncias menores é certo, mas, como dispõem de um imenso capital político – de que nos fala Bourdieu – acumulado durante anos e conhecem os corredores informais do Estado, ainda detêm um expressivo poder de representação. Elas se consideram representantes da “boa estirpe rural”²⁰⁴. Embora não sejam afeitas à nova retórica de classe, sabem-se eficazes na defesa do monopólio fundiário e acreditam na

²⁰⁴ Entrevista com Udelson Nunes Franco e Jairo Andrade (1987)

“segurança” da lei e na “capitulação” dos tribunais que lhes garantem o direito ao monopólio da terra. Como diria um de nossos entrevistados, é de sua responsabilidade “cuidar do substantivo: *fundus, humus, miserário*”. Dos adjetivos, cuidam os outros.

De início elas não perceberam a dimensão e os desdobramentos da crise de representação nem as mudanças políticas advindas com o fim do regime militar, mas quando se viram afastadas das direções e do centro das decisões, imediatamente procuraram adaptar-se à nova situação. E, para tal, tiveram como principais aliados, não por acaso, os representantes dos grupos e megagrupos econômicos que diversificaram os seus investimentos na atividade agropecuária e apostaram na especulação fundiária. São pessoas e grupos que funcionam como “exército de reserva político” dos demais proprietários de terra e empresários rurais. Normalmente não gostam de aparecer publicamente e se consideram acima das disputas e das divergências internas, no entanto costumam ocupar assento nos Conselhos Consultivos das organizações que representam os grandes proprietários de terra e empresários rurais. Amiúde funcionam como mediadores “entre os interesses rurais e os urbanos” e procuram cultivar a boa convivência com todos, insistindo nas grandes questões nacionais e no importante papel da agricultura no fortalecimento da nação. Quando lhes convém, identificam-se publicamente com a grande propriedade fundiária, como foi o caso dos anos 80, ou nos assuntos em que a identidade rural não desfruta de boa cotação no “mercado político” (Bourdieu, 1998). E, evidentemente, omitem que as suas fazendas serviram de quartel-general para policiais e pistoleiros ou foram usadas para interrogatórios de posseiros²⁰⁵.

A disputa pela representação e pelo controle da CNA, nos anos 80, não chegou a fragilizar a velha estirpe rural nem a nova geração política “civilizada”, mas de certa forma as imobilizou e abriu espaço para o fortalecimento de um setor mais radical, defensor “intransigente” do monopólio da propriedade e orientado para a ação de massa como principal elemento conformador da iniciativa política. É o grupo considerado pelos demais como “politicamente mais radical” e representado, sobretudo, pelos grandes pecuaristas e latifundiários das regiões de conflito de terra; esse grupo, gradativamente, vai se impondo e aglutinando em torno de si os inúmeros grupos de defesa da

²⁰⁵ “Em fevereiro de 1987, sob o pretexto de garantir a paz e a tranquilidade no campo, uma operação em Paraúna e Mato Santo, distrito de São Geraldo/Xinguara(...), a Fazenda do Banco Bamerindus serviu como quartel-general para cerca de 100 soldados e pistoleiros vestidos com fardas da PM, portando fuzis e metralhadoras(...) Além disso, foram realizadas, na sede da fazenda, inúmeros interrogatórios de posseiros, sob coação (...)” In: Carta das Igrejas de Marabá, Conceição do Araguaia, Cameta e Xingú, aos Irmãos do Brasil, 02.05.1987 (mimeo) 3 pp.

propriedade informalmente criados, muitos deles sem o conhecimento e a participação formal das instâncias legais de representação, e termina por ser a referência na defesa irrestrita da propriedade e no recurso da violência explícita. Ele se apropriou a seu modo da nova retórica e suas práticas são constitutivas da construção de uma nova identidade patronal.

Veremos posteriormente, no capítulo 3 deste trabalho, que a liderança que surgiu desse embate foi Ronaldo Caiado, e não Alysson Paullineli. Por sua vez, a entidade que jogou um papel decisivo contra uma reforma agrária e as lutas por terra foi a União Democrática Ruralista (UDR), e não a CNA. Paullineli, apesar de não ter conseguido ganhar a eleição para a presidência da CNA, foi uma figura atuante na criação da Frente Agrícola da Agropecuária Brasileira (FAAB) e na Constituinte de 88 quando alinhou-se inteiramente com a UDR; teve sensibilidade para identificar a existência de uma crise de representação das estruturas patronais sindicais, mas não conseguiu perceber o “novo perfil” da grande propriedade fundiária. Seu projeto e sua posição foram politicamente derrotados e postergados. Somente nos anos 90, após a vitória política dos grandes proprietários de terra na Constituinte é que Associação Brasileira de *Agribusiness* (Abag)²⁰⁶ vai assumir e pôr em prática a proposta inicial de Paullineli e de seu grupo.

Segundo os representantes do cooperativismo empresarial, naquele momento de “plena efervescência” da transição, concentrar a luta política tão-somente na discussão sobre os mecanismos legais da reforma agrária era insuficiente porque a “guerra” localizava-se no campo, e não “nos bastidores da política”²⁰⁷. Era necessário, portanto, se reportar a outros procedimentos de ação política mais eficazes. Pela ação prática, e não apenas o “mero exercer da pressão institucional”, demandam os “radicais” e os latifundiários das regiões de conflito de terras. Para eles, o que está em jogo é a mobilização dos trabalhadores rurais sem terra e de seus mediadores, potencializada pelo anúncio da reforma agrária; bem como as ocupações de terra e a luta pela terra que se produz e se reproduz no meio rural brasileiro. É sobre isso que trataremos no próximo capítulo

²⁰⁶ A Abag foi criada em maio de 1993, numa conjuntura que anunciava a possibilidade de uma revisão constitucional. Ela irrompe no cenário político reivindicando para si algumas tarefas: elevar a agricultura ao nível estratégico, contribuir para a reconstrução de um novo pacto político do conjunto do empresariado em torno da definição de novas alternativas de desenvolvimento e formalizar um espaço próprio de representação do *agribusiness* brasileiro. (Bruno, 1997)

²⁰⁷ Entrevistas com lideranças patronais.

CAPÍTULO 3 - PROPRIEDADE E VIOLÊNCIA

“Si tienes caballo, eres caballero,
Se tienes espada, eres guerrero
Pero, se tienes tierras, ah.... eres rey”
(Dirigente Rural n.7, v. XXIV, jul.1985)

Neste capítulo procuro retratar como se expressou, na imprensa, a reação dos grandes proprietários de terra e empresários rurais diante das ações de ocupação de terras e da entrada em cena dos trabalhadores rurais sem terra, na Nova República. Procuro refletir e analisar as principais mudanças ocorridas no campo de conflito agrário e mostro que, a partir de então, há, por parte das classes e grupos dominantes no campo, tanto uma redefinição dos argumentos, até então evocados, como a reorientação de suas práticas expressa no surgimento de novas formas de organização e no aparecimento de novos porta-vozes, autorizados “a falar em nome da classe”.

Logo que têm início as primeiras ocupações de terra em Santa Catarina, entidades e representantes do patronato rural praticamente tomam de assalto a grande imprensa, exigindo do governo providências urgentes para acabar com as “invasões” de terras e neutralizar as tensões sociais nas regiões “invadidas”. Ao mesmo tempo, demandam uma maior transparência dos objetivos e estratégias do PNRA, a fim de que sejam evitados pronunciamentos oficiais “inconsistentes” sobre o assunto, e culpam o governo, a Igreja progressista e a esquerda..

Há uma maior presença, na imprensa, dos grandes proprietários latifundiários, fazendeiros e grileiros das regiões de fronteira agrícola e de conflitos fundiários, e inúmeros grupos de defesa da propriedade são criados com o objetivo de se contrapor às ocupações de terra. Nesse momento, são as lideranças das associações de defesa da propriedade, e não mais os representantes das entidades patronais - até então os principais interlocutores e mediadores junto ao governo - , que assumem a iniciativa política, estabelecendo os termos do debate e impondo um outro perfil de

ação. Rapidamente eles se transformam em porta-vozes da “classe proprietária e empresarial” no campo.

O que mais os ameaçava era a possibilidade de as ocupações de terra se transformarem no “caminho natural” para o apoio e a mobilização da sociedade em favor da reforma. Além, é claro, da conhecida intolerância a qualquer mobilização popular. Eles avaliavam e temiam que, na conjuntura de transição, setores “difusos” da sociedade civil se transformassem em participantes ativos da demanda pela reforma agrária, tornando-se, assim, “aliados potenciais” dos trabalhadores nas ocupações de terra.

Em face de uma conjuntura por eles considerada “adversa”, o discurso da competitividade e da “racionalidade produtivista” gradativamente perde espaço para a defesa do uso da violência e a necessidade de organização como as únicas medidas eficazes na “proteção” da propriedade da terra. “Os latifúndios produtivos não podem ser desarmados”, declaram¹ na imprensa. “É fundamental uma organização única e forte que represente a todos”, anunciam os presidentes dos grupos de defesa da propriedade, recém-criados. “Pela destituição dos pelegos e dos que se acomodaram no poder”, reivindicam as lideranças patronais rurais emergentes. Muitos criticam a inoperância do discurso conciliador assumido pela SRB e argumentam que as negociações até então empreendidas junto ao governo foram ineficazes na garantia do direito de propriedade. Mais importante que debater os termos do PNRA é o agir “imediato e certo” contra os sem-terra, seus verdadeiros adversários, anunciam.

Mostro também que, nesse momento, a construção da identidade patronal e a garantia da dominação se dão, sobretudo, por meio da defesa da violência e da centralidade da propriedade como condições da reprodução de classe dos grandes proprietários de terras e dos empresários rurais no Brasil.

Indico ainda que os dominantes do campo se fortaleceram politicamente porque contaram com o apoio da classe política e da grande imprensa e a com a fragilidade do governo. Em nosso trabalho fica evidente que a força dos proprietários não se reduz tão-somente aos seus inúmeros mecanismos de poder e de dominação. Consciente ou inconscientemente, diversos setores da sociedade brasileira de certa forma os respaldaram, os protegeram e os legitimaram, seja por temerem um retrocesso político ou por omissão, seja porque consideraram que essa luta não lhes concernia, seja, ainda, devido a valores comuns, partilhados.

¹ JB, 06.06.85. Fazendeiros levam a Samey crítica à reforma agrária.

A postura do governo da Nova República, na imprensa, foi a de condenar duramente as “invasões” e os “invasores”, classificando-as como ilegais e os ameaçando com o Código Civil. Ante a virulência da reação patronal, Sarney e seus colaboradores mais próximos – cada vez mais defensivos, apaziguadores e conciliadores – pedem desculpas à sociedade e às elites rurais pelos equívocos e mal-entendidos das declarações oficiais e ambigüidades da Proposta de PNRA, empenham-se em acalmar os ânimos das lideranças patronais rurais, garantindo-lhes, mais uma vez, que o “direito de propriedade será respeitado a qualquer custo”, e imediatamente acenam com a possibilidade de prorrogação do prazo para discussão do PNRA.

E a grande imprensa redescobre o Brasil dos conflitos de terra, da violência e dos massacres. Uma realidade há muito conhecida dos trabalhadores rurais, mas que só agora ganha maior visibilidade. Os jornais alternam comiseração, medo e admiração, com as ações dos trabalhadores rurais sem terra. “Todo cuidado é pouco!”, enunciam. O que não os impede de transformar as ocupações de terra em um grande espetáculo.

Como desdobramento desse processo assistimos, já no primeiro ano da Nova República à constituição da União Democrática Ruralista (UDR).

3.1. Uma barraca de lona preta

“Na madrugada de domingo, dia 28 de maio, mais de mil famílias de agricultores sem terra aproveitaram o grande tráfego de veículos pela estrada onde se realizava a festa de N. S. do Caravaggio, passaram despercebidas em dezenas de caminhões e ônibus fretados e invadiram a fazenda de 50 mil hectares da viúva Anair Motta, em Abelardo Luz (SC). No mesmo dia, cem pessoas ocuparam a propriedade do empresário Olívio Conti, em Mondai (SC), e outras quinhentas, os 500 hectares de Henrique Bragnolo, em Romalandia. Em São Miguel do Oeste, foram invadidas as fazendas de Alvino Moser e Ernesto Gill, e seiscentas pessoas se instalaram nas duas”, anuncia a FSP².

As ocupações de terra nos estados de Santa Catarina e Paraná são a primeira manifestação política de peso dos trabalhadores rurais sem terra durante o governo da Nova República e se constituem no divisor de águas no debate sobre a reforma agrária e as lutas por terra nos anos 80. As ocupações de terra trouxeram para o cenário político e para as páginas dos jornais os trabalhadores rurais sem terra, suas reivindicações e a especificidade de sua ação política. Elas também explicitam, de um outro modo, o retrato da exclusão social e da concentração fundiária e a natureza e ineficácia da política fundiária, permitindo-nos apreender novos contornos do confronto

entre trabalhadores rurais e grandes proprietários de terra, além de anunciar novos processo sociais e políticos em gestação no campo.

As ocupações de terra não são um fenômeno exclusivo da Nova República, elas remontam aos anos 50 com o movimento das Ligas Camponesas e a bandeira de uma reforma agrária “na lei ou na marra” (Martins,1981²; Medeiros,1989)³. No final dos anos 70, várias são as ações de ocupação, em especial nos estados do Sul e Sudeste – regiões em que o Movimento dos Sem Terra estava se constituindo⁴ –, contradizendo, assim, as análises que anunciavam o fim da questão fundiária nessas regiões. Como assinala Leonilde, “nos anos 70, a maioria das avaliações indicava que a luta pela terra já não teria mais sentido nos estados que haviam passado por um intenso processo de modernização, pois a questão da propriedade estaria resolvida. São Paulo, inclusive, era apontado como o exemplo de modernização acabada e que teria gerado o bóia-fria” (Medeiros, 2001).

Entretanto, na Nova República, as ações de ocupação expressam uma nova dinâmica⁵ e significação. De uma perspectiva mais imediata, “foi a maneira encontrada pelos trabalhadores para pressionar o governo e apressar a reforma agrária tão esperada e nunca realizada”, declara um dos acampados à imprensa. De uma perspectiva mais geral, elas transcendem o momento e a conjuntura dos anos 80 e instituem novas práticas e novas formas de luta pela terra e por uma reforma agrária, que não estavam dadas *a priori* e que foram se estruturando juntamente com as ocupações de terra. Ao mesmo tempo em que contribuem para o constituição dos trabalhadores

² FSP,01.06.85. Governo de SC teme conflitos.

³ Em 1960, a tentativa de despejo de posseiro sem uma área de 1.600 hectares no município Encruzilhada Natalino (RS) resultou na criação do Movimento dos Agricultura Sem Terra (Master). “No início de 1962, os Sem Terra iniciaram a forma de luta que mais os caracterizaria: acampamentos no perímetro de latifúndios improdutivos, previamente escolhidos. Feito o acampamento, pediam desapropriação do imóvel com base na Constituição estadual, que estipulava que o Estado combaterá a propriedade improdutiva, por meio da tributação especial ou mediante desapropriação. O primeiro desses acampamentos foi em Sarandi. (...) A partir daí, vários acampamentos surgiram, em diversos municípios, tais como Camaquã, Santa Maria, Caçapava, Itaporã, Sapucaia, Alegrete, São Francisco de Assis e outros”. Ainda no início dos anos 60, no Estado do Rio, “a resistência aos grileiros começou a se fazer também com o recurso às armas e à ocupação de terras. O primeiro caso de resistência armada à investida dos grileiros deu-se na fazenda São Lourenço, no município de Duque de Caxias. Depois de ter recorrido à justiça e perdido o pedido de embargo de despejo, os posseiros passaram a resistir à ação policial, fechando a área que ocuparam (...)No final de 1963 ocorreram duas ocupações de terra em Cachoeiras de Macacu, e os trabalhadores também se prepararam para resistir. No entanto acabaram sendo despejados por um contingente de soldados armados de metralhadoras. E em abril de 1963 deu-se uma das ações mais ousadas dos trabalhadores rurais fluminenses: a ocupação das terras do Imbé” (Medeiros,1989:67-68).

⁴ Sobre o assunto, ver especialmente: Medeiros (1989,1997,2001); Gryzbowsky, (1987); Pessoa (2000); Martins (2000); Fernandes (1999); Caldart (1999); Navarro (1997,2001).

⁵ Para Medeiros, a nova dinâmica decorre, por um lado, à ineficácia do método contaguiano de luta por terra e, de outro, à ação da Igreja e a uma certa eficácia das ações e conflitos que levaram o governo Figueiredo a fazer várias desapropriações.

rurais sem-terra como atores políticos e o fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é herdeiro de uma história de luta pela terra e pela reforma agrária, uma história de insurgência e de resistência (Martins,1981^a; Novaes,1997; Medeiros,1989 e 2001^a). Entretanto, apresenta algumas especificidades. A emergência dos sem terra, diz Medeiros:

“É fruto de um processo de pauperização ou expropriação de segmentos de trabalhadores que antes tinham acesso à terra na condição de pequenos proprietários ou arrendatários. (...) Passando a demandar terra na sua região de origem e negando-se a se inserir nos projetos de colonização aberto, durante o regime militar, nas áreas de fronteira, num primeiro momento suas lutas estiveram intimamente articuladas à criação das ‘oposições’ sindicais. Aos poucos, no entanto, constituíram-se num movimento com perfil próprio que questionava não só a ação sindical relacionada às questões fundiárias, como também a estrutura organizativa do sindicalismo. Transformaram as ocupações e acampamentos em estratégia para criar fatos políticos e ver suas demandas atendidas. Sob essa ótica, a reforma agrária, bandeira que foi o cimento da construção da identidade ‘trabalhador rural’ pela Contag, foi aos poucos sendo socialmente identificada com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), produtor de uma nova identidade política (‘sem terra’) e que, através de suas ações, passou a impulsionar desapropriações e assentamentos”(Medeiros,2001^a :6).

Caldart tem razão ao afirmar que é o próprio “jeito de ser” do Movimento dos Sem-Terra que “incomoda mais” as elites e ao governo. Diz a autora:

“O MST incomoda não somente porque traz de volta ao cenário político a questão agrária, que é um problema secular no Brasil. A impressão é de que o seu próprio jeito de ser é o que incomoda mais: suas ações, mas principalmente, os personagens que faz entrar em cena, e os valores que estes personagens encarnam e expressam em suas ações, sua postura, sua identidade, e que podem aos poucos espalhar-se e constituir outros sujeitos, sustentar outras lutas. (...) Por isso, para determinadas pessoas, o MST aparece como uma verdadeira praga a ser exterminada, um incômodo para o governo e para as elites em geral, tenham elas ou não um vínculo direto com o latifúndio” (Caldart,2000:20).

Nesse momento, são as famílias de sem-terra acampadas que, juntamente com os representantes das Comissões de Negociação dos assentamentos se fazem presentes nas páginas dos jornais e se transformam em atores políticos: eles defendem a realização “imediata” de uma reforma agrária; reafirmam a importância da “organização” e da “luta” como principais instrumentos de acesso à terra e como condição para a eficácia das ocupações; tornam público o estoque de terras improdutivas existente nas regiões de ocupação e no país; exigem a liberação de

uma área para o plantio coletivo, assistência médica, alimentação e segurança; mostram-se indignados com a violência do latifúndio e relatam as arbitrariedades da polícia nos acampamentos. Enfim, buscam o seu reconhecimento político⁶.

Ocupar significa um instrumento de pressão e a garantia de serem “ouvidos pelas autoridades”. No Paraná, informa a FSP, os acampados deram um prazo ao governo para que suas reivindicações fossem atendidas e “prometeram que, se isso não ocorrer, invadirão as propriedades privadas”⁷. Em Lafaiete Pereira (SP), um dos líderes do movimento “admite que poderão ocorrer novas ocupações de posseiros, desempregados e bóias-frias se o problema fundiário do Pontal não for resolvido logo”⁸. Em Santa Catarina, um representante da comissão de acampados declarou à imprensa que “se o governo não ouvir as suas reivindicações eles serão obrigados a invadir novas áreas”⁹.

O próprio ato de ocupar exige dos trabalhadores rurais uma postura de negociação e de pressão perante o governo. Entretanto, as negociações são particularmente difíceis e as Comissões de Acampados nem sempre conseguem efetivar suas reivindicações. Em várias situações os trabalhadores sem terra acampados não encontram outra saída senão recuar, como freqüentemente ocorreu no Paraná, por exemplo, e “decidem” não mais exigir uma área para o plantio coletivo ou “desistem das invasões como haviam prometido”, em troca da ampliação do prazo de negociação¹⁰.

Há, ainda, a preocupação com a identificação das propriedades improdutivas passíveis de desapropriação e o levantamento do estoque de terras disponíveis. As Comissões de Acampados procuram também levantar os conflitos de terra existentes, os despejos efetuados e o número de famílias de sem-terra existentes na região. São práticas que contribuem para revelar o retrato da concentração fundiária e a ineficácia da política governamental.

Uma das expressões do “modo de ser” dos sem-terra é a recuperação dos símbolos religiosos e da liturgia católica como constitutiva da luta pela terra. Os trabalhadores, como de resto todos os grupos sociais, carregam consigo sua vida privada, suas crenças, suas concepções de vida

⁶ Segundo Palmeira: “Se há alguma coisa que aproxime as lutas camponesas em seus diferentes lugares e épocas históricas é justamente o seu caráter de luta pela cidadania, isto é, pelo seu reconhecimento político (...) Ser camponês não significa simplesmente viver fora do aglomerado urbano, mas antes de mais nada viver fora das *civitas*, da cidade política” apud Novaes, 1997:83. E para Medeiros, “os acampamentos, ocupações de terra e de canteiros de obras em áreas de projetos hidrelétricos, ‘empates’, ‘romarias da terra’, marchas em direção ‘as grandes cidades para pressionar os centros de onde emanam decisões cruciais, foram situações de afirmação desses segmentos” (Medeiros, 2001^a:14)

⁷ FSP, 13.07.85. Mil famílias já estão acampadas no Paraná.

⁸ JB, 02.06.85. Contag soma 474 mil envolvidos em 923 lutas por terra.

⁹ JB, 02.06.85. Contag soma 474 mil envolvidos em 923 lutas por terra.

¹⁰ OESP, 16.07.85 Acampados vão a Richa: pressão cresce.

(Novaes,1997). O relato do JB sobre a procissão realizada pelos sem-terra acampados em Annoni (RS), em dezembro de 1985, retrata bem essa nova configuração social dos movimentos sociais e das lutas pela terra no campo, nos anos 80:

Carregando tochas, feitas de taquaras com um pano embebido em álcool e entoando cânticos religiosos e canções de Natal, as 2 mil 500 famílias de sem-terra acampadas na Fazenda Annoni, em Sarandi, desde outubro, realizaram na noite de ano uma procissão liderada pelo pároco de Ronda Alta, padre Arnildo Fritzen e rezaram pela conquista da terra prometida. A procissão percorreu 3 km até a cruz, localizada no centro da área envolvida por tiras de pano simbolizando as mortes ocorridas em Ronda Alta, e ali foi montado um palanque para servir de tribuna livre dos colonos. O Padre Arnildo Fritzen, pároco de Ronda Alta pediu que todos pegassem um pouco de terra daquele chão, para que fossem abençoados por ele. Após a benção e a celebração da missa os colonos rezaram pedindo que a união e a sua organização sejam premiadas com um pedaço de terra digno para poderem cultivar e dele sobreviverem. Cada agricultor levou para sua barraca o torrão de terra abençoado ¹¹.

Uma de suas primeiras reivindicações é a liberação de áreas próximas aos acampamentos para o plantio coletivo. No sudoeste do Paraná os trabalhadores sem terra reivindicaram a liberação de 3 mil alqueires para plantar, argumentando na imprensa que “as famílias só têm alimentos para mais 40 dias e precisam plantar para garantir a sua sobrevivência até a transferência para os reassentamentos definitivos”¹². Cultivar a terra torna-se uma questão política: “se a comida terminar e não tivermos perspectiva de atendimento das propostas, nós, os líderes do acampamento, não conseguiremos controlar o pessoal”, diz um dos representantes dos acampados na imprensa.

Segundo Martins, “o campesinato, especialmente os acampados e os assentados dos programas de reforma agrária, dirigidos ou não pelo MST, age em defesa de valores do conservadorismo clássico: terra, trabalho, família, religião e comunidade”. Ainda segundo esse autor, tal defesa constitui “o cerne de sua utopia e justifica sua luta pela terra de trabalho”¹³ (Martins,2000). Contudo, é importante ressaltar que, nos anos 80, os trabalhadores rurais sem terra em confronto com os grandes proprietários e ao pressionar o governo da Nova República, explicitaram – através de suas demandas, de suas reivindicações e de sua ação – outras dimensões do conservadorismo clássico, opostas e contrárias ao conservadorismo patronal, também clássico e até então hegemônico na grande

¹¹ JB,02.01.86. Acampados fazem procissão.

¹² FSP,13.07.85. Mil famílias já estão acampadas no Paraná.

¹³ Haveria, segundo Martins, um desencontro entre “o projeto revolucionário dos militantes das agências de mediação da reforma agrária” e o projeto “conservador implícito na efetiva luta e na esperança utópica dos trabalhadores nela envolvidos” (Martins, 2000).

imprensa. “Terra”, “trabalho”, “família” “religião” e “comunidade” assumiram novas significações: não mais o direito absoluto sobre a terra – absoluto e restrito às elites – e sim o direito de todos; não mais a família como expressão do direito de herança ou perpetuadora de *habitus* de dominação, e sim como elemento de construção de uma identidade social, econômica e política e condição de reprodução. Enfim, não mais a permanência e a perpetuação do *status quo*, e sim a necessidade de mudança.

A presença política dos trabalhadores rurais sem terra trouxe consigo novos “signos” e novas significações à luta pela terra. Signos estes, como diria Sahlins, cujo sentido é definido por suas relações de contraste com outros signos do sistema, e, contudo, só é “completo” e somente expressa o seu “sentido coletivo” na sociedade como um todo (Sahlins, 1990). Sob esse prisma, ao discurso patronal dominante na imprensa, sobre o direito ao monopólio da propriedade da terra, vem se contrapor a fala de Valdemir José Vieira, “lavrador e sem-terra”, acampado há quatro meses junto com mais 450 famílias em Planalto do Sul, em Teodoro Sampaio (SP), quando alerta: “Logo, logo, a gente vai pular a cerca porque pobre é cachorro de rico. Trabalhei a vida inteira na roça para encher a barriga de tubarão. Nunca tive uma terra. Agora, mesmo velho, quero um pedaço. Se sair a terra e eu tiver vivo vou plantar, mesmo que seja somente abóbora¹⁴. Cenira Maria dos Santos, também “sem-terra” e “acampada”, que participou, juntamente com seus 10 filhos, “de uma invasão, em maio de 85, na região”, diz com esperança: “Estamos rezando para Deus iluminar o Sarney. A gente está sofrendo demais. Se a desapropriação sair logo vai dar para gente plantar um pouco de feijão e umas remas de mandioca ainda este ano¹⁵.”

Ao argumento sobre a incapacidade dos trabalhadores de elaborar uma avaliação sobre a sua situação, vem se somar a reflexão de Augusto Rodrigues, acampado e ex-arrendatário no oeste catarinense, quando afirma que “o que une este povo e faz ele enfrentar toda essa provação é a força da miséria. São as péssimas condições de arrendamento: uma terrinha pouca, a produção pouco dando para comer e ainda tem que pagar em arrendamento 20% do que é colhido”. Ele tem esperança de conseguir um “pedaço definitivo de terra” e diz que o último lugar onde arrendou “não era muito melhor do que esta barraca do acampamento”¹⁶. Olívio Brunetto, um dos líderes dos “posseiros” de Abelardo Luz, confirma que o arrendamento na região é uma exploração e diz que “o movimento dos sem-terra começou a assumir dimensões atuais há 15 dias, depois que os

¹⁴ Afinal, 25.02.86 Guerra à vista (Angelo Filiage).

¹⁵ Afinal, 25.02.86 Guerra à vista (Angelo Filiage).

¹⁶ FSP, 09.06.85. Os sem-terra ainda ocupam fazendas em Santa Catarina.

grandes proprietários passaram a não renovar os contratos de arrendamento de suas terras, com receio da reforma agrária que o governo federal vem anunciando”¹⁷. Para Antônio Soares, antigo peão da fazenda, o movimento é resultado “da fome e da organização do povo que decidiu fazer essas ocupações para forçar o governo a parar de enrolar a gente e fazer distribuição de terras para quem trabalha”¹⁸. Isabel, está no acampamento porque há anos “andava vagando pelo norte do RS e pelo Oeste de SC e já não agüentava mais”¹⁹. E Alcides Bartolli, juntamente com os seus três filhos, declara ao jornal que vai permanecer no acampamento e “se recusa a ir morrer de malária lá no Norte!”²⁰.

Quando o tema é a violência, acampados, lideranças dos sem-terra e presidentes de sindicatos rurais das regiões de conflito frequentemente se unem para denunciar, na imprensa, as ameaças de morte que vêm sofrendo por parte dos latifundiários de suas regiões. Em meados de setembro, Odacir Vicente Sapieginski, um dos líderes do movimento e presidente do STR de Planalto (PR), declara à FSP que foi ameaçado de morte por representantes dos fazendeiros da região²¹. Ao passo que em Santa Catarina, os acampados, temerosos com a possibilidade de represálias por parte dos fazendeiros da região, resolveram “se cercar de um improvisado esquema de segurança, evitam identificar-se e falam muito pouco com os “jornalistas estranhos”²².

Não por acaso os “sem-terra” e seus mediadores imediatamente se transformam em principais inimigos dos grandes proprietários e de suas elites. Entretanto, o modo como eles emergiram no cenário político, reivindicando, juntamente com o direito à terra, a possibilidade de satisfazer as necessidades as mais elementares – como, por exemplo, plantar para obter alimentos, água e agasalhos para o frio que se avizinhava, assistência médica e remédios – , bem como a forma como se apresentavam à sociedade – com seus pertences, suas mulheres e crianças, “muitas crianças, numa rotina barulhenta e movimentada” – impôs limites à retórica patronal na grande imprensa. O máximo que os seus porta-vozes conseguiam argumentar foi o uso político da miséria exposta ao público e a manipulação dos trabalhadores por parte da Igreja, ao mesmo tempo em que pressionavam o governo para “acabar de vez” com as “invasões” de terra. O que não os impedia

¹⁷ FSP, 09.06.85. Os sem-terra ainda ocupam fazendas em Santa Catarina.

¹⁸ FSP, 09.06.85. Os sem-terra ainda ocupam fazendas em Santa Catarina.

¹⁹ FSP, 09.06.85. Os sem-terra ainda ocupam fazendas em Santa Catarina.

²⁰ FSP, 09.06.85. Os sem-terra ainda ocupam fazendas em Santa Catarina.

²¹ FSP, 13.07.85 Mil famílias já estão acampadas no Paraná.

²² FSP, 09.06.85. Os sem-terra ainda ocupam fazendas em Santa Catarina.

de, na prática, como veremos mais adiante, intensificar a violência e prepararem-se para uma nova ofensiva.

A presença dos mediadores junto aos trabalhadores rurais sem-terra, apesar de conformarem espaços sociais distintos, foi fundamental, tanto para dar uma maior visibilidade às ocupações, como para fazer frente às pressões dos proprietários. Os mediadores foram presença atuante nas negociações com o Estado, além de, em muitas regiões, potencializarem o apoio da população e dos grupos comunitários locais. Por exemplo, a Igreja emprestou a linguagem para a construção conjunta de símbolos e a reafirmação de determinados valores diretamente ligados à noção de direitos (Novaes, 1997). O discurso religioso, relendo a Bíblia, legitima a luta pela terra e àqueles que nela se envolvem, diz Medeiros ao comentar sobre o assunto. Vale destacar também a atuação dos párocos e vigários, e das lideranças comunitárias, como um dos principais fatores para a aceitação dos acampados pela população local. Em Abelardo Luz, foi grande o peso das lideranças comunitárias, que funcionou como “ponte” entre os acampados e a população.

Contudo, a experiência das ocupações de terra e os acampamentos também refletem o difícil aprendizado de partilhar e implementar novas práticas opostas a uma cultura fundada no egoísmo e nas relações de opressão. As tensões e precariedades existentes se, de um lado, os incentivaram à solidariedade, de outro, potencializaram as disputas pessoais, o “cada um por si” e os egoísmos. As comissões então eleitas para cuidar da infra-estrutura, por uma série de motivos, inclusive de ordem pessoal, afetiva, de identidade política ou de parentesco, nem sempre “deram certo” ou cumpriram a contento com as suas funções. Segundo o depoimento de um acampado em Planalto do Sul, “há muita gente insatisfeita com a comissão na distribuição de alimentos e muitos produtos são desviados para outras pessoas, gente não cadastrada, enquanto os acampados estão passando fome”²³. Outros proibiam a “entrada de mais gente nos acampamentos” com medo de não serem contemplados na distribuição dos lotes, dos alimentos, medicamentos e água. Mas, em inúmeras situações, passado o “susto” inicial, os que proibiram foram os primeiros a procurar uma nova área para os novos sem-terra²⁴. Além disso, o fato de existir, entre os acampados, um grupo organizado (MST) inevitavelmente instaurou uma certa diferenciação política que se desdobrou em

²³ A final, 25.02.86 Guerra à vista (Angelo Filiage).

²⁴ Em junho de 2001, tive oportunidade de entrevistar alguns antigos acampados de Abelardo Luz (SC). E a primeira coisa que eles espontaneamente falaram foi a imensa dificuldade de, naquela conjuntura, “aprenderem a pensar nos outros”. “- De manhã, todos acordavam unidos, à noite era briga para não acabar mais”, disse-me um dos entrevistados. Mesmo assim, eles sentem saudades daquele tempo de “união e briga em cima de um sonho”. Um deles

limitações, interdições e privilégios tanto no interior dos acampamentos e assentamentos como nas ações de ocupação. Gradativamente a importância da organização como instrumento de luta passa, inevitavelmente, também a significar o privilégio de quem é organizado em detrimento de quem não o é.

A existência de acampamentos e assentamentos rurais produziu alguns desdobramentos políticos mais imediatos. Além de dar maior visibilidade à luta pela terra, transformou-se em uma questão para o Estado (Offe, 1984) obrigando os governos Estaduais e Federal a apressar a implementação de medidas de curto prazo. O governador Richa declara à FSP, que “pela primeira vez depois de tantos anos, o governo do Paraná vai tentar resolver com a maior rapidez possível os problemas dos trabalhadores rurais sem terra”²⁵. Há também, por parte do governo Federal, uma intensificação no levantamento das terras ociosas, em cada estado, para elaboração de planos regionais.

E, apesar de críticos ao Estatuto da Terra, por considerá-lo defasado, transformam-no em instrumento imediato de luta, quer respaldando a demanda pela desapropriação das terras ocupadas, quer como parâmetro legal na definição de latifúndio.

As ações de ocupação se desdobraram nos anos subseqüentes juntamente com o fortalecimento político dos grandes proprietários de terra. No início de 1986, a grande imprensa noticia que, em Santa Catarina, 80 famílias agricultores sem terra de Irani invadiram área de 515 hectares, no entroncamento das BR 282 e 153, desapropriada pelo Sarney para fins de reforma agrária. A área estava destinada pelo Incra para outras famílias sem terra, invasores em Abelardo Luz, que aguardavam novas áreas para reassentamento²⁶. No mesmo ano, em Igarassu, na Zona de Mata de Pernambuco, 45 famílias “pertencentes ao movimento dos sem-terra, numa iniciativa conjunta com a Fetag e a Igreja que trabalham juntas há muito tempo”, ocuparam 4.500 hectares das terras do Engenho Pitanga, do grupo Lundgren. As famílias armaram suas barracas no local e não querem deixar a área. Nas trilhas improvisadas dentro da mata recém-abertas elas já colocaram placas com nomes dos seus padrinhos e a maior trilha tem o nome de Rua João Paulo II²⁷. Em São Paulo, no

ao finalizar a entrevista falou-me que havia “acordado sem graça do mundo” mas ao relatar aqueles tempos “tinha aquecido a alma”.

²⁵ FSP, 03.06.85. Proprietários invadem áreas no Paraná (Cláudio Lachini).

²⁶ JB, 08.01.86. Invasores ocupam área destinada a outros

²⁷ A final, 25.02.86. Para a Igreja, uma questão de conversão.

município de Teodoro Sampaio, as ocupações de terra de Tucano e Roseana “semearam” mais oito invasões²⁸.

Nesse processo, gradativamente há tendência a um fechamento crescente dos acampados e assentados face à sociedade. Se em um primeiro momento, eles buscaram o apoio das populações locais, incentivaram a presença de políticos e da imprensa nos acampamentos, interpelaram e pressionaram os governos e as autoridades e anunciaram cotidianamente as propostas e objetivos políticos. Num segundo momento, tornaram-se mais desconfiados com os acordos e negociações e com a imprensa e procuram proteger-se. Apesar de mais seletivos, entretanto, permanecem as ações de ocupação de terras e a prioridade pela organização dos trabalhadores rurais sem terra. O relato do JB sobre o acampamento de Marmeleiro, no Paraná, explicita bem a situação.

“Na madrugada de domingo, dia 22 de dezembro, as 450 famílias do acampamento de Marmeleiro, instaladas à beira da estrada, em terras pertencentes ao DER (portanto, públicas), caminharam menos de um quilômetro para concretizar a ameaça que vinham fazendo há quase seis meses. Invadiram e montaram suas barracas na Fazenda Perseverança, que pertence a Assis Bandeira, presidente da Sociedade Rural do Sudoeste, fundada especialmente para combater invasões de terras. Marmeleiro agia em conjunto com outras 400 famílias dos acampamentos de Salto do Lontra e Santa Helena que, ao mesmo tempo, invadiram também duas fazendas no Sudoeste do Paraná.(...) Quem passa pela estrada que leva a Marmeleiro não percebe nada. É preciso entrar na mata, prestar atenção, para descobrir, quase de repente, uma barraca de lona preta escondida entre as árvores. E, se for permitido, basta andar um pouco mais para se deparar, quase como um choque, com outras centenas de barracas, um intenso movimento de homens, mulheres e crianças, muitas crianças, numa rotina barulhenta e movimentada. É o acampamento de Marmeleiro, aqui e ali um homem caminha atento, observando a mata e a estrada. É o sentinela. Mais 12 homens reunidos num círculo discutiam, na última quinta-feira, como reagir diante da possibilidade, quase certeza, de a Polícia Militar despejar os acampados.(...) Todas as famílias sabem que não poderão resistir à ação da Polícia Militar, quando a ordem de despejo for determinada. Não existem armas, a polícia tem a força e as crianças precisam ser protegidas. O fato de passarem o Natal e, quem sabe, mais alguns dias nas terras de Assis Bandeira e ainda negociar com o governo é uma grande vitória. ‘- Quando a polícia voltar as costas, depois do despejo, estaremos na fazenda de novo’, promete Ney Speroto, um dos líderes dos sem-terra. Um detalhe aparentemente insignificante mostra que todos os equipamentos, desde panelas até bancos de madeira, foram numerados cuidadosamente. Ninguém quer perder nada depois que a polícia for embora. Tudo será montado como antes”²⁹.

²⁸ Afinal, 25.02.86. Para a Igreja, uma questão de conversão.

²⁹ JB, 22.12.85. Acampamento de Marmeleiro é maior problema de Richa.

3.2. “Se o problema é imolar vidas, que comecemos logo”³⁰

O lançamento da Proposta de PNRA no IV Congresso da Contag teve, sem dúvida, uma grande influência na mobilização patronal dos anos 80. Entretanto, foram as ocupações de terra e a constituição dos trabalhadores rurais sem terra em atores políticos que mais contribuíram para a radicalização da ação patronal e a mudança do discurso dos grandes proprietários de terras e empresários rurais. Um discurso e uma prática cada vez mais pautados na centralidade da propriedade e na violência e que passaram a fazer parte do cerne do jogo político e dos confrontos de classe

Nesse contexto, o lema *em defesa da propriedade* é exaustivamente divulgado e se transforma em emblema da reação dos proprietários. Ele aparece em quase todos os pronunciamentos públicos; dá nome à maioria das novas associações; está presente na seção de cartas do leitor e converte-se em chamamento à luta. *Em defesa da propriedade* também manifesta (e encobre) o poder e os impasses da grande propriedade; funda a necessidade de um maior reconhecimento social; expressa interesses políticos mais amplos, além de aparecer como elemento potencialmente revelador das relações tradicionais, e da violência e de uma situação em que a própria desigualdade, na maioria das vezes, se encontra institucionalizada pela existência de privilégios explícitos.

Box 1 - Principais porta-vozes patronais*

Assis Bandeira	Gaúcho e pioneiro. Dono de 10 mil alqueires de reflorestamento e pastagem em Marmeleiro, PR.
Fausto Ribeiro Marques	Grande proprietário de terra e fazendeiro no Sul do Pará.
Valy Albrech	Gaúcho e grande fazendeiro de Carazinho(SC)
Tasso Jobim	Grande fazendeiro e gaúcho de Cruz Alta
Carmem Doria Gondim	Fazendeira, dona de mais de 700 hectares em Abelardo Luz (SC)
Ary Marimon	Presidente da Farsul
Geraldo Andrade de Carvalho	Associação dos Empresários da Amazônia AEA. Grande proprietário de terra na Amazônia
Roberto Aluisio Paranhos	Presidente da Associação dos Empresários da Amazônia
João Eudes	Associação dos Fornecedores de Cana de Alagoas
Silvio Carneiro Leão	Presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana de PE
Salim Chedid	Fazendeiro, dono da Cia. Industrial do Brasil -PA
Luiz Carlos Silva Lima	Presidente da Associação dos Fazendeiros do Xingú
Plínio Vidigal Xavier da Silva	Sindicato Rural de Cuiabá e membro da TFP
Antonio José de Souza	Dono da fazenda São Pedro em Uná-MG
Fernando Menezes	Herdeiro de muitas fazendas, sendo uma de 7 mil hectares no Xingú, MT avaliada em 650 milhões de cruzeiros.

³⁰ Declaração de João Eudes, da Associação dos Fornecedores de Cana de Alagoas, ao JB em 07.01.86.

Fernando Demário dos Santos	Fazendeiro de Araçatuba-MG
Presidente	Cooperativa Agrícola do Brasil Central
João Almeida	Fazenda Surubim em Conceição do Araguaia-PA
José Bonfim	Fazendeiro de Imperatriz-MA
Telmo Rosset	Fazendeiro de Anápolis-GO
Pedro Aparecido Dotto	Grande fazendeiro, possui 2.360.209 ha no Acre
Flávio Derzi	Associação dos Criadores do Mato Grosso
Edvaldo José da Silva	Federação da Agricultura do Mato Grosso
Paulo Serroni	Presidente da Federação da Agricultura de Goiás
Presidente	Sindicato Rural de Pompeia-SP
Jaime Bicas de Freitas	Federação das Cooperativas de Carne-RS
Fernando Menezes	Herdeiro de grandes fazendas em Araçatuba
Arnaldo Silva Leão	Grande fazendeiro e criador em Andradina-SP
Serafim Tiacianelli	Associação dos Proprietários Rurais do CO do MT-MT
João Santos	Usina Santa Teresa-PE
Paulo Coelho	Faesp
Ernesto de Salvo	Faemg
Olacyr de Moraes	Rei da Soja
Flávio Brito	CNA
Flávio Menezes	SRB
Roberto Rodrigues	OCB
Hilário Lunardelli	Investidor paulista com interesses fundiários no PA-PA

*por ordem de frequência na imprensa

A partir das ocupações de terra, quem se pronuncia na imprensa, exigindo do governo que sejam tomadas providências urgentes para acabar com as “invasões” e conclamando a todos a “organizar-se, para melhor resistir”, não são mais as direções das tradicionais entidades patronais nem os representantes do setor agroindustrial, e, sim, os grandes fazendeiros das regiões Sul e Sudeste – estados onde o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra estava se constituindo juntamente com as ocupações e os conflitos de terra. Quem desponta falando “em nome dos proprietários” são figuras como Assis Bandeira, “um gaúcho e pioneiro, dono de 2 mil alqueires de reflorestamento e pastagem”³¹, Ou então são os presidentes das associações de defesa da propriedade recentemente criadas, pessoas como Tasso Jobim e Valy Albrech, “grandes fazendeiros e gaúchos”, ou Carmem Doria Gondim, “fazendeira, dona de 10 mil alqueires em São José do Bom Retiro, em Abelardo Luz (SC)”.

Também ocupam as páginas dos jornais os fazendeiros do Pará, Amazonas, Maranhão, Goiás e Minas Gerais – regiões de fronteira agrícola marcadas por intensos conflitos de terra³². Fausto Ribeiro Marques, Geraldo Andrade de Carvalho e Salim Chedid, latifundiários do Pará, são

³¹ JB, 08.06.85. Fazendeiros no Paraná fazem pacto de defesa.

os personagens mais assíduos, além de grandes proprietários das regiões de Araçatuba e Unai (MG), Imperatriz (MA) e Anápolis (GO) e Hilário Lunardelli, preocupado em conter “a crescente onda de invasões de propriedades no estado do PA”³³.

Os usineiros do Nordeste ressurgem com maior força, desta feita aliados aos fornecedores de cana - categorias sociais historicamente em disputa, “que finalmente se unem contra as invasões de terras” diz o JB³⁴. João Eudes, da Associação dos Fornecedores de Cana de Alagoas, é o mais presente na imprensa e também o mais radical.

Por último, os porta-vozes das tradicionais entidades de classe que até então haviam ocupado a mídia como representantes dos proprietários e empresários rurais, como, por exemplo, Flávio Menezes (SRB), Flávio Brito (SNA), Ernesto de Salvo (Faemg), Ari Marimon, (Farsul), Roberto Rodrigues (OCB), além de Olacyr de Moraes e Roger Ian Wright, da Adubos Trevo, encontram-se todos quase sempre na retaguarda, aprovando e apoiando as ações e declarações de seus novos parceiros.

Nesse momento, inúmeras organizações patronais rurais são criadas em defesa da propriedade e contra as “invasões” de terra. Várias dessas associações já existiam nos anos 80 mas, após o IV Contag, adquiriram maior visibilidade; outras se constituíram como desdobramento do Congresso. No entanto, a sua rápida expansão deveu-se, sobretudo, ao movimento de ocupações de terras. Em nome da necessidade de organização para “defender-se dos sem-terra e da reforma agrária”, os grandes proprietários aproveitaram-se da conjuntura para legitimar e institucionalizar uma realidade que já vinha ocorrendo pelo menos desde a segunda metade dos anos 70 com o agravamento dos conflitos de terra. Nos estados de maior tensão social, as milícias privadas e os grupos de defesa da propriedade já atuavam há algum tempo. Nos anos 80, fazendeiros e latifundiários procuraram dar um outro estatuto político aos seus exércitos particulares e às suas organizações locais: eles buscaram legalizá-la alegando a necessidade de “legítima defesa” em face da “inoperância” do Estado em protegê-los e assegurar “a propriedade privada”.

Antes mesmo das ocupações em Santa Catarina e no Paraná, um grupo de grandes proprietários, “já prevendo o acirramento dos conflitos entre fazendeiros e trabalhadores”³⁵, havia

³² Sobre a reprodução do capital e os processos sociais inerentes à região de fronteira como espaço “próprio de encontro entre sociedades e culturas entre si diferentes”; lugar da busca de possibilidades, mas também do massacre e da subjugação, “lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores”, ver Martins(1997).

³³ FSP, 01.06.85. Direito de propriedade será respeitado, garante Ribeiro.

³⁴ JB, 13.08.85. Ruralistas contestam a reforma.

³⁵ JB, 07.06.85. Fazendeiro se organiza no Paraná para defender terra.

fundado, em abril, a Associação de Defesa da Propriedade Privada, cujo objetivo seria impedir as “invasões” e combater a reforma agrária do governo. A partir de junho a associação ganha força devido à adesão de vários proprietários da região. “Vamos nos unir e nos organizar porque os sem-terra estão sendo organizados pela Igreja e pelo Partido dos Trabalhadores”³⁶, argumentam suas lideranças na imprensa. “Se eles vêm em grupo para atacar nossas terras, vamos também, em grupo, defendê-las”³⁷, anuncia Carmem Dória Gondim, uma das principais responsáveis pela criação da Associação. Ainda no sudoeste de Santa Catarina, informa o JB, “65 fazendeiros decidiram criar o Sindicato dos Proprietários Rurais, com o objetivo de “defender suas terras, criticar a reforma agrária e pressionar o governo para acabar com as invasões de terras”³⁸.

No estado do Paraná, além da ADPP, um grupo de fazendeiros fundou, em abril de 1985, a Sociedade do Sudoeste do Paraná (Socepar) com o objetivo de “resguardar o direito de propriedade contra as invasões”³⁹. Segundo o seu presidente, Assis Bandeira, o surgimento da Socepar reflete a força do “pacto de solidariedade” de todos os proprietários do Estado ante a “incerteza das declarações do governo quanto à prioridade às áreas de tensão”⁴⁰. No início, a Socepar possuía cerca de 45 membros, “quase todos proprietários de terras entre 20 e 20 mil alqueires”, e contava com a participação do presidente da Federação da Agricultura do Paraná, mas com o recrudescimento dos conflitos de terra a entidade quase que triplicou o número de associados, além dos simpatizantes⁴¹.

No sul do Pará, principal região de pecuária do estado e também palco de intensos conflitos de terra, um grupo de fazendeiros, sob a direção de Fausto Ribeiro Marques, fundou a Associação dos Produtores Rurais do Sul do Pará “para impedir as invasões de terra cada vez mais numerosas”⁴². Sua idéia inicial era a criação de uma Patrulha de Defesa da Propriedade à semelhança das Patrulhas Rurais de Marajó criadas para combater os roubos de gado. Fausto Ribeiro propôs ao então governador do estado legalizar a Patrulha como uma organização paraoficial em que a fiscalização ficaria a cargo do governo cabendo contudo aos fazendeiros a responsabilidade de “provê-la com armas”⁴³.

³⁶ JB,07.06.85. Fazendeiro se organiza no Paraná para defender terra.

³⁷ JB,07.06.85. Fazendeiro se organiza no Paraná para defender terra.

³⁸ JB,08.06.85. Fazendeiros no Paraná fazem pacto de defesa.

³⁹ JB,08.06.85. Fazendeiros no Paraná fazem pacto de defesa.

⁴⁰ JB,08.06.85. Fazendeiros no Paraná fazem pacto de defesa.

⁴¹ JB,08.06.85. Fazendeiros no Paraná fazem pacto de defesa.

⁴² ESP,05.06.85. No campo já não se fala em plantações. Fala-se em armas.

⁴³ ESP,05.06.85. No campo já não se fala em plantações. Fala-se em armas

Ainda no Pará, o jornal O Globo informa que, no início de junho, foi realizado um “congresso clandestino de fazendeiros”, com o objetivo de “organizar-se e resistir à consolidação da reforma agrária”⁴⁴. E, em setembro, é criado o Comando Democrático Cristão (CDC), sob “a orientação da Tradição Família e Propriedade (TFP)”⁴⁵, congregando latifundiários, pistoleiros e alguns setores das Polícias Civil e Militar”⁴⁶

No entanto, a organização de maior repercussão foi, sem dúvida, o Pacto de União e Resposta Rural. O PUR, como ficou conhecido, foi criado em julho pelos grandes fazendeiros do Rio Grande do Sul logo após o Congresso da CNA, em Brasília⁴⁷, segundo um de seus idealizadores, Valy Albrecht, “como reação ao movimento dos trabalhadores rurais que estão planejando invasões em massa de propriedades”⁴⁸. A entidade rapidamente se expandiu por vários municípios do estado⁴⁹ e tornou-se o símbolo nacional de resistência dos grandes proprietários da região Sul.

Flávio Heinz, em seu trabalho sobre o processo de representação política e a formação de classe da burguesia agrária gaúcha, caracteriza o PUR como um dos grupos mais expressivos de resistência armada às ocupações de terra, que muito contribuiu para fortalecer os laços de solidariedade entre os grandes proprietários de terras do estado. Segundo ele, três particularidades marcam o discurso do PUR na construção da unidade do grupo: a exaltação de uma tradição de independência – um dos traços da cultura política local –, a importância da família na proteção da propriedade e a defesa da livre iniciativa como base de um regime verdadeiramente democrático (Heinz, 1991). O passado de glórias, os “feitos bravios” e a revolução Farroupilha são recorrentemente evocados por Valy Albrecht, em seus pronunciamentos. Ele também enfatiza a importância da família na defesa das terras e anuncia que o Pacto se assemelhará a um “exército familiar na luta contra os invasores”, portanto, “nenhum empregado das fazendas participará do movimento, apenas os proprietários”⁵⁰

⁴⁴ O Globo, 06.06.85. Tensão aumenta na região de Araguaína, em Goiás.

⁴⁵ Falar o que é a TFP, sua atuação em 64.

⁴⁶ JB, 18.09.85. Líder rural assassinado com um tiro na cabeça.

⁴⁷ OESP, 16.07.85. Incra diz que não tolerara tumulto.

⁴⁸ Segundo Heinz, o fato que deu maior impulso ao PUR foi a concentração de agricultores sem terra programada para fins de julho, em Palmeira das Missões (Heinz, 1991:126).

⁴⁹ Em menos de duas semanas expandiu-se por Santo Angelo, Passo Fundo, Cruz Alta, Erechim, Sertão, Não-me-Toques, Santa Bárbara do Sul, Sarandi, Espumoso, Carazinho e Palmeiras das Missões. Zero Hora, 16.07.85. Fazendeiros se armam contra invasões (cf. Heinz, 1991:125)

⁵⁰ Zero Hora, 17.07.85. PUR uma tropa pronta para entrar em ação.

Outras organizações de menor expressão na imprensa⁵¹ também são criadas com o objetivo de defenderem-se das “invasões e dos invasores de terras”. Em Araguaína (GO), região marcada por conflitos sociais, o jornal O Globo anuncia a formação, pelos fazendeiros da região, de inúmeras associações de defesa da propriedade e a criação de milícias privadas⁵². Em Andradina e em Eduardo Barros (SP), segundo o OESP, grandes proprietários juntamente com os prefeitos da região estariam também se organizando em “grupos de defesa da propriedade”⁵³. Em Pernambuco, três mil proprietários rurais reunidos na Associação de Fornecedores de Cana decidiram organizar-se e criar uma Associação de Defesa da Propriedade, cuja principal meta seria “reagir em cadeia utilizando, se necessário, meios próprios de defesa da terra”, informa o JB⁵⁴. Em Bacabal e no Lago da Pedra (MA), o bispo da Diocese local, Dom Pascacio Rettler, denuncia que 300 latifundiários e grileiros da região decidiram constituir um fundo para a compra de armas com o intuito de “defender-se e defender suas fazendas de ocupações de terra”⁵⁵. Delson Scarano e Sylo Costa, ambos do PDS mineiro, confirmam (e apoiam) a criação, em Minas Gerais, de inúmeras associações patronais e declaram que “os proprietários rurais estão comprando armas – e lubrificando outras, obsoletas, adquiridas em 1964, mas que ainda funcionam”⁵⁶ – para defender suas terras das “invasões”.

A maioria das associações de defesa da propriedade contou com o suporte político e operacional dos sindicatos e federações patronais das regiões em que se constituíram, quando não eram os próprios presidentes dos sindicatos os coordenadores de tais iniciativas. Assis Bandeira da Socepar era o então presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep) e as associações de defesa da propriedade do PR e de SC contaram com o apoio oficial das respectivas federações de seus estados⁵⁷. Tasso Jobim e Valy Albrech, ambos do PUR, eram presidentes de sindicatos rurais em suas regiões e Camilo Cottens, diretor da Farsul, esteve presente, como articulador, nos encontros com os representantes do governo do estado. Em Carazinho (RS), a sede do sindicato rural abrigava oficialmente o PUR. E José Correia de Azevedo, um dos responsáveis

⁵¹ Heinz, também nos fala do Movimento Pastoral da Propriedade, criado em julho, após a realização do Congresso Brasileiro de Reforma Agrária, por proprietários do oeste paranaense. Afora a semelhança de propósito entre o PUR e a Pastoral da Propriedade, não há maiores informações sobre essa organização, contudo, chama-nos a atenção a apropriação do termo “pastoral”, pelos proprietários de terra (Heinz, 1991:124)

⁵² O Globo, 06.06.85. Ribeiro diz que estados decidem áreas prioritárias.

⁵³ OESP, 09.06.85. Agricultores vão a Brasília.

⁵⁴ JB, 13.08.85. Ruralistas contestam a reforma.

⁵⁵ JB, 05.07.85. Fazendeiros começam a ser armar no MA.

⁵⁶ JB, 01.06.85. Mineiros lubrificam armas de 64.

⁵⁷ JB, 08.06.85. Fazendeiros no Paraná fazem pacto de defesa.

pela organização dos grandes fazendeiros do Maranhão, era presidente do sindicato de Lago da Pedra.

Essas associações também contaram com o apoio e, em alguns casos, com a participação ativa dos políticos e das autoridades municipais. É freqüente, na imprensa, encontrarmos notícias sobre a participação e pronunciamentos favoráveis de prefeitos, delegados de polícia, representantes do poder judiciário, políticos locais e eventualmente até governadores, vice-governadores e deputados. Por exemplo, a sugestão de Fausto Ribeiro de criação de uma Patrulha paraoficial contou com a adesão do vice-governador do estado, Laércio Santos, que argumentou na imprensa, caso o governador não aceitasse, os proprietários seriam obrigados a solicitar a intervenção de tropa federal para reprimir as “invasões”⁵⁸. O PUR em inúmeras ocasiões recorreu às instâncias legais do estado e foi atendido em seus propósitos, demandando, por exemplo, o apoio da secretaria de Segurança e solicitando ao comandante da Brigada Militar que averiguasse as denúncias de “invasão”⁵⁹. O Comando Democrático Cristão, contava, entre seus membros, além dos proprietários, com policiais militares e civis. O fazendeiro João Almeida, ao ser acusado do massacre de posseiros no Castanhal do Ubá, em São João do Araguaia (PA), declara que a milícia foi “montada” a conselho de um delegado da Polícia Federal, “cuja intimidade não quis revelar”, diz o JB⁶⁰.

Os correspondentes regionais dos jornais nos revelam que inúmeras milícias privadas são compostas por efetivos das polícias militares. Segundo o JB, “metade dos efetivos da polícia Militar de Mato Grosso trocou a farda pelas milícias montadas pelos fazendeiros”⁶¹. Tal informação é confirmada por um dos assessores do Mirad, para quem “as milícias particulares operam em vários estados e são formadas basicamente por ex-policiais militares, recebendo salários bem mais altos”⁶².

Praticamente todas as associações dispunham de um fundo de recursos próprios, e regular, para “implementar suas atividades”, atitude considerada por seus principais porta-vozes como inusitada de uma classe historicamente tão desunida. Além da contribuição em dinheiro, cujo valor nunca foi divulgado na imprensa, os associados, por conta própria, começaram a doar bens, bois e produtos agrícolas, que se reverteriam em recursos para a manutenção das associações.

⁵⁸ESP, 05.06.85. No campo já não se fala em plantações. Fala-se em armas.

⁵⁹FSP, 16.07.85. A Fetag repudia as ameaças dos fazendeiros gaúchos.

⁶⁰JB, 12.06.85. Pistoleiros matam trabalhadores sem terra no PA.

⁶¹JB, 13.05.86. Fazendeiro faz leilão para se armar.

⁶²JB, 13.05.86. Fazendeiro faz leilão para se armar.

Box 2- Grupos de Defesa da Propriedade/ representantes

Principais Organizações Patronais	Representantes
Pacto de União e Resposta Rural (PUR)	Fazendeiros e grandes proprietários de terra. Vários municípios do RS (Cruz Alta, Carazinho, Santo Angelo, Passo Fundo, Erechim, Sertão, Não-me-Toque, Espumoso, Santa Bárbara do Sul, Palmeira das Missões, etc.) Valy Albrecht, Tasso Jobim, Antonio Celso Cavalcante, presidentes
Sociedade do Sudoeste do Paraná	Grandes proprietários do sudoeste do Paraná. Assis Bandeira (pres.)
Associação de Defesa da Propriedade Privada do Paraná	Grandes proprietários do Paraná
Associação de Defesa da Propriedade Privada de Santa Catarina	Grandes proprietários do oeste catarinense
Associação de Defesa da Propriedade do Sudoeste Catarinense	Grandes proprietários do sudoeste Catarinense
Associação dos Empresários da Amazônia	Grandes proprietários de terra, Geraldo Andrade de Carvalho (pres.)
Milícia Rural da Região do Araguaia	Grandes latifundiários e grandes fazendeiros da região
Associação dos Produtores Rurais do Sul do Pará	Grandes fazendeiros da região. Fausto Ribeiro Marques (pres.).
Comando Democrático Cristão (CDC)	Latifundiários, pistoleiros, setores PM e Polícia Civil do sul do Pará
Sindicato dos Proprietários Rurais	Grupo de 65 fazendeiros de Santa Catarina
Grupo de Defesa da Propriedade de Andradina	Grandes proprietários de terra de Andradina (SP)
Grupo de Defesa da Propriedade de Eduardo Barros	Grandes proprietários de terra de Eduardo Barros e adjacências (SP)
Associação de Defesa da Propriedade	Grandes proprietários de terra e usineiros de PE

Juntamente com a criação desses grupos de defesa da propriedade, novas identidades são constituídas e seus integrantes, em vez de se apresentarem como “nós, os produtores e empresários”, se autodenominam como “fazendeiros”, ou então como “nós, os pactuados”, os do “comando” ou os “patrulheiros”, sinalizando, através dessas denominações, para uma prática e uma concepção de organização em que os juramentos de defesa da propriedade e os códigos de conduta se transformam em obrigações. No Rio Grande do Sul, o jornal Zero Hora informa que é comum ouvir os proprietários se referirem ao PUR como “nossa Provisória”, numa clara alusão às milícias sob o mando de grandes proprietários presentes na história política do estado (Heinz;1991:134).

Do que é possível perceber, vigorava, no interior dessas associações, um conjunto de normas de controle e de códigos próprios que procurava impor um mesmo comportamento a todos os associados e, também, uniformizar o discurso do conjunto dos proprietários das diferentes

regiões do país. A fidelidade aos códigos de conduta foi considerada o fator decisivo na unidade dos grupos e a “base de uma ação eficaz”. Em razão disso, as possíveis divergências existentes (por exemplo, o valor das contribuições) são vistas como “desagregadoras”. Tais códigos comuns tinham como suposto a participação, a adesão e a lealdade de todos, independente das dificuldades e das diferenças existentes.

São inúmeras as atribuições de seus membros, figurando dentre as mais expressivas, a “responsabilidade conjunta” pelas ações do grupo e pela defesa de todos: caso alguma propriedade “esteja sofrendo a possibilidade de invasão”, é obrigação de todos, tanto dirigir-se à região em solidariedade, como assegurar os meios de defesa, inclusive financeiros, da propriedade ameaçada. Uma das cláusulas do documento de criação do PUR estabelece que “a invasão de terras de qualquer um dos signatários será considerada como “invasão” das terras de todos e merecerá pronta e exemplar resposta de todos”⁶³. Uma segunda atribuição é a coragem de arriscar a própria vida se necessário for, em defesa da propriedade. Preferimos entregar a vida do que nossas terras, anunciam reiteradamente seus integrantes e, segundo Albrecht, “é preferível o cemitério a assistir de braços cruzados invadirem minha propriedade”⁶⁴.

Além disso, havia um discurso único elaborado sob a forma de consenso em que os associados pareciam todos concordar uns com os outros. E como todo consenso geralmente é considerado como um indício de verdade (Bourdieu:1998:73) as lideranças dos grupos de defesa freqüentemente procuraram enfatizar, na imprensa, a sua verdade. Por outro lado, aparentemente, não existia descompasso entre o discurso e a prática – um dos principais traços do fenômeno do terrorismo, segundo Sartre. Pensar e agir de acordo com o que se defende e se critica; existir coerência entre a palavra e a ação, são atributos recorrentemente elogiados na imprensa e pela imprensa.

Norbert Elias, ao analisar o papel das confrarias nacionalistas (as *satisfaktionsfähige Gesellschaft*) das classes altas da Alemanha dos séculos XIX e XX na formação do *habitus* nacional, chama a atenção para o fato de que suas práticas assemelham-se, refletem a persistência de padrões de conduta característicos de sociedades guerreiras e “remontam ao tempo em que estavam proclamando o seu próprio monopólio do uso da violência” (Elias;1997:58). Além disso, as confrarias eram marcadas por um sentimento de superioridade para com os estratos sociais mais fracos, assim como pela não submissão às leis do Estado. Sobre o assunto, informa o autor: “O mecanismo de coerção e as leis do Estado são úteis para manter a ordem entre as massas

⁶³ Zero Hora, 13.0.07.85. Associação combaterá as invasões de terras. (Cf. Heinz:1991:123).

indisciplinadas –era esse o sentimento – mas, nós, os guerreiros e governantes, somos as pessoas que sustentam a ordem no Estado. Somos os senhores do Estado. Vivemos de acordo com as nossas próprias regras, que impomos a nós próprios. As leis do Estado não se aplicam a nós” (Elias;1997:58)⁶⁵.

Radicais ou não, detentoras de um real “poder de fogo” ou não, as associações desde cedo perceberam o quanto eram politicamente eficazes, num primeiro momento, a postura agressiva e a intimidação para depois negociar. Primeiro gritar e conquistar um espaço político, depois negociar, foi esse o lema de seus idealizadores. João Jardim Guerra, um dos articuladores do PUR chegou a reconhecer publicamente que a “estratégia de enfrentamento público” teve notável “efeito propagandístico”, tanto na mobilização dos fazendeiros, como junto ao Estado que se comprometeu investir mais no controle do Movimento dos Sem Terra. O substituto de Albrecht na direção da entidade, avisa que o Pacto deixava a “fase do estardalhaço”, pois a atenção desejada já fora obtida e se dispunha a não mais aparecer nos jornais (Heinz;1991:130). De um modo geral, eles não eram grandes associações mas agiam e pressionaram de tal forma que na maioria dos casos obtinham a atenção pública.

3.2.1- “A desapropriação induz à invasão !”

Nesse momento, a retórica dos grandes proprietários de terra na imprensa é marcada por argumentos baseados na centralidade da propriedade como direito sagrado, corporificando as dimensões mais tradicionais e arcaicas da identidade e do *habitus* patronal. Para eles, na origem da “eclosão das invasões” encontra-se a decisão do governo Sarney de considerar as áreas de tensão social passíveis de desapropriação “Não à desapropriação para fins de reforma agrária nas áreas de conflito de terra!”, posicionam-se todos. A CNA é a primeira a “advertir que não vai admitir a associação entre desapropriação, reforma agrária e conflitos”⁶⁶. Segundo seu presidente, as declarações do governo sobre a desapropriação só contribuem para “gerar novos conflito de terra

⁶⁴ Zero Hora, 16.07.85 . Fazendeiros se armam contra invasões.

⁶⁵ E continua: “Mais uma vez que, na Alemanha, entre 1871 e 1918, as posições cruciais do poder do Estado eram ocupadas ou controladas por membros da *satisfaktionsfähige Gesellschaft*, e uma vez que os guardiões das próprias leis que ameaçavam punir qualquer pessoa física que violasse o monopólio estatal da violência física pertenciam à sociedade privilegiada e transgressora da lei, formada por aqueles que tinham o direito a exigir explicações, os órgãos executivos do poder estatal, como a polícia não eram mobilizados contra esses transgressores da lei (...) Mas, é claro, quase todo mundo sabia o que estava acontecendo” (Elias,1997:59).

⁶⁶ JB,04.06.85. Fazendeiros do Sul querem demissão de Nelson Ribeiro.

da noite para o dia”⁶⁷. Ari Marimon acusa Nelson Ribeiro de “criar pânico e terror entre os proprietários de terra, ao sugerir a desapropriação das áreas de tensão social, induzindo, assim, às invasões de terras”⁶⁸. Para ele, “não foi por ingenuidade ou ignorância” que esse ministro e José Gomes da Silva afirmaram, na imprensa, que as áreas de tensão seriam objeto de desapropriação para fins de reforma agrária: “eles sabiam o que estavam propondo, por isso não merecem confiança dos proprietários de terra e produtores gaúchos”⁶⁹, garante. Camilo Cottens, diretor técnico da Farsul, também enfatiza que a prioridade da desapropriação das áreas de conflito “pode levar a invasões forçadas e provocadas de um dia para o outro”⁷⁰, no que é imediatamente apoiado pelos novos porta-vozes dos grandes proprietários. “Os conflitos são artificialmente construídos” pelos trabalhadores rurais e seus aliados, com o objetivo de forçar a reforma agrária⁷¹, dizem. Eles exigem que o governo exclua do PNRA o parágrafo em que se afirma a prioridade da desapropriação nas áreas de conflito de terra⁷²

Box 3 - Principais argumentos patronais

	Argumentos
POLÍTICOS E CORPORATIVOS	Desapropriação em áreas de conflito induz à “invasão”
	Os conflitos são artificialmente construídos
	Os pronunciamentos oficiais são inconsistentes
	O governo não merece confiança
	Pela demissão de Nelson Ribeiro e Gomes da Silva
	Pelo uso da violência
	A favor da compra de armas
	Invasões de terra só levam ao caos e ao desassossego

É grande o temor dos proprietários de terra quanto à possibilidade de se constituírem áreas de conflito social, com o objetivo de legitimar a desapropriação: “Qualquer um pode arregimentar uma ou duas dúzias de homens e preparar uma guerrilhazinha, e logo toda a área será declarada prioritária

⁶⁷ FSP, 03.06.85. Cresce reação dos ruralistas gaúchos (Waldar Teixeira).

⁶⁸ JB, 04.06.85. Fazendeiros do Sul querem demissão de Nelson Ribeiro.

⁶⁹ JB, 04.06.85. Fazendeiros do Sul querem demissão de Nelson Ribeiro.

⁷⁰ JB, 01.06.85. Mineiros lubrificam armas de 64.

⁷¹ JB, 19.06.85. D. Avelar diz que reforma agrária não nega propriedade.

⁷² Diz o texto: “A reforma agrária será realizada em áreas de domínio privado, situadas em regiões já ocupadas, dotadas de infra-estrutura, com densidade demográfica apreciável, onde prevalecem graves distorções da estrutura agrária e tensões sociais” JB, 19.06.85 p. 7.

para a reforma agrária", afirma Flávio Brito⁷³. E mais uma vez eles evocam a transição política e a democracia para desqualificar as ocupações de terra. Para a CNA, as ocupações são consideradas "ações desestabilizadoras" que comprometem as instituições democráticas e subvertem a transição⁷⁴. "Permanecendo esse estado de coisas, poderá haver uma conflagração de consequências imprevisíveis"⁷⁵, arremata o presidente da entidade. Segundo Fausto Ribeiro, as ocupações não só prejudicam a democracia, como estariam afetando o sistema produtivo da região, "onde se concentram as maiores e mais importantes fazendas"⁷⁶.

Além de questionarem a desapropriação nas áreas de tensão social, os representantes dos grandes proprietários de terras exigem do governo uma melhor definição sobre o conceito de tensão social; criticam novamente a indefinição do termo latifúndio; exigem que seja estabelecido o montante dos recursos a serem disponibilizados na aquisição de terras e na viabilização da produção; posicionam-se contra o cadastro imobiliário do Incra – por considerarem que os dados não expressam a realidade; e argumentam que os assentamentos não devem, de "maneira nenhuma", atingir as empresas rurais⁷⁷.

Já os representantes dos grupos de defesa preferem interpelar e convocar, através da imprensa e do rádio, as diretorias dos sindicatos rurais nos estados onde existe uma maior tensão entre proprietários e trabalhadores, para tomarem posição contra as "invasões". No Rio Grande do Sul, eles recorreram à mídia para informar aos demais quais serão os próximos municípios a serem invadidos, como foi o caso de Missões, Palemiras e Herval Seco⁷⁸. Carmem Doria Gondim também alerta que a "qualquer momento poderia ocorrer um conflito entre fazendeiros e os 2 mil e 500 famílias que desde sexta-feira invadiram as propriedades rurais do município de Aberlardo Luz"⁷⁹. Mas, na maioria dos casos, como veremos mais adiante, os sem-terra conseguiam surpreender os proprietários.

Além de alertá-los sobre as possíveis invasões, os grupos de defesa orientam os seus associados sobre como encaminhar juridicamente as medidas de reintegração de posse. No Paraná, a Socepar obteve do Juiz da Comarca a liminar de reintegração de posse e "fez com que a polícia militar retirasse os acampados e prendesse 47 trabalhadores "e ninguém reagiu", surpreende-se o JB⁸⁰.

⁷³ JB, 29.05.85. Lavradores sofridos ficam desconfiados.

⁷⁴ JB, 06.06.85. Fazendeiros levam a Sarney crítica à reforma agrária.

⁷⁵ JB, 06.06.85. Fazendeiros levam a Sarney crítica à reforma agrária.

⁷⁶ OESP, 05.06.85. No campo já não se fala em plantações. Fala-se em armas.

⁷⁷ JB, 11.06.85. Richa nega que acoberte quem invade.

⁷⁸ FSP, 06.06.85. Entidade teme invasão de terras no RS.

⁷⁹ JB, 29.05.85. Catarinenses fogem de famílias sem terra.

⁸⁰ JB, 08.06.85. Fazendeiros no Paraná fazem pacto de defesa.

3.2.2. “Essa coisa de reforma agrária é comunismo”

A demanda por uma reforma agrária e as lutas por terra reativaram a longa tradição do sentimento anticomunista das classes e grupos dominantes no campo. Durante todo o confronto dos anos 80 a bandeira do anticomunismo foi desfraldada pelos grandes proprietários de terra e empresários rurais, por políticos e pela grande imprensa e transformou-se em arma de disputa política e em um dos principais elementos da construção do inimigo.

Associada à coletivização e à estatização do campo, a reforma agrária passou a ser considerada por eles como um problema da nação, não no sentido usualmente expresso por seus reais defensores⁸¹, mas como uma medida “impatriótica” porque não expressaria os objetivos da nação. “Em defesa do interesse público”, dizem, “e contra o social tal como estabelecido pela Nova República”. Nestas situações, a reação dos proprietários se disfarça em sugestões sobre a necessidade de “uma maior educação” e se vale da legitimidade de palavras tais como interesse público e nação.

A retórica anticomunista ressurgiu, sobretudo, pela iniciativa das elites patronais rurais e agro-industriais de SP e suas associações de classe, que vêem no PNRA e nas ocupações de terras a influência de comunistas e esquerdistas⁸² e consideram o instituto da desapropriação e a formação da propriedade coletiva como uma forma de socialização da terra. É o que diz Roger Ian Wright da Adubos Trevo, para quem a reforma agrária, da forma como está sendo formulada, “desvia-se dos objetivos superiores e dos interesses da Nação”, pois, a redistribuição de terras “inevitavelmente acarretará a coletivização do trabalho e a estatização do meio rural”⁸³. São argumentos que se disseminam por todo o movimento patronal anti-reformista. Cada um dos porta-vozes do patronato rural brasileiro, em algum momento, declara, na grande imprensa, que a reforma agrária é a expressão do comunismo e da coletivização da propriedade.

Ao relatar a reunião da Faesp sobre o PNRA, o JB informa que Aldo Rosa, presidente do sindicato rural de Marília (SP), “foi o mais aplaudido quando, em tom inflamado, disse que o povo estava com os que estão no poder para tirar os militares, mas não para aprovar sandices como essa

⁸¹ A associação entre propriedade e nação, também está presente na fala dos políticos. Em 1993, Aureliano Chaves, em artigo para *A Lavoura*, uma publicação da SNA, declara que “a propriedade da terra se constitui na base do grupo, da família, da comunidade, da nação. Representa a base de uma ordem social harmônica e da paz social” In: *A realidade rural e o Agribusiness. A Lavoura*, SNA, RJ, jan./fev./1993. p. 46.

⁸² JB, 11.06.85. Faesp acusa influência comunista.

reforma agrária e só não enxerga quem não quer ver que os que estão por trás disso são os comunistas e a Igreja esquerdizante”⁸⁴. Alysson Paulinelli, por sua vez, diz não acreditar que o presidente José Sarney “queira romper a tranquilidade, acabar com o direito de propriedade e comunizar este país”. Ele exorta todos os presentes na reunião: “Não podemos permitir que se lance no Brasil essa semente da luta de classes”. E Cardoso de Almeida, declarou que “essa coisa de reforma agrária é comunismo e vai desembocar, com as greves, em outro 1964”⁸⁵.

É também muito marcado o sentimento anticomunista dos usineiros e fornecedores de cana do Nordeste. Para Silvio Carneiro Leão, presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana, os “comunistas incompetentes” teriam levado os usineiros e os fornecedores de cana a uma situação pouco comum: “A união das duas classes que se engalfinham desde o século passado”⁸⁶. Nas assembleias das associações é comum encontrar panfletos da TFP e faixas relacionando a reforma agrária ao comunismo. Dentre as mais expressivas destaco as seguintes: “Comunistas querem desestabilizar a produção agrícola através da reforma agrária ideológica”; “O trabalhador rural amanhã estará escravo da terra e submetido à política estatizante do governo”⁸⁷. Segundo João Eudes, a “baderna comunista” – e para ele baderna significa desapropriação – seria a causa da violência e da necessidade do “uso de armas”⁸⁸.

Um dos traços do protesto político do grandes proprietários de terra no Brasil é se apresentarem como os arautos do anticomunismo. Durante muito tempo a bandeira da reforma agrária e o anticomunismo estiveram associados, de um lado, porque uma das vertentes do debate ideológico foi a de considerar a reforma como uma das formas de socialização do processo produtivo e instrumento de transição ao socialismo (Gutelman); de outro, em decorrência do sentimento anticomunista enraizado como um *habitus* social na sociedade brasileira.

Durante o primeiro governo militar, os grandes proprietários de terras - que no pré-64 haviam defendido reforma agrária democrática e cristã contra o que consideravam a opção socialista - já não podiam mais afirmar com tanta ênfase que a reforma de Castelo Branco significava a instauração do comunismo no Brasil. Mesmo assim, os usineiros do Nordeste, os latifundiários de Minas Gerais e os cafeicultores do Paraná e de São Paulo, apoiados pela “linha

⁸³ FSP, 02.06.85. Reforma agrária, uma questão apaixonante.

⁸⁴ JB, 11.06.85. Faesp acusa influência comunista

⁸⁵ JB, 02.06.85. Que reforma agrária será essa?

⁸⁶ JB, 07.01.85 p.8

⁸⁷ JB, 07.01.85 p.8

⁸⁸ JB, 07.01.86 p.9

dura” militar insatisfeita com o legalismo de Castelo Branco, ameaçaram pegar em armas para acabar com o “vírus reformista que atacara o Alvorada” (Bruno, 1997:130)⁸⁹. E o Grupo de Doutrina e Estudos do IPES⁹⁰ de SP discordava da definição sobre a função social da terra, expressa no Estatuto da Terra, por considerá-la doutrinariamente inaceitável por “envolver uma concepção semi-socialista”(Bruno,1997:139).

Diferentemente dos anos 50/60, nos anos 80, a questão do comunismo não estava colocada, nem se apresentava como eixo do debate; no entanto foi utilizada como cobertura para se questionar a prioridade pela desapropriação e as ocupações de terra. O discurso anticomunista também foi utilizado como arma política para desqualificar os partidários da reforma agrária, em especial a Igreja progressista, e disseminar junto à classe média – sempre temerosa – o medo do caos e do retrocesso político.

3.2.3. “Quem são os agitadores do campo?”

Nesse momento, os trabalhadores rurais surgem redefinidos como “invasores” e como tal são representados (e desacreditados) como “gananciosos” e “especuladores”, interessados apenas no “lucro fácil” e na “baderna”. Segundo o presidente da Associação dos Produtores do Sul do Pará o “invasor” é uma figura distinta do posseiro porque ele não tem “nenhum interesse em produzir e, sim, em obter ganho imediato roubando madeira e ocupando áreas para vender a terceiros”⁹¹. Além de serem qualificados como “baderneiros” e “vagabundos”, os sem-terra também são considerados pelos proprietários como uma “massa de manobra nas mãos dos agitadores”, pois não possuem “capacidade nem talento necessários para se organizar”, como diria Ary Marimon no JB⁹². E para Albrecht todos estão cansados de se verem “ameaçados em suas posses por um bando de sem-vergonha”. Os representantes do PUR são os que mais evocam as regras da herança: “Como é que vão tirar terras nossas, que são para os nossos filhos, para dar a vagabundos que nunca fizeram nada”⁹³, diz Albrecht.

⁸⁹ Ver também Dreyfuss (1981).

⁹⁰ O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) foi fundado em 1962 por empresários do Rio de Janeiro e São Paulo. “O IPES lutava contra o comunismo e pela preservação da sociedade capitalista. Mas, ao mesmo tempo, propunha várias reformas econômicas e sociais. No Rio, mantinha estrito contato com a Escola Superior de Guerra. Vários membros do IPES participaram do governo Castelo Branco, e muitas das idéias desenvolvidas no Instituto foram aproveitadas pelo primeiro governo militar” (Carvalho,2001:158). Sobre as atividades do IPES e suas propostas ver Dreyfuss (1981).

⁹¹ OESP,05.06.85. No campo já não se fala em plantações. Fala-se em armas.

⁹² JB,08.06.85 p.6.

⁹³ Zero Hora,16.07.85. Fazendeiros se armam contra invasões.

Seria um equívoco enfatizarmos tão-somente da fala patronal a desqualificação dos trabalhadores rurais. Tanto os atributos aqui enunciados sobre os sem-terra, como as designações anteriores, revelam uma determinada concepção sobre trabalhadores como realmente incapazes, vagabundos e preguiçosos. São percepções construídas a partir do lugar social dos dominantes e, conseqüentemente, de sua visão de mundo. Se, de um lado, a desqualificação é consciente e politicamente construída (não por acaso as ocupações de terra são consideradas por eles como “atos de rebeldia”)⁹⁴ de outro lado, ao contrário, reflete uma determinada codificação dos processos sociais, e, também, a impossibilidade de os proprietários enxergarem-se e enxergá-los nesse processo, no qual ambos – grandes proprietários de terra e trabalhadores rurais – se encontram desigualmente inseridos em decorrência da desigualdade de renda, poder, riqueza e prestígio⁹⁵.

Por sua vez, o próprio ato de desacreditar os adversários, de excluí-lo ou de enfrentá-lo faz com que estes sejam representados de uma forma estereotipada que em certa medida expressa as relações de exploração e de dominação. Os trabalhadores são considerados o “Zé Povinho”, o “João Ninguém” que “só merecem ser expulsos a pontapés”, como diria Albrecht ao tomar conhecimento da concentração dos sem-terra em Palmeira das Missões (RS)⁹⁶. São pessoas para quem qualquer medida assistencialista já significa muito.

Tais designações também estão presentes na fala dos trabalhadores rurais quando se referem aos dominantes no campo como a “Besta-Fera” (Novaes, 1997; Martins, 1980; 1981a; 1981b; Velho, 1995). São designações que expressam tanto o medo como o questionamento, e ao mesmo tempo revelam a natureza das relações sociais existentes entre trabalhadores e padrões.

Grandes proprietários de terra e empresários rurais não conseguem admitir que os trabalhadores sem terra possam se mobilizar e reivindicar seus direitos, por conta própria, nem aceitam que eles possam ser conscientes de seus próprios interesses e tratem de realizá-los. Estão sempre em busca do responsável. O leque de inimigos, de certa forma, acompanha a dinâmica dos embates e da conjuntura. No caso das ocupações dos anos 80, a culpa recaiu, em particular, sobre o governo Sarney, a esquerda e a Igreja progressista. Esta última, por incitar a organização dos sem-terra e as “invasões” de terra em todo o Brasil. Ao mesmo tempo, procurava-se desqualificá-la perante

⁹⁴ OESP, 05.06.85 - No campo já não se fala em plantações. Fala-se em armas.

⁹⁵ Tive oportunidade de entrevistar um grande usineiro, A. Coutinho, e pude perceber o quanto lhe era difícil entender porque os trabalhadores da cana não aproveitavam de seu tempo livre para explorar mais e produzir no pedaço de terra por ele concedido. Essa era a principal razão que ele me apontava para considerá-los vagabundos. Pessoas “sem garra” que não desejavam “subir de vida”.

⁹⁶ Zero Hora, 17.07.85. PUR, uma tropa pronta para entrar em ação (Carlos Wagner) apud. Heinz, 1991:125.

a opinião pública, mostrando que a principal aliada do governo na reforma agrária acoberta e incentiva a ilegalidade das invasões. E o governo é considerado culpado por não reagir com “pulso forte” e por haver anunciado o PNRA no IV Contag: “Com o anúncio da reforma agrária no Congresso veio a invasão”, diz Ernesto de Salvo⁹⁷. Ele denuncia a existência de agitadores envolvidos oficialmente com a reforma agrária: “São pessoas que só estão pensando em si mesmas e têm como objetivo levar o caos no campo”⁹⁸.

A preocupação dos grandes proprietários de terra com a construção de um inimigo comum transforma-se em elemento na construção da identidade do grupo e torna-se um dos traços e condição de uma “maior união da classe”. Em cada região os inimigos são nominados e desqualificados nas páginas dos jornais e com frequência perseguidos e ameaçados. Em Carazinho, além dos sem-terra, o maior inimigo é o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, “por preparar e incentivar invasões na região”⁹⁹. Para Assis Bandeira, afora os posseiros, são o governo Federal, os técnicos do Instituto de Terras e Cartografia e a Acarpa os seus inimigos: estes, por protegerem os trabalhadores da fazenda Jaciretá¹⁰⁰ e o governo por lançar o PNRA. Não satisfeito, Bandeira declara ao JB que Richa, governador do Paraná, é o seu principal adversário, por acobertar as “invasões” no estado¹⁰¹. José Correia de Azevedo, presidente de sindicato patronal, e Waldir Jorge Melo, liderança dos fazendeiros e grileiros de Bacabal e Lago da Pedra (MA), consideram os padres alemães da Diocese Bacabal, “responsáveis pelas invasões de terra”, seus principais opositores. “E se sangue tivesse de correr”, ameaça Waldir Melo, “primeiro seria desses padres”¹⁰².

3.2.4. A violência no campo

Com a formação dos grupos de solidariedade, há o recrudescimento da retórica e da prática da violência. E o que se vê, nas páginas dos jornais, é sua defesa como o “único meio eficaz para reter as invasões”, bem como a formação de milícias armadas com o objetivo de fazer “justiça com as próprias mãos”. Para os grandes proprietários de terras, é impensável um Pacto de Solidariedade sem o compromisso de todos com a violência, a compra de armas e a formação de milícias.

⁹⁷ O Globo, 02.06.85. Produtor critica invasão de terras e diz que não é hora para mudanças.

⁹⁸ O Globo, 02.06.85. Produtor critica invasão de terras e diz que não é hora para mudanças.

⁹⁹ FSP 16.07.85. Fetag repudia as ameaças dos fazendeiros gaúchos.

¹⁰⁰ Pertencente ao Banco do Estado de Minas Gerais.

¹⁰¹ JB, 11.06.85. Richa nega que acoberte quem invade.

¹⁰² JB, 05.07.85. Fazendeiros começam a se armar no MA.

Apostava-se no deslancar de uma “verdadeira guerra no campo”, tendo como exemplos a criação de grupos de defesa com o objetivo explícito de se armarem para se “proteger” das “invasões” de terras e “enfrentar” os trabalhadores e a avaliação de que seria “inevitável” o uso da violência física. Há, nos jornais, um incitamento à ofensiva e à rebeldia. Isso fica evidente quando Ary Marimon vem a público afirmar que “a posição de todos tem de ser de rebeldia”¹⁰³; quando Roberto Rodrigues sugere: “Vamos jogar como a seleção brasileira, ou seja, na ofensiva”¹⁰⁴ ou quando Albrecht convoca os seus adversários para discutirem “a reforma agrária no alto de uma coxilha” e disputá-la num “campo de batalha”. (Heinz;1991:135). “Vamos defender nossas terras de armas nas mãos e lutar fisicamente contra a desapropriação de qualquer imóvel”, anuncia Antonio Celso Cavalcante¹⁰⁵. “Se o problema é para imolar vidas que comecemos logo”, complementa João Eudes, da Associação de Fornecedores de Cana de Alagoas.

Em nome de uma suposta guerra, vários integrantes dos grupos de defesa, em especial os pactuados, decidiram guardar provisões e mantimentos para alguma eventualidade: “Em cada fazenda estão sendo armazenadas as armas, desde facas até revólveres e espingardas, e também estão sendo estocados alimentos não perecíveis, como arroz, e outros cereais e charque”, declara Valy Albrecht¹⁰⁶ e argumenta: “Me aponta um fazendeiro no RS que não esteja armado e pronto para defender sua propriedade. Ter arma em casa é uma tradição no interior”¹⁰⁷. “Preparados, equipados e vigilantes” passou a ser o *slogan* do PUR no estado. O Jornal da Tarde informa que na Cooperativa Agrícola do Brasil Central discutiam-se, inclusive, quais as possibilidades reais e qual o poder de fogo dos adversários, e os proprietários chegaram à conclusão que: “Mesmo que eles (os sem-terra) estejam bem financiados, os fazendeiros ainda terão vantagens nesta batalha, pois o proletariado não tem condição de fazer uma revolução no Brasil (...) Pode ser até que eles se armem, mas quem será que sustentaria a munição se uma metralhadora de 1.500 está custando 14 bilhões de cruzeiros?”¹⁰⁸. A FSP informa que em Santa Catarina os proprietários das áreas vizinhas às fazendas ocupadas “improvisam um outro exército de empregados armados de revólveres e espingardas para guardar os limites de suas glebas”¹⁰⁹.

¹⁰³ JB, 12.06.85. Fazendeiros dão voto de confiança condicional a Sarney.

¹⁰⁴ JB, 12.06.85. Fazendeiros dão voto de confiança condicional a Sarney.

¹⁰⁵ JB, 07.07.85 p.9

¹⁰⁶ Zero Hora, 17.07.85. PUR, uma tropa pronta para entrar em ação (Carlos Wagner) apud Heinz, 1991:125.

¹⁰⁷ Zero Hora, 17.07.85. PUR, uma tropa pronta para entrar em ação (Carlos Wagner) apud Heinz, 1991:125).

¹⁰⁸ OESP, 05.06.85. No campo já não se fala em plantações. Fala-se em armas.

¹⁰⁹ FSP, 09.06.85. Os Sem-Terra ainda ocupam fazendas em Santa Catarina.

É grande o empenho dos proprietários em anunciar, na grande imprensa, a “legalidade do poder político das armas”¹¹⁰ e o potencial de suas associações como forma de demonstração de força e de intimidação. São inúmeras as declarações sobre a compra de armas e a formação de milícias. A Associação de Defesa da Propriedade Privada de Santa Catarina declarou ao JB que já havia comprado armas e se habilitado “legalmente” ao porte, estabelecendo um “Pacto de Solidariedade, para que todos participem da defesa de qualquer propriedade invadida por trabalhadores sem terra”¹¹¹. No Paraná, a Socepar também comunicou que “comprou armas e habilitou-se legalmente ao porte”¹¹². Um dos representantes do PUR argumentou que os pactuados não desejam formar um grupo paramilitar para defender suas propriedades, mas em caso de emergência, aí “se poderá ver se os proprietários estão armados ou não”¹¹³. Na reunião de criação do PUR de Carazinho (RS), informa OESP, todos “se comprometeram a defender mutuamente, até com armas, contra as eventuais invasões de suas propriedades por agricultores sem terra”¹¹⁴. E no momento da ocupação das terras da Fazenda Annoni, os proprietários da região organizados no PUR “reforçaram seus arsenais, com a compra de armas”¹¹⁵.

O mesmo ocorre com os fazendeiros das regiões de fronteira agrícola do Norte e Centro-Oeste. Geraldo Andrade de Carvalho, da Associação dos Empresários da Amazônia, comunica que “os proprietários de terra usarão a força física para defender seu direito de propriedade”¹¹⁶, enquanto Assis Bandeira afirma que os produtores da região “até poderiam ter comprado armas no Paraguai, mas preferiram fazer tudo dentro da lei”¹¹⁷. Ele ameaça os trabalhadores rurais, afirmando que “os sem-terra sabem que, se entrarem em nossas propriedades, podem não sair vivos”¹¹⁸. “Quem pode mais, chora menos”, anuncia¹¹⁹. O Comando Democrático Cristão (PA), criado sob a orientação da TFP, “congrega em suas fileiras”, segundo o JB, “latifundiários, pistoleiros e alguns setores das Polícias Civil e Militar”¹²⁰. Também na Associação Sul do Pará foi decidido, de comum acordo com o vice-governador, que caberia aos filiados e demais fazendeiros da região a responsabilidade de

¹¹⁰ JB,08.06.85. Fazendeiros no Paraná fazem pacto de defesa.

¹¹¹ JB,08.06.85. Fazendeiros no Paraná fazem pacto de defesa.

¹¹² JB,08.06.85. Fazendeiros no Paraná fazem pacto de defesa.

¹¹³ JB,04.11.85. Fazendeiros reforçam seus arsenais por temer invasão.

¹¹⁴ OESP,16.07.85. Incra diz que não tolerará tumulto.

¹¹⁵ JB,04.11.85. Gaúcho se arma para resistir à invasão de terra.

¹¹⁶ OESP, 05.06.85. No campo já não se fala em plantações. Fala-se em armas.

¹¹⁷ JB,08.06.85. Fazendeiros no Paraná fazem pacto de defesa.

¹¹⁸ JB,08.06.85. Fazendeiros no Paraná fazem pacto de defesa.

¹¹⁹ JB,08.06.85. Fazendeiros no Paraná fazem pacto de defesa.

¹²⁰ JB,18.09.85. Líder rural assassinado com um tiro na cabeça.

prover a Associação com armas ”¹²¹. “A reforma agrária não será feita de forma pacífica” decidem os participantes do congresso clandestino realizado no Pará¹²².

A certeza da impunidade é tanta que eles se consideravam legitimados para exigir satisfação do governo com uma arma na mão. Não lhes importava transgredir o monopólio da violência exercido pelo Estado. Na sua concepção, é um direito transgredir as leis para “manter a ordem”, aqui confundida com manutenção do monopólio fundiário. O mesmo Valy Albrecht declara ao JB que “os proprietários confiam na ação da polícia, mas se ela falhar, os fazendeiros não hesitarão em forcejar para impedir novas invasões e agirão por conta própria”¹²³. O representante do PUR de Cruz Alta (RS), justificando a compra de armas, argumenta que “até agora, a força pública tem nos dados apoio garantindo o direito de propriedade. Mas, e se ela falhar?”, indaga-se¹²⁴. Para ele “os fazendeiros não podem andar armados pelas estradas, pois teriam suas armas apreendidas”, mas em suas terras “ninguém vai nos impedir de portar armas na cintura para garantir nossas propriedades”.¹²⁵ O fazendeiro João Almeida, do massacre no Castanhal de Ubá (PA), revela que decidiu-se pela formação de milícias armadas depois que os fiscais do IBDF foram “desmoralizados pelos invasores” e que a própria ação da Justiça Federal “não surtiu efeito” na desocupação de suas terras¹²⁶.

Além das declarações em favor da violência armada, os correspondentes regionais da grande imprensa registram os rumores nas esquinas das cidades no interior dos estados, confirmando a compra de armas e formação de milícias a serviço dos latifundiários. Em Araçatuba (SP), Fernando Demário dos Santos, veterinário, ouviu falar, através dos fazendeiros de Minas Gerais, que “uma fazenda no Pará está sendo vigiada com um helicóptero capaz de disparar tiros na vertical, a exemplo do que aconteceu na Guerra do Vietnã”¹²⁷. Fernando Menezes, “herdeiro de grandes fazendas em Araçatuba”, ao ser entrevistado, informa ao Jornal da Tarde que os fazendeiros da região “estão se armando até os dentes e caravanas de peões já estão sendo organizadas para agir com violência, caso ocorram ocupações indesejadas”¹²⁸. O próprio jornal confirma que, em Araçatuba e Andradina (SP),

¹²¹ OESP,05.06.85. No campo já não se fala em plantações. Fala-se em armas.

¹²² O Globo,06.06.85. Tensão aumenta na região de Araguaína, em Goiás.

¹²³ JB,04.11.85. Gaúcho se arma para resistir à invasão de terra.

¹²⁴ FSP,16.07.85 Fetag repudia as ameaças dos fazendeiros gaúchos.

¹²⁵ FSP,16.07.85 Fetag repudia as ameaças dos fazendeiros gaúchos.

¹²⁶ JB,12.06.85. Pistoleiros matam três sem-terra no PA. e JB,12.06.85. Fazendeiro que matou 19 é preso no sul do PA.

¹²⁷ OESP,05.06.85. No campo já não se fala em plantações. Fala-se em armas.

¹²⁸ OESP,05.06.85. No campo já não se fala em plantações. Fala-se em armas.

“é comum nas esquinas ouvir um fazendeiro anunciando sua decisão de defender sua terra contra a invasão, através de bons homens armados”¹²⁹.

Na grande imprensa, são poucas as vozes contrárias à violência. Olacyr de Moraes, aparentemente temendo uma guerra no campo, é um que desaconselha o uso da violência e orienta os proprietários a recorrerem à Justiça e exigirem firmemente que a lei seja cumprida. Ele argumenta que embora exista angústia entre os produtores, estes não devem perder a serenidade, pois uma reação violenta contra tentativas de “invasão” poderá trazer conseqüências “imprevisíveis”¹³⁰. A maioria dos representantes patronais culpabiliza os “outros” (governo, sem-terra, Igreja progressista, esquerda) pela violência dos grandes proprietários de terra ou afirma, como o faz Flávio Menezes, que a violência é “um problema permanente do mundo moderno”¹³¹, portanto, nada os diferencia dos demais grupos sociais. Após o massacre dos posseiros em Xinguara (PA), Menezes lastima o ocorrido e responsabiliza o governo pela violência: “Se existiam, no país, alguns tanques de gasolina na forma de tensão social, o governo acendeu a centelha com o PNRA”¹³², afirma. E como ele não consegue (ou se recusa) perceber que a propriedade fundiária é portadora de uma função social, justifica a formação de milícias argumentando: “Se os bancos têm guardas armados e as residências também, eu vejo a decisão de alguns proprietários rurais como uma conseqüência indesejável da situação social. Essa defesa é permitida por lei”¹³³.

Ocasionalmente, dependendo das circunstâncias e conveniências, todos se declaram contra a violência no campo ou simplesmente negam a formação de milícias e a contratação de pistoleiros. Ernesto de Salvo faz questão “desconhecer que fazendeiros estejam realmente comprando armas por causa da reforma agrária”¹³⁴. Paulo Coelho, vice-presidente da Faep, é outro que nega a compra de armas e diz não haver necessidade de tensão no campo, pois “já basta a tensão sobre se haverá chuva ou não, geada ou não”¹³⁵, ironiza.

O uso da violência como garantia da defesa da propriedade torna imprecisa a fronteira entre o novo e o velho discurso, entre os empresários defensores da competitividade e da negociação e os tradicionais fazendeiros-latifundiários. Nesse momento, pouco se distingue o novo empresário do latifundiário tradicional, ou a voz “civilizada das urbes” da rudeza dos residentes

¹²⁹ OESP, 05.06.85. No campo já não se fala em plantações. Fala-se em armas.

¹³⁰ JB, 12.06.85. Fazendeiros dão voto de confiança condicional.

¹³¹ JB, 12.06.85. Fazendeiros dão voto de confiança condicional.

¹³² JB, 12.06.85. Fazendeiros dão voto de confiança condicional.

¹³³ JB, 12.06.85. Fazendeiros dão voto de confiança condicional.

¹³⁴ JB, 12.06.85. Fazendeiros dão voto de confiança condicional.

dos “grotões”¹³⁵. Uns e outros personagens e retóricas despontam na imprensa tão interligados que fica difícil discernir suas fronteiras e diferenças, ou mesmo determinar qual o lugar da nova racionalidade patronal, pautada no discurso produtivista e na retórica da negociação, e o espaço do velhos argumentos e práticas. O modo de agir e a fala dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, associam como que numa simbiose, elementos do novo com o velho atualizado, expondo, assim os fundamentos da dominação de classe do patronato no Brasil. Uma rede de solidariedade então é constituída, com a participação do conjunto das elites agrárias. Apesar das diferenças econômicas, das inimizades e disputas existentes, todos se sentem pertencentes à mesma luta e juntos exercem suficiente poder para fazer face às ocupações de terra e à reforma agrária da Nova República. Eles também contam com o amplo apoio local de pessoas de seu círculo social, com vínculos políticos, de parentesco e de amizade.

A violência no campo nos anos 80 revela-nos o conteúdo das relações de classe e expõe os componentes dos velhos padrões de conduta. A “saude” do tempo em que “só a chibata podia manter os trabalhadores sob controle” e o “fazer justiça com as próprias mãos” são expressões que enunciam uma das dimensões fundantes do *habitus* de classe da propriedade latifundista da terra no Brasil.

A violência desempenha uma função específica na existência social das classes e grupos dominantes no campo. Nos anos 80, ela funcionou como reforço à solidariedade e ao sentimento de pertencimento; serviu também para fortalecer ainda mais a convicção de sua superioridade sobre os trabalhadores rurais. Não se trata de um ato individual e esporádico; é uma violência ritualizada e institucionalizada, que implica a formação de milícias, a contratação de capangas, a lista dos marcados para morrer e os massacres. Além disso, como diria Elias, “dá à pessoa fisicamente mais forte ou mais habilitada, à mais agressiva, ao valentão e ao desordeiro, a oportunidade de tiranizar e de ganhar respeito social se assim proceder”(Elias;1997:74).

Mas, apesar de tão cientes de seu poder e de sua força, não deixam de ser atemorizantes o movimento de ocupações de terras e o sonho dos trabalhadores rurais pela reforma agrária. Para os proprietários “há qualquer coisa de obsessivo” na luta pela terra e na demanda por uma reforma

¹³⁵ JB, 19.06.85. D. Avelar diz que reforma agrária não nega propriedade.

¹³⁶ Apesar de não possuírem o mesmo espaço na imprensa, outros setores patronais ligados aos interesses rurais, como por exemplo os sojicultores, aproveitando-se da situação, também fizeram uso da imprensa para publicar matérias ameaçadoras, numa demonstração de força, um chamamento à luta e um convite para ampliar a radicalização para além da questão fundiária, unificando a reação e incorporando a mobilização devido às medidas de política agrícola (em especial a política de crédito) e contra a política econômica do governo.

agrária, além de expressar a natureza ideológica de quem a defende, “tem conotações emocionais”. Medo e ódio se alternam e dão a medida da vitalidade histórica das lutas por terra e da atualidade da bandeira da reforma agrária – depositária simbólica dessa luta que se transforma em questão política e se expressa em mobilização. Dão a medida de uma situação em que o princípio da função social da terra se conflita com o exercício absoluto do direito de propriedade e com o monopólio fundiário.

Posteriormente, no início dos anos 90, com o fortalecimento do MST e o agravamento das lutas por terra, os grandes proprietários de terras e seus ideólogos mais uma vez anunciam publicamente, na grande imprensa, seu temor diante “desse sentimento arraigado de quase devotamento a uma idéia que apesar dos fracassos ainda persiste na mente dos trabalhadores rurais. Esse esquerdismo, que, é um pouco religião, por isso tão difícil de acabar”¹³⁷. “Essa paranóia de extremistas que desequilibra uma das normas que rege uma das maiores fontes de riqueza e de bem-estar da Nação”, como diria Andrade Vieira¹³⁸. Por isso, “é preciso desarmar o barril de pólvora armado como o uso de uma massa de manobra que ainda está acampada na beira das estradas”¹³⁹, declara o Ministro do governo Collor, Antonio Cabrera.

No início dos anos 60 os empresários do Ipes também caracterizavam o movimento das Ligas Camponesas como “um barril de pólvora político e ideológico”(Dreyfuss,1981:299). Era uma perspectiva atemorizante para os grandes proprietários “a visão de um massa de camponeses mobilizados tomando de assalto as cidades”(Dreyfuss,1981:299).

Euclides da Cunha, em seus artigos para o jornal OESP sobre a guerra de Canudos, também nos dá o retrato desse assombramento e violência das elites brasileiras – ele próprio também assombrado – em face da perseverança dos jagunços. Canudos, diz Euclides da Cunha, “após ser vencido pelo assalto violento, brusco e rápido, porque vencido o inimigo que pode ser vencido, morto o inimigo que pode ser morto, restará ainda eterna e invencível, envolvendo-nos inteiramente, num assédio mais perigoso, essa natureza antagonista, bárbara e nefasta, em cujo seio atualmente cada jagunço parece realizar o mito extraordinário de Anteu, personagem da mitologia grega a quem Hércules não conseguia derrotar em luta corpo a corpo até perceber que devia erguê-lo nos braços, porque a Terra, sua mãe, lhe renovava as forças cada vez que ele pisava no chão”(Cunha,2000:144).

¹³⁷ JB,14.11.91. A relação capital-trabalho

¹³⁸ JB,14.11.91. A relação capital-trabalho

¹³⁹ Gazeta Mercantil,07.09.1990.

Pelo menos três ordens de reflexão podem ser feitas a partir de nossa exposição. A primeira diz respeito à precedência da propriedade fundiária e sua representação como absoluta e eterna; a segunda refere-se à estreita relação entre propriedade e violência, e, finalmente, a grande importância dada à mobilização e à organização da classe, pelos proprietários de terra.

Sobre a precedência da propriedade, nunca é demais recordar que no centro das representações e dos temores dos dominantes no campo encontramos a noção de propriedade como sendo algo absoluto e eterno. Gilberto Adrien, “pecuarista e empresário” representante da Associação de Gado Nelore, bem expressa essa dimensão ao afirmar: “Quando tudo acabar em nada, a terra continuará sendo eterna” (SNA,1993:43)¹⁴⁰. A fala de Adrien, tanto nos permite perceber que a concepção de propriedade também significa segurança e estabilidade, como traz embutida a idéia de propriedade e de poder como algo imutável e eterno. Marx, em um de seus textos sobre o *majorat*¹⁴¹, percebeu essa dimensão ao afirmar que “o desejo dos proprietários fundiários em manter intacta sua posse significa eternizar seu poder de dominação”. Ainda segundo o autor, com a herança “*la propriété foncière s’anthropomorphise dans les différentes générations. C’est comme si le premier-né de la maison lui était toujours dévolu en heritage, tel un attribut attaché à la terre possédée*” (Marx; 991-992).

Uma outra dimensão explicitada nos argumentos dos grandes proprietários consiste na relevância dada ao direito de herança como uma justificativa para a não realização de uma reforma agrária. Quando Albrecht, do PUR, assinala: “Vão tirar terras nossas, que são para os nossos filhos, para dar a vagabundos que nunca fizeram nada” ele, seguramente, está defendendo o direito à herança, além de evocar que suas terras são fruto do trabalho, da iniciativa e do poder que lhes é garantido, enquanto dominantes, de apropriar-se da terra. “Vagabundo” aqui pode significar não apenas o não-trabalho mas a não iniciativa dos trabalhadores.

Por fim, do exposto, podemos dizer que a propriedade fundiária é considerada um mito “no sentido forte do termo”, como diria Bourdieu. Ou seja, “um discurso poderoso, uma idéia que tem força social e que realiza a crença” (Bourdieu;1998:48). Como mito, a propriedade transforma-se em arma poderosa na luta contra a reforma agrária.

É de se perguntar, então, qual a moderna noção de propriedade de que nos fala as novas elites agroindustriais e seus intelectuais em seus textos? Que a propriedade, cristalizada em sua

¹⁴⁰ “A realidade rural e o Agribusiness”. *A Lavoura*. Revista da Sociedade Nacional de Agricultura – SNA, Rio de Janeiro, jan./fev., 1993 p.46

¹⁴¹ Marx, K. *Oeuvres Philosophique*. “Majorat e barbarie de la propriété foncière” p.987 e 1.705.

concepção mais arcaica, se apresente como o denominador comum de interesses heterogêneos e figure como um dos principais fatores de mobilização e de construção da identidade de classe, é compreensível. Porém, e o que dizer da violência como prática de classe em defesa do monopólio fundiário? Por que violência e propriedade, indissociáveis, ainda despontam como um dos elementos de reprodução de classe?

Não deixa de nos surpreender o peso da tradição – sobretudo da tradição da violência – como elemento conformador de um *habitus* de classe dos grandes proprietários de terra e empresários rurais no Brasil; essa herança de palavras, tradições e representações recorrentemente associadas às “conquistas históricas” passadas e presentes e cristalizadas em organizações e em palavras de ordem. Praticamente todos, se remetem, incessantemente, ao passado para “reinventar” e reconstruir a tradição, usando aqui a expressão de Hobsbawn.

A meu ver, não se trata de um novo paradigma da violência nem de uma mudança de hábitos cotidianos (Adorno, 1999:77); pelo contrário é uma violência se atualiza e permanece como uma forma tradicional de solução dos conflitos sociais no campo e, inevitavelmente, recria o conflito. O comprometimento com a violência, repito, de uma forma ou de outra envolve todos, não se restringindo apenas ao “velho latifúndio”. Os “produtivistas” e as lideranças patronais mais afeitas à negociação com o Estado, não são, nesse aspecto, radicalmente diferentes dos latifundiários dos grupos de defesa da propriedade. Propriedade e violência são traços comuns aos grandes proprietários de terra e empresários rurais, mesmo que imensas diferenças possam separá-los. Todos vivem igualmente o medo da reforma agrária e consideram a violência “o caminho natural e inevitável” na defesa da propriedade. A fronteira entre o necessário e o inevitável é mínima. Mesmo que algumas práticas lhes causem horror, decerto não lhes desagradam completamente, pois asseguram seus privilégios e tendem a garantir que, no final, nada mudará. Como diria Roberto Rodrigues nos anos 90: “A conversa era na base da porrada mesmo. Não tinha jeito!”¹⁴². Ou então, na ótica de Flávio Menezes, “uma realidade inexorável, porque parte da sociedade moderna”. Grandes proprietários de terra e empresários rurais conseguiram conciliar práticas anacrônicas com modernas e o fizeram evocando as origens ao mesmo tempo em que reconheciam as virtudes do *lobby* e da competitividade econômica.

Quanto à questão da organização, podemos dizer que a tática da demonstração de força e de poder dos proprietários foi sem dúvida alguma um recurso político essencial nas disputas de 1985. No

¹⁴²Entrevista com Roberto Rodrigues (1997).

entanto, também expressou outras significações igualmente importantes. “Mobilizar poder diante do mundo externo”, como diria Offe (Offe, 1984:73), significou ainda, para os dominantes do campo, a necessidade de “exibir poder” à sociedade civil, ao Estado e às demais elites, por se considerarem destituídos de um poder que de direito lhes é devido e historicamente lhes foi confiscado, com a opção por uma outra via de industrialização do país. Anunciar e exercer o poder de classe com o objetivo de serem reconhecidos como parceiros iguais com os mesmo direitos de mando. Daí a necessidade de a cada momento redefinir incessantemente o poder, seja através da mobilização e da organização, seja através da violência e de intransigências várias. Redefinir para ser reconhecido. Nesse sentido, na minha opinião, a imensa diversidade de órgãos, de instâncias, de associações e de entidades então existentes não deriva tão-somente do perfil da estrutura produtiva agrícola ou agroindustrial – idéia corrente nas interpretações existentes sobre a classe patronal no campo. Há um forte componente simbólico e, portanto, político.

Offe assinalou a existência de diferenças específicas de classe no processo de organização do trabalho e do capital. Segundo ele, não podemos tratar da mesma forma, “como se estivessem em um mesmo plano e operassem em nível de paridade, os grupos de trabalho, de negócio e de interesses agrários” (Offe, 1984:62). Para o autor, os sindicatos dos trabalhadores, “organizadores secundários”¹⁴³, necessitam sobretudo da participação, “a disposição de agir”; enquanto que ao capital, “organizador primário”, interessa-lhe os recursos, “a disposição de pagar”. Se tal premissa é correta, no caso dos grandes proprietários de terras e empresários rurais, pelo menos nos anos 80, as duas dimensões são igualmente importantes. Eles necessitavam tanto da “disposição de pagar” como da “disposição de agir”. Penso inclusive que havia, naquela conjuntura, a primazia da participação sobre os recursos, em primeiro lugar, pela percepção de uma crise de representação, em segundo, pela necessidade de exibir poder e não apenas poder econômico e, finalmente, pela preocupação em organizar uma classe por eles considerada, como historicamente desunida e dispersa. Não por acaso seus principais porta-vozes consideraram a mobilização patronal em si como a primeira grande vitória política, porque ela “arrancou” os proprietários do imobilismo e do isolamento. É evidente que há uma imensa diferença, e desigualdade, entre as duas formas de organização, do trabalho e do capital. Entretanto, o capital – “organizador primário” – por si só não garante a organização da classe patronal, esta necessita da “disposição para agir”. São processos interligados.

Enfim, monopólio da propriedade, violência e a prioridade da organização são estratégias de reprodução que tendem a reforçar, tanto “dentro” como “fora” da classe, a crença na legitimidade da dominação dos grandes proprietários de terra e empresário rurais no Brasil dos anos 80 (Bourdieu;1998:11-PS).

3.3 . “Nenhuma violação do direito de propriedade será tolerada”

O posicionamento oficial do governo Sarney foi rejeitar as ocupações de terras e declarar a sua ilegalidade. Ao mesmo tempo, reafirmava a garantia do direito de propriedade e convocava a sociedade ao entendimento e à paz. As duas notas oficiais - do Ministro da Justiça e do Mirad - enfatizam basicamente que as “invasões” de terras representam uma violação ao direito de propriedade legitimamente constituído, portanto, são assunto para o Código Penal.

A nota do Ministro da Justiça, Fernando Lira, destaca que a Nova República não recuará em seu propósito de executar a reforma agrária e declara que o “governo democrático (...) não vai tolerar a ocorrência de incidentes que possam violar o direito de propriedade”¹⁴⁴. Além disso, ele desvincula a reforma agrária das ocupações de terra ao comunicar que a reforma “não será feita a partir de ocupações desordenadas”. Fernando Lira termina fazendo com um apelo aos governadores dos estados no sentido de “preservar a paz e não permitir nenhuma violação ao direito legítimo de propriedade”¹⁴⁵.

O Mirad também reafirma a disposição do governo em realizar a reforma agrária e critica vigorosamente as ocupações de terras e os despejos enfatizando que quaisquer atos “desordenados” não podem servir de pretexto para execução da reforma agrária ou que “nenhuma violação da propriedade será tolerada”¹⁴⁶. A reforma agrária, assegura o ministro, será feita “dentro dos princípios constitucionais e em benefício da opinião pública”¹⁴⁷. Nelson Ribeiro se empenha em diluir as divergências existentes recorrendo ao Estatuto da Terra como o instrumento legal de mediação entre o Estado e os grandes proprietários de terras. Ele tenta, mais uma vez, resgatar o compromisso da

¹⁴³ Porque seus membros, antes de se tornarem integrantes de um sindicato já fazem parte de outras organizações, a saber, são empregados de empresas capitalistas (Offe,1984:63)

¹⁴⁴ OESP,01.06.85. Lira assegura que a reforma agrária será concretizada.

¹⁴⁵ OESP,01.06.85. Lira assegura que a reforma agrária será concretizada.

¹⁴⁶ FSP,01.06.85. Reforma agrária será legal, diz Mirad.

¹⁴⁷ FSP,01.06.85. Reforma agrária será legal, diz Mirad.

Aliança Democrática de realizar uma reforma agrária e finaliza o seu pronunciamento afirmando que “o maior inimigo da reforma agrária é o mal entendido”¹⁴⁸.

O ministro do Mirad, já prevendo “turbulências”, demanda aos governadores que “garantam o direito de propriedade, impedindo que acidentes venham a ocorrer”¹⁴⁹. Nega que as primeiras desapropriações sigam o roteiro de conflitos elaborado pelo Incra; assegura que “nem toda área de conflito de terra será abrangida pela desapropriação para fins de reforma agrária” e reitera que, além do “mal entendido” há “ação deliberada de grupos que querem precipitar situações extremas contra ou a favor da reforma”¹⁵⁰.

A partir de então, tanto o Mirad como o Incra se empenham em definir, na imprensa, qual o verdadeiro significado dos conflitos fundiários e qual o real sentido das invasões de terra. Os conflitos, diz o Nelson Ribeiro em entrevista ao JB, são basicamente aquelas “situações de disputa entre direitos”¹⁵¹, ao passo que as invasões, ao contrário, são as situações em que “os trabalhadores rurais ocupam uma propriedade legitimamente constituída”¹⁵². Portanto, “as ocupação de imóveis com titulação perfeitamente definida caracteriza uma ‘invasão’. São circunstâncias sujeitas à égide de outro tipo de legislação”¹⁵³. (...) Não têm nada a ver com a questão agrária e serão resolvidas através do Código Penal e da Justiça Federal”¹⁵⁴, declara.

É grande o temor do governo Sarney de que o debate sobre a reforma agrária seja interpretado pelos trabalhadores rurais como um estímulo às ocupações de terras. Praticamente todas as declarações oficiais na imprensa sobre as ocupações invocavam os “direitos legalmente constituídos” e se remetiam ao Código Penal e à Justiça Federal. Há também a preocupação com a repercussão dos fatos e seus possíveis desdobramentos. O governo é enfático ao insistir que “a simples discussão do tema não deve incentivar novas invasões, até porque as propriedade invadidas poderão estar dentro do levantamento a ser feito pelos planos regionais de reforma agrária, que procurarão identificar as áreas de maiores conflitos e tensão social para então começar a terceira fase da reforma que é a desapropriação dos latifúndios improdutivos para o assentamento de colonos sem terra”¹⁵⁵. Posteriormente, em meados de julho, o Incra envia a todos os delegados regionais a

¹⁴⁸ FSP,01.06.85. Reforma agrária será legal, diz Mirad.

¹⁴⁹ FSP,01.06.85. Reforma agrária será legal, diz Mirad.

¹⁵⁰ FSP,01.06.85. Direito de propriedade será respeitado, garante Ribeiro.

¹⁵¹ JB,09.06.85. Entrevista com Nelson Ribeiro. (caderno especial).

¹⁵² JB,09.06.85. Entrevista com Nelson Ribeiro. (caderno especial).

¹⁵³ JB,09.06.85. Entrevista com Nelson Ribeiro, caderno especial.

¹⁵⁴ JB,03.06.85. Ribeiro ameaça punir invasões.

¹⁵⁵ FSP,01.06.85. Direito de propriedade será respeitado, garante Ribeiro.

recomendação de que seus assessores evitem pronunciamento sobre a política do governo. Da mesma forma, os assessores de Pedro Simon recebem dele a recomendação de terem “extremo cuidado ao prestar declarações sobre a reforma agrária, para que prevaleça uma linguagem unificada sobre o tema”¹⁵⁶

Discute-se na imprensa quais seriam os critérios da reforma agrária. Para o Mirad, o excedente demográfico transforma-se em critério número um da reforma ¹⁵⁷. Em seguida, teríamos a exigência de produtividade, a justiça social, a convivência de latifúndios produtivos e improdutivos, a existência de minifúndios. E, por último, a presença de conflitos sociais. Ao mesmo tempo, ganha força a defesa do assentamento rural como expressão da “verdadeira” reforma agrária. Dessa perspectiva nos pronunciamentos do governo Federal o objetivo básico da reforma agrária, presente tanto no Estatuto da Terra como no PNRA, é o programa de assentamentos rurais: “é a entrega do título ao produtor (...) e de um conjunto de ofertas de condições para que ele possa usar adequadamente a terra” ¹⁵⁸, diz Nelson Ribeiro.

Mas, apesar do posicionamento oficial e da definição sobre quais seriam as linhas gerais de argumentação, os pronunciamentos dos representantes do governo Sarney na imprensa são ambíguos e freqüentemente contradizem as suas próprias declarações. Nelson Ribeiro, por exemplo, inúmeras vezes dissocia a questão agrária dos conflitos de terra, ao mesmo tempo em que considera a existência de situações conflitivas como um dos critérios para a desapropriação; minimiza a importância dos conflitos fundiários, mas afirma reiteradamente na imprensa que o Mirad irá identificar as áreas de maiores conflitos e tensão social para dar início à terceira fase da reforma; evita falar sobre as desapropriações e, ao mesmo tempo, declara que “irá dar início ao processo de desapropriação dos latifúndios improdutivos para o assentamento de colonos sem terra”¹⁵⁹; furta-se a comentar sobre a especulação com a terra, mas critica os especuladores; e, apesar de denunciar a ilegalidade das ocupações de terras, freqüentemente qualifica como ocupações de terra o que legalmente é considerado como “invasão”. Em inúmeras situações, as declarações oficiais do Mirad e do Incra se confundem com as posições dos proprietários repudiando, na imprensa, as ocupações de terras, com uma diferença: enquanto o governo pede

¹⁵⁶ FSP, 04.06.85 Dropes.

¹⁵⁷ JB, 03.06.85. Ribeiro ameaça punir invasões.

¹⁵⁸ JB, 09.06.85. Entrevista com Nelson Ribeiro, caderno especial.

¹⁵⁹ FSP, 01.06.85. Direito de propriedade será respeitado, garante Ribeiro.

calma e tempo aos trabalhadores rurais, os grandes proprietários de terra partem para ofensiva, incitam o confronto e defendem o uso da violência.

Conscientemente ou não os representantes do governo, além de repudiarem as ocupações de terra, se apropriam dos mesmos argumentos das lideranças patronais, em particular a idéia de que os conflitos de terra são pré-fabricados e têm como objetivo atrapalhar e dar um caráter político à reforma agrária. É o caso de Paulo Lustosa¹⁶⁰, ministro da Desburocratização, ao declarar que o governo ficará atento aos “conflitos entre agricultores sem terra, posseiros e proprietários que possam ser criados artificialmente em regiões de tensões sociais”. Ele anuncia que o exército, a polícia federal e as polícias dos estados estarão de prontidão. Gomes da Silva também afirma em inúmeras ocasiões que o Incra “estará atento a todas as tentativas de criação de conflitos pré-fabricados que sirvam de pretexto contra a reforma”¹⁶¹. Os conflitos, assegura, serão resolvidos dentro da lei e o governo “não vai tolerar invasões”¹⁶². O presidente do Incra ainda reitera que as invasões de terras são um problema de ordem pública e como tal terão tratamento previsto em lei, inclusive no Código Penal¹⁶³. Fernando Lira¹⁶⁴, em contrapartida, ao discorrer sobre os conflitos de terras na imprensa, propõe a criação de uma justiça agrária para solucioná-los.¹⁶⁵

3.3.1. “Não há pontos intocáveis no PNRA!”

Não é sem fundamento a preocupação de setores da Igreja católica sobre um possível recuo do governo Sarney com relação à política fundiária em consequência da ofensiva patronal. De fato, com as ocupações de terras, há uma mudança significativa no conteúdo dos pronunciamentos oficiais na imprensa. Em primeiro lugar, insiste-se que o maior problema da Proposta de PNRA situa-se no campo da “estratégia de ação”, ou seja, no fato de o Plano haver sido apresentado ao IV Congresso da Contag e também devido às “declarações oficiais desastrosas” dos representantes do governo sobre as desapropriações nas áreas de conflito. É dentro desta perspectiva que Nelson Ribeiro

¹⁶⁰ FSP, 01.06.85. Governo não tolerará invasões, afirma o presidente do Incra.

¹⁶¹ OESP, 16.07.85. Incra diz que não tolerará tumulto.

¹⁶² FSP, 01.06.85. Reforma Agrária será legal, diz Mirad.

¹⁶³ JB, 04.06.85. Ministro surpreso com reações.

¹⁶⁴ JB, 04.06.85. Ministro surpreso com reações.

¹⁶⁵ FSP, 01.06.85. Reforma agrária será legal, diz Mirad.

afirma no JB que o Plano, como estratégia de ação, “pode ser revisto totalmente”, pois “não há pontos intocáveis” no PNRA¹⁶⁶.

No entanto, os supostos erros na estratégia de ação gradativamente vão incorporando questões diretamente ligadas ao próprio conteúdo programático do PNRA. O governo, além de assumir publicamente os erros de encaminhamento do PNRA e declarar que poderá “rever e mudar toda a Proposta”¹⁶⁷, também reconhece e concorda que “alguns instrumentos legais do Plano são imprecisos” – exatamente uma das principais críticas das elites agrárias ao PNRA. Além disso, Nelson Ribeiro é ambíguo ao afirmar que o ITR pode prejudicar os grandes proprietários de terra, sem explicitar a natureza de sua declaração¹⁶⁸.

A principal mudança no discurso governamental, porém, diz respeito à nova interpretação sobre os conflitos de terra. Se antes, para o Mirad, os conflitos expressavam a resistência dos trabalhadores rurais devido a “uma situação acumulada há 400 anos que vem se sedimentando”, com as ocupações de terras o governo passa a argumentar que “os conflitos de terra inviabilizam a reforma agrária”¹⁶⁹. É o que declara Nelson Ribeiro na grande imprensa ao ser interpelado sobre a atual conjuntura. Da mesma forma, se, em momento anteriores, a existência de conflitos sociais no campo era considerada, pelo governo da Nova República, como um dos principais fatores que legitimava a reforma agrária, com as ocupações de terra, eles se transformaram em empecilho à reforma. “A via do conflito não é uma solução nem foi a forma assumida pela Aliança Democrática como compromisso para realizar a reforma agrária”, anunciam. “É um equívoco dos trabalhadores pensar que as áreas de conflito são prioritárias para reforma agrária (...) Os trabalhadores que enveredaram por esse caminho estão inviabilizando a reforma agrária”¹⁷⁰, comunica o ministro do Mirad. Se até então, para o governo, a inviabilidade da reforma agrária, quando enunciada, remetia-se à intolerância dos grandes proprietários de terras, nesse momento, ela passa a se vincular, basicamente, à existência dos conflitos fundiários, às invasões e à intransigência dos trabalhadores rurais sem terra. Desse modo, a relação entre os conflitos fundiários e a concentração da estrutura fundiária, até então interligados na fala oficial, é descartada: “as causas do conflito não residem numa estrutura agrária social e economicamente injusta. Os conflitos de terra existentes, por si só, não

¹⁶⁶ JB,09.06.85. Entrevista com Nelson Ribeiro. (caderno especial).

¹⁶⁷ FSP,01.06.85. Reforma agrária será legal, diz Mirad.

¹⁶⁸ FSP,01.06.85. Reforma agrária será legal, diz Mirad.

¹⁶⁹ JB,09.06.85. Entrevista com Nelson Ribeiro. (caderno especial).

¹⁷⁰ JB,09.06.85. Entrevista com Nelson Ribeiro. (caderno especial).

elegerão as áreas prioritárias para a reforma agrária”¹⁷¹. E “nem sempre o governo considera como conflito agrário uma questão de terras”¹⁷², afirma Nelson Ribeiro na imprensa.

Ao ser questionado pela imprensa sobre a mudança na natureza de seus pronunciamentos, o ministro do Mirad procura argumentar que “no passado, a ocupação de terras num contexto de ineficiência e insegurança diante da questão fundiária consistiu, mesmo chocando-se com dispositivos legais, numa forma de expressão do pleito pela reforma agrária mediante apossamento”. Ao passo que hoje, diz o ministro, “no novo governo, o que se pretende é o desencadeamento pacífico e programado do processo legal que conduza ao acesso não somente da posse, mas, principalmente, do domínio da terra, em condições de efetivar as metas projetadas em benefício do trabalhador rural e da nação”¹⁷³.

O mais surpreendente é a flexibilidade com que os critérios de legalidade e legitimidade das ocupações de terras são enunciados. Se, antes, as ocupações, mesmo ilegais, foram consideradas legítimas – pois expressavam o pleito pela reforma agrária, com o PNRA, além de ilegais, as ocupações de terra são consideradas ilegítimas pelo representante do governo Sarney. E a lógica que fundamenta tais argumentações encontra-se diretamente relacionada, não à situação dos trabalhadores rurais sem terra nem à problemática fundiária, e sim ao perfil político do governo e à pressão dos proprietários.

Um outro “recurso tático” do governo Sarney diz respeito à presença dos trabalhadores rurais na reforma agrária da Nova República. Se, em maio, defendia-se a participação dos trabalhadores rurais e de seus representantes nos “rumos da reforma”, convidando-os, inclusive, à elaboração do PNRA, com as ocupações e os acirramentos dos conflitos de terra há uma mudança de posição. “O Incra não permitirá a intervenção de movimentos populares e sindicais, nem qualquer influência política, a fim de que o processo de reforma agrária não seja tumultuado”¹⁷⁴, afirma Gomes de Silva na imprensa.

Além disso, não mais se defende na imprensa a reforma agrária como compromisso social da nação, nem mais se ataca com tanta ênfase a improdutividade e a especulação fundiária. Em lugar da crítica contundente à especulação com a terra e da defesa da desapropriação como principal instrumento de democratização da propriedade, a insistência em garantir que a desapropriação será implementada “somente quando necessária” e objetivará “apenas os latifúndios improdutivos”. Os

¹⁷¹ FSP, 01.06.85. Reforma agrária será legal, diz Mirad.

¹⁷² O Globo, 06.06.85. Planos regionais definirão áreas prioritárias.

¹⁷³ FSP, 01.06.85. Reforma agrária será legal, diz Mirad.

¹⁷⁴ OESP, 16.07.85. Incra diz que não tolerará tumulto

representantes do governo Sarney responsáveis pela implementação da política fundiária anunciam publicamente o recuo e procuram estabelecer e definir “novas regras” por eles consideradas como sendo as “únicas possíveis e viáveis”¹⁷⁵. Em resposta à denúncia de que o PNRA é coletivista, o Mirad reitera que a reforma anunciada “não vem agredir o sistema capitalista”¹⁷⁶ e, em face da afirmação de que o Plano é radical, o governo contra-argumenta que, ao contrário, o PNRA “é um projeto tímido”, se comparado às experiências clássicas de outros países, “mas é o único viável no momento”¹⁷⁷. Gomes da Silva, “nome da paz”, defende então uma reforma “mais suave” e “mais democrática”. Uma reforma agrária, segundo ele, que não expressa a decisão do governo e sim da sociedade¹⁷⁸.

E por fim, como último “recuo tático”, vemos que a preocupação do governo Sarney em garantir um clima de tranquilidade faz com que os seus porta-vozes abrandem as suas apreciações críticas sobre os mandos e desmandos dos grandes proprietários de terras e continuem minimizando a mobilização patronal.

Apesar de todas as evidências e denúncias na imprensa, é imensa a dificuldade do governo Sarney de reconhecer a existência de milícias armadas atuando em favor da grande propriedade fundiária. A presteza e rapidez em se pronunciar contra as ocupações de terra contrasta com a morosidade para responder às denúncias da CPT e da Contag, e às vezes até mesmo dos próprios governadores e representantes do Estado, sobre a formação de milícias armadas e a ação dos capangas. Quando o Pe. Ricardo Resende informa ao Mirad sobre a existência de milícias armadas em Conceição do Araguaia (PA), Nelson Ribeiro, responde que: “se isso realmente estiver acontecendo, é uma questão de código penal para ser resolvida pelo Ministério da Justiça e pela Polícia Federal”¹⁷⁹. Fernando Lira, por sua vez, procura desvincular o assassinato de um vereador do PMDB de Araguaiana (GO) dos novos confrontos de classe, alegando que na região já existia um “antagonismo nativo entre grandes proprietários de terras e militantes politizados”¹⁸⁰, e só a muito custo admite que, com o PNRA, “as coisas começaram a se explicitar”.¹⁸¹

Ao mesmo tempo em que se multiplicam, na grande imprensa, as denúncias e os depoimentos informando sobre a compra de armas e a formação de milícias, a afirmação “se

¹⁷⁵ OESP, 16.07.85. Incra diz que não tolerará tumulto

¹⁷⁶ O Globo, 02.06.85. Ministro defende execução rápida da reforma agrária.

¹⁷⁷ FSP, 06.06.85. Ministro diz que Plano é compromisso político.

¹⁷⁸ O Globo, 02.06.85. Ministro defende a execução rápida da reforma agrária.

¹⁷⁹ JB, 05.06.85. Governadores do Nordeste apoiam reforma agrária.

¹⁸⁰ FSP, 06.06.85. Proposta do governo é criticada por secretário da agricultura da Bahia.

realmente for comprovado” transforma-se em retórica oficial do governo Sarney. “Se realmente for comprovado” é a resposta do Mirad na imprensa quando o delegado do 2º distrito policial de Araguaína (GO) declara que na região existem “grandes terras improdutivas onde pobre não tem o direito de entrar nem caçar paca, porque tem um camarada que fica ali na frente armado para proteger a terra (...) e todo mundo sabe que os fazendeiros estão se armando”¹⁸² ou quando Donato Cardoso, do Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (Gebam) afirma que “os grandes latifundiários da região estariam com 5 bilhões aplicados no *overnight* para comprar armas e combater a reforma agrária”¹⁸³.

Sobre a mobilização patronal, Nelson Ribeiro declara na imprensa que não vê grandes riscos, pois “as reações são localizadas e facilmente identificadas para a gente poder ir ao encontro delas e dissolvê-las: à medida que o governo for aprofundando o debate as reações vão se dissolvendo”¹⁸⁴. Ele insiste em afirmar que a reação parte de “certo grupos de produtores, certos tipos de sociedades”, mas que em contrapartida “existiriam outros, no interior da classe patronal rural, favoráveis à reforma agrária”¹⁸⁵. Ribeiro também informa que “já viu deputados representantes das classes produtoras insistindo sobre a necessidade de corrigir as distorções fundiárias”¹⁸⁶. E Fernando Santana (PMDB/BA), presidente da comissão nacional especial de reforma agrária, apesar de considerar injustificável a atitude dos proprietários, ao se armarem para defenderem suas terras, “acredita que a grita é coisa de grupo pequeno mas com poder de influência”¹⁸⁷. Mas fica preocupado porque “os latifundiários estão tomando espaço na imprensa, se utilizando de argumentos falsos e criando uma resistência pacífica”¹⁸⁸. Ele propõe que o governo ocupe esse espaço. E, Delso Scarano (PDS/MG) assegura que, com as “invasões” de terras, a situação “vai virar um novo 64, pois por muito menos foi feita uma revolução”¹⁸⁹.

Não é a primeira vez que o governo minimiza, pelo menos oficialmente, a mobilização dos grandes proprietários de terra contra a reforma agrária. Em 1964, por exemplo, considerava-se que o golpe militar afastaria de vez o radicalismo daqueles que impediam a reforma agrária. No entanto, desde cedo percebeu-se que a “revolução” não garantiria a aceitação da reforma agrária

¹⁸¹ FSP, 06.06.85. Proposta do governo é criticada por secretário da agricultura da Bahia.

¹⁸² O Globo, 06.06.85. Tensão aumenta na região de Araguaína, em Goiás.

¹⁸³ JB, 08.06.85. Fazendeiros no Pará fazem pacto de defesa.

¹⁸⁴ O Globo, 06.06.85. Ribeiro diz que estados decidem áreas para reforma.

¹⁸⁵ O Globo, 06.06.85. Ribeiro diz que estados decidem áreas para reforma.

¹⁸⁶ O Globo, 06.06.85. Ribeiro diz que estados decidem áreas para reforma.

¹⁸⁷ FSP, 11.06.85. Governo deve explicar sua proposta pelo rádio e TV, sugere deputado.

¹⁸⁸ FSP, 11.06.85. Governo deve explicar sua proposta pelo rádio e TV, sugere deputado.

pelos latifundiários. Houve uma superestimação da força dos militares ao acharem que poderiam facilmente desvencilhar-se dos grandes proprietários de terras, bastando-lhes a iniciativa política e a apropriação da bandeira da reforma agrária. Os militares se acreditaram absolutos e não conseguiram reconhecer sua relatividade histórica (Bruno, 1997:140/141).

Além disso, os militares acreditavam que a criação de uma lei de reforma agrária, o Estatuto da Terra serviria para neutralizar a reação dos grandes proprietários de terra. Segundo o Gret, o rigor conceitual da lei garantiria a hierarquia das prioridades e seria a “argamassa na elaboração de um sistema coerente de princípios capaz de responder as prováveis dificuldades de negociação. A objetividade da lei era concebida como “fundamental para diminuir os espaços, as brechas e as burlas, para limpar o terreno e reduzir ao mínimo a reação”¹⁹⁰. Faltou-lhes contudo a percepção do espaço da lei como campo de força, de conflito e de negociações, tal como analisada por Thompson no livro *Senhores e Caçadores* (1987).

No final de 1964, após inúmeros recuos táticos em nome da viabilidade da reforma agrária, recuos estes publicamente justificados como tal na grande imprensa, o governo militar de Castelo Branco também recua em suas pretensões de realizar uma reforma agrária. Era a derrota estratégica. As declarações oficiais já não mais apontavam a redistribuição de terras como medida prioritária para a reforma agrária: “Desapropriação e redistribuição só em situações excepcionais” anunciava o governo. Nesse momento, ganham espaço na imprensa as declarações de elogio “à sensatez de Castelo Branco” (Bruno, 1997:111).

Resta a dúvida: a tendência histórica à subestimação do poder dos proprietários faz parte da “mentira na política” legalmente permitida e legitimada em nome do “bem da sociedade” ou da “estabilidade dos governos”, tal como formulada por Arendt (1973), ou decorre de uma avaliação equivocada e do desconhecimento sobre as classes e grupos dominantes no campo? O certo é que a subestimação, pelo governo, da força do poder dos grandes proprietários de terras e a defesa da necessidade de recuos táticos caminham par a par e amiúde se complementam. Subestimar e recuar, minimizar e conciliar também não deixa de ser uma tática política de governo, em particular quando os seus opositores são as elites dominantes e participam do poder do Estado. Faz parte da cultura política dos nossos dirigentes, pelo menos da “cultura da reforma agrária”, a lógica do convencimento e da persuasão; a saída do “mal-entendido” e a crença de que o diálogo, por si só, terá o poder de dissolver e neutralizar as reações e as discordâncias existentes.

¹⁸⁹ FSP, 01.06.85. Governo de SC teme conflitos.

3.3.2. “Paz no campo”

Em meados de junho, a assessoria de José Sarney decide lançar uma campanha nacional de esclarecimento sobre a reforma agrária. O principal objetivo da campanha é mostrar aos proprietários fundiários que o governo “não está querendo tirar a terra de ninguém e muito menos gerar conflitos ou exacerbar os ânimos”, e sim “levar a paz no campo e promover o desenvolvimento da agricultura”¹⁹¹. Os principais responsáveis pela Campanha Paz na Terra, Mirad e Incra, mantêm a posição de que a reforma agrária será feita nos termos do Estatuto da Terra. No entanto, a maior preocupação de José Gomes da Silva e Nelson Ribeiro é deixar claro à sociedade e ao patronato rural que as terras produtivas não serão atingidas pela reforma agrária e que não irão permitir a invasão ou o desrespeito à propriedade¹⁹².

O pronunciamento do presidente Sarney na TV sobre as questões mais gerais nada acrescenta de novo. Além de apelar para a unidade nacional, reafirma a necessidade de uma ampla reforma no sistema fundiário brasileiro como condição para a solução do êxodo rural, a melhoria da produção, a correção das injustiças sociais e a paz no campo. Nesse momento, o Estatuto ganha uma nova interpretação e transforma-se em “uma lei do presidente Castelo Branco, sem outro propósito que uma reforma democrática com a participação de todos”¹⁹³.

No entanto, o presidente da República se pronuncia sobre os três aspectos de maior interesse dos grandes proprietários de terra: ele garante que as áreas produtivas não serão objeto de desapropriação; distingue conflito agrário das “invasões” de terra e comunica que prorrogará o prazo de discussão do PNRA, caso o ministro informe que o prazo estabelecido foi insuficiente, mas sempre dentro de um determinado tempo que não frustre, de nenhuma maneira, a decisão que o governo tomou¹⁹⁴. Nelson Ribeiro, por sua vez, declara que está “amadurecendo” a sua decisão, mas se dispõe a “ouvir vários grupos da sociedade, para saber se precisam de um prazo maior”¹⁹⁵.

Finalmente, Sarney conclama todos a resolver os problemas de maneira racional e não passional e declara que a reação à reforma agrária deve-se a uma interpretação equivocada da noção

¹⁹⁰ Arquivo Paulo de Assis Ribeiro, caixa d. 1964:6 (Arquivo Nacional) apud. Bruno, 1997:141

¹⁹¹ FSP, 11.06.85. Governo deve explicar sua proposta pelo rádio e TV, sugere deputado.

¹⁹² FSP, 11.06.85. Governo deve explicar sua proposta pelo rádio e TV, sugere deputado.

¹⁹³ FSP, 16.06.85. Falar menos e ouvir mais.

¹⁹⁴ JB, 18.06.85. É impossível avançar sem reforma agrária profunda.

¹⁹⁵ JB, 18.06.85. Ministro promete consulta.

de conflito. Conflitos agrários, diz ele, “são aqueles nos quais há dúvida sobre a propriedade da terra. Nada tem a ver com invasão de terras. Invasão de terra, em face do código penal, é crime. Não é conflito agrário. Mas misturou-se essa noção de conflito agrário, na forma dita pelo Estatuto da Terra, com o tipo de conflito que é um conflito de ordem pública”, afirma¹⁹⁶.

A prorrogação do prazo para discussão da proposta de PNRA é suficiente para acalmar os representantes políticos dos grandes proprietários de terras e a classe política. Roberto Cardoso Alves declara-se satisfeito com os esclarecimentos prestados pelo presidente, e Saldanha Derzi afirma que a entrevista de Sarney, “agora sim, tranqüilizou a nação e colocou em seus devidos lugares os termos do Plano de Reforma Agrária”¹⁹⁷. Antônio Carlos Magalhães, ministro das Comunicações, declara que “o presidente colocou um ponto final nas apreensões que o assunto vinha provocando, principalmente para aqueles que pensavam que iam perder suas terras produtivas” e conclui dizendo que “se Sarney tivesse colocado a reforma agrária nos termos que fez, talvez não tivesse provocado a celeuma que provocou em todo o país”¹⁹⁸. Pedro Simon, por sua vez, louva a objetividade e a clareza do presidente ao falar sobre a necessidade de acabar com “a distorção de uma realidade onde 30 milhões de pessoas não produzem e não consomem, bem como defender uma reforma agrária sem traumas, sem violência, mas justa e nas áreas necessárias”¹⁹⁹. São poucas as vozes dissonantes como a de Prisco Viana²⁰⁰, para quem o pronunciamento de Sarney não tranqüilizou o meio rural porque, enquanto o ministro de Assuntos Fundiários declara que fará a reforma agrária também nas áreas produtivas, Sarney “fica na retranca e não detalha onde a reforma será feita”²⁰¹.

A imprensa revela-nos um governo frágil, confuso e temeroso em face dos grandes proprietários de terras e dos seus aliados políticos. Um governo com dificuldade, e com medo, de “somar forças” com os trabalhadores rurais e os defensores de uma reforma agrária. No momento em que Mirad, Incra e Sarney estiveram empenhados na defesa da Proposta de reforma agrária, praticamente não encontraram o respaldo necessário para sustentá-la politicamente no espaço em que procuraram. Agora, sob a saraivada dos proprietários, recuam, fragmentam-se e não conseguem tomar a iniciativa nem construir um campo de apoio mais consistente ou interpelar os trabalhadores rurais e seus representantes. Não se empenharam, como diria Velho.

¹⁹⁶ JB, 18.06.85. É impossível avançar sem reforma agrária profunda.

¹⁹⁷ JB, 18.06.85. Antonio Carlos diz que não há mais apreensão.

¹⁹⁸ JB, 18.06.85. Antonio Carlos diz que não há mais apreensão.

¹⁹⁹ JB, 18.06.85. Antonio Carlos diz que não há mais apreensão.

²⁰⁰ JB, 18.06.85. Antonio Carlos diz que não há mais apreensão.

²⁰¹ JB, 18.06.85. Antonio Carlos diz que não há mais apreensão.

Após a coletiva na imprensa, Sarney eventualmente retoma seu discurso populista. Na visita ao Projeto de Irrigação Nilo Coelho (PE), ele reitera que “as regiões improdutivas existem como ficção de uma riqueza inútil e evidentemente atentam contra a função social da terra consagrada na Constituição”²⁰². Nessas áreas, diz ele, “além de improdutivas, abandonadas, o tejú que vimos aqui, o preá, a capivara, são mais importantes que o homem. O homem que precisa lavrar a terra, criar sua família e participar da riqueza nacional”²⁰³. Mas é uma retórica isolada, eventual, na maioria das vezes desafinada com o discurso oficial do Mirad e do Incra e que não mais ameaça os proprietários. Estes haviam conquistado mais uma vitória: a prorrogação do prazo e a autocrítica do governo reconhecendo os seus erros na condução da reforma agrária²⁰⁴.

3.3.3- “O medo das consequências trágicas”

É grande a preocupação dos governadores dos estados das regiões de ocupação, em evitar a multiplicação dos acampamentos rurais. Inúmeras medidas são tomadas visando impedir a constituição de acampamentos ou amortecer os conflitos de terra. Nas rodovias, barreiras são montadas pelas polícias estaduais proibindo a “passagem dos caminhões de sem-terra”; nos acampamentos, é constante a presença da polícia.

Paralelamente são constituídas comissões “para negociar com as lideranças do acampados e decidir sobre os futuros reassentamentos”²⁰⁵. No Paraná as comissões contaram a participação de representantes das secretarias de Agricultura, Segurança, Incra e do Ministério Público. Em Santa Catarina, Esperidião Amin adverte sobre as “consequências trágicas” caso o governo Federal não

²⁰² FSP, 16.06.85. Falar menos e ouvir mais.

²⁰³ FSP, 16.06.85. Falar menos e ouvir mais.

²⁰⁴ Ao fim de doze versões sucessivas, Sarney finalmente assina, no dia 10 de outubro de 1985, o I Plano Nacional de Reforma Agrária. Diz José Vicente Tavares dos Santos: “Todavia, já o lugar deste I Plano Nacional de Reforma Agrária deste as prioridades governamentais estava invertido: a Reforma Agrária se inseria agora em um programa mais amplo, a ‘Política Nacional de Desenvolvimento Agrário’, cujo objetivo consistia, mais uma vez, na expansão da modernização do setor agropecuário e na formação de uma camada de agricultores médios no campo. (...) se o documento assinado ainda continuava a lembrar a ‘dívida social da nação’, a própria estratégia começava a ser mudada. Assim, mesmo que se falasse ainda em ‘função social da propriedade’, o procedimento da desapropriação era apenas considerado como ‘um meio e não um objetivo em si mesmo’: o I PNRA propunha que fosse ‘a negociação e o acordo o instrumento básico a ser utilizado’ para obter as terras. Em seguida, previa que ‘apenas as partes improdutivas dos latifúndios poderiam vir a ser expropriadas, não poderiam ser desapropriadas, nem as ‘empresas rurais’ nem as propriedades onde houvesse uma elevada concentração de pequenos arrendatários e parceiros. Do ponto de vista da participação, o I PNRA continuava a acenar às ‘diferentes instituições, sindicatos, associações, grupos e movimentos’ (...) e previa a constituição, em cada Estado das ‘Comissões Agrárias’ (Tavares dos Santos, 1988:9-10).

²⁰⁵ FSP, 13.07.85. Mil famílias já estão acampadas no Paraná.

envie “urgentemente” pessoal credenciado para iniciar as negociações²⁰⁶. Segundo a FSP, ele hesita em cumprir a decisão da justiça autorizando a reintegração de posse das áreas ocupadas, assinalando que, antes, desejaria uma definição do Mirad nas negociações.

São tensas as relações entre os representantes dos governos Estaduais e as lideranças dos trabalhadores rurais sem terra. As negociações são difíceis e as reivindicações dos acampados, mesmo as mais imediatas, como por exemplo liberação de áreas para o plantio, assistência médica e permissão para retirar lenha das propriedades vizinhas, quase sempre não são atendidas. O jornal OESP informa que, no Paraná, é “remoto o atendimento dos pedidos apresentados pelos acampados” na reunião com a comissão de negociação, para a liberação de áreas para o plantio²⁰⁷.

A “nova realidade” força os representantes dos governos estaduais, com poder de solicitar a intervenção policial e ancorados em suas articulações políticas, a se posicionar publicamente sobre as ocupações de terra. Enquanto o governador de SC define como a principal causa das “invasões” a má distribuição de terras no Sul do país e critica o governo Federal por não haver estudado os meios para oferecer melhores condições de vida aos agricultores que já possuem um pedaço de terras²⁰⁸, o prefeito de Santa Rosa Papuã (SP) concorda “que as invasões estão erradas e que a lei deve ser cumprida” mas considera “muita desumanidade o que está acontecendo”²⁰⁹. Enivaldo Ferreira, juiz da região do AM, afirma que, com o PNRA, houve um aumento significativo dos processos relacionados com as invasões em terras demarcadas, mas que o movimento “é espontâneo”, ao contrário do que os fazendeiros desejam fazer crer. “O pessoal assiste televisão e sabe quando deve se organizar”²¹⁰, diz ele. Amin posiciona-se contra a interferência da polícia estadual e alerta Nelson Ribeiro sobre a tensão existente no oeste do estado. Ele se diz preocupado com a situação e enfatiza que a polícia estadual só interferirá para evitar derramamento de sangue”²¹¹.

Vários governadores, semelhança dos grandes proprietários de terra, também procuram desqualificar os acampados, caracterizando-os não com incapazes e sim como “falsos agricultores”. Para José Richa, dentre os “invasores” que recentemente tomaram a Fazenda Jaciretá

²⁰⁶ FSP, 01.06.85. Governo de SC teme conflitos.

²⁰⁷ OESP, 13.07.85. Cresce a ameaça de invasão no Paraná.

²⁰⁸ JB, 28.05.85. Catarinenses invadem latifúndios no Oeste.

²⁰⁹ FSP, 08.06.85. Começa remoção de acampamento dos sem-terra em SC.

²¹⁰ JB, 08.06.85. Fazendeiros no Paraná fazem pacto de defesa.

²¹¹ JB, 29.05.85. Catarinenses fogem de famílias sem terra.

em Renascença (PR), “encontravam-se comerciantes e proprietários rurais”. Além disso, “80% não eram trabalhadores rurais sem terra, nem eram do Paraná”, afirma²¹².

Diante da proliferação das milícias armadas e do agravamento dos conflitos sociais, abre-se então, na grande imprensa, um campo de debate entre vários porta-vozes dos governos Federal e Estaduais sobre quais seriam as reais atribuições do Estado. Para Itari Silva, secretário de Segurança do Pará os governos estaduais não deveriam permitir a formação de polícias particulares, pois isto significaria “a alienação de um poder que lhe é exclusivo”²¹³. Segundo ele a polícia rural, criada há alguns anos para combater o roubo de gado, hoje, “encontra-se totalmente desvirtuada em seus objetivos”, o que é inadmissível. Da mesma forma para Aleixo Paraguassí Neto, secretário de Segurança Pública do MS, “a atribuição de defesa da ordem pública é do Estado, e procuraremos buscar a solução dentro da ordem legal”²¹⁴.

A formação de milícias privadas divide os porta-vozes e representantes dos governo Estaduais. O vice-governador do Pará, Laercio Franco, considera “perfeitamente normal” a solicitação da associação dos produtores do sul do Pará, para legalizar as milícias privadas, argumentando que: “assim como existem, na cidades empresas que trabalham nesse sentido, por que não o mesmo para o campo?”²¹⁵. Segundo Franco, as milícias armadas funcionariam como uma empresa de segurança em defesa de uma propriedade “*legalmente adquirida*”²¹⁶. Ao mesmo tempo ele se empenha em negar que “os fazendeiros do estado estariam se armando” e declara que “a imprensa está vendo visagem”²¹⁷. Jader Barbalho governador do Pará, ao ser interpelado sobre os conflitos armados, diz desconhecer a intenção dos fazendeiros do sul do estado de adquirirem armas para formar milícias particulares contra as invasões de terra²¹⁸, entretanto culpa a “passionalidade” e “medo” dos grupos empresários paulistas pela inviabilização da reforma agrária. Segundo ele, a postura do empresariado paulista deve-se, sobretudo, ao temor de perderem os benefícios do artigo 18 da legislação de incentivos fiscais²¹⁹. Augusto Berthier, secretário de segurança do Rio Grande do Sul, considerou inútil o desarmamento dos fazendeiros, “uma vez que

²¹² FSP, 03.06.85. Proprietários rurais invadem áreas do Paraná.

²¹³ FSP, 06.06.85. Fazendeiros organizam milícias, diz secretário.

²¹⁴ FSP, 19.06.85. Acampados em Mundo Novo são 6 mil.

²¹⁵ FSP, 06.06.85. Fazendeiros organizam milícias, diz secretário.

²¹⁶ FSP, 06.06.85. Fazendeiros organizam milícias, diz secretário.

²¹⁷ FSP, 06.06.85. Fazendeiros organizam milícias, diz secretário.

²¹⁸ JB, 08.06.85. Fazendeiros no Paraná fazem pacto de defesa.

²¹⁹ FSP, 17.06.85. Jader Barbalho critica os que se opõem ao Projeto.

suas armas estão dentro da quantidade permitida por lei”²²⁰ e João Jardim, também secretário de estado (e ex-diretor da Farsul), afirmou ao jornal Zero Hora “que as armas são para a solidão do campo”²²¹.

Já Aleixo Paraguassí Neto do Mato Grosso do Sul declara que “não vê com bons olhos a ação dos proprietários de terra em se armar para defender suas propriedades”²²². E Richa desponta como um dos principais críticos da criação de milícias privadas: “como homem de governo não posso aceitar passivamente a confissão do presidente da Sociedade Rural do Sudoeste do Paraná de que os fazendeiros estabeleceram um pacto de solidariedade para defesa de suas terras. Medidas serão tomadas para apurar a existência desses grupos (...) pois pude constatar pessoalmente a criação de grupos armados em Cascavel” declara ao JB²²³. No entanto, ele avalia que os fazendeiros a favor da violência “são uma minoria que não entendeu o alcance do projeto do Sarney e resolveu tirar partido como se estivessemos na iminência de uma guerra no campo (...) Preparar-se como faz a Socepar para uma hipotética batalha é rigorosamente uma insânia e uma provocação ao governo”²²⁴.

Além dos governadores e de seu *staff* mais imediato, os prefeitos também encontram-se preocupados em evitar os conflitos de terra. Alguns sugerem como alternativa a venda de terras. Outros, como em Santa Rosa Papuã (SC) argumentam estar “tentando tudo para evitar um choque armado de terríveis conseqüências”²²⁵.

No oeste de Santa Catarina “mais de 1.200 soldados da PM mantêm fortes barreiras armadas nas principais rodovias da região para impedir a passagem de caminhões e ônibus com trabalhadores rurais oriundos do RS”²²⁶. A polícia militar enviou 700 policiais para auxiliar os 1.400 do batalhão sediado em Chapecó a fim de “neutralizar os conflitos armados em cinco grandes propriedades rurais particulares (parcial ou totalmente ociosas) que foram invadidas: Quilombo, Abelardo Luz, Mondai e São Miguel do Oeste”²²⁷. Segundo o jornal OESP, a presença da polícia “é quase uma reivindicação dos sem-terra que temem uma invasão dos acampamentos pelos jagunços, a mando dos fazendeiros” por isso, próximo à área dos acampamentos seis homens

²²⁰ Zero Hora, 20.07.85. PUR continua evitando violência.

²²¹ Zero Hora, 20.07.85. PUR continua evitando violência.

²²² FSP, 19.06.85. Acampados em Mundo Novo são 6 mil.

²²³ JB, 11.06.85. Richa nega que seu governo acoberte invasões de terra.

²²⁴ JB, 11.06.85. Richa nega que seu governo acoberte invasões de terra.

²²⁵ FSP, 08.06.85. Começa remoção de acampamento dos sem-terra em SC.

²²⁶ FSP, 09.06.85. Sem-terra ainda ocupam fazendas em Santa Catarina.

²²⁷ FSP, 01.06.85. Governo não tolerará invasões, afirma o presidente do Incra.

da polícia militar “vigiam a área”, uma força considerada pela imprensa insuficiente em caso de conflito, mas que “impediu o descarregamento de alimentos, roupas, utensílios que era parte das mudanças dos agricultores vindos de Planalto”²²⁸.

3.4. O poder da imprensa

“A imprensa pelo menos é sincera contradizendo-se a cada minuto”

Fernando Pessoa

Pierre Bourdieu, ao analisar a relação existente entre o jornalismo e a política, afirma que, de um modo geral, “o campo jornalístico produz e impõe uma visão inteiramente particular do campo político que encontra seu princípio ordenador na estrutura do campo jornalístico e nos interesses específicos dos jornalistas que aí vão se engendrando”(Bourdieu:1998:95). Ainda segundo o autor, haveria uma sobredeterminação da estrutura do campo jornalístico sobre o campo político condicionada na necessidade de tornar a política mais palatável e interessante a qualquer preço. “Em um universo dominado pelo temor de ser entediante e pela preocupação (quase pânico) de divertir a qualquer preço, a política está condenada a aparecer como um assunto ingrato, que se exclui tanto quanto possível dos horários de grande audiência, um espetáculo pouco excitante, ou mesmo deprimente, e difícil de tratar, que é preciso tornar interessante a qualquer preço”²²⁹, diz o autor.

Bourdieu é, sem dúvida, minha principal referência na reflexão sobre o papel da imprensa na mobilização patronal dos anos 80, mas para melhor entender a nova situação que se instaura com o acirramento “dos embates de classe” em torno da questão fundiária, somos levados a relativizar os seus pressupostos sobre a relação entre jornalismo e política, devido, principalmente, à dificuldade de demarcar as fronteiras entre os dois campos e definir quem estabelece a dinâmica e as regras do princípio ordenador.

Nos meses de junho e julho de 1985, com a ampliação do movimento de ocupações de terra, pelos trabalhadores rurais, e a constituição dos grupos patronais de defesa da propriedade, há

²²⁸ OESP, 03.07.85. Cresce ameaça de invasão no Paraná.

²²⁹ Decorreria daí, segundo o autor, “tendência a sacrificar cada vez mais o editorialista e o repórter-investigador em favor do animador-comediante; a informação, análise, entrevista aprofundada, discussão de conhecedores ou reportagem em favor do puro divertimento e, em particular, das tagarelices insignificantes dos *talk shows* entre interlocutores credenciados e intercambiáveis” (Bourdieu, 1998:96).

um deslocamento do jogo político para as classes sociais mais diretamente envolvidas nesse processo e, conseqüentemente, uma ‘subordinação’ tanto da grande imprensa como da política institucional à dinâmica dos conflitos sociais existentes entre grandes proprietários e trabalhadores rurais sem terra. Nesse momento, não são as estruturas e os interesses, nem do campo jornalístico, ou tampouco do campo político no sentido restrito que definem as regras do jogo, mas sim os processos sociais decorrentes do confronto entre os grupos e as classes sociais diretamente envolvidos nesse processo. Independente da proximidade existente entre a linha editorial dos jornais e a retórica patronal sobre a questão fundiária, não seria exagerado afirmar que, a partir do fim de maio de 1985, são os proprietários de terra e seus porta-vozes que detêm a iniciativa política e estabelecem as regras do jogo. São eles que, em nome de suas prioridades, definem as interdições ao debate, projetam a sua visão de mundo e invocam as expectativas do povo e os “desejos” da opinião pública. Os limites dessa nova ofensiva patronal, quando existem, decorrem da mobilização dos trabalhadores rurais sem terra, potencializada pela participação de seus mediadores.

As ocupações e a entrada em cena dos sem-terra, “obrigaram” a grande imprensa a direcionar seu olhar para outras faces da questão agrária até então pouco abordadas. Personagens até o momento ausentes e anônimos nas páginas dos jornais, como por exemplo os fazendeiros das regiões de conflito, lideranças dos trabalhadores sem terra, mandantes de assassinatos e capangas, delegados de política, párocos de pequenos municípios, advogados, secretários municipais de segurança, além de esposas e netos de latifundiários, ganham mais visibilidade e vêm a público se posicionar e participar do debate.

No entanto, se por um lado, a imprensa foi “capturada” pela dinâmica da classe-patronal-em-confronto-com-os-seus-principais-opositores, por outro, também assistimos à tentativa dos jornais de resgatar seu espaço próprio, ora estabelecendo suas prioridades, ora buscando construir sua própria leitura sobre os novos acontecimentos. Daí, talvez, a imensa ambigüidade da imprensa em relatar os fatos: editoriais e jornalistas concordam que a violência é o caminho natural para a defesa da propriedade e, ao mesmo tempo, condenam a prática e o clima de violência existentes e associam o agravamento da violência tão-somente à multiplicação das ocupações de terra. Ressaltam a desqualificação dos trabalhadores rurais sem terra, mas retratam a força política das ocupações – apesar de considerá-las ilegais. Reconhecem os trabalhadores sem terra como sujeitos políticos com reivindicações próprias, contudo estão sempre à procura de um mentor, de um

“agente externo” que estaria “por detrás de tudo isso”. Exacerbam e de certa forma dignificam o “poder de fogo” dos grandes proprietários de terra, porém expõem, não sem um certo olhar crítico, o retrato do atraso e a crueldade da violência.

3.4.1. A vez dos leitores

Nessa nova dinâmica que se instaura no campo de conflito agrário, a seção reservada aos leitores²³⁰ – “Cartas dos Leitores” –, rapidamente se transforma em arena política dos defensores e do críticos de uma reforma agrária.

Sem dúvida, há uma seleção, em que os jornais estabelecem quais cartas deverão ser publicadas, e mesmo as publicadas sofrem ajustes e cortes. A própria seleção retrata o que os jornais consideram importante tornar público. Por exemplo, há uma preponderância de leitores elogiando a linha política dos editoriais e é insignificante o número de cartas favoráveis ao PNRA, e mesmo assim elas têm em comum o medo da conjuntura de transição e a crítica à postura do governo da Nova República sobre a reforma agrária. No entanto, a seção de cartas nos possibilita perceber, de um outro lugar e de um outro modo, novos aspectos do debate sobre a problemática fundiária, até então pouco evidentes. Permite-nos, ainda, apreender a dimensão relacional dos discursos e os diferentes matizes das argumentações. E, o que é mais importante, traz em cena o leitor, até então anônimo.

Todos têm algo a dizer ou se sentem no dever de contribuir. Todos se reconhecem no direito de ter uma opinião sobre o tema da reforma agrária. Acorados em suas experiências pessoais, eles defendem ou criticam o PNRA e a reforma agrária, e expressam seus temores ou elogiam o governo da Nova República. Os profissionais liberais, em especial os engenheiros agrônomos, se remetem à legitimidade de seu conhecimento ou “à convivência direta e ininterrupta com produtores rurais das mais variadas condições sociais, culturais e econômicas”²³¹, para estabelecer os critérios de produtividade dessa ou daquela região. Outros, porém, pedem licença

²³⁰ Foram pesquisados o Estado de S. Paulo, a Folha de S. Paulo e o Jornal do Brasil. Foi impossível realizarmos o levantamento das cartas endereçadas ao jornal O Globo, pois este encontrava-se indisponível na biblioteca nacional. A pesquisa e a reflexão sobre as cartas dos leitores contou com a participação de Ana Clara Milhomem, aluna da UFRRJ, através do programa Pibic

²³¹ OESP, 30.06.85. A reforma agrária (José Geraldo Rodrigues de Oliveira, eng. agrônomo e “modesto” produtor rural).

para “intrometer a colher torta na conversa” e sugerem que o governo deveria, antes de implementar a reforma agrária, resolver os principais problemas brasileiros.

Os filhos e as esposas dos grandes proprietários de terra, considerando-se legitimados pelas relações de parentesco, enunciam a inviabilidade da reforma agrária. Os políticos, porque políticos, sentem-se no dever de se posicionar “sobre um tema tão complexo” de se dissociar da estreita relação existente entre propriedade e política. Em nome da opinião pública e do bem da nação, defendem-se ou criticam-se as experiências de reforma agrária. Da mesma forma, em nome da democracia e da liberdade, recusam-se ou aceitam-se a distribuição de terras e o monopólio fundiário.

Inúmeras questões apenas expressas nas páginas dos jornais são esmiuçadas de um modo muito mais evidente. A luta pelo controle da representação patronal nos dá um retrato muito mais preciso das divergências existentes no interior das organizações de classe. As apreciações sobre a reforma agrária são mais intolerantes e ofensivas, e a artilharia anticomunista ultrapassa as fronteiras ideológicas. Os assessores de imprensa ameaçam abertamente o governo da Nova República, e os leitores contrários a uma reforma agrária no Brasil desqualificam, de modo muito mais intenso, os trabalhadores rurais e seus mediadores, em especial a Igreja progressista. Há, também, maior preocupação com o reconhecimento da “opinião pública”, e os partidários de uma reforma agrária procuram diluir as hostilidades, amenizar os conflitos e privilegiar o consenso. Por fim, é a defesa do monopólio da propriedade como fundamento do discurso patronal em suas inúmeras versões e significações que, na seção de cartas, dá o tom do debate.

Box 4- Caracterização dos leitores de acordo com sua posição sobre a reforma agrária

	FSP		OESP		JB		TOTAL	
LEITORES CONTRÁRIOS	N	%	N	%	N	%	N	%
Proprietários de terra	07	28,0	20	39,2	12	75,0	39	42,4
Demais leitores	05	20,0	30	58,8	02	12,6	37	40,2
<i>Subtotal</i>	12	48,0	50	98,0	14	87,6	76	82,6
LEITORES FAVORÁVEIS	N	%	N	%	N	%	N	%
Proprietários de terra	-		-		01	6,2	01	1,1
Demais leitores	13	52,0	01	2,0	01	6,2	15	16,3
<i>Subtotal</i>	13	52,0	01	2,0	02	12,4	16	17,4
TOTAL	25		51		16		92	100,0

Apesar da diversidade existente, é possível agregar os leitores em dois principais grupos: o primeiro, correspondendo a 82,6% do total das cartas enviadas e composto pelos representantes patronais e pela grande maioria dos leitores, posiciona-se a favor da grande propriedade fundiária por considerá-la como o único modelo “viável e eficaz” – base do desenvolvimento da nação – ; é contra a desapropriação como instrumento prioritário da reforma e considera os trabalhadores rurais incapazes de “ascenderem à condição” de proprietários. O segundo grupo, ao contrário, defende o fim do monopólio fundiário; é a favor da desapropriação como o principal instrumento da reforma agrária; apóia a proposta de PNRA – apesar de reconhecer os seus limites – e sustenta que os trabalhadores rurais têm todo o direito de se tornarem proprietários de terras. Este grupo corresponde a 17,4% do total dos leitores.

Box 5 - Os leitores do O Estado de S. Paulo

O Estado de S. Paulo – Dos Leitores (maio a julho de 1985)	
Flávio Teles de Menezes	Pres. SRB
Flávio da Costa Brito	Pres. da CNA
Fernando Vergueiro	Diretor secretário da SRB
Carlos Soulie Franco do Amaral	Pres. Sindicato Rural de Lins (SP)
Joaquim Augusto S. Azevedo Souza	Pres. Sindicato Rural de Ribeirão Preto (SP)
José Cassiano Gomes dos Reis	Pres. Sindicato Rural de Jaú
Maurício Lima Verde Guimarães	Pres. Sindicato Rural de Bauru (SP)
Ricardo Afonso Junqueira	Pres. Sindicato Rural de Poços de Caldas (SP)
Vicente Limongi Netto	Assessor de imprensa da CNA (BSB)
Basilio de Araújo Neto	Pres. da Sociedade Rural do Paraná
Aldo Pedreschi	Proprietário Rural - Sertãozinho
Paulo Macedo Garcia Filho	Produtor Rural São José do Rio Preto (SP)
Antonio Coelho de Melo Lemos	Cooperativa Agropec. Cássia e CNC
Sérgio Cardoso de Almeida	Empresário Rural (SP)
José Angelo Macedo Saporiti	Procel Empreendimentos Florestais Ltda.
Fernando Penteado Cardoso	Pres. da Manah S/A (SP)
Guilherme Afif Domingos	Pres. Associação Comercial de São Paulo (SP)
Edith M. Natividade	Engenheiro Agrônomo
Eduardo de Souza Queiroz	Engenheiro Agrônomo
José Geraldo Rodrigues de Oliveira	Engenheiro Agrônomo, produtor rural
Marcelo de Carvalho Silva	Engenheiro Agrônomo
Matheus Schnaider	Presidente do Clube de Engenharia
Elemar Zigila Lopes Machado	Médico- Inúbia Paulista (SP)
Desidério Alfredo Fontana	Advogado (SP)
Alexandre Alissio Moretti	Capital (SP)
Alfredo Campana	Capital (SP)
Antonio Junqueira de Azevedo	Capital (SP)
Antonio José Junqueira Vilela	Capital (SP)
Arnaldo Teixeira Mendes	Capital (SP)
Aldemar Vitali	Capital (SP)
Eduardo de Souza Queiroz	Capital (SP)
Fernando Buck	Capital (SP)

Ivene G. S. Silveira	Capital (SP)
Jorge Ferreira	Capital (SP)
José Versos	Capital (SP)
José Almeida Prado de Castro	Capital (SP)
José Eduardo Souza Queiroz	Capital (SP)
José Marcos Junqueira Vilela	Capital (SP)
Maria Eugênia Ferrari Borges	Capital (SP)
Orge Ferreira Cerqueira César	Capital (SP)
Pêrcles da Silva Pereira	Capital (SP)
Raul Nina Gutierrez Soares	Capital (SP)
Silvio Camargo Guimarães	Capital (SP)
Sérgio Assumpção Toledo Piza	Capital (SP)
Wilson de Hollanda Maia	Capital (SP)
Wander José Junqueira Vilela	Capital (SP)
Francisco Antonio Moschini	Piracicaba (SP)
José Olinto Soares	Bragança Paulista (SP)
José Mauricio de Toledo Murgel	Jaú (SP)
Paulo Sato	Atibaia (SP)
Paulo César Figueiredo	Mosso Agudo (SP)

É expressiva a presença dos grandes proprietários de terra e de suas entidades de representação na seção de cartas do OESP, que corresponde a 39,2% do total das cartas enviadas. Esse percentual seria muito mais elevado se agregássemos os leitores cujos sobrenomes são identificados com as tradicionais famílias de cafeicultores paulistas como é o caso dos Almeida Prado, dos Junqueira, dos Cerqueira César e dos Toledo Piza. São famílias que, no decorrer do tempo diversificaram suas atividades, seja investindo na pecuária de corte e na produção de cana, seja no setor industrial. Representando dois setores patronais até então ausentes, temos a Manah S/A, do ramo de insumos, e a Procel Empreendimentos Florestais Ltda. – ambas preocupadas com a inclusão de seus nomes na listagem das áreas prioritárias passíveis de desapropriação. Guilherme Afif Domingos²³², pela Associação Comercial de São Paulo, é uma figura emblemática e simboliza o apoio das Associações Comerciais no Brasil aos grandes proprietários de terra.

Chama nossa atenção a presença de Antônio Coelho de Lemos Mello, presidente da Cooperativa Cássia, vice-presidente do Conselho Nacional do Café e ex-chefe de Cadastro do Incra em Goiás. Seu nome, de certa forma, reflete a influência da grande propriedade nos órgãos e instituições públicas responsáveis pela implementação da política fundiária²³³. Por sua vez, nenhum dos municípios paulistas anteriormente arrolados é caracterizado como região de conflito

²³² Afif Domingos e os presidentes das Associações Comerciais foram fundamentais no apoio à UDR durante a Constituinte de 88.

²³³ Não por acaso, nos anos 60, um dos principais preceitos dos reformistas ligados ao IICA foi a defesa do “órgão puro” desvinculado dos interesses patronais. O Ibra, uma autarquia diretamente ligada à presidência da República, representou uma tentativa nesse sentido.

de terra²³⁴. Piracicaba, Bragança Paulista, Ribeirão Preto, Bauru e Lins são regiões relacionadas a cana, pecuária e café. Por fim, e como era de se esperar, dentre as categorias profissionais presentes, temos engenheiros agrônomos, médicos e advogados.

Os leitores do jornal OESP são os que mais se identificam com a linha editorial do jornal e com “os Mesquita”. São freqüentes os votos de louvor e as menções honrosas à “tradição” e “objetividade” dos editoriais e à “justeza” da cobertura jornalística sobre os acontecimentos de 1985. “Parabéns pelos brilhantes editoriais sobre a reforma agrária que honra a tradição de civismo do jornal”²³⁵, diz o presidente da SRB. Flávio Costa Brito também parabeniza o jornal pela “objetividade, isenção e racionalidade” nas análises dos editoriais sobre os “equivocos do PNRA”²³⁶. Jorge Ferreira Cerqueira César, por seu turno, aplaude o “espírito público, desprendimento e nobreza dos Mesquita – que há quase um século fazem o mais sério e expressivo órgão da imprensa brasileira e injetam renovado espírito de luta e esperança em quem trabalha, produz e ama este país”²³⁷. Ele finaliza recordando que “uma nação que possui um jornal como esse não está morta”²³⁸.

Maria Eugênia Ferrari Borges ressalta o “bom senso” das reportagens num momento tão “crítico” e garante que o jornal OESP “jamais se calará, despertando e criticando construtivamente tudo o que em nome da vida política e social interessa a cada brasileiro”²³⁹. Afif Domingos, em nome do Conselho da Associação Comercial de São Paulo, parabeniza a conduta “austera e patriótica” do OESP – “verdadeiro arauto das mais lídimas aspirações democráticas”²⁴⁰. E Angelo Saporiti, em nome dos empresários agrícolas “recolhidos no anonimato que caracteriza todos os produtores rurais”, deposita seus votos de louvor aos Mesquita “pelo enfoque dado ao tema da distribuição de terras”²⁴¹. Os Junqueira Vilela elogiam a justeza da posição do jornal sobre a livre iniciativa e o “tino empresarial” dos produtores rurais contra a reforma agrária “injusta e traumatizante”²⁴² da Nova República

²³⁴ Nos anos 80, os conflitos fundiários se concentravam sobretudo na região do Pontal de Paranapanema (SP).

²³⁵ OESP, 06.06.85. Brilhantes editoriais (presidente da SRB).

²³⁶ OESP, 20.06.85. As palavras e os fatos (Flávio da Costa Brito, CNA).

²³⁷ OESP, 11.06.85. A reforma agrária (Jorge Ferreira Cerqueira César, capital).

²³⁸ OESP, 11.06.85. A reforma agrária (Jorge Ferreira Cerqueira César, capital).

²³⁹ OESP, 11.06.85. Reforma agrária (Maria Eugênia Ferrari Borges).

²⁴⁰ OESP, 14.06.85. Louvor a O Estado (Guilherme Afif Domingos).

²⁴¹ OESP, 09.06.85. Reforma agrária 2 (José Angelo Macedo Saporiti).

²⁴² OESP, 06.06.85. Antonio José Junqueira Vilela, José Marcos Junqueira Vilela e Wander José Junqueira Vilela, capital.

Box 6 – Os leitores da Folha de S. Paulo

Folha de S. Paulo- Cartas dos Leitores (maio a julho de 1985)	
Flávio Teles de Menezes	Presidente da SRB
Fernando Vergueiro	Diretor SRB
Eduardo Teixeira	Assessor de imprensa da Farsul (RS)
Vicente Limongi Netto	Assessor de imprensa da CNA
Carlos Olinto Brandão	Pres. do Sind. Rural Alto Noroeste, Araçatuba (SP)
Nelson da Silva Ferreira	Criador (SP)
Nilson Carvalho de Freitas	Advogado da Agropec. S/A Fazenda Mirassol (MT)
José Graziano da Silva	Professor da Unicamp Campinas (SP)
Flademir Araújo	Assessor de imprensa do MST
Carlos Sérgio Canovo	Assessor de imprensa do MST
Luiz Fernando F. Araújo	São Paulo (SP)
Luiz Mendes	São Paulo (SP)
Maria Helena Leal Castro	São Paulo (SP)
Rinaldo Tavares Souto Maior	São Paulo (SP)
Said Farhat	São Paulo (SP)
José Moacir Calpos	Campinas (SP)
Januário Montone	Campinas (SP)
Zien Nassif	Jaú (SP)
Euclides Rossinholi	Ourinhos (SP)
Manuel Eduardo T. Teixeira	Ribeirão Preto (SP)
Paulo César de Figueiredo	Morro Agudo (SP)
Victor de Silva Reubern	São Carlos (SP)
Alceu Amoroso Lima Filho	Bahia (BA)
Antonio Leite Carvalhes	Campos (RJ)
Jacir Monteiro	Curitiba (PR)

A Folha de S. Paulo, apesar da presença expressiva dos grandes proprietários de terra, 28,0% das cartas, é bem mais diversificada e é o único jornal que abre espaço para os representantes do trabalhadores rurais sem terra e para os leitores favoráveis ao PNRA e à reforma agrária: do total das cartas, 52,0% são a favor da desapropriação como instrumento prioritário da reforma e defendem a consolidação da pequena produção familiar como modelo de reforma agrária.

O leitor da FSP aparentemente é mais distante da linha política dos editoriais. Afora os representantes patronais que parabenizam o jornal pela “belíssima campanha esclarecedora sobre os efeitos nefastos do Plano”²⁴³, como diria Carlos Olinto Brandão, e o professor José Graziano da Silva, que cobra da FSP sua posição favorável à tributação das terras, praticamente ninguém faz referência à cobertura do jornal – quase sempre crítica à reforma agrária e desqualificadora dos trabalhadores rurais – sobre a problemática agrária. Interessa-lhes, em especial aos defensores da

²⁴³ FSP, 19.06.85. Reforma agrária (Carlos Olinto Brandão, pres. do Sindicato Rural da Alta Noroeste).

proposta de PNRA, a possibilidade de fazer uso desse espaço para tornarem públicas suas idéias e posições

Um segundo traço da FSP é interpelar os leitores rebatendo ou reafirmando, com a autoridade de quem detém o poder da mídia, a legitimidade de suas fontes ou a justeza de suas posições políticas. Quando Nilson Carvalho de Freitas, advogado da Agropecuária S/A Mirassol, contesta a inclusão da fazenda Mirassol (MT) na relação publicada pelo jornal sobre as áreas passíveis de desapropriação²⁴⁴, declarando que houve um equívoco do jornalista responsável pela matéria, a nota da redação afirma não ter havido nenhum equívoco e nesse momento se respalda nas informações colhidas junto ao Mirad. Quando Graziano da Silva²⁴⁵ cobra coerência da FSP por sua defesa da via tributária, lembrando que no passado o jornal posicionara-se criticamente, a redação argumenta que o fato de a tributação não ter sido corretamente aplicada no passado não significa que não possa ser aperfeiçoada “para desempenhar o que dela se espera”²⁴⁶. O editorialista aproveita a oportunidade para colocar-se a favor de uma reforma agrária como instrumento de política agrícola e discordar de Graziano, afirmando que sua sugestão de expropriar a valorização do imóvel via taxaçaõ significa tão-somente “uma opinião sobre uma questão que passa ao largo da polêmica sobre a reforma agrária, pois esta objetiva garantir a eficiente utilização produtiva da terra, e não a eliminação de externalidades econômicas”²⁴⁷.

Box 7 - Os Leitores do Jornal do Brasil

Jornal do Brasil – Cartas dos Leitores (maio a julho de 1985)	
Antônio Ernesto Salvo	Pres. da Faeng
Carlos Raimundo Baiardy	Pres. do Sindicato Rural de Guandú (BA)
Humberto Salomão Mafuz	Pres. do Sindicato Rural de Itajuí (PE)
Marcus Wanderley	Pres. do Sindicato Rural de Pau Brasil (BA)
Olympio Vargens	Pres. do Sindicato Rural de Camaca (BA)
Parizio de Deus Gomes	Pres. do Sindicato Rural de Venceslau Guimarães (BA)
Pedro Baracat	Pres. do Sindicato Rural de Camaca (BA)
Sandoval Alcântara	Pres. do Sindicato Rural de Ubatã (BA)
Walter Oliveira	Pres. do Sindicato Rural Itaju do Colônia-
Wanderlei Rocha Rosário	Pres. do Sindicato Rural Nilo Peçanha (BA)
Alberto da Costa Brito	Representante dos produtores de Cacau do Brasil
Salim Felício	Pres. da Agropecuária Sta. Julia S/A- Campo Grande (MS)
Diretoria	Giacomet-Marodin Indústria de Madeiras S/A (RS)
Dirceu Carneiro	Deputado e médio proprietário rural
Wilson Aese	Deputado federal PMDB/ES e proprietário rural
Fuad Bunahum	Rio de Janeiro

²⁴⁴ FSP,03.06.85. Reforma agrária. (Nilson Carvalho de Freitas advogado Faz. Agropecuária Girassol)

²⁴⁵ FSP,25.06.85. Reforma agrária (prof. José Graziano da Silva, Unicamp (SP))

²⁴⁶ FSP,25.06.85. Nota da Redação.

²⁴⁷ FSP,25.06.85. Nota da Redação.

Já a seção de cartas do JB não tem a mesma densidade argumentativa nem a mesma diversidade de leitores. O espaço reservado aos leitores é formal e burocrático e se concentra (62,5% sobre o total) nos pronunciamentos dos presidentes de sindicatos rurais, em especial do Estado da Bahia, todos se solidarizando com a linha editorial do JB – considerada por eles como a expressão da “vanguarda da defesa dos interesses ruralistas brasileiros”. Vale salientar, contudo, a presença do representante dos produtores de cacau, de madeireiros e políticos, estes últimos esclarecendo e refutando a inclusão de seus nomes na lista dos latifundiários publicada pelo jornal. Enquanto Wilson Aese (PMDB/ES) nega que seja proprietário de terra, pois apenas herdou recentemente 120 hectares “cujas escrituras foram lavradas em nome de meus filhos menores”²⁴⁸, e aproveita a oportunidade para esclarecer que “ainda não proferiu nenhum pronunciamento” sobre a reforma agrária, Dirceu Carneiro declara-se a favor da reforma agrária deliberada pelo IV^o Contag.

Alguns editoriais do JB tiveram grande repercussão junto aos proprietários de terra e seus porta-vozes. *Lições Históricas*, por exemplo, publicado em maio, teve a acolhida tanto de sindicatos rurais da Bahia como da Faemg. Como num movimento orquestrado, vários presidentes sindicais enviaram cartas aos editorialistas cumprimentando-os pela defesa dos “sagrados direitos ruralistas brasileiros”, como diria Olympio Vargens e Pedro Baracat,²⁴⁹. Além disso, inúmeras moções de solidariedade ao JB foram votadas nas reuniões das entidades patronais e encaminhadas à direção. É o caso por exemplo de Alberto da Costa Brito, representante dos Produtores de Cacau do Brasil²⁵⁰ e da Faemg. A diretoria da Giacommet-Marodin Indústria de Madeiras S/A (RS), por sua vez, diz-se sensibilizada pela matéria publicada em 23 de julho de 1985, intitulada *Riqueza como Alvo* por abordar “com extrema precisão” a situação da empresa, “defendendo-a da desapropriação pelo movimento dos agricultores sem terra do sudoeste do Paraná”: “São incentivos como este, objetivo e desinteressado, que nos levam a um ainda maior entusiasmo para o trabalho e a acreditar numa imprensa livre, honesta, capaz de discernir com clareza os verdadeiros ideais de uma nação livre e ordeira”²⁵¹, conclui seu diretor, revelando outras faces do envolvimento da imprensa em defesa dos grandes proprietários de terra.

²⁴⁸ JB, 26.06.85. Terras (Wilson Aese, deputado Federal PMDB/ES)

²⁴⁹ JB, 31.05.85. Olympio Vargens e Pedro Baracat pres. Sindicato Rural de Camaca.

²⁵⁰ JB, 31.05.85. Alberto da Costa Brito, representante dos produtores de Cacau do Brasil

²⁵¹ JB, 26.07.85. Riqueza como alvo (diretoria da Giacommet-Marodin Indústria de Madeiras S/A (RS)).

3.4.1.1. “Outrora...e Sempre”²⁵²

A seção de cartas também se constitui em espaço de construção da identidade patronal, em que os latifundiários e os empresários procuram se legitimar e defender a grande propriedade fundiária com base em dois principais pressupostos: O primeiro diz respeito ao imenso trabalho exigido pela agricultura – uma atividade considerada “singular”, exposta a toda sorte de intempéries (seca, geada, ventos frios, granizo, inundações, pragas e moléstias)²⁵³, difícil de ser realizada até mesmo pelo Estado; o segundo refere-se à responsabilidade pela produção de alimentos e sustento da nação. “Atuamos numa região dos cerrados onde até mesmo os técnicos das áreas governamentais do Estado não gostam de visitar, receosos de adquirir moléstias comuns naquelas regiões, como xistose, doença de Chagas”²⁵⁴, revela o representante da Procel. Somos a “classe produtora empresarial” brasileira que “trabalha e produz para a grandeza do país”, afirmam Basílio de Araújo Neto, pela Sociedade Rural do Paraná²⁵⁵, e Flávio Costa Brito²⁵⁶. Temos uma responsabilidade histórica pelo desenvolvimento industrial e comercial da nação, reitera o presidente do sindicato rural de Jaú²⁵⁷. Trabalho e produção justificariam, assim, a um só tempo, sua condição de grandes proprietários de terra e empresários rurais.

Logicamente que todos se autodenominam produtores rurais e destacam os elevados índices de produtividade de suas propriedades e empresas. “A Procel é uma das maiores produtoras de sementes de feijão do país (...) além de produzir 6 mil toneladas de produtos básicos”²⁵⁸, informa seu presidente. “A Agropecuária Girassol possui 8.500 hectares de pastagens formadas, contando com mais de cinco mil cabeças de gado e criação de cavalos”²⁵⁹, anuncia Nilson Carvalho de Freitas, reproduzindo na seção de cartas um dos importantes traços de classe do patronato rural brasileiro. A insistência com que tais argumentos se repetem pouco se assemelha à vaidade “natural” das elites econômicas. É como se a cada momento fosse necessário reafirmar a produtividade e contrapor-se à idéia de ociosidade que lhes é socialmente atribuída.

²⁵² Título do livro de Maria Adelina Barros de Castro.

²⁵³ OESP, 21.06.85. Cumprimentos a O Estado (José Cassiano Gomes dos Reis, pres. do Sindicato Rural de Jaú).

²⁵⁴ OESP, 09.06.85. Reforma agrária 2 (José Angelo Macedo Saporiti Procel Empreendimentos Florestais).

²⁵⁵ OESP, 11.06.85. Posição Patriótica (Basílio de Araújo Neto, pres. Sociedade Rural do Paraná).

²⁵⁶ OESP, 20.06.85. As palavras e os fatos (Flávio da Costa Brito, Confederação Nacional da Agricultura).

²⁵⁷ OESP, 21.06.85. Cumprimentos a O Estado (José Cassiano Gomes dos Reis, pres. do Sindicato Rural de Jaú).

²⁵⁸ OESP, 09.06.85. Reforma agrária 2 (José Angelo Macedo Saporiti Procel Empreendimentos Florestais).

²⁵⁹ FSP, 03.06.85. Reforma agrária (Nilson Carvalho de Freitas advogado Faz. Agropecuária Girassol).

De resto, a existência de terras ociosas ou as limitações na atividade produtiva decorreriam antes dos “malfeitos” da política governamental que não lhes garante o mínimo de condições para a exploração racional da terra, ou, então, da insegurança advinda com as “invasões” de terra: Somos uma classe rural composta de “gente trabalhadora e disciplinada”, mas “empobrecida pelos desvios e injustiças governamentais”²⁶⁰, afirma o presidente do Sindicato Rural de Lins. Para ele, haveria um desejo dos “produtores” de “trabalhar melhor e produzir mais” no entanto, falta-lhes um projeto para a agricultura. Segundo Nilson de Freitas, as terras não exploradas da Girassol decorrem da imposição do projeto coordenado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Mas, por via das dúvidas, Antonio Coelho de Melo Lemos, da Cooperativa Agropecuária Cássia, talvez mais atento aos possíveis desdobramentos da política fundiária da Nova República, recomenda aos proprietários que “tenham cuidado no preenchimento da declaração de cadastro do Incra”²⁶¹.

Entremeando-se às críticas ao governo e à reafirmação dos níveis de produtividade, vemos a idéia nunca esquecida e sempre reatualizada da discriminação da agricultura. Lideranças patronais sindicais, proprietários, empresários, pecuaristas, enfim todos sentem-se injustiçados com o “descaso histórico” da sociedade em relação ao setor agrícola: “A verdade é que a agricultura brasileira – verdadeiro celeiro do mundo – sempre esteve relegada a um plano secundário (...) jamais houve uma política agrícola que atendesse às necessidades básicas do produtor rural e do país, que se diz com vocação agrícola”²⁶², indica Rodrigues de Oliveira. “Basta de desestímulo e do tratamento injusto do governo que torna qualquer investimento em fator de alto risco”²⁶³, exprime José Cassiano Gomes dos Reis. Para que a agricultura seja eficiente é preciso dar “condições condignas da vida e estímulos aos que a ela se dedicam – produtores empresariais ou individuais, arrendatários, parceiros e assalariados de todos os níveis”²⁶⁴, reitera Fernando Penteado. “Este setor, responsável pelo sustento dos 40 milhões de brasileiros que vivem na zona rural do país e dos 90 milhões que vivem nas cidades, sem contar com os excedentes para

²⁶⁰ OESP, 04.06.85. Estatuto da Terra (Carlos Soulie do Amaral, pres. Sindicato Rural de Lins).

²⁶¹ OESP, 16.06.85. Cumprimentos a O Estadão (Antonio Coelho de Melo Lemos, Cooperativa Agropec. Cassia, CNC).

²⁶² OESP, 30.06.85. A reforma agrária (José Geraldo Rodrigues de Oliveira, eng. agrônomo e “modesto” produtor rural).

²⁶³ OESP, 21.06.85. Cumprimentos a O Estado (José Cassiano Gomes dos Reis, pres. do Sindicato Rural de Jaú).

²⁶⁴ OESP, 27.06.85. A Venezuela e a Reforma agrária (Fernando Penteado Cardoso, presidente da Manah S/A).

exportação, em nenhum momento contou com o apoio do Estado²⁶⁵, complementa o presidente do sindicato rural de Jaú.

Encontramos ainda, como parte da autodefinição dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, a imagem de um produtor rural atento e ativo às questões sociais. Para se sentir ou ser considerado “plenamente moderno”, faz-se também necessário contratar mão-de-obra carente, disponibilizar ao homem do campo os serviços básicos de saúde e educação e participar dos programas especiais do governo. A Girassol ressalta possuir, em sua propriedade, várias casas para empregados “todas de alvenaria”, além de escola, igreja, açougue, serraria, energia própria²⁶⁶. Nelson da Silva Ferreira, criador em São Paulo, orgulha-se de haver construído em sua fazenda “uma escolinha municipal para as primeiras letras”, além de garantir a contratação de mão-de-obra “recrutada entre a população local, sem nenhuma perspectiva de trabalho”²⁶⁷ e participar ativamente dos programas especiais do governo.

Finalmente, no plano político, vemos a imagem de uma classe coesa, independente, cumpridora dos compromissos assumidos²⁶⁸ e contra a violência: “Nós não somos jagunços e sim empresários que lutam pelo desenvolvimento deste país”, anuncia Salim Falcão, da Agropecuária Júlia²⁶⁹.

Mas, apesar do empenho em apresentar um patronato rural unido em torno de seus interesses, as cartas deixam transparecer as divergências existentes e outras faces da mobilização e da organização patronal rural nos anos 80. Recém-saídos de um Congresso realizado em Brasília que se constituiu em um marco na definição de novas estratégias de ação, os porta-vozes revelam seus temores e discordâncias sobre qual seria o melhor modo de agir e se posicionar na Nova República. Enquanto a ala considerada “radical” e identificada com a atual direção da CNA vem a público criticar a “capitulação de Paulinelli” ao ET, os “moderados”, ao contrário, apelam aos “radicais” que repensem sua atitude, reiterando a importância da representatividade como um dos fundamentos da vitória.

Na avaliação de Paulo Macedo de Aguiar, ficaram patentes no Congresso a falta de união e a fragilidade da mobilização patronal – dois elementos vitais da representatividade, o que tornou cada vez mais distante a possibilidade de o empresariado rural apresentar uma imagem contraposta

²⁶⁵ OESP, 21.06.85. Cumprimentos a O Estado (José Cassiano Gomes dos Reis, pres. do Sindicato Rural de Jaú).

²⁶⁶ FSP, 03.06.85. Reforma agrária (Nilson Carvalho de Freitas advogado Faz. Agropec Girassol).

²⁶⁷ FSP, 23.05.85. Assistência rural (Nelson da Silva Ferreira, criador).

²⁶⁸ FSP, 26.06.85. Reforma agrária (Vicente Limongi Netto, Assessor de Imprensa da CNA).

²⁶⁹ JB, 30.06.85. Vandalismo (Salim Felício Agropecuária Santa Júlia S/A MS).

a “essa que viceja em setores estratégicos da opinião pública e política”²⁷⁰ e que só contribui para evidenciar seus “pontos fracos”. Segundo ele, a representatividade não só está “aquém do que seria necessário para equipararmos em força com a ala progressista da Igreja, com a ala socialista dos partidos políticos e com a Contag”, como também apresenta “uma imagem da classe à disposição de todos quantos queiram usá-la ao sabor de seus interesses”²⁷¹. O IV congresso da Contag e a presença de Sarney no encerramento são vistos como um bom exemplo da representatividade e da capacidade de mobilização da Contag²⁷². Macedo de Aguiar também critica aqueles que não reconhecem a CNA e preferem a “truculência” e a troca de acusações radicais: “Acordem, olhem à sua volta e admitam que os tempos mudaram!”²⁷³, apela. E Vicente Limongi Netto, critica Paulinelli por suas “soluções simplórias” e seus “discursos fáceis” sobre a questão fundiária, além de cobrar-lhe por ter tido condições de equacionar os problemas do campo e nada haver feito: “Habitado a cunhar promessas não cumpridas, fazer análises vazias e observações sem conseqüências, vem agora o Sr. Paulineli, travestido de vidente do passado, falar-nos no Estatuto da Terra, existente há 20 anos e por ele nunca executado quando era poderoso no governo Geisel”²⁷⁴.

Do que se pode apreender, os termos “moderado” e “radical” transformaram-se em palavras políticas intercambiáveis e dependem do lugar e de quem está falando. É “radical” a atual direção da CNA devido à sua posição contra o Estatuto da Terra. Também são “radicais” os que preferem a truculência ao debate e não reconhecem a legitimidade da representação da CNA. Como veremos mais adiante, as divergências existentes, o sentimento de fragilidade e a preocupação com a auto-imagem construída são aspectos importantes na compreensão da ação patronal nos anos 80 e, em grande medida explicam a força e a legitimidade política da UDR, nos anos subseqüentes.

A dificuldade dos proprietários de terras em lidar com a transição política é muito mais explícita nas cartas enviadas aos jornais. A Nova República é vista como uma “ameaça”, um “momento tormentoso que aflige os brasileiros que trabalham para a grandeza de nosso país”, diz Basílio de Araújo Neto, da Sociedade Rural do Paraná²⁷⁵. E a postura do governo é considerada radical e antidemocrática, pois Sarney não saberia conviver com a democracia: “Democracia não é

²⁷⁰ OESP, 13.07.85. O congresso sobre reforma agrária (produtor rural Paulo Macedo Garcia Aguiar).

²⁷¹ OESP, 13.07.85. O congresso sobre reforma agrária (produtor rural Paulo Macedo Garcia Aguiar).

²⁷² OESP, 13.07.85. O congresso sobre reforma agrária (produtor rural Paulo Macedo Garcia Aguiar).

²⁷³ OESP, 12.07.85. A reforma agrária (Aldo Pedreschi, Sertãozinho).

²⁷⁴ FSP, 26.06.85. Reforma agrária (Vicente Limongi Netto, Assessor de Imprensa da CNA) e OESP, 26.06.85. Reforma agrária (Vicente Limongi Netto, Assessor de Imprensa da CNA).

baderna, mas sim o entendimento responsável visando o bem comum da nação”, sentencia o presidente da Cooperativa Agropecuária Cássia e membro do Conselho Nacional do Café²⁷⁶. “A ninguém é lícito ignorar a gravidade da hora presente e a CNA acompanha com grave apreensão a evolução da questão agrária, aflorada intempestivamente sem que se conhecessem seus reais alcances e suas conseqüências que já se fazem sentir, de forma dramática, em diversos locais do país”, considera Vicente Limongi Netto²⁷⁷.

Antonio Coelho de Melo Lemos vai mais longe lembrando que “a Revolução de 1964 nasceu daí, com a pregação da divisão de terras dos fazendeiros e das greves irresponsáveis, como estas atuais do ABC, Correios e Telégrafos e outras”²⁷⁸. Aldo Predeschi²⁷⁹, proprietário rural de Sertãozinho (SP), sugere que a discussão sobre o direito de propriedade – “consagrado em todas as discussões democráticas – seja transferida para os integrantes da futura Assembléia Nacional Constituinte. Um tema tão complexo, argumenta, “não pode ser decidido do dia para a noite, sobretudo por meia dúzia de teóricos, sem nenhuma vivência prática da realidade agrícola”.

Há uma diversidade de concepções sobre a reforma agrária, mas todas têm em comum a defesa do monopólio fundiário e a manutenção da estrutura de propriedade vigente. Na seção de cartas, a reforma agrária desponta, em primeiro lugar, como uma ameaça ao direito de propriedade e à iniciativa privada²⁸⁰ – embora os representantes patronais a considerem uma “necessidade nacional” e se declarem a favor de uma reforma agrária no Brasil. Flávio Brito a qualifica como um “desrespeito à propriedade produtiva”, pelos impactos negativos nas terras “ocupadas”, e sugere que se comece, prioritariamente, pelas áreas devolutas do Estado²⁸¹. A reforma agrária não se resume à simples distribuição de terras, dizem os proprietários, “para que o solo brasileiro garanta aos seus filhos os desejados frutos da terra”²⁸², devendo ser tomadas outras e mais urgentes providências, como, por exemplo, educação, saúde, transporte e armazenamento. Mais uma vez, ao se procurar transformar o redistributivismo fundiário em “simples” distribuição de terras sem maiores significações, está se desqualificando um dos elementos fundantes do pensamento reformista: a mudança nas relações de propriedade e a apropriação privada de um meio de

²⁷⁵ OESP, 11.06.85. Posição Patriótica (Basilio de Araújo Neto, pres. Sociedade Rural do Paraná).

²⁷⁶ OESP, 16.06.85. Cumprimentos a O Estadão (Antonio Coelho de Melo Lemos Cooperativa Agropec. Cassia, CNC).

²⁷⁷ OESP, 26.06.85. A reforma agrária (Vicente Limongi Netto, assessor de Imprensa da CNA).

²⁷⁸ OESP, 16.06.85. Cumprimentos a O Estadão (Antonio Coelho de Melo Lemos, Cooperativa Agropec. Cassia, CNC).

²⁷⁹ OESP, 12.07.85. A reforma agrária (Aldo Pedreschi, proprietário rural Sertãozinho).

²⁸⁰ FSP, 11.06.85. Flávio T. Menezes e Fernando Vergueiro, SRB

²⁸¹ OESP, 20.06.85. As palavras e os fatos (Flávio da Costa Brito, Confederação Nacional da Agricultura).

produção. Falar em uma reforma agrária significa lutar por uma remuneração justa dos produtos da agropecuária, tecnologia, financiamento da produção e comercialização com lucros²⁸³, enfatiza Lemos Neto. E não faltou quem se vangloriasse, como o fez a Agropecuária Girassol²⁸⁴, de haver possibilitado, “de forma pioneira e em nome do entendimento e da compreensão”, a implantação de uma “verdadeira” reforma agrária em suas terras.

Há um grupo de proprietários e de empresários rurais que prefere relatar a história das experiências fracassadas de reforma para mostrar que, apesar de todo o apoio do Estado, ao final, os trabalhadores rurais inevitavelmente abandonam os lotes, ou, o que é pior, vendem suas terras. A principal referência de fracasso é a Revisão Agrária do governo Carvalho Pinto. Segundo o presidente do sindicato rural de Jaú, apesar do planejamento cuidadoso, da implantação de uma infra-estrutura de estradas e serviços, da seleção rigorosa dos beneficiários e do estabelecimento de um prazo de 15 anos para o pagamento dos lotes, “a Revisão não deu certo!”²⁸⁵. Portanto, se essa experiência, “realizada com todo cuidado e em condições extremamente privilegiadas, conseguiu fracassar, imagine o que não poderá acontecer no âmbito nacional, com medidas apressadas?”²⁸⁶, pergunta-se Gomes dos Reis. Outros fracassos também são relatados pelos proprietários, como o caso da Venezuela dos anos 50. Lá, as razões do fracasso são atribuídas à incapacidade do camponês de se modernizar. Para o presidente da Manah S/A, o “mau” uso da terra e conseqüentemente a baixa produtividade decorreriam, sobretudo, “de uma educação deficiente”²⁸⁷ e da demora na emissão dos títulos. Dentre as razões alegadas pelos representantes patronais para os fracassos das experiências reformistas, não há nenhuma referência aos aspectos propriamente políticos e via de regra são raciocínios desenraizados do contexto histórico no qual as experiências encontram-se inseridas, mas nem por isso, ou talvez exatamente por esse motivo, porque foram elevadas à condição de essência, como diria mais uma vez Chauí, deixam de ser eficazes (Chauí:1982).

A concepção de propriedade como direito absoluto é reafirmada a cada momento. O direito de propriedade, segundo os presidentes sindicais, “encontra-se assentado na legitimidade de um

²⁸² OESP,26.06.85. A reforma Agrária (Vicente Limongi Netto assessor de Imprensa da CNA).

²⁸³ OESP,16.06.85. Cumprimentos a O Estadão (Antonio Coelho de Melo Lemos, Cooperativa Agropec. Cassia, CNC).

²⁸⁴ FSP,03.06.85. Reforma agrária (Nilson Carvalho de Freitas, advogado Faz. Agropecuária Girassol).

²⁸⁵ OESP,21.06.85. Cumprimentos a O Estado (José Cassiano Gomes dos Reis, pres. do Sindicato Rural de Jaú).

²⁸⁶ OESP,21.06.85. Cumprimentos a O Estado (José Cassiano Gomes dos Reis, pres. do Sindicato Rural de Jaú).

²⁸⁷ OESP,27.06.85. A Venezuela e a reforma agrária (Fernando Penteado Cardoso, presidente da Manah S/A).

patrimônio legalmente adquirido”²⁸⁸. Portanto, “todos estão dispostos a não permitir que o sacrifício de (suas) vidas e a esperança de (suas) famílias sejam aviltados ou confiscados na violação do princípio básico da civilização democrata: a propriedade privada”²⁸⁹. Nesse sentido, “só os demagogos insistem em dizer que sem fracionar as propriedades rurais não haverá desenvolvimento; só eles fingem ignorar que países desenvolvidos abastecem fartamente seus povos e exportam para o mundo mantendo no campo menos de 5% das suas populações”²⁹⁰, afirma a CNA. Na avaliação do representante do CNC, o Brasil possui terras para “fazer inveja ao mundo inteiro”, pela sua qualidade, pela vocação de diversificação de culturas e principalmente pela quantidade disponível. Portanto, “a produção não está na posse ou na propriedade da terra e sim no trabalho que se venha a fazer sobre ela”²⁹¹. Enfim, um patrimônio que está sendo colocado “à disposição da técnico-burocracia emergente”²⁹² e se encontra ameaçado por pessoas com “objetivos escusos”, a maioria inspirada no marxismo e no socialismo, pessoas que teimam em querer “desacreditar o direito da propriedade privada”²⁹³.

Todos aceitam que a questão fundiária tomou conta do cenário político da Nova República e que “não seria sensato desconhecer que o problema agrário existe e necessita de uma solução”²⁹⁴. No entanto, criticam o modo como ela foi “aflorada intempestivamente”²⁹⁵ pelo governo, sem que se conhecesse seu reais alcances e conseqüências, cujos efeitos “já se fazem sentir, de forma dramática, em diversos locais do país”²⁹⁶. Para alguns, o problema “não é de produção de alimentos, até porque eles existem em todos os supermercados, além dos exportáveis, na ordem de dez bilhões de dólares”²⁹⁷. O que realmente estaria “faltando ao povo – e isso é imperioso que se diga – para que o povo possa alimentar-se bem, é poder aquisitivo, nada mais”²⁹⁸.

Uma infinidade de sentenças e palavras se entremeiam às argumentações dos grandes proprietários de terra e empresários rurais sobre a reforma agrária da Nova República: “subversão

²⁸⁸ OESP, 21.06.85. Cumprimentos a O Estado (José Cassiano Gomes dos Reis, pres. do Sindicato Rural de Jaú).

²⁸⁹ OESP, 04.06.85. Estatuto da Terra (Carlos Soulie do Amaral, pres. Sindicato Rural de Lins).

²⁹⁰ OESP, 26.06.85. A reforma agrária (Vicente Limongi Netto, assessor de Imprensa da CNA).

²⁹¹ OESP, 16.06.85. Cumprimentos a O Estadão (Antonio Coelho de Melo Lemos, Cooperativa Agropec. Cassia, CNC).

²⁹² OESP, 13.07.85. O congresso sobre reforma agrária (produtor rural Paulo Macedo Garcia Aguiar).

²⁹³ OESP, 12.07.85. A reforma agrária (Aldo Pedreschi, Sertãozinho).

²⁹⁴ OESP, 26.06.85. A reforma agrária (Vicente Limongi Netto, assessor de Imprensa da CNA).

²⁹⁵ OESP, 26.06.85. A reforma agrária (Vicente Limongi Netto, assessor de Imprensa da CNA).

²⁹⁶ OESP, 26.06.85. A reforma agrária (Vicente Limongi Netto, assessor de Imprensa da CNA).

²⁹⁷ OESP, 12.07.85. A reforma agrária (Aldo Pedreschi, Sertãozinho).

²⁹⁸ OESP, 12.07.85. A reforma agrária (Aldo Pedreschi, Sertãozinho).

do direito e da ordem pública”; “mácula ideológica”; “medida paternalista”²⁹⁹; “tema-cortina” para encobrir “antigos, reais, permanentes e angustiantes problemas”³⁰⁰; uma política que “contraria o sentimento do povo brasileiro”³⁰¹, “um tema, desta vez revestido de caráter mais demagógico, uma vez que se aproximam os tempos de novas eleições, e esse campo certamente será lavrado, corrigido, adubado e semeado, visando sobretudo à obtenção de safras de votos”³⁰², “tema da moda”, com gente demais, falando sobre reforma agrária no Brasil: padres, poetas, prostitutas, pedagogos, demagogos, fazendeiros reacionários – todos, com algum pouco conhecimento ou total descaramento, vomitam palpites sobre um assunto que deveria ser tratado de uma forma mais seria e responsável”³⁰³.

A suposta complexidade da reforma agrária transformou-se, na seção de cartas, no curinga das falas patronais e encontra-se na base da crítica ao governo, pela pressa com que estaria sendo discutida, pela falta de diálogo, justificando assim a prorrogação do prazo para discussão da proposta de PNRA. A SRB³⁰⁴, particularmente preocupada em estender o prazo para implementação do PNRA ressalta a complexidade e as controvérsias existentes, sendo acompanhada por Aldo Predeschi, para quem o tema é muito complexo “para se decidir do dia para a noite, sobretudo por meia dúzia de teóricos, sem nenhuma vivência da realidade agrícola”³⁰⁵. No plano econômico, a reforma agrária significaria uma regressão na atividade agrícola. “Precisamos impedir os primeiros passos da regressão na agricultura brasileira”, diz o presidente do sindicato rural de Venceslau Guimarães³⁰⁶.

Os infundáveis argumentos contra a Proposta até então enunciados nas páginas dos jornais estão presentes nas cartas. Desta feita, com a contrapartida do papel da grande propriedade e a desqualificação da Igreja e da Contag. Critica-se o caráter antieconômico da reforma, envolvendo recursos que o Estado não dispõe, mas que se dispusesse, deveriam ser aplicados na agricultura, o que permitiria aos “atuais proprietários” a criação de condições de produção de alimentos para “abastecer o mundo inteiro”³⁰⁷. Também são ressaltados os “efeitos nefastos”³⁰⁸ da proposta de

²⁹⁹ OESP, 16.06.85. Cumprimentos a O Estadão (Antonio Coelho de Melo Lemos, Cooperativa Agropec. Cassia, CNC).

³⁰⁰ OESP, 30.06.85. A reforma agrária (José Geraldo Rodrigues de Oliveira, eng. agrônomo e “modesto produtor rural”).

³⁰¹ OESP, 20.06.85. As palavras e os fatos (Flávio da Costa Brito, CNA).

³⁰² OESP, 09.06.85. Reforma agrária 2 (José Angelo Macedo Saporiti).

³⁰³ OESP, 30.06.85. A reforma agrária (José Geraldo Rodrigues de Oliveira, eng. agrônomo e modesto produto rural).

³⁰⁴ FSP, 11.06.85. Flávio T. Menezes e Fernando Vergueiro, SRB.

³⁰⁵ OESP, 12.07.85. A reforma agrária (Aldo Pedreschi, Sertãozinho).

³⁰⁶ JB, 31.05.85. Parizio de Deus Gomes (Sindicato Rural Venceslau Guimarães).

³⁰⁷ OESP, 12.07.85. A reforma agrária (Aldo Pedreschi, Sertãozinho).

PNRA: um plano considerado pelos representantes patronais, no mínimo, “confuso”, “indefinido” e “sem contornos próprios” porque fora feito às pressas e “imposto autocraticamente ao país, sem a participação da classe”³⁰⁹. E, o que é mais grave, considerado “um projeto fartamente abastecido de subsídios fornecidos pela CNBB e ela Contag “que nada somam para o desenvolvimento harmônico do país”³¹⁰. Na pressa, diz Paulo Aguiar, foram omitidas as reservas indígenas e as áreas do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Além disso dois novos aspectos emergem no levantamento dos resultados nefastos do PNRA: a sua implementação conduziria inevitavelmente ao aumento da máquina burocrática do Estado e intensificaria a “ferrugem da corrupção”³¹¹.

Porém, a principal crítica à Proposta diz respeito à desapropriação das terras produtivas. Na leitura dos grandes proprietários, o plano estabelece que toda terra produtiva estará sujeita à desapropriação. “Eis o absurdo!”³¹², anuncia Aldo Predeschi. “Eis a verdadeira ameaça ao direito de propriedade”. Mais absurdo ainda porque o plano defende a desapropriação das áreas próximas aos grandes centros populacionais, “justamente onde se localiza a agricultura mais moderna e produtiva”³¹³. Ary Marimon, por seu lado, considera uma irresponsabilidade de Nelson Ribeiro a defesa da desapropriação nas áreas de tensão social. “Uma vez que se sabe que áreas de tensão podem e foram criadas em questão de horas, em várias regiões do país, provocando situações de pânico no meio rural”³¹⁴, argumenta. Declara ainda que a Farsul só se posiciona a favor da desapropriação das áreas improdutivas para a implementação da reforma, “se começar pelas vastas áreas públicas”³¹⁵. Ou seja, na essência, o que prevalece nas críticas ao PNRA é a reafirmação da precedência da propriedade da terra. Para as lideranças patronais, a proposta de PNRA foge ao direito de propriedade consagrado em todas as Constituições democráticas.

O Estatuto da Terra desponta como alternativa ao PNRA. Segundo a CNA, somente o Estatuto permitiria a reforma agrária “sem violência, sem invasões dirigidas, sem o subversão do direito e da ordem pública e sem o desrespeito à propriedade privada”³¹⁶. Especialmente os presidentes dos sindicatos patronais apropriam-se, a seu modo, de alguns aspectos do Estatuto ou

³⁰⁸ FSP, 19.06.85. Reforma agrária (Carlos Olinto Brandão, pres. do Sindicato Rural da Alta Noroeste).

³⁰⁹ OESP, 12.07.85. A reforma agrária (Aldo Pedreschi, Sertãozinho).

³¹⁰ OESP, 13.07.85. O congresso sobre reforma agrária (produtor rural Paulo Macedo Garcia Aguiar).

³¹¹ OESP, 12.07.85. A reforma agrária (Aldo Pedreschi, Sertãozinho).

³¹² OESP, 12.07.85. A reforma agrária (Aldo Pedreschi, Sertãozinho).

³¹³ OESP, 12.07.85. A reforma agrária (Aldo Pedreschi, Sertãozinho).

³¹⁴ FSP, 09.06.85. Reforma agrária (carta ao editor da coluna Painei, assessor Imprensa Farsul).

³¹⁵ FSP, 09.06.85. Reforma agrária (carta ao editor da coluna Painei, assessor Imprensa Farsul).

resgatam uma determinada leitura e a transformam na referência para questionar a proposta de PNRA. Eles reivindicam o respeito ao artigo do Estatuto da Terra que garante a participação “dos segmentos interessados”³¹⁷ em todos os momentos da reforma agrária, ao mesmo tempo em que exigem, com base no Estatuto, a exclusão e a “ingerência indevida” de grupos estranhos ao setor, “sobretudo os eclesiásticos e alienígenas”³¹⁸. Defendem, ainda, que, no plano legal, a tributação das terras é o principal instrumento da reforma agrária. Portanto, a “simples” aplicação do Estatuto da terra, “castigando” com impostos os latifundiários improdutivos, será bastante para que estes procurem revender suas terras, antes que sejam desapropriadas³¹⁹, considera Nelson Ferreira.

As sugestões sobre a política fundiária não se diferenciam das demais medidas até propostas pelos grandes proprietários de terra e empresários rurais. Há uma dissociação a tudo que diz respeito às relações de propriedade. Angelo Saporiti defende que o principal objetivo da política fundiária deveria ser o investimento maciço na educação rural – pois, “a construção de uma casa não deve começar pelo telhado”³²⁰ – efetivada, seja através da construção de “milhares de escolas primárias e agrícolas nas regiões mais pobres”, seja pela melhoria do nível das professoras primárias, “quase sempre recrutadas entre as próprias ex-alunas, sem nenhum preparo profissional, mas abnegadas ao extremo”³²¹. Flávio Menezes, principal artífice da reação ao PNRA, reitera o firme propósito de dotar o país de uma política fundiária e de uma reforma agrária “justa e viável”, mas somente dentro da “iniciativa privada” e da “profissionalização da agricultura”³²².

Segundo essa perspectiva, exige-se, de um lado, a não-interferência do Estado na regulação das relações de posse e de propriedade e, de outro, sua presença nas questões mais diretamente ligadas à “profissionalização da agricultura” – considerada a única solução para a questão agrária no Brasil. Como vimos, a visão dos grandes proprietários de terra e empresários rurais sobre as atribuições do Estado varia segundo seus interesses e prioridades. Se, de um lado, o Estado é legitimado como assistencialista e condutor do desenvolvimento agrícola, de outro, quando está em questão a propriedade da terra, todos exigem a não-intervenção do Estado. Nessa situação, o Estado é visto como “paternalista” e “corrupto”. A experiência do Finor na região Nordeste seria o

³¹⁶ OESP, 20.06.85. As palavras e os fatos (Flávio da Costa Brito CNA).

³¹⁷ OESP, 04.06.85. Estatuto da Terra. (Carlos Soulie do Amaral, pres. Sindicato Rural de Lins).

³¹⁸ OESP, 04.06.85. Estatuto da Terra. (Carlos Soulie do Amaral, pres. Sindicato Rural de Lins).

³¹⁹ FSP, 23.05.85. Assistência Rural (Nelson da Silva Ferreira, criador).

³²⁰ OESP, 09.06.85. Reforma agrária 2 (José Angelo Macedo Saporiti).

³²¹ OESP, 09.06.85. Reforma agrária 2 (José Angelo Macedo Saporiti).

exemplo mais cabal do paternalismo: um Estado que já gastou “mais de um trilhão e quase nada fez de positivo”³²³. Haveria ainda uma associação direta entre a presença do Estado e a corrupção. “Imperioso dizer”, argumenta Predeschi, “que onde se faz presente o Estado, presente igualmente está a corrupção”³²⁴.

As críticas a Nelson Ribeiro e José Gomes da Silva decorrem principalmente de suas declarações favoráveis à desapropriação de terras nas áreas de tensão social, consideradas pela Farsul como “irresponsáveis” e “tendenciosas”. Porém quando Ribeiro muda o discurso e dissocia a desapropriação do conflito fundiário, a mesma Farsul o aplaude por sua “sensatez e ponderação”³²⁵. Gomes da Silva é considerado, por Fernando Penteado, como uma pessoa mal informada sobre “a realidade de um Brasil fortemente urbanizado que requer uma agricultura tecnificada para ser eficiente e estimulada para ser estável”³²⁶. Paulo Macedo de Aguiar e Carlos Soulie, mais radicais, conclamam os produtores a dar um basta nos “desvarios” dos representantes do governo da Nova República: “Pessoas truculentas que desejam a radicalização, pois só sabem conviver com o autoritarismo”³²⁷. Além de “imprudentes” e “desequilibradas”. Expressão de uma “demagogia chinfrim de burocratas e políticos postos em cena de repente e já de início identificados como atores improvisados da companhia barata”³²⁸.

O sentimento anticomunista dos proprietários é visceral, como afirma Leonilde Medeiros ao discorrer sobre o tema. Visceral, e eu diria imponderável, como se pairasse acima das diversidades e das divergências existentes nas classes e grupos dominantes no campo. Segundo os proprietários e empresários rurais, a sociedade brasileira estaria cindida em dois grupos ideologicamente definidos: os partidários do comunismo e os não-comunistas. São comunistas os que defendem o Estatuto da Terra e a proposta de PNRA e que se definem a favor de uma reforma agrária como dívida social da nação para com os excluídos do campo. Não por acaso, foi nítida a reação a Paulinelli, por ele ter defendido, em “fórum íntimo”, o Estatuto da Terra. Para Aldo Pedreschi, a proposta de PNRA “se insere nos mesmos quadros marxistas e socializantes do regime comunista sandinista da Nicarágua”³²⁹ e, na opinião de Macedo de Aguiar, não existiria nenhuma

³²² OESP, 06.06.85. Brilhantes editoriais (pres. SRB).

³²³ OESP, 12.07.85. A reforma agrária (Aldo Pedreschi, Sertãozinho).

³²⁴ OESP, 12.07.85. A reforma agrária (Aldo Pedreschi, Sertãozinho).

³²⁵ FSP, 09.06.85. Reforma agrária (carta ao editor da coluna Painei, assessor imprensa Farsul).

³²⁶ OESP, 27.06.85. A Venezuela e a Reforma Agrária (Fernando Penteado Cardoso, presidente da ManahS/A).

³²⁷ OESP, 13.07.85. O congresso sobre Reforma Agrária (Paulo Macedo Garcia Aguiar. Produtor rural).

³²⁸ OESP, 04.06.85. Estatuto da Terra (Carlos Soulie do Amaral, pres. Sindicato Rural de Lins).

³²⁹ OESP, 12.07.85. Reforma agrária (Aldo Pedreschi, Sertãozinho).

diferença entre o tempo dos governos militares e o da Nova República no que se refere à reforma agrária: “Se ontem eram homens alinhados com a extrema-direita” diz ele, “hoje são os da extrema-esquerda, por incrível que pareça, que se identificam perfeitamente quanto ao *modus operandi*”³³⁰.

São ainda taxados de comunistas os que “pregam” a viabilidade da pequena produção familiar; os que defendem a função social da terra, criticam a especulação fundiária e reivindicam a desapropriação das terras improdutivas. Por esse prisma, são ideologicamente identificados com o comunismo o presidente do Incra, o ministro da Reforma Agrária, a CPT, os padres e bispos da “ala progressista da Igreja”³³¹, o setor da imprensa a favor da desapropriação das terras e simpático aos sem-terra³³², a esquerda brasileira com seus “morenos” e “vermelhos”³³³, a ala “progressista” dos partidos políticos e o movimento grevista do ABC paulista – “expressão acabada do comunismo”³³⁴.

Em contraposição ao comunismo e à “socialização” das terras, defende-se a iniciativa privada, considerada como a expressão do desenvolvimento e da racionalidade produtiva. “A socialização das terras é inviável, o que conta é a iniciativa privada pois a URSS apesar de suas fazendas coletivizadas, é obrigada a importar grãos dos EUA, produzidos pela iniciativa privada, para alimentar o seu povo e o seu gado”, reitera o presidente do sindicato rural de Jaú³³⁵.

Quanto aos trabalhadores rurais, reproduz-se, na seção das cartas, a mesma retórica da desqualificação já enunciada em momentos anteriores – seguramente um dos principais traços da fala patronal. Pelo menos no debate dos 80, a idéia de inaptidão e incapacidade dos trabalhadores rurais, bem como a defesa absoluta da propriedade, constitui-se na “marca de classe”. E as sugestões para melhorar a situação dos trabalhadores mal escondem a impossibilidade de superação de uma condição concebida como estrutural: “Não adianta o governo distribuir terras a quem não tem aptidão”³³⁶, manifesta-se Melo Lemos. Além de inaptos, os trabalhadores são representados como “vagabundos” e “desocupados”. Aldo Pedreschi relembra a “feliz” expressão de Roberto Campos, ao afirmar que “para criar um litígio é muito fácil, basta um padre, dez

³³⁰ OESP, 13.07.85. O congresso sobre Reforma Agrária (Paulo Macedo Garcia Aguiar, produtor rural).

³³¹ OESP, 13.07.85. O congresso sobre a Reforma Agrária (Paulo Macedo de Aguiar, produtor rural).

³³² JB, 26.07.85. Riqueza como alvo (Giacomet Marodim Indústria de Madeira S/A).

³³³ OESP, 13.07.85. O congresso sobre a Reforma Agrária (Paulo Macedo de Aguiar, produtor rural).

³³⁴ OESP, 16.06.85. Cumprimentos a O Estadão (Antonio Coelho de Melo Lemos, Cooperativa Agropec. Cassia, CNC).

³³⁵ OESP, 21.06.85. Cumprimentos a O Estado (José Cassiano Gomes dos Reis, pres. do sindicato rural de Jaú).

³³⁶ OESP, 16.06.85. Cumprimentos a O Estadão (Antonio Coelho de Melo Lemos Cooperativa Agropec. Cassia, CNC).

desocupados e um advogado ocioso”³³⁷. E mesmo quando eles denunciam a discriminação da agricultura e exigem que todos – produtores, arrendatários e trabalhadores – sejam contemplados em seus direitos, continuam excluindo os trabalhadores rurais do direito à terra. Em última instância, prevalecem a exploração, a subalternidade e a exclusão, historicamente cristalizadas e a cada momento reatualizadas.

3.4.1.2. “Acrescentar!, nunca substituir”³³⁸

Além dos proprietários de terra e das lideranças patronais, é expressivo o número de leitores (40,2% do total das cartas) que se pronunciam contra a proposta de PNRA e a desapropriação de terras. Sua falas, surpreendentemente mais radicais que a dos proprietários de terra, concentram-se em especial no temor com a transição, na defesa da grande propriedade fundiária como a forma mais eficaz de produção e na desqualificação dos trabalhadores rurais sem terra. Descortina-se ainda uma grande identificação com os proprietários: ambos evocam o bem da nação e ressaltam a tradição pioneira do latifúndio; no plano político, apresentam-se como anticomunistas “ferrenhos” e também consideram os trabalhadores rurais incapazes e inaptos.

A transição política, as greves do ABC paulista que solaparam o país no final dos anos 70 e início dos 80, e os acontecimentos que marcaram a morte de Tancredo Neves permanecem vivos na memória dos leitores e se transformam em argumentos de peso para justificar os seus medos e suas divergências com relação à reforma agrária da Nova República. Para Desidério Fontana, a “transição democrática” e em particular o “lançamento açodado e demagógico do PNRA” estariam em “descompasso com o desejo do povo brasileiro”. Descompasso este que não se restringe tão-somente à classe empresarial. Toda a nação estaria igualmente preocupada com os rumos “que determinados setores estão tomando”³³⁹. Ao mesmo tempo, há uma idealização do projeto político “interrompido” com a morte de Tancredo Neves. Segundo Ivone Silveira, Tancredo representava a “unificação” do país em torno de um interesse social comum e sua inserção “na senda das grandes potências”³⁴⁰, ao passo que o atual governo nem de perto se assemelha ao projeto de transição simbolizado na figura de Tancredo.

³³⁷ OESP, 12.07.85. A reforma agrária (Aldo Pedreschi, produtor rural Sertãozinho).

³³⁸ OESP, 13.06.85. A reforma agrária (Fernando Buck, capital).

³³⁹ OESP, 12.06.85. O rumo que o país está tomando (Desidério Alfredo Fontana, advogado, capital).

³⁴⁰ OESP, 03.07.85. A reforma agrária (Ivone G. S. Silveira, capital).

Se os acontecimentos históricos que lhes servem de quadro de referência para avaliar a conjuntura e estabelecer “o que é bom para o país” são diversificados, todos concordam com a “gravidade da situação” e afirmam “ser impossível” implementar uma reforma agrária no Brasil. Antônio Moschini, de Piracicaba (SP), relembra que 1962 também foi um ano político “agitado” porque havia vozes discordantes sobre a reforma agrária, e “deu no que deu!”³⁴¹, adverte. Outros recordam que em épocas de transição sempre surgem oportunistas que “sabem o que querem” e ingênuos “que se deixam levar”³⁴². Remetendo-se ao movimento grevista do ABC, vários leitores destacam que 1985 assemelha-se “à reprise de uma novela já exibida há 21 anos e que nenhum patriota está desejando rever”³⁴³. Fernando Buck, por sua vez, lastima: “Pobre país este, sacudido por greves, solapado e atormentado por graves problemas econômicos e sociais (...) e que, como a atizar uma fogueira, recebe o impacto desse projeto que vem causando sérios e justificados receios. Não é isso que os brasileiros confiavam nos ideais da Nova República, nem esperavam!”³⁴⁴. Cerqueira Cesar se pergunta: “Como explicar o aspecto insólito das greves, a partir do instante em que adentram o campo da ilegalidade? Com explicar a afoiteza do vale-transporte? E a intempestividade da reforma agrária, marca registrada de Ribeiro, Gomes da Silva & Cia. Ltda.?”³⁴⁵. Ao discorrer sobre a falta de legitimidade de Sarney, ele nos brinda com uma noção de sociedade das mais tradicionais, quando traz em cena categorias sociais de outro tempo histórico para caracterizar a sociedade brasileira: “Clero, Nobreza e Povo sentem igualmente a fraqueza do seu presidente”³⁴⁶.

Muitos temem a fragilidade política da Nova República, “imobilizada” ante as ocupações de terra e as ameaças ao ministro do Mirad pelos “latifundiários tradicionais”. Uma situação que, na opinião de Fauad Bunahum, só confirmaria uma “velha certeza”: a idéia de que a “reforma agrária é assunto de polícia e das Forças Armadas, além da classe política”³⁴⁷. Bunahum é uma figura singular e ambígua. Ao mesmo tempo que se apresenta como defensor da democracia, sugere a participação ativa das Forças Armadas “para acabar de vez com os inúmeros títulos de propriedade absolutamente espúrios, tão sujos como o estado cartorial que o país sempre foi”. E adverte que “o outro lado está fortemente armado há muito tempo”. Se por um lado, declara-se um

³⁴¹ OESP, 15.06.85. A Revisão Agrária (Francisco Antonio Moschini, Piracicaba).

³⁴² OESP, 05.06.85. A reforma agrária (José Versos, capital).

³⁴³ OESP, 11.06.85. A reforma agrária (Jorge Ferreira Cerqueira César, capital).

³⁴⁴ OESP, 13.06.85. A reforma agrária (Fernando Buck, capital).

³⁴⁵ OESP, 11.06.85. A reforma agrária (Jorge Ferreira Cerqueira César, capital).

³⁴⁶ OESP, 11.06.85. A reforma agrária (Jorge Ferreira Cerqueira César, capital).

crítico “ferrenho” da especulação fundiária, por outro, afirma que “ninguém pode pensar em reforma agrária sem aprimorar e ajudar o que já existe de bom”³⁴⁸, ou seja, a estrutura de propriedade então vigente.

Leitores e representantes patronais compartilham a mesma idéia de “pioneirismo” da classe rural, sua “vocação” para o trabalho, e criticam a discriminação da agricultura, além de designar os grandes proprietários como produtores e empresários rurais. “O que fazer com os cinco milhões de proprietários do Brasil, a maioria formada de pioneiros, desbravadores que formaram suas propriedades, a custa de muito esforço e trabalho, enfrentando toda a sorte de problemas?”³⁴⁹, pergunta Jaci Monteiro, de Curitiba. O governo não lhes dá condições para “aliciar o capital e o trabalho necessários para produzir o fruto da terra até nos criticados latifúndios produtivos!”³⁵⁰. Mas, ao contrário, os trata – “os legítimos donos da terra, o produtor rural” – como “carrascos, bandidos e malfeitores”³⁵¹, denuncia Aldemar Vitali. O tema do trabalho é uma constante e confunde-se com a dimensão social da atividade agrícola. “As obrigações de um homem não se encerram nas quatro paredes de sua casa, nem as de um povo entre as fronteiras do seu país, é preciso trabalhar com eficiência, lançando mão de todos os recursos disponíveis”³⁵², diz Edith Natividade. Por sua vez, o discurso sobre a discriminação da agricultura também funciona como um chamamento à luta e à organização de todos. Por esse prisma, “abnegação” e “indignação” se complementam, seja para referendar a necessidade de organização, seja para tornar explícito o fato de que “os produtores agropecuários estão mostrando que não estão dispostos a se entregar sem luta”³⁵³.

É marcante a representação dos grandes proprietários de terra como uma classe historicamente “discriminada”, “sofrida” e “anestesiada” pelos desmandos da política fundiária, e em razão disso, com pleno direito para reagir e defender o que é seu. Péricles da Silva Pereira nos fala que a reforma agrária estaria gerando uma grande intranquilidade “à sofrida classe dos produtores rurais deste país”³⁵⁴. “Uma classe abnegada”³⁵⁵, esclarece por sua vez Sérgio Assumpção Toledo Piza. “Anestesiada pelo sofrimento, e que tem pago, sem tugir nem mugir, o

³⁴⁷ JB, 06.07.85. Reforma agrária (Fauad Bunahum, Rio de Janeiro).

³⁴⁸ JB, 06.07.85. Reforma agrária (Fauad Bunahum, Rio de Janeiro).

³⁴⁹ FSP, 06.06.85. Reforma agrária (Jaci Monteiro, Curitiba (PR)).

³⁵⁰ OESP, 07.07.85. A reforma agrária (Aldemar Vitali, capital).

³⁵¹ OESP, 07.07.85. A reforma agrária (Aldemar Vitali, capital).

³⁵² OESP, 19.07.85. A questão agrária (Edith M. Natividade).

³⁵³ OESP, 11.06.85. A reforma agrária (Jorge Ferreira Cerqueira César, capital).

³⁵⁴ OESP, 27.07.85. A reforma agrária (Péricles da Silva Pereira, capital).

desenvolvimento industrial e comercial do Brasil e a farra que se faz com os dinheiros públicos”³⁵⁶, complementa Cerqueira César. Portanto, “os proprietários de terra não estão fazendo nada mais do que defender o que lhes é de direito – na maioria das vezes, conseguido com sacrifícios, heroísmo, honestidade e por isto mesmo tendo cunho da justiça social e do apego pessoal”³⁵⁷, esclarece Eugenia Ferrari Borges.

“Sacrifício, “heroísmo” e “honestidade” são palavras que assumem, na argumentação de Eugenia Borges, tanto a dimensão de justiça social, como a de apego pessoal. Justiça e apego, social e pessoal, se complementam e se entrecruzam para justificar o direito ao monopólio fundiário. Por outro lado, perpassa em quase todas as cartas dos leitores contrários a uma reforma agrária a inter-relação entre democracia e justiça social com o *modus vivendi* dos grandes proprietários de terra. Nesse sentido, apesar da preocupação com a nação brasileira e da defesa da justiça social, é como se o social fosse concebido como realização particular, privada e restrita a um grupo social. Nesse sentido, a nação somos uns e o social é restrito a alguns. Ou então, é como se, pelo próprio fato de se apresentar como expressão de interesses e de necessidades de um determinado grupo, já estivesse instituído como o social de todos. Tais observações inevitavelmente me remetem a Marx quando raciocina que um dos principais traços, e poder, da burguesia é sua capacidade de fazer com que os seus interesses particulares sejam considerados e aceitos como interesse de todos.

Segundo os leitores, existiriam dois grandes grupos no interior das classes e grupos dominantes no campo: os “bons” e os “maus” agricultores. Os “bons” são os que se orientam pela rentabilidade de seus negócios, seguem um determinado padrão de produtividade altamente eficaz e fazem uso da tecnologia, tais como “herbicidas, colheitadeiras com tração nas quatro rodas e silos adequados”³⁵⁸. Esses seriam os homens de bem que adquiriram suas terras de “modo legítimo e fazem delas uso sadio e patriótico”. São os que ajudam a construir um “Brasil grande, como o Sr. Olacyr de Moraes”³⁵⁹. Já os “maus” agricultores são os especuladores, os que vêem a terra apenas como reserva de valor e “tudo fazem para impedir um país mais justo e mais humano”. São pessoas “capazes de assistir às cidades inchando de favelas e mocambos, onde vão-se instalar os sem-terra, expulsos do campo e não absorvidos pelas metrópoles – contribuintes forçados dos mais

³⁵⁵ OESP, 11.06.85. Sérgio Assumpção Toledo Piza, capital.

³⁵⁶ OESP, 11.06.85. A Reforma agrária (Jorge Ferreira Cerqueira César, capital).

³⁵⁷ OESP, 11.06.85. Maria Eugenia Ferrari Borges.

³⁵⁸ OESP, 26.07.85. A problemática agrária (eng. agrônomo Marcelo de Carvalho Silva).

³⁵⁹ JB, 06.07.85. Reforma agrária (Fauad Bunahum, Rio de Janeiro).

absolutos índices de criminalidade”³⁶⁰. Há, contudo, um sentimento generalizado de que ser “bom” produtor não compensa, pois o investimento na agricultura, invariavelmente, resulta em fracasso certo. Os “bons” produtores, acreditando na agricultura, “comprometeram seu patrimônio, contrairam empréstimos, terraciaram solo, plantaram lavouras, adquiriram maquinário e construíram instalações”, mas no final “deram com os burros n’água”. Ao passo que os outros, os especuladores, “fizeram fortuna usando a terra quase que só como reserva de patrimônio”³⁶¹, diz Sérgio Toledo Piza.

Diferentemente dos grandes proprietários de terra, é significativo o número de leitores que se declaram abertamente contra a especulação fundiária. Via de regra são posições que entremeiam um olhar simplista sobre as possibilidades da lei e sonham com um capitalismo mais humano, ao mesmo tempo que defendem a grande propriedade “produtiva”³⁶². Na visão de Eduardo de Souza Queiroz, o problema é muito simples: o governo “com uma penada, sem machucar ninguém, sem tirar o produto do trabalho de quem quer que seja”, poderia acabar com a especulação fundiária, viabilizar uma reforma agrária “natural”, entregar as terras “nas mãos de quem as vai trabalhar”, além de estabelecer para o capitalismo “um sentido de justiça social essencial para a sua sobrevivência e aperfeiçoamento”³⁶³. “Não ao especulador! Sim ao produtor”, anuncia Eduardo Queiroz. Por essa ótica, a reforma agrária “natural” significaria a transferência de terras para os proprietários “produtivistas”. Ele acredita que com o fim da especulação, o preço da terra baixará e os produtores rurais finalmente terão condições de adquirir “mais terras” a bom preço e melhor desenvolver “seus negócios”. Bunahum é um admirador de Israel, por haver “construído uma das mais inteligentes estruturas fundiárias com seus *kibutz* e *moshavks*”³⁶⁴.

Seguindo a mesma lógica dos proprietários, a iniciativa privada é considerada a “mola propulsora”³⁶⁵ para todo desenvolvimento agrícola e industrial. A favor da iniciativa privada e contra a pequena propriedade, praticamente todos defendem a grande empresa agrícola como a forma mais eficaz de produção e expressão da democracia e da justiça social. Para Edith Natividade, só o fato de a empresa agrícola não pertencer “a um só dono, mas a milhares de

³⁶⁰ JB, 06.07.85. Reforma agrária (Fauad Bunahum, Rio de Janeiro).

³⁶¹ OESP, 11.06.85. Sérgio Assumpção Toledo Piza, capital.

³⁶² OESP, 11.06.85. Sérgio Assumpção Toledo Piza, capital.

³⁶³ OESP, 27.07.85. Eduardo de Souza Queiroz, capital.

³⁶⁴ Ele conta que, na década de 60, um turista procurou as autoridades para adquirir terras na região. O funcionário perguntou-lhe se tinha algum projeto econômico. “Não”, respondeu o turista, “no momento, pretendo adquirir as terras para aguardar sua valorização”. “Então”, respondeu o funcionário, “infelizmente não podemos vender-lhe nenhuma área, afinal nós também somos judeus”. JB, 06.07.85. Reforma agrária (Fauad Bunahum, Rio de Janeiro).

acionistas ou co-proprietários (...) já contemplaria, através da co-propriedade, a democratização da propriedade da terra³⁶⁶.

Em torno da defesa do latifúndio “produtivo” várias concepções são apresentadas, começando pela defesa pura e simples da grande propriedade fundiária, independente do uso que se possa fazer com relação às terras; passando pelo suposto de que as propriedades que utilizam a tecnologia também são produtivas e avançando até a idéia de que as terras parcialmente exploradas por culpa do governo, em tese seriam produtivas. De um modo geral, é considerado um latifúndio “produtivo” toda e qualquer grande extensão de terra³⁶⁷. Mesmos leitores que denunciam a grilagem das terras “para presentear amigos d’Rey” e censuram o atraso dos “velhos coronéis da terra”, igualmente se identificam com esta noção de latifúndio “produtivo”. Seriam também latifúndios “produtivos” as propriedades que dispõem de máquinas e modernas técnicas de produção. E na mesma categoria se enquadrariam as grandes propriedades que garantem “o abastecimento alimentar do Brasil³⁶⁸. Finalmente, “as propriedades que necessitam de um incentivo do governo para produzir” também são consideradas latifúndios “produtivos”. Eles tendem a interpretar a partir daquilo que lhes interessa – a defesa do monopólio fundiário. E ao fazê-lo, à semelhança dos grandes proprietários de terra, contribuem para introduzir novas significações aos conceitos de latifúndio e de produtivo.

As controvérsias acerca do conceito de latifúndio só secundariamente se apoiam nos meandros da lei. Alguns, recorrendo ao Estatuto da Terra, afirmam que o conceito de latifúndio é variável e depende de inúmeros fatores – por exemplo, “o latifúndio na região Sul do país não é o mesmo nos seringais da Amazônia³⁶⁹ –, razão pela qual torna impossível o governo impor e generalizar uma única noção de latifúndio. Outros ressaltam a natureza irreal dos critérios adotados pelo Incra para conceituar o latifúndio no Brasil. Além de irreal, “verdadeiro entulho autoritário” criado pelos militares com o claro objetivo de gerar “a discórdia entre médios, pequenos e grandes proprietários de terra³⁷⁰”, diz Alexandre Moretti.

Mais realistas do que o rei, vários leitores vêm a público defender abertamente o “Brasil que produz”. E o Brasil que produz resume-se à agricultura “empresarial”. Em defesa da

³⁶⁵ OESP, 03.07.85. A reforma agrária (Eduardo de Souza Queiroz, eng. agrônomo).

³⁶⁶ OESP, 19.07.85. A questão agrária (Edith M. Natividade).

³⁶⁷ JB, 06.07.85. Reforma agrária (Fauad Bunahum, Rio de Janeiro).

³⁶⁸ OESP, 03.07.85. A reforma agrária (Eduardo de Souza Queiroz, eng. agrônomo).

³⁶⁹ FSP, 19.06.85. Reforma agrária (Said Farhat, SP).

³⁷⁰ OESP, 19.06.85. A reforma agrária (Alexandre Alissio Moretti, capital).

agricultura empresarial e contra a agricultura “familiar”, justifica-se o uso de modernos padrões tecnológicos como o modelo mais eficaz da exploração agrícola. A mecanização agrícola e a industrialização do campo são vistas, pelos leitores, como os dois principais fatores responsáveis pela geração de empregos e pela consolidação de um mercado de trabalho. Além de estar em “completa consonância” com o objetivo “primordial” da agricultura: suprir as necessidades alimentares, exportar para aumentar as divisas do país e atender à população mundial³⁷¹, a agricultura “empresarial” é considerada única alternativa “viável e correta” de desenvolvimento futuro. “Se não quisermos chegar ao século XXI importando alimentos, como há quase 70 anos o fazem a Rússia e seus satélites, que, com seus métodos ultrapassados, não conseguem alimentar decentemente suas populações, devemos lutar pela agricultura empresarial”³⁷², afirma Edith Natividade. “A agricultura aqui ou no mundo só é viável se vista como empresa, como um empreendimento capitalista”³⁷³, diz Paulo Sato. Isso posto, após garantirem que a “empresarialização” da agricultura é um dos principais traços e objetivos dos proprietários de terra e empresários rurais, os leitores reafirmam que o futuro da agricultura brasileira, assim como a opção ideal de exploração agrícola a ser tomada “daqui para frente”, deve basear-se na iniciativa privada e na grande propriedade, e não no coletivismo e nas pequenas propriedades³⁷⁴.

Em nome da agricultura empresarial e como alternativa ao PNRA, Elemar Giliza Lopes Machado sugere a implementação de uma política agrícola (crédito, preço, controle dos intermediários etc.) que teria como objetivo “unir o homem à terra, em suas carências econômicas, sociais e tecnológicas”. Como medida complementar, aconselha que se estabeleça “um critério sério na distribuição das terras cedidas pelo governo aos sem-terra”³⁷⁵, sem contudo se adiantar mais o assunto.

São poucos os leitores que fazem referência à estrutura fundiária brasileira; e mesmo aqueles que admitem haver uma “deformação na estrutura agrária” justificam-na pela história da penalização da agricultura. Uma agricultura, diz Sérgio Assumpção Toledo³⁷⁶, “desde 1930, tristemente exaurida numa nítida transferência de seus recursos para outros setores da nossa economia”. O discurso da penalização da agricultura é marcadamente político, em que as

³⁷¹ OESP, 19.07.85. A questão agrária (Edith M. Natividade).

³⁷² OESP, 19.07.85. A questão agrária (Edith M. Natividade).

³⁷³ OESP, 13.06.85. Paulo Sato de Atibaia (SP).

³⁷⁴ OESP, 03.07.85. A reforma agrária (Eduardo de Souza Queiroz, eng. agrônomo).

³⁷⁵ OESP, 18.07.85. A reforma agrária (Dr. Elemar Gizila Lopes Machado).

³⁷⁶ OESP, 11.06.85. Sérgio Assumpção Toledo Piza, capital.

divergências entre as elites brasileiras despontam com mais força. Segundo Sérgio Toledo, o setor agrícola foi discriminado porque “quiseram-no pobre e, portanto, sem voz. Quiseram-no unicamente para produzir produtos mantidos a baixos preços que geraram divisas e propiciaram condições para uma mão-de-obra relativamente barata, fatores vitais para o desenvolvimento de outros setores de nossa economia”. Em decorrência disso, a nação “nasceu aleijada”³⁷⁷, diz.

Somente os engenheiros agrônomos trazem em cena a discussão sobre a função social da terra de uma outra perspectiva, e mesmo assim, quando o fazem, seus argumentos reforçam a suposta inviabilidade da pequena propriedade e da produção baseada no trabalho familiar. Eduardo de Souza Queiroz até aceita que, “em decorrência da grande quantidade de terras improdutivas existentes no Brasil, a terra deveria ter uma função social (...) cujo principal objetivo seria erradicar os latifúndios “improdutivos”, além de assentar e abrigar as populações carentes e produzir alimentos para todos”. Entretanto, diz ele, como não existe no país condições para que todas as terras sejam exploradas de forma ideal, “deverão subsistir grandes latifúndios produtivos ao lado de enorme quantidade de pequenas propriedades familiares”³⁷⁸. E Marcelo de Carvalho Silva pergunta se o mercado seria suficiente para absorver os pequenos proprietários de terra³⁷⁹.

Ninguém acredita no pronunciamento do governo de que só serão desapropriadas as terras improdutivas. Se o governo, argumenta Alexandre Moretti, afirma que a reforma agrária se baseará no Estatuto da Terra, e como o Estatuto “está aí para ser cumprido”, é lógico que, aparecendo uma “oportunidade”, o governo desapropriará as propriedades inteiramente cultivadas que excedam em extensão os módulos fiscais, além, é claro, das propriedades que estão sendo exploradas, mas que, por “circunstâncias alheias à vontade do proprietário, não conseguem obter os índices fixados pelo Incra”³⁸⁰. O mesmo Moretti, remetendo-se ao último cadastramento do Incra, chega à conclusão que 89,87% das propriedades rurais são sujeitas a desapropriação, nos termos do Estatuto. Portanto, a Nova Republica, ao garantir que não desapropriará as terras produtivas, “estaria se dirigindo tão-somente a 10,13% das propriedades constituídas em empresas rurais e por isso mesmo isentas de desapropriação”³⁸¹.

As ácidas, e raivosas, críticas frontais ao ministro da Reforma Agrária e ao presidente do Incra nos dão uma idéia da pressão exercida sobre os dois por determinados grupos da sociedade e,

³⁷⁷ OESP, 11.06.85. Sérgio Assumpção Toledo Piza, capital.

³⁷⁸ OESP, 03.07.85. A reforma agrária Eduardo de Souza Queiroz, eng. agrônomo.

³⁷⁹ OESP, 26.07.85. A problemática agrária (Eng. agrônomo Marcelo de Carvalho Silva).

³⁸⁰ OESP, 19.06.85. A reforma agrária (Alexandre Alissio Moretti, capital).

³⁸¹ OESP, 19.06.85. A reforma agrária (Alexandre Alissio Moretti, capital).

por um outro prisma, nos permitem perceber o que pensam os leitores sobre a problemática fundiária na Nova República. Gomes da Silva e Nelson Ribeiro são responsabilizados pela “bagunça” e o “saco de gatos” que se transformou a Nova República³⁸². Eles seriam os incentivadores dos conflitos de terra nas regiões Sul e Sudeste do país: exatamente nas regiões do “Brasil que produz”, o Brasil da “economia moderna”, afirma Cerqueira César. E estariam cientes do quão importante é a livre iniciativa. Por isso, “mentem e são atrevidos”³⁸³. Aldemar Vitali declara sentir-se “profundamente revoltado” cada vez que Nelson Ribeiro e Gomes da Silva “destilam suas besteiras e suas peçanhas sobre a reforma agrária”, em particular, quando dizem que 180 brasileiros morreram vitimados por conflitos de terra, “mas escondem que milhares morreram nesse período e continuam morrendo por falta de soro fisiológico, de tétano, de verminose, de doença de chagas, de fome, de acidentes diversos, porque o governo não garante o mínimo de condições para o homem do campo, nem através da legislação adequada, nem através de preços mínimos, nem através de créditos agrícolas que são dados a juros extorsivos”³⁸⁴. Ainda segundo Vitalli, Gomes da Silva e Nelson Ribeiro “tentam fazer crer ao povo brasileiro que o motivo de todos os males da fome, da marginalidade do homem do campo, se deva pura e exclusivamente à existência de grandes latifúndios improdutivos pertencentes a poucos proprietários”³⁸⁵. Ele aproveita para mandar um recado a Sarney: “Se quiser cortar o mal pela raiz, demita já do seu governo esses dois agitadores”³⁸⁶.

Até o presidente da República não está isento às críticas. Sarney é considerado “um presidente amedrontado, incerto, vacilante, desconcertado e estupefato”³⁸⁷. Segundo Alfredo Campana, ele seria “um carona do processo histórico” que exerce legalmente o cargo, “embora lhe falte legitimidade para tanto (...). E o que está conseguindo é transmitir aos brasileiros a sua própria perplexidade e insegurança frente ao poder que o deslumbra”³⁸⁸. Para Cerqueira César, “é inadmissível que Gomes e Ribeiro, com o aval de Sarney, se adentrem em nossos lares e venham de dedo em riste dizer que o Brasil acabara de ser descoberto. Por eles, naturalmente, sem nenhum dos riscos corridos por Cabral. O Sr. Gomes faz a grande revelação de que o país tem 850 milhões de hectares (os mesmos 8,5 milhões de quilômetros quadrados) que estariam mal distribuídos, e

³⁸² OESP, 07.07.85. A reforma agrária (Aldemar Vitali, capital).

³⁸³ OESP, 11.06.85. A reforma agrária (Jorge Ferreira Cerqueira César, capital).

³⁸⁴ OESP, 07.07.85. A reforma agrária (Aldemar Vitali, capital).

³⁸⁵ OESP, 07.07.85. A reforma agrária (Aldemar Vitali, capital).

³⁸⁶ OESP, 07.07.85. A reforma agrária (Aldemar Vitali, capital).

³⁸⁷ OESP, 11.06.85. A reforma agrária (Jorge Ferreira Cerqueira César, capital).

que se impõe tomar de quem tem para dar a quem não tem. Ele não exclui dessa área nem as cidades, nem os rios, nem os lagos, nem as reservas indígenas, nem as terras da Igreja, nem as terras imprecisáveis. Recusamo-nos a crer que esses dois senhores desconheçam que o Brasil não é lá essas coisas em matéria de solo fértil”³⁸⁹.

Antonio Junqueira de Azevedo não fica atrás, e parte para o ataque pessoal a “José Gomes da Silva, presidente do Incra, co-autor do projeto de Reforma Agrária e ... fazendeiro da célebre Fazenda Pirassununga”. Junqueira “esclarece” aos leitores que Pirassununga não pertence a Gomes; na verdade, é um condomínio que Gomes administra juntamente com seus filhos e um sobrinho. “A solução Gomes para evitar dividir as terras” teria inspiração histórica e merece ser difundida para ajudar outros fazendeiros “apavorados” com a reforma agrária. Assim, relembra, Junqueira, “a título de cultura inútil”, que o benefício formalmente feito aos filhos é considerado ilegal e que na Antiguidade um dos co-autores da lei teria sido “julgado e condenado pelo povo romano”³⁹⁰.

Outras críticas ao governo se referem às condições operacionais do Incra e ao modo como a mídia tem sido usada. Segundo Paulo Sato, o Incra não disporia de recursos humanos para realizar a fiscalização das propriedades produtivas e improdutivas; e “mesmo que tivesse esses fiscais” seria oneroso manter o pessoal, além de contribuir para “aumentar a corrupção”³⁹¹. Para Alfredo Campana, o governo Sarney não estaria interessado em trabalhar, visaria apenas se legitimar através da mídia: “Só quer Ibope, só pensa em fazer uma distribuição de propriedade, filmada pela televisão”³⁹².

Quanto à reforma agrária propriamente dita, rompe-se aqui a velha idéia de que, em princípio, todos são a favor e ninguém se manifesta publicamente contra. A reforma agrária no Brasil é um divisor de águas entre os leitores. Há aqueles que reconhecem sua necessidade e os que se pronunciam contra qualquer tentativa, partindo de quem quer que seja. Para os primeiros, a reforma representaria algo “inexorável”³⁹³ e “imprescindível”³⁹⁴ devido à existência de uma grande quantidade de terras improdutivas e à necessidade de melhorar as condições de vida das populações que vivem no campo. Apesar de defenderem uma reforma agrária, ninguém abre mão

³⁸⁸ OESP, 07.06.85. A reforma agrária (Alfredo Campana, capital).

³⁸⁹ OESP, 11.06.85. A reforma agrária (Jorge Ferreira Cerqueira César, capital).

³⁹⁰ OESP, 23.06.85. A reforma agrária (Antônio Junqueira de Azevedo, capital).

³⁹¹ OESP, 13.06.85. Paulo Sato de Atibaia (SP).

³⁹² OESP, 07.06.85. A reforma agrária (Alfredo Campana, capital).

³⁹³ OESP, 03.07.85. A reforma agrária (Ivone G. S. Silveira, capital).

de seus inúmeros poréns: “A reforma necessita ser realizada tanto como o foi a abolição dos escravos (...) entretanto deveria vir concomitante à verdadeira Revolução Verde que tanto se pretende há mais de um século e é condição primordial para sobrevivência de nosso país”³⁹⁵, esclarece Ivone Silveira. “É essencial uma reforma agrária (...) mas só a aceitamos sob o controle da iniciativa privada e tendo como base a grande propriedade”³⁹⁶, afirma Eduardo de Souza Queiroz. “Por uma reforma agrária (...) mas não será essa panacéia louca que irá pôr fim a nossos problemas”³⁹⁷, assevera Luiz Mendes. “Reforma Agrária, sim. Conflito agrário, não! Não se pode reduzir a reforma agrária – aspiração geral da nação – à simples disputa pela posse de terra, como se o importante fosse simplesmente ter a terra e não cultivá-la, fazê-la produzir”³⁹⁸, proclama Antônio Carvalhes. “Somente aceitamos uma reforma sem demagogia e sem fins eleitoreiros ou outros mais condenáveis e camuflados”³⁹⁹, complementa José Versos. Uma reforma “salutar” é uma reforma “preferencialmente praticada em terra própria. (...) Acrescentar!, nunca substituir”⁴⁰⁰, anuncia Fernando Buck.

O segundo grupo, ao contrário, se posiciona contra uma reforma agrária no Brasil, seja porque a considera desnecessária, seja porque a reforma, segundo eles, já teria sido realizada. Para Elemar Giliza Lopes Machado, não caberia agora falar em reforma agrária; ela teria sido realizada em 1964 com o Estatuto da Terra⁴⁰¹. Aldemar Vitali é outro a crer que a reforma é dispensável. Na sua opinião, “bastaria dar condições aos latifúndios e teríamos enormes áreas produzindo”⁴⁰². Também dentre os que são contra, há quem a considere um roubo. “A reforma agrária é um roubo, estão roubando as glebas a seus legítimos proprietários”⁴⁰³, reage José Versos. E a palavra de ordem “terra para quem nela trabalha” exprimiria, na verdade, “o primeiro passo para dar banco aos bancários, indústrias aos operários, comércio aos comerciantes, quartéis aos soldados (...) E tudo sob as bênçãos da CNBB e de alguns cardeais”⁴⁰⁴. Como podemos observar, é tênue a fronteira entre os prós e os contras à reforma agrária.

³⁹⁴ FSP, 13.05.85. Reforma agrária (Luiz Mendes (SP)).

³⁹⁵ OESP, 03.07.85. A reforma agrária (Ivone G. S. Silveira, capital).

³⁹⁶ OESP, 03.07.85. A reforma agrária (Eduardo de Souza Queiroz, eng. agrônomo).

³⁹⁷ FSP, 13.05.85. Reforma agrária (Luiz Mendes, SP).

³⁹⁸ FSP, 06.07.85. Reforma agrária (Antônio Leite Carvalhes, Campinas).

³⁹⁹ OESP, 05.06.85. A reforma agrária (José Versos, capital).

⁴⁰⁰ OESP, 13.06.85. A reforma agrária (Fernando Buck, capital).

⁴⁰¹ OESP, 18.07.85. A reforma agrária (Dr. Elemar Giliza Lopes Machado).

⁴⁰² OESP, 07.07.85. A reforma agrária (Aldemar Vitali, capital).

⁴⁰³ OESP, 05.06.85. A reforma agrária (José Versos, capital).

⁴⁰⁴ OESP, 11.06.85. A reforma agrária (Jorge Ferreira Cerqueira César, capital).

Igualmente expressando a natureza do debate político e ideológico, são inúmeras as cartas que se perdem numa discussão sem fim, buscando discernir quais os atributos da “verdadeira” e da “falsa” reforma agrária. Uma reforma agrária é “verdadeira” quando se pauta na implementação de uma política de preços justos, crédito, comercialização e na instauração de novo padrão tecnológico no campo. A reforma é ainda considerada “verdadeira” quando se preocupa em “fundar escolas com orientação agrícola pelo menos rudimentar, dar assistência médico-hospitalar e dentária aos homens do campo, desde a mais tenra idade até a condição adulta, e controlar a natalidade”⁴⁰⁵. A “falsa” reforma agrária, ao contrário, incentivaria o conflito, é expropriatória e exclui dos produtores rurais” desse processo.

Para grande parte dos leitores, o debate sobre a reforma agrária nos anos 80 significa tão-somente “a eterna repetição histórica” e a “mesmice de uma bandeira caduca”⁴⁰⁶. E a Nova República assemelhar-se-ia “à reprise de uma novela já exibida há 21 anos e que nenhum patriota está desejando rever”⁴⁰⁷. Alguns, em especial os mais afeitos ao discurso produtivista, até aceitam a existência de uma questão social no campo; todavia, na opinião deles, de nada adiantaria resolver o problema social através de uma reforma agrária – que em sua essência “volta-se exclusivamente para a economia de subsistência” – se no plano econômico nada representaria em termos de “acréscimo econômico à nação”⁴⁰⁸.

Mereceria uma reflexão mais cuidadosa o papel da lei, porém são particularmente significativas as observações dos leitores sobre o recurso à lei como uma das principais garantias para a não-realização de uma reforma agrária no Brasil – a lei como expressão dos privilégios de classes. A maioria admite e adverte o governo Sarney sobre as possibilidades de fraudes na aplicação do Estatuto da Terra e do PNRA. Segundo os Junqueira de Azevedo, nada garante que o Estatuto, e o PNRA quando aprovado, não possam vir a ser “fraudados”⁴⁰⁹. A fraude às leis de terra, relembra Luiz Mendes, existe há mais de 20 anos e remonta ao ano 367 AC.⁴¹⁰ Ele também afirma que durante décadas, e não por acaso, o Estatuto ficou “relegado ao papel”⁴¹¹, outros

⁴⁰⁵ OESP, 07.06.85. A reforma agrária (Alfredo Campana, capital).

⁴⁰⁶ OESP, 11.06.85. A reforma agrária (Jorge Ferreira Cerqueira César, capital).

⁴⁰⁷ OESP, 11.06.85. A reforma agrária (Jorge Ferreira Cerqueira César, capital).

⁴⁰⁸ OESP, 03.07.85. A reforma agrária (Eduardo de Souza Queiroz, eng. agrônomo).

⁴⁰⁹ OESP, 23.06.85. A reforma agrária (Antonio Junqueira de Azevedo, capital).

⁴¹⁰ “A lei *Licinia Sextia*, sobre os limites de quantidade de terra e de gado, determinou o máximo de 500 *jugers* por pessoa para a posse de terras públicas, e Caio Licínio Stolone, que fora um dos co-autores da lei, imediatamente emancipou seu filho para que este pudesse ter outros 500 *jugers*, além dos que ele já tinha”. FSP, 13.05.85. Reforma Agrária (Luiz Mendes, SP).

⁴¹¹ FSP, 13.05.85. Reforma agrária (Luiz Mendes, SP).

recordam que a Constituição brasileira é uma “pobre e remendada colcha de retalhos”⁴¹², que necessita “urgentemente” ser modificada no que toca à função social da terra. E Aldemar Vitali reivindica uma reforma agrária baseada na legislação para evitar a “distribuição de terras surrupiadas dos seus legítimos donos”⁴¹³. Por certo, o “domínio” da lei, não corresponde totalmente à concepção dos leitores, mas não é de todo equivocada, em particular quando se tem em conta a realidade brasileira. O “domínio” da lei como diria Tompson (Tompson,1987), significa muito mais do que um simples instrumento das classes e grupos dominantes, apesar de na maioria dos casos efetivamente se instituir como tal.

No Brasil, pelo menos no que diz respeito à política fundiária, não seria incorreto afirmar que a lei quase sempre favoreceu prioritariamente os interesses dos grandes proprietários de terra. Os limites existentes ao monopólio e à concentração fundiária, por certo, foram e são fundamentais, mas até o momento são insuficientes para reverter o mínimo que seja a tendência dominante. A duras penas, o Estado e os movimentos sociais dos trabalhadores rurais conseguiram estabelecer fronteiras ao direito absoluto da propriedade fundiária no Brasil, quotidianamente burlado ou reapropriado.

Como não podia deixar de ser, são inúmeras as sugestões alternativas à política de reforma agrária. Aldemar Vitali propõe que se comece pelas terras do Incra, dos municípios, dos estados, das multinacionais e do INPS⁴¹⁴. Paulo Sato sugere “a implementação do Banco da Terra, sem fins econômicos e sem função social”⁴¹⁵. O que corrobora a reflexão de Medeiros, para quem já em meados da década de 80, no contexto do debate sobre o PNRA, estava presente “a defesa de uma reforma agrária via negociação, sem conflito, pela adesão voluntária das partes a um contrato: um programa gerido pelas regras do mercado, onde o Estado se limite a estabelecer algumas regras de regulação, mas não abra mão de sua força interventora, configurada nas desapropriações” (Medeiros,2001:33).

O Banco da Terra, na opinião de Paulo Sato, não só aumentaria a venda de máquinas e implementos agrícolas “exigidos pela moderna agricultura”, como também valorizaria o trabalhador rural, pela sua maior produtividade. “Enfim, teríamos uma reforma agraria feita ecologicamente, por pessoas capazes, com vocação agrícola, com conhecimento de ciências físicas,

⁴¹² OESP,03.07.87. A reforma agrária (Ivene G. S. Silveira, capital).

⁴¹³ OESP,07.07.85. A reforma agrária (Aldemar Vitali, capital).

⁴¹⁴ OESP,07.07.85. A reforma agrária (Aldemar Vitali, capital).

⁴¹⁵ OESP,13.06.85. Paulo Sato de Atibaia (SP).

químicas, política econômica e sensibilidade social”⁴¹⁶, conclui. Já Edith Natividade propõe que os “problemas agrários sejam transferidos às prefeituras municipais”. Com isso, “haveria uma elevação dos impostos sobre as terras cultiváveis e ociosas”, acarretando maior captação de recursos para “os cofres vazios das prefeituras”. A descentralização ainda obrigaria os proprietários a cultivar, vender ou arrendar suas terras⁴¹⁷. Eduardo Souza Queiroz defende que toda valorização da propriedade que exceder o seu valor de compra e o valor das melhorias efetuadas pelo proprietário deveria ir para o Estado⁴¹⁸. Outros apontam como solução o cooperativismo ou então o retorno da política de colonização levada a efeito nos anos 70. Mas é a tributação das terras que mais envolve os leitores. Segundo eles, a tributação é o instrumento eficaz na transformação das terras ociosas em produtivas.

São surpreendentemente preconceituosas as considerações sobre os trabalhadores rurais sem terra. E quase sempre se remetem à sua “incapacidade” de virem a se tornar proprietários. As justificativas vão desde a “vadiagem”; passando pela inutilidade de se distribuir terras a quem não possui os “predicados naturais necessários ao trabalho na agricultura”⁴¹⁹; até a “inadaptação” às novas tecnologias. A carta de Péricles da Silva Pereira é exemplar nesse sentido. Diz ele: “Só escolhe a vida do serviço rural quem tem tendência para essas atividades, quem gosta da vida árdua e trabalhosa da terra, quem tem a predisposição íntima, quase instintiva, de plantar, de criar, de produzir no campo. Quem não tem esses predicados naturais não se adapta, não se amolda aos múltiplos problemas agropecuários. É inútil distribuir terras a quem não possui os predicados de espírito pacioso exigido pela profissão rural”⁴²⁰. A pretensa condição “natural” das qualidades necessárias ao trabalho no campo constitui-se em um argumento de peso na desqualificação dos trabalhadores porque, a princípio, exclui qualquer possibilidade de inserção dos trabalhadores pela educação e qualificação. Jaci Monteiro, após considerar injusto o governo só se preocupar com os sem-terra e desprezar “os cinco milhões de proprietários do Brasil”, comenta que “entre os chamados sem-terra (...) há um grande número de vadios que nunca pararam em emprego”⁴²¹. E arremata: “será que essa reforma vai jogar muitas terras deste país em mãos inadequadas, para que

⁴¹⁶ OESP, 13.06.85. Paulo Sato de Atibaia (SP).

⁴¹⁷ OESP, 26.07.85. A problemática agrária (Eng. agrônomo Marcelo de Carvalho Silva).

⁴¹⁸ OESP, 27.07.85. Eduardo de Souza Queiroz, capital.

⁴¹⁹ OESP, 27.07.85. A reforma agrária (Péricles da Silva Pereira, capital).

⁴²⁰ OESP, 27.07.85. A reforma agrária (Péricles da Silva Pereira, capital).

⁴²¹ FSP, 06.06.85. Reforma agrária (Jaci Monteiro, Curitiba (PR)).

amanhã não sobre nelas nem um tatu, nem uma árvore e sejam abandonadas?”⁴²². Além de vadios, os trabalhadores são desqualificados e impedidos do direito à propriedade da terra por serem pessoas que “dentre outras coisas, não amam e nem respeitam a terra e parte de seu povo”⁴²³.

Tal qual os grandes proprietários de terra e empresários rurais, o tema da evasão dos trabalhadores nas experiências de reforma agrária é recorrente. Alguns vão buscar na história da escravidão brasileira e na legislação trabalhista as razões dessa prática. Outros chegam mesmo a resgatar o processo de marginalização do “camponês brasileiro” submetido a toda sorte de dificuldades, quase sempre “escravizado por circunstâncias que há muito provocaram o êxodo do campo”; quando escravo, vivendo num “estado de ignomínia nas fazendas dos latifundiários, perseguido e caçado como animal” e posteriormente “marginalizado por leis unilaterais sancionadas pelo Pai dos Pobres”, em alusão a Getúlio Vargas, enfim, “alguém que viu tardiamente chegar até ele os benefícios da era moderna”⁴²⁴.

Em nenhum momento se admite a possibilidade de inserção dos trabalhadores rurais, seja através de uma reforma agrária, seja por meio do acesso aos direitos mais elementares. Na opinião de Ivone Silveira, é inadequado dar terra aos trabalhadores, pois todas as vezes que eles “sentiram o gosto da liberdade” não souberam responder à altura; na escravidão, “debandaram, deixando ao léu o eito a que estavam ungidos”; hoje, abandonam o campo atraídos pelo “desejo de participar do banquete de sobra de migalhas e, principalmente, a esperança de um mundo melhor”⁴²⁵. Recorrendo também à escravidão, Antonio Leite Carvalhes recorda que o Brasil libertou os escravos, “mas a liberdade de pouco lhes serviu pois não lhes dava o necessário para viver com um mínimo de dignidade”. A maioria dos homens livres “passou para a marginalidade, para a mendicância ou para o trabalho brutal, tão ou mais penoso quanto o trabalho escravo”⁴²⁶. Em princípio, nada diferencia a reflexão de Leite Carvalhes dos demais leitores favoráveis à reforma agrária e defensores de uma maior integração dos trabalhadores rurais como condição de cidadania. O que mais surpreendente é sua conclusão: segundo ele, com base na experiência da história brasileira, podemos dizer que “dar a terra, assim como dar a liberdade, não adianta muito. (...) Então, as coisas devem permanecer como estão”⁴²⁷.

⁴²² FSP, 06.06.85. Reforma agrária (Jaci Monteiro, Curitiba (PR)).

⁴²³ OESP, 11.06.85. Maria Eugenia Ferrari Borges.

⁴²⁴ OESP, 03.07.85. A reforma agrária (Ivone G. S. Silveira, capital).

⁴²⁵ OESP, 03.07.85. A reforma agrária (Ivone G. S. Silveira, capital).

⁴²⁶ FSP, 06.07.85. Reforma agrária (Antônio Leite Carvalhes, Campinas).

⁴²⁷ FSP, 06.07.85. Reforma agrária (Antônio Leite Carvalhes, Campinas).

Particularmente imaginativos e associando tempos históricos e problemáticas diferenciadas, alguns leitores reconstroem a história ao seu bel-prazer. Segundo Péricles da Silva Pereira, o abandono de lotes pelos trabalhadores é histórico e remonta à civilização romana com seus “ex-soldados, já desempregados, congestionando as cidades a perambular pelas rurais”. Em Roma, era-lhes distribuído um pedaço de terra no interior do país, porém eles, depois de um tempo, se desfaziam das terras e voltavam a viver nas cidades. O mesmo ocorreu, segundo ele, com os beneficiários da Revisão Agrária do governo Carvalho Pinto: “Ao “abandonar suas terras e vendê-las por qualquer preço para viver nas cidades (...) tiveram a mesma atitude e repetiram o feito dos antigos legionários romanos”⁴²⁸. O tema do abandono das terras também é explorado por Fernando Buck, para mostrar a inviabilidade da reforma agrária. Nos anos 40, diz-nos o leitor, o milionário suíço Max Wirh decidiu promover uma reforma “partindo de seu próprio latifúndio”, a Fazenda Aliança situada no noroeste de São Paulo. Mas “não decorreram dez anos, e das 40 famílias, somente quatro permaneceriam explorando os quinhões que lhes foram destinados (...). As restantes, por motivos diversos, haviam abandonado as terras”⁴²⁹. “Motivos diversos” não fazem parte da lógica conservadora dos leitores. São absolutamente secundários, porque eles teriam que necessariamente incorporar outros elementos ao discurso. Os “motivos diversos” é o não-dito do discurso dominante – uma das condições de sua eficácia, como afirma Chauí.

Na opinião de Edith Natividade, ser proprietário é uma proeza que exige muito esforço e responsabilidade e “evidentemente os pequenos sitiantes não são capazes de ser proprietários de terra; somente as grandes empresas agrícolas têm condição de assumir tamanha responsabilidade”⁴³⁰. Já Victor da Silva Neubern se baseia nas diferenças estruturais e de classe entre proprietários e trabalhadores, ao afirmar: “Quem não tem condição para comprar, também não tem condição para explorar a terra (...) A produção de alimentos procede, principalmente, das grandes propriedades que têm recursos materiais e técnicos para desenvolvê-las”⁴³¹. E Alfredo Campana destaca que “terra, só para gente saudável e alimentada”⁴³².

É no mínimo surpreendente a alegação de Sylvio Camargo Guimarães justificando as “razões históricas” da exclusão dos trabalhadores rurais. Em sua opinião, haveria um “preconceito secular” dos brasileiros “brancos e pobres”, que remonta à Colônia, contra o trabalho braçal, por

⁴²⁸ OESP, 27.07.85. A reforma agrária (Péricles da Silva Pereira, capital).

⁴²⁹ OESP, 13.06.85. A reforma agrária (Fernando Buck, capital).

⁴³⁰ OESP, 19.07.85. A questão agrária (Edith M. Natividade).

⁴³¹ FSP, 28.06.85. Reforma agrária (Victor da Silva Neubern, São Carlos (SP)).

⁴³² OESP, 07.06.85. A reforma agrária (Alfredo Campana, capital).

considerá-lo desprezível. Isso os impediu de “ocupar as terras que estavam a sua disposição, mas que requeriam um trabalho braçal, e muito menos pensavam em trabalhar na lavoura, na qualidade de colonos”. Em contrapartida, diz ele, os migrantes italianos, sem preconceitos ao trabalho braçal, “aceitaram mourejar nas lavouras de café (...) e após trinta anos de intenso trabalho, a maioria dos migrantes já era proprietária de terras”⁴³³. Sylvio Camargo noticia até que o barão de Mauá, ao ganhar a concessão para a implantação da luz elétrica, oferecera “emprego braçal ao homem branco, pois era contrário ao regime escravista”, mas, como ninguém se habilitasse, fora “obrigado a aceitar o trabalho de escravos de aluguel”⁴³⁴.

As críticas à Igreja progressista concentram-se sobretudo no pronunciamento de D. Ivo Lorscheiter a favor da desapropriação de todos os latifúndios. O que é considerado por Eduardo S. Queiroz “arrasadoramente prejudicial e irresponsável”⁴³⁵. O grande temor dos leitores era porque ele “não era qualquer um”, mas “um alto representante do Igreja, sentenciando de morte todas as propriedades rurais produtivas”⁴³⁶. Um medo justificado, pois o pronunciamento de D. Ivo teve grande repercussão junto à mídia. As mulheres são as mais indignadas. Maria Eugênia Ferrari Borges indaga: “Que adjetivo aplicaremos a Vossa Eminência – representante do pensamento de Deus perante os homens – que pretende que tudo seja entregue a mãos que, entre outras coisas, não amam e nem respeitam esta terra e parte de seu povo?” E conclui: “A justiça não se faz com mãos que se apoderam, e a ordem só se consegue através da tranquilidade”⁴³⁷.

Muitos relembram que historicamente a Igreja é a maior latifundiária. Outros desqualificam o trabalho pastoral ao afirmar que, sob o manto da religião, a preparação das pessoas para o sacerdócio estaria de fato “produzindo seres desviados para outros meios, outras mãos e outros fins”⁴³⁸. Por último, argumenta-se que nem a Igreja nem a mídia estariam qualificadas para falar sobre a agricultura. “Se o velho aforismo *cada macaco no seu galho* fosse respeitado, decerto a mídia não estaria reproduzindo tanta sandice”⁴³⁹, indica José Versos. Inspirados nos proprietários de terra e empresários rurais, alguns leitores partem para a ofensiva responsabilizando alguns setores da Igreja e a CPT pelos “construção artificial” dos conflitos de terra no Brasil. Segundo Alfredo Campana, prevalecendo tal prática da Igreja e a decisão governamental de desapropriar as

⁴³³ OESP, 12.06.85. Sylvio Camargo Guimarães, capital.

⁴³⁴ OESP, 12.06.85. Sylvio Camargo Guimarães, capital.

⁴³⁵ OESP, 03.07.85. A reforma agrária (Eduardo de Souza Queiroz, eng. agrônomo).

⁴³⁶ OESP, 05.06.85. A reforma agrária (José Versos, capital).

⁴³⁷ OESP, 11.06.85. Maria Eugenia Ferrari Borges.

⁴³⁸ OESP, 05.06.85. A reforma agrária (José Versos, capital).

áreas de tensão social, qualquer propriedade agrícola, inclusive as empresas rurais, estará sujeita à desapropriação, pois “é suficiente um padre (ou preferencialmente um bispo) para insuflar e cerca de 50 a 100 desordeiros para invadir e estará configurado o conflito pela terra”⁴⁴⁰.

Dois principais pressupostos orientam o discurso anticomunista. Numa perspectiva mais geral, considera-se que a política de reforma agrária, em sua essência, seria a expressão do comunismo, na medida em que “sempre” tem como objetivo último a “coletivização” do campo. Para Eduardo Souza Queiroz, a proposta de PNRA, ao “priorizar as propriedades coletivas”, estaria encaminhando o Brasil para “soluções marcadamente socialistas”⁴⁴¹. Finalmente, eles declaram que tanto a ideologia comunista quanto a esquerda brasileira são tradicionais e ultrapassadas, “seja no plano político – com sua lógica do “quanto pior melhor” –, seja no econômico, a exemplo da URSS e seus satélites, com seus métodos de produção atrasados que “não conseguem alimentar decentemente suas populações”⁴⁴². “Graças à esclarecida visão das esquerdas festivas, estamos nos dirigindo aceleradamente em sentido inverso: cortamos as asas das nossas incipientes empresas agrícolas e implantamos sitiocas de resultados mais do que duvidosos”⁴⁴³, diz Edith Natividade. “A sorte”, atesta Ivone Silveira, “é que a liderança comunista, esvaziada pela liberdade de imprensa, não se constitui num perigo para o insipiente eleitor brasileiro, analfabeto, mas bem-informado”⁴⁴⁴.

3.4.1.3- Reforma agrária, uma questão política

Box 8 - Leitores favoráveis à Reforma Agrária da Nova República

Alceu Amoroso Lima Filho	Salvador (BA)
Arnaldo Teixeira Mendes	Capital (SP)
Carlos Sérgio Canovo	Assessor de imprensa do MST
Dirceu Carneiro	Deputado e médio proprietário rural
Euclides Rossinholi	Ourinhos (SP)
Fladimir Araújo	Assessor de imprensa do MST
Januário Montone	Campinas (SP)
José Graziano da Silva	Economista, Unicamp Campinas (SP)
José Moacir Calpos	Campinas (SP)
Luiz Mendes	São Paulo (SP)
Luiz Fernando F. Araújo	São Paulo (SP)
Manuel Eduardo T. Teixeira	Ribeirão Preto (SP)

⁴³⁹ OESP, 05.06.85. A reforma agrária (José Versos, capital).

⁴⁴⁰ OESP, 07.06.85. A reforma agrária (Alfredo Campana, capital).

⁴⁴¹ OESP, 03.07.85. A reforma agrária (Eduardo de Souza Queiroz, eng. agrônomo).

⁴⁴² OESP, 03.07.85. A reforma agrária (Eduardo de Souza Queiroz, eng. agrônomo).

⁴⁴³ OESP, 19.07.85. A questão agrária (Edith M. Natividade).

⁴⁴⁴ OESP, 03.07.85. A reforma agrária (Ivone G. S. Silveira, capital).

Matheus Schnaider	Presidente do Clube de Engenharia
Maria Helena Leal Castro	São Paulo (SP)
Rinaldo Tavares Souto Maior	São Paulo (SP)
Zien Nassif	Jaú (SP)

Os leitores favoráveis a uma reforma agrária correspondem a apenas 17,4% do total das cartas publicadas. Eles têm em comum a crença nas possibilidades abertas pela Nova República em levar adiante o processo democrático. Defendem que a reforma é uma questão política e, como tal, necessita do apoio da sociedade para que sejam enfrentados os inúmeros obstáculos à sua implantação⁴⁴⁵. E advogam que a democratização da propriedade da terra seria uma resposta do Estado às injustiças cometidas contra os trabalhadores do campo.

Ao contrário dos grandes proprietários de terra que temem e procuram desqualificar a transição, eles se empenham em legitimá-la, além de declarar seu apoio irrestrito à Nova República. “Hosanas ao governo Sarney pela iniciativa auspiciosa de apresentar à nação um plano de reforma agrária”⁴⁴⁶, diz Zien Nassif. “A transição e a Nova República estão caminhando com força para alcançar a sua democracia e um exemplo disto é a política de reforma agrária”⁴⁴⁷, assegura Luiz Fernando de Araújo. Todos crêem nas “boas intenções” de Sarney e apostam na efetivação da proposta de PNRA. A própria criação do Mirad e a confirmação dos nomes de Nelson Ribeiro e José Gomes da Silva, respectivamente para o Mirad e o Incra, tiveram o poder de reavivar as esperanças na efetivação de uma reforma agrária. Como diria Luiz Mendes, “com as mudanças institucionais e a transformação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (Meaf)⁴⁴⁸ em Ministério da Reforma Agrária, ficam no ar as expectativas de milhares de brasileiros que almejam pôr fim ao problema agrário”⁴⁴⁹. Matheus Schnaider, presidente do Clube de Engenharia, interpela a opinião pública para que acredite nos princípios da Nova República como condição do pleno restabelecimento do ideal democrático: “Agora a reforma agrária sairá do papel e se transformará em instrumento através do qual se saldará parte da dívida social deste país para com a parcela dos que labutam no campo!”⁴⁵⁰, anuncia. Em defesa de Nelson Ribeiro e José Gomes da Silva e contra as “insinuações desqualificadoras” dos grandes proprietários de terra sobre o ministro e o presidente do Incra, Eduardo Teixeira recrimina a “insidiosa campanha contra

⁴⁴⁵ FSP, 13.05.85. Reforma agrária (Luiz Mendes (SP).

⁴⁴⁶ FSP, 04.06.85. Reforma agrária (Zien Nassif, Jaú SP).

⁴⁴⁷ FSP, 07.06.85. Reforma agrária (Luiz Fernando F. Araújo, SP).

⁴⁴⁸ Órgão diretamente ligado ao Conselho de Segurança Nacional, presidido por Danilo Venturini no período da então denominada por Martins “militarização da questão agrária” (Martins, 1984).

⁴⁴⁹ FSP, 13.05.85. Reforma agrária (Luiz Mendes, SP).

essa grande autoridade em reforma agrária que é José Gomes da Silva, um engenheiro agrônomo respeitadíssimo!”⁴⁵¹.

Já outros olham a conjuntura política como um processo essencialmente transformador das relações sociais e avaliam que a força política do latifúndio e a violência no campo decorreriam da “incompletude” da transição brasileira. É o que pensa, por exemplo, Maria Helena Leal Castro, para quem a violência aberta contra os trabalhadores sem terra só ocorre porque “os ventos da Nova República ainda não sopraram em todo o território nacional” e as pessoas ainda não aprenderam “a forma democrática de medir forças, através da exposição de motivos, como espera a nação”⁴⁵². Há, também, quem aposte no diálogo entre os grupos em conflito como a única forma para desmascarar a “demagogia daqueles que se dizem muito preocupados com a violência, mas que certamente teriam dificuldades em apoiar a reforma agrária e ao mesmo tempo defender os interesses de seus maiores aliados”⁴⁵³.

Entretanto, é grande a preocupação com os possíveis e “concretos” desdobramentos advindos da implementação de “medidas democráticas”, em especial a reforma agrária. Vários leitores se indagam sobre o real “poder de fogo” de Sarney diante da pressão “latifundiária” e da “ação terrorista de propaganda visando paralisar a discussão e a implementação da proposta de PNRA”⁴⁵⁴, ou então temem o poder da mídia junto à opinião pública, questionando a viabilidade da reforma e desqualificando as lutas por terra nos anos 80. Alceu Amoroso Lima Filho, em sua carta à FSP, faz duras críticas ao jornal por afirmar que o plano é superficial e teria sido elaborado para não ser cumprido. Ele considera lamentável a postura da FSP ao “induzir o leitor a duvidar das boas intenções do governo da Nova República” e convida o jornal a colocar-se ao lado do governo e usar o seu “grande poder de persuasão” para apoiar a reforma agrária, contribuindo assim para “desfazer injustiças de tanto e tantos anos”⁴⁵⁵. E Moacyr Colpas declara que o editorial da FSP em 16 de junho de 1985 sobre a reforma agrária havia lhe deixado a impressão de “algo produzido nos porões do Estadão”⁴⁵⁶ em alusão ao “reacionarismo” do OESP.

No entanto, não há um consenso entre os leitores sobre a reação dos grandes proprietários de terra e empresários rurais à reforma agrária da Nova República. Para uns, “o festival de

⁴⁵⁰ OESP, 08.06.85. A reforma agrária (Matheus Schnaider, pres. Clube de Engenharia).

⁴⁵¹ FSP, 18.05.85. Presidência da Incra (Manual Eduardo T. Teixeira, Ribeiro Preto).

⁴⁵² FSP, 09.07.85. Uma luta de todos (Maria Helena Leal Castro, SP).

⁴⁵³ FSP, 23.07.85. Reforma agrária (Januário Montone, Campinas).

⁴⁵⁴ FSP, 23.07.85. Reforma agrária (Januário Montone, Campinas).

⁴⁵⁵ FSP, 13.06.85. Reforma agrária (Alceu Amoroso Lima Filho, Salvador BA).

ataques” ao PNRA teria partido exclusivamente do velho latifúndio do Nordeste e das “reacionárias lideranças das entidades que congregam os proprietários rurais do país”⁴⁵⁷. “São os velhos senhores do latifúndio selvagem que desejam levar intranquilidade à nação com esse alarde inconseqüente no combate à reforma agrária”, diz Rinaldo Souto Maior. Para outros, “grita” não se restringe apenas aos grandes proprietários de terra; os grupos de “direita” e os “bolsões radicais, refratários a qualquer mudança”⁴⁵⁸, também participam ativamente da reação. Existe, ainda, quem considere que a crítica à reforma agrária da Nova República significa tão-somente a “força e a perpetuação do autoritarismo dos governos militares”⁴⁵⁹.

Aparentemente, não há maior preocupação dos leitores em procurar entender qual o sentido das argumentações e quem está falando em nome das classes e grupos dominantes no campo, porque a reforma agrária é considerada uma luta política, em princípio, para a maioria dos leitores, quem reage ao PNRA é considerado “reacionário” ou “tradicional”, e isso basta. Por uma outra perspectiva que não a política, os empresários rurais e agroindustriais de certa forma são poupados da pecha de reacionários e de tradicionais. Como há uma dissociação entre a “condição” de empresário e o “ser” latifundiário, os leitores têm dificuldade de perceber o quanto a propriedade latifundista da terra encontra-se enraizada nas relações econômicas, políticas e sociais do conjunto das classes e grupos dominantes no campo, por isso mostram-se surpresos com a postura dos “empresários da SRB” que vêm a público defender “os interesses dos grandes proprietários de terra”. Em certa medida eles, os leitores, foram capturados pelo discurso “produtivista” em favor da rentabilidade do capital investido e de uma maior competitividade, e consideraram que a declaração dos representantes da SRB, afirmando que a reforma, se implementada, colocaria “em xeque toda a estrutura produtiva empresarial montada a duras penas”⁴⁶⁰ pela modernização da agricultura, expressava, tão-só, a “incompreensão e insensibilidade de seus dirigentes e não a posição do conjunto dos empresários da entidade”⁴⁶¹, como afirma Euclides Rossinholi. Eles esperavam um comportamento mais “civilizado” da classe empresarial. Até aceitavam que os latifundiários fossem anticomunistas “ferrenhos”, mas não conseguiam entender por que os representantes do empresariado declaravam que o PNRA baseava-se na teoria marxista-leninista.

⁴⁵⁶ FSP, 26.07.85. Reforma agrária (José Moacyr Colpas).

⁴⁵⁷ FSP, 06.06.85. Euclides Rossinholi Ourinhos (SP).

⁴⁵⁸ FSP, 26.07.85. Reforma agrária (José Moacyr Colpas, Campinas).

⁴⁵⁹ FSP, 18.05.85. Presidência da Incra (Manuel Eduardo T. Teixeira, Ribeiro Preto).

⁴⁶⁰ FSP, 06.06.85. Euclides Rossinholi, Ourinhos (SP).

⁴⁶¹ FSP, 06.06.85. Euclides Rossinholi, Ourinhos (SP).

As diferenças existentes entre os empresários rurais e os “latifundiários” somente se apagam quando os leitores recordam “a lamentável e tão conhecida história de débitos quotidianamente prorrogados, parcelados ou mesmo perdoados”⁴⁶², ou quando constatarem a “perpetuação” da concentração de terras “cada vez mais nas mãos dos ricos”⁴⁶³. Porém, tais considerações, por si só, não são suficientes para fazê-los repensar quais os limites estruturais do apoio da classe empresarial patronal rural à democratização da propriedade da terra.

Na opinião de Moacyr Colpas, tamanha “reação” dos grandes proprietários não tem cabimento. Ele acredita que “bastaria a aplicação da lei” para que tudo seja resolvido a contento. Maria Helena Leal Castro acha que a mobilização dos grandes proprietários de terra e empresários rurais estaria em descompasso com a conjuntura: “Eles lamentavelmente não perceberam que os tempos são outros”⁴⁶⁴. Mais uma vez, a força da lei desponta como a pedra de toque na solução dos impasses e problemas existentes: “Basta que se crie legislação adequada para acabar com a terrível situação de vermos pessoas passando (e morrendo) de fome em terra fértil”⁴⁶⁵, afirma Luiz Mendes. “Falta apenas dinamizar a justiça para atender aos problemas fundiários”⁴⁶⁶, declara Arnaldo Teixeira Mendes. Ele sugere que o governo Sarney, em vez de imobilizar os recursos que já são escassos em prédios, deveria estruturar vários grupos de juizes, promotores, curadores, procuradores estaduais e federais, enfim gente de “cartoria” para, “em veículos de carroçaria fechada (...) atender aos que não podem pagar advogado e resolver o problema da terra”⁴⁶⁷.

Perante a reação “desmesurada”, como responder às pressões e “imunizar” o governo contra os “lobbies” que surgirão para o sepultamento da reforma agrária?⁴⁶⁸, indaga Zien Nassif. Diante de tal situação, os olhares se voltam para a sociedade e os trabalhadores rurais, e o que eles conseguem perceber é uma sociedade temerosa, fragmentada e com dificuldade de se unir ou se mobilizar em favor de uma reforma agrária. Segundo alguns, o “povo brasileiro” estaria cindido em dois principais grupos. De um lado, a parcela “esclarecida e politizada”⁴⁶⁹ da população, consciente da complexidade do processo histórico e dos acontecimentos que se desenrolam na Nova República; de outro, a “opinião pública urbana” – alvo principal da campanha contra a

⁴⁶² FSP, 25.06.85. Reforma agrária (prof. José Graziano da Silva, Unicamp).

⁴⁶³ FSP, 13.06.85. Reforma agrária (Alceu Amoroso Lima Filho, Salvador, BA).

⁴⁶⁴ FSP, 09.07.85. Uma luta de todos (Maria Helena Leal Castro, SP).

⁴⁶⁵ FSP, 13.05.85. Reforma agrária (Luiz Mendes, SP).

⁴⁶⁶ OESP, 30.06.85. Arnaldo Teixeira Mendes, capital.

⁴⁶⁷ OESP, 30.06.85. Arnaldo Teixeira Mendes, capital.

⁴⁶⁸ FSP, 04.06.85. Reforma agrária (Zien Nassif, Jaú SP).

⁴⁶⁹ FSP, 15.06.85. Reforma agrária Rinaldo Tavares Souto Maior (SP).

reforma – , “acuada em seus medos e sua insegurança pelos torturadores de ontem que hoje tentam abertamente impedir a transição”⁴⁷⁰.

Com relação aos trabalhadores, a postura é de crítica às apreciações dos grandes proprietários de terra: “Não devemos esquecer que os trabalhadores da terra, aqueles que cultivam sem nada em troca, são os principais beneficiários da reforma agrária”⁴⁷¹, declara Luiz Fernando de Araújo. “Espero que uma iniciativa dessa não acabe gerando na cabeça de algum deles uma proposta de instituir a pena de morte para todos os migrantes e desempregados”, complementa Januário Montone, para quem o contingente cada vez maior de desempregados e “marginalizados de toda a espécie” seria produto da concentração fundiária e do uso crescente de uma “tecnologia de ponta” poupadora de mão-de-obra. “A democracia da Nova República deve servir aos trabalhadores do campo e da cidade, eles não devem continuar pagando a conta”⁴⁷², anuncia José Graziano da Silva.

Sobre o papel da igreja Progressista e dos partidos políticos de esquerda, a posição dos leitores é de confronto com os grandes proprietários de terra. Ante a desqualificação da CPT pelas elites rurais, os assessores de imprensa do MST respondem que “esse organismo vinculado à CNBB se constituiu ao longo dos anos num forte e imprescindível instrumento de apoio político e teológico não só ao Movimento dos Sem Terra, mas a todas as iniciativas de organização dos trabalhadores rurais, preservando, sempre, a autonomia e independência desses movimentos”⁴⁷³. Flademir Araújo e Carlos S. Canova, em nome da executiva nacional do MST, aproveitam o espaço do jornal para esclarecer à “opinião pública” que não existe “qualquer vinculação orgânica do movimento com a CUT ou outras organizações sindicais e partidárias” e reiterar que os objetivos do MST se pautam pela construção de um sindicalismo “autêntico e combativo” e pela “autonomia e independência dos movimentos sociais”⁴⁷⁴.

Igual a momentos anteriores de mobilização e confronto, a reforma agrária é alçada à condição de principal alternativa para a solução dos problemas da sociedade brasileira. Abrangendo um amplo leque de significações e objetivos, a reforma agrária apresenta-se, no plano econômico, como “a solução para os problemas do setor primário com reflexos em toda a

⁴⁷⁰ FSP, 23.07.85. Reforma agrária (Januário Montone, Campinas, SP)

⁴⁷¹ FSP, 07.06.85. Reforma agrária (Luiz Fernando F. Araújo, SP).

⁴⁷² FSP, 25.06.85. Reforma agrária (prof. José Graziano da Silva, Unicamp).

⁴⁷³ FSP, 16.06.85. Autonomia e Independência (Flademir Araújo e Carlos S. Canova, MST).

⁴⁷⁴ FSP, 16.06.85. Autonomia e Independência (Flademir Araújo e Carlos S. Canova, MST).

sociedade”⁴⁷⁵. Ela desponta, ainda, como o principal instrumento do crescimento agrícola “harmonioso”, a triplicação da produção de grãos, e como condição para que seja evitado um “desastre ecológico futuro”⁴⁷⁶. Reforma agrária significa a melhoria do “padrão de vida do brasileiro em geral”⁴⁷⁷, garante Zien Nassif. O fim de uma situação “já tão corroída pela voracidade das exportações desmesuradas em detrimento da panela do povo e pelo baixo poder aquisitivo do brasileiro”⁴⁷⁸, manifesta o Clube de Engenharia. No campo político, como condição da democracia e da cidadania é o “único instrumento através do qual se saldará a dívida social deste país com a parcela dos que labutam no campo”⁴⁷⁹. “Esses trabalhadores passarão a ser donos da terra, fazendo com que nossa agricultura cresça”⁴⁸⁰, arremata Fernando Araújo, em uma clara oposição aos grandes proprietários de terra, para os quais, como já tivemos oportunidade de perceber, a interdição à condição de proprietários, encontra-se no cerne da desqualificação dos trabalhadores. A bandeira da reforma agrária é ainda apontada como “única medida” capaz de incorporar a dimensão social ao modelo de desenvolvimento até então vigente e pôr fim à “exclusão” dos trabalhadores rurais sem terra e também. Significa também “a chance para o país sair do marasmo em que se encontra”⁴⁸¹ e a “solução para os maiores medos da população urbana: insegurança, miséria e desemprego”⁴⁸². Por uma reforma “de acordo com as deliberações do IV Congresso da”⁴⁸³, finaliza o deputado Dirceu Carneiro. Diante de tais considerações, ela deveria se constituir, segundo Maria Helena Castro Leal, na principal luta do povo brasileiro e não apenas de um pequeno grupo⁴⁸⁴.

Mas não basta a simples distribuição de terras, concordam os leitores. “Não basta compatibilizar gente que quer trabalhar na sua terra com essas áreas desocupadas”⁴⁸⁵. É necessário conhecer a terra e aproveitar as “boas manchas”; empreender uma triagem e cadastramento entre os que querem terras e dotar as glebas de infra-estrutura mínima, além da assistência técnica e agrônômica básica e da implantação de um regime de cooperativas, sugere Arnaldo Teixeira

⁴⁷⁵ FSP, 09.07.85. Uma luta de todos (Maria Helena Leal Castro, SP)

⁴⁷⁶ FSP, 18.05.85. Presidência da Incra (Manuel Eduardo T. Teixeira, Ribeiro Preto)

⁴⁷⁷ FSP, 04.06.85. Reforma agrária (Zien Nassif, Jaú, SP).

⁴⁷⁸ OESP, 08.06.85. A reforma agrária Matheus Schnaider, pres. do Clube de Engenharia.

⁴⁷⁹ OESP, 08.06.85. A reforma agrária (Matheus Schnaider, pres. do Clube de Engenharia).

⁴⁸⁰ FSP, 07.06.85. Reforma agrária (Luiz Fernando F. Araújo (SP)).

⁴⁸¹ FSP, 04.06.85. Reforma agrária (Zien Nassif, Jaú (SP)).

⁴⁸² FSP, 23.07.85. Reforma agrária (Januário Montone, Campinas).

⁴⁸³ J B, 26.06.85. Reforma agrária (deputado Dirceu Carneiro).

⁴⁸⁴ FSP, 09.07.85. Uma luta de todos (Maria Helena Leal Castro (SP)).

⁴⁸⁵ OESP, 30.06.85. Arnaldo Teixeira Mendes, capital.

Mendes⁴⁸⁶. Para ele, uma reforma “efetiva e digna” necessita basicamente de terra fértil, trabalhadores capazes de cultivá-la e recursos financeiros.

A proposta de PNRA, ao contrário do que tentam fazer crer os grandes proprietários de terra, é considerada “bem elaborada”, “séria” e, o mais importante, “objetiva e prática”⁴⁸⁷. Um plano para ser discutido e aprimorado pelo “povo em geral e pelo Congresso Nacional”⁴⁸⁸, declara Alceu Amoroso Lima Filho. Desse modo, não teria cabimento “rejeitá-lo pura e simplesmente”⁴⁸⁹, complementa Moacyr Colpas. A proposta de PNRA teria o mérito de mostrar “a uma sociedade estarecida” a situação de “calamidade” em que se assenta a atual estrutura agrária brasileira⁴⁹⁰. Contribui ainda para tornar público aos leitores o fato de que, “dos milhões e milhões de hectares agricultáveis, só nos utilizamos de 10%”⁴⁹¹. Enfim, se há defeitos no PNRA ora em discussão – e a maioria dos leitores reconhece que certamente existem – “pelo menos é um início auspicioso, depois de 20 anos de concentração de terras”⁴⁹². Em resposta à crítica dos grandes proprietários de terra sobre a desapropriação, os leitores defensores fincam uma verdadeira trincheira em favor da desapropriação – considerada o “único instrumental legal hoje disponível (...) e o único remédio eficaz para se corrigirem as atuais distorções da estrutura agrária brasileira”⁴⁹³. Todavia, eles fazem questão de garantir o respeito à propriedade: “Por uma reforma agrária autenticamente brasileira, principalmente com a distribuição de terras hoje não produtivas, com respeito pleno ao direito de propriedade”⁴⁹⁴, declara Matheus Schnaider.

Em contrapartida, a tributação das terras é vista como “um remédio inócuo”⁴⁹⁵. Para ser efetiva, ela teria que incidir sobre o valor de mercado da terra e sobre a área total da propriedade, numa alíquota tal que superasse a sua valorização real, afirma Graziano da Silva. Ele diz que os países que conseguiram algum sucesso nesse campo inverteram a questão: “Não se tributa mais a terra para fazê-la produzir; taxa-se a renda que ela deveria dar como se estivesse produzindo. Assim, o proprietário terá que desfazer-se de parte do patrimônio para poder pagar o imposto”.

⁴⁸⁶ OESP, 30.06.85. Arnaldo Teixeira Mendes, capital.

⁴⁸⁷ FSP, 13.06.85. Reforma agrária (Alceu Amoroso Lima Filho, Salvador (BA)).

⁴⁸⁸ FSP, 13.06.85. Reforma agrária (Alceu Amoroso Lima Filho, Salvador (BA)).

⁴⁸⁹ FSP, 26.07.85. Reforma agrária (José Moacyr Colpas, Campinas).

⁴⁹⁰ FSP, 04.06.85. Reforma agrária (Zien Nassif, Jaú (SP)).

⁴⁹¹ OESP, 30.06.85. Arnaldo Teixeira Mendes, capital.

⁴⁹² FSP, 13.06.85. Reforma agrária (Alceu Amoroso Lima Filho, Salvador (BA)).

⁴⁹³ FSP, 25.06.85. Reforma agrária (prof. José Graziano da Silva, Unicamp).

⁴⁹⁴ OESP, 08.06.85. A reforma agrária (Matheus Schnaider, pres. Clube de Engenharia).

⁴⁹⁵ FSP, 25.06.85. Reforma agrária (prof. José Graziano da Silva, Unicamp).

Evidentemente que para isso, segundo ele, o valor do imposto terá de ser significativo em relação ao valor do patrimônio ocioso⁴⁹⁶. “Mas essa é uma questão política”, conclui Graziano da Silva.

Para finalizar, gostaria de tecer alguns comentários sobre a seção de Cartas dos Leitores. Sei que há sempre o risco de simplificação nas sistematizações sobre os processos sociais. Mesmo assim, e tendo como referência a seção de cartas, é possível distinguir três principais perfis sociais dos grandes proprietários de terra e empresários rurais. O primeiro é o do “empresário-empREENDEDOR” racional e moderno. Sua fala ressalta a capacidade de produção e o sucesso dos negócios, que estariam calcados no uso racional da terra e na tecnologia. Para o “empREENDEDOR”, a produção não estaria na posse da terra e “sim no trabalho que se venha fazer sobre ela”. Ele considera a reforma agrária uma política defasada e expressão do atraso, e pondera que os “reformadores sociais são incompetentes” porque não conseguem perceber as mudanças estruturais por que passaram a sociedade e a agricultura no Brasil. Aliás, sempre que possível, ele evita usar o termo reforma agrária, preferindo reforma agrícola. Consta que hoje a sociedade brasileira é majoritariamente urbana, portanto, para ser eficiente, ela requer uma agricultura altamente tecnificada e, para ser estável necessita do estímulo do Estado, pois a população urbana não pode correr o risco de uma “desorganização rural” que possa comprometer sua alimentação e seu bem-estar. Sua concepção de justiça social se remete sobretudo “à garantia de Ceasas bem supridos”. Aparentemente despidido de qualquer traço assistencialista e distante das relações tradicionais de dominação, o “empREENDEDOR” é o que mais desqualifica os trabalhadores rurais: eles seriam os principais responsáveis pelo fracasso da reforma agrária, porque são incapazes de se modernizar, fazem mal uso da terra, não conseguem assimilar o novo padrão tecnológico nem saberiam gerir de modo “racional” seus próprios negócios. Duas outras características singularizam o “empREENDEDOR”: a arrogância do saber e a legitimidade que lhe é conferida pelo poder econômico. Ele freqüentemente recorre à legitimidade do saber para respaldar suas posições sobre o fracasso da reforma agrária e freqüentemente ressalta sua riqueza, seus bens e seus feitos. Fernando Penteadado Cardoso, da Nanah S/A⁴⁹⁷, é a figura emblemática que reúne os principais traços do empresário-empREENDEDOR.

Um segundo tipo social é o “empresário-assistencialista”. Ele se distingue do “empREENDEDOR” por incorporar as questões sociais como um dos principais componentes de seus

⁴⁹⁶ FSP, 25.06.85. Reforma agrária (prof. José Graziano da Silva, Unicamp).

⁴⁹⁷ OESP, 27.06.85. A Venezuela e a Reforma Agrária (Fernando Penteadado Cardoso, presidente da Manah S/A).

negócios. Devido às desigualdades sociais da população brasileira, defende que, além da oferta de empregos, as elites empresariais têm obrigação de fornecer assistência médica e moradia para “os agricultores humildes” das regiões em que atuam e produzem. E sugere que todos os proprietários deveriam se responsabilizar pela educação de seus trabalhadores: “Não precisaria curso de didática para isso”, argumenta, mas, em troca, os trabalhadores poderiam “espontaneamente contribuir com moradia e/ou parte do salário para o pagamento dos professores”⁴⁹⁸. A reforma agrária deveria ser iniciada a partir do agricultor e teria como objetivos: a melhoria das condições de trabalho, a garantia de educação para os filhos dos trabalhadores e o estabelecimento, pelo Estado, de preços mínimos satisfatórios e de canais de comercialização próprios, além da assistência técnica e financeira diferenciada. Só assim, segundo ele “as gerações futuras” de trabalhadores poderiam assumir por si só e promover o desenvolvimento. O “empresário-assistencialista” é uma figura que se define muito mais pelo não-dito; vê-se como o pioneiro de um novo projeto reformista, porém não o explicita. Declara-se precursor, em suas terras, da reforma agrária, mas omite que a desapropriação das terras foi uma iniciativa do Estado. Condescendentemente, ele anuncia que negociou com os “órgãos de classe envolvidos”⁴⁹⁹; porém não relata a violência e os inúmeros conflitos existentes antes das negociações. Prefere não criticar o governo, chega até a parabenizar a FSP pela “brilhante” entrevista com o ministro Nelson Ribeiro, contudo resgata das declarações oficiais exatamente aquilo que o fortalece como grande proprietário de terra e latifundiário. O “assistencialista” não sugere nenhuma alternativa à reforma agrária, mas defende que a tributação deveria “castigar com altos impostos os latifúndios improdutivos”. Não faz qualquer menção à posição da Igreja progressista, mas se diz preocupado com a declaração de Dom Ivo em favor da desapropriação dos latifúndios por extensão. Nem afirma que a reforma agrária é “ideológica”, nem declara temer a transição, prefere orientar publicamente os proprietários de terra a terem maior cuidado com a documentação das propriedades e os contratos de trabalho. José Angelo Macedo Saporiti⁵⁰⁰ e Nelson da Silva Ferreira⁵⁰¹ encarnam a figura do “empresário-assistencialista”.

Temos, por fim, o “empresário-tradicional”. Sua principal característica é culpabilizar o outro e o Estado pelos problemas existentes. O proprietário tradicional é sempre o outro e a

⁴⁹⁸ FSP, 23.05.85. Assistência Rural Nelson da Silva Ferreira, criador

⁴⁹⁹ FSP, 03.06.85. Reforma agrária”. Nilson Carvalho de Freitas, advogado Faz. Agropec Girassol

⁵⁰⁰ OESP, 09.06.85. Reforma agrária 2 José Angelo Macedo Saporiti

⁵⁰¹ FSP, 23.05.85. Assistência Rural Nelson da Silva Ferreira, criador

expressão latifúndio soa em seus ouvidos como uma injúria. Sua maior preocupação é mostrar que os problemas da agricultura e da sociedade brasileira não decorrem da estrutura fundiária. Ele é o arauto do “Brasil, vocação agrícola” e do discurso sobre a discriminação da agricultura. Patriota, desconfia do novo padrão tecnológico “importado” e da abertura das fronteiras agrícolas. Responsabiliza e, ao mesmo tempo, tudo espera do Estado, desde uma solução “adequada” e “corajosa” para o problema agrário até a preservação de seus privilégios. São de sua iniciativa o mote de que “não basta a simples distribuição de terras” e a idéia de que a reforma agrária não merece crédito, não porque seja a expressão do atraso, como considera o “empreendedor”, mas porque é um tema da “moda” “prenhe” de ideologia. Na seção de cartas, a figura do “empresário-tradicional” disputa com o “empreendedor” o lugar dominante. Flávio Brito, da CNA, e José Geraldo Rodrigues de Oliveira, engenheiro agrônomo e “modesto” produtor rural, são o exemplo mais acabado desse tipo social.

É possível também perceber, junto aos defensores e críticos de uma reforma agrária, a existência de vários argumentos e posicionamentos em comum. A maioria dos leitores, independente de suas posições, se remete ao “verdadeiro” desejo do povo e aos anseios da sociedade e da nação para justificar, seja seus temores, seja suas esperanças com a reforma agrária. Com objetivos diferenciados, os leitores consideram o Estatuto da Terra uma lei frágil e imperfeita ou ressaltam que durante anos não foi implementado, e quase todos reivindicam o respeito à lei e ao Estatuto como garantia da execução de uma reforma agrária. Para os dois grupos, o recurso à lei é igualmente importante. Para uns, representa a garantia da manutenção do direito irrestrito do monopólio e da propriedade da terra. Para outros, significa assegurar o exercício da função social da terra e “quebrar” a força do monopólio fundiário. De uma forma ou de outra, cada um se arvora em especialista da questão agrária e conhecedor da realidade do homem do campo, e procura desqualificar o outro. Uns e outros, igualmente, recorrem aos especialistas para legitimar suas posições: enquanto os representantes dos grandes proprietários de terra se remetem a Roberto de Abreu Sodré ou elogiam “o bom senso e o imenso talento do jurista Miguel Reale”⁵⁰², os partidários de uma reforma agrária distributivista citam os artigos do professor Wilson Cano. Em comum, críticos e defensores da reforma apóiam o fortalecimento do mercado interno e a necessidade de criação de uma classe média rural no campo. Surpreendentemente, o sentimento anticomunista, embora diferenciado, é um tema comum tanto aos partidários como aos críticos de

⁵⁰² FSP, 11.07.85. Reforma agrária (Paulo César de Figueiredo)

uma reforma agrária. E, exceto para os grandes proprietários de terra e seus porta-vozes, o repúdio “à via do conflito”, embora diferente em seus argumentos, é igual para os dois grupos.

Ambos os grupos se remetem à história brasileira para respaldar suas posições. Os críticos, para comprovar que o processo de formação da grande propriedade no Brasil foi fundamental na defesa do território contra os invasores e no desbravamento de uma terra inóspita – “amansada” pelos grandes proprietários de terra com o objetivo de fornecer alimentos ao mercado interno e produtos para a exportação. Os defensores, para ressaltar as consequências nefastas do latifúndio e da escravidão na formação do Estado e da sociedade brasileira – uma estrutura fundiária que perpetua as injustiças sociais e impede a democratização da sociedade brasileira.

Sabemos que as semelhanças entre os dois grupos certamente são códigos de uma fala política. Mas existem certos argumentos comuns que, em determinados momentos, dificultam-nos a percepção das fronteiras balizadoras das diferenças entre eles. É como se os enunciados expressassem muito mais do que meras armas políticas decorrentes do embate existente. Por exemplo: praticamente todos os leitores repudiam a reforma agrária “pela via do conflito”. Também é significativo o número de cartas reticentes à idéia de uma “socialização” das terras, e em vários momentos perpassa a visão sobre os trabalhadores rurais sem terra como sendo os “coitadinhos dos nossos irmãos brasileiros”⁵⁰³. O mesmo ocorre com a crítica à especulação fundiária. Defensores e detratores de uma reforma agrária são igualmente críticos do uso da terra como reserva de valor e denunciam a grilagem, divergindo, porém, nas soluções apresentadas.

Não por acaso, a constituição de um campo comum de argumentação entre os críticos e os defensores de uma reforma agrária muito contribuiu para confundir o debate nos anos 80. Em especial a crítica à especulação com as terras – considerada por muitos como a demanda mais radical do governo da Nova República, em decorrência sobretudo da integração entre os capitais e a ampliação dos “negócios com a terra”, conforme diria Palmeira. Como vimos na seção de cartas, e também ao longo de nosso trabalho, a crítica à especulação pode perfeitamente ser aceita por um setor do empresariado rural, conquanto não afete o monopólio e a concentração da propriedade e não simbolize o acesso à terra pelos trabalhadores rurais.

Nas cartas, as emoções, os ódios e as paixões são mais explícitos. Tem-se a impressão de que os leitores se expõem muito mais. Por exemplo: a crueldade do representante da Manah S/A⁵⁰⁴ para com José Gomes da Silva seria inconcebível numa entrevista aos jornalistas. E a indignação

⁵⁰³ FSP, 06.06.85. Euclides Rossinholi, Ourinhos (SP)

dos defensores da proposta de PNRA transborda as “porteiras” dos latifúndios. De um modo geral, as falas (mesmo a dos representantes patronais) anunciam com mais clareza as crenças, incoerências e ambivalências existentes sobre a questão agrária no Brasil. Também são mais explícitos a aflição dos grandes proprietários de terra com “a segurança ameaçada” pela reforma agrária e o temor ante uma conjuntura de transição. Nas diferentes leituras sobre a proposta de PNRA e o Estatuto da Terra, reproduzir o texto ou inventar artigos que não existem não faz a menor diferença. Com a maior naturalidade, mudam-se as regras das leis, dos programas e das declarações oficiais, para fazê-las caber dentro de suas argumentações. Por sua vez, as disputas políticas entre os diferentes segmentos patronais são expostas com muito mais clareza e dureza nas apreciações dos assessores de imprensa. E são também os assessores de imprensa do MST que vêm a público marcar posição sobre a autonomia e o caminho próprio do movimento.

Uns parecem escrever para ordenar as idéias; outros, para entender o que está se passando com relação à questão agrária. Há os que defendem uma reforma agrária, mesmo que omitam as relações de propriedade existentes e se pronunciem a favor do monopólio fundiário. Para os partidários de uma reforma, os sonhos não se desfazem nem com o recuo do governo, nem com a radicalização da reação dos grandes proprietários de terra. Permanecem o olhar “futuro” para os assentamentos e as ocupações de terra e a “utopia” da bandeira da reforma agrária em suas múltiplas significações, passadas e presentes.

É como diria Regina Novaes, “a recorrência e os múltiplos conteúdos da bandeira da reforma agrária nos permitem pensá-la como um mito cujo símbolo central é a terra (...) E cada vez que se nomeia um conflito pelo uso e posse da terra como luta pela reforma agrária, atualiza-se o mito”. Nesse sentido, “a reforma agrária traz consigo a ‘terra’ e sua riqueza enquanto símbolo. Potencializada pela violência que atinge homens e mulheres; realimentada por valores, imagens e emblemas que perpassam a sociedade, a terra evoca as imagens nacionais (terra, ‘lei da nação’), evoca o município (torrão natal, ‘lei do sindicato’ disputando poder local) e evoca – simultaneamente – o *locus* do trabalho camponês, dos trabalhadores rurais e dos sem-terra. E, ainda, não há como esquecer, evoca as grandes imagens (como Libertação, Reino de Deus e Terra

⁵⁰⁴ OESP, 27.06.85. A Venezuela e a Reforma Agrária (Fernando Penteadó Cardoso, presidente da Manah S/A).

Prometida) que fazem parte – de diferentes formas e sempre de maneira passível de ressemantização – da cultura bíblica disseminada na população brasileira” (Novaes, 1997:4)⁵⁰⁵.

Ainda segundo a autora, os grandes proprietários de terra também contribuem para a atualização do mito da reforma, e o fazem quando defendem a política agrícola e elegem a colonização em contraposição à redistribuição fundiária. No mais, eles têm consciência da dimensão “mítica” da reforma agrária. Não por acaso procuram reiteradamente desqualificá-la considerando-a “pura fantasia”, “um sonho sem consistência e sem possibilidade”, “um sentimento de quase devotamento a uma idéia (...) essa conotação emocional que é um pouco religião” e portanto, difícil de ser superada.

Além disso, nem todos os leitores críticos de uma reforma agrária estão protegendo suas terras ou os privilégios advindos da propriedade, pois nem todos são proprietários de terra. Entretanto, intencional ou não intencionalmente, eles se identificam com a concepção de propriedade como direito natural enunciada pelos grandes proprietários de terra e assumem a mesma “distância social” para com os trabalhadores rurais e as classes e grupos subalternos no campo. Só faltam construir uma imagem de si à semelhança dos dominantes.

Sabemos o quanto é difícil nos distanciarmos da temporalidade própria da conjuntura e apreendermos suas inúmeras significações e desdobramentos (Fiori, 1995). A própria leitura muitas vezes idealizada ou equivocada da conjuntura, de certa forma, também faz parte da “vontade política” transformadora. Contudo, num plano mais geral, o mais importante nas cartas dos leitores partidários de uma reforma agrária no Brasil é a idéia de uma reforma como processo político, definidor e definido pela conjuntura de transição e pela atuação dos diferentes grupos e classes sociais em questão. E, por esse prisma, as diferenças existentes entre os defensores e os críticos da reforma agrária não se restringem tão-somente à questão fundiária. Apesar das semelhanças existentes, na raiz das divergências encontramos uma determinada concepção a respeito de sociedade e da dinâmica dos processos políticos e sociais – base da leitura sobre a transição, sobre o governo da Nova República e sobre qual o lugar dos trabalhadores rurais nesse processo – profundamente diferenciada.

Entretanto, devido, talvez, à própria concepção clássica sobre o empresariado tão enraizada no imaginário social dos defensores de uma reforma agrária – uma classe em sua essência

⁵⁰⁵ Regina Novaes recorre à noção de mito não como mitificação, mentira ou ilusão, nem como “narrativa do passado que no presente tem um valor explicativo da origem e do estado das coisas”, mas como utopia e sonho politicamente mobilizador (Novaes, 1997:4).

progressista, moderna e “revolucionária” em face das estruturas sociais arcaicas, como diria Marx – creio que haverá sempre, para os partidários de uma reforma agrária, uma “esperança” e a “crença” de que, um dia, os setores dominantes e economicamente modernos irão, finalmente, assumir o seu papel histórico e serão favoráveis ao fim da especulação fundiária. O que de certa forma é compreensível, pois a ociosidade de um meio de produção não deixa de ser uma irracionalidade do capitalismo. Mas, no meu entender, em decorrência do lugar político, econômico, social, cultural e ideológico da grande propriedade fundiária no processo histórico brasileiro, tal “esperança” só contribui para fragilizar a luta pela democratização da propriedade da terra no Brasil.

3.4.2. O campo jornalístico: diversidade e disputas

A partir de junho de 1985 e nos meses subseqüentes, a grande imprensa recorreu cada vez mais a determinados artifícios típicos do campo jornalístico (Bourdieu, 1998^a) com o objetivo de desqualificar as medidas de política fundiária até então implementadas. Dentre as críticas, são ressaltados, sobretudo, o desconhecimento do governo sobre a “realidade fundiária” do país, os erros e as indefinições dos pronunciamentos oficiais e a dificuldade do Mirad em implementar o PNRA. Ao mesmo tempo, a imprensa, em particular o jornal OESP, tomam para si a defesa do liberalismo contra o que consideram a inevitável tendência à “estatização” e “socialização” do Estado brasileiro, em especial a interferência direta do Estado nas relações de propriedade da terra.

Um primeiro artifício utilizado pela imprensa foi contestar a veracidade das fontes oficiais, num momento em que, tanto o Incra como o Mirad, encontravam-se sob o fogo cerrado dos grandes proprietários de terra devido à definição das áreas prioritárias sujeitas à desapropriação. Há, nos artigos, reportagens e editoriais, um jogo tenso contrapondo as fontes, oficial e oficiosa, e, à medida que se intensifica a pressão patronal sobre o governo, a credibilidade dos “informantes “oficiosos” gradativamente vai ganhando um maior espaço em detrimento das declarações oficiais.

A FSP foi pródiga no uso deste artifício. Ela se empenhou veementemente em anunciar as “incorreções” das listagens do Mirad sobre as áreas passíveis de desapropriação, mesmo quando o governo assegurava, publicamente, e talvez ingenuamente, que tais listagens “eram apenas provisórias”. Por exemplo, Valério Fabris, da FSP, argumenta que na lista oficial do estado do Paraná existiriam 201.978 hectares sujeitos à desapropriação, entretanto a fonte oficiosa garante

“não passar de 52 mil hectares”. Ele também se remete à “probidade” da fonte oficiosa, para discordar que o Paraná “seja o sexto estado em volume de área desapropriável com processos judiciais, como quer fazer crer o governo”⁵⁰⁶. Além das fontes oficiais a FSP também recorreu sistematicamente às “fontes palacianas” para expor as divergências existentes entre o presidente Sarney e Nelson Ribeiro e Gomes da Silva. Hermano Alves, em seu artigo sobre a reação dos grandes proprietários de terra, anuncia que “fontes palacianas” o informaram que Sarney, “visivelmente irritado”, determinara ao ministro que “buscasse meios e modos mais inteligentes” para expor suas idéias para não provocar uma reação vigorosa por parte das associações de proprietários⁵⁰⁷. Mais adiante ele declara que “José Gomes, havia confessado a um de seus auxiliares mais próximos que não pretendia repetir João Goulart, o presidente estancieiro que, com um plano moderado de reforma agrária, terminou pintado de radical e apeado do poder”⁵⁰⁸, exatamente num momento em que se discutia a demissão de Gomes e de Nelson Ribeiro. E o JB, ao comentar sobre os “boatos” existentes de uma possível demissão de Nelson Ribeiro, apresenta um ministro acuado, na defensiva e se justificando “que tem mantido despachos com o presidente e nada mudou”⁵⁰⁹.

O segundo artifício utilizado pelos jornais é o destaque diferenciado de matérias, bem como a sonegação de informações. A grande imprensa foi particularmente hábil em minimizar o apoio da sociedade civil ao PNRA e às ocupações de terra e ressaltar matérias favoráveis aos grandes proprietários. No final de junho, quando as caravanas de solidariedade ao PNRA ganham força, o JB, num artigo intitulado *os Ruralistas temem a subversão e decidem criar partido*, discorre longamente sobre a força política da grande propriedade, e ao lado vê-se uma pequena nota intitulada *Caravana* informando sobre a ida a Brasília das entidades participantes da Campanha Nacional de Reforma Agrária.

Um terceiro artifício empregado foi o desencontro entre o título e o conteúdo das matérias e reportagens então publicadas. Com maior ou menos frequência, todos os jornais pesquisados lançaram mão desse recurso, em particular na polêmica sobre a desapropriação dos latifúndios e nos artigos sobre as ações de ocupação de terra. Em algumas situações, os títulos das matérias jornalísticas foram construídos de tal forma que acabavam por minimizar o seu conteúdo. Isso

⁵⁰⁶ FSP, 03.06.85. A área desapropriável no Paraná (Valério Fabris).

⁵⁰⁷ FSP, 19.06.85. Governo tenta neutralizar resistência a reforma agrária (Hermano Alves).

⁵⁰⁸ FSP, 19.06.85. Governo tenta neutralizar resistência a reforma agrária (Hermano Alves).

⁵⁰⁹ JB, 18.06.85. Ministro promete consulta.

ocorria freqüentemente nos assuntos sobre a estrutura de propriedade das terras. No início de junho, o JB publica uma matéria intitulada *Nordeste tem grande área fértil e produtiva*, no entanto o texto informa que, no Nordeste, segundo os dados do Incra, “91,8% das terras de Pernambuco, Alagoas e Paraíba são aproveitáveis para a agricultura, mas apenas 60,7% estão destinadas a essa finalidade (...) o que implica a existência de 5 milhões e 499 mil e 277 hectares de terras ociosas”⁵¹⁰. O mesmo jornal noticia, no final de junho, que os *Bispos reiteram solidariedade ao Plano*, quando na verdade o artigo trata do encerramento do I Congresso Nacional de Reforma Agrária promovido em Brasília no final de junho e coordenado pela CNA.

Entretanto, o desencontro entre o título e o conteúdo também foi usado, ainda que eventualmente, para veicular informações sobre os trabalhadores rurais, em especial quando se tratava de noticiar a violência no campo. Por exemplo, em matéria publicada no início de junho, o mesmo JB noticia em letras garrafais que os *Governadores do Nordeste são favoráveis à reforma agrária*, contudo, o texto trata fundamentalmente da denúncia da CPT de Conceição do Araguaia (PA) sobre a formação de milícias armadas na região⁵¹¹.

Nesse momento, multiplicam-se as críticas da grande imprensa diante da postura do governo da Nova República sobre a política de reforma agrária e as ocupações de terra. Após a primeira coletiva de Sarney, em cadeia nacional de televisão, posicionando-se sobre a proposta de PNRA, o editorial da FSP avalia que “pouco se adiantou de novo” e que o governo, “acuado pela direita e pela esquerda, paga o preço de suas indefinições”⁵¹². Além disso, em nome da opinião pública, a grande imprensa considerou-se plenamente legitimada para “exigir” do ministro do Mirad ou do presidente do Incra um comportamento condizente com seus papéis e funções de homens públicos. A FSP, por exemplo, cobra de Nelson Ribeiro um “tratamento adequado” aos focos de tensão existentes em Santa Catarina e exige-lhe um posicionamento público sobre o assunto⁵¹³. Já o editorial do JB, discorrendo sobre as ocupações de terra, considera incompreensível um ministro de Estado solidarizar-se com um ato de “invasão”: “Um ministro não pode eximir-se de defender a lei, e a lei exige que o governo ponha o plano em andamento a fim de não correr o risco de seguir a reboque de ações que arrepiam a lei. (...) Quem deve dar as cartas da reforma agrária é o governo, não os invasores de terra”⁵¹⁴, apregoa o editorial.

⁵¹⁰ JB, 03.06.85. *Nordeste tem grande área fértil e produtiva*.

⁵¹¹ JB, 05.06.85. *Governadores do Nordeste são favoráveis à reforma agrária*.

⁵¹² FSP, 18.06.85. *Pouco a declarar (editorial)*.

⁵¹³ FSP, 04.06.85. *Nelson Ribeiro rebate as críticas à reforma agrária*.

⁵¹⁴ JB, 02.11.85. *Poder paralelo (editorial)*.

Com bem avalia Medeiros comentando sobre o assunto, os jornais, ao exigirem, em nome da opinião pública, uma postura do governo adequada às suas funções, estariam, na verdade, falando em nome de determinados grupos sociais. No caso, obviamente, em nome dos grandes proprietários de terra e empresários rurais ou de determinados setores sociais contrários à democratização das relações de propriedade da terra. Devido à própria conjuntura de transição e à proximidade das eleições para a Constituinte, o debate sobre o papel do Estado já se colocava na ordem do dia. Políticos, lideranças empresariais e estudiosos discutiam, na imprensa, a crise do Estado brasileiro e o seu acelerado “inchamento” no decorrer do governo militares, ao mesmo tempo em que anunciam a defesa do liberalismo e da livre-iniciativa como uma das saídas para a crise: “Mais mercado e menos Estado”, reivindicam os cabeças-pensantes da Fiesp nos jornais.

As críticas ao Mirad e ao Incra prepararam o terreno para um ataque frontal ao suposto processo de estatização em curso, no governo da Nova República. Processo esse, segundo o jornal OESP, responsável pela desestruturação das atividades produtivas e pela situação de extrema insegurança dos empresários agroindustriais. Haveria, segundo o ESP, no interior do governo Sarney, um grupo defensor de uma determinada concepção de estatização marcadamente autoritária, porque vinculada à coletivização e à socialização das terras. E o governo da Nova República assemelhar-se-ia a uma “máquina voraz engolindo o dinheiro do contribuinte”, mas incapaz de gerir os setores produtivos sob sua responsabilidade. “Bastaria a tributação progressiva para a solução dos problemas fundiários”, reafirma o OESP, mas não interessa ao governo o fim da tutela do Estado⁵¹⁵ E, enquanto os jornais OESP e o JB criticam abertamente a suposta estatização do governo Sarney, os editoriais da FSP se empenham na defesa da livre-iniciativa e do liberalismo.

Vale a pena registrar, na íntegra, a avaliação do OESP sobre as possíveis conseqüências da estatização, para os “valerosos” empresários rurais. Diz o artigo:

Para os incansáveis propugnadores da intervenção do Estado, os 50 mil hectares de soja que Olacyr de Moraes mantém no MS precisam ser incluídos numa Sojabrás; os laranjais da Cultrale não podem deixar de pertencer a Sucobrás; os canaviais dos Junqueira Franco, dos Coutinho Nogueira, dos Infante Vieira e dos Pereira Batista, por justiça, devem ser reunidos para formar a Canabrás, e também teremos a Carnebrás para tomar conta dos bois gordos da Melhoramentos Norte do Paraná, do Lúdio Coelho e dos Reis Magalhães. No caso do café e do açúcar a coisa seria bem

⁵¹⁵ OESP, 09.06.85. Estatização pode liquidar agropecuária.

mais fácil, pois meio caminho já foi percorrido, bastaria mudar as siglas do IBC e do IAA para Cafébrás e Docebrás, respectivamente, para que se completasse a intervenção governamental, realizada paralelamente com a desapropriação por interesse social, arbitrada com base nos poderes discricionários que o Congresso Nacional outorgou ao Incra⁵¹⁶.

O resultado final desse processo “socializante” levaria, segundo o JB, à transformação do Estado em um “grande patrão”, como aconteceu na União Soviética, onde, para se produzir “voltou-se à medieval tradição dos servos – pessoas definitivamente presas à terra, que para ir a uma aldeia vizinha precisam de passaporte”⁵¹⁷. Também para o OESP, a socialização das terras e a estatização do campo se confundem e têm como referência a coletivização forçada das terras e o massacre dos camponeses, na URSS:

Com a reforma agrária teremos então o setor agropecuário incluído no rol das atividades estatais, com os nossos *sovkhoses* e *kolkhoses* cablocos organizados no melhor estilo das fazendas coletivas soviéticas: os agricultores com terra eliminados como foram os *Kulak* russos, substituídos por 7 milhões de famílias sem terra, que poderão, finalmente, com suas enxadas⁵¹⁸ no lugar das máquinas, tentar oferecer no mercado muito mais do que 50 milhões de toneladas de grãos hoje produzidos para alimentar convenientemente 130 milhões de brasileiros e ainda exportar o suficiente para que se pague pelo menos uma parcela de nossa dívida externa⁵¹⁹.

Segundo o JB, esta reforma agrária da Nova República “pretende trocar a mecanização e a biogenética pela multiplicação do número de enxadas (...) E o que se quer fazer no Brasil é remar contra a maré da história e ignorar a nova realidade tecnológica e voltar à tese maoísta – da qual a própria China já se livrou –, da volta ao passado, do fechamento de si mesmo e da recusa do futuro”⁵²⁰.

Entretanto, é importante que se diga, as declarações oficiais condenando as ocupações de terra e dissociando os conflitos agrários das ações de ocupação nunca foram objeto de crítica por parte da grande imprensa. Pelo contrário, os jornais, em especial os editoriais, mesmo quando exigia um ação mais efetiva do governo, freqüentemente apoiaram os pronunciamentos do Incra e do Mirad sobre as ocupações de terra como violação ao direito de propriedade, devendo, portanto

⁵¹⁶ OESP, 09.06.85. Com o governo, setores improdutivos.

⁵¹⁷ JB, 31.10.85. Terra em disputa (editorial).

⁵¹⁸ Em referência à suposta declaração de José Gomes da Silva de transformar os trabalhadores em enxadeiros.

⁵¹⁹ OESP, 09.06.85. Com o governo, setores improdutivos.

⁵²⁰ JB, 20.06.85. A Reforma Agrária na entrevista de Sarney.

ser tratadas com base no Código Penal. Esse era um tema “sagrado” e “intocável”. Tão “intocável” quanto o apoio à defesa do monopólio fundiário.

A grande imprensa também acompanhou de perto a constituição dos grupos de defesa da propriedade e a radicalização dos grandes proprietários diante das ações de ocupações de terra. O que vemos é uma imprensa dividida entre duas leituras diferenciadas sobre os acontecimentos – apesar de posicionar-se preponderantemente em favor dos interesses da grande propriedade. Ao mesmo tempo em que condena os assassinatos de trabalhadores rurais, qualificando-os como “uma violência com crueldade”, associa a violência no campo tão-somente às ocupações de terra. A formação das milícias privadas ora é cultuada, ora considerada inaceitável, pois expressaria o poder privado se sobrepondo ao poder público. Os fazendeiros dos grupos de defesa da propriedade ou são retratados como heróis, pela sua valentia, ou são vistos como a expressão do atraso. Em inúmeras situações, os correspondentes regionais questionaram as declarações dos proprietários sobre os acontecimentos, no entanto, a cobertura jornalística foi fundamental para dar uma maior visibilidade aos processos sociais ora em curso e algumas reportagens, em especial sobre as regiões de conflito de terra, pela sensibilidade com que resgataram o perfil e os argumentos dos latifundiários assemelham-se a ensaios sociológicos.

Em algumas situações, os jornais não se limitaram a registrar a reação dos porta-vozes patronais, mas tomaram para si o discurso (e a tarefa) da intimidação, contribuindo, assim, para redimensionar o poder dos grandes proprietários de terra. Há uma tendência geral, por parte da imprensa, em traduzir qualquer manifestação dos grandes proprietários de terra e empresários rurais – seja ela relacionada à reforma agrária, seja à política agrícola – em expressão de poder e de força. A matéria intitulada *Cuidado com a tropa*⁵²¹ de Washington Novaes, publicada na FSP sobre o II Reencontro dos Fazendeiros do Pantanal, é exemplar nesse sentido. Ele começa lembrando que há pouco mais de um ano havia alertado que o “sul maravilha tomasse cuidado para não amanhecer com os cavalos do pessoal do Centro-Sul amarrados nas maçanetas das portas do mausoléu da Fiesp”. Novaes contrapõe o moderno empresário, simbolizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) ao “tropel” dos cavalos dos “fazendeiros” do Centro-Oeste “enfrentando-se” e divergindo entre si devido ao tratamento diferenciado dado pelos “tecnocratas” do governo. Naquela época, diz ele, identificando-se com os argumentos dos fazendeiros e confundindo beneficiários e vítimas, “o pessoal do Centro-Oeste estava indignado:

⁵²¹ FSP, 18.06.85. *Cuidado com a tropa* (Washington Novaes).

não tinha nada a ver com a crise, não engordara a dívida externa, mas na hora de pagar a conta da festa, não havia distinção entre beneficiários e vítimas – estas até pagavam mais!”.⁵²² “Pois agora o pessoal está muito mais indignado. E já não pensa em amarrar os cavalos nas maçanetas – está mesmo é mandando seus tratores, colhedeiças e outras eiras para as ruas de Brasília, Goiás e dos dois Mato Grosso. Para protestar e exigir. Não mais daqueles tecnocratas sem pai do velho regime. É dos novos tecnocratas mesmo, que estão fazendo igualzinho aos outros. Quem viu nestes últimos dias o II Reencontro dos Pantanaís Mato-grossenses, em Poncoré (MT), impressionou-se com a unanimidade das queixas. E o que eram murmúrios subiu para rugidos (...). Por isso convém abrir olho com a tropa que está chegando às ruas”⁵²³.

Por sua vez, a FSP e o JB foram persistentes em tornar pública a face “atrasada” e “violenta” dos fazendeiros e dos grandes proprietários de terras das regiões de conflito – apesar de silenciar para as manifestações de violência nas regiões modernizadas. Nesse momento, ao invés dos empresários representados por Olacyr Menezes, quem desponta nas páginas dos jornais são os velhos patriarcas que ainda “povoam” o interior do país. Merecem ser registrados os artigos sobre fazendeiros da região do Araguaia no sul do Pará, resgatando os principais traços da dominação patrimonial e tradicional (Weber), e retratando um sistema patriarcal, ainda vigente, baseado em regras e poderes senhoriais “há muito estabelecidos” em que a legitimidade do poder se funda na fidelidade, na benevolência e na arbitrariedade da violência.

O patriarca desponta como uma figura folclórica por excelência. Ele pertenceria a um passado remoto, mas ao mesmo tempo atual e atuante na política local. Povoas as regiões de fronteira agrícola e as áreas onde os conflitos de terra são mais intensos. No sul do Pará é representado pelos “poderosos grandes proprietários do império dos castanhais e fazendas”⁵²⁴ e no Sudeste, pelos pecuaristas de “tradição e de fibra”. O seu similar nordestino seriam “os senhores de usina e de terras”. Mesmo nas regiões modernizadas, os patriarcas impõem a sua marca porque são figuras sociais inseridas em uma determinada dinâmica regional que lhes dá suporte e visibilidade.

⁵²² FSP, 18.06.85. Cuidado com a tropa (Washington Novaes).

⁵²³ As críticas dos fazendeiros dizem respeito à política de preços e de crédito do governo do MS que, segundo Novaes, levou o estado a concentrar 80% da produção na soja e no gado – e agora a receita do estado, pública e privada, estaria caindo, porque o preço para os dois produtos é desfavorável. Para Novaes a Nova República “tem culpa no cartório, porque o que está ocorrendo faz parte de um modelo incentivado pelos gabinetes de Brasília”. Ele arremata: “Felizmente, o mundo consegue andar, a despeito dos burocratas: apesar de muita retórica vazia, o encontro valeu a pena só para ouvir os fazendeiros do Pantanal exigindo um modelo econômico compatível com a ecologia da região – enquanto políticos e tecnocratas pensam em diques e rodovias que abrem caminho para a destruição” (FSP, 18.06.85. Cuidado com a tropa (Washington Novaes)).

⁵²⁴ JB, 08.12.85. Fazendeiros se armam contra invasões de terra.

“De hábitos simplesmente rurais, sem rodeios, fala direta e nenhuma sofisticação intelectual”, o patriarca é considerado, pelo jornal, como a “figura típica do capitalismo selvagem”⁵²⁵. Dentre seus principais atributos destacam-se a “rudeza”, a “valentia” e a “ vaidade”. Simboliza também o poder privado se sobrepondo à lei e “a imposição de regras que não exigem apenas lealdade, mas veneração – a sua palavra jamais é questionada”⁵²⁶.

Oswaldo Vavá Mutran é apresentado como o exemplo paradigmático do patriarca do sul do Pará. “Obeso, com a calvície lustrosa e os braços roliços”⁵²⁷, ele representaria “um período fechado da história da região – a ascensão e o declínio relativo da atividade de extração”. Dos “gigolôs da natureza”⁵²⁸, para usar as palavras da vice-prefeita eleita, Adelina Braglia, sua mais ferrenha adversária, diz o jornal. Seu pai, filho de libaneses, chegou a Marabá nos anos 20 como açougueiro e construiu um “império” de castanhais e fazendas, além de firmas de exportação. “Da janela de seu escritório, no que foi antigamente o centro de Marabá, Vava Mutran avista o rio Tocantins e as barcas que durante a construção da barragem de Tucuruí e das estradas eram a única via de comunicação com o resto do mundo, afora o avião (...). Na parede, a foto de seu pai, Nagib, ao lado de seu diploma de deputado federal encoberto por uma folhinha ordinária com um retrato de uma mulher de seios nus. Do outro lado, Cristo”⁵²⁹.

Vaidoso como todos os seus comparsas, Vavá desfruta com prazer evidente a veneração que alguns de seus empregados lhe dedicam. Ele se criou numa época em que “a palavra do patrão jamais era discutida, quanto mais contestada”⁵³⁰ e garante que o povo o adora sob o argumento de que costuma, às vezes, “organizar incursões à zona ou se dedica com um grupo de amigos ao carteado”⁵³¹. Sua família mandava também na política local e estendia “sua influência até o senador Jarbas Passarinho”. Candidato a prefeito nas últimas eleições Vavá foi amplamente derrotado, “mesmo gastando 2,6 bilhões”⁵³², pelo candidato do PMDB e também pela propaganda contrária a sua candidatura, que o acusa de ser o “patrão de pistoleiros”. Dizem que Sebastião da Terezona, o famoso bandido, seria seu contratado.

⁵²⁵ JB,08.12.85. *Fazendeiros se armam contra invasões de terra.*

⁵²⁶ JB,08.12.85. *Fazendeiros se armam contra invasões de terra.*

⁵²⁷ JB,08.12.85. *Fazendeiros se armam contra invasões de terra.*

⁵²⁸ JB,08.12.85. *Fazendeiros se armam contra invasões de terra.*

⁵²⁹ JB,08.12.85. *Fazendeiros se armam contra invasões de terra.*

⁵³⁰ JB,08.12.85. *Fazendeiros se armam contra invasões de terra.*

⁵³¹ JB,08.12.85. *Fazendeiros se armam contra invasões de terra.*

⁵³² JB,08.12.85. *Fazendeiros se armam contra invasões de terra.*

Duas outras figuras igualmente conhecidas na região são Evandro Azevedo e Marlon Pidde. O primeiro, “filho de uma família rica, alto, forte e convencido de ser o homem mais bonito da região”⁵³³, faz questão de cultivar a imagem do valentão, o que de certa forma o obriga a dizer coisas que nem sempre lhe são vantajosas – “é um dos poucos que assumem ter feito ameaças e até praticado alguma violência”⁵³⁴. Marlon Pidde, ao contrário, “é baixinho, franzino e sem recursos”⁵³⁵. Ele chegou no início do “estouro” de Serra Pelada e fez uma fortuna ao encontrar 1,8 tonelada de ouro. Com o dinheiro comprou “fazendas, terras e propriedades”⁵³⁶. Tentou inclusive negociar a compra da fazenda do Chanceler Olavo Setúbal, em São Paulo, porém como não soube administrar seus negócios, começou a perder dinheiro.

Há ainda, o coronel reformado Eddie Carlos Castor Nóbrega, dono do castanhal Pau Ferrado, perto de Xinguara. A história do Coronel Castor é curiosa. Foi cassado em 1964 “como amigo de Miguel Arraes e como um dos simpatizantes da linha nacionalista no Clube Militar”. Gramsci e Bukovski estão entre suas leituras favoritas. Durante a década de 60, tornou-se amigo do capitão Carlos Lamarca, “com quem ainda teve alguns encontros mesmo depois que o líder da guerrilha urbana desertou do quartel de Quitaúna, em São Paulo”⁵³⁷. Nesse período, ele se ofereceu para levar Lamarca ao Paraguai, mas acabou preso pelos órgãos de segurança. “Levado para os porões da tortura nas ruas Abílio Soares e Tutóia, em São Paulo teve sua integridade física preservada, mas foi obrigado a assistir a torturas praticadas em outros prisioneiros”⁵³⁸. Castor nunca entendeu a postura do Exército. “Quando os militares cassados se levantam para pedir anistia, o ministro do Exército não faz nada (...) Mas quando a gente diz que o major Ustra, que eu vi torturando gente naquela época, não passa de um bandido, então as autoridades protestam”⁵³⁹, comenta. Segundo o JB, o coronel Castor acabou assumindo um papel que jamais pensara representar: “o de latifundiário perseguido pelos trabalhadores rurais”⁵⁴⁰.

Após o lançamento do PNRA, os fazendeiros da região intensificaram as reuniões para discutir o que fazer e decidir como estabelecer regras para “defenderem-se das invasões e da reforma agrária”, e as decisões geralmente recaem na opção pela violência. “É a violência com

⁵³³ JB, 08.12.85. Fazendeiros se armam contra invasões de terra.

⁵³⁴ JB, 08.12.85. Fazendeiros se armam contra invasões de terra.

⁵³⁵ JB, 08.12.85. Fazendeiros se armam contra invasões de terra.

⁵³⁶ JB, 08.12.85. Fazendeiros se armam contra invasões de terra.

⁵³⁷ JB, 08.12.85. A capital da violência é um faroeste sem mocinho.

⁵³⁸ JB, 08.12.85. A capital da violência é um faroeste sem mocinho.

⁵³⁹ JB, 08.12.85. A capital da violência é um faroeste sem mocinho.

⁵⁴⁰ JB, 08.12.85. A capital da violência é um faroeste sem mocinho.

crueledade, cotidiana (...) e a mais completa naturalidade ante as mortes e os assassinatos de trabalhadores”⁵⁴¹ que confere identidade aos patriarcas do sul do Pará. Há os que afirmam categoricamente que se armam para matar posseiros; os que justificam se armarem apenas para se defender de invasões organizadas; os que “sentem pruridos e que se dizem pressionados pelos pistoleiros para se armar”; e, finalmente, os que negam fazer uso da violência mas que são contestados por seus colegas, enuncia o jornal.

Quando indagado sobre os conflitos de terra, Vavá não perde tempo e joga, sem rodeios, a culpa no governo Federal “que nunca tomou providências para fazer com que decisões da Justiça, a favor dos proprietários, fossem implementadas”⁵⁴². E vale do mesmo argumento dos representantes patronais na imprensa: “ – Vamos, me responda, o que você faria se sua casa fosse invadida, se gente treinada para isso quisesse tirar você de sua propriedade?”⁵⁴³, provoca. Eddie Castor, por sua vez, declara que suas terras foram alvo de “invasões” organizadas, apoiadas por uma “esquerda irresponsável”⁵⁴⁴, por isso é necessário defendê-las a qualquer preço.

Para o JB, no sul do Pará, “perde-se a conta” dos casos de assassinatos e de violência contra os trabalhadores rurais. As “tropas de fazenda” são eufemisticamente apelidadas de “vigilância” ou “fiscalização”⁵⁴⁵. Algumas chegam a ter 40 homens armados com carabinas de repetição. Na fazenda de Sebastião das Neves, “há uma metralhadora ponto 50, armada na traseira de um jipe”⁵⁴⁶. Algumas vezes, os grandes proprietários de terra participam diretamente de assassinatos, como é o caso de João Almeida, “fazendeiro de quem se diz que ordenou o penúltimo grande massacre de posseiros e viveu 11 anos com a Chiconá, dona do melhor bordel de Marabá, o Retiro Drink's”, e de Almir Moraes e seu filho Manoel, proprietários da fazenda Fortaleza “onde 8 homens e mulheres foram assassinados pelo bando de Sebastião da Terezona”⁵⁴⁷. Suspeita-se ainda que um fazendeiro conhecido como Marinheiro, cujo genro é dono de cartório em Marabá, teria dirigido o carro do qual partiram os tiros que mataram o advogado Gabriel Pimenta, na época defendendo interesses de posseiros. A Companhia Industrial do Brasil, representada principalmente por dois de seus sócios Salim Chedid e Carlos Chamie, contratou Sebastião da Terezona para serviços de empreitada em lugares onde acabaram ocorrendo massacres de posseiros. Os nomes de Salim e

⁵⁴¹ JB,08.12.85. Fazendeiros se armam contra invasões de terra.

⁵⁴² JB,08.12.85. Fazendeiros se armam contra invasões de terra.

⁵⁴³ JB,08.12.85. Fazendeiros se armam contra invasões de terra.

⁵⁴⁴ JB,08.12.85. Fazendeiros se armam contra invasões de terra.

⁵⁴⁵ JB,08.12.85. A capital da violência é um faroeste sem mocinho.

⁵⁴⁶ JB,08.12.85. A capital da violência é um faroeste sem mocinho.

Chamie são apontados como responsáveis pela soma de 86 milhões de cruzeiros que teria sido gasto para tirar Sebastião da cadeia de Conceição do Araguaia. Dizem também que quem teria dado cheque foi João Almeida, ex-proprietário da Fazenda Surubim, palco do penúltimo massacre de posseiros da região.

Vavá é um dos que negam qualquer envolvimento com os assassinatos e afirma categoricamente não ter nada a ver com os pistoleiros. “O que importa”, diz ele, “é o custo de vida e os juros que estão asfixiando os fazendeiros”. Ele jamais admite ter incitado ou concordado com qualquer ato de violência: “Se eu estivesse devendo alguma coisa à Justiça, você acha que estaria assim, solto? Você encontrou algum guarda-costas ou algum capanga tomando conta do meu escritório quando aqui entrou? Viu alguém armado por aí?”, questiona.

Evandro, por sua vez, afirma cheio de orgulho que as suas terras nunca foram ‘invadidas’ porque todos sabem “que ele mata”. Inclusive, já mandou dizer a um tal de Geraldo, líder desses “invasores”, que viria de Belém para matá-lo pessoalmente. Evandro conta que é praticamente impossível encontrar um fazendeiro na região que não tenha armado e instruído alguns de seus homens para atirar sobre os posseiros ou invasores. Relata também que, uma vez, quando entraram em seu castanhal, armou-se e, com uns homens, tomou as roças dos trabalhadores, distribuindo, de graça, o arroz para os peões. “Nunca mais eles incomodaram”, declara.

Eddie Castor, quando indagado sobre a violência, prefere declarar “ter ouvido, inúmeras vezes, o pessoal dizendo que iria se armar para corrigir o que os proprietários consideram um descaso total da justiça”. Mas todos sabem, diz o JB, e o próprio Evandro confirmou, que Eddie Castor tem uma tropa de 18 homens chefiada por um pistoleiro conhecido como Zé Comprido. E, por duas vezes, recebeu ofertas de Sebastião da Terezona para “limpar sua propriedade”, porém garante jamais ter aceitado. Diz que quem aceitou os serviços de Terezona foram, basicamente, “esses boçais e primitivos que ganharam dinheiro recentemente com o ouro”. E afirma: “-Eu não usei, mas tem muita gente que usou grupos de bandidos só para matar gente. No meu caso, os próprios castanheiros que trabalham na minha propriedade me pediram armas para se defender, pois têm medo de invasores. Sempre dei ordens para que ninguém atacasse, mas nem sempre éramos entendidos. De qualquer maneira, eu tive muito escrúpulo em colocar vigilância”. Já Marlon Pidde, desesperado com a presença de posseiros na Fazenda Princesa, armaava-se para resolver o conflito à força quando o Getat interveio e negociou com ele a concessão de uma parcela aos posseiros, garantindo-lhe outra

⁵⁴⁷ JB, 08.12.85. A capital da violência é um faroeste sem mocinho.

parcela. Marlon, a princípio concordou e convocou os posseiros para uma reunião, mas “auxiliado por seu administrador e segurança, o Quinca Bonfim, assassinou pelo menos 12 pessoas”.

Não podemos deixar de assinalar ainda o fato de que, intencionalmente ou não, a imprensa foi responsável por apresentar, no decorrer do debate sobre a reforma agrária, a estreita relação existente entre política e propriedade, bem como registrar a história dos débitos nunca pagos e sempre prorrogados pelos latifundiários. Dentre os nomes mais expressivos e frequentes temos:

Box 9- Propriedade e Política

Políticos	
Almir Pazzianotto	Produtor de cana em Tietê (SP), pecuarista em Rafard (SP), além de proprietário de terras para invernada de gado (Jornal do Commercio 19/20.10.86) ⁵⁴⁸
Altevir Leal PFL-AC	Atualmente proprietário de 800 mil hectares. Já foi o maior latifundiário do país com 4.5 milhões de ha (JB, 31.05.85)
Armando Falcão	Ex-ministro da Justiça, fazendeiro, é dono, em Quixeramobim, Ceará, de duas fazendas que somam 1.240 ha de terras no CE ⁵⁴⁹
Assis Bandeira	Ex-prefeito, político da Arena e da UDN. Pres da SOCEPAR, dono de 2 mil alqueires em Marmeleiro no PR (JB,08.06.85)
Alysson Paulinelli	Grande proprietário de terra, ex-ministro da Agricultura do gov. Geisel. Candidato à CNA
Andrade Vieira	Dono do BENGÉ, dono da Fazenda Jaciretá (PR), invadida por 60 famílias sem-terra (JB,15.06.85)
Augusto Franco	Grande proprietário de terra (JB, 31.05.85)
Aureliano Chaves	Cafeicultor e pecuarista, proprietário da Fazenda da Serra (Jornal do Commercio 19/20.10.86)
Carlos Pessoa	Deputado estadual e presidente da Federação da Agricultura da PB (O Globo, 09.06.85)
César Cals PDS-CE	Grande proprietário de terra (JB,31.05.85)
Carlos Alberto de Carli PMDB-AM	Grande proprietário de terra (JB,31.05.85)
Donato Cardoso	Político. Um dos grandes latifundiários da região do PA. Estaria aplicando 5 bilhões no <i>overnight</i> para comprar armas e combater a reforma agrária (JB, 08.06.85)
Deni Schwartz	Fazendeiro em Londrina (PR) e sócio de outros empreendimentos agrícolas (Jornal do Commercio 19/20.10.86)
Equilson Soares PDT-BA	Ex-integrante da esquerda do PMDB que por sinal é proprietário de uma fazenda de café na BA, embora não apareça no levantamento como agricultor (JB,15.06.85)
Fancisco Pinto	É outro fazendeiro na BA não detectado pela pesquisa (JB,15.06.85)
Gilson Machado Guimarães	Candidato à Constituinte. Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar de PE (JB, 16.06.85)
Herbert Levy	É incluído nas listas de industriais e agricultores (JB, 01.06.85)
Homero Santos PFL-MG	Grande proprietário de terras (Jb15.06.85)

⁵⁴⁸ Os dados referentes ao Jornal do Comércio 19/20.10.86 (Sonia Araripe) foram retirados de Dreifuss, 1989:39.

⁵⁴⁹ JB,03.06.85. Fazendeiro.

Iris Resende	Pecuarista em Britânia (GO) (Jornal do Commercio 19/20.10.86)
José Fragelli	Presidente do Senado, a quem Nelson Ribeiro entregou o PNRA. Grande proprietário de terra em Mato Grosso (FSP, 28.05.85)
José Gomes da Silva	Presidente do Incra e Fazendeiro (JB, 18.06.85)
José Carlos Fonseca PDS-ES	Grande proprietário de terras (JB, 15.06.85)
Lourival Batista PFL-SE	Grande proprietário de terra (JB, 31.05.85)
Mauro Borges PMDB-GO	Fazendeiro (JB, 31.05.85)
Oreenci Rodrigues da Silva	Ex-deputado pela Arena, dono de 15 mil alqueires em Andradina- SP. (JB, 29.06.85)
Osvaldo Rabelo PFL-PE	Considerado um dos mais conservadores da Assembléia Legislativa de PE. Possui 2 mil hectares em Goiânia, ao norte de PE, sendo que 1.800 estão ocupados por posseiros (FSP, 15.06.85)
Osvaldo Coelho PDS-PE	Um dos maiores proprietários de terras de PE (FSP, 15.06.85)
Paulo Brossard	Pecuarista em Bagé, RS (Jornal do Commercio 19/20.10.86)
Pedro Aparecido Dotto**	Possui 2 milhões, 360 mil e 209 ha no Acre (JB, 07.06.85)
Prisco Viana PDS- BA	Eleito com forte apoio dos proprietários de terra da Bahia (JB, 11.06.85)
Renato Ticoulart	Ex-deputado pela extinta Arena e usineiro em Ribeirão Preto. Foi um dos financiadores da campanha de Paulo Maluf no Colégio Eleitoral (JB, 20.06.85)
Roberto Cardoso Alves PMDB-SP	Dono de 06 fazendas e membro da SRB (JB, 31.05.85)
Roberto Santos	Cafeicultor e produtor de cacau na BA (Jornal do Commercio 19/20.10.86)
Roberto de Abreu Sodré	Cafeicultor em Avaré (SP) e no Paraná (Jornal do Commercio 19/20.10.86)
Sérgio Cardoso de Almeida	Ex-deputado federal, empresário rural, defende a existência de um complot internacional para desarticular a agricultura (FSP, 08.06.85). Diretor da SRB, produtor da região de Ribeirão Preto, um dos maiores críticos do PNRA (O Globo, 17.06.85). Disse em 1977 que o Brasil só seria potência se o AI-5 durasse até o ano 2000 (JB, 20.06.85)
Saldanha Derzi PMDB-MS	Um dos maiores proprietários de terras com mandato parlamentar (JB, 18.06.85)
Sinval Guazelli PDS-MT	Proprietário de 68.049 ha em MT e AP. Dono do Banco Meridional. Ofereceu terras para desapropriação (JB, 10.01.85)

Apesar de imprecisa e incompleta, tal lista nos dá a amostra de uma classe política, como diria Gilberto Dimenstein do JB⁵⁵⁰, “onde brilham proprietários de terra do maior quilate”. Dimenstein do JB anuncia que uma pesquisa realizada pela Câmara dos Deputados mostrou que, dos 479 deputados 147 são pecuaristas ou agricultores. E a estatística é falha, pois “muito parlamentares sonégam e tem vergonha de dizer que são proprietários”⁵⁵¹. Sobre as dívidas, a FSP informa, por exemplo, que nos últimos cinco anos os latifundiários deviam aproximadamente CR\$ 2 trilhões de Imposto Territorial Rural (ITR).

Quanto às ocupações de terra, de um modo geral elas foram tratadas pela imprensa como um grande “espetáculo” de miséria e de revolta. Os jornais fizeram amplo uso de imagens e clichês sobre os acampados, sendo ressaltadas a pobreza, a fome, a precariedade dos acampamentos e as reivindicações mais imediatas dos trabalhadores sem terra. Rapidamente as ocupações de terra se transformaram no “acontecimento” e no principal filão jornalístico do momento.

⁵⁵⁰ JB, 30.05.85. Partidos discutem as sugestões.

⁵⁵¹ JB, 15.06.85. Congresso tem mais de 200 empresários (Gilberto Dimenstein).

Entretanto, é possível distinguir dois principais momentos da postura da imprensa com relação às ocupações das terras e ao processo de constituição dos sem-terra. No primeiro momento, há uma preocupação em entender quais as razões para o surgimento “desse fenômeno político inesperado”; em identificar quem são os sem-terra, como se organizam, quais suas reivindicações mais imediatas e quem os apoia. Nesse primeiro momento, a imprensa sinaliza para a força política dos “excluídos” no campo e a miséria é concebida como produto do agravamento da questão agrária e dos “desequilíbrios sociais” de um modelo de desenvolvimento “imperfeito”. No segundo momento – que coincide com a ocupação de Sarandi (RS) e a aprovação do PNRA –, as ocupações de terra são vistas como ilegais, desagregadoras e potencializadoras dos “perigos” de uma reforma agrária, além de significar uma disputa pela hegemonia e poder do MST.

Mesmo ciente da gravidade das tensões sociais no campo e das possibilidades abertas com o PNRA, a grande imprensa não contava com tamanha mobilização nem com a capacidade de organização dos trabalhadores rurais sem terra. É grande sua dificuldade de acompanhar as primeiras ações de ocupação. As informações na imprensa são desencontradas e os jornalistas se declaram surpresos com o “pipocar” de sem-terras e a “infinidade” de caminhões vindos de toda a parte e aparecendo madrugada adentro pelas rodovias de SC e do PR: “Não há informações de como foi montada essa gigantesca e complicada manobra de ocupação simultânea de várias fazendas no oeste catarinense”⁵⁵², reconhece a FSP. No Paraná, informa o OESP, “as mais de 12 mil famílias cadastradas pelo Movimento dos Sem Terra do Sudoeste - Mastes (...) poderão fechar estradas, criar novos acampamentos ou surpreender o governo com um novo tipo de manifestação”⁵⁵³. Enquanto a FSP anuncia que quase mil famílias de agricultores “montaram” acampamento no sudoeste do Paraná, o jornal OESP informa que, ao final do dia, “chegaram mais seis mil sem-terras” instalados à beira das estradas ou nos pátios das igrejas. E a grande imprensa se perde na contabilização do número de sem-terra.

As ocupações são consideradas pela imprensa como “um sinal de alerta para a sociedade” da gravidade da questão agrária brasileira. Elas traduziriam, segundo o JB, dois fenômenos complementares: “a insuficiência da propriedade rural e o excedente de mão-de-obra – gente que está flutuando, ao sabor de modificações, às vezes drásticas, nas estruturas de produção”⁵⁵⁴. Sob o

⁵⁵² FSP, 09.06.85. Sem-Terra ainda ocupam fazendas em Santa Catarina.

⁵⁵³ OESP, 16.07.85. Acampados vão a Richa e pressão cresce.

⁵⁵⁴ JB, 31.10.85. Terra em disputa. (editorial).

impacto das ações de ocupação, o OESP⁵⁵⁵ chega mesmo a admitir que os trabalhadores não desejam “invadir” as propriedades privadas e o fazem apenas para pressionar o governo. Diz que eles estariam abertos à negociação e mostra que, em reunião com Richa, os sem-terra decidiram não mais exigir do governo uma área para plantio coletivo, aceitaram ampliar o prazo das negociações e desistiram de invadir propriedades privadas como haviam prometido anteriormente⁵⁵⁶.

A presença de crianças entre os acampados alimenta a “indignação” dos jornalistas. Em SC, diz a FSP, “entre os invasores estão mais de mil crianças muitas já vitimadas pela diarreia e gripe, doenças provocadas pelas más condições dos acampamentos, que são improvisados com coberturas de lona ou folhas retiradas das matas próximas”⁵⁵⁷. A “miséria” dos acampamentos estaria na base do desejo de lutar e as dificuldades são superadas pelo sonho da terra. Mas, as privações são também interpretadas pela imprensa como uma penitência a ser cumprida antes do acesso à terra, estando os acampados à espera da boa vontade dos governantes.

O artigo de Angelo Filiage na revista *Afinal* sobre o Pontal do Paranapanema (SP) é emblemático nesse sentido. Diz ele:

“Quando falta leite, os pais já sabem: é preciso enganar a fome das crianças com água e açúcar ou garapa. Depois de algum tempo esta solução, porém, deixa de ser eficaz. E o jeito é rezar para arrumar um dia de serviço e comprar o leite ou aguardar a boa vontade do governo. Os adultos não ligam para a fome. Estão acostumados. Um cachorro do mato bem assado, embora de carne doce, já resolve. Quando não se consegue nada não se come nada. Sobra o desânimo. (...) Mas quando chega ao acampamento dos sem-terra o caminhão da Defesa Civil do Governo do Estado carregado de leite em pó e óleo, eles esquecem do sofrimento e passam a sonhar novamente com a reforma agrária. Eles querem estar vivos quando o Governo Federal assinar os decretos de desapropriação de algumas fazendas improdutivas do Pontal de Paranapanema, em São Paulo. Eles querem terra para plantar. E não têm dúvidas: acreditam na reforma agrária e na rapidez da desapropriação, mais que isso: acham que, quando o presidente José Sarney resolver assinar as desapropriações, os primeiros contemplados serão eles, que já fizeram sua penitência”⁵⁵⁸.

A principal preocupação da imprensa, em particular do jornal OESP, é identificar quem está por trás das ações de ocupação e a primeira pergunta que os jornalistas fazem aos acampados é sobre quais forças sociais os estão apoiando. Segundo o OESP, no PR trabalhadores “admitiram” a

⁵⁵⁵ OESP, 16.07.85. Acampados vão a Richa e pressão cresce.

⁵⁵⁶ OESP, 16.07.85. Acampados vão a Richa e pressão cresce.

⁵⁵⁷ FSP, 01.06.85. Governo de SC teme conflitos.

⁵⁵⁸ *Afinal*, 25.02.86. Guerra a vista (Angelo Filiage).

colaboração da Igreja e afirmaram que recebem recursos de entidades internacionais ligadas à Igreja Católica de países como a Bélgica e a Holanda⁵⁵⁹. Nesse processo, não se admite a possibilidade de as ações de ocupação serem espontâneas, nem mesmo quando várias famílias acorrem a SC ou ao PR simplesmente porque “ouviram falar” que o governo estaria dando terras. Deve haver sempre um mentor. Cila Schulmam do OESP não se conforma com o fato de em Chopinzinho (SC), “salvo os STR que não escondem a sua ação”, não conseguir “apurar quem está apoiando os acampados”.⁵⁶⁰ “Falta respaldo de setores que supostamente apoiariam os sem terra. (...) Nenhum político de qualquer partido apareceu na área, nem membros da CPT que sempre circulam por outros acampamentos dos sem-terra no Estado são vistos agora”,⁵⁶¹ diz.

Há, contudo, o reconhecimento de que, se organizados, os sem-terra estarão mais protegidos contra a pressão dos grandes proprietários e fortalecidos em suas demandas e negociações com o governo – a organização como instrumento de pressão. O próprio OESP se empenha em classificar os acampamentos em dois grupos: aqueles que “constataram que, se ficarem em casa esperando, a reforma agrária não vai acontecer mesmo”⁵⁶² e se organizaram no Movimento dos Sem Terra, a exemplo do sudoeste paranaense, e aqueles que não contam com respaldo de ninguém, como os do acampamento em Chopinzinho (SC). Perpassa, ainda, nas reportagens a admiração (e a surpresa) com a estruturação dos acampamentos em “comissões comunitárias” e com a presteza com que os sem-terra montaram as suas barracas e imediatamente iniciaram a preparação do solo para plantio, em todas as áreas invadidas⁵⁶³.

Os relatos sobre a vida nos acampamentos rurais procuram contestar a suposta ociosidade dos “lavradores” e ressaltam o empenho dos sem-terra em “cuidar” da terra e produzir seus alimentos. Anuncia a FSP, em matéria publicada sobre os sem-terra no CE: “Conduzindo facões, roçadeiras, enxadas, picaretas, os lavradores tiveram que fazer uma caminhada de 60 km por uma vereda de difícil acesso, iniciada às primeiras horas de ontem. Ao chegarem ao local foram logo começando o trabalho de abertura de picadas dentro da mata e o fincamento de estacas cercando a terra. Obstinados, topam qualquer parada, agüentam tudo, fome, frio, enfim, não são ociosos”⁵⁶⁴.

⁵⁵⁹ OESP, 16.07.85. Acampados vão a Richa e pressão cresce.

⁵⁶⁰ OESP, 03.07.85. Cresce ameaça de invasão no Paraná (Cila Schulmam).

⁵⁶¹ OESP, 03.07.85. Cresce ameaça de invasão no Paraná (Cila Schulmam).

⁵⁶² OESP, 03.07.85. Cresce ameaça de invasão no Paraná (Cila Schulmam).

⁵⁶³ JB, 28.05.85. Catarinenses invadem latifúndios no Oeste.

⁵⁶⁴ FSP, 10.06.85. Lavradores ocupam terras devolutas no Ceará.

Nem sempre as matérias jornalísticas são tendenciosas. Em inúmeras situações elas refletem, antes, a complexidade dos processos sociais e trazem um esclarecimento útil sobre o cotidiano dos trabalhadores. De uma determinada perspectiva, seria um equívoco considerarmos que a grande imprensa restringiu-se a desqualificar e despolitizar o movimento de ocupação de terras. No decorrer de todo o ano de 1985, é expressivo o número de jornalistas, sobretudo os correspondentes regionais, explicitamente solidários com o trabalhadores rurais sem terra. Além disso, eles tiveram um papel importante na legitimação das ações de ocupação. A sua presença e seus testemunhos foram fundamentais nas negociações entre acampados e governos, estaduais e federal, e muito contribuíram para dar visibilidade aos sem-terra e às suas reivindicações mais imediatas: eles pressionaram publicamente as autoridades para agilizar os acordos entre trabalhadores e governo; cobraram o fornecimento de alimentos e infra-estrutura para os acampados; denunciaram a presença nos acampamentos de “pessoas de confiança” dos grandes proprietários e alertam para a possibilidade do uso da violência por parte dos grandes proprietários. Também defenderam a legitimidade do movimento de ocupação, ressaltaram a importância do apoio da população e das prefeituras municipais ao movimento e contribuíram, com seus artigos, para redesenhar a estrutura a fundiária e a improdutividade das terras ocupadas pelos trabalhadores. Cláudio Lachini da FSP, por exemplo, foi um dos que informou reiteradamente que em União da Vitória (PR) “entre os invasores que tomaram a fazenda Jaciretá encontravam-se comerciantes e proprietários rurais”⁵⁶⁵. A matéria do JB, sobre Abelardo Luz, informa que “aquelas terras estão ociosas e seus proprietários vivem há muito tempo na Alemanha”⁵⁶⁶. Devido, talvez, ao impacto inicial das primeiras ocupações e a postura política dos acampados em tornar público seu movimento e suas reivindicações, há, nesse primeiro momento, um apoio difuso e a simpatia da imprensa. Até mesmo os editoriais são cautelosos e evitam críticas, limitando-se a discorrer sobre a gravidade da questão agrária no país e a cobrar do governo uma posição mais clara sobre os fatos.

É precisamente em meio às considerações da imprensa sobre o papel dos mediadores que surgem as primeiras críticas às ocupações de terra e a desqualificação dos sem-terra. O JB se empenha em declarar que a Igreja católica, “apesar do compromisso da CNBB para com o homem do campo e a reforma agrária, é a grande detentora de terras no Brasil e possui 188 mil 402

⁵⁶⁵ FSP, 03.06.85 Proprietários invadem áreas no Paraná (Claudio Lachini).

⁵⁶⁶ JB, 28.05.85. Catarinenses invadem latifúndios no Oeste.

hectares em todo o país”⁵⁶⁷. “Terras Santas protegidas”, diz o jornal, “porque são difíceis de serem alienadas e só podem ser negociadas se os seus administradores as passarem para os bispos da diocese local, autorizando a venda”⁵⁶⁸. Quando associados aos seus mediadores e interlocutores, os sem-terra são vistos como os “inocentes úteis” a mercê de ideologias “coletivistas” estranhas ao seu mundo. É o que diz, por exemplo, Angelo Filiage, ao declarar que os acampamentos se transformaram em “miséria exposta à opinião pública” e se reduzem a “um jogo maniqueísta, onde os fazendeiros passam a ser os vilões e os sem-terra os inocentes. Inocentes úteis nas mãos de políticos”⁵⁶⁹.

Passado o impacto inicial, e à medida em que os trabalhadores sem-terra se constituem em movimento cada vez mais organizado e estruturado, a grande imprensa muda o discurso: as ocupações de terra passam a significar tão-somente a expressão de uma ação política “radical” e “irresponsável”, cujo único objetivo é desestabilizar o governo e “prejudicar quem está produzindo”. A responsabilidade pelo recrudescimento da violência no campo recai sobre os sem-terra e seus mediadores. A partir de então “o vendaval de violência” e as “invasões” de terras se confundem. E somente após o assassinato do Pe. Josimo em 1986 é que a imprensa finalmente reconhece a violência dos grandes proprietários de terra.

O jornal OESP, com a mesma intensidade com que anunciava a solidariedade entre os acampados, agora ressalta o egoísmo dos mesmos. E, com o mesmo empenho que legitimava a organização dos trabalhadores como instrumento político de pressão, anuncia os perigos da “diferenciação” entre os trabalhadores “organizados no movimento” e os “demais”. No Paraná, diz o jornal, Evaldo Paulo Jazão, um dos líderes do movimento, “recusou-se a ceder ou dividir o mesmo espaço com os demais e já decidiu que, a partir de então, não serão mais recebidas outras famílias nos acampamentos (...) Os que ficaram pra trás terão de se organizar e encontrar outras áreas”⁵⁷⁰. Desse momento em diante, prevalecerão, nas reportagens, a diferenciação social e a falta de solidariedade dos trabalhadores organizados no MST com relação aos demais. O editorial do JB, intitulado *Poder Paralelo*, sobre a Annoni declara que “apenas algumas horas depois de acampados, os invasores repeliram a entrada de novos candidatos à terra no local. Os retardatários

⁵⁶⁷ JB, 07.06.85. Fazendeiro se organiza no Paraná para defender terra.

⁵⁶⁸ JB, 07.06.85. Fazendeiro se organiza no Paraná para defender terra.

⁵⁶⁹ Afinal, 25.10.86. Guerra a Vista (Angelo Filiage).

⁵⁷⁰ OESP, 13.07.85. Cresce ameaça de invasão no Paraná.

foram barrados, porque não haviam chegado lá mobilizados pelo Movimento dos Sem-Terra, isto é, o dos que já estavam do lado de dentro”⁵⁷¹.

Na avaliação do JB, esse comportamento de diferenciação significa que o MST “dá mostras de sonhar com o monopólio da liderança e, por consequência, com a apropriação das vantagens que essa possa trazer”. É um movimento que procura criar “a sua própria legitimidade”. Invadir terras seria portanto, “um modo legítimo de resolver o problema dos que estão à espera da reforma agrária; e mais legítimo se a iniciativa partir do MST”⁵⁷².

Anonni (RS) é vista, tanto pelos proprietários como pela imprensa, como o divisor de águas na luta pela terra e na ameaça à propriedade fundiária: significa o poder paralelo e a negação, na prática, do PNRA da Nova República “aprovado pela sociedade”. Segundo o JB, “espontâneos ou não”, os acampamentos anteriores à aprovação do PNRA “ameaçavam a propriedade mas não iam muito além da tensão criada pela atitude dos acampados”⁵⁷³. Mas nas ocupações mais recentes é visível a “intenção de contestar a validade da lei que define quando e em que circunstâncias o governo está autorizado a mexer na propriedade da terra para fins de distribuição e assentamento de agricultores”⁵⁷⁴. Além disso, a ocupação da fazenda Anonni se reveste de maior gravidade, porque agora existe o que antes não havia – uma lei de reforma agrária.

Para o editorial do JB, o MST, ao declarar o direito de invadir propriedades, está na prática procurando criar no campo uma espécie de poder paralelo. E a responsabilidade é do governo Federal: “O ovo da inquietação rural”, afirma o jornal, “foi chocado pelos erros do Governo por ocasião do anúncio de seu plano de reforma fundiária”⁵⁷⁵. O que os editorialistas e de resto a grande imprensa não enunciam é o ovo da serpente.

Dois principais artifícios foram recorrentemente utilizados pela imprensa buscando dividir os trabalhadores do campo. O primeiro busca contrapor os sem-terra aos pequenos produtores com pouca terra e o segundo pretende, senão expor as divergências existentes entre o sindicalismo rural e o Movimento dos Sem Terra, pelo menos apresentar os primeiros como os defensores de políticas complementares à reforma agrária e únicos representantes legitimados para falar em nome dos trabalhadores do campo.

⁵⁷¹ JB, 02.11.85. Poder paralelo (editorial)

⁵⁷² JB, 02.11.85. Poder paralelo (editorial)

⁵⁷³ JB, 02.11.85. Poder Paralelo (editorial)

⁵⁷⁴ JB, 02.11.85. Poder Paralelo (editorial)

⁵⁷⁵ JB, 02.11.85. Poder Paralelo (editorial)

Principalmente o jornal OESP se empenhou em dividir os trabalhadores rurais, ao procurar confrontar os sem-terra com os pequenos “produtores” com pouca terra. Segundo o jornal, a sociedade não deveria aceitar “o gasto do governo de 21 bilhões de dólares para beneficiar 7 milhões de famílias sem terra que perambulam pelo país, enquanto o governo não dá condições ao pequeno e médio produtor com pouca terra”⁵⁷⁶.

O jornal O Globo, por sua vez, enfatiza que o Projeto de Colonização Macatu implantado durante o governo Geisel em 1976 – “antes uma área de tensão social e hoje com pequenas propriedades bem administradas” – conta com o apoio de Alvaro Diniz, presidente da Fetag da Paraíba: “que não leu o PNRA mas entende que, papel por papel, essa reforma agrária já foi feita e não se deve repartir pura e simplesmente a miséria. A base da reforma agrária deve ser o zoneamento rural”⁵⁷⁷.

Merece ainda ser registrada a postura da Gazeta Mercantil – sempre atenta e especializada em identificar, para o seu público, as cisões e divergências existentes no interior da esquerda e dos movimentos sociais. Exatamente quando acampamentos ganham maior significação, a GM ressalta, a força do IV Contag que consagrou a liderança de José Francisco: “um pernambucano de 45 anos que começou a atuar no movimento sindical em 66”⁵⁷⁸. Para a GM, José Francisco é um líder camponês que acredita no novo sindicalismo no campo e para quem, “agora com a liberdade que se respira nos últimos tempos, o movimento está adquirindo dimensão e qualidade”⁵⁷⁹. Ele defende que o lema “nossa lição é a unidade” reflete o Congresso da Contag, mas também reconhece que “o fortalecimento do movimento sindical deu-se a partir de 70 quando se intensificaram os conflitos de terra”⁵⁸⁰.

Por fim, nesse segundo momento, os editoriais ressaltam a idéia dos sem-terra como uma massa de manobra, “um magote de gente disponível para qualquer arregimentação”⁵⁸¹. Eles também são concebidos como o produto do desequilíbrio interno regional e do êxodo rural. São o excedente da “imantação das áreas mais ricas” que se faveliza ou se transforma em bóias-frias. O “desaguadouro dos ressentidos, dos desesperançados que tentam um assentamento a qualquer

⁵⁷⁶ OESP, 09.06.85. Não há ajuda para produzir.

⁵⁷⁷ O Globo, 09.06.85 Paraíba, uma experiência de reforma agrária que deu certo.

⁵⁷⁸ Gazeta Mercantil, 03.06.85. Mais críticas e o ministro se defende.

⁵⁷⁹ Gazeta Mercantil, 03.06.85. Mais críticas e o ministro se defende.

⁵⁸⁰ Gazeta Mercantil, 03.06.85. José Francisco, líder rural (Elmar Bones-BSB)

⁵⁸¹ JB, 31.10.85. Terra em disputa. (editorial).

preço”⁵⁸², diz o JB. E não faltará “quem tire proveito das multidões deslocadas pela recessão ou pela modernização da economia”. Os agricultores sem terra são “uma perfeita massa de manobra para políticos (ou eventualmente eclesiásticos) não comprometidos com a evolução da nossa vida política por caminhos democráticos”⁵⁸³.

⁵⁸²JB,31.10.85. Terra em disputa. (editorial).

⁵⁸³JB,31.10.85. Terra em disputa. (editorial).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Nós fazemos parte uns dos outros”

Norbert Elias

A solidão dos moribundos

Há uma cena final no filme de Bergman *O ovo da serpente* na qual o narrador declara que a conjuntura da Alemanha do início dos anos 20 assemelha-se ao ovo de uma serpente em que “através das finas membranas pode-se discernir o réptil sendo concebido”. Na Berlim dos anos 20, inúmeros fatos e acontecimentos do dia-a-dia sinalizavam e antecipavam o que viria a seguir, traçando o caminho para o nazismo.

No Brasil dos anos 80, as tensões, os confrontos e os conflitos sociais no campo em nada são comparáveis à realidade da Alemanha retratada por Bergman, que mostra um país em decadência e, pelas ruas, o povo desesperançado e descrente. “Um ambiente propício para a ascensão de um novo líder, alguém carismático, capaz de reerguer o ânimo da população”, diz Bergman. Contudo, existem inúmeras semelhanças entre os dois países: diversas situações típicas de uma conjuntura em gestação. No Brasil, em especial o recrudescimento da violência no campo, agravado pela fragilidade do governo da Nova República e pela dificuldade de mobilização da sociedade em favor de uma reforma agrária, indicam que algo de novo pairava no ar. Nas regiões de conflito de terra há uma multiplicação dos grupos de defesa da propriedade e suas ações rompem as fronteiras estaduais.

O ano de 1985 marcou o prenúncio do que viria a seguir e traçou as condições para o surgimento da UDR – uma das principais expressões e um desdobramento mais imediato do confronto entre proprietários e trabalhadores rurais. A partir de então e no decorrer dos anos subsequentes, Ronaldo Caiado e a UDR constituem-se, efetivamente, na referência de mobilização e de organização das classes e grupos dominantes no campo contra as ocupações de terra e na defesa do direito irrestrito à propriedade. Na imprensa, Caiado desponta como símbolo de uma nova prática política e “representante maior da classe rural”. Numa conjuntura de temor

diante das ocupações de terra e de “sobressaltos com a transição” ele radicaliza a defesa dos interesses corporativistas e de classe dos proprietários e empresários rurais. Ao invés de falar sobre a necessidade de um líder e de um comando único, apresenta-se como tal. Em lugar de pregar a importância da organização, adverte: “Queixada fora do bando é comida de onça, fazendeiro fora da UDR exige de todos, “a coragem de assumir riscos”. Em vez de lamentar que a agricultura sempre foi discriminada, reivindica a “restauração da credibilidade da classe rural”. Ele procura construir a sua imagem e de sua entidade em torno de algumas palavras de ordem, tais como “pelo respeito para com os senhores lá dos grotões que nos últimos 20 anos produziram e sustentaram a nação”, “somos os novos guardiões da propriedade e da produção”. Ele despreza o confronto político voltado tão-somente para a discussão sobre os limites e as imprecisões do PNRA e opta pelos desfiles de rua e pela mobilização de massa como uma das formas mais eficazes de protesto político e de exibição de poder. Não lhe interessa discutir quem tem ou não tem razão, mas quem está, efetivamente, “à altura de enfrentar” os “incompetentes” do governo, os “inocentes úteis”, a “esquerda de boutique” e os baderneiros “travestidos de padres”.

É com base na violência que Caiado conquista direito de “fazer ver, fazer crer e fazer agir” (Bourdieu, 1982:59 apud Lins, 2000:61) transformando-se em porta-voz das classes e grupos dominantes, mesmo que imensas diferenças possam separá-los. Vale a pena ser registrada a avaliação posterior de um importante representante da nova geração empresarial dos complexos agroindustriais sobre o papel da UDR nos anos 80. Diz ele:

“Não tinha jeito, o negócio era na base da porrada mesmo!. A UDR surgiu em um momento complicadíssimo e tinha um único objetivo, evitar a reforma agrária. Naquela época havia uma polarização absurda, você era carimbado direita ou esquerda. Era um maniqueísmo estúpido mas era assim que funcionava. A Contag, na época, era presidida pelo Zé Francisco, um homem do Partido Comunista Brasileiro. Então, dentro daquele maniqueísmo, a questão da reforma agrária tomou uma coloração de muita violência e a UDR veio com uma bandeira clara e teve um grande espaço vis a vis a esquerda. Ela cumpriu um papel importantíssimo naquele período, porque, se nós tivéssemos ficado sozinhos na parada, possivelmente teríamos perdido muito mais do que perdemos (defesa da propriedade e tal). Nós não tínhamos um discurso radical, nosso discurso era de negociação e a presença da UDR viabilizou a negociação que nós tínhamos antes. Então, eles bateram muito firme e isso permitiu que nós negociássemos em busca de saídas intermediárias, que não foi grande coisa como toda a Constituição, mas que foi uma saída democrática”.

E o mesmo Matias Mackline, defensor de um desenvolvimento com justiça social e favorável à organização dos operários do ABC, ao ser interrogado sobre as ocupações de terra declara: “Não adianta dividir a terra com pessoas que não têm condições nem competência para torná-la produtiva. Somente pessoas educadas, com saúde e inteligentes são capazes de produzir”¹. Ele propõe que as terras do Estado e da Igreja – detentores de “terras que não acabam nunca” – sejam divididas de imediato e somente depois, caso necessário, seja iniciada a desapropriação das terras particulares inexploradas, “mas sempre preservando o latifúndio produtivo!”, diz. E arremata, “no Brasil, tudo se resolve em paz e sem sangue”²

Ou seja, apesar das diferenças e divergências existentes, há um trânsito contínuo de pessoas, privilégios, regalias e de “respeitabilidades”. Uma imensa rede de relações sociais, políticas e institucionais...e uma grande articulação de interesses. Octávio Ianni ao discorrer sobre o protesto dos empresários agrícolas nos anos 80 contra as diretrizes da política de crédito já comentava: “Fico intrigado, porque não sei se é também industrial, banqueiro, comerciante. As vezes protesta enquanto empresário agrícola, mas no seu protesto aparece a sua condição de empresário industrial. Muitas vezes, não sempre, ele é, ao mesmo tempo, um e todos, em conjunto (...) A burguesia rural não é só rural. Muito freqüentemente é rural e industrial, com articulações diretas e indiretas; quando não está em causa um mesmo grupo econômico, simultaneamente financeiro, industrial, agrícola e comercial”(Ianni,1984:151). Há uma intercambialidade que os complementa e os transforma em “uns e nós”. Em conjunto eles instituem uma nova realidade onde velhas e novas formas de dominação convivem sem maiores problemas e se constituem na base de uma nova retórica patronal no campo: Atrás da agroindústria esconde-se o velho latifúndio; atrás do banqueiro organizam-se as associações de defesa da propriedade; atrás das cadeias agro-industriais decidem os clãs familiares; atrás do empresário flagra-se o pistoleiro e... atrás do discurso moderno tenta-se dissimular o pensamento conservador” (Bruno,1997:11)

A UDR surge se apropriando e unificando práticas e retóricas diferenciadas. Ela expressa o paradigma da contemporaneidade do atraso e do moderno como instrumento de dominação e de

¹ Senhor, 10.86. Os herdeiros de Roberto Simonsen (Francisco Viana).

² Senhor, 10.86. Os herdeiros de Roberto Simonsen (Francisco Viana).

reprodução de classe. Do discurso produtivista resgata a defesa da livre iniciativa, a competitividade e o poder do mercado, mas suas ações assemelham-se muito mais aos fazendeiros reunidos nos grupos de defesa da propriedade. Caiado faz uso da imprensa como espaço para a construção da imagem pública, ao mesmo tempo em que investe com igual vigor nas “infindáveis reuniões oficiais e privadas por esse Brasil adentro para pregar aos seus colegas da classe”. Recorre ao *lobby*, mas se define pela intimidação e a violência física como principais instrumentos de luta política. Critica a prática do clientelismo, o corporativismo e condena os “currais eleitorais”, mas apregoa a necessidade do “voto classista” na Constituinte que se anuncia. Defende a necessidade de renovação da representação sindical patronal, ao mesmo tempo em que reproduz a autoridade patriarcal de um Vavá Mutran e prioriza os canais informais de organização. É o porta-voz dos proprietários e empresários rurais, mas disputa politicamente com o movimento sindical dos trabalhadores, com os pequenos produtores familiares e interpela a sociedade em nome de um posicionamento político que transcende as fronteiras dos interesses corporativistas, procurando, com isso, se constituir em movimento político, tentando organizar a direita nesse processo de transição e de democratização.

O ‘fenômeno’ UDR não é secundário, meteórico, nem restrito no tempo. Ela transcende os anos 80 e à sua própria temporalidade. A sua existência nos coloca novamente diante de um processo revelador e complexo sobre a sociedade brasileira e imprime novas marcas em nossa trajetória histórica. É curioso perceber como, apesar de oficialmente extinta, a UDR ainda permaneça como referência de uma prática política e corporativa, no Congresso Nacional e nas atividades da bancada ruralista, nas mobilizações patronais e, sobretudo, nas regiões de assentamento e de conflito sociais.

No confronto dos anos 80, ela simbolizou a exacerbação da violência e a intocabilidade da propriedade. E estabeleceu novos significados à prática e à retórica patronal: a partir de então, o argumento de “uma agricultura enfim modernizada” só adquire sentido quando associado à brutalidade da violência e a negociação só se torna efetiva com os “revólveres de alto calibre que valem mais do que as leis”.

A UDR alimentou-se e alimentou a reação dos proprietários e a constituição de uma nova retórica de legitimidade; nutriu-se e contribuiu para fazer aflorar velhos *habitus* ou estabelecer

novos; fortaleceu-se e fortaleceu a recorrência aos mesmos pressupostos e argumentos; revitalizou-se e revitalizou politicamente os proprietários de terra e empresários rurais.

Ronaldo Caiado e a UDR também são tributários da postura da imprensa; do apoio da classe política, refêm do clientelismo; da fragilidade do governo da Nova República, prisioneiro de suas alianças políticas; dos limites do projeto reformista; da impunidade da lei; do medo do retrocesso político e de nossos inúmeros impasses históricos.

Os grandes proprietários de terra e os empresários rurais constituíam uma força socialmente organizada e consciente de seu poder e de seus limites. No confronto dos anos 80, mostraram uma grande vitalidade política e capacidade de atualizar-se: obtiveram uma vitória política de peso com a prorrogação do prazo para apresentação do PNRA, conseguiram mudar os pressupostos da Proposta do PNRA, constituíram uma nova retórica de legitimidade e uma nova forma de consciência de classe, garantiram novos espaços de representação, renovaram a sua participação no jogo do poder, recuperaram espaço no Congresso Nacional e redefiniram o seu lugar histórico.

Eles tiveram noção do seu poder e dos limites desse poder. Sabiam que malgrado seus privilégios não eram mais dominantes e, apesar da “nostalgia da casa grande”, tinham consciência de que não mais se encontravam no cerne do processo de acumulação, nem no centro estratégico das decisões. Além disso, intuíram que, em uma conjuntura de transição democrática o recurso à mídia seria tão ou mais importante que a conversa de corredor e a pressão nos bastidores.

Nosso estudo mostra que proprietários e empresários rurais não são categorias sociais em extinção, estagnantes, residuais, anacrônicas e nem resquícios do passado. “Renovados e ampliados pelas políticas de incentivos fiscais do governo militar, há neles um notável dinamismo e vitalidade política que os transfigura e os atualiza”, bem o afirma Martins (Martins, 1997:vi).

Nazareth Baudel Wanderley ao analisar um outro momento histórico também nos revela, a partir de uma outra perspectiva, a vitalidade política das classes patronais rurais. Partindo do pressuposto de que a base de dominação de classe dos “açucareiros” é a sua capacidade de associar a propriedade da terra, o controle da força de trabalho e a propriedade industrial, ela nos mostra que, nos momentos em que essa articulação foi, de alguma maneira, ameaçada, como por

exemplo na passagem dos engenhos para as usinas, os senhores de engenho reagiram e asseguraram a sua dominação: eles, além de não abandonarem nada, conseguiram, com a descentralização pós-república, assumir o projeto de industrialização, continuando latifundiários.

Nos anos 80, proprietários e empresários rurais se sentiram politicamente ameaçados com os rumos da Nova República e a constituição dos trabalhadores rurais em atores políticos. O modo como reagiram também reflete o seu próprio desdobramento histórico: uma classe que, apesar da vitalidade política, vai se fragilizando progressivamente, juntamente com a sua complexificação e diferenciação social.

A reação foi a resposta à radicalização dos trabalhadores rurais sem terra: o movimento de ocupações concretamente pôs em questão a propriedade privada. Nesse momento não há mais espaço para o discurso de Flávio Menezes e o embate ideológico não é mais suficiente. A partir de então, proprietários de terra e empresários rurais começam a agir com base do direito de direito de propriedade como eles entendem na prática e a resposta é a violência.

As ações de ocupação de terra foram o divisor de águas no confronto dos anos 80 e tiveram o poder de reverter e modificar profundamente o quadro político até então prevalecente. Nesse momento, há uma mudança nas regras do jogo. A proposta de reforma agrária da Nova República perde os seus principais pressupostos: uma proposta construída nos marcos do Estatuto da Terra (em especial na idéia de que a terra tem uma função social e a eleição da desapropriação como instrumento prioritário da reforma), que tinha como base de sustentação social e política e como principais interlocutores a Contag e os trabalhadores rurais organizados nos sindicatos. O seu horizonte eram as reivindicações e as lutas do movimento sindical. Os móveis dos conflitos fundiários que se desenvolveram nos anos dos governos militares eram a luta pela permanência na terra, contra as expulsões. Os sindicatos dos trabalhadores rurais se colocaram como uma mediação nesses conflitos e na condução das demandas. No momento em que há uma radicalização com a entrada em cena dos trabalhadores sem-terra, o governo, já desgastado e sem uma base política de sustentação, praticamente “fica no vazio” não lhe restando outra alternativa senão recuar, condenar as ocupações e brandir o Código Civil. Em certa medida, a radicalização dos sem-terra colocou igualmente em xeque tanto o modelo reformista do governo da Nova República como o projeto de reforma agrária da Contag.

O inusitado são as ocupações de terra que não mais se apresentam como uma luta de resistência pela permanência na terra e contra as expulsões. Com as ocupações, os sem-terra redesenharam novos limites e traçaram novos obstáculos aos grandes proprietários de terra e empresários rurais. Para os sem-terra a luta pela terra e por uma reforma agrária, nas condições concretas em que se encontram, não é uma mera questão retórica.

Juntamente com a vitória política e a reafirmação da dominação, grandes proprietários de terra e empresários rurais também expuseram as suas fragilidades e os seus limites – o que de certa forma também reflete o seu lugar histórico e a sua “subalternidade”, apesar de dominantes: a iniquidade que persiste de muitos modos, a transgressão das leis no exercício do direito de propriedade, a formulação de um projeto para a sociedade circunscrito às justificativas da importância que eles tinham para o Brasil. E, apesar da violência, a impossibilidade de pôr fim às ocupações de terra e à constituição dos sem-terra como atores políticos. Por esse prisma, a vitória dos proprietários e empresários rurais nos anos 80 não significou necessariamente uma derrota política dos trabalhadores rurais.

A nova retórica de legitimação dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, construída na imprensa, expressa determinados *habitus* sociais e se alimenta da recorrência aos mesmos temas, práticas e estratégias, continuamente evocada pelas lideranças patronais rurais no confronto sobre a reforma agrária e as lutas por terra na Nova República. Um número infindável de antigos pressupostos, valores e preconceitos historicamente elaborados que habitam a memória e a experiência desses atores atualizam-se e vêm se somar às novas argumentações e práticas, respaldando, assim, as suas ações no confronto dos anos 80. É como se eles, ao se perceberem ameaçados, sentissem a necessidade de lançar mão de todos os recursos possíveis, passados ou presentes, anacrônicos ou não, com o objetivo de marcar velhas posições e fincar novas fronteiras, de garantir antigos privilégios e impor novos, de manter os espaços de poder e conquistar novos.

Por certo que abriram mão do jogo, tão antigo quanto a própria questão agrária, de negar e ao mesmo tempo reconhecer a existência de uma questão agrária no Brasil. “A questão agrária foi resolvida com a modernização”, anunciam. Perpetua-se, contudo, o discurso em favor de uma modernização da agricultura, embora modificado em suas premissas. Se, antes, os seus argumentos se pautavam no reconhecimento do atraso e na necessidade de uma maior

produtividade, nos anos 80, orientam-se pelo imperativo de uma maior competitividade sistêmica para responder à internacionalização da economia e a globalização³.

E, neste novo contexto, a idéia de uma reforma agrária como expressão do atraso, antes evocada⁴, assume uma nova significação – transforma-se em estratégia maior de desqualificação da reforma agrária e das lutas por terra. Contudo, como vimos, ainda vigoravam velhas palavras e argumentos para expressar novas idéias. “Palavras velhas podem compor conceitos novos”⁵, já dizia Florestan na FSP ao discorrer sobre a Nova República.

“Não basta a simples distribuição de terras”, apregoam com igual insistência de momentos anteriores. “Reforma agrária, apenas como medida corretiva das possíveis distorções existentes”, repetem. Grandes proprietários de terra e empresários rurais não conseguem se desvencilhar do temor, “quase pânico”, do instituto da desapropriação. “Desapropriação só em casos excepcionais!”, enunciam, mais uma vez, os seus porta-vozes, desta vez abrindo mão do argumento do artificialismo das medidas desapropriatórias propostas nos anos 60⁶.

E, por precaução, caso a reforma seja inevitável, retoma-se o conhecido e incansável confronto em torno dos critérios de desapropriação: “Em primeiro lugar as terras da União”, declara a SRB como o fizera no início dos anos 60, naquele momento em parceria com a Confederação Rural Brasileira (CRB)⁷, ao propor que as propriedades privadas fossem desapropriadas quando “as glebas do Estado atingissem níveis de produtividade

³Para Mário Possas, o tema da competitividade e a ênfase nos chamados fatores sistêmicos “não são apenas um subproduto da onda ideológica neoliberal que assolou a economia e a política nos anos 80”. Segundo ele, a competitividade – um dos principais atributos da concorrência e da estratégia empresarial – é um conceito com muito mais densidade teórica e de política do que pode parecer: pressupõe uma capacidade inovativa, as condições tecnológicas, produtivas e de mercado, as externalidades físicas, sociais e técnico-científicas, as condições institucionais e o aparato regulatório (Possas, 1996:72-73).

⁴Já no início dos anos 60, proprietários e empresários rurais reunidos no Conselho argumentavam que toda e qualquer reforma agrária que tenha como objetivo dividir a terra em pequenas parcelas é retrógrada, antinacional e impatriótica, pois representaria um passo atrás na nova evolução agrária e agrícola. Em contrapartida defendiam a industrialização da agricultura e o aumento da produtividade, seja através do uso de insumos modernos, seja de equipamentos pesados, considerados mais viáveis às grandes extensões de terra (Conselho Nacional das Classes Produtoras, setembro, 1963 p.7-8, apud Medeiros, 1982:89-90).

⁵FSP, 02.01.85. Pacto social e Nova República (Florestan Fernandes).

⁶Justificativas e críticas dos programas de Reforma Agrária (Luiz Carlos Mancini). Arquivo Paulo de Assis Ribeiro, caixa 51, 1964 (Arquivo Nacional). O suposto artificialismo era justificado pela “corrosão” dos Títulos da Dívida Agrária, devido à inflação.

⁷Entidade criada no início dos anos 50, no momento de revitalização da organização patronal em decorrência do agravamento dos conflitos no campo. Segundo Medeiros, a CRB, juntamente com as federações e as associações municipais, “longe de ter um papel decorativo, constituíram-se, pelo menos em alguns estados, como São Paulo, Rio

comprovadamente superiores à média estadual vigente”⁸. Há, contudo, uma diferença substancial: se antes prevalecia o debate sobre a forma de pagamento, nos anos 80 ele é visto como irrelevante, “um assunto para a Constituinte”, dizem. E os usineiros do Nordeste continuam os principais porta-vozes da idéia de uma reforma agrária desestruturadora da produção

Ainda persiste o mesmo empenho de todos em eliminar, do debate e da lei, a palavra latifúndio, considerada “irritante” “irreal” e “ofensiva” e a crítica ao social - seja a desapropriação por interesse ou por função social, seja o preceito da justiça social - se perpetua como uma ameaça o direito de propriedade¹⁰.

Em meio as sugestões anunciadas, a política de colonização e a tributação, mais uma vez, despontam como medidas alternativas à desapropriação das terras, embora não mais apresentem a mesma força de momentos anteriores. Nem mesmo a proposta de uma reforma agrária de mercado é nova¹¹. E a grilagem de terras em suas inúmeras versões ainda se mantém como mecanismo de reprodução do poder (Martins,1994:64).

A desqualificação dos trabalhadores rurais, assim como o medo da “organização dos pobres” (Martins,1994:61) ainda são uma constante e faz parte do profundo desprezo das elites brasileiras pelos grupos e classes subalternas¹². Há um distanciamento social e cultural que desumaniza, como diria Carlo Ginzburg (Ginzburg,2001), e a exclusão ideológica é profunda e radical (Martins,1981^a:25). Os trabalhadores rurais continuam sendo considerados “bom de braço”, aquele que “liberta o senhor da fadiga da terra (Mercadante,1972:42), os “melhores do mundo porque ganham pouco e fazem muito”, como afirmou recentemente um representante da

Grande do Sul, Minas Gerais, em pólos de debate e de geração de propostas para a agricultura, procurando contestar a imagem de atraso que era atribuída a seus associados”(Medeiros,1989:65).

⁸Sugestões da classe rural sobre o Projeto de Lei de Coimbra Bueno (CRB). Arquivo Paulo de Assis Ribeiro, caixa 60, janeiro de 1963 (Arquivo Nacional).

⁹Em 1964 eles pressionaram o Gret para excluí-la do texto do Estatuto da Terra. In: Justificativas e críticas dos Programas de Reforma Agrária (Luiz Carlos Mancini). Arquivo Paulo de Assis Ribeiro, caixa 5 , 1963 (Arquivo Nacional).

¹⁰Já no anos 50 argumentava-se que o interesse social resultaria simplesmente numa quase abolição do direito de propriedade rural, dando ao poder Executivo um enorme arbítrio para a desapropriação. In: Anotações sobre a elaboração dos projetos de Reforma Agrária. Arquivo Paulo de Assis Ribeiro, caixa 53, 12pp, 1958 (Arquivo Nacional).

¹¹Em meados dos anos 50 a CRB já propunha “a venda de glebas que seriam distribuídas aos rurícolas, principalmente aos posseiros, arrendatários, parceiros e empregados rurais, mediante convênios com a Supra, em condições favoráveis de prazos e juros, a preços módicos”. Sugestões da classe rural sobre o Projeto de Lei de Coimbra Bueno (CRB). Arquivo Paulo de Assis Ribeiro, caixa 60, janeiro, 1963 (Arquivo Nacional).

¹²Subalterno, no sentido utilizado pelo autor, significa “uma categoria que não expressa apenas a exploração mas também a dominação e a exclusão econômica e política” (Martins,1989:99).

SRB. Ou então, são os “coitadinhos”, “os morre-andando” de que nos fala Osvald de Andrade, os “incapazes”. De um modo geral eles são tratados como se fossem desprovidos de direitos, uma concepção que se encontra na raiz do pensamento aristocrático (Koutzii,1986).

Vários autores enfatizam o peso da escravidão como constitutiva de uma determinada visão sobre as classes e grupos sociais subalternos e como responsável “por uma cadeia de trocas, de traumas e de dessocialização” (Alencastro,2000:39). Frequentemente as caixas de açúcar se permutavam por africanos e um dos traços mais arraigados da sociabilidade luso-brasileira consiste no hábito de considerar o número de empregados domésticos como sinal de riqueza, nos informa Luiz Felipe D’Alencastro¹³. Por sua vez, “o próprio pensamento abolicionista predominante no Brasil privilegiou a questão nacional sobre a questão individual e o interesse do país sobre a liberdade dos escravos. E, uma vez abolida a escravidão, não houve nenhuma preocupação no sentido de oferecer aos ex-escravos educação, terras para cultivar ou outros meios de sobrevivência(...). A condenação do negro pelas leis científicas da biologia dava grande tranquilidade de consciência às elites políticas e proprietárias. (...) Nina Rodrigues ia ao extremo de sugerir que os negros fossem considerados civilmente incapazes”¹⁴ (Carvalho, apud Cordeiro,2000:16).

Ainda persiste o mesmo drama entre a defesa da livre iniciativa, a crítica à intervenção do Estado “nos assuntos da terra” e a espera dos favores de um Estado-provedor¹⁵. Também não é nova a demanda por participação na elaboração dos projetos, planos e leis sobre a reforma agrária. Mudam os argumentos, modifica-se o espaço efetivo de participação e de controle, mas persiste o mesmo objetivo: participar para fazer prevalecer os seus interesses e impedir a democratização da propriedade.

¹³E complementa: “Empregado no trato social dos senhores, o escravo também se constituiu num objeto de luxo. (...) Bastante tempo depois, em meados do século XIX, quando a população livre do Rio de Janeiro se impregnava dos costumes difundidos pela Europa burguesa e industrial, Martins Penna põe em cena um jovem grã-fino fluminense que levava um presente para a sua noiva dentro de um grane cesto. E qual era o presente ali enfiado? Um pagem para a moça: um escravo de sete para oito anos, de tanga azul e carapuça encarnada” (Alencastro,2000:38).

¹⁴Ainda segundo Carvalho, “derrotava-se desse modo o propósito de alguns poucos abolicionistas, como André Rebouças, que viam na Abolição apenas o primeiro passo na integração dos negros, a ser seguido de medidas complementares, inclusive a reforma agrária, que ele chamava adequadamente de democracia rural” (Cordeiro, 2000:15-16).

¹⁵No início dos anos 60 Iris Meinberg, então presidente da CRB, o mesmo tempo em que declarava que “nada poderia justificar a intervenção do governo federal na questão fundiária, orientava abertamente as federações e associações patronais como “melhor usufruir da assistência governamental”. Dinamização do Associativismo Rural (Iris Meinberg, CRB). Arquivo Paulo de Assis Ribeiro, caixa 51, 1962 (Arquivo Nacional).

E mais uma vez o suposto da “classe desunida” contribuiu para neutralizar as diferenças e as divergências internas. “Pelo fortalecimento da classe e dinamização do associativismo rural! e pela formação de líderes ruralistas”¹⁶, apregoava Iris Meinberg, nos anos 50, diante do movimento das Ligas Camponesas, momento em que o associativismo foi visto como um meio “para a renovação das mentalidades, fortalecimento da representação patronal (...) e um maior aparelhamento da classe rural para o melhor exercício de suas funções de representação”¹⁷. A busca incessante da ampliação das bases sociais de sustentação e a grande capacidade de construir alianças continuam fazendo parte de sua prática política¹⁸. Do mesmo modo, a valorização da manifestação de rua - “em sua origem um modo de ação política dos dominados, dos que possuem a força numérica” (Champagne, 1990: 264).

Outros elementos constitutivos da recorrência e da identidade patronal rural, igualmente importantes, encontram-se presentes na reação dos anos 80. Dentre eles, o eterno sentir-se ameaçado diante de qualquer situação que possa significar alguma mudança política e social e interferir em seus privilégios, a tenacidade com que se apegam à concepções do passado e a persistência de determinadas tradições culturais e políticas, o discurso da penalização da agricultura e a hipervalorização do campo, a sempre renovada necessidade de organização e de mobilização e a incessante busca do líder e de um comando único e, finalmente, uma certa concepção de poder e das condições de sua reprodução.

Os momentos de mudança, sejam eles estruturais ou conjunturais, são quase sempre percebidos como uma grande ameaça. Na Primeira República, sentiram-se ameaçados com a mudança na forma de inserção da agricultura na economia por intuírem que “o que se achava a mercê das transformações em curso era o sistema tradicional de dominação ainda em vigor”

¹⁶Dinamização do Associativismo Rural (Iris Meinberg, CRB). Arquivo Paulo de Assis Ribeiro caixa 51, 1962 (Arquivo Nacional).

¹⁷Dinamização do Associativismo Rural (Iris Meinberg, CRB). Arquivo Paulo de Assis Ribeiro caixa 51, 1962 (Arquivo Nacional).

¹⁸Já no início dos anos 20, o discurso do ruralismo “apresentava-se como capaz de conciliar interesses bem distintos, unificados pela necessidade de controle da formação e expansão do mercado de trabalho, sem ameaças à estrutura de propriedade” (Mendonça, 1977:178). Segundo a autora, as divergências existentes “referiam-se, quando muito, à definição das formas e dos mecanismos de como fazê-lo, variando o grau de autoritarismo nelas explícitos, segundo as peculiaridades regionais e/ou socioprofissionais de seus emissores. (...) Não chagavam a comprometer os pontos nodais que o alicerçavam. Inexistiam, na prática, contradições mais profundas entre os segmentos envolvidos” (Mendonça, 1997:179). Nos anos 60, as representantes dos proprietários apregoavam a “união da classe rural com os setores da indústria dedicados ao benefício e extração, transformação e preparo de produtos

(Mendonça,1993:25). Nos anos 60, sentiram-se igualmente ameaçados por considerarem que o movimento das Ligas Camponesas e as reformas de base iriam instituir uma república sindicalista e socialista no Brasil. E, mesmo quando são força vitoriosa, como em 1964 após o golpe de Estado, consideraram-se igualmente ameaçados (e traídos) porque visualizaram no Estatuto da Terra e possibilidade de uma mudança efetiva no regime de propriedade vigente.

Mais do que qualquer outro grupo ou categoria social, são ligados às tradições culturais, sociais e políticas das quais faz parte a cultura da violência – “violências dessa natureza” – que se materializam em mortes e massacres, “difícilmente levam à transformação dos constrangimentos socialmente existentes em autoconstrangimentos”, diz Elias (Elias, apud Heinich,2001:21). Grandes proprietários e empresários rurais trazem para o confronto dos anos 80 antigas designações e velhas formas de se perceberem e se conceberem. Costumes e normas interiorizados e partilhados que contribuem para defini-los uns em relação aos outros e em relação aos demais grupos e classes sociais. É a classe “portadora do espírito progressista” ante um Estado inoperante e omissor. São os novos “desbravadores” de uma terra inóspita e defensores do território contra as “invasões” de terra. É a valorização da “audácia” e a “obstinada determinação” em defesa “da terra e da honra”, dizem os presidentes dos grupos de defesa da propriedade como o fizeram os donatários (Mercadante,1972:24). Há, ainda, um orgulho exacerbado advindo do fato de se considerarem o *pater*, “a classe primeira”, “a mais antiga”, “de onde partem todas as demais”, “os portadores de um mundo civilizado – marco de um processo civilizatório”.

Para finalizar, caberia aqui uma observação final. Vimos que a sociedade, no capitalismo, possibilita o questionamento da propriedade privada da terra e permite que se estabeleçam restrições ao direito de propriedade. O mesmo não ocorre com a indústria nem com o setor financeiro. Se tal ocorresse qual seria então a reação dos empresários industriais e banqueiros?

agropecuários ou de origem animal”, contra as medidas de reforma agrária. Dinamização do Associativismo Rural (Iris Meinberg, CRB) Arquivo Paulo de Assis Ribeiro, caixa 51, 1962, (Arquivo Nacional)

BIBLIOGRAFIA

Abramovay, Ricardo

- 1985 Nova forma de luta pela terra: acampar. *Reforma Agrária*. Abra. Campinas, v.15, n.2 pp 55-56, maio/julho.
- 1986 Reforma agrária, desenvolvimento capitalista e democracia. In Leal, L. (coord.) *Reforma agrária na Nova República: contradições e alternativas*. São Paulo: Cortez/Educ

Adorno, Sérgio

- 1999 Violência e civilização. In: Tavares dos Santos, José Vicente e Gugliano, A (orgs.) *A sociologia para o século XXI*. SBS. IX Congresso Brasileiro de Sociologia. Pelotas: Educat.

Alencastro, Luiz Felipe de

- 2000 *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo. Companhia das Letras

Alves, José Luiz

- 1990 *Brasiguaios: destino incerto*. São Paulo: Global.

Andrade, Osvald de

- 1991 *Marco Zero II – Chão*. São Paulo: Globo.

Araújo, Ricardo Benzaquen de

- 1994 *Casa grande & senzala e a obra de Gilberto Freire nos anos 30*. Rio de Janeiro: 34 Ed.

Araújo, Brancolina F. P. e Teixeira, João Gabriel

- 1987 *Constituinte e reforma agrária: embates de classe*. XI Encontro nacional da Anpocs, Águas de São Pedro, 1987 (mimeo).

Arendt, Hanna

- 1973 A mentira na política. Considerações sobre os documentos do Pentágono In: Arendt, H. Da Violência In: *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva.

Aron, Raymond.

- 1993 *Machiavel et les tyrannies modernes*. Paris: Fallois.

Almeida, Angela Mendes de

- 1997 *Violência e cordialidade no Brasil*. Estudos. Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro. Revista do CPDA. n.9, pp.127-136, outubro.

Assoun, Paul Laurent.

- 1979 *Marx e a repetição histórica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Azevedo, Fernando

- 1982 *As ligas camponesas*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Baltar, P.

- 1990 *Os empresários e a reforma agrária no governo de transição (1985-1988)*. Campinas: Unicamp -IFCH (Dissertação de Mestrado).

Barreira, César

- 1992 *Trilhas e atalhos do poder. Conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo.

Barros de Castro, Adelina

- 1977 *Outrora ...e sempre*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas.

- Bastos, Élide Rugai
1984 *As ligas camponesas*. Petrópolis, Vozes, 1984
- Belmonte
1948 *No tempo dos bandeirantes*. 4ª edição revisada. São Paulo: Melhoramentos.
- Bezerra, Marcos Otávio.
1999 *Em nome das "bases". Política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política.
- Bignotto, Newton (org.)
2000 *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.
- Bourdieu, Pierre.
1980 Les modes de domination. In: Bourdieu, P. *Le sens pratique*. Paris: Minuit.
1983 *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
1987^a *Cosas dichas*. Madrid: Gedisa.
1997 *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar.
1987 Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: Bourdieu, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
1987 Poder político e poder Religioso. In: Bourdieu, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
1993 (et al) *La misère de Monde*. Paris: Seuil.
1998 *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
1998^a A televisão, o jornalismo e a política. In: Bourdieu, P. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Zahar.
1998 La violence symbolique. In: Bourdieu, P. *La domination masculine*. Paris: Seuil.
- Boschi, Renato Raul
1979 *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Rio de Janeiro: Loyola. (Biblioteca de Ciências Sociais, n.13)
- Bresser Pereira, Luiz Carlos
1994 *Empresários, suas origens e as interpretações do Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 25 ano 9 junho
- Bruno, Regina.
1997 *Senhores da terra, senhores da guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/EDUR.
1998 Demiurgos, Sanguessugas e Autômatos. A burguesia no pensamento de Marx (1942-1948). *Debates* CPDA. Rio de Janeiro, n. 5, agosto.
- Cabanilha de Souza, Ines
1998 *Clientelismo: reflexões sobre as readaptações das práticas políticas no meio rural*. Exame de Qualificação no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – UFRJ/DDAS/CPDA. (mimeo) 60pp.
- Caldeira, Jorge
1995 *Mauá: o empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras
- Caldart, Roseli Salete.
2000 *Pedagogia do Movimento Sem terra*. Petrópolis, Ed. Vozes.
- Camargo, Aspázia A
1973 *Brésil, Nordeste: mouvements paysans et crise politique*. Paris: Université de Paris I - EPHE (thèse de 3ème cycle)

- 1981 A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: Fausto, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, tomo III, vol. 3, p.121-224.
- Camargo, Aspázia e Diniz, Eli (orgs.)
1989 *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice.
- Camargos, Marcia
2000 *Villa Kyrial. Crônica da Belle Époque Paulistana*. São Paulo: Ed. Senac
- Champagne, Patrick.
1990 *Faire l'opinion. Le nouveau jeu politique*. Paris. Minuit.
1993 La vision médiatique. In Bourdieu, P. et al. *La misère du monde*. Paris, Seuil,
- Cardoso, Fernando Henrique
1983 O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. *Dados- Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 26, n.1, pp.9-27.
- Carvalho, José Murilo de
2000 Texto introdutório sobre Oliveira Viana. In: Santiago, Silviano (org.) *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. I.
2001 *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
1998 *Pontos e bordados. Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG
- Carvalho, Abdias Villar de
1978 *Reforma Agrária: união e cisão no bloco agrário-industrial*. Brasília: Cadernos UnB.
1985 A Igreja católica e a questão agrária. In: Paiva, Vanilda (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola.
1989 *Transição política e democracia: um espaço para a reforma agrária?*. XIII Encontro anual da Anpocs, Caxambú (MG) (mimeo)
- Castro, Ana Célia
1988 *Crescimento da firma e diversificação produtiva: o caso Agrocere*. Tese de doutorado defendida no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas Unicamp.
- Chauí, Marilena de Souza
1983 *Seminários. O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
1982 *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Ed. Moderna.
1987 *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo. Brasiliense.
1988 Prefácio. In: Sader, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
1992 Público, privado, despotismo. In: *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras.
1998 *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. (Coleção História do povo brasileiro).
- Chaves, Cristine de Alencar
2000 *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, UFRJ, Núcleo de Antropologia Política.
- Coradini, Odacir Luiz e Fredericq, Antoinette
1981 *Agricultura, Cooperativas e Multinacionais. (Produtores, cooperativismo e multinacionais: o caso do trigo e da soja; A babá dos brasileiros: uma multinacional no setor leiteiro)*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Cordeiro, Leny e Couto, José Geraldo (orgs.)
2000 *Quatro autores em busca do Brasil: entrevistas a José Geraldo Couto. José Murilo de Carvalho, Jurandir Freire Costa, Renato Janine Ribeiro, Roberto DaMatta.* Rio de Janeiro: Rocco
- Costa, Luciana Miranda
1999 *Discurso e conflito: dez anos de luta pela terra em Eldorado Carajás.* Belém: UFPA/NAEA.
- Cunha, Euclides da
2000 *Diário de uma expedição.* Galvão, W. N. (org.) São Paulo: Companhia das Letras, (Coleção Retratos do Brasil)
- Da Matta, Roberto.
1992 *Conta do mentiroso. Sete ensaios de antropologia brasileira.* Rio de Janeiro: Rocco.
- Das, Veena
1999 *Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos.* Revista Brasileira de Ciências Sociais. Anpocs. v. 14, n. 40, pp.31-42, junho.
- Darnton, Robert.
1987 *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução.* São Paulo: Companhia das Letras.
1986 *O grande massacre dos gatos, e outros episódios da história cultural francesa.* Rio de Janeiro: Graal
- D' Incao, Maria da Conceição
1990 *Governo de transição: entre o velho e o novo projeto político de reforma agrária Lua Nova, São Paulo, n.22, pp.89-120, maio.*
- D'Incao, Maria Angela (org.)
1987 *O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes.* Rio de Janeiro: Paz e Terra/UNESP
- Debrun, Michel.
1983 *A conciliação e outras estratégias.* São Paulo: Brasiliense.
- Delgado, Guilherme da Costa.
1985 *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985.* Campinas: Ed. da Unicamp/Ícone.
1993 *Novas pistas para uma política rural.* Revista Políticas Governamentais. Ibase. Rio de Janeiro, v. IX, n. 87 jan/fev. pp.13/16.
- Diniz, Eli e Camargo, Aspázia.
1989 *Continuidade e mudança no Brasil da nova república.* São Paulo: Vértice/IUPERJ.
- Diniz, Eli; Boschi, Renato e Lessa, Renato
1987 *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da nova república.* São Paulo: Vértice IUPERJ.
- Diniz, Eli
1986 *O empresariado e o momento político: entre a nostalgia do tempo passado e o tempo futuro.* Ciências Sociais Hoje. n.3 São Paulo: CNPq/Anpocs.
1987 *Reforma econômicas e democracia no Brasil dos Anos 90: câmaras setoriais como fórum de negociação.* Dados. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 37, n.2, pp.277-316
- Diniz, Eli e Boschi Renato R.
1979 *Autonomia e dependência na representação de interesses industriais.* Dados Publicação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, n.22

Draibe, Sônia Mirian

- 1985 *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960.* Rio de Janeiro: Paz e Terra

Dreifuss, René Armand

- 1981 *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.* Petrópolis: Vozes
1989 *O jogo da direita, na Nova República.* Petrópolis: Vozes

Elias, Norbert.

- 1994 *A sociedade dos indivíduos.* Rio de Janeiro: Zahar.
1997 *Os alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX.* Rio de Janeiro: Zahar.
1998 *Sobre o tempo.* Rio de Janeiro: Zahar.
2001 *Elias por ele mesmo.* Rio de Janeiro: Zahar.
2001^a *A Sociedade da corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte..* Rio de Janeiro: Zahar.
2001b *A solidão dos moribundos* Rio de Janeiro: Zahar

Elias, Norbert e Scotson, John

- 2001b *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.* Rio de Janeiro: Zahar.

Esterci, Neide

- 1979 *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa.* São Paulo: USP. (Tese de Doutorado)

Esteves de Brito, Maria Benedita.

- 1991 *A Confederação Rural Brasileira: origens e propostas.* Itaguaí Dissertação de mestrado apresentada ao CPDA/UFRRJ, fevereiro

Faoro, Raimundo.

- 1975 *Os Donos do Poder.* Porto Alegre: Globo.

Fernandes, Florestan.

- 1975 *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Zahar.
1980 *Brasil: em compasso de espera. Pequenos escritos políticos.* São Paulo: Hucitec.
1981 *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica.* Rio de Janeiro: Zahar.
1985 *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar (Col. Brasil, os anos de autoritarismo)
1986 *A nova república.* Rio de Janeiro: Brasiliense.
1986^a *Que tipo de república?* Rio de Janeiro: Zahar.
1980 *A ditadura em questão.* São Paulo: T.A. Queiroz.

Faria, Sheila de Castro

- 1998 *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, (Coleção Histórias do Brasil).

Figueiredo, Vilma

- 1985 *Modernização sem reforma: uma solução precária para a questão agrária no Brasil? Tempo Brasileiro* (77), abril/junho.
1985^a (et al) *A consolidação da burguesia rural no DF: aspectos ideológicos. Série Sociológica Trabalhos em Sociologia.* Brasília, n. 56 nov. 24 p.

Fiori, José Luiz.

- 1995 *O voo da coruja. Uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista.* Rio de Janeiro: Editora da UERJ.

- Fortes, Luiz Roberto Salinas e Nascimento, Milton .
1987 *A constituinte em debate*. São Paulo: Sofia.
- Franco, Maria Sylvia de Carvalho
1997 *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Freire, Gilberto.
1987 *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25 ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
2000 *Sobrados e mucambos*. In: Santiago, Silviano (org.) *Intérpretes do Brasil* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol II.
- Freitas, Ananias José.
1992 *UDR: formação, ascensão e queda de uma organização dos proprietários rurais*. Belo Horizonte: DPC/UFGM (Dissertação de Mestrado).
- Furtado, Celso
1977 *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Nacional.
- Gaspari, Elio
1998 *Alice e o Camaleão* In: Gaspari, E. Buarque de Hollanda, E. e Ventura, Zuenir. *70/80.Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- Giddens, Antony
1996 *A teoria política e o problema da violência* In: Giddens, A. *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. São Paulo Ed. da UNESP.
1996' *Conservadorismo: o radicalismo adotado*. In: Giddens, A *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. São Paulo: Ed. da UNESP.
- Ginzburg, Carlo
2001 *Olhos de madeira. Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Giordano Delgado, Nelson
1985 *A agricultura nos planos de desenvolvimento do governo federal: do Plano Trienal ao III PND*. Porto Alegre: Fecotrig/FEE/Fidene.
- Girardet, Raoul.
1987 *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gonçalves, Reinaldo
1992 *Os grandes grupos na economia do país*. *Cadernos do Terceiro Mundo*. n.156, Ano XV,p.26-31 dezembro.
- Gomes, Eduardo Rodrigues
1981 *Campo contra cidade. O ruralismo e a crise oligárquica no pensamento político brasileiro (1910-1935)* V Encontro Nacional da Anpocs, Grupo Elites Políticas, Friburgo, Rio de Janeiro, outubro, (mimeo) 49 p.
1987 *Interesses agrários e políticas públicas: a SNA (1887-1945)*. XI encontro nacional da Anpocs, Águas de São Pedro (mimeo).
- Gomes, Sérgio
1986 *Organizaciones empresariales rurales: um analises de los casos de Brasil y de Chile*. Anpocs (mimeo) 179pp.

- Görge, Frei Sérgio A
1989 *O massacre da fazenda santa Elmira*. Petrópolis: Vozes.
- Graham, Richard
1979 *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva.
- Gramsci, Antonio.
1977 Gramsci dans le texte. Bramant, J. (org) Paris: Éditions Sociales.
1984 *Maquiavel: a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Graziano da Silva, José
1982 *A Modernização dolorosa: a estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
1985 *Para entender o plano nacional de reforma agrária*. São Paulo: Brasiliense.
1987 Mas, qual reforma agrária? *Reforma Agrária*, revista da Abra, 17, (1) abril/julho.
1991 *As representações empresariais da agricultura brasileira moderna: as disputas na transição para a democracia*. Campinas, XXIX Congresso Brasileiro de Economia Rural Anais da Sober.
1992 Les controverses au cours de la transition vers la démocratie In: Chonchol, M.E. (org.) *Cahiers du Brésil Contemporain. Les Organisations en Milieu Rural: patronat et paysannerie*. Paris, n.18, juin, pp.11/34.
1996 Uma década perversa: as políticas agrícolas e agrárias. In : Graziano da Silva, José *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp
- Guimarães, Alberto Passos.
1981 *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5 ed. (Estudos brasileiros, v.24).
- Grzybowski, Cândido
1987 *Caminhos e descaminhos nos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase/Vozes
1991 Movimentos populares rurais: desafios e perspectivas. *Democracia na Terra*. Rio de Janeiro: Ibase, n.1, jul./ago.
- Holston, James
1993 Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Anpocs. N. 21, ano 8, fevereiro
- Heinich, Nathalie
2001 *A sociologia de Norbert Elias*. (trad. Maria Leonor Loureiro) Bauru/São Paulo: EDUSC
- Heinz, Flávio.
1991 *Representação política e formação de classe: as organizações da burguesia agrária gaúcha na oposição a reforma agrária, 1985-1988*. Porto Alegre: UFRGS Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
- Hidalgo, A.
1991 *La burguesia agrária: organizacion de classe y representacion de intereses en Brasil (1964-1988)*. Tese de doutorado apresentada no FCPS/UNAN. México.
- Hobsbawn, Eric e Ranger, Terence. (orgs.)
1984 *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
1987 *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Oficinas de História, vol. 2).

- Ianni, Octávio
1981 *A luta pela terra. história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 3 ed. (Coleção Sociologia Brasileira, vol. 8).
1984 *Origens agrárias do estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- Kageyama, Angela
1986 Os maiores proprietários de terra no Brasil. *Reforma Agrária*. Revista da Abra, n.1, ano 16, Campinas abril/junho.
- Koutzii, Flávio (org.)
1986 *Nova República: um balanço*. Porto Alegre: L&PM.
- Krischke, Paulo J. (org.)
1983 *Brasil: do "milagre" à "abertura"*. São Paulo: Cortez.
- Lamounier, Bolivar (org.)
1994 Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão. Documentos de trabalho. *Estudo de Política Agrícola* n. 9. IPEA. jan.
- Laranjeira, Raymundo
1983 *Colonização e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Leal, Laurindo (org.)
1986 *Reforma Agrária da Nova República: contradições e alternativas*. São Paulo: Cortez/EDUC.
- Leal, Victor Nunes
1975 *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo. Alfa-Omega.
- Lefort, Claude
1990 *As formas da História. Ensaio de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense.
- Leite, Sérgio
1992 A face econômica da reforma agrária: Estado e assentamentos rurais em São Paulo na década de 80. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ (Dissertação de Mestrado).
- Lima, Nícia Trindade
1999 *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/ IUPERJ-UCAM.
- Lima Jr., Olavo Brasil de
1993 *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola
- Limoeiro Cardoso, Mírian
1987 Sobre 'A revolução burguesa no Brasil. In: D'Incao, Maria Angela (org.) *O saber militante. Ensaio sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Paz e Terra/ UNESP.
- Lins, Daniel (org.)
2000 *O campo econômico: A dimensão simbólica da dominação - Pierre Bourdieu*. Campinas/São Paulo: Papirus.
- Lisboa, Tereza Kleba
1988 *A luta dos Sem Terra no oeste Catarinense*. Florianópolis: Ed. da UFSC, co-edição
- Lopes, Mauro de Resende
1988 As organizações políticas dos produtores e o novo equilíbrio de forças na formulação de política agrícola no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Sober. v.26, n.2 abr. jun pp.147-155.

- Lorena, Carlos
1986 *As áreas de ação dos PRRA's. Reforma Agrária. revista da Abra, n.2, ano 16, agosto/novembro. Campinas (SP)*
- Mançano Fernandes, Bernardo
1999 *MST formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec.*
- Mannheim, K.
1983 *O pensamento conservador. In: Martins, J. S. (org.) Introdução crítica à sociologia Rural. São Paulo: Hucitec.*
- Mayer, Antonio de Castro. et al.
1961 *Reforma agrária, questão de consciência. São Paulo: Vera Cruz Ed.*
- Mayer, Arno
1987 *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime, 1948-1914. São Paulo: Companhia das Letras*
- Maffesoli, Michel
1997 *A transfiguração do político: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina.*
- Martine, George
1989 *Fases e Faces da modernização agrícola brasileira. Rio de Janeiro: IPLAN/IPEA*
- Martins, José de Souza.
1973 *A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo: Pioneira.*
1975 *Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo: Pioneira.*
1980 *Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec.*
1980^a *A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, n.22 v. III abril. pp. 199-221.*
1981 *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes.*
1981^a *O cativo da terra. (2 ed.) São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda.*
1984 *A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes.*
1985 *A igreja face a política agrária do estado. In: Paiva, V. (org.) Igreja e questão agrária. São Paulo: Loyola.*
1986 *As coisas no lugar (da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade campo) In: Martins, J.S. (org.) Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec,*
1986^a *A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República. São Paulo: Hucitec.*
1986b *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes.*
1989 *Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais. São Paulo: Hucitec.*
1991 *O cativo da terra. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas.*
1994 *O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec.*
1997 *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec.*
1997^a *Prefácio. In: Bruno, R. Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agro-industriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/editora da UFRJ.*
2000 *Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: Ed Universidade de São Paulo.*
- Martins, Luciano
1976 *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil. Paris: Anthropos*

Marx, Karl.

- 1994 Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte. In: Marx, K. *Oeuvres. Politique I* Paris: Gallimard.
 1994 Les luttes de classes en France. In: Marx, K. *Oeuvres. Politique I* Paris: Gallimard.
 1994 Idéologie Allemande. In: Marx, K. *Oeuvres. Philosophie III*. Paris: Gallimard.

Mattos, Hebe Maria

- 1998 *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Coleção Histórias do Brasil)

Medeiros, Leonilde Sérvolo de

- 1983 *A questão da reforma agrária no Brasil. 1955-1964*. São Paulo: USP-FFLCH (Dissertação de Mestrado).
 1989 *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE.
 1992 *A Reforma agrária: trajetória de uma bandeira*. Rio de Janeiro, 29 p. (mimeo)
 1994 Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões. *Cadernos Temáticos*, Riad, Rio de Janeiro, n. 1, jan.
 1995 *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses. Os comunistas e a constituição de classes no campo*. Campinas: Unicamp - IFCH (Tese de Doutorado).
 1997 Impactos históricos do uso da propriedade da terra no Brasil. In: João Pedro Stédile (org.) *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, p.77-110.
 1997^a Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. In: *São Paulo em perspectiva*, Fundação SEADE, v. 11, 2, pp. 65-72, abril/jun.
 1997^b Terra, sociedade, propriedade e poder no Brasil In: *Terra e Democracia: posse e uso do solo no campo brasileiro. Atualidade em Debate*. Centro João XXIII. IBRADES. Rio de Janeiro. Caderno 48, março.
 2001 "Sem Terra", "assentados", "agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: Giarraca, N. (org) *Uma nueva ruralidad en America Latina?*, Buenos Aires: Fudela/Clacso.
 1999 Reforma do Estado. instâncias, conflitos e atores: o papel dos trabalhadores rurais. Rio de Janeiro. Relatório de pesquisa sobre *Ensino e pesquisa em reforma do Estado*. Capes (mimeo)
 1995 *Dimensões políticas da violência no campo*. Rio de Janeiro (mimeo). Posteriormente publicado em Tempo, Universidade Federal Fluminense, 1996
 2001 *Banco da Terra: disputas em torno dos sentidos da bandeira da reforma agrária*. Relatório de pesquisa UNRISD, (mimeo)

Medeiros, Leonilde Sérvolo de e Esterici, Neide

- 1994 Introdução. In: Medeiros, Leonilde Sérvolo et al (orgs.) *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Edunesp - Prismas.

Medeiros, Leonilde Sérvolo de e Leite, Sérgio

- 1999 *A formação dos Assentamentos Rurais: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA

Mendonça, Sonia Regina de

- 1993 O ruralismo brasileiro na Primeira República: um debate de idéias. *A Margem - Revista de Ciências Humanas*. Instituto Fronteiras de Estudos e Pesquisas em Ciências Humanas. Niterói, ano I n 1, jan.
 1997 *O Ruralismo brasileiro (1888-1931)* São Paulo: Hucitec.
 S/d *A concepção de poder em Bourdieu*. Notas de aula.

Mercadante, P.

- 1972 *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

Merleau-Ponty, Maurice

- 1968 Le monde sensible et le monde de l'expression (e) Le problème de la parole. In: Merleau-Ponty, M. *Résumés de cours. Collège de France 1952-1960*. Paris: Galimard
 1991 *Signos*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda..

- Merquior, José Guilherme
1979 Incertezas conceituais: o carisma. In Merquior, J.G. *Rousseau e Weber. dois estudos sobre a teoria da legitimidade*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Müller, Geraldo
1988 Ambivalências da modernização agrária. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: Cebrap, n.21, pp.168-184, jul.
- Moore, Barrington
1999 *Aspectos morais do crescimento econômico e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Record.
- Moraes, Plínio Guimarães.
1987 Algumas observações para o estudo das classes dominantes na agropecuária brasileira. *Reforma Agrária*. Abra, ano 17, n. 2 ago/nov.
- Moraes, Sonia H.N.G.
1982 *Notas sobre a legislação fundiária e a legislação do trabalho rural no Brasil* Campinas, UNICAMP/ Fundação FORD (mimeo).
- Mota, Lourenço Dantas.
1985 *A Nova República. O nome e a coisa. (entrevistas)*. São Paulo. Brasiliense.
- Navarro, Zander
1996 Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo. O MST e a reforma agrária. In: Stédile, João Pedro (org.) *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Petrópolis: Vozes, p. 111-132.
- Neves, Delma Pessanha.
1996 *Exposições agropecuárias: redimensão social dos pecuaristas.*(mimeo) 17pp
- Novaes, José Roberto
S/d *Agricultura brasileira: dinâmica capitalista e transformações atuais*. Forma & Conteúdo, n.3 pp.3-10.
- Novaes, Regina Célia Reyes
1991 *Questão agrária, hoje?* Rio de Janeiro(mimeo) 13 p.
1994 *Mediação no campo: entre a polissemia e a banalização*. In: Medeiros, Leonilde S. de et al (orgs.) *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Edunesp.,
1997 *De Corpo e Alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Gaphia.
- Offe, Claus
1984 *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro
1989 *Capitalismo desorganizado. Transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense.
- Oliveira, Francisco de
1987 *O elo perdido. Classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense
A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil. In Fausto, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano III. 1. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, pp.393-414.
1998 *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes/ NECID.
- Oliveira, Nelson de
2001. *Reforma agrária na transição democrática: a abertura dos caminhos à submissão institucional*. Salvador: CEAS; São Paulo: Loyola Ed. (Col. Movimentos Sociais, I)

- Ortega, Antonio César
1995 A representação de interesses patronais na agricultura brasileira. *Anais da Sober*. (p.1243-1263)
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de
1988 Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: Simsom, Olga Von (org.) *Experimentos com histórias de vida*. São Paulo: Vértice.
- Pacheco, Maria Emília Lisboa
1993 O joio e o trigo na defesa da reforma agrária. *Proposta*, São Paulo, n.57 julho, pp.24-33.
- Pádua, José Augusto
1988 *A UDR e o discurso de Ronaldo Caiado (análise preliminar)*. Rio de Janeiro: Iuperj. (mimeo)
- Paiva, Vanilda
1985 Introdução. In: Paiva, Vanilda (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola.
- Palmeira, Moacir
1971 *Latifundium et Capitalisme: lecture critique d'un debat*. Paris, Thèse de troisième cycle présentée à l'Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine.
1985 A diversidade da luta no campo. Luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: Paiva, Vanilda (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola
1987 Reforma agrária e Constituinte. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, vol.6, n.35.
1994 Burocracia, política e reforma agrária. In: Medeiros, L.S. et al. (orgs.) *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Palmeira, Moacir e Leite, Sérgio Pereira
1998 Debates econômicos. Processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária. In: Costa, L. F. e Santos, R. (orgs.), *Política e reforma agrária*, Rio de Janeiro: Mauad,
- Pereira, João Márcio Mendes.
1999 *A reforma agrária no Brasil: anos 80 e 90*. Versão modificada da monografia de conclusão de curso de graduação apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. (mimeo) 88 p.
- Pessoa, Jadir M.
1997 *Revanche camponesa*. Goiana: editora da UFG.
- Possas, Mário Luiz
1996 Competitividade: fatores sistêmicos e política industrial – Implicações para o Brasil. In: Barros de Castro, Antonio (at al) *Estratégias empresariais na indústria brasileira: discutindo mudanças*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Prado Junior, Caio.
2000 Formação do Brasil contemporâneo. In: Santiago, Silviano (org.) *Intérpretes do Brasil* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol III.
- Ramos, Marília Patta.
1995 *O novo e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC.
- Rangel, Inácio
1986 A questão da terra. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v.6, n.4, outubro/dezembro p.71-77.
- Reis, Elisa Pereira.
1982 Elites agrárias, *state building* e autoritarismo. *Dados*: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 25, n.3, pp.331-348.
1998 *Processos e escolhas. Estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contracapa.

- Reis, Elisa Pereira e Reis, Eustáquio J.
1988 As elites agrárias e a abolição da escravidão no Brasil *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol.31, n.3, pp.309-341.
- Resende Lopes, Mauro
1988 A organização dos produtores e o novo equilíbrio de forças na formulação de política agrícola no Brasil. *Revista Economia e Sociologia Rural*. Brasília, 26(2), pp.147-155, abril/junho.
- Ridenti, Marcelo
1994 *Classes sociais e representação*. 2 ed. São Paulo: Cortez (Col. Questões da Nossa Época; v. 31).
- Ribeiro, Nelson
1987 *Caminhada e esperança da reforma agrária: a questão da terra na Constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- Rua, Maria das Graças
1989 *A UDR e a representação de interesses dos proprietários rurais: a nova elite agrária no processo de transição política no Brasil*. XIII Encontro Anual da Anpocs, Caxambú (mimeo).
- Ruben, Guillermo Raúl
1999 Empresário e globalização: prolegômenos de uma metodologia antropológica de compreensão e ação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Anpocs, v. 14, n. 40, junho.
- Sader, Eder.
1988 *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Sahlins, Marshal.
1990 *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Salinas Fortes, L.R. e Nascimento, M.P.(orgs.)
1987 *A Constituinte em Debate*. São Paulo: Sofia Ed SEAF.
- Santos Filho, José dos Reis e Leopardi Mello, Maria Tereza.
1988 *Matrizes e forças motrizes na discussão sobre a questão agrária na constituinte*. São Paulo, Campinas, PIPSA, junho, (mimeo) 45 p.
- Santos, Raimundo
2001 *Caio Prado Jr. na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad:Faperj.
- Scherer-Warren, Ilse
1984 *Movimentos sociais*. Florianópolis: Editora da UFSC. (Série Didática).
1989 O que há de 'novo' nos movimentos sociais no campo?. *Temas Rurais*. v.2, n.4, p.41-52, mai-ago.
- Scherer-Warren, Ilse e Rossiaud, J. (orgs.)
2000 *A democratização inacabável. As memórias do futuro*. Petrópolis: Vozes.
- Sennett, Richard
1988 *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Setubal, Olavo
1986 *Ação política e discurso liberal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- Sigaud, Ligia et al
1987 Expropriação do campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice/Anpocs.
- Silva, José Gomes da.
1969 *A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Zahar.
1987 *Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República*. São Paulo: Busca Vida
1989 UDR, surgimento, bandeiras e perspectivas *Tempo e Presença*. CEDI n.239, ano 11.
1989' *O Buraco negro: a reforma agrária na Constituinte*. São Paulo: Paz e Terra.
1989b *Um modelo para uma "reforma agrária social" no Brasil*. Campinas, agosto, (mimeo) 17 pp.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da
1998 *História da Família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
2000 (org.) *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Silveira, F. E.
1988 O comportamento político da burguesia brasileira. *Teoria e Política*. Brasil Debate.
- Sodre, Muniz
1999 *Claros e escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Sorj, Bernardo.
1980 *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Stein, Leila.
1991 *Sindicalismo e corporativismo na agricultura brasileira*. São Paulo: PUC (Dissertação de Mestrado)
- Tapia, Jorge Ruben Biton.
1986 *Capitalismo e questão agrária. um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil, 1946-1964*. Campinas: Unicamp-DCS/ IFCH. (Dissertação de Mestrado).
- Tavares dos Santos, José Vicente
1988 *A colonização agrícola, uma solução para a crise agrária brasileira?* Porto Alegre, UFRGS-IFCS julho, (mimeo) 26 pp.
1991 As novas terras como forma de dominação. *Lua Nova*, Revista de Cultura e Política. CEDEC. São Paulo, março, n.23, pp. 67-82.
1995 Apresentação. A construção social dos dominantes no campo. In: Ramos, M.P. *O "novo" e o "velho" ruralismo no Rio Grane do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1995.
1999 (org.) *Violência em tempo de globalização* São Paulo: Hucitec.
- Tavares, Ricardo
1989 Reforma e contra-reforma na transição política Brasil (1979-1988). *Série Estudos*. Iuperj. Rio de Janeiro, n. 70 maio.
- Thomas, Michel
1988 Droit de propriété et droit d'exploiter. *Études Rurales* - La terre: succession et héritage. Paris, n. 110-11-112 avril-décembre pp.94-102.
- Thompson, E. P.
1987 *A formação da classe operária inglesa - A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
1987 *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra

- Veiga, José Eli
1990 *A reforma agrária que virou suco: uma introdução ao dilema agrário no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Velasco e Cruz, Sebastião C.
1994 A produção do consenso. Discurso econômico e conflitos políticos na transição brasileira. *Primeira Versão*. Campinas IFCH/UNICAMP, n.56 setembro.
1992 Política empresarial em tempos de crise. Apontamentos teóricos e reflexões sobre o Brasil. *Primeira Versão*. Campinas. IFCH/UNICAMP, n.48.
- Velho, Octavio Guilherme
1980 A propósito de terra e Igreja. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n.22, abril.
1995 *Besta-Fera. Recriação do mundo: ensaios críticos de antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Ventura, Zuenir.
1994 Mídia e violência. *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro, v.1 n.2 dezembro.
- Viana, Oliveira
2000 Populações meridionais do Brasil. In: Santiago, Silviano (org.) *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol I.
- Vigna de Oliveira, Edécio
1995 *Bancada Ruralista na Câmara dos Deputados*. Brasília, Universidade de Brasília UnB (mimeo)
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de
1988 Conflitos sociais no campo e cidadania. In: Fargado, E. *Em julgamento a violência no campo*. Rio de Janeiro: Vozes/Fase.
1991 Política de conflitos - o movimento dos trabalhadores rurais e os conflitos agrários na Amazônia (1968-1990) In: *Sindicalismo no campo- reflexões- balanços e controvérsias*. Revista do CEDI 21 Rio de Janeiro: CEDI
- Wanderley, Maria de Nazaré Baudel
1979 *Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia açucareira de PE*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
1990 A questão agrária na atualidade: quem é o agente do progresso? *PIPSA- Balanço 10 anos*. Rio de Janeiro (mimeo).
- Wanderley Reis, Fábio e O'Donnell, Guillermo (org.)
1988 *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice.
- Weber, Max
1984 *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Weffort, Francisco C.
1986 *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense.
- Wilkinson, John.
1986 *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo: Hucitec/CEPA.

Documentos e textos

- (1)- Confederação Nacional da Agricultura- Contribuição das Entidades Representativas do Empresariado Rural ao 1 PNRA- CNA- Brasília, maio , 1985 (mimeo).
 - (2)- Organização das Cooperativas do Brasil. OCB - Ofício 463/86, da OCB para o Mirad. Brasília, 09.04.86
 - (3)- Organização das Cooperativas do Brasil. *Informativo OCB* . Brasília- 1988-1992
 - (4)- Organização das Cooperativas do Brasil. *Jornal do Cooperativismo*. Brasília, 1987-1988
- Informativo Rural. SRB. 1996, 1997.

- (5)- DIAP. Quem foi quem na Constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. São Paulo. Cortez/Oboré. 1988.
- (6)- T.F.P. S.O.S. Fazendeiro: guia prático de prevenção contra as invasões de terra. Como tomar as medidas certas na hora certa. São Paulo: Artpress Ed. Ltda. nov. 1997
- (7)- Contribuição das Entidades de Classe Representativas do Empresariado Rural ao 1º Plano Nacional de Reforma Agrária. (mimeo), agosto de 1985. 31 pp
- (8)- Depoimento do Presidente da Sociedade Rural Brasileira Dr. Flavio Teles de Menezes perante a Comissão Especial de Reforma Agrária do PMDB. SRB, Brasília, 04.06.85 mimeo 9 pp
- (9)- Documento do Conselho de Segurança Nacional ao Presidente da República Dr. José Sarney, s.d. 17 pp
- (10)- Democracia, Cooperativismo e Constituinte (Roberto Rodrigues). *Revista Balde Branco*. Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo. São Paulo ano XXI, n. 263, setembro, 1986.
- (11)- Perspectivas da Agricultura Brasileira: alguns comentários (Roberto Rodrigues) São Paulo (mimeo) 12pp.s/d
- (12)- Abag- Segurança Alimentar: uma abordagem de agribusiness, Edições Abag, 1993.
- (13)- A ofensiva da direito no campo. Versão preliminar. Inesc, (mimeo) 44 p. s/d.

Entrevistas realizadas

Acioly Borges	IICA - 1985
Ademerval Garcia	Associação Brasileira de Citricultura Abecitrus, 1997
Alysson Paulinelli	Confederação Nacional da Agricultura - CNA, 1986
Antonio Herminio Pinazza	Associação Brasileira de Agribusiness- Abag, 1997
Antonio Trigueirinho	Associação Brasileira de Óleos Vegetais - Abiove, 1997
Carlos Lorena	Associação Brasileira de Reforma Agrária -Abra, 1984
Gilson Ximenes	Conselho Nacional do Café - CNC, 1997
José Gomes da Silva	Associação Brasileira de Reforma Agrária -Abra, 1984
Luiz Hafers	Sociedade Rural Brasileira - SRB, 1997
Nestor Jost	Associação Brasileira de Fumicultura - Abifumo, 1997
Pedro Camargo Neto	Sociedade Rural Brasileira- SRB, 1997
Rodolfo Ferreira	Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro Faerj, 1997
Roberto Rodrigues	Organização das Cooperativas do Brasil - OCB, 1997
Ronaldo Caiado	União Democrática Ruralista - UDR, 1986
Roosevelt Roque dos Santos	União Democrática Ruralista - UDR, 1997
Salvador Farina	União Democrática Ruralista - UDR, 1986
Udelson Nunes Franco	União Democrática Ruralista - UDR, 1986

Periódicos pesquisados

Jornal do Brasil (1985)
 O Globo (1985)
 Folha de S. Paulo (1985)
 Estado de S. Paulo (1985)